



MULTI CIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

Ano 4 • 2008

Panorama 2007

Municípios mantêm equilíbrio e acumulam recursos	6
--	---

Receita

ICMS Municipal- Crescimento econômico eleva arrecadação	22
FPM - Alta da arrecadação do IPI e IR irriga os recursos	32
ISS - Ótimo desempenho segue performance da economia	42
IPTU - Imposto importante nas cidades turísticas	52
ITBI - Termômetro do mercado imobiliário	62
Taxa - Após muitos anos de queda, receita volta a crescer	70

Despesa

Pessoal - Dois anos consecutivos de forte expansão	80
Custeio - Aumentos das receitas e dos investimentos impulsionam os custeios	96
Investimentos - Investimentos crescem mais nas grandes cidades do Sul e Sudeste	106
Dívida - Melhora a situação de endividamento dos municípios brasileiros	118

Despesa por função

Legislativos - A despesa com o legislativo tende a acompanhar o crescimento das receitas	130
Educação - Educação: área de maior aporte dos recursos municipais	140
Saúde - Permaneceu forte o crescimento da despesa com saúde	152

Minas Gerais inova na gestão: cerca de

300 mil servidores avaliados e premiados por desempenho	164
---	-----

Renata Vilhena

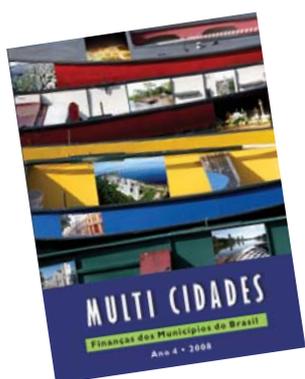
Reforma tributária: mais avanços para os municípios

André Luiz Barreto de Paiva Filho	170
-----------------------------------	-----

Uma nova agenda federalista para os novos prefeitos

Sérgio Gobetti	172
----------------	-----

Notas metodológicas	210
---------------------------	-----



aequus
CONSULTORIA®

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 504 e 507 - Vitória - ES
CEP 29056-200 - Telefones: (27) 3235-7841 - 3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br • www.aequus.com.br

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/
organização de Alberto J. M. Borges e Tânia M. C. Villela.
V4 (2008). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2008

CDU: 336.1

Diretor: Alberto Borges

Editora técnica: Tânia Villela

Equipe técnica:

Adriano do Carmo Santos
Marta Luiza Cursino Villela
Sílvia Buzzzone de Souza Vrejão
Simone Rezende da Penha

Colaboração:

Ana Carolina Giubert
Neide César Vargas
Ilmar Ferreira da Silva
João Carlos Araújo do Santos
Luís Fernando Novais
Mariana R. Jansen Ferreira

Jornalistas:

Aline Diniz (Mtb 961-ES)
Ana Borges (MTB 9439)
Daniela Pizzolato (MT 20894/122/47)
Karina A. Menezes (Mtb 986-ES)
Tais Hirschmann (Mtb 1857-GO)

Revisão: Proa Literária

Projeto gráfico: Bios Editoração

Editoração: Comunicação Impressa

Capa: Cristina Xavier

Ilustração:

José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:

GSA Gráfica e Editora

Copyright by Aequus
Consultoria S/S Ltda.

Proibida a reprodução total
ou parcial da mesma sem a
autorização dos titulares.

TRADIÇÃO

SÓ UM BANCO COM A TRADIÇÃO DE VALORIZAR IDÉIAS PODERIA SOMAR AS MELHORES SOLUÇÕES AOS SERVIÇOS MAIS QUALIFICADOS PARA O MERCADO DE CAPITAIS.

- Soluções completas para clientes institucionais
- Primeiro e único Custodiante Brasileiro com rating em serviços ¹
- Serviços qualificados ao mercado - Administração, Custódia e Controladoria
- Equipe de especialistas para total suporte a empresas de Private Equity locais e estrangeiras
- Grande track-record na modelagem de operações de Private Equity no Brasil via FIP ²
- Melhor Custodiante Brasileiro para Investidores Estrangeiros ³

Como Melhor Custodiante Brasileiro para Investidores Estrangeiros³, fazemos algo difícil de encontrar por aí. Escutamos nossos clientes.



O VALOR DAS IDÉIAS

NÓS VEMOS ONDE OS OUTROS NÃO VÊM.

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

www.santander.com.br



1- Standard & Poors - desde agosto de 2005

2- Fundo de Investimentos em Participação

3- Global Custodian Magazine - dez/07



MULTI CIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

Ano 4 • 2008

Central de Atendimento CAIXA
0800 726 0101
0800 726 2492 (para pessoas com deficiência auditiva)
Ouvidoria
0800 725 7474

caixa.gov.br

OS PREFEITOS ELEITOS COMEÇAM COM A CONFIANÇA DA POPULAÇÃO E A PARCERIA DA CAIXA.



A CAIXA faz questão de cumprimentar os prefeitos eleitos em todo o Brasil. E, como principal agente de políticas públicas do governo federal, coloca-se à disposição para estabelecer parcerias em projetos de gestão, habitação, meio ambiente, turismo, infra-estrutura, desenvolvimento urbano e vários outros. As Salas das Prefeituras estão abertas para os prefeitos na sede da CAIXA, em Brasília, e em outras cidades. E todos os gerentes da CAIXA estão prontos para atender os prefeitos e encaminhar as melhores soluções para o crescimento dos municípios. Sucesso a todos. Contem sempre com a CAIXA.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.



CAIXA



Recife, capital de Pernambuco, apresentou a sétima maior receita de ISS no Brasil em 2007

Municípios mantêm equilíbrio e acumulam recursos

As receita e despesas dos municípios brasileiros cresceram com a mesma intensidade, em 2007. Permaneceu o registro de superávit orçamentário e incrementou-se acentuadamente a suficiência de caixa. Esse quadro indica que o endividamento municipal de curto prazo mantém-se sob controle e ainda que os municípios acumularam recursos para serem utilizados no último ano de mandato.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi a receita que mais contribuiu para o aumento de 11,6% do total, seguido pelos aportes das receitas tributárias próprias e da quota-parte municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na despesa, o item pessoal apresentou o maior crescimento, seguido pelos investimentos.

I - Receitas

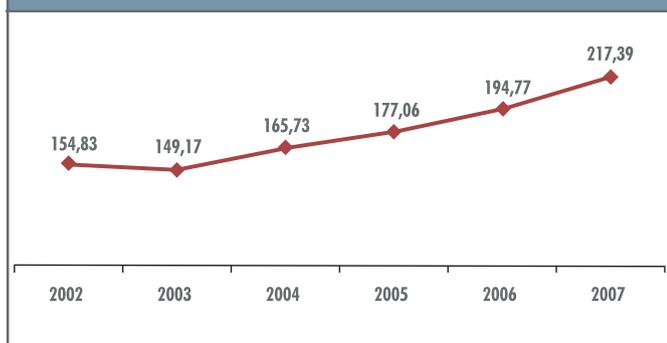
Por mais um ano, os municípios brasileiros registraram forte crescimento real em suas receitas. Com o acréscimo de 11,6%, em 2007, totalizam-se quatro anos consecutivos de crescimento, com média anual de 9,9%. A receita total de R\$ 217,39 bilhões representou R\$ 22,62

bilhões em recursos adicionais e correspondeu a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

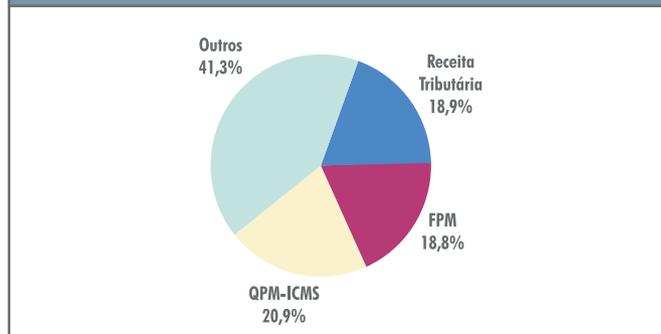
Entre as regiões do país, a taxa média de crescimento ficou próxima à média nacional. Os municípios do Centro-Oeste apresentaram a maior expansão, de 12,3%, seguidos pelas cidades do Sul, com 12,1%, e do Sudeste com 11,7%. As regiões Norte e Nordeste, após apresentarem crescimento acima da média nacional em 2006, registraram aumento de 11,1% cada.

Já o comportamento da receita conforme o tamanho da cidade apresentou maior disparidade em relação à média do país. As capitais tiveram um incremento médio de 12,5%, enquanto que, nos pequenos municípios com até 20 mil habitantes, o acréscimo médio foi menor, de 8,9%.

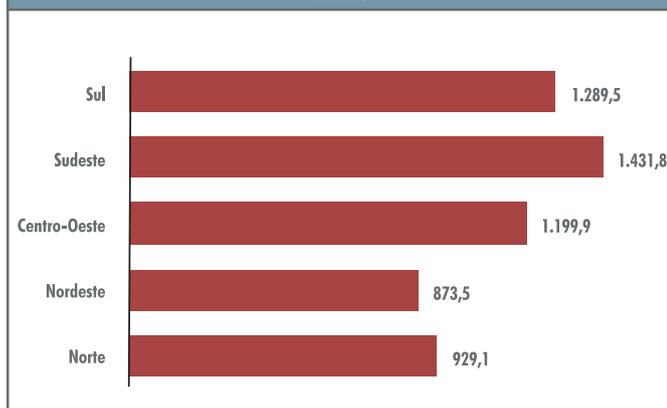
Evolução da receita municipal total
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2007



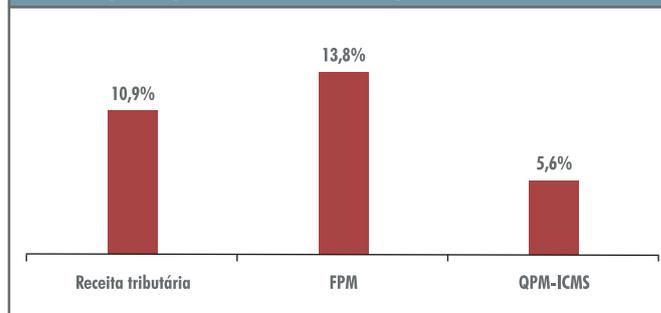
Composição da receita municipal - 2007



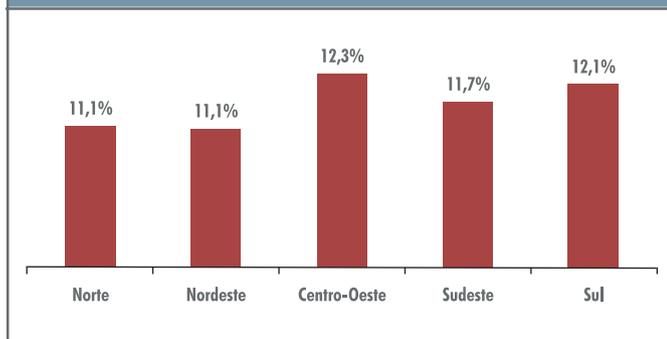
Receita municipal per capita por região - 2007
em R\$



Taxa de crescimento das principais receitas municipais - 2007/2006



Taxa de crescimento da receita municipal por região - 2007



O aumento da receita total dos municípios brasileiros está relacionado ao bom desempenho dos principais componentes da receita corrente, a saber, os tributos municipais, a quota-parte do ICMS e o FPM, que juntos equivalem a 58,7% da receita total.

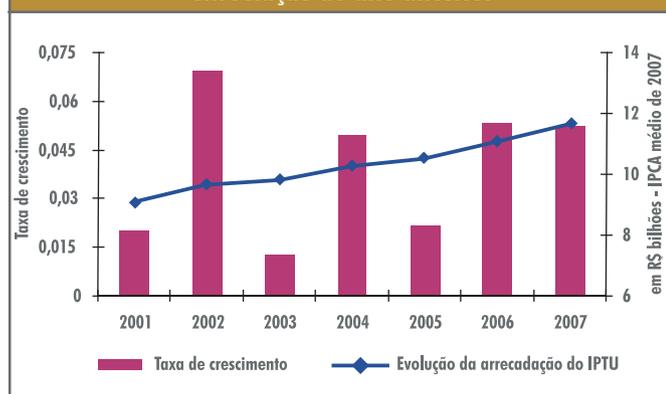
O FPM foi a receita que mais contribuiu para o crescimento da receita total dos municípios, em 2007. Em segundo lugar veio a contribuição do conjunto das receitas tributárias próprias e, em terceiro, o adicional gerado pela distribuição da quota-parte do ICMS. Em 2006, os maiores aumentos haviam sido, por ordem de grandeza, o da receita tributária própria, depois o do ICMS e, bem próximo deste, o do FPM.

Efeito FPM

A distribuição dos recursos do FPM para os municípios brasileiros foi o componente que mais contribuiu para a expansão da receita total. Em 2007, o montante repartido foi de R\$ 40,97 bilhões, maior valor já distribuído pelo fundo, o que correspondeu a um acréscimo de R\$ 5 bilhões, em relação ao ano anterior. O crescimento de 13,8% no ano é atribuído à expansão da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõem o fundo. A arrecadação desses impostos federais, por sua vez, foi impulsionada pelo crescimento econômico de 2007, cuja variação, medida pelo PIB, foi de 5,4% em relação ao ano anterior; segunda melhor taxa desde 1995 (veja mais sobre FPM na página 32).

Além do excelente desempenho econômico, os municípios se beneficiaram um pouco com o adicional de 1% das receitas que compõem o FPM, estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) nº 55. Segundo dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), esse percentual, aplicado sobre a arrecadação do IR e do IPI de setembro a novembro de 2007 e distribuído aos municípios em dezembro, foi de R\$ 436,4 milhões. Portanto, dos 13,8% de crescimento do FPM, em 2007, a EC nº 55 contribuiu com 1,2%, por se referir à arrecadação de apenas três meses. Em 2008, quando o adicional de 1% incidir sobre a arrecadação de 12 meses, será mais importante a participação desse item no desempenho do FPM.

Evolução da arrecadação do IPTU e taxa de crescimento em relação ao ano anterior



No entanto, devido às regras de distribuição dos recursos do FPM, o impacto do aumento varia bastante conforme a região do país e o tamanho do município. Em geral, o FPM possui maior peso no orçamento dos municípios com baixo dinamismo econômico e pequeno porte populacional. Para os pequenos municípios com até 20 mil habitantes, os recursos do fundo representaram 42,3% da receita total, e contribuíram com R\$ 2,04 bilhões dos R\$ 3,30 bilhões adicionais arrecadados pelo grupo. Já nas capitais, a participação do fundo foi de apenas 6,6%, e o acréscimo para a receita total foi de apenas R\$ 431,35 milhões.

Entre as regiões do país, a maior contribuição do fundo para o crescimento da arrecadação ocorreu nos municípios do Nordeste, nos quais os recursos extras representaram 41,8% da receita adicional obtida. Nas demais regiões, apesar do crescimento próximo da média nacional, a contribuição do FPM para a receita adicional foi menor, devido ao seu menor peso no orçamento dos municípios. Em termos da taxa de crescimento, os municípios nordestinos expandiram a sua receita de FPM em 14,7%, seguidos pelos do Centro-Oeste, com 14,4%. As cidades do Sudeste e Sul registraram aumento médio de 13,3%, enquanto que no Norte, foi de 12,1%.

O FPM é uma transferência constitucional da União para os municípios, formado por 22,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI. A Emenda Constitucional nº 55, de setembro de 2007, manteve o percentual de 22,5% e estabeleceu um adicional de 1% do IR e do IPI destinado ao FPM, a ser creditado aos municípios em uma única parcela anual, no mês de dezembro.

Efeito Tributos

Em 2007, a arrecadação dos tributos municipais totalizou R\$ 41,16 bilhões. O crescimento de 11%, em relação ao ano anterior, correspondeu a R\$ 4,08 bilhões em recursos adicionais, o que representou a segunda maior contribuição para a expansão da receita total, atrás apenas do FPM. Esse desempenho está relacionado ao comportamento dos principais tributos municipais: o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Pelo quarto ano consecutivo, o ISS apresentou um excelente resultado e foi o item que mais contribuiu para o crescimento da receita tributária. Com expansão média de 12,8%, em relação a 2006, a arrecadação somou R\$ 19,09 bilhões, o que representou um acréscimo de R\$ 2,16 bilhões. Esse bom desempenho deveu-se tanto ao crescimento econômico do país quanto ao aprimoramento da legislação que regula o imposto (veja mais sobre ISS na página 42).

O ITBI, embora tenha representado apenas 7,5% da receita tributária e 1,4% da receita total, contribuiu com R\$ 632,18 milhões para o aumento da receita tributária. Esse resultado deriva do forte crescimento de sua arrecadação em 2007: 25,7%, o melhor desempenho relativo dentre os impostos municipais, fruto do crescimento do crédito imobiliário. O total arrecadado foi de R\$ 3,09 bilhões (veja mais sobre ITBI na página 62).

Receita total - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	19.133,5	8,8	1.412,3	1.196,5	8,8	1.261,8	4.141,0	9,2	1.113,8
De 10 mil até 20 mil hab.	21.068,8	9,7	1.057,1	1.567,9	11,6	948,1	7.490,3	16,6	890,9
De 20 mil até 50 mil hab.	30.208,3	13,9	1.006,6	2.818,6	20,8	841,9	10.186,5	22,6	824,5
De 50 mil até 100 mil hab.	23.322,9	10,7	1.068,6	2.014,7	14,9	941,0	5.302,0	11,8	761,8
De 100 mil até 200 mil hab.	21.743,5	10,0	1.243,7	1.436,7	10,6	990,3	2.986,4	6,6	892,5
De 200 mil até 500 mil hab.	30.930,8	14,3	1.131,6	1.708,1	12,6	849,4	3.149,4	7,0	779,1
Acima de 500 mil hab.	70.981,8	32,6	1.383,8	2.797,6	20,7	926,0	11.731,7	26,1	925,6
Total dos municípios	217.389,6	100,0	1.198,2	13.540,0	100,0	929,1	44.987,3	100,0	873,5

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Já o IPTU, com crescimento de 5,2% na arrecadação, obteve R\$ 575,7 milhões em recursos adicionais, totalizando R\$ 11,61 bilhões. O crescimento firme registrado nos últimos anos manteve-o como o segundo maior tributo municipal do país, apesar da perda de importância relativa na receita tributária (veja mais sobre IPTU na página 52).

Efeito ICMS

A quota-parte do ICMS é a maior receita para o conjunto dos municípios brasileiros. Em 2007 foram transferidos R\$ 45,4 bilhões às prefeituras, valor 5,6% superior ao ano anterior. Embora o aumento registrado tenha sido inferior ao de 2006, os recursos extras, da ordem de R\$ 2,42 bilhões, foram a terceira maior contribuição para o incremento da receita municipal em 2007.

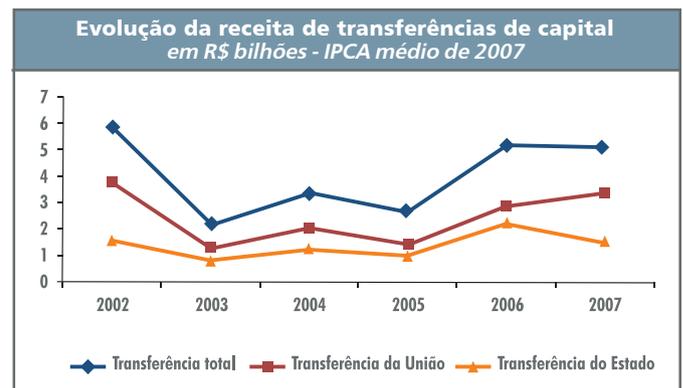
O bom resultado alcançado está diretamente ligado ao desempenho da economia brasileira. Com o crescimento de 5,4% do PIB, puxado principalmente pelo aumento do consumo das famílias e do investimento, de 6,4% e 13,4%, respectivamente, a arrecadação de ICMS pelos estados cresceu, a preços corrigidos, exatamente na mesma proporção do PIB, ampliando, assim, o repasse para os municípios (veja mais sobre ICMS na página 22).

Entretanto, o comportamento do valor do ICMS distribuído aos municípios foi bastante distinto entre as regiões. No Centro-Oeste, a receita com o imposto ampliou-se, em média, 12,2%, a maior taxa registrada. Do outro lado, encontram-se as cidades do Nordeste e Sul do país, com aumento de apenas 2,8% e 2,2%, respectivamente. Nas regiões Norte e Sudeste, o acréscimo ficou acima da média nacional, com crescimento dos repasses de 7,5% e 6,4%, respectivamente. A contribuição do ICMS para o aumento da receita total foi maior também no Centro-Oeste, onde 23,4% de todo o aumento teve origem no desempenho dessa transferência.

Efeito transferências de capital

A edição anterior de **Multi Cidades** ressaltou a importância da receita de transferência de capital para o aumento da arrecadação total em 2006. Essas receitas são recursos que a União e os estados repassam aos municípios para serem gastos em investimentos, não podendo ser comprometidos com despesas correntes. Naquele ano, as transferências de capital realizadas pela União e pelos estados foram duplicadas, chegando a R\$ 5,20 bilhões. Esse desempenho gerou recursos adicionais da ordem de R\$ 2,6 bilhões, superando, com isso, a contribuição do ICMS e do FPM para o crescimento da receita total.

Em 2007, apesar das transferências de capital terem recuado em 3,3%, mantiveram-se no patamar de R\$ 5 bilhões, representando 2,3% do total das receitas. O recuo de R\$ 170 milhões deveu-se à queda de R\$ 698,7 milhões das transferências estaduais. O incremento de R\$ 505,8 milhões das transferências da União amenizou parte da queda, gerando o resultado acima. Esse desempenho está ligado ao ciclo político. Em geral, observa-se que os anos de aumento das transferências de capital são os de eleição para governadores e presidente (2002 e 2006), seguidos por anos de queda nessas receitas (2003 e 2007).



Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Receita total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	2.084,7	16,1	1.590,4	6.265,0	5,6	1.504,3	5.446,3	15,8	1.598,9
De 10 mil até 20 mil hab.	1.973,0	15,3	1.284,7	6.378,1	5,7	1.242,1	3.659,5	10,6	1.144,1
De 20 mil até 50 mil hab.	2.269,5	17,6	1.147,4	10.233,5	9,2	1.242,1	4.700,4	13,6	1.148,9
De 50 mil até 100 mil hab.	1.543,6	12,0	1.136,3	10.241,9	9,2	1.383,7	4.220,8	12,3	1.064,5
De 100 mil até 200 mil hab.	1.098,8	8,5	1.043,1	12.598,4	11,3	1.448,9	3.623,1	10,5	1.233,3
De 200 mil até 500 mil hab.	742,0	5,7	719,5	18.529,8	16,7	1.292,4	6.801,4	19,7	1.150,3
Acima de 500 mil hab.	3.204,1	24,8	1.283,5	47.231,0	42,3	1.580,5	6.017,4	17,5	1.869,9
Total dos municípios	12.915,6	100,0	1.199,9	111.477,7	100,0	1.431,8	34.468,9	100,0	1.289,5

II - Despesas

Em 2007, a despesa total dos municípios brasileiros somou R\$ 213,86 bilhões, o que representou um acréscimo de 11,5%, em relação ao ano anterior. Esse é o segundo ano consecutivo de forte expansão: em 2006, a despesa elevou-se em 13,5%. As regiões Sudeste e Norte apresentaram as maiores taxas, de 12,8% e 11,4%, respectivamente, destacando-se também pelo crescimento superior ao da receita total. Nas demais regiões, Sul, Centro-Oeste e Nordeste, o aumento de 10,4%, 10% e 9,4%, nessa ordem, ficou abaixo da média nacional e foi inferior à expansão de suas receitas.



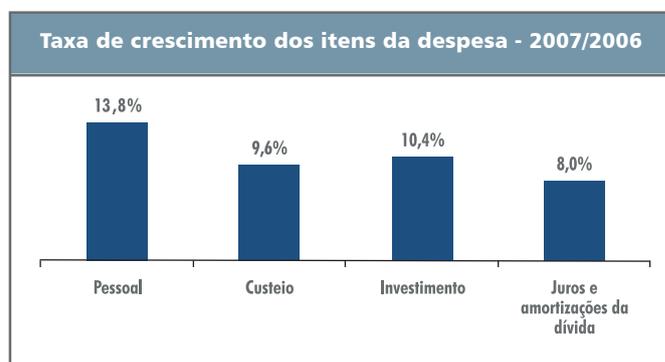
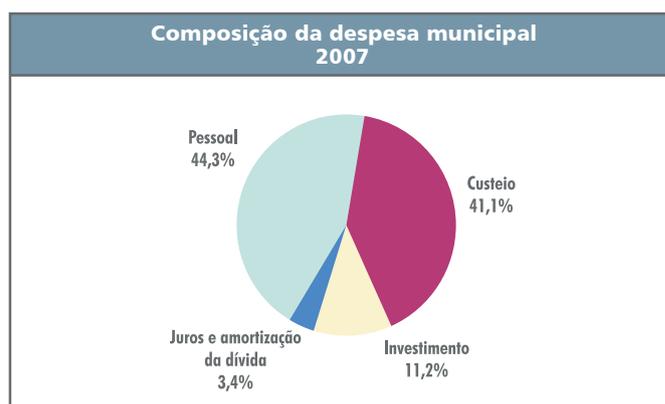
Entre os componentes da despesa, o gasto com pessoal total (incluindo aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais, contribuições para entidades fechadas de previdência e aplicações diretas entre órgãos) dos municípios brasileiros atingiu R\$ 94,71 bilhões, o que representou um acréscimo de 13,8% em relação a 2006 e uma despesa adicional de R\$ 11,49 bilhões. Considerando apenas as despesas com "vencimentos e vantagens fixas de pessoal", ou seja, a despesa com pessoal excluídas aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais, contribuições para entidades fechadas de previdência e aplicações diretas entre órgãos, o aumento recua para 8,8%. Essa depuração nos dados, que resulta em taxas distintas do aumento da despesa com pessoal, faz-se necessária em função de alterações contábeis recentemente introduzidas por portarias baixadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), que se refletiram no banco de dados da STN, fonte desta publicação (para uma explicação detalhada a respeito desse procedimento veja mais sobre despesa com pessoal na página 80).

O gasto com custeio manteve sua trajetória ascendente e cresceu 9,6% em 2007, alcançando a cifra de R\$ 62,31 bilhões. Esse aumento significou uma despesa adicional de R\$ 7,70 bilhões. Destaca-se que o aumento desse item tem sido influenciado pelo avanço do investimento (veja mais sobre custeio na página 96).

Após o excelente crescimento de 45,2%, em 2006, o

investimento registrou um bom desempenho, em 2007, com expansão de 10,5%. No total, foram aplicados R\$ 23,9 bilhões, o maior valor já investido pelos municípios brasileiros, o que correspondeu a R\$ 2,27 bilhões em gastos adicionais (veja mais sobre investimentos na página 106).

Os gastos com juros e amortizações da dívida também apresentaram uma expansão relativamente forte, de 8%. No entanto, como esse crescimento ficou abaixo do verificado para a receita total, de 11,6%, o comprometimento da receita corrente com o serviço da dívida foi de apenas 3,5%. São poucos os municípios brasileiros que destinam parcelas significativas de suas receitas correntes ao pagamento de juros e amortizações. Das 5.236 cidades que enviaram dados à STN, apenas 31 destinaram 8% ou mais para essa despesa. Em somente seis, a parcela foi superior a 10%. Nesses casos, o maior comprometimento da receita prejudica a capacidade de investimento do município, necessária para atender à demanda da população por serviços públicos.

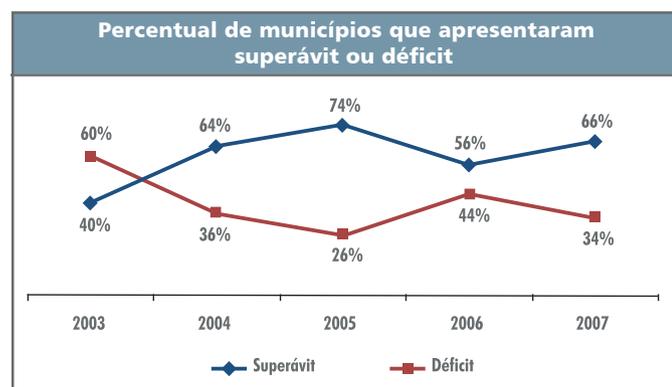
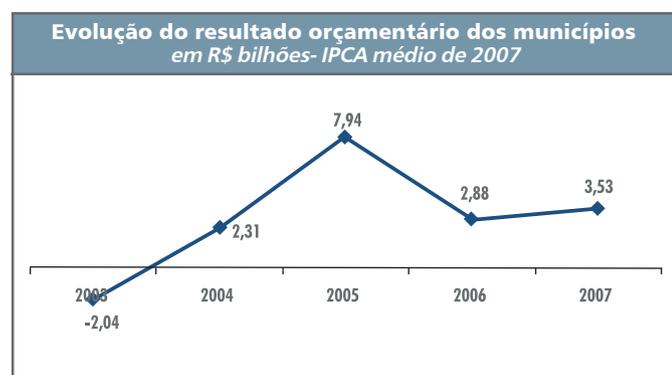


Sob a ótica da composição da despesa por função, os gastos com saúde e educação representaram as maiores parcelas do total, de 21,9% e 25,1%, respectivamente. Esse resultado deve-se ao fato de serem duas funções públicas primordiais, sobre as quais existe uma demanda muito grande da população, e também à forma como esses gastos são financiados, através da vinculação de receitas: no caso da saúde, a Emenda Constitucional nº 29 determina que no mínimo 15% das receitas próprias sejam destinadas para essa

função; no caso da educação, a Constituição determina o percentual mínimo de 25% da receita tributária própria e das receitas de transferências oriundas de impostos (veja mais sobre educação e saúde nas páginas 140 e 152).

III - Resultado orçamentário e endividamento de curto prazo

O crescimento da receita total a uma taxa ligeiramente superior à da despesa ampliou o superávit orçamentário dos municípios brasileiros de R\$ 2,88 bilhões, em 2006, para R\$ 3,53 bilhões, em 2007. Com isso, o montante obtido representou 1,6% da receita total, e o percentual de municípios que registraram superávit aumentou para 66% do total, contra 57%, em 2006.



É importante comparar o resultado orçamentário com a suficiência de caixa, ou seja, a diferença entre as receitas e as despesas de um ano fiscal com a diferença entre ativos e passivos financeiros. O déficit orçamentário pode não significar nenhum prejuízo ao equilíbrio das contas públicas caso haja uma cobertura financeira (suficiência de caixa). Isso significa que a administração municipal gastou mais do que recebeu naquele ano, porém ela possuía um montante em ativos financeiros grande o suficiente para cobrir seus passivos financeiros e também o déficit orçamentário.

Esse é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro e de Vitó-

ria que possuem o terceiro e o quarto maiores déficits orçamentários de 2007, de R\$ 132,5 milhões e R\$ 95,7 milhões, respectivamente, mas uma suficiência financeira de R\$ 2,62 bilhões e de R\$ 197,7 milhões, na devida ordem. A situação de Belo Horizonte, por sua vez, já não é confortável. A cidade registrou o maior déficit orçamentário dentre todos os municípios do Brasil, de R\$ 153,1 milhões, e não possui suficiência de caixa, já que seu passivo supera seu ativo em R\$ 628,8 milhões.

O endividamento de curto prazo dos municípios brasileiros, que corresponde à insuficiência de caixa, manteve a trajetória de queda verificada desde o início da década. A suficiência de caixa, medida pela diferença entre os ativos e os passivos financeiros, foi positiva em R\$ 16,34 bilhões, em 2007. Esse montante representou um crescimento de 31,8%, em relação ao ano anterior, e equivaleu a 7,9% da receita corrente, resultado mais satisfatório dos últimos anos (veja mais sobre endividamento na página 118).

A trajetória ascendente da suficiência de caixa verificada desde 2000 está diretamente relacionada à promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, e ao excelente desempenho da receita municipal a partir de 2004. A LRF impôs exigências quanto ao comportamento financeiro dos municípios brasileiros e demais entes e poderes.

Portanto, os municípios brasileiros, em seu conjunto, apresentaram uma situação financeira excelente em 2007, com superávit orçamentário aliado a uma expressiva suficiência de caixa. Deve ser lembrado, também, que o acúmulo desses recursos em 2007 pode ter sido feito com o objetivo de atender ao esperado aumento das despesas em 2008, já que se trata de um período eleitoral.

IV - Cidades selecionadas

Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, em apenas 11 delas foram verificadas quedas pouco expressivas de receita entre 2006 e 2007. A mais significativa ocorreu em Diadema, cuja receita caiu 7,1%, passando de R\$ 467,9 milhões para R\$ 434,7 milhões.

As maiores taxas, dentre os municípios selecionados, foram observadas em Rorainópolis-RR, com aumento de 52,2%; Parnaíba-PI, com expansão de 46,7%; e Arapiraca-AL, Montes Claros-MG, Santana-AP e Mogi das Cruzes-SP, com variação em torno de 25% cada.

Em termos absolutos, 19 cidades ultrapassaram o patamar de R\$ 1 bilhão arrecadado, em 2007. Juntos, esses municípios concentram 22% da população brasileira e responderam por 28% da receita total obtida. São Paulo, como esperado, apresentou a maior receita, de R\$ 20,56 bilhões. Em um longe segundo lugar está o Rio de Janeiro, com R\$ 9,51 bilhões.

Entre os municípios com arrecadação superior a R\$ 500 milhões, 50 ao todo, 30 estão localizados na região Sudeste,

sendo 17 em São Paulo, seis no Rio de Janeiro, cinco em Minas Gerais e dois no Espírito Santo. A região Sul teve seis municípios, sendo dois em cada Estado, enquanto que a região Norte contou apenas com Manaus (veja o ranking das maiores receitas na página 16).

Municípios com receita acima de R\$ 1 bilhão - 2007

Posição	UF	Município	Receita total em reais	População 2007
1º	SP	São Paulo	20.564.614.642,0	10.886.518
2º	RJ	Rio de Janeiro	9.514.608.680,0	6.093.472
3º	MG	Belo Horizonte	3.642.716.928,0	2.412.937
4º	PR	Curitiba	3.402.370.332,0	1.797.408
5º	RS	Porto Alegre	2.614.997.835,0	1.420.667
6º	BA	Salvador	2.241.984.457,0	2.892.625
7º	CE	Fortaleza	2.223.637.363,0	2.431.415
8º	SP	Campinas	1.922.285.831,0	1.039.297
9º	PE	Recife	1.839.868.068,0	1.533.580
10º	SP	São Bernardo do Campo	1.721.117.145,0	781.390
11º	AM	Manaus	1.578.814.529,0	1.612.475
12º	SP	Guarulhos	1.572.041.192,0	1.236.192
13º	GO	Goiânia	1.528.311.319,0	1.244.645
14º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.249.376.007,2	426.154
15º	PA	Belém	1.218.800.122,0	1.408.847
16º	SP	Santo André	1.125.973.621,0	667.891
17º	MS	Campo Grande	1.071.063.446,0	724.638
18º	SP	São José dos Campos	1.057.037.117,0	594.948
19º	MA	São Luís	1.025.344.761,0	957.899

V - Desigualdades

Em 2007, a receita municipal per capita foi de R\$ 1.198,20. No topo da lista, entre as 5.236 cidades que enviaram seus dados fiscais para a STN em 2007, encontravam-se 156 cidades com receita per capita acima de R\$ 3 mil, liderados pelos municípios de Quissamã-RJ e Paulínia-SP,

com receita de R\$10.798,00 e R\$ 8.759,00 por habitante, respectivamente. A cidade fluminense tem nos *royalties* do petróleo sua principal fonte de renda e, a paulista, no ICMS oriundo do valor adicionado gerado pelas atividades de refino de petróleo.

No outro extremo, o Brasil conta com cerca de 310 municípios cuja receita total anual foi inferior a R\$ 700 per capita, valor que corresponde a R\$ 500 a menos em relação ao valor médio da receita por habitante de 2007. Nessas cidades habitam cerca de 21,7 milhões de pessoas, 11,5% da população do país. Mais da metade dessas pessoas (55%) reside em 41 cidades com mais de 100 mil habitantes. A maioria desses municípios está localizada no Nordeste do Brasil, congregando 216 municípios. Em seguida aparecem Sudeste (45), Norte (35), Centro-Oeste (7 em Goiás) e Sul (6).

As menores receita per capita de 2007 foram registradas por Cabaceiras do Paraguaçu-BA e Arixá-MA, pequenos municípios do Nordeste, com arrecadação per capita de R\$ 394,00 e R\$ 400,00, respectivamente. Entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, a situação é dramática em São Gonçalo-RJ (R\$ 403), Bragança-PA (R\$ 406), Ribeirão das Neves-MG (R\$ 408), Ananindeua-PA (R\$ 437), Carapicuíba-SP (R\$ 455), Mesquita-RJ (R\$ 488), todas com receita per capita abaixo de R\$ 500 por habitante.

Para os municípios de maior porte populacional e baixo dinamismo econômico, a forma de organização do sistema tributário nacional e de partilha de recursos resulta para eles num cenário nada favorável. Por possuírem grande contingente populacional, essas cidades em quase nada se beneficiam da distribuição do FPM. Por não possuírem indústrias significativas, nem um setor de serviços avançado que possam elevar o cômputo de seus valores adicionados, fator determinante na distribuição do ICMS, elas também não se beneficiam dessa transferência. Tão pouco possuem uma forte base para a arrecadação de tributos municipais dos quais os mais importantes são o IPTU e o ISS.

Despesa total - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	18.649,5	8,7	1.376,5	1.172,2	8,7	1.236,2	4.096,3	9,1	1.101,8
De 10 mil até 20 mil hab.	20.584,3	9,6	1.032,8	1.535,8	11,4	928,7	7.392,2	16,5	879,2
De 20 mil até 50 mil hab.	29.471,0	13,8	982,0	2.793,6	20,7	834,5	10.104,4	22,6	817,8
De 50 mil até 100 mil hab.	22.735,7	10,6	1.041,7	2.047,6	15,2	956,4	5.247,1	11,7	753,9
De 100 mil até 200 mil hab.	21.007,5	9,8	1.201,6	1.465,8	10,9	1.010,3	2.918,1	6,5	872,1
De 200 mil até 500 mil hab.	30.501,5	14,3	1.115,9	1.708,2	12,7	849,5	3.181,9	7,1	787,1
Acima de 500 mil hab.	70.910,9	33,2	1.382,4	2.763,2	20,5	914,6	11.845,0	26,4	934,6
Total dos municípios	213.860,5	100,0	1.178,8	13.486,4	100,0	925,4	44.785,0	100,0	869,5

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.



Vilma Gonçalves - Secom

Ponte Estaiada, inaugurada no Município de São Paulo em 2007

Número de municípios e população por intervalo de receita total per capita

Intervalo de receita total per capita	Número de municípios*		População	
	Quantitativo	Partic. no total	Quantitativo	Partic. no total
Acima de R\$ 3 mil	156	3,0%	2.074.129	1,2%
Entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil	477	9,1%	5.895.586	3,3%
Entre R\$ 1,7 mil e R\$ 2 mil	371	7,1%	20.733.960	11,8%
Entre R\$ 1,2 mil e R\$ 1,7 mil	1.349	25,8%	40.873.596	23,2%
Entre R\$ 700 e R\$ 1,2 mil	2.570	49,1%	85.025.027	48,2%
Entre R\$ 500 e R\$ 700	300	5,7%	18.974.106	10,8%
Abaixo de R\$ 500	13	0,2%	2.695.791	1,5%
Total	5.236	100,0%	176.272.195	100,0%

(*) Número de municípios com dados no STN

Número de municípios e população por intervalo de receita total per capita

Intervalo de receita total per capita	Número de municípios*		População	
	Quantitativo	Partic. no total	Quantitativo	Partic. no total
Norte	35	11%	2.239.925	10%
Nordeste	216	69%	11.548.151	53%
Centro-Oeste	7	2%	1.018.513	5%
Sudeste	49	16%	5.961.531	28%
Sul	6	2%	901.777	4%
Brasil	313	100%	21.669.897	100%

(*) Número de municípios com dados no STN

As dez maiores receitas municipais per capita no Brasil - 2007

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2007
			Em reais		
1º	RJ	Quissamã	10.798	187.625.381,1	17.376
2º	SP	Paulínia	8.759	640.415.186,0	73.118
3º	BA	São Francisco do Conde	7.414	221.085.557,1	29.822
4º	SP	Nova Castilho	6.472	6.840.448,3	1.057
5º	BA	Madre de Deus	6.096	94.079.227,0	15.432
6º	MG	Cachoeira Dourada	5.944	14.680.541,9	2.470
7º	RS	Triunfo	5.771	138.593.712,0	24.016
8º	SP	Borá	5.758	4.629.701,0	804
9º	MG	Serra da Saudade	5.468	4.762.504,9	871
10º	MG	Grupiara	5.426	7.661.866,9	1.412

As dez menores receitas municipais per capita no Brasil - 2007

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2007
			Em reais		
1º	BA	Cabaceiras do Paraguaçu	394	6.902.874,1	17.536
2º	MA	Axixá	400	5.692.268,5	14.234
3º	RJ	São Gonçalo	403	386.980.219,3	960.631
4º	PA	Bragança	406	41.310.113,1	101.782
5º	MG	Ribeirão das Neves	408	134.283.022,9	329.112
6º	MA	Paço do Lumiar	414	40.638.790,9	98.182
7º	PA	Ananindeua	437	211.623.695,1	484.278
8º	SP	Carapicuíba	455	172.743.977,0	379.566
9º	RN	São Tomé	474	5.265.952,2	11.106
10º	MA	Burití Bravo	485	10.812.808,1	22.279

Municípios com mais de 300 mil habitantes e receita per capita inferior a R\$ 670 em 2007

UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2007
		Em reais		
CE	Caucaia	654	207.136.877,0	316.906
ES	Cariacica	644	229.510.493,7	356.536
BA	Feira de Santana	629	359.561.647,4	571.997
SP	Itaquaquecetuba	628	210.240.818,6	334.914
RJ	São João de Meriti	545	253.080.600,0	464.282
RJ	Belford Roxo	543	261.125.700,0	480.555
PE	Olinda	541	211.580.986,6	391.433
GO	Aparecida de Goiânia	530	251.900.291,1	475.303
PE	Jaboatão dos Guararapes	524	348.730.746,7	665.387
PE	Paulista	512	157.342.232,7	307.284
SP	Carapicuíba	455	172.743.977,0	379.566
PA	Ananindeua	437	211.623.695,1	484.278
MG	Ribeirão das Neves	408	134.283.022,9	329.112
RJ	São Gonçalo	403	386.980.219,3	960.631

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total em %	Desp total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	2.035,8	16,3	1.553,1	6.186,9	5,6	1.485,5	5.158,4	15,7	1.514,3
De 10 mil até 20 mil hab.	1.886,3	15,1	1.228,2	6.268,3	5,7	1.220,7	3.501,7	10,7	1.094,7
De 20 mil até 50 mil hab.	2.176,0	17,4	1.100,2	10.003,1	9,1	1.214,1	4.393,9	13,4	1.074,0
De 50 mil até 100 mil hab.	1.446,0	11,5	1.064,5	10.050,9	9,1	1.357,9	3.944,1	12,0	994,8
De 100 mil até 200 mil hab.	1.042,9	8,3	990,1	12.146,1	11,0	1.396,9	3.434,5	10,5	1.169,1
De 200 mil até 500 mil hab.	737,3	5,9	715,0	18.446,9	16,7	1.286,6	6.427,2	19,6	1.087,0
Acima de 500 mil hab.	3.203,0	25,6	1.283,1	47.103,6	42,7	1.576,2	5.996,1	18,2	1.863,3
Total dos municípios	12.527,4	100,0	1.163,8	110.205,7	100,0	1.415,5	32.856,0	100,0	1.229,2

Receita total - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006 em %	Receita total per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
	14.573.815	Norte	8.539.599,3	9.673.746,5	10.603.592,9	12.185.039,5	13.540.004,2	11,1	929,1
AC	288.614	Rio Branco	187.742,9	204.743,6	238.144,4	285.159,9	323.257,7	13,4	1.120,0
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	28.916,5	38.811,6	37.216,0	43.892,3	49.061,4	11,8	662,1
AM	1.612.475	Manaus	1.025.933,4	1.141.573,6	1.271.104,0	1.399.692,9	1.578.814,5	12,8	979,1
AM	102.044	Parintins	48.646,5	59.664,5	59.219,5	79.806,4	76.508,1	-4,1	749,8
AP	344.194	Macapá	165.574,3	177.023,4	197.301,0	244.879,1	275.916,4	12,7	801,6
AP	91.615	Santana	31.228,9	33.844,2	44.984,1	54.287,8	68.169,6	25,6	744,1
PA	1.408.847	Belém	859.792,0	972.907,6	955.220,0	1.105.694,4	1.218.800,1	10,2	865,1
PA	484.278	Ananindeua	127.174,9	141.137,0	152.694,7	185.356,7	211.623,7	14,2	437,0
PA	274.285	Santarém	123.073,1	128.863,0	130.988,3	162.067,0	185.939,9	14,7	677,9
RO	371.791	Porto Velho	245.917,4	281.005,0	279.577,6	312.307,4	352.042,7	12,7	946,9
RO	107.638	Ji-Paraná	60.793,6	66.789,6	74.258,0	98.309,7	93.158,2	-5,2	865,5
RR	247.762	Boa Vista	217.016,8	220.936,7	265.282,2	333.023,4	359.277,0	7,9	1.450,1
RR	24.511	Rorainópolis	9.544,2	7.839,6	10.674,8	19.275,7	29.335,2	52,2	1.196,8
TO	179.707	Palmas	216.120,2	272.105,4	267.924,6	306.810,4	337.811,0	10,1	1.879,8
TO	117.059	Araguaína	64.659,8	84.850,8	84.429,1	89.566,2	93.956,9	4,9	802,7
	51.504.744	Nordeste	28.850.203,7	32.631.130,5	36.121.443,4	40.504.412,6	44.987.314,0	11,1	873,5
AL	874.014	Maceió	516.752,3	590.627,4	618.895,9	679.746,4	804.238,7	18,3	920,2
AL	202.147	Arapiraca	123.421,7	131.218,2	140.633,4	152.578,2	191.892,3	25,8	949,3
BA	2.892.625	Salvador	1.452.063,6	1.576.133,0	1.560.496,5	1.900.820,2	2.241.984,5	18,0	775,1
BA	571.997	Feira de Santana	188.700,6	252.819,4	289.871,1	307.834,9	359.561,6	16,8	628,6
BA	308.204	Vitória da Conquista	137.107,3	182.063,5	212.195,3	194.309,1	223.589,1	15,1	725,5
BA	220.144	Ilhéus	113.690,8	123.378,7	128.624,7	137.025,1	130.422,3	-4,8	592,4
CE	2.431.415	Fortaleza	1.672.946,9	1.765.284,1	1.878.919,8	2.032.086,5	2.223.637,4	9,4	914,5
CE	316.906	Caucaia	125.510,6	137.525,8	156.722,7	199.946,0	207.136,9	3,6	653,6
MA	957.899	São Luís	673.482,5	782.706,1	856.286,8	912.752,3	1.025.344,8	12,3	1.070,4
MA	229.629	Imperatriz	126.249,8	144.512,2	130.557,6	156.159,0	183.886,1	17,8	800,8
PB	674.971	João Pessoa	466.686,2	413.137,0	615.934,9	624.446,2	674.207,8	8,0	998,9
PB	371.060	Campina Grande	208.706,1	214.093,6	236.704,5	289.996,5	281.168,5	-3,0	757,7
PE	1.533.580	Recife	1.189.256,7	1.466.271,1	1.569.353,6	1.747.654,1	1.839.868,1	5,3	1.199,7
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	195.883,0	233.071,2	283.449,8	313.371,7	348.730,7	11,3	524,1
PE	391.433	Olinda	116.920,3	139.369,6	177.197,2	202.965,0	211.581,0	4,3	540,5
PE	307.284	Paulista	111.240,3	124.882,6	134.821,8	145.159,2	157.342,2	8,4	512,0
PE	289.086	Caruaru	116.322,3	153.614,9	157.131,6	191.948,0	198.121,9	3,2	685,3
PE	268.339	Petrolina	133.690,3	150.412,0	156.391,3	174.546,9	180.013,0	3,1	670,8
PI	778.341	Teresina	497.210,0	549.823,3	622.721,5	717.536,5	803.142,1	11,9	1.031,9
PI	140.737	Parnaíba	51.304,2	55.906,0	66.737,5	68.833,0	100.953,5	46,7	717,3
RN	774.205	Natal	524.515,3	620.418,8	661.948,1	740.700,0	829.778,9	12,0	1.071,8
RN	234.392	Mossoró	160.814,0	186.306,2	202.964,3	229.296,6	237.968,0	3,8	1.015,3
SE	520.207	Aracaju	427.460,6	466.924,1	502.782,3	521.779,0	581.200,3	11,4	1.117,3
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	59.305,6	69.974,9	79.626,9	83.451,7	93.393,0	11,9	629,7
	10.763.937	Centro-Oeste*	8.639.530,3	10.032.622,8	10.529.486,3	11.501.794,1	12.915.582,4	12,3	1.199,9
GO	1.244.645	Goiânia	1.075.266,6	1.356.810,9	1.392.007,0	1.412.649,2	1.528.311,3	8,2	1.227,9
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	152.720,1	164.462,4	187.164,6	212.129,8	251.900,3	18,8	530,0
GO	325.544	Anápolis	184.560,7	227.174,6	242.799,7	249.135,9	285.805,4	14,7	877,9
MS	724.638	Campo Grande	741.933,5	804.196,5	858.339,8	972.079,0	1.071.063,4	10,2	1.478,1
MS	182.747	Dourados	152.632,2	190.828,9	187.070,4	212.367,4	243.607,8	14,7	1.333,0
MT	527.113	Cuiabá	439.629,0	512.954,0	558.173,2	540.498,1	604.709,5	11,9	1.147,2
MT	230.466	Várzea Grande	145.063,2	184.619,2	171.101,5	177.601,4	204.326,5	15,1	886,6
	77.857.758	Sudeste	77.609.754,5	85.789.670,8	90.941.957,2	99.823.705,1	111.477.712,6	11,7	1.431,8
ES	314.042	Vitória	523.893,9	622.005,0	713.272,1	791.382,1	943.564,8	19,2	3.004,6
ES	398.068	Vila Velha	205.374,9	229.065,0	264.005,4	306.665,8	340.046,5	10,9	854,2
ES	385.370	Serra	250.440,6	294.444,0	369.169,0	464.101,9	513.815,8	10,7	1.333,3
ES	356.536	Cariacica	124.062,3	127.173,1	163.066,0	192.215,9	229.510,5	19,4	643,7
MG	2.412.937	Belo Horizonte	2.560.016,3	2.985.451,2	3.107.186,0	3.257.942,4	3.642.716,9	11,8	1.509,7
MG	608.650	Contagem	442.779,1	471.261,6	491.696,0	567.098,0	637.911,8	12,5	1.048,1
MG	608.369	Uberlândia	468.846,5	510.315,2	538.186,2	581.928,2	672.086,6	15,5	1.104,7
MG	513.348	Juiz de Fora	427.212,8	472.981,4	504.833,9	535.523,7	598.755,9	11,8	1.166,4

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006 em %	Receita total per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
MG	415.098	Betim	475.760,3	548.192,2	587.962,5	727.570,9	725.061,3	-0,3	1.746,7
MG	352.384	Montes Claros	196.995,8	239.636,3	234.542,7	272.053,1	341.740,4	25,6	969,8
MG	329.112	Ribeirão das Neves	75.720,8	98.526,1	116.520,2	122.727,1	134.283,0	9,4	408,0
MG	287.760	Uberaba	251.510,5	285.037,8	300.130,2	329.070,1	356.413,8	8,3	1.238,6
MG	260.396	Governador Valadares	208.311,1	234.512,3	258.550,1	268.312,4	314.262,8	17,1	1.206,9
MG	238.397	Ipatinga	245.869,4	276.370,2	299.862,9	337.266,5	347.354,6	3,0	1.457,0
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	8.600.617,5	9.026.787,3	8.434.284,2	9.020.630,3	9.514.608,7	5,5	1.561,4
RJ	960.631	São Gonçalo	301.967,3	340.975,7	360.699,9	373.166,3	386.980,2	3,7	402,8
RJ	842.686	Duque de Caxias	612.539,0	685.588,0	743.625,7	858.620,6	870.325,2	1,4	1.032,8
RJ	830.672	Nova Iguaçu	260.431,5	480.749,2	412.042,3	481.556,0	575.906,0	19,6	693,3
RJ	480.555	Belford Roxo	156.654,5	182.827,8	209.542,2	254.941,9	261.125,7	2,4	543,4
RJ	474.002	Niterói	560.228,9	655.791,8	659.957,0	727.767,6	822.620,7	13,0	1.735,5
RJ	464.282	São João de Meriti	165.800,8	137.877,2	241.355,7	209.719,1	253.080,6	20,7	545,1
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	887.364,1	1.015.728,4	1.294.669,0	1.249.376,0	-3,5	2.931,8
RJ	306.645	Petrópolis	329.172,3	362.127,8	332.444,8	353.566,6	399.805,3	13,1	1.303,8
RJ	255.653	Volta Redonda	358.864,4	367.829,8	364.053,2	375.662,4	395.714,6	5,3	1.547,9
SP	10.886.518	São Paulo	13.433.422,4	15.149.153,8	16.273.065,2	17.771.178,5	20.564.614,6	15,7	1.889,0
SP	1.236.192	Guarulhos	1.126.075,7	1.181.438,3	1.233.652,9	1.443.013,7	1.572.041,2	8,9	1.271,7
SP	1.039.297	Campinas	1.219.340,7	1.324.581,2	1.446.575,7	1.541.510,8	1.922.285,8	24,7	1.849,6
SP	781.390	São Bernardo do Campo	1.320.524,6	1.566.547,1	1.309.195,5	1.429.171,8	1.721.117,1	20,4	2.202,6
SP	701.012	Osasco	526.663,8	591.961,9	618.647,1	715.512,9	808.808,5	13,0	1.153,8
SP	667.891	Santo André	571.168,8	603.286,1	739.119,7	971.826,5	1.125.973,6	15,9	1.685,9
SP	594.948	São José dos Campos	854.597,4	917.877,3	1.002.252,6	950.299,2	1.057.037,1	11,2	1.776,7
SP	559.157	Sorocaba	591.429,0	626.108,4	664.010,4	585.630,6	663.709,4	13,3	1.187,0
SP	547.417	Ribeirão Preto	641.843,8	701.271,1	675.725,1	737.843,8	896.138,5	21,5	1.637,0
SP	418.288	Santos	702.052,0	722.458,5	786.896,2	816.612,3	864.323,3	5,8	2.066,3
SP	402.770	São José do Rio Preto	393.386,0	406.150,8	413.108,5	466.576,7	569.595,7	22,1	1.414,2
SP	402.643	Mauá	288.848,0	305.305,3	365.273,1	365.457,3	346.631,1	-5,2	860,9
SP	386.779	Diadema	350.942,7	385.971,8	414.660,1	467.890,8	434.713,1	-7,1	1.123,9
SP	379.566	Carapicuíba	117.719,8	140.763,5	149.057,4	182.394,6	172.744,0	-5,3	455,1
SP	362.991	Mogi das Cruzes	257.945,3	271.079,4	346.039,6	342.553,8	428.972,5	25,2	1.181,8
SP	358.108	Piracicaba	367.082,4	405.325,5	426.836,4	469.204,2	508.035,6	8,3	1.418,7
SP	347.601	Bauru	277.752,4	282.583,2	295.948,6	334.174,6	400.200,3	19,8	1.151,3
SP	342.983	Jundiaí	520.832,6	561.112,1	593.831,3	640.808,2	733.959,3	14,5	2.139,9
	26.729.883	Sul	25.526.345,0	27.600.751,0	28.865.859,7	30.756.434,2	34.468.939,7	12,1	1.289,5
PR	1.797.408	Curitiba	2.456.846,0	2.576.485,0	2.553.508,0	2.866.574,4	3.402.370,3	18,7	1.892,9
PR	497.833	Londrina	489.166,2	509.703,8	493.510,7	517.841,6	605.762,3	17,0	1.216,8
PR	325.968	Maringá	307.460,3	322.651,2	342.828,1	367.283,2	409.126,4	11,4	1.255,1
PR	311.336	Foz do Iguaçu	292.145,9	333.601,9	326.850,7	321.613,7	305.390,4	-5,0	980,9
PR	306.351	Ponta Grossa	197.947,8	207.201,7	232.832,6	235.822,6	278.630,7	18,2	909,5
PR	285.784	Cascavel	170.966,4	193.096,0	201.736,9	241.945,7	236.177,0	-2,4	826,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	224.472,4	253.445,2	266.541,1	249.481,8	283.122,9	13,5	1.074,0
RS	1.420.667	Porto Alegre	2.213.311,4	2.207.172,6	2.191.898,3	2.256.814,3	2.614.997,8	15,9	1.840,7
RS	399.038	Caxias do Sul	532.695,6	562.526,2	542.293,7	570.887,4	694.582,1	21,7	1.740,6
RS	339.934	Pelotas	259.632,8	278.341,8	456.543,9	266.683,2	327.846,1	22,9	964,4
RS	326.458	Canoas	365.792,8	358.927,0	402.598,1	410.888,4	438.545,0	6,7	1.343,3
RS	263.403	Santa Maria	174.215,4	188.010,5	176.967,7	175.966,1	200.870,0	14,2	762,6
RS	261.150	Gravataí	145.606,6	182.666,9	170.047,6	204.309,6	228.780,5	12,0	876,1
RS	253.264	Viamão	99.328,2	113.457,0	122.015,5	128.582,3	140.333,7	9,1	554,1
RS	253.067	Novo Hamburgo	242.334,3	252.893,3	249.677,8	257.069,2	306.317,3	19,2	1.210,4
SC	396.723	Florianópolis	404.491,7	459.340,1	464.859,0	546.132,4	599.040,8	9,7	1.510,0
SC	487.003	Joinville	560.400,7	617.634,6	640.290,2	634.631,9	728.094,9	14,7	1.495,1
SC	292.972	Blumenau	373.770,8	403.976,2	396.949,3	425.881,6	483.409,6	13,5	1.650,0
	73.054.455	Cidades selecionadas	66.568.463,9	74.490.612,2	77.815.204,7	84.835.759,8	95.173.925,6	12,2	1.302,8
	33.479.343	Até 20 mil habitantes	27.255.968,2	30.286.721,9	33.278.635,0	36.903.032,2	40.202.259,4	8,9	1.200,8
	41.708.810	Capitais	42.787.899,4	47.201.976,7	48.908.485,9	53.300.969,6	59.955.320,1	12,5	1.437,5
	181.430.137	Brasil*	149.165.432,8	165.727.921,6	177.062.339,6	194.771.385,5	217.389.552,8	11,6	1.198,2

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Receita total

Posição	UF	Município	Receita total em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	20.564.614.642,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	9.514.608.680,0	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	3.642.716.928,0	2.412.937
4°	PR	Curitiba	3.402.370.332,0	1.797.408
5°	RS	Porto Alegre	2.614.997.835,0	1.420.667
6°	BA	Salvador	2.241.984.457,0	2.892.625
7°	CE	Fortaleza	2.223.637.363,0	2.431.415
8°	SP	Campinas	1.922.285.831,0	1.039.297
9°	PE	Recife	1.839.868.068,0	1.533.580
10°	SP	São Bernardo do Campo	1.721.117.145,0	781.390
11°	AM	Manaus	1.578.814.529,0	1.612.475
12°	SP	Guarulhos	1.572.041.192,0	1.236.192
13°	GO	Goiânia	1.528.311.319,0	1.244.645
14°	RJ	Campos dos Goytacazes	1.249.376.007,2	426.154
15°	PA	Belém	1.218.800.122,0	1.408.847
16°	SP	Santo André	1.125.973.621,0	667.891
17°	MS	Campo Grande	1.071.063.446,0	724.638
18°	SP	São José dos Campos	1.057.037.117,0	594.948
19°	MA	São Luís	1.025.344.761,0	957.899
20°	ES	Vitória	943.564.793,0	314.042
21°	SP	Ribeirão Preto	896.138.484,2	547.417
22°	RJ	Macaé	885.569.713,0	169.229
23°	RJ	Duque de Caxias	870.325.172,5	842.686
24°	SP	Santos	864.323.313,1	418.288
25°	SP	Barueri	840.777.906,7	252.748
26°	RN	Natal	829.778.858,0	774.205
27°	RJ	Niterói	822.620.703,9	474.002
28°	SP	Osasco	808.808.546,7	701.012
29°	AL	Maceió	804.238.698,4	874.014
30°	PI	Teresina	803.142.057,1	778.341
31°	SP	Jundiaí	733.959.277,3	342.983
32°	SC	Joinville	728.094.940,5	487.003
33°	MG	Betim	725.061.281,6	415.098
34°	RS	Caxias do Sul	694.582.143,8	399.038
35°	PB	João Pessoa	674.207.783,7	674.971
36°	MG	Uberlândia	672.086.614,0	608.369
37°	SP	Sorocaba	663.709.400,4	559.157
38°	SP	Paulínia	640.415.186,0	73.118
39°	MG	Contagem	637.911.810,9	608.650
40°	SP	Cubatão	624.631.073,0	119.794
41°	SP	São Caetano do Sul	615.335.572,7	144.857
42°	PR	Londrina	605.762.269,8	497.833
43°	MT	Cuiabá	604.709.455,3	527.113
44°	SC	Florianópolis	599.040.843,1	396.723
45°	MG	Juiz de Fora	598.755.932,3	513.348
46°	SE	Aracaju	581.200.267,8	520.207
47°	RJ	Nova Iguaçu	575.906.043,6	830.672
48°	SP	São José do Rio Preto	569.595.681,5	402.770
49°	ES	Serra	513.815.762,1	385.370
50°	SP	Piracicaba	508.035.568,7	358.108
51°	SC	Blumenau	483.409.564,6	292.972
52°	SP	Guarujá	481.867.116,1	296.150

Posição	UF	Município	Receita total em reais	População 2007
53°	SP	Praia Grande	465.977.596,0	233.806
54°	BA	Camaçari	456.295.220,4	220.495
55°	RS	Canoas	438.545.033,0	326.458
56°	SP	Diadema	434.713.063,1	386.779
57°	SP	Mogi das Cruzes	428.972.503,0	362.991
58°	PR	Maringá	409.126.426,4	325.968
59°	RJ	Angra dos Reis	407.043.463,9	149.395
60°	SC	Itajaí	404.195.515,9	163.298
61°	RJ	Cabo Frio	403.622.373,6	162.191
62°	SP	Bauru	400.200.335,5	347.601
63°	RJ	Petrópolis	399.805.296,0	306.645
64°	MG	Poços de Caldas	395.742.761,5	144.420
65°	RJ	Volta Redonda	395.714.600,0	255.653
66°	SP	Taubaté	392.255.388,9	265.514
67°	RJ	São Gonçalo	386.980.219,3	960.631
68°	SP	Indaiatuba	363.646.046,7	173.508
69°	SP	Limeira	361.062.772,7	272.734
70°	BA	Feira de Santana	359.561.647,4	571.997
71°	RR	Boa Vista	359.277.000,0	247.762
72°	MG	Uberaba	356.413.848,5	287.760
73°	RO	Porto Velho	352.042.672,9	371.791
74°	PE	Jaboatão dos Guararapes	348.730.746,7	665.387
75°	PR	Araucária	348.162.184,9	111.952
76°	MG	Ipatinga	347.354.551,3	238.397
77°	SP	Mauá	346.631.069,4	402.643
78°	MG	Montes Claros	341.740.394,2	352.384
79°	ES	Vila Velha	340.046.507,5	398.068
80°	TO	Palmas	337.811.020,9	179.707
81°	RS	Pelotas	327.846.087,9	339.934
82°	SP	Marília	323.776.765,0	218.113
83°	AC	Rio Branco	323.257.746,9	288.614
84°	SP	Americana	321.996.356,2	199.094
85°	SP	São Vicente	321.784.014,4	323.599
86°	MG	Governador Valadares	314.262.751,0	260.396
87°	SP	Jacarei	308.485.987,5	207.028
88°	RS	Novo Hamburgo	306.317.285,1	253.067
89°	PR	Foz do Iguaçu	305.390.415,0	311.336
90°	SP	São Carlos	304.071.137,3	212.956
91°	SP	São Sebastião	303.965.230,3	67.099
92°	SP	Taboão da Serra	291.554.545,0	219.200
93°	GO	Anápolis	285.805.411,8	325.544
94°	PR	São José dos Pinhais	283.122.873,0	263.622
95°	SP	Franca	282.850.889,2	319.094
96°	SP	Araraquara	281.521.424,9	195.815
97°	PB	Campina Grande	281.168.489,8	371.060
98°	PA	Parauapebas	279.114.038,6	133.261
99°	PR	Ponta Grossa	278.630.718,6	306.351
100°	AP	Macapá	275.916.435,9	344.194

Total dos 100 maiores	100.798.854.093,6	69.808.598
Total dos demais*	116.590.698.672,1	111.621.539
Total Brasil*	217.389.552.765,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Receita total per capita

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2007
			Em reais		
1°	RJ	Quissamã	10.798	187.625.381,1	17.376
2°	SP	Paulínia	8.759	640.415.186,0	73.118
3°	BA	São Francisco do Conde	7.414	221.085.557,1	29.822
4°	SP	Nova Castilho	6.472	6.840.448,3	1.057
5°	BA	Madre de Deus	6.096	94.079.227,0	15.432
6°	MG	Cachoeira Dourada	5.944	14.680.541,9	2.470
7°	RS	Triunfo	5.771	138.593.712,0	24.016
8°	SP	Borá	5.758	4.629.701,0	804
9°	MG	Serra da Saudade	5.468	4.762.504,9	871
10°	MG	Grupiara	5.426	7.661.866,9	1.412
11°	RJ	Macaé	5.233	885.569.713,0	169.229
12°	SP	Cubatão	5.214	624.631.073,0	119.794
13°	ES	Anchieta	4.960	96.477.070,0	19.450
14°	RJ	Porto Real	4.922	71.428.892,2	14.512
15°	GO	Alto Horizonte	4.863	15.343.113,6	3.155
16°	RJ	Carapebus	4.854	51.826.649,8	10.677
17°	GO	Anhanguera	4.751	4.589.469,0	966
18°	RJ	Mangaratiba	4.601	134.612.847,0	29.255
19°	MG	Tapira	4.553	16.276.826,2	3.575
20°	MG	Araporã	4.538	27.726.936,1	6.110
21°	SP	São Sebastião	4.530	303.965.230,3	67.099
22°	RJ	Casimiro de Abreu	4.524	122.533.107,7	27.086
23°	RJ	Armação dos Búzios	4.463	109.609.670,1	24.560
24°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	4.421	40.836.725,0	9.238
25°	RS	São Vendelino	4.314	7.738.702,0	1.794
26°	RS	André da Rocha	4.296	5.180.813,3	1.206
27°	SP	São Caetano do Sul	4.248	615.335.572,7	144.857
28°	RS	Lagoa dos Três Cantos	4.199	6.676.164,5	1.590
29°	MS	Jateí	4.186	15.941.614,8	3.808
30°	RS	Vista Alegre do Prata	4.111	6.133.033,4	1.492
31°	PR	Itaipulândia	4.102	35.195.720,8	8.581
32°	GO	Chapadão do Céu	4.080	21.579.192,0	5.289
33°	GO	Lagoa Santa	4.069	4.984.476,1	1.225
34°	SP	Rubinéia	4.055	10.323.324,1	2.546
35°	RS	Gentil	4.041	6.380.301,2	1.579
36°	SP	Zacarias	4.018	8.955.525,9	2.229
37°	SP	Mira Estrela	4.011	10.331.863,0	2.576
38°	SP	Águas de São Pedro	3.978	9.659.503,1	2.428
39°	GO	Rio Quente	3.920	11.657.351,8	2.974
40°	SC	Alto Bela Vista	3.858	7.797.990,0	2.021
41°	RS	Engenho Velho	3.853	6.103.276,3	1.584
42°	SP	Sandovalina	3.846	12.381.074,4	3.219
43°	SC	Jardinópolis	3.817	7.064.500,5	1.851
44°	SP	Jaguariúna	3.816	140.414.343,8	36.801
45°	SC	Piratuba	3.815	17.434.849,2	4.570
46°	RS	Coqueiro Baixo	3.814	5.972.179,6	1.566
47°	SP	São João de Iracema	3.803	6.586.458,5	1.732
48°	SP	Ouroeste	3.760	26.448.292,0	7.035
49°	RS	Aratiba	3.723	24.629.532,8	6.616
50°	RS	Boa Vista do Sul	3.709	9.877.171,3	2.663
51°	SP	Santa Salete	3.706	5.151.510,0	1.390
52°	PR	Jardim Olinda	3.692	5.394.396,4	1.461

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2007
			Em reais		
53°	SP	Uru	3.687	5.022.149,6	1.362
54°	MT	Vale de São Domingos	3.684	10.643.553,6	2.889
55°	SP	Trabiju	3.626	5.224.610,4	1.441
56°	SC	Irati	3.612	7.313.966,4	2.025
57°	SP	Bertioga	3.609	141.062.012,3	39.091
58°	MG	Cedro do Abaeté	3.605	4.318.208,4	1.198
59°	SE	Carmópolis	3.591	42.725.359,3	11.899
60°	RS	Pinhal da Serra	3.573	7.352.398,9	2.058
61°	RJ	Pirai	3.570	86.451.479,9	24.217
62°	MG	Douradoquara	3.565	6.402.998,5	1.796
63°	MG	Água Comprida	3.555	7.439.824,9	2.093
64°	SP	União Paulista	3.553	5.116.578,7	1.440
65°	SE	Rosário do Catete	3.548	30.222.249,0	8.518
66°	SC	Lajeado Grande	3.548	5.184.081,6	1.461
67°	SP	Mesópolis	3.544	6.265.843,7	1.768
68°	TO	Tupirama	3.540	4.973.603,2	1.405
69°	RS	Montauri	3.537	5.598.282,1	1.583
70°	RS	Santo Antônio do Planalto	3.526	7.154.328,9	2.029
71°	PB	Parari	3.482	4.335.160,1	1.245
72°	MG	Doresópolis	3.469	5.183.007,9	1.494
73°	SC	Presidente Castelo Branco	3.466	6.089.916,5	1.757
74°	RS	Coronel Pilar	3.462	5.739.694,2	1.658
75°	MS	Taquarussu	3.457	10.759.153,2	3.112
76°	RS	Linha Nova	3.442	5.122.394,8	1.488
77°	MT	Santa Rita do Trivelato	3.430	8.588.177,7	2.504
78°	SC	Santiago do Sul	3.414	4.950.079,1	1.450
79°	RJ	Rio das Flores	3.408	27.839.498,6	8.168
80°	RJ	Macuco	3.396	17.813.963,3	5.246
81°	RS	Nicolau Vergueiro	3.388	5.959.848,7	1.759
82°	MT	Serra Nova Dourada	3.385	4.566.861,6	1.349
83°	PB	Riacho de Santo Antônio	3.379	5.148.836,0	1.524
84°	MG	Fortaleza de Minas	3.359	12.879.023,2	3.834
85°	SC	Ouro Verde	3.356	7.222.087,1	2.152
86°	RS	Camargo	3.355	8.289.773,7	2.471
87°	SP	Dirce Reis	3.334	5.274.818,3	1.582
88°	SP	Barueri	3.327	840.777.906,7	252.748
89°	RN	Viçosa	3.320	5.872.291,6	1.769
90°	SP	Santana da Ponte Pensa	3.319	5.490.232,5	1.654
91°	SC	Arvoredo	3.310	7.258.564,0	2.193
92°	SP	Alumínio	3.305	51.817.500,4	15.678
93°	RS	São José do Sul	3.302	6.270.112,0	1.899
94°	SP	Louveira	3.281	98.555.421,8	30.038
95°	GO	Mimoso de Goiás	3.271	9.275.755,7	2.836
96°	PE	Itacuruba	3.270	13.399.071,0	4.097
97°	MG	Pedra Dourada	3.267	6.860.629,9	2.100
98°	SP	Aspásia	3.260	5.834.959,4	1.790
99°	SP	Orindiúva	3.259	16.020.588,7	4.916
100°	RS	Barra Funda	3.253	7.606.626,1	2.338

Total dos 100 maiores	4.624	6.486.403.665,0	1.402.889
Total dos demais	1.172	210.903.149.100,7	180.027.248
Total Brasil*	1.198	217.389.552.765,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Despesa total - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006 em %	Despesa total per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
	14.573.815	Norte	8.574.331,0	9.540.515,3	10.181.189,0	12.104.853,2	13.486.369,0	11,4	925,4
AC	288.614	Rio Branco	192.433,6	199.990,8	211.025,2	299.912,7	296.020,4	-1,3	1.025,7
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	29.722,1	38.135,8	35.801,0	43.922,8	47.901,5	9,1	646,4
AM	1.612.475	Manaus	1.039.793,8	1.135.065,2	1.066.748,3	1.458.017,7	1.577.404,4	8,2	978,3
AM	102.044	Parintins	48.302,8	59.737,5	59.657,9	77.995,2	73.814,5	-5,4	723,4
AP	344.194	Macapá	168.255,8	182.426,4	176.738,8	224.131,7	250.103,8	11,6	726,6
AP	91.615	Santana	31.032,1	32.509,2	42.774,0	56.156,3	73.411,4	30,7	801,3
PA	1.408.847	Belém	854.611,4	982.574,5	890.857,3	1.079.319,2	1.185.748,9	9,9	841,6
PA	484.278	Ananindeua	129.264,1	135.012,4	152.663,5	172.975,9	208.357,8	20,5	430,2
PA	274.285	Santarém	138.256,3	132.993,0	127.415,5	161.990,8	188.736,6	16,5	688,1
RO	371.791	Porto Velho	218.762,5	256.356,3	252.911,7	312.276,3	368.697,1	18,1	991,7
RO	107.638	Ji-Paraná	56.511,7	65.988,6	72.255,2	94.022,5	90.368,1	-3,9	839,6
RR	247.762	Boa Vista	214.241,7	221.017,2	268.561,8	284.432,4	396.323,0	39,3	1.599,6
RR	24.511	Rorainópolis	8.511,7	6.506,6	9.369,6	31.260,0	24.390,3	-22,0	995,1
TO	179.707	Palmas	212.292,3	256.831,2	244.922,5	251.976,3	325.343,8	29,1	1.810,4
TO	117.059	Araguaína	67.438,0	71.088,6	82.345,2	82.238,2	95.945,9	16,7	819,6
	51.504.744	Nordeste	29.798.967,3	32.528.055,3	35.334.113,2	40.950.314,2	44.785.031,2	9,4	869,5
AL	874.014	Maceió	540.011,9	594.638,0	614.920,3	733.383,1	815.360,2	11,2	932,9
AL	202.147	Arapiraca	137.513,5	135.482,1	138.394,3	156.623,2	207.525,9	32,5	1.026,6
BA	2.892.625	Salvador	1.594.510,7	1.707.108,1	1.591.749,6	2.069.381,0	2.161.278,1	4,4	747,2
BA	571.997	Feira de Santana	186.317,4	246.087,9	276.577,3	307.246,3	368.930,3	20,1	645,0
BA	308.204	Vitória da Conquista	148.483,3	182.727,5	197.536,9	200.258,9	225.987,4	12,9	733,2
BA	220.144	Ilhéus	110.197,6	129.866,8	124.705,3	144.673,2	143.660,9	-0,7	652,6
CE	2.431.415	Fortaleza	1.546.208,7	1.687.686,5	1.643.317,9	1.945.223,2	2.298.745,9	18,2	945,4
CE	316.906	Caucaia	122.668,3	134.564,6	164.320,5	192.333,3	196.492,9	2,2	620,0
MA	957.899	São Luís	670.415,2	741.970,0	818.650,2	913.313,8	1.030.365,4	12,8	1.075,7
MA	229.629	Imperatriz	134.689,6	135.537,6	146.005,8	154.776,2	183.092,0	18,3	797,3
PB	674.971	João Pessoa	489.010,2	547.254,7	565.725,5	669.344,1	676.084,1	1,0	1.001,7
PB	371.060	Campina Grande	222.905,9	237.066,6	243.698,1	288.428,6	301.739,3	4,6	813,2
PE	1.533.580	Recife	1.320.108,2	1.490.384,2	1.437.725,2	1.660.983,4	1.860.861,6	12,0	1.213,4
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	158.210,3	230.780,0	273.818,3	319.728,7	349.913,5	9,4	525,9
PE	391.433	Olinda	126.298,7	140.952,3	174.343,7	209.240,3	209.053,9	-0,1	534,1
PE	307.284	Paulista	123.833,2	128.060,4	129.520,1	145.692,2	145.767,1	0,1	474,4
PE	289.086	Caruaru	122.974,0	155.516,5	154.268,3	200.416,4	209.321,6	4,4	724,1
PE	268.339	Petrolina	133.662,9	151.058,5	164.182,8	198.232,9	193.179,5	-2,6	719,9
PI	778.341	Teresina	502.178,7	547.784,2	582.871,2	686.625,0	789.027,0	14,9	1.013,7
PI	140.737	Parnaíba	53.775,4	56.938,3	70.890,0	72.152,6	108.089,0	49,8	768,0
RN	774.205	Natal	540.611,3	613.640,7	654.976,3	767.267,2	887.876,3	15,7	1.146,8
RN	234.392	Mossoró	156.300,9	184.666,2	201.750,8	249.700,1	227.600,9	-8,9	971,0
SE	520.207	Aracaju	407.132,7	449.933,3	499.525,4	520.354,3	606.586,4	16,6	1.166,1
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	56.141,0	69.433,6	72.602,7	56.918,2	92.131,4	61,9	621,2
	10.763.937	Centro-Oeste*	8.834.599,6	9.753.272,1	10.106.709,3	11.385.146,7	12.527.355,5	10,0	1.163,8
GO	1.244.645	Goiânia	1.199.229,1	1.260.832,1	1.238.382,7	1.392.265,2	1.501.271,4	7,8	1.206,2
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	183.783,8	156.925,6	203.492,8	219.566,5	262.843,0	19,7	553,0
GO	325.544	Anápolis	178.039,0	234.480,3	254.268,3	257.210,0	271.117,0	5,4	832,8
MS	724.638	Campo Grande	720.624,8	819.201,1	787.381,4	932.716,1	1.090.772,6	17,0	1.505,3
MS	182.747	Dourados	152.704,7	189.124,0	193.008,7	208.699,9	241.131,8	15,5	1.319,5
MT	527.113	Cuiabá	463.445,5	533.588,7	519.437,3	574.690,1	610.975,0	6,3	1.159,1
MT	230.466	Várzea Grande	150.551,0	177.548,6	167.357,9	176.093,4	203.372,7	15,5	882,4
	77.857.758	Sudeste	78.965.143,5	84.885.827,0	86.807.345,1	97.690.021,7	110.205.705,4	12,8	1.415,5
ES	314.042	Vitória	535.163,5	581.309,8	550.484,0	762.914,7	1.039.305,1	36,2	3.309,5
ES	398.068	Vila Velha	205.818,1	236.506,8	241.502,8	304.018,8	338.379,7	11,3	850,1
ES	385.370	Serra	248.275,4	288.400,3	354.055,6	451.745,6	521.478,6	15,4	1.353,2
ES	356.536	Cariacica	103.499,4	121.770,2	149.930,9	173.499,9	243.101,0	40,1	681,8
MG	2.412.937	Belo Horizonte	2.812.721,4	2.971.753,3	3.145.491,7	3.389.361,0	3.795.861,8	12,0	1.573,1
MG	608.650	Contagem	407.121,8	475.029,4	498.113,3	564.615,2	675.690,1	19,7	1.110,2
MG	608.369	Uberlândia	449.630,5	472.165,4	474.125,9	559.262,7	638.850,5	14,2	1.050,1
MG	513.348	Juiz de Fora	441.772,3	481.108,2	485.235,7	553.123,9	607.922,5	9,9	1.184,2

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006 em %	Despesa total per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
MG	415.098	Betim	487.054,9	539.951,1	570.184,8	700.363,2	746.552,7	6,6	1.798,5
MG	352.384	Montes Claros	211.468,5	234.726,2	231.563,3	277.022,4	337.697,0	21,9	958,3
MG	329.112	Ribeirão das Neves	79.164,4	93.077,4	113.698,9	126.279,6	147.606,4	16,9	448,5
MG	287.760	Uberaba	256.427,6	290.524,0	273.299,2	329.179,8	349.260,8	6,1	1.213,7
MG	260.396	Governador Valadares	202.198,3	237.370,0	231.361,4	261.370,8	273.249,4	4,5	1.049,4
MG	238.397	Ipatinga	245.512,8	287.945,2	281.593,7	348.219,3	350.283,5	0,6	1.469,3
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	8.888.594,4	8.647.237,6	8.445.674,4	8.635.439,6	9.647.096,9	11,7	1.583,2
RJ	960.631	São Gonçalo	347.025,5	351.666,7	332.503,6	369.382,3	411.739,6	11,5	428,6
RJ	842.686	Duque de Caxias	605.196,9	690.725,2	649.900,6	848.105,8	952.125,8	12,3	1.129,9
RJ	830.672	Nova Iguaçu	388.715,7	506.986,3	321.246,4	475.314,2	595.354,8	25,3	716,7
RJ	480.555	Belford Roxo	157.690,9	174.285,5	180.844,4	235.937,1	251.676,5	6,7	523,7
RJ	474.002	Niterói	554.626,0	644.576,9	659.150,2	725.681,9	805.348,9	11,0	1.699,0
RJ	464.282	São João de Meriti	181.054,0	169.956,4	185.609,5	167.039,5	227.684,2	36,3	490,4
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes		761.645,9	654.856,0	1.173.783,1	1.384.067,9	17,9	3.247,8
RJ	306.645	Petrópolis	341.903,5	351.487,4	351.133,2	357.242,6	398.671,5	11,6	1.300,1
RJ	255.653	Volta Redonda	398.339,4	361.344,5	378.993,7	395.465,9	426.016,5	7,7	1.666,4
SP	10.886.518	São Paulo	14.159.933,6	15.282.878,3	14.975.250,8	17.068.797,8	20.234.234,1	18,6	1.858,7
SP	1.236.192	Guarulhos	1.099.317,7	1.175.525,0	1.270.511,1	1.429.858,1	1.553.452,7	8,6	1.256,6
SP	1.039.297	Campinas	1.260.152,1	1.380.485,5	1.523.242,7	1.582.590,1	1.939.580,0	22,6	1.866,2
SP	781.390	São Bernardo do Campo	1.228.057,7	1.498.755,3	1.268.609,7	1.364.597,5	1.524.713,8	11,7	1.951,3
SP	701.012	Osasco	514.082,1	583.508,9	589.961,0	667.544,8	886.629,5	32,8	1.264,8
SP	667.891	Santo André	576.609,0	571.820,7	724.417,9	910.167,8	1.148.660,9	26,2	1.719,8
SP	594.948	São José dos Campos	815.180,3	885.553,8	944.626,0	920.720,4	1.003.581,6	9,0	1.686,8
SP	559.157	Sorocaba	582.649,2	640.816,5	655.818,6	541.930,2	637.314,6	17,6	1.139,8
SP	547.417	Ribeirão Preto	654.862,7	704.471,0	689.228,5	736.867,9	850.752,6	15,5	1.554,1
SP	418.288	Santos	705.391,3	715.907,2	769.988,8	810.547,3	883.491,3	9,0	2.112,2
SP	402.770	São José do Rio Preto	389.840,9	396.895,9	403.483,0	451.736,9	548.630,1	21,5	1.362,1
SP	402.643	Mauá	288.437,4	323.970,1	378.493,3	420.676,2	356.409,3	-15,3	885,2
SP	386.779	Diadema	344.421,2	409.376,6	434.900,4	461.200,3	451.261,7	-2,2	1.166,7
SP	379.566	Carapicuíba	126.432,2	131.582,9	157.576,2	182.863,2	182.196,5	-0,4	480,0
SP	362.991	Mogi das Cruzes	263.274,2	283.214,3	338.772,6	325.587,2	428.323,0	31,6	1.180,0
SP	358.108	Piracicaba	387.678,0	405.208,2	399.892,8	458.229,4	500.607,2	9,3	1.397,9
SP	347.601	Bauru	254.399,9	278.586,4	272.549,7	296.768,8	351.935,7	18,6	1.012,5
SP	342.983	Jundiaí	494.840,6	538.475,6	538.985,2	588.623,7	641.669,2	9,0	1.870,9
	26.729.883	Sul	25.033.764,9	26.710.512,0	26.694.422,3	29.756.091,0	32.856.029,4	10,4	1.229,2
PR	1.797.408	Curitiba	2.424.618,2	2.488.137,3	2.498.288,0	2.884.957,3	3.416.719,5	18,4	1.900,9
PR	497.833	Londrina	497.516,5	499.365,2	445.174,3	504.147,9	525.460,9	4,2	1.055,5
PR	325.968	Maringá	278.122,4	287.316,6	319.159,8	363.006,3	393.149,3	8,3	1.206,1
PR	311.336	Foz do Iguaçu	289.575,6	309.210,1	300.916,4	311.435,7	311.438,8	0,0	1.000,3
PR	306.351	Ponta Grossa	205.538,4	229.143,3	216.458,7	232.330,7	271.568,0	16,9	886,5
PR	285.784	Cascavel	158.793,0	177.265,6	176.160,4	210.243,7	225.604,4	7,3	789,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	200.895,7	243.699,9	239.031,6	229.585,5	245.918,2	7,1	932,8
RS	1.420.667	Porto Alegre	2.248.539,3	2.293.821,9	2.153.992,1	2.186.596,1	2.579.425,0	18,0	1.815,6
RS	399.038	Caxias do Sul	490.916,3	539.359,1	479.546,6	535.188,8	645.802,9	20,7	1.618,4
RS	339.934	Pelotas	276.065,0	282.608,8	252.517,8	260.685,6	295.161,5	13,2	868,3
RS	326.458	Canoas	407.820,5	353.566,0	375.534,1	409.337,8	471.400,0	15,2	1.444,0
RS	263.403	Santa Maria	161.860,9	177.952,1	165.998,2	167.583,9	198.929,5	18,7	755,2
RS	261.150	Gravataí	150.143,5	171.821,4	180.202,1	221.551,1	257.609,7	16,3	986,4
RS	253.264	Viamão	101.453,9	109.510,4	119.025,9	124.812,0	132.708,4	6,3	524,0
RS	253.067	Novo Hamburgo	241.461,9	238.258,3	212.244,4	240.559,8	270.977,8	12,6	1.070,8
SC	396.723	Florianópolis	398.950,8	449.362,9	455.103,7	542.148,9	592.025,2	9,2	1.492,3
SC	487.003	Joinville	494.059,7	586.397,7	572.613,5	576.473,2	653.757,3	13,4	1.342,4
SC	292.972	Blumenau	372.598,5	386.736,9	383.135,1	429.952,3	450.928,7	4,9	1.539,2
	73.054.455	Cidades selecionadas	68.155.433,1	73.849.187,8	73.641.417,6	83.088.439,1	94.899.772,1	14,2	1.299,0
	33.479.343	Até 20 mil hab.	27.613.010,5	29.686.914,7	32.065.059,0	36.577.660,7	39.233.859,1	7,3	1.171,9
	41.708.810	Capitais	44.362.399,4	46.942.784,2	46.290.713,4	52.245.828,2	60.033.513,0	14,9	1.439,4
	181.430.137	Brasil*	151.206.806,3	163.418.181,6	169.123.779,0	191.886.426,8	213.860.490,5	11,5	1.178,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Resultado orçamentário e suficiência de caixa - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Ativo financeiro - Passivo financeiro 2006	Ativo financeiro - Passivo financeiro 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
	14.573.815	Norte	-34.731,7	133.231,2	422.403,9	80.186,3	53.635,2	456.555,9	286.859,7
AC	288.614	Rio Branco	-4.690,7	4.752,8	27.119,2	-14.752,8	27.237,3	62.172,1	42.544,4
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	-805,6	675,8	1.415,0	-30,5	1.159,9	3.598,2	4.631,6
AM	1.612.475	Manaus	-13.860,4	6.508,4	204.355,7	-58.324,8	1.410,1	140.444,8	18.049,6
AM	102.044	Parintins	343,7	-73,0	-438,4	1.811,2	2.693,6	2.064,4	1.411,7
AP	344.194	Macapá	-2.681,5	-5.403,0	20.562,2	20.747,4	25.812,6	74.646,8	81.778,6
AP	91.615	Santana	196,8	1.335,0	2.210,1	-1.868,5	-5.241,8	273,3	10,0
PA	1.408.847	Belém	5.180,6	-9.666,9	64.362,7	26.375,2	33.051,2	164.083,5	204.908,1
PA	484.278	Ananindeua	-2.089,2	6.124,6	31,2	12.380,8	3.265,9	853,3	13.380,8
PA	274.285	Santarém	-15.183,2	-4.130,0	3.572,8	76,2	-2.796,7	5.626,6	1.809,9
RO	371.791	Porto Velho	27.154,9	24.648,7	26.665,9	31,1	-16.654,4	53.786,9	43.277,0
RO	107.638	Ji-Paraná	4.281,9	801,0	2.002,8	4.287,2	2.790,1	11.566,9	17.183,2
RR	247.762	Boa Vista	2.775,1	-80,5	-3.279,6	48.591,0	-37.046,0	1.216,6	-23.235,6
RR	24.511	Rorainópolis	1.032,5	1.333,0	1.305,2	-11.984,3	4.944,9	-10.942,7	-1.905,9
TO	179.707	Palmas	3.827,9	15.274,2	23.002,1	54.834,1	12.467,2	51.763,8	74.789,9
TO	117.059	Araguaína	-2.778,2	13.762,2	2.083,9	7.328,0	-1.989,0	11.964,1	11.483,7
	51.504.744	Nordeste	-948.763,6	103.075,2	787.330,2	-445.901,6	202.282,8	-650.802,6	-690.715,3
AL	874.014	Maceió	-23.259,6	-4.010,6	3.975,6	-53.636,7	-11.121,5	-29.169,7	-31.879,0
AL	202.147	Arapiraca	-14.091,8	-4.263,9	2.239,1	-4.045,0	-15.633,6	-10.586,7	-18.241,7
BA	2.892.625	Salvador	-142.447,1	-130.975,1	-31.253,1	-168.560,8	80.706,4	-583.882,3	-510.934,9
BA	571.997	Feira de Santana	2.383,2	6.731,5	13.293,8	588,6	-9.368,7	28.269,6	20.235,8
BA	308.204	Vitória da Conquista	-11.376,0	-664,0	14.658,4	-5.949,8	-2.398,3	-192,2	-1.549,2
BA	220.144	Ilhéus	3.493,2	-6.488,1	3.919,4	-7.648,1	-13.238,6	-4.652,9	-9.798,9
CE	2.431.415	Fortaleza	126.738,2	77.597,6	235.601,9	86.863,3	-75.108,5	177.989,9	132.547,3
CE	316.906	Caucaia	2.842,3	2.961,2	-7.597,8	7.612,7	10.644,0	20.334,0	25.862,9
MA	957.899	São Luís	3.067,3	40.736,1	37.636,6	-561,5	-5.020,6	13.702,0	8.787,3
MA	229.629	Imperatriz	-8.439,8	8.974,6	-15.448,2	1.382,8	794,1	15.679,7	19.588,7
PB	674.971	João Pessoa	-22.324,0	-134.117,7	50.209,4	-44.897,9	-1.876,3	-11.001,3	11.250,5
PB	371.060	Campina Grande	-14.199,8	-22.973,0	-6.993,6	1.567,9	-20.570,8	776,0	-29.941,7
PE	1.533.580	Recife	-130.851,5	-24.113,1	131.628,4	86.670,7	-20.993,5	336.132,0	321.277,3
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	37.672,7	2.291,2	9.631,5	-6.357,0	-1.182,8	-31.483,5	-24.421,2
PE	391.433	Olinda	-9.378,4	-1.582,7	2.853,5	-6.275,3	2.527,1	-13.446,0	6.046,2
PE	307.284	Paulista	-12.592,9	-3.177,8	5.301,7	-533,0	11.575,1	527,5	-10.809,8
PE	289.086	Caruaru	-6.651,7	-1.901,6	2.863,3	-8.468,4	-11.199,7	-24.190,4	-30.474,9
PE	268.339	Petrolina	27,4	-646,5	-7.791,5	-23.686,0	-13.166,5	-31.762,3	-44.587,6
PI	778.341	Teresina	-4.968,7	2.039,1	39.850,3	30.911,5	14.115,1	169.330,1	186.599,9
PI	140.737	Parnaíba	-2.471,2	-1.032,3	-4.152,5	-3.319,6	-7.135,5	-12.317,6	-15.168,7
RN	774.205	Natal	-16.096,0	6.778,1	6.971,8	-26.567,2	-58.097,4	13.984,7	-42.458,4
RN	234.392	Mossoró	4.513,1	1.640,0	1.213,5	-20.403,5	10.367,1	-21.040,1	-3.265,9
SE	520.207	Aracaju	20.327,9	16.990,8	3.256,9	1.424,7	-25.386,1	27.928,7	32.747,2
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	3.164,6	541,3	7.024,2	26.533,5	1.261,6	-2.242,2	1.137,7
	10.763.937	Centro-Oeste*	-195.069,3	279.350,7	422.777,0	116.647,4	388.226,9	300.824,5	693.946,9
GO	1.244.645	Goiânia	-123.962,5	95.978,8	153.624,3	20.384,0	27.039,9	102.466,6	125.697,5
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	-31.063,7	7.536,8	-16.328,2	-7.436,7	-10.942,7	-37.594,4	-49.436,9
GO	325.544	Anápolis	6.521,7	-7.305,7	-11.468,6	-8.074,1	14.688,4	-25.160,0	-48.038,6
MS	724.638	Campo Grande	21.308,7	-15.004,6	70.958,4	39.362,9	-19.709,2	157.502,3	134.026,0
MS	182.747	Dourados	-72,5	1.704,9	-5.938,3	3.667,5	2.476,0	4.385,0	7.222,1
MT	527.113	Cuiabá	-23.816,5	-20.634,7	38.735,9	-34.192,0	-6.265,5	-85.374,9	-80.324,9
MT	230.466	Várzea Grande	-5.487,8	7.070,6	3.743,6	1.508,0	953,8	18.578,0	22.430,9
	77.857.758	Sudeste	-1.355.389,0	903.843,8	4.134.612,1	2.133.683,4	1.272.007,2	8.302.796,3	11.149.506,5
ES	314.042	Vitória	-11.269,6	40.695,2	162.788,1	28.467,4	-95.740,3	269.231,1	197.695,3
ES	398.068	Vila Velha	-443,2	-7.441,8	22.502,6	2.647,0	1.666,8	8.693,1	-59.548,8
ES	385.370	Serra	2.165,2	6.043,7	15.113,4	12.356,3	-7.662,8	25.920,5	115.321,5
ES	356.536	Cariacica	20.562,9	5.402,9	13.135,1	18.716,0	-13.590,5	33.999,3	28.876,3
MG	2.412.937	Belo Horizonte	-252.705,1	13.697,9	-38.305,7	-131.418,6	-153.144,9	-614.245,9	-628.838,1
MG	608.650	Contagem	35.657,3	-3.767,8	-6.417,3	2.482,8	-37.778,3	1.318,6	-26.316,9
MG	608.369	Uberlândia	19.216,0	38.149,8	64.060,3	22.665,5	33.236,1	137.841,5	170.711,4
MG	513.348	Juiz de Fora	-14.559,5	-8.126,8	19.598,2	-17.600,2	-9.166,6	-989,1	7.860,0

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Ativo financeiro - Passivo financeiro 2006	Ativo financeiro - Passivo financeiro 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						
MG	415.098	Betim	-11.294,6	8.241,1	17.777,7	27.207,7	-21.491,4	31.290,9	36.797,2
MG	352.384	Montes Claros	-14.472,7	4.910,1	2.979,4	-4.969,3	4.043,4	-17.012,4	-7.567,9
MG	329.112	Ribeirão das Neves	-3.443,6	5.448,7	2.821,3	-3.552,5	-13.323,4	-5.502,3	-17.302,4
MG	287.760	Uberaba	-4.917,1	-5.486,2	26.831,0	-109,7	7.153,0	62.343,9	55.136,9
MG	260.396	Governador Valadares	6.112,8	-2.857,7	27.188,7	6.941,6	41.013,4	64.847,9	92.719,1
MG	238.397	Ipatinga	356,6	-11.575,0	18.269,2	-10.952,8	-2.928,9	3.004,4	-1.994,4
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	-287.976,9	379.549,7	-11.390,2	385.190,7	-132.488,2	2.684.541,1	2.623.736,8
RJ	960.631	São Gonçalo	-45.058,2	-10.691,0	28.196,3	3.784,0	-24.759,4	-22.786,6	-16.767,8
RJ	842.686	Duque de Caxias	7.342,1	-5.137,2	93.725,1	10.514,8	-81.800,6	56.153,0	22.573,5
RJ	830.672	Nova Iguaçu	-128.284,2	-26.237,1	90.795,9	6.241,8	-19.448,8	83.846,6	67.435,6
RJ	480.555	Belford Roxo	-1.036,4	8.542,3	28.697,8	19.004,8	9.449,2	47.126,9	52.974,0
RJ	474.002	Niterói	5.602,9	11.214,9	806,8	2.085,7	17.271,8	8.374,6	22.121,6
RJ	464.282	São João de Meriti	-15.253,2	-32.079,2	55.746,2	42.679,6	25.396,4	-27.451,3	-28.198,9
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	0,0	125.718,2	360.872,4	120.885,9	-134.691,9	449.060,4	-
RJ	306.645	Petrópolis	-12.731,2	10.640,4	-18.688,4	-3.676,0	1.133,8	-88.339,3	-109.874,4
RJ	255.653	Volta Redonda	-39.475,0	6.485,3	-14.940,5	-19.803,5	-30.301,9	-97.376,8	-114.587,8
SP	10.886.518	São Paulo	-726.511,2	-133.724,5	1.297.814,4	702.380,7	330.380,5	619.343,8	1.756.851,6
SP	1.236.192	Guarulhos	26.758,0	5.913,3	-36.858,2	13.155,6	18.588,5	24.694,9	42.981,1
SP	1.039.297	Campinas	-40.811,4	-55.904,3	-76.667,0	-41.079,3	-17.294,2	-313.314,1	-178.437,5
SP	781.390	São Bernardo do Campo	92.466,9	67.791,8	40.585,8	64.574,3	196.403,3	366.633,6	462.174,5
SP	701.012	Osasco	12.581,7	8.453,0	28.686,1	47.968,1	-77.821,0	62.711,6	-12.907,2
SP	667.891	Santo André	-5.440,2	31.465,4	14.701,8	61.658,7	-22.687,3	115.060,1	93.211,2
SP	594.948	São José dos Campos	39.417,1	32.323,5	57.626,6	29.578,8	53.455,5	967.906,3	1.107.680,4
SP	559.157	Sorocaba	8.779,8	-14.708,1	8.191,8	43.700,4	26.394,8	8.757,9	20.792,3
SP	547.417	Ribeirão Preto	-13.018,9	-3.199,9	-13.503,4	975,9	45.385,9	3.915,3	54.450,7
SP	418.288	Santos	-3.339,3	6.551,3	16.907,4	6.065,0	-19.168,0	48.165,5	5.431,6
SP	402.770	São José do Rio Preto	3.545,1	9.254,9	9.625,5	14.839,8	20.965,6	49.934,7	76.620,7
SP	402.643	Mauá	410,6	-18.664,8	-13.220,2	-55.218,9	-9.778,2	-67.651,8	-115.897,2
SP	386.779	Diadema	6.521,5	-23.404,8	-20.240,3	6.690,5	-16.548,6	-7.394,8	-48.226,3
SP	379.566	Carapicuíba	-8.712,4	9.180,6	-8.518,8	-468,6	-9.452,5	-20.373,6	-36.823,4
SP	362.991	Mogi das Cruzes	-5.328,9	-12.134,9	7.267,0	16.966,6	649,5	37.363,2	29.663,4
SP	358.108	Piracicaba	-20.595,6	117,3	26.943,6	10.974,8	7.428,4	24.971,0	31.799,8
SP	347.601	Bauru	23.352,5	3.996,8	23.398,9	37.405,8	48.264,6	39.390,2	89.203,2
SP	342.983	Jundiaí	25.992,0	22.636,5	54.846,1	52.184,5	92.290,1	231.687,1	335.605,2
	26.729.883	Sul	492.580,1	890.239,0	2.171.437,4	1.000.343,2	1.612.910,3	3.988.603,0	4.896.534,0
PR	1.797.408	Curitiba	32.227,8	88.347,7	55.220,0	-18.382,9	-14.349,2	90.160,3	76.818,9
PR	497.833	Londrina	-8.350,3	10.338,6	48.336,4	13.693,7	80.301,4	12.798,8	56.768,2
PR	325.968	Maringá	29.337,9	35.334,6	23.668,3	4.276,9	15.977,1	-6.529,7	20.214,2
PR	311.336	Foz do Iguaçu	2.570,3	24.391,8	25.934,3	10.178,0	-6.048,4	17.987,9	-14.158,7
PR	306.351	Ponta Grossa	-7.590,6	-21.941,6	16.373,9	3.491,9	7.062,7	4.135,7	2.544,2
PR	285.784	Cascavel	12.173,4	15.830,4	25.576,5	31.702,0	10.572,6	7.914,0	19.435,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	23.576,7	9.745,3	27.509,5	19.896,3	37.204,7	10.515,6	37.557,0
RS	1.420.667	Porto Alegre	-35.227,9	-86.649,3	37.906,2	70.218,2	35.572,8	106.355,6	162.211,9
RS	399.038	Caxias do Sul	41.779,3	23.167,1	62.747,1	35.698,6	48.779,2	230.055,3	282.657,2
RS	339.934	Pelotas	-16.432,2	-4.267,0	204.026,1	5.997,6	32.684,6	-14.708,6	12.451,5
RS	326.458	Canoas	-42.027,7	5.361,0	27.064,0	1.550,6	-32.855,0	74.996,4	36.489,5
RS	263.403	Santa Maria	12.354,5	10.058,4	10.969,5	8.382,2	1.940,5	28.852,8	22.143,9
RS	261.150	Gravataí	-4.536,9	10.845,5	-10.154,5	-17.241,5	-28.829,2	-45.324,4	-73.961,8
RS	253.264	Viamão	-2.125,7	3.946,6	2.989,6	3.770,3	7.625,3	-885,8	17.514,5
RS	253.067	Novo Hamburgo	872,4	14.635,0	37.433,4	16.509,4	35.339,5	-9.594,2	14.917,4
SC	396.723	Florianópolis	5.540,9	9.977,2	9.755,3	3.983,5	7.015,6	-10.438,6	9.748,1
SC	487.003	Joinville	66.341,0	31.236,9	67.676,7	58.158,7	74.337,6	318.128,2	379.776,4
SC	292.972	Blumenau	1.172,3	17.239,3	13.814,2	-4.070,7	32.480,9	69.129,5	96.689,6
	73.054.455	Cidades selecionadas	-1.586.969,2	641.424,4	4.173.787,1	1.747.320,7	274.153,5	6.905.848,6	7.951.195,2
	33.479.343	Até 20 mil hab.	-357.042,3	599.807,2	1.213.576,0	325.371,5	968.400,3	1.225.134,8	1.802.339,5
	41.708.810	Capitais	-1.574.500,0	259.192,5	2.617.772,5	1.055.141,4	-78.192,9	3.982.670,0	4.927.672,3
	181.430.137	Brasil*	-2.041.373,5	2.309.740,0	7.938.560,6	2.884.958,7	3.529.062,3	12.397.977,0	16.336.131,7

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Crescimento econômico eleva arrecadação

O dinamismo econômico elevou a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2007. Os municípios receberam R\$ 45,40 bilhões, o que significou um crescimento real de 5,6% em relação a 2006. O valor representou 20,9% do total da receita das cidades brasileiras. Destacaram-se as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, que apresentaram aumento nas transferências de, respectivamente, 12,2%, 7,5% e 6,4 %.

O ICMS é o principal imposto do país em termos de arrecadação individual. Em 2007, o volume arrecadado alcançou a cifra de R\$ 188 bilhões, 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A sua base de tributação confunde-se com a própria estrutura setorial da economia e tem uma significativa importância para os estados e municípios do Brasil. Nas fases de crescimento econômico, as transferências de ICMS dão sustentação à parcela

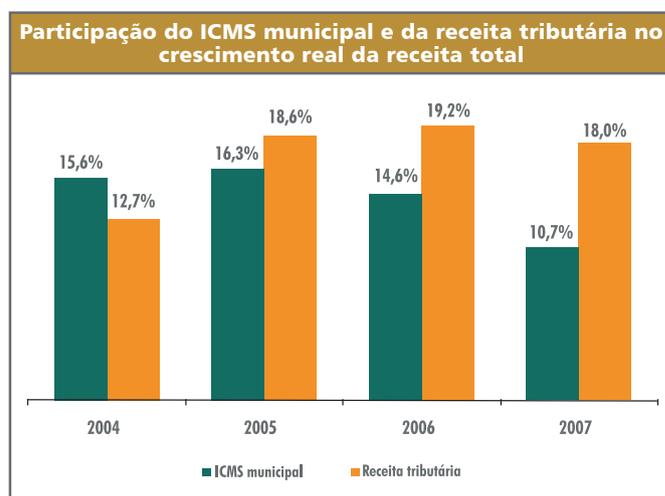
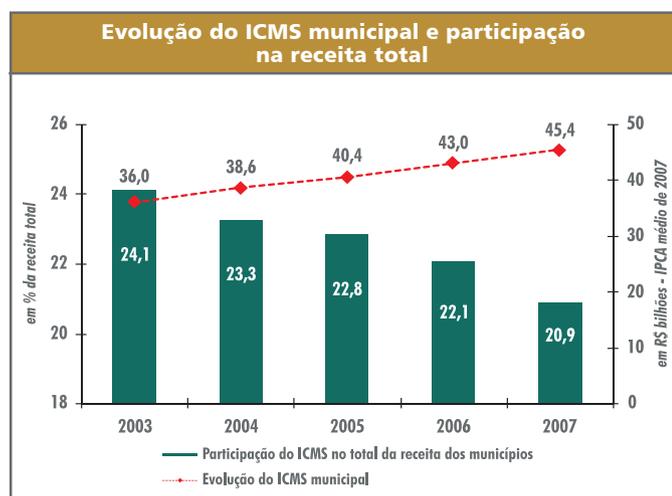
crecente dos gastos municipais. Nos períodos de baixo dinamismo, o menor repasse impõe restrições aos orçamentos, principalmente nas cidades que não possuem uma estrutura de receita própria mais desenvolvida.

Resultado global

O bom desempenho da economia brasileira nos últimos anos impactou a arrecadação de ICMS. A taxa média

anual de expansão do PIB entre 2005 e 2007 foi de 4,5%, bem acima da observada nos últimos doze anos (2,3% ao ano). Em 2007, o mercado interno se constituiu como o principal fator dinâmico do crescimento. O consumo das famílias e o investimento foram os componentes da demanda que mais se destacaram, com expansões de, respectivamente, 6,4% e 13,4%. Nesse contexto, as transferências de ICMS para os municípios cresceram 5,6%, a preços corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que significou um aumento, em relação ao patamar de R\$ 43 bilhões obtido em 2006, da ordem de R\$ R\$ 2,41 bilhões, que foram distribuídos entre os municípios brasileiros em 2007.

A despeito do incremento nas transferências do ICMS às prefeituras,



a participação desse tributo na composição da receita total dos municípios caiu ao longo dos últimos anos. Em 2003, o ICMS representava 24,1% dos recursos disponíveis dos municípios, proporção que diminuiu para 20,9% em 2007. Um dos fatores que ajudam a entender esse fenômeno é a maior eficiência da estrutura de arrecadação municipal, em função do processo de modernização tecnológica e na legislação tributária, aliado ao desempe-

nhos econômico favorável que também influenciou a arrecadação dos impostos de competência municipal (ISS, IPTU, ITBI e taxas). Entre 2006 e 2007, os impostos arrecadados pelas prefeituras cresceram na casa de dois dígitos (ver demais seções).

Nesse cenário, nota-se que houve diminuição da importância relativa das transferências de ICMS no crescimento da receita dos municípios brasileiros: em 2004, a receita total cresceu em valor

R\$ 16,6 bilhões frente a 2003 e o ICMS explicou 15,6% desse incremento; em 2007, houve um aumento de R\$ 22,62 bilhões, e a participação do ICMS no crescimento caiu para 10,7%. No sentido contrário, a receita tributária global aumentou o seu peso na composição do crescimento das receitas totais dos municípios: de uma participação de 12,7% em 2004, a somatória dos tributos passou a explicar 18% do acréscimo global de receita dos municípios em 2007.

A competência do ICMS é estadual e sua incidência recai sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviços, de transporte e de comunicação. Parcela do que é arrecadado permanece no Estado em que as mercadorias são tributadas e produzidas, e a outra fica onde são comercializadas, com algumas exceções, como o tributo incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica, que fica todo onde se produzem esses bens.

As regras de distribuição são definidas pela Constituição Fe-

deral (artigo 158, inciso VI) e por legislação estadual específica. Os governos estaduais repassam 25% de toda a sua arrecadação líquida de ICMS aos respectivos municípios. Segundo a Constituição, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do imposto devem ser repartidos entre os municípios segundo o valor adicionado de cada cidade. A forma de distribuir a parcela restante (um quarto do total) às prefeituras é definida por legislação específica de cada Estado.

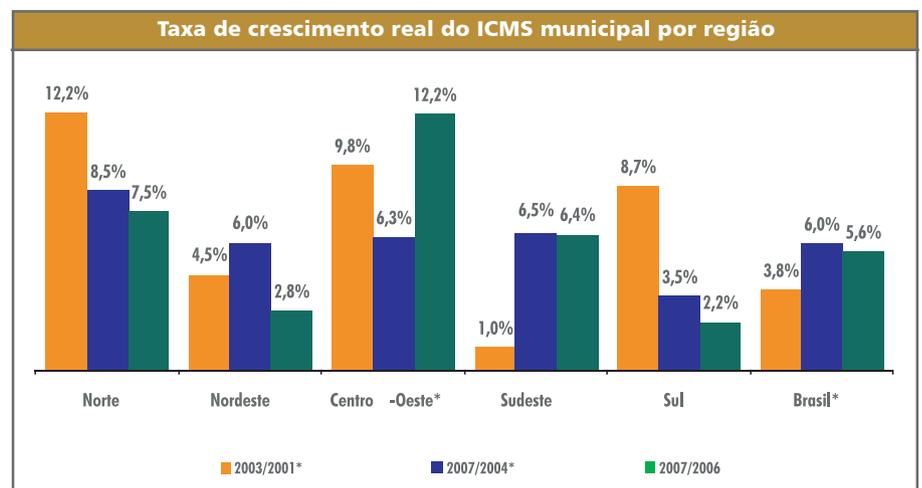
Resultado regional

A trajetória das transferências da quota-parte do ICMS aos municípios pode ser dividida em dois períodos: o primeiro abarca os anos de desaceleração econômica entre 2000 e 2003, quando o país passou pelo chamado “apagão elétrico” e pelo aperto monetário no primeiro ano do governo Lula. Nesse período, a taxa média anual de crescimento real das transferências da quota-parte do ICMS aos municípios foi de 3,8% ao ano, devido especialmente ao baixo dinamismo da região Sudeste (1,1% ao ano). Nas fases descendentes do ciclo econômico as regiões que concentram a indústria e o setor de serviços são impactadas de forma mais intensa. As regiões de fronteira agrícola, Norte e Centro-Oeste, e a região Sul, mais dependentes dos resultados da agropecuária, apresentaram, nesse período, desempenhos superiores à média nacional de, res-

pectivamente, 12,3%, 9,8% e 8,7%. A quota-parte do ICMS da região Nordeste cresceu próximo à média do país (4,6%).

O ciclo de crédito ao consumo, o aumento da taxa de investimento e o crescimento do volume de comércio internacional do país inauguraram uma etapa expansiva no Brasil pós 2004. As transferências da quota-parte municipal do ICMS reagiram

a esse cenário e cresceram, entre 2004 e 2007, 6% em média por ano, patamar bem superior ao observado no período anterior. Nota-se que o crescimento foi mais equilibrado nesse período. Excluindo-se a região Sul, que apresentou alta de 3,5%, a quota-parte do ICMS das demais regiões aumentou na faixa da média nacional, com destaques para as regiões Norte (8,5%) e Sudeste (6,5%).



A aceleração do crescimento econômico em 2007 e a expansão dos preços das *commodities*, especialmente as agrícolas, com destaque para a soja, influenciaram a distribuição regional da quota-parte do ICMS. As regiões Centro-Oeste e Norte exibiram taxas mais elevadas de expansão de, respectivamente, 12,2% e 7,5%. As três capitais dos estados do Centro-Oeste obtiveram aumentos acima de 10%, sendo que Goiânia se sobressaiu com expansão de 16% e acréscimo de R\$ 31,4 milhões nas transferências da quota-parte do ICMS em 2007. Esse valor significou 9,5% de toda a taxa de variação da região. Dentre os municípios dessa região selecionados por **Multi-Cidades**, Dourados, em Mato Grosso do Sul, exibiu a maior taxa de expansão entre 2006 e 2007 (20,1%). A quota-parte do ICMS alcançou R\$ 55,7 milhões, o valor mais alto obtido pelo município nos últimos anos.

O acréscimo de R\$ 1,57 bilhão na quota-parte do ICMS da região Sudeste entre 2006 e 2007 expressou a aceleração do ritmo da atividade econômica. O município de São Paulo respondeu sozinho por 16,9% desse aumento (R\$ 265 milhões), com expansão de 7,5% no período. Se forem somados os ganhos obtidos pelos municípios de maior porte econômico do Estado de São Paulo selecionados por **Multi Cidades**: Guarulhos (R\$ 63,6 milhões), Campinas (R\$ 38,4 milhões), São Bernardo do Campo (R\$ 21,5 milhões), Jundiaí (R\$ 21 milhões), Diadema (R\$ 19,4 milhões) e São José dos Campos (R\$ 18,3 milhões), o acréscimo na quota-parte do ICMS desses seis municípios paulistas alcança o valor de R\$ 447,3 bilhões e explica 28,6% de toda a variação do Sudeste.

Para o secretário de Finanças de Jundiaí, José Antônio Parimoschi, a arrecadação maior é reflexo direto do aquecimento econômico. A diversificação econômica do município leva a uma maior tranquilidade também frente a crises. Mesmo assim, a tendência é de um maior conservadorismo na ela-



José Antônio Parimoschi, secretário municipal de Finanças de Jundiaí

boração do orçamento dos próximos anos. "Temos um parque diversificado. Um setor compensa o outro", diz. Ao longo dos últimos anos, o município se consolidou como importante pólo industrial no Estado de São Paulo, com mais de 800 indústrias e relativo grau de especialização nos segmentos de bens de capital, bens intermediários (produtos químicos e plásticos), material de transporte e bens não-duráveis (alimentos e bebidas), confirmando a sua vocação de centro produtivo e de distribuição, alavancado por sua localização estratégica.

Outro destaque positivo foi o desempenho de Vitória-ES. Entre 2006 e 2007, o município capixaba, impulsionado pelo crescimento do comércio exterior e pelo setor de serviços, obteve expansão real de 24,1% nas transferências da quota-parte do ICMS, o que significou um acréscimo em valor da ordem de R\$ 67,7 milhões, o segundo maior depois de São Paulo. Segundo o subsecretário de Receita da Prefeitura de Vitória, Ângelo Segatto, além da maior arrecadação do Estado, contribuiu para o crescimento o aumento da participação do município na arrecadação, de 21,333% em 2006 para 23,858% em 2007. Em 2008, a participação da capital capixaba aumentou ainda mais, para 24,339%. "A maior arrecadação beneficia todos os municípios, mas o principal é que aumentamos a nossa participação no bolo

nesses dois últimos anos. Para o próximo ano, o movimento tende a se inverter", explica.

Na relação de municípios selecionados pela **Multi Cidades** que apresentaram quedas nas quotas-partes do ICMS entre 2006 e 2007, notam-se a presença da cidade do Rio de Janeiro (-1,9%) e dos municípios de Aracajú (-13,2%), Araguaína-TO (-11,3%), Nossa Senhora do Socorro-SE (-11,2%), Canoas-RS (-9,9%), Foz do Iguaçu-PR (-7,7%), Fortaleza-CE (4,9%) e Uberaba-MG (-4,1%), dentre outros.

A menor arrecadação da cidade de Canoas-RS está relacionada à alteração contábil feita pela Petrobras, que transferiu para Osório-RS o direito de receber o valor adicionado de ICMS por desembarque e distribuição de petróleo na cidade. "O impacto foi considerável na nossa arrecadação. Conseguimos uma liminar judicial que devolveu a Canoas o direito de receber o valor adicionado de ICMS. Com isso, aumentará em R\$ 70 milhões a receita em 2009", explicou o secretário municipal de Planejamento e Orçamento de Canoas, João Batista Portella. A medida foi determinada após ter sido constatado que a cidade de Osório, no litoral gaúcho, não teria direito ao repasse, por apenas ser canal de passagem do produto, ao contrário de Canoas, que abriga em seu território a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), responsável pelo armazenamento e refino da principal matéria-prima para combustíveis, segundo informações do secretário.

No caso de Foz do Iguaçu-PR, a queda dessa transferência, pelo terceiro ano consecutivo, está relacionada à desvalorização do dólar frente ao real. De acordo com a secretária de Fazenda de Foz do Iguaçu, Elenice Nurnberg, a maior parte da receita vem do transporte de energia da hidrelétrica de Itaipu Binacional pelas Centrais Elétricas de Furnas. O preço de comercialização é calculado em dólar, ou seja, com a moeda norte-americana mais fraca, recuou.

VITÓRIA

Nos últimos anos, os investimentos municipais aumentaram 145%.
E o resultado a gente vê por toda a cidade.



A Prefeitura de Vitória prioriza o desenvolvimento humano com investimentos públicos municipais em todas as áreas. Assim, a cidade está cada vez mais bonita, moderna, justa e preparada para o futuro. Uma administração eficiente, com participação popular, que faz Vitória crescer acima da média nacional e ser uma das capitais com a melhor qualidade de vida do Brasil. Mais que números positivos, uma vida melhor para todos.



**PREFEITURA DE
VITÓRIA**

www.vitoria.es.gov.br



Foz do Iguaçu, no Paraná, registrou queda de 7,7% no repasse do ICMS

"A queda foi elevada", diz a secretária. Elenice destaca que a receita média mensal no ano de 2007 ficou pouco acima de R\$ 6,5 milhões, mas a tendência começou a se reverter em 2008, com a alta do dólar frente ao real, que fez a média mensal subir para R\$ 8 milhões. O município também já vê os benefícios do aumento do pagamento de *royalties*. A Itaipu já distribuiu, a título de *royalties*, mais de US\$ 6 bilhões desde o início de

sua operação, divididos entre os dois países. A verba atinge todas as esferas de governo, mas, no Brasil, beneficia principalmente os municípios do entorno do reservatório.

A distribuição da atividade econômica ao longo dos últimos anos caracterizou-se pela desconcentração regional fora do eixo Rio - São Paulo. A evolução das transferências da quota-parce do ICMS confirma essa tendência. A comparação entre os períodos, mostra

que a região Sudeste foi a única que perdeu participação na distribuição do ICMS, de 58,6% no primeiro período (2000-2003), passou a receber, entre 2004 e 2007, em média 56,7% do total. A região mais beneficiada foi o Norte, que aumentou a sua parcela no total distribuído, de 4,8% para 5,7%, na mesma base de comparação.

É importante ressaltar que, em 2007, o crescimento econômico ancorado no mercado interno beneficiou as

ICMS municipal - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	4.015,3	21,0	296,4	204,9	17,1	216,1	374,7	9,1	100,8
De 10 mil até 20 mil hab.	4.196,4	19,9	210,6	300,6	19,2	181,7	710,7	9,5	84,5
De 20 mil até 50 mil hab.	6.155,7	20,4	205,1	465,1	16,5	138,9	1.275,3	12,5	103,2
De 50 mil até 100 mil hab.	5.332,2	22,9	244,3	462,6	23,0	216,1	819,3	15,5	117,7
De 100 mil até 200 mil hab.	5.105,6	23,5	292,0	247,1	17,2	170,3	556,6	18,6	166,3
De 200 mil até 500 mil hab.	7.267,8	23,5	265,9	259,2	15,2	128,9	681,6	21,6	168,6
Acima de 500 mil hab.	13.329,3	18,8	259,9	722,0	25,8	239,0	2.102,7	17,9	165,9
Total dos municípios	45.402,3	20,9	250,3	2.661,5	19,7	182,6	6.520,9	14,5	126,6

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

idades mais industrializadas. A região Sudeste recuperou parte do que tinha perdido entre 2000 e 2006 e concentrou 57,2% da quota-parte do ICMS. As regiões Norte e Centro-Oeste mantiveram a trajetória de ampliar a participação na distribuição do ICMS e alcançaram, respectivamente, 5,9% e 6,7% do total distribuído em 2007. A região Nordeste manteve o mesmo patamar (14,4%) da média do período (2004-2007) e a região Sul perdeu peso e atingiu a menor participação no período (15,9%).

Composição regional do ICMS municipal 2000-2007

	Média do período		Ano	
	2000-2003	2004-2007	2006	2007
Norte	5,3%	5,7%	5,8%	5,9%
Nordeste	14,3%	14,4%	14,8%	14,4%
Centro-Oeste	6,6%	6,6%	6,3%	6,7%
Sudeste	56,2%	56,7%	56,7%	57,2%
Sul	17,5%	16,6%	16,4%	15,9%
Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Ranking nacional em 2007

Dez cidades concentraram quase 20% do total das quotas-parte municipais do ICMS distribuídas em todo país e receberam transferências no valor de R\$ 9,0 bilhões em 2007. São Paulo liderou o ranking com recebimento de R\$ 3,78 bilhões. A lista dos dez maiores municípios receptores da quota-parte do ICMS em 2007 permaneceu com as mesmas cidades em relação a 2006. A alteração mais significativa foi a queda de Paulínia, que passou de terceiro para quinto colocado.

Comparativamente ao tamanho da população, as cidades que obtiveram os patamares mais elevados de transferência da quota-parte do ICMS são as de baixa população e com estrutura produtiva

especializada nos setores de petróleo, energia elétrica e agronegócio. No ranking dos dez municípios que mais recebem repasses de ICMS per capita, três cidades deixaram de fazer parte desse conjunto em 2007: Alcinópolis-MS e Luis Antônio-SP, em função da recontagem populacional que adicionou cerca de 2.000 habitantes nas suas populações, e Cubatão-SP, devido ao menor crescimento das transferências da quota-parte do ICMS, em relação às cidades que entraram no ranking. Jaquariúna-SP (pólo de tecnologia no interior de São Paulo), Cachoeira Dourada-MG (recebe os royalties da Usina Hidroelétrica Cemig) e Chapadão do Céu-GO (produtor de soja em Goiás) substituíram as cidades que deixaram o ranking em 2007.

Os dez maiores ICMS municipal no Brasil - 2007

Posição	UF	Município	ICMS em reais	População 2007
1º	SP	São Paulo	3.787.062.816,0	10.886.518
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.267.543.927,0	6.093.472
3º	SP	Guarulhos	546.478.152,2	1.236.192
4º	AM	Manaus	538.519.688,2	1.612.475
5º	SP	Paulínia	524.457.198,0	73.118
6º	SP	São Bernardo do Campo	496.779.134,5	781.390
7º	SP	São José dos Campos	491.038.998,9	594.948
8º	MG	Belo Horizonte	462.402.157,0	2.412.937
9º	PE	Recife	460.753.508,1	1.533.580
10º	MG	Betim	430.726.425,1	415.098

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dez maiores ICMS municipal por habitante no Brasil - 2007

Posição	UF	Município	ICMS munic. per capita	ICMS municipal	População 2007
			Em reais		
1º	SP	Paulínia	7.173	524.457.198,0	73.118
2º	BA	São Francisco do Conde	5.939	177.126.058,9	29.822
3º	RS	Triunfo	3.876	93.086.316,0	24.016
4º	BA	Madre de Deus	3.652	56.357.293,0	15.432
5º	RJ	Porto Real	3.445	49.991.696,7	14.512
6º	MG	Araporá	3.253	19.877.620,1	6.110
7º	MG	Cachoeira Dourada	3.118	7.700.629,5	2.470
8º	SP	Ouroeste	2.912	20.485.677,7	7.035
9º	SP	Jaquariúna	2.636	96.998.081,3	36.801
10º	GO	Chapadão do Céu	2.537	13.416.716,0	5.289

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ICMS municipal per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	550,2	26,4	419,7	1.548,3	24,7	371,8	1.337,2	24,6	392,6
De 10 mil até 20 mil hab.	561,2	28,4	365,4	1.731,2	27,1	337,1	892,7	24,4	279,1
De 20 mil até 50 mil hab.	585,5	25,8	296,0	2.698,2	26,4	327,5	1.131,6	24,1	276,6
De 50 mil até 100 mil hab.	448,2	29,0	329,9	2.726,1	26,6	368,3	876,1	20,8	221,0
De 100 mil até 200 mil hab.	233,7	21,3	221,9	3.119,6	24,8	358,8	948,6	26,2	322,9
De 200 mil até 500 mil hab.	126,0	17,0	122,2	4.835,8	26,1	337,3	1.365,1	20,1	230,9
Acima de 500 mil hab.	546,8	17,1	219,0	9.295,1	19,7	311,0	662,7	11,0	205,9
Total dos municípios	3.051,6	23,6	283,5	25.954,2	23,3	333,4	7.214,0	20,9	269,9

ICMS municipal - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006	Participação na receita total	ICMS per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA					Em %		em reais
	14.573.815	Norte	1.918.903,2	2.099.339,8	2.248.188,1	2.474.787,8	2.661.508,7	7,5	19,7	182,6
AC	288.614	Rio Branco	30.024,4	34.499,2	42.002,5	43.363,1	45.497,2	4,9	14,1	157,6
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	6.388,2	7.340,2	8.936,7	9.319,5	9.680,3	3,9	19,7	130,6
AM	1.612.475	Manaus	409.466,1	465.189,1	443.560,1	505.757,8	538.519,7	6,5	34,1	334,0
AM	102.044	Parintins	9.106,7	10.052,5	10.881,9	11.747,4	12.554,8	6,9	16,4	123,0
AP	344.194	Macapá	25.174,6	29.531,0	36.290,9	41.673,5	45.032,3	8,1	16,3	130,8
AP	91.615	Santana	10.957,4	12.726,3	15.498,6	17.863,0	18.539,8	3,8	27,2	202,4
PA	1.408.847	Belém	154.902,6	154.064,7	159.952,7	175.188,7	183.454,6	4,7	15,1	130,2
PA	484.278	Ananindeua	29.829,0	30.193,2	31.093,5	35.794,4	38.432,7	7,4	18,2	79,4
PA	274.285	Santarém	20.157,3	18.326,3	16.905,5	22.536,4	22.651,5	0,5	12,2	82,6
RO	371.791	Porto Velho	51.258,1	56.376,7	60.953,5	59.498,6	60.877,7	2,3	17,3	163,7
RO	107.638	Ji-Paraná	21.579,1	23.143,7	25.298,1	24.745,7	25.999,0	5,1	27,9	241,5
RR	247.762	Boa Vista	24.209,8	25.294,6	32.621,3	39.987,8	46.735,0	16,9	13,0	188,6
RR	24.511	Rorainópolis	1.081,4	1.014,2	1.039,7	1.099,4	1.333,8	21,3	4,6	54,4
TO	179.707	Palmas	18.939,8	21.993,0	22.652,5	22.769,2	24.783,5	8,9	7,3	137,9
TO	117.059	Araguaína	20.537,2	22.801,5	19.187,2	19.883,8	17.631,0	-11,3	18,8	150,6
	51.504.744	Nordeste	5.159.455,3	5.512.793,6	5.747.162,0	6.344.301,1	6.520.902,8	2,8	14,5	126,6
AL	874.014	Maceió	69.812,4	76.493,7	80.530,1	98.393,7	105.897,4	7,6	13,2	121,2
AL	202.147	Arapiraca	8.310,6	8.114,9	8.598,0	11.647,5	14.120,3	21,2	7,4	69,9
BA	2.892.625	Salvador	288.456,0	298.248,9	287.307,7	274.489,1	282.905,6	3,1	12,6	97,8
BA	571.997	Feira de Santana	52.408,7	54.815,5	50.131,5	50.996,1	54.904,3	7,7	15,3	96,0
BA	308.204	Vitória da Conquista	20.155,2	21.455,3	21.036,1	19.979,9	21.106,4	5,6	9,4	68,5
BA	220.144	Ilhéus	28.504,6	27.626,6	27.404,1	32.774,8	31.766,1	-3,1	24,4	144,3
CE	2.431.415	Fortaleza	344.390,8	330.864,4	316.184,3	374.321,7	356.151,5	-4,9	16,0	146,5
CE	316.906	Caucaia	15.541,6	15.477,3	15.643,8	28.174,3	34.467,4	22,3	16,6	108,8
MA	957.899	São Luís	163.112,5	185.929,9	201.128,2	221.002,1	217.194,5	-1,7	21,2	226,7
MA	229.629	Imperatriz	13.697,2	17.682,0	19.102,4	23.004,3	25.376,3	10,3	13,8	110,5
PB	674.971	João Pessoa	85.382,9	88.226,5	106.978,8	114.690,5	120.442,1	5,0	17,9	178,4
PB	371.060	Campina Grande	48.873,1	45.321,3	48.585,4	53.631,3	52.513,9	-2,1	18,7	141,5
PE	1.533.580	Recife	363.526,1	379.081,2	410.762,4	444.495,7	460.753,5	3,7	25,0	300,4
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	87.570,8	91.785,9	98.502,6	106.572,7	113.136,0	6,2	32,4	170,0
PE	391.433	Olinda	22.347,3	23.784,1	24.843,0	26.359,3	31.187,0	18,3	14,7	79,7
PE	307.284	Paulista	26.413,9	25.116,5	26.042,7	27.575,9	27.849,6	1,0	17,7	90,6
PE	289.086	Caruaru	19.055,3	27.851,8	30.538,2	33.827,8	35.979,4	6,4	18,2	124,5
PE	268.339	Petrolina	23.233,8	24.191,2	26.337,2	31.042,1	34.525,2	11,2	19,2	128,7
PI	778.341	Teresina	94.958,6	110.051,8	134.164,9	149.785,2	148.576,4	-0,8	18,5	190,9
PI	140.737	Parnaíba	11.128,8	10.140,8	9.674,2	11.167,1	12.149,8	8,8	12,0	86,3
RN	774.205	Natal	131.980,1	141.847,1	149.550,7	176.841,2	180.106,6	1,9	21,7	232,6
RN	234.392	Mossoró	43.059,1	47.133,7	51.950,6	60.588,0	62.161,3	2,6	26,1	265,2
SE	520.207	Aracaju	57.609,4	66.476,3	67.504,3	72.201,7	62.679,1	-13,2	10,8	120,5
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	12.459,1	13.661,6	16.158,1	16.679,4	14.644,6	-12,2	15,7	98,7
	10.763.937	Centro-Oeste*	2.391.797,6	2.582.051,0	2.636.876,7	2.720.789,3	3.051.648,4	12,2	23,6	283,5
GO	1.244.645	Goiânia	258.969,8	252.699,8	237.963,7	196.081,5	227.469,1	16,0	14,9	182,8
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	24.243,5	23.707,1	23.570,7	23.514,5	26.359,0	12,1	10,5	55,5
GO	325.544	Anápolis	64.195,5	63.043,4	59.853,4	53.123,8	58.979,8	11,0	20,6	181,2
MS	724.638	Campo Grande	114.023,9	131.976,6	144.196,1	167.116,5	185.317,3	10,9	17,3	255,7
MS	182.747	Dourados	34.242,6	37.877,3	40.488,2	46.404,1	55.737,7	20,1	22,9	305,0
MT	527.113	Cuiabá	100.221,3	119.907,2	130.113,0	117.129,9	134.033,3	14,4	22,2	254,3
MT	230.466	Várzea Grande	34.510,1	39.250,1	36.085,3	34.366,1	40.701,3	18,4	19,9	176,6
	77.857.758	Sudeste	20.206.468,6	21.844.790,6	22.775.167,5	24.389.142,7	25.954.237,3	6,4	23,3	333,4
ES	314.042	Vitória	204.099,5	253.245,0	269.972,5	280.897,8	348.461,3	24,1	36,9	1.109,6
ES	398.068	Vila Velha	58.600,6	66.765,9	72.105,8	74.049,3	79.443,2	7,3	23,4	199,6
ES	385.370	Serra	121.981,9	139.094,1	171.071,8	207.830,4	245.081,6	17,9	47,7	636,0
ES	356.536	Cariacica	29.549,7	36.015,2	40.455,0	46.023,3	51.840,7	12,6	22,6	145,4
MG	2.412.937	Belo Horizonte	371.378,4	405.406,6	412.545,5	417.846,8	462.402,2	10,7	12,7	191,6
MG	608.650	Contagem	155.254,5	175.060,7	185.140,4	185.024,4	204.378,1	10,5	32,0	335,8
MG	608.369	Uberlândia	137.093,4	144.935,3	159.126,3	169.171,8	197.040,2	16,5	29,3	323,9
MG	513.348	Juiz de Fora	83.868,1	87.933,6	92.014,5	89.733,1	96.336,8	7,4	16,1	187,7

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006	Participação na receita total	ICMS per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA					Em %		em reais
MG	415.098	Betim	323.655,5	343.338,6	367.846,0	392.010,3	430.726,4	9,9	59,4	1.037,7
MG	352.384	Montes Claros	42.195,8	44.753,0	44.624,2	41.567,4	44.363,1	6,7	13,0	125,9
MG	329.112	Ribeirão das Neves	9.401,7	11.294,6	12.752,1	12.951,1	13.718,2	5,9	10,2	41,7
MG	287.760	Uberaba	64.339,3	76.700,5	91.167,8	99.114,2	95.064,0	-4,1	26,7	330,4
MG	260.396	Governador Valadares	26.079,7	28.035,6	29.103,4	29.624,3	32.908,2	11,1	10,5	126,4
MG	238.397	Ipatinga	97.948,4	118.783,8	132.537,6	151.043,4	151.594,6	0,4	43,6	635,9
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	1.203.671,2	1.345.162,1	1.281.490,5	1.292.058,3	1.267.543,9	-1,9	13,3	208,0
RJ	960.631	São Gonçalo	75.790,4	82.211,3	78.702,0	79.083,1	79.275,9	0,2	20,5	82,5
RJ	842.686	Duque de Caxias	248.457,2	294.187,2	327.872,0	322.966,0	334.444,6	3,6	38,4	396,9
RJ	830.672	Nova Iguaçu	66.223,4	72.436,8	70.570,9	73.003,4	75.242,6	3,1	13,1	90,6
RJ	480.555	Belford Roxo	38.789,3	46.714,2	49.560,7	53.923,2	53.314,0	-1,1	20,4	110,9
RJ	474.002	Niterói	67.416,4	76.292,0	82.262,3	101.120,1	110.977,7	9,8	13,5	234,1
RJ	464.282	São João de Meriti	36.205,4	34.712,2	34.735,1	34.848,8	35.845,8	2,9	14,2	77,2
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	153.319,8	120.637,3	126.321,5	135.411,4	7,2	10,8	317,8
RJ	306.645	Petrópolis	50.371,1	50.792,4	47.935,5	54.947,6	63.708,2	15,9	15,9	207,8
RJ	255.653	Volta Redonda	131.059,0	127.110,3	125.235,0	132.277,0	139.258,1	5,3	35,2	544,7
SP	10.886.518	São Paulo	3.133.573,1	3.264.276,3	3.293.186,2	3.522.060,9	3.787.062,8	7,5	18,4	347,9
SP	1.236.192	Guarulhos	454.603,9	456.737,0	434.184,2	482.841,7	546.478,2	13,2	34,8	442,1
SP	1.039.297	Campinas	328.759,1	331.040,7	333.742,2	377.402,2	415.853,7	10,2	21,6	400,1
SP	781.390	São Bernardo do Campo	407.516,4	416.834,9	423.967,6	475.243,2	496.779,1	4,5	28,9	635,8
SP	701.012	Osasco	165.017,9	180.706,3	189.839,8	198.663,9	197.684,2	-0,5	24,4	282,0
SP	667.891	Santo André	186.911,1	192.228,4	203.476,9	228.757,1	229.776,5	0,5	20,4	344,0
SP	594.948	São José dos Campos	513.569,3	507.713,9	460.059,8	472.782,2	491.039,0	3,9	46,5	825,4
SP	559.157	Sorocaba	168.670,3	166.761,4	171.979,8	194.904,3	210.822,5	8,2	31,8	377,0
SP	547.417	Ribeirão Preto	116.200,5	152.748,6	169.243,1	190.202,3	202.900,3	6,7	22,6	370,7
SP	418.288	Santos	103.752,5	120.239,0	133.168,8	149.082,3	158.837,4	6,5	18,4	379,7
SP	402.770	São José do Rio Preto	76.365,2	80.419,4	82.902,4	85.828,4	91.329,7	6,4	16,0	226,8
SP	402.643	Mauá	149.090,2	150.228,1	158.904,5	170.413,6	170.226,4	-0,1	49,1	422,8
SP	386.779	Diadema	141.423,3	144.250,1	143.485,4	157.202,7	176.649,2	12,4	40,6	456,7
SP	379.566	Carapicuíba	31.478,5	34.471,9	37.631,8	40.222,1	41.925,3	4,2	24,3	110,5
SP	362.991	Mogi das Cruzes	72.467,0	75.983,9	84.295,6	97.804,9	103.373,9	5,7	24,1	284,8
SP	358.108	Piracicaba	102.513,9	115.719,4	123.772,3	132.608,5	139.257,7	5,0	27,4	388,9
SP	347.601	Bauru	64.398,2	67.236,6	69.995,6	73.907,0	78.090,8	5,7	19,5	224,7
SP	342.983	Jundiaí	154.280,8	175.945,7	182.537,6	207.447,1	228.457,9	10,1	31,1	666,1
PR	26.729.883	Sul	6.294.389,9	6.517.658,6	6.998.869,8	7.056.723,7	7.214.033,5	2,2	20,9	269,9
PR	1.797.408	Curitiba	285.351,6	280.700,2	283.912,9	301.403,7	334.261,7	10,9	9,8	186,0
PR	497.833	Londrina	69.766,4	73.026,9	75.910,9	76.965,2	77.817,4	1,1	12,9	156,3
PR	325.968	Maringá	44.745,1	46.413,6	47.955,0	51.024,4	54.625,3	7,1	13,4	167,6
PR	311.336	Foz do Iguaçu	96.901,6	112.315,1	107.671,7	88.522,3	81.715,8	-7,7	26,8	262,5
PR	306.351	Ponta Grossa	61.025,2	58.555,5	68.110,0	69.189,7	70.563,3	2,0	25,3	230,3
PR	285.784	Cascavel	37.804,8	41.275,4	42.154,4	42.810,2	40.486,8	-5,4	17,1	141,7
PR	263.622	São José dos Pinhais	82.542,5	111.806,5	112.039,4	108.558,4	121.374,2	11,8	42,9	460,4
RS	1.420.667	Porto Alegre	339.546,9	329.285,7	344.825,2	318.324,9	328.424,4	3,2	12,6	231,2
RS	399.038	Caxias do Sul	140.339,6	137.649,9	149.575,0	147.272,8	157.280,8	6,8	22,6	394,2
RS	339.934	Pelotas	36.216,3	39.540,9	10.476,6	41.458,3	41.435,3	-0,1	12,6	121,9
RS	326.458	Canoas	156.407,3	147.950,1	169.979,6	174.895,4	157.566,1	-9,9	35,9	482,7
RS	263.403	Santa Maria	30.958,4	29.702,3	32.946,1	32.202,7	32.289,0	0,3	16,1	122,6
RS	261.150	Gravataí	52.471,6	59.374,6	63.740,0	63.038,0	69.964,0	11,0	30,6	267,9
RS	253.264	Viamão	18.652,7	20.391,2	25.593,2	26.386,9	26.625,3	0,9	19,0	105,1
RS	253.067	Novo Hamburgo	65.190,4	57.837,4	65.561,9	57.719,1	58.640,3	1,6	19,1	231,7
SC	396.723	Florianópolis	56.171,5	56.993,1	58.036,6	57.599,2	62.392,9	8,3	10,4	157,3
SC	487.003	Joinville	155.384,6	154.369,3	154.920,6	143.285,1	153.988,2	7,5	21,2	316,2
SC	292.972	Blumenau	92.055,8	90.276,3	90.021,0	82.277,3	87.644,7	6,5	18,1	299,2
	73.054.455	Cidades selecionadas	15.331.559,3	16.407.692,3	16.727.072,3	17.736.950,0	18.792.935,8	6,0	19,8	257,3
	33.479.343	Até 20 mil habitantes	6.348.521,9	6.881.802,7	7.465.554,1	7.890.467,0	8.211.738,1	4,1	20,4	245,3
	41.708.810	Capitais	8.380.211,2	8.903.820,5	9.008.387,0	9.484.978,8	10.016.975,7	5,6	16,7	240,2
	181.430.137	Brasil*	35.971.014,6	38.556.633,7	40.406.264,1	42.985.744,7	45.402.330,8	5,6	20,9	250,3

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

ICMS municipal

Posição	UF	Município	ICMS em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	3.787.062.816,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	1.267.543.927,0	6.093.472
3°	SP	Guarulhos	546.478.152,2	1.236.192
4°	AM	Manaus	538.519.688,2	1.612.475
5°	SP	Paulínia	524.457.198,0	73.118
6°	SP	São Bernardo do Campo	496.779.134,5	781.390
7°	SP	São José dos Campos	491.038.998,9	594.948
8°	MG	Belo Horizonte	462.402.157,0	2.412.937
9°	PE	Recife	460.753.508,1	1.533.580
10°	MG	Betim	430.726.425,1	415.098
11°	SP	Campinas	415.853.716,8	1.039.297
12°	SP	Barueri	357.975.687,1	252.748
13°	CE	Fortaleza	356.151.538,0	2.431.415
14°	ES	Vitória	348.461.254,7	314.042
15°	RJ	Duque de Caxias	334.444.557,8	842.686
16°	PR	Curitiba	334.261.699,8	1.797.408
17°	RS	Porto Alegre	328.424.444,0	1.420.667
18°	SP	Cubatão	301.284.568,0	119.794
19°	BA	Salvador	282.905.555,3	2.892.625
20°	ES	Serra	245.081.594,3	385.370
21°	BA	Camaçari	236.249.965,4	220.495
22°	SP	Santo André	229.776.451,3	667.891
23°	SP	Jundiaí	228.457.873,7	342.983
24°	GO	Goiânia	227.469.080,9	1.244.645
25°	MA	São Luís	217.194.544,9	957.899
26°	SP	Sorocaba	210.822.500,4	559.157
27°	PR	Araucária	206.184.897,9	111.952
28°	MG	Contagem	204.378.096,4	608.650
29°	SP	Ribeirão Preto	202.900.315,6	547.417
30°	SP	Osasco	197.684.227,3	701.012
31°	MG	Uberlândia	197.040.239,0	608.369
32°	SP	São Caetano do Sul	188.538.552,8	144.857
33°	MS	Campo Grande	185.317.319,5	724.638
34°	PA	Belém	183.454.630,0	1.408.847
35°	RN	Natal	180.106.641,9	774.205
36°	BA	São Francisco do Conde	177.126.058,9	29.822
37°	SP	Diadema	176.649.234,0	386.779
38°	SP	Mauá	170.226.370,1	402.643
39°	RJ	Angra dos Reis	165.859.429,3	149.395
40°	SP	Santos	158.837.369,0	418.288
41°	RS	Canoas	157.566.091,6	326.458
42°	RS	Caxias do Sul	157.280.805,6	399.038
43°	SC	Joinville	153.988.199,8	487.003
44°	MG	Ipatinga	151.594.606,9	238.397
45°	PI	Teresina	148.576.383,1	778.341
46°	PE	Ipojuca	143.606.274,7	69.781
47°	RJ	Macaé	140.942.709,3	169.229
48°	RJ	Volta Redonda	139.258.100,0	255.653
49°	SP	Piracicaba	139.257.722,8	358.108
50°	RJ	Campos dos Goytacazes	135.411.421,9	426.154
51°	MT	Cuiabá	134.033.305,4	527.113
52°	SP	Suzano	123.551.622,5	268.777

Posição	UF	Município	ICMS em reais	População 2007
53°	PR	São José dos Pinhais	121.374.212,5	263.622
54°	PB	João Pessoa	120.442.076,2	674.971
55°	SP	Taubaté	117.035.522,5	265.514
56°	SP	Limeira	113.278.619,1	272.734
57°	PE	Jaboatão dos Guararapes	113.136.004,8	665.387
58°	RJ	Niterói	110.977.711,3	474.002
59°	AL	Maceió	105.897.395,4	874.014
60°	SP	Jacarei	105.854.590,6	207.028
61°	SP	Mogi das Cruzes	103.373.901,0	362.991
62°	SP	Americana	100.368.508,7	199.094
63°	SP	Sumaré	99.127.991,2	228.696
64°	SP	Jaguariúna	96.998.081,3	36.801
65°	MG	Juiz de Fora	96.336.750,7	513.348
66°	MG	Uberaba	95.063.980,5	287.760
67°	RS	Triunfo	93.086.316,0	24.016
68°	SC	Itajaí	91.497.843,4	163.298
69°	SP	São José do Rio Preto	91.329.676,9	402.770
70°	PE	Cabo de Santo Agostinho	89.149.205,1	162.476
71°	SC	Blumenau	87.644.683,6	292.972
72°	SP	Indaiatuba	85.035.960,2	173.508
73°	SP	Hortolândia	84.766.187,0	190.781
74°	PA	Parauapebas	84.127.115,4	133.261
75°	SP	Taboão da Serra	83.273.117,0	219.200
76°	SP	Cotia	82.952.370,9	172.823
77°	PR	Foz de Iguaçu	81.715.770,3	311.336
78°	ES	Vila Velha	79.443.228,8	398.068
79°	RJ	São Gonçalo	79.275.895,8	960.631
80°	SP	Rio Claro	78.314.635,3	185.421
81°	SP	Bauru	78.090.816,8	347.601
82°	SP	Pindamonhangaba	77.959.354,0	136.263
83°	PR	Londrina	77.817.406,7	497.833
84°	RJ	Nova Iguaçu	75.242.631,4	830.672
85°	MG	Itabira	74.052.931,7	105.199
86°	SP	São Carlos	73.301.045,1	212.956
87°	SP	Mogi Guaçu	72.933.450,6	131.879
88°	SP	São Sebastião	72.507.616,0	67.099
89°	RJ	Itaguaí	71.840.261,4	95.468
90°	ES	Aracruz	70.898.690,0	73.348
91°	GO	Rio Verde	70.754.575,6	149.113
92°	PR	Ponta Grossa	70.563.262,4	306.351
93°	MS	Corumbá	70.098.263,3	96.343
94°	RS	Gravataí	69.964.011,2	261.150
95°	GO	Senador Canedo	69.480.264,0	70.820
96°	CE	Maracanaú	67.732.486,7	197.301
97°	SC	Jaraguá do Sul	65.873.030,4	130.060
98°	AM	Coari	63.998.370,0	61.069
99°	RJ	Petrópolis	63.708.230,0	306.645
100°	SP	Franca	63.649.286,9	319.094

Total dos 100 maiores	22.091.290.998,1	65.962.563
Total dos demais*	23.311.039.786,6	115.467.574
Total Brasil*	45.402.330.784,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

ICMS municipal per capita

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2007
			Em reais		
1°	SP	Paulínia	7.173	524.457.198,0	73.118
2°	BA	São Francisco do Conde	5.939	177.126.058,9	29.822
3°	RS	Triunfo	3.876	93.086.316,0	24.016
4°	BA	Madre de Deus	3.652	56.357.293,0	15.432
5°	RJ	Porto Real	3.445	49.991.696,7	14.512
6°	MG	Araporá	3.253	19.877.620,1	6.110
7°	MG	Cachoeira Dourada	3.118	7.700.629,5	2.470
8°	SP	Ouroeste	2.912	20.485.677,7	7.035
9°	SP	Jaguariúna	2.636	96.998.081,3	36.801
10°	GO	Chapadão do Céu	2.537	13.416.716,0	5.289
11°	SP	Cubatão	2.515	301.284.568,0	119.794
12°	MT	Alto Taquari	2.421	14.809.029,6	6.118
13°	MS	Jateí	2.353	8.959.229,2	3.808
14°	SC	Piratuba	2.254	10.298.961,5	4.570
15°	SP	Alumínio	2.251	35.297.929,9	15.678
16°	RJ	Quissamã	2.226	38.677.382,1	17.376
17°	SP	Luís Antônio	2.177	22.359.549,0	10.272
18°	RS	Aratiba	2.152	14.238.545,2	6.616
19°	PE	Ipojuca	2.058	143.606.274,7	69.781
20°	SP	Sandovalina	1.988	6.399.692,9	3.219
21°	ES	Anchieta	1.971	38.334.661,7	19.450
22°	SP	Louveira	1.874	56.296.703,6	30.038
23°	MG	Tapira	1.852	6.622.442,3	3.575
24°	PR	Saudade do Iguaçu	1.846	9.103.564,2	4.931
25°	PR	Araucária	1.842	206.184.897,9	111.952
26°	MS	Taquarussu	1.807	5.623.207,3	3.112
27°	SC	Itá	1.800	11.550.866,5	6.417
28°	SE	Canindé de São Francisco	1.735	37.850.393,8	21.813
29°	MS	Alcinópolis	1.693	7.278.316,5	4.299
30°	SP	Cordeirópolis	1.693	32.692.754,0	19.310
31°	SP	Orindiúva	1.661	8.167.130,8	4.916
32°	GO	Perolândia	1.649	4.531.684,8	2.748
33°	AM	Presidente Figueiredo	1.630	39.704.764,4	24.360
34°	SP	Taciba	1.618	8.743.706,2	5.405
35°	MG	Fortaleza de Minas	1.599	6.129.397,1	3.834
36°	RJ	Mangaratiba	1.589	46.491.792,8	29.255
37°	MG	Carneirinho	1.588	14.067.576,5	8.859
38°	SP	Santo Antônio do Aracanguá	1.583	11.136.965,0	7.036
39°	SP	Bento de Abreu	1.548	4.241.231,2	2.740
40°	PE	Itacuruba	1.527	6.255.081,2	4.097
41°	MT	Santo Antônio do Leste	1.520	4.892.640,8	3.219
42°	GO	São Simão	1.516	20.971.658,9	13.832
43°	SP	Icém	1.502	9.688.032,9	6.451
44°	SP	Ariranha	1.496	12.348.757,7	8.255
45°	RS	Boa Vista do Sul	1.476	3.930.948,7	2.663
46°	MG	Rio Acima	1.461	12.076.955,3	8.267
47°	RJ	Pirai	1.441	34.905.561,3	24.217
48°	MT	Santa Rita do Trivelato	1.431	3.582.724,9	2.504
49°	MT	Campos de Júlio	1.422	6.781.046,8	4.770
50°	SP	Barueri	1.416	357.975.687,1	252.748
51°	RJ	Macuco	1.404	7.364.907,3	5.246
52°	RS	Tupandi	1.404	5.061.794,5	3.604

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2007
			Em reais		
53°	MG	Água Comprida	1.368	2.862.977,9	2.093
54°	RS	Westfalia	1.365	3.706.621,1	2.716
55°	RS	Vista Alegre do Prata	1.357	2.025.046,4	1.492
56°	SP	Borá	1.355	1.089.751,0	804
57°	SP	Nova Castilho	1.352	1.429.117,9	1.057
58°	RJ	Carapebus	1.322	14.114.498,8	10.677
59°	SP	Zacarias	1.312	2.923.784,9	2.229
60°	SP	Buritizal	1.307	5.059.450,6	3.872
61°	RS	Nova Brésia	1.305	4.125.388,3	3.162
62°	SP	São Caetano do Sul	1.302	188.538.552,8	144.857
63°	RS	Capitão	1.273	3.302.554,4	2.595
64°	RJ	Santa Maria Madalena	1.269	13.228.294,2	10.428
65°	SP	Fernão	1.254	1.826.354,5	1.457
66°	RS	Camargo	1.254	3.099.279,8	2.471
67°	SE	Rosário do Catete	1.237	10.538.009,0	8.518
68°	BA	São Desidério	1.219	30.642.224,5	25.146
69°	RS	Coronel Pilar	1.217	2.017.612,9	1.658
70°	MT	Alto Araguaia	1.212	16.695.329,0	13.770
71°	PR	Alto Paraíso	1.202	3.911.790,0	3.254
72°	SP	Nuporanga	1.201	7.958.824,6	6.629
73°	SP	Castilho	1.183	18.139.418,4	15.331
74°	SC	Vargem Bonita	1.175	5.078.200,7	4.321
75°	SE	Laranjeiras	1.172	28.043.889,0	23.923
76°	SC	Lajeado Grande	1.168	1.707.146,1	1.461
77°	MT	Sapezal	1.163	16.584.203,1	14.254
78°	MS	Laguna Carapá	1.155	6.712.894,1	5.813
79°	SC	Ouro Verde	1.155	2.486.114,5	2.152
80°	MG	Congonhas	1.147	52.730.876,4	45.987
81°	RS	São Vendelino	1.122	2.012.264,0	1.794
82°	SC	Treviso	1.121	3.921.793,1	3.498
83°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	1.120	10.346.279,9	9.238
84°	RJ	Trajano de Moraes	1.119	10.838.789,7	9.687
85°	RO	Chupinguaia	1.118	8.335.384,2	7.456
86°	RS	Montauri	1.113	1.762.545,8	1.583
87°	RJ	Angra dos Reis	1.110	165.859.429,3	149.395
88°	ES	Vitória	1.110	348.461.254,7	314.042
89°	GO	Cachoeira Dourada	1.109	8.389.684,8	7.567
90°	GO	Montividiu	1.106	10.224.473,6	9.243
91°	SP	Florínia	1.093	3.124.987,9	2.860
92°	RS	Muitos Capões	1.090	3.235.369,0	2.969
93°	MG	Iturama	1.089	34.297.428,8	31.495
94°	SP	São Sebastião	1.081	72.507.616,0	67.099
95°	SP	Colômbia	1.076	6.540.518,2	6.077
96°	RS	Coqueiro Baixo	1.074	1.681.772,5	1.566
97°	BA	Camaçari	1.071	236.249.965,4	220.495
98°	RJ	São José de Ubá	1.071	7.316.395,4	6.829
99°	SP	Motuca	1.066	4.625.332,1	4.340
100°	SP	Uru	1.063	1.447.373,3	1.362

Total dos 100 maiores	1.742	4.087.773.165,5	2.346.482
Total dos demais*	231	41.314.557.619,2	179.083.655
Total Brasil*	250	45.402.330.784,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Alta da arrecadação do IPI e IR irriga os recursos

O bom desempenho dos impostos federais e a alteração do percentual a distribuir garantem bom repasse ao FPM.

Os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$ 40,97 bilhões, o equivalente a um aumento real de 13,8% sobre o valor de 2006. A variação absoluta foi da ordem de R\$ 5 bilhões. Com esse resultado, ficou registrado o maior valor distribuído pelo fundo desde 1998.

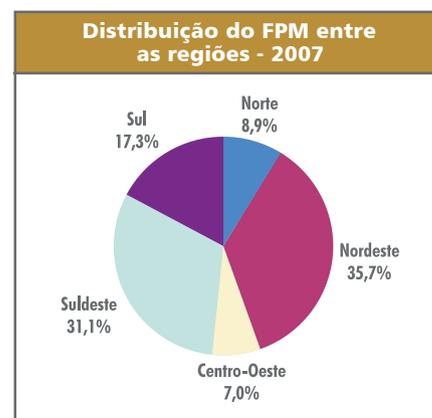
De maneira inequívoca, o desempenho do FPM está relacionado ao crescimento da arrecadação, na esfera federal, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR). É que o fundo é formado por uma parcela da arrecadação líquida desses tributos, conforme definido na Constituição Federal (artigo 159, I,b).

A variação real das receitas do IPI foi de expressivos 15,7% no ano, com destaque para os setores vinculados à importação (20,6%), automóveis (17%) e o grupo outros (17,6%). Já o IR mostrou receita 13,2% maior, em termos reais, sobre o ano de 2006. O recolhimento no segmento das pessoas físicas registrou alta de 54,2%, enquanto, entre as pessoas jurídicas, a alta foi de 20,6%, esta última puxada pelas entidades financeiras (44,3%). Por

fim, o recolhimento na fonte teve alta de 2,5%.

O montante transferido de FPM, que ajudou a irrigar as receitas das municipalidades, foi distribuído entre as regiões brasileiras na seguinte proporção: o Nordeste ficou com 35,7% dos recursos, seguindo-se o Sudeste com 31,1%. Ao Sul foram destinados 17,3% do fundo e, para o Norte e Centro-Oeste couberam 8,9% e 7% do bolo.

Na região Nordeste, o valor destinado aos municípios atingiu R\$ 14,61 bilhões, sendo 13,3% destinados as dez maiores cidades. No Sudeste, os R\$ 12,74 bilhões do fundo foram distribuídos na proporção de 5,6% para os dez maiores e de 94,4% para os demais. Na região Sul, os maiores municípios se apropriaram de 7,3% dos R\$ 7,10 bilhões auferidos, enquanto, dos R\$ 2,86 bilhões canalizados para o Centro-Oeste, 16,6% se dirigiram aos dez mais populosos. O Norte, por sua vez, apresenta um padrão mais diferenciado nessa divisão devido, certamente, ao número menor de municípios pequenos: eles são relativamente poucos, muito grandes em extensão e com pouca densidade populacional. O valor de R\$ 3,66 bilhões tocantes à região distribuiu-se em 32,5% para os dez maiores municípios e 67,5% para os demais.



Uma importante alteração legislativa, ocorrida em 2007, foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 55 em setembro, que determinou um adicional de 1% no montante do IPI e do IR destinado ao FPM. Esse adicional será creditado aos municípios em uma única vez nos primeiros dez dias de dezembro, o que tem enorme importância para honrar o pagamento do 13º salário do funcionalismo. Dessa maneira, o fundo passa a ser constituído com uma parcela de 23,5% da arrecadação federal desses impostos. Essa alteração veio coroar uma mobilização dos municípios iniciada em setembro de 2003, ano em que as transferências do FPM apresentaram desempenho muito ruim, o pior da década, o que deixava os prefeitos apreensivos, ao prever enormes dificuldades para honrar seus compromissos, em especial o 13º salário dos funcionários.

No ano de 2007, entretanto, segundo previsto na Emenda, o adicional de 1% somente se aplicou sobre a arrecadação verificada a partir de 1º de setembro. Estima-se que a medida tenha aportado cerca de R\$ 692 milhões decorrentes da aplicação do adicional sobre a arrecadação nos últimos quatro meses do ano.

Estimativas da Confederação Nacional dos Municípios para 2008, realizadas no ano passado, previam que os municípios poderiam receber cerca de R\$ 1,7 bilhão como resultado da medida, para este exercício, considerando a arrecadação de janeiro a dezembro. Porém, de acordo com os resultados verificados até agosto, o acréscimo de 1% na participação dos municípios já atingia R\$ 1,5 bilhão, o que pode projetar um valor próximo de R\$ 2 bilhões. Tudo dependerá do valor recolhido no último quadrimestre do ano, mas o resultado do crescimento até agosto, divulgado pela Receita Federal, indica um crescimento de 23,7% em termos nominais, ou seja, 17,4% acima da inflação do período.

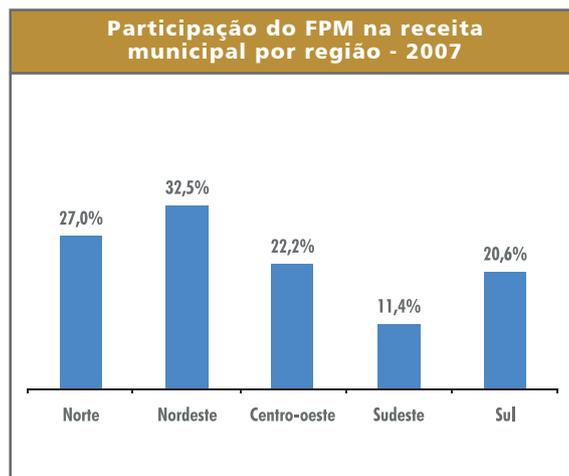
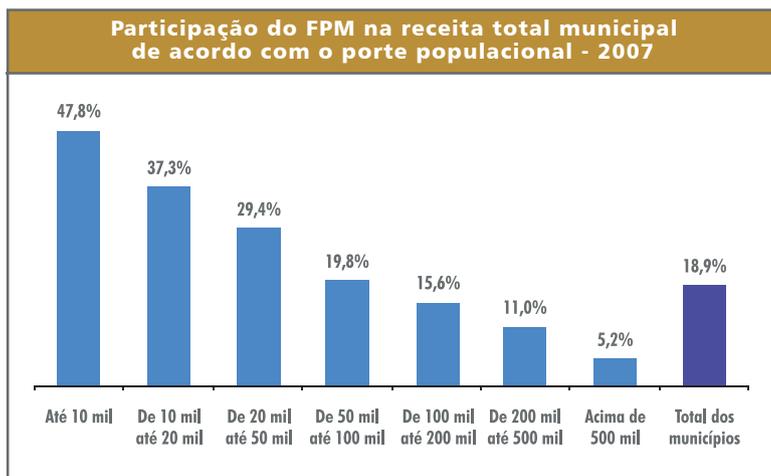
Segundo o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Guerino Balestrassi, a Emenda Constitucional nº 55 é o resultado de uma luta importante e representa um avanço muito grande para todas as cidades. "Ela vai diminuir a pressão que existe nos municípios, que estão cada vez mais sem o aporte de recursos necessários para atender às demandas sempre crescentes da população", afirma. Balestrassi lembra que, desde a Constituição de 1988, os municípios tiveram que assumir cada vez mais atividades, e, por pressão da própria comunidade, ficaram com muitas obrigações a cumprir.

Importância do FPM

O FPM configura-se na mais importante fonte de receita para a grande maioria das cidades, principalmente para as de economia menos dinâmicas, isto é, as pequenas e mais pobres, do interior. É o que mostram os valores das transferências nas receitas totais, segundo o porte dos municípios. Nas cidades

com até 10 mil habitantes, os recursos aportados pelo FPM atingem 47,8% das receitas totais, enquanto no outro extremo, nas localidades com mais de 500 mil habitantes, o valor dessa participação é de 5,2%. Na média de todos os municípios, a parcela dos recursos originados do fundo representa 18,9% das receitas totais. Essa relação inversamente proporcional entre o tamanho do município e a importância das transferências nas receitas totais pode ser verificada no gráfico abaixo.

Esse padrão também pode ser observado na participação dos recursos do FPM nas receitas totais segundo as grandes regiões. Nas cidades do Nordeste a relação é de 32,5% e, no Norte, de 27%. Ao mesmo tempo, no Sudeste (região que concentra o maior número de grandes cidades), a razão é de 11,4% sobre o total das receitas. Evidentemente, a taxa de participação em cada região está relacionada à maior concentração de municípios menores em termos populacionais, tanto no Nordeste como na região Norte.



A importância do FPM para os pequenos municípios também se expressa no *ranking* per capita. No grupo das primeiras 20 cidades nessa relação, a média per capita dos recursos atinge R\$ 2.771,07 e o tamanho médio dos municípios é de 1.295 habitantes. Entre as localidades compre-

endidas entre a 21ª e 40ª posições, com média populacional de 1.607 habitantes, o valor médio atinge R\$ 2.169,68. No extremo oposto, as 20 últimas na classificação, entre as 5.236 cidades com dados, o valor médio per capita foi de R\$ 27,37. O tamanho médio dessas localidades é

de 1.524 mil habitantes.

As pequenas cidades com maiores valores per capita certamente não dispõem de outra fonte mais importante de recursos para custear a administração e realizar as obras exigidas para melhorar o padrão de vida da população. Líder pelo segundo ano



Serra da Saudade, em Minas Gerais, onde o FPM representa 77% da receita total

consecutivo, Borá-SP tem pouco mais de 800 habitantes e recebeu um valor relativamente pequeno em volume, mas representando R\$ 4.319,00 por habitante. É uma localidade que perdeu população na medida em que importante fonte de empregos garantida por uma grande usina de álcool encerrou as atividades.

A segunda colocada neste ano (também repetindo a colocação de 2006) é Serra da Saudade-MG, localizada próximo a Araxá, no início do triângulo mineiro. Seu FPM per capita é de R\$ 4.227. O município foi funda-

do em 1962 e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui apenas 871 habitantes. De acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho, atra-



Praça Melo Viana e Prefeitura Municipal de Serra da Saudade

vés da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que registra as empresas existentes e os dados dos empregados, a cidade contava, em 2006, com 19 estabelecimentos registrados que empregavam 213 pessoas. Somente as atividades relacionadas à administração pública respondiam por 194 vínculos empregatícios naquele ano, ou seja, 90% dos habitantes trabalhavam na prefeitura e na câmara.

O FPM de R\$ 3,7 milhões de Serra da Saudade representou 77% de toda a receita do local, que foi de R\$ 4,8 milhões, em 2007. Outros 16% foram compostos pela transferência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A receita tributária própria não ultrapassou 2%, sendo que praticamente não houve arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e taxas. Segundo o prefeito Alair José Machado, a cidade parou de crescer quando a BR-262 começou a ser construída. Os trilhos da Estrada de



FPM - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	9.141,1	47,8	674,7	509,4	42,6	537,2	2.292,8	55,4	616,7
De 10 mil até 20 mil hab.	7.860,7	37,3	394,4	547,2	34,9	330,9	3.471,5	46,4	412,9
De 20 mil até 50 mil hab.	8.890,5	29,4	296,2	852,3	30,2	254,6	3.849,9	37,8	311,6
De 50 mil até 100 mil hab.	4.618,8	19,8	211,6	387,6	19,2	181,1	1.572,8	29,7	226,0
De 100 mil até 200 mil hab.	3.400,1	15,6	194,5	385,5	26,8	265,7	812,2	27,2	242,7
De 200 mil até 500 mil hab.	3.395,5	11,0	124,2	613,8	35,9	305,2	641,9	20,4	158,8
Acima de 500 mil hab.	3.666,3	5,2	71,5	359,5	12,9	119,0	1.969,9	16,8	155,4
Total dos municípios	40.973,1	18,9	225,8	3.655,3	27,0	250,8	14.611,1	32,5	283,7

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Ferro Paracatu, que ligaria o município a Belo Horizonte, levariam o desenvolvimento ao povo saudadense. Mas isso não aconteceu e Serra da Saudade hoje é conhecida, no Estado, como uma cidade folclórica pelo seu ínfimo número de habitantes.

Alaor José Machado salienta que a maioria dos habitantes de Serra da Saudade são produtores rurais que dependem de incentivos da prefeitura para sobreviver. Questionado sobre a união de Serra da Saudade com outro município, ele descarta essa possibilidade e afirma que a administração está trabalhando para desenvolver o turismo da região e fortalecer a economia saudadense. Segundo o prefeito, alguns resultados do trabalho já podem ser verificados, pois a cidade conseguiu tombar pelo patrimônio histórico cultural bens como a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, a antiga Estação Ferroviária Barra do Funchal, casas antigas e outras edificações.

Subdivisões do FPM

O mecanismo de repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios prevê a redistribuição do montante através de três fundos. Para os municípios do interior o FPM-interior, constituído por

86,4% do total do FPM. Às capitais estaduais são transferidos 10%, através do FPM-capitais, e 3,6% são enviados aos municípios do interior

com mais de 142.633 habitantes, integrantes do FPM-reserva. Cada um desses fundos tem seus próprios critérios de distribuição.

Subdivisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído aos municípios do interior do país.	Coefficientes definidos por faixa populacional no decreto-lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada cidade é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da Capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É enviado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Participam desse fundo 157 municípios brasileiros em 2007.

FPM-Interior

Aos municípios do interior é destinada uma quantia redistribuída segundo critério que considera o tamanho em termos de faixa populacional. Assim, a cada município é atribuído um coeficiente, de acordo com a população local (veja a tabela dos coeficientes na página seguinte). A participação de cada cidade se dá, desde 1990, pela divisão de seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado. Até então, a quota de cada município era determinada pela relação entre seu coeficiente e a soma dos coeficientes

de todas as cidades brasileiras. Essa mudança veio corrigir uma distorção que prejudicava municípios de determinado Estado sempre que eram criadas novas sedes municipais em outras unidades federativas.

A tabela de coeficientes foi concebida de forma a garantir uma relação favorável às localidades menores, permitindo-lhes receber, proporcionalmente, mais recursos do FPM que as cidades mais populosas. Isso foi feito estabelecendo que o crescimento do intervalo entre as faixas populacionais se dê numa proporção acima dos intervalos entre os coeficientes.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	FPM per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	915,8	43,9	698,7	2.910,1	46,5	698,7	2.513,0	46,1	737,7
De 10 mil até 20 mil hab.	575,1	29,2	374,5	2.035,6	31,9	396,4	1.231,3	33,7	384,9
De 20 mil até 50 mil hab.	567,2	25,0	286,8	2.434,1	23,8	295,4	1.186,9	25,3	290,1
De 50 mil até 100 mil hab.	273,8	17,7	201,5	1.553,3	15,2	209,9	831,3	19,7	209,7
De 100 mil até 200 mil hab.	187,9	17,1	178,4	1.503,8	11,9	173,0	510,7	14,1	173,8
De 200 mil até 500 mil hab.	96,4	13,0	93,5	1.432,5	7,7	99,9	610,9	9,0	103,3
Acima de 500 mil hab.	246,4	7,7	98,7	872,2	1,9	29,2	218,4	3,6	67,9
Total dos municípios	2.862,6	22,2	266,0	12.741,6	11,4	163,7	7.102,5	20,6	265,7

Coeficientes para distribuição do FPM-interior

Categoria do município segundo o número de habitantes		Coeficiente
Até	10.188	0,6
De	10.189 a 13.584	0,8
De	13.585 a 16.980	1,0
De	16.981 a 23.772	1,2
De	23.773 a 30.564	1,4
De	30.565 a 37.356	1,6
De	37.357 a 44.148	1,8
De	44.149 a 50.940	2,0
De	50.941 a 61.128	2,2
De	61.129 a 71.316	2,4
De	71.317 a 81.504	2,6
De	81.505 a 91.692	2,8
De	91.693 a 101.880	3,0
De	101.881 a 115.464	3,2
De	115.465 a 129.048	3,4
De	129.049 a 142.632	3,6
De	142.633 a 156.216	3,8
Além de	156.216	4,0

Fonte: Decreto-lei nº 1.881/81.

FPM-Capitais

O critério de distribuição dos recursos para as capitais determina, em primeiro lugar, que 10% valor do fundo seja destinado a esses municípios. Esse montante é redistribuído entre cada cidade, de acordo com um coeficiente que expressa a relação entre a população e o inverso da renda per capita das capitais.

Coeficientes para o exercício de 2008

A responsabilidade do cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme disciplina a legislação pertinente.

Para estabelecer o rateio, o TCU fixa as quotas de participação do FPM com base nas populações de cada município brasileiro, sendo tais dados po-

pulacionais obtidos como decorrência do cumprimento, pela Fundação IBGE (órgão de estatísticas oficiais no Brasil), da norma legal estabelecida pelo art. 102 da Lei nº 8.443/92.

Após a divulgação dos resultados, os municípios, dentro do prazo de 20 dias da publicação, poderão apresentar reclamações fundamentadas à Fundação IBGE, que decidirá conclusivamente. Até o dia 31 de outubro de cada ano, a instituição encaminha ao Tribunal de Contas da União a relação dos dados populacionais e renda per capita para que sejam determinados os coeficientes finais. Os resultados para o exercício de 2008 foram publicados pelo TCU, em decisão normativa de nº 87 de 21 de novembro de 2007, que aprovou, para o exercício, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para distribuição dos recursos aos municípios. As tabelas válidas para as capitais e para o interior são mostradas a seguir.

Coeficiente e participação das capitais no FPM-Capital

Exercício de 2008			
Capital	UF	Coeficiente	Participação
Aracaju	SE	3,6	3,03%
Belém (*)	PA	7,0	5,90%
Belo Horizonte (*)	MG	6,0	5,05%
Boa Vista	RR	2,8	2,36%
Brasília (*)	DF	2,0	1,68%
Campo Grande	MS	2,4	2,02%
Cuiabá	MT	1,8	1,52%
Curitiba (*)	PR	4,1	3,41%
Florianópolis (*)	SC	1,6	1,35%
Fortaleza (*)	CE	12,5	10,53%
Goiânia (*)	GO	3,6	3,03%
João Pessoa	PB	5,0	4,21%
Macapá	AP	3,2	2,70%
Maceió	AL	6,3	5,27%
Manaus	AM	4,8	4,04%
Natal	RN	4,0	3,37%
Palmas	TO	3,2	2,70%
Porto Alegre (*)	RS	3,2	2,65%
Porto velho	RO	2,8	2,36%
Recife (*)	PE	7,0	5,90%
Rio Branco	AC	3,6	3,03%
Rio de Janeiro (*)	RJ	3,5	2,95%
Salvador (*)	BA	9,0	7,58%
São Luís	MA	6,3	5,27%
São Paulo (*)	SP	3,0	2,53%
Teresina	PI	5,0	4,21%
Vitória (*)	ES	1,6	1,35%
Total		118,7	100,00%

Fonte: Decisão Normativa - TCU nº 87/2007

(*) Municípios amparados, sujeito a redutor financeiro

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população

Exercício de 2008			
Unidade da Federação	Participação no FPM-Interior	Número de municípios no interior	Somatório da população no interior
Acre	0,263	21	364.746
Alagoas	2,0883	101	2.140.266
Amapá	0,1392	15	243.158
Amazonas	1,2452	61	1.575.338
Bahia	9,2695	416	11.188.045
Ceará	4,5864	183	5.753.835
Espírito Santo	1,7595	77	3.037.627
Goias	3,7318	245	4.402.390
Maranhão	3,9715	216	5.161.480
Mato Grosso	1,8949	140	2.332.361
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.541.289
Minas Gerais	14,1846	852	16.860.596
Pará	3,2948	142	5.656.726
Paraíba	3,1942	222	2.966.635
Paraná	7,2857	398	8.487.095
Pernambuco	4,7952	183	6.949.046
Piauí	2,4015	222	2.252.496
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.326.978
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.239.510
Rio Grande do Sul	7,3011	495	9.162.220
Rondônia	0,7464	51	1.084.411
Roraima	0,0851	14	145.872
Santa Catarina	4,1997	292	5.469.764
São Paulo	14,262	644	28.941.172
Sergipe	1,3342	74	1.419.123
Tocantins	1,2955	138	1.065.241
Total	100,0	5.536	139.767.420

Fonte: Decisão Normativa - TCU nº 87/2007

Perdeu um evento? Deixou de concorrer a um prêmio? A gente não deixa mais!

A Frente Nacional de Prefeitos lançou um novo portal na internet, o Portal dos Municípios®. Nele você encontra a agenda completa de eventos e prêmios, nacionais e internacionais, relacionados ao municipalismo. Tudo reunido num só lugar! Assim você fica sabendo de tudo o que acontece e não fica fora de nada! E ainda você pode cadastrar seu evento!



Acesse: www.fnp.org.br

PORTAL DOS
MUNICÍPIOS



FNP
Frente Nacional
de Prefeitos

FPM - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006	Participação na receita total 2007	FPM per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA					Em %		em reais
	14.573.815	Norte	2.473.639,0	2.609.551,6	2.986.805,6	3.261.617,4	3.655.313,0	12,1	27,0	250,8
AC	288.614	Rio Branco	90.276,8	93.362,4	112.323,9	118.420,8	122.337,4	3,3	37,9	423,9
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	8.337,2	8.599,2	10.026,8	11.012,2	12.218,3	11,0	24,9	164,9
AM	1.612.475	Manaus	90.111,4	93.362,4	101.193,4	118.485,2	122.073,8	3,0	7,7	75,7
AM	102.044	Parintins	11.731,6	12.066,6	14.715,0	15.615,3	17.277,2	10,6	22,6	169,3
AP	344.194	Macapá	72.078,1	78.953,3	79.323,7	94.256,4	91.672,4	-2,7	33,2	266,3
AP	91.615	Santana	7.188,5	7.445,6	8.733,3	9.379,3	10.614,2	13,2	15,6	115,9
PA	1.408.847	Belém	157.678,4	174.086,4	186.552,6	207.636,7	237.408,7	14,3	19,5	168,5
PA	484.278	Ananindeua	29.197,9	30.703,6	33.538,6	35.834,9	39.220,5	9,5	18,5	81,0
PA	274.285	Santarém	29.198,8	30.703,6	32.086,9	35.856,4	39.220,5	9,4	21,1	143,0
RO	371.791	Porto Velho	72.221,5	74.689,9	89.859,1	94.736,7	108.627,7	14,7	30,9	292,2
RO	107.638	Ji-Paraná	9.997,5	10.386,9	11.793,9	12.920,0	14.733,8	14,0	15,8	136,9
RR	247.762	Boa Vista	106.376,5	116.064,3	140.404,9	188.148,8	212.724,0	13,1	59,2	858,6
RR	24.511	Rorainópolis	2.289,0	2.504,8	2.625,6	3.379,4	3.869,0	14,5	13,2	157,9
TO	179.707	Palmas	112.662,1	124.347,4	144.613,5	154.752,1	174.250,1	12,6	51,6	969,6
TO	117.059	Araguaína	9.998,2	11.013,1	12.134,8	12.671,7	15.401,2	21,5	16,4	131,6

	51.504.744	Nordeste	9.930.873,6	10.395.806,9	12.055.479,7	12.737.421,4	14.611.072,9	14,7	32,5	283,7
AL	874.014	Maceió	141.098,6	145.878,7	175.506,1	185.032,5	212.037,3	14,6	26,4	242,6
AL	202.147	Arapiraca	35.956,5	35.778,8	41.916,0	44.862,7	48.604,2	8,3	25,3	240,4
BA	2.892.625	Salvador	202.788,4	210.065,3	237.160,2	237.939,5	275.186,1	15,7	12,3	95,1
BA	571.997	Feira de Santana	30.350,9	32.258,2	34.583,0	36.402,1	40.926,9	12,4	11,4	71,6
BA	308.204	Vitória da Conquista	30.351,1	30.398,8	36.331,1	36.773,6	41.092,5	11,7	18,4	133,3
BA	220.144	Ilhéus	30.350,9	30.398,8	34.580,6	36.409,0	41.970,0	15,3	32,2	190,7
CE	2.431.415	Fortaleza	282.107,0	291.757,4	351.176,8	370.065,1	423.056,2	14,3	19,0	174,0
CE	316.906	Caucaia	35.888,7	35.353,5	41.209,4	44.073,1	48.288,0	9,6	23,3	152,4
MA	957.899	São Luís	140.784,3	155.434,3	180.766,8	181.106,9	202.611,0	11,9	19,8	211,5
MA	229.629	Imperatriz	33.491,3	30.219,1	38.787,6	41.545,8	45.601,6	9,8	24,8	198,6
PB	674.971	João Pessoa	112.627,4	116.703,0	140.492,8	147.153,4	173.613,8	18,0	25,8	257,2
PB	371.060	Campina Grande	34.511,0	36.507,0	38.269,5	43.439,1	47.961,5	10,4	17,1	129,3
PE	1.533.580	Recife	155.798,9	157.625,7	182.697,3	170.838,8	189.337,4	10,8	10,3	123,5
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	30.907,3	30.938,9	36.202,9	36.887,6	39.595,7	7,3	11,4	59,5
PE	391.433	Olinda	30.907,3	32.909,3	36.488,3	36.734,3	37.663,2	2,5	17,8	96,2
PE	307.284	Paulista	30.903,7	30.938,9	36.202,9	36.887,6	39.595,7	7,3	25,2	128,9
PE	289.086	Caruaru	30.907,3	30.938,9	36.202,9	36.887,6	39.595,7	7,3	20,0	137,0
PE	268.339	Petrolina	30.907,3	30.938,9	36.202,9	36.925,9	39.595,7	7,2	22,0	147,6
PI	778.341	Teresina	112.627,4	116.703,0	140.404,9	177.009,2	212.054,4	19,8	26,4	272,4
PI	140.737	Parnaíba	12.281,0	12.845,7	15.111,8	16.234,5	42.188,7	159,9	41,8	299,8
RN	774.205	Natal	90.304,6	93.370,4	101.189,2	106.345,3	122.133,5	14,9	14,7	157,8
RN	234.392	Mossoró	31.233,0	32.957,8	32.997,7	37.306,8	40.869,8	9,6	17,2	174,4
SE	520.207	Aracaju	90.144,0	74.689,9	89.924,7	82.961,4	79.311,5	-4,4	13,7	152,5
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	30.321,4	27.232,3	32.524,8	32.964,7	36.487,4	10,7	39,1	246,0

	10.763.937	Centro-Oeste*	1.993.126,6	2.044.421,6	2.364.399,1	2.501.450,9	2.862.644,5	14,4	22,2	266,0
GO	1.244.645	Goiânia	94.835,1	98.030,5	101.511,9	104.523,0	115.990,4	11,0	7,6	93,2
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	25.802,2	25.764,7	29.343,6	31.079,1	34.420,6	10,8	13,7	72,4
GO	325.544	Anápolis	25.802,2	25.764,7	29.343,6	29.851,2	32.956,0	10,4	11,5	101,2
MS	724.638	Campo Grande	54.125,7	48.778,2	56.893,1	59.103,4	64.650,1	9,4	6,0	89,2
MS	182.747	Dourados	26.588,6	25.371,9	29.343,8	31.025,0	34.592,8	11,5	14,2	189,3
MT	527.113	Cuiabá	56.671,5	57.811,2	67.598,8	60.699,8	65.733,8	8,3	10,9	124,7
MT	230.466	Várzea Grande	20.400,1	22.817,6	26.147,5	26.529,0	29.007,9	9,3	14,2	125,9

	77.857.758	Sudeste	8.610.673,1	9.072.390,7	10.538.800,1	11.245.070,6	12.741.580,3	13,3	11,4	163,7
ES	314.042	Vitória	41.399,4	46.681,2	56.156,6	59.204,7	57.657,3	-2,6	6,1	183,6
ES	398.068	Vila Velha	23.023,6	23.854,2	28.023,4	30.020,9	32.509,1	8,3	9,6	81,7
ES	385.370	Serra	22.691,4	23.854,2	28.023,4	30.019,6	31.797,9	5,9	6,2	82,5
ES	356.536	Cariacica	23.023,6	20.276,1	29.010,2	30.020,2	32.509,1	8,3	14,2	91,2
MG	2.412.937	Belo Horizonte	119.869,2	149.216,9	159.846,5	177.607,2	203.888,6	14,8	5,6	84,5
MG	608.650	Contagem	23.905,6	23.933,2	31.271,3	31.850,7	35.396,7	11,1	5,6	58,2
MG	608.369	Uberlândia	23.317,9	25.512,6	29.792,5	31.812,6	33.215,7	4,4	4,9	54,6
MG	513.348	Juiz de Fora	23.905,6	25.501,7	29.803,6	31.850,7	35.396,7	11,1	5,9	69,0

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Participação na receita total 2007	FPM per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA					Em %		
MG	415.098	Betim	23.905,6	27.124,1	28.285,5	33.823,1	35.431,9	4,8	4,9	85,4
MG	352.384	Montes Claros	23.905,6	25.501,7	29.803,6	31.850,7	35.260,7	10,7	10,3	100,1
MG	329.112	Ribeirão das Neves	23.905,6	25.501,7	29.803,6	31.847,4	35.396,7	11,1	26,4	107,6
MG	287.760	Uberaba	23.905,6	25.501,7	29.803,6	31.850,7	35.396,7	11,1	9,9	123,0
MG	260.396	Governador Valadares	23.905,6	25.501,7	29.803,6	31.850,7	35.396,7	11,1	11,3	135,9
MG	238.397	Ipatinga	23.905,6	25.501,7	29.803,0	31.850,7	35.396,7	11,1	10,2	148,5
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	81.736,8	83.555,2	98.200,8	101.113,3	112.504,7	11,3	1,2	18,5
RJ	960.631	São Gonçalo	20.041,0	21.620,4	24.218,3	25.279,2	27.227,6	7,7	7,0	28,3
RJ	842.686	Duque de Caxias	20.288,1	20.162,4	19.820,9	24.517,1	29.708,6	21,2	3,4	35,3
RJ	830.672	Nova Iguaçu	22.951,2	22.164,8	25.091,6	32.368,1	34.941,4	8,0	6,1	42,1
RJ	480.555	Belford Roxo	19.955,4	19.661,8	22.875,5	24.670,4	27.394,2	11,0	10,5	57,0
RJ	474.002	Niterói	19.623,3	19.661,8	22.875,5	24.058,6	26.661,8	10,8	3,2	56,3
RJ	464.282	São João de Meriti	19.914,4	19.519,8	23.084,9	25.850,4	28.830,8	11,5	11,4	62,1
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	19.667,1	22.875,5	24.670,4	26.661,8	8,1	2,1	62,6
RJ	306.645	Petrópolis	19.623,3	20.906,8	21.710,5	24.055,2	26.661,8	10,8	6,7	87,0
RJ	255.653	Volta Redonda	17.960,6	22.682,6	22.875,5	24.049,6	28.099,0	16,8	7,1	109,9
SP	10.886.518	São Paulo	68.219,0	81.692,1	98.242,5	103.600,5	118.935,0	14,8	0,6	10,9
SP	1.236.192	Guarulhos	22.714,3	25.362,5	26.305,3	29.462,9	32.645,3	10,8	2,1	26,4
SP	1.039.297	Campinas	21.777,2	22.279,8	25.838,2	27.306,8	30.290,7	10,9	1,6	29,2
SP	781.390	São Bernardo do Campo	20.549,4	21.486,9	25.380,7	24.798,9	31.108,5	25,4	1,8	39,8
SP	701.012	Osasco	20.553,4	32.555,6	24.951,2	26.486,4	29.480,3	11,3	3,6	42,1
SP	667.891	Santo André	20.720,6	21.247,3	24.678,6	26.418,7	29.252,4	10,7	2,6	43,8
SP	594.948	São José dos Campos	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.486,4	29.480,3	11,3	2,8	49,6
SP	559.157	Sorocaba	20.549,4	21.483,2	24.951,2	26.484,3	29.399,4	11,0	4,4	52,6
SP	547.417	Ribeirão Preto	17.482,2	21.498,0	24.798,6	30.486,0	29.320,0	-3,8	3,3	53,6
SP	418.288	Santos	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.640,9	29.480,3	10,7	3,4	70,5
SP	402.770	São José do Rio Preto	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.488,4	29.480,3	11,3	5,2	73,2
SP	402.643	Mauá	20.553,4	21.483,2	24.951,2	25.899,7	29.235,3	12,9	8,4	72,6
SP	386.779	Diadema	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.483,6	29.480,3	11,3	6,8	76,2
SP	379.566	Carapicuíba	20.554,6	21.483,3	24.951,0	26.486,8	29.480,8	11,3	17,1	77,7
SP	362.991	Mogi das Cruzes	20.553,4	21.483,2	25.047,0	27.670,3	30.195,1	9,1	7,0	83,2
SP	358.108	Piracicaba	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.488,6	29.480,3	11,3	5,8	82,3
SP	347.601	Bauru	20.553,4	21.483,2	24.851,6	26.495,2	30.195,1	14,0	7,6	86,9
SP	342.983	Jundiaí	20.553,4	21.483,2	24.951,2	26.486,4	29.480,3	11,3	4,0	86,0
	26.729.883	Sul	4.817.403,9	5.128.791,7	5.847.799,6	6.271.078,3	7.102.484,8	13,3	20,6	265,7
PR	1.797.408	Curitiba	82.629,1	90.341,9	100.970,8	120.318,7	138.401,5	15,0	4,1	77,0
PR	497.833	Londrina	23.951,6	26.040,2	29.148,9	30.625,0	34.376,9	12,3	5,7	69,1
PR	325.968	Maringá	23.951,6	26.040,3	29.148,9	30.625,0	34.745,7	13,5	8,5	106,6
PR	311.336	Foz do Iguaçu	23.951,6	26.040,2	29.148,9	30.625,0	34.715,1	13,4	11,4	111,5
PR	306.351	Ponta Grossa	23.951,6	22.134,1	29.149,2	32.231,4	34.376,7	6,7	12,3	112,2
PR	285.784	Cascavel	23.951,6	26.040,2	29.148,9	30.625,0	34.346,1	12,2	14,5	120,2
PR	263.622	São José dos Pinhais	20.499,7	26.269,0	29.469,9	31.175,8	33.207,5	6,5	11,7	126,0
RS	1.420.667	Porto Alegre	65.364,5	66.844,1	78.326,8	73.053,1	80.019,1	9,5	3,1	56,3
RS	399.038	Caxias do Sul	20.644,5	22.242,0	23.210,7	25.489,7	28.493,3	11,8	4,1	71,4
RS	339.934	Pelotas	17.549,9	20.908,3	24.456,3	25.860,3	29.928,2	15,7	9,1	88,0
RS	326.458	Canoas	20.648,5	20.907,1	24.456,3	25.497,2	28.493,1	11,8	6,5	87,3
RS	263.403	Santa Maria	20.648,5	20.907,1	24.456,3	25.744,2	29.894,4	16,1	14,9	113,5
RS	261.150	Gravataí	20.646,8	20.907,1	24.456,3	25.497,2	28.172,4	10,5	12,3	107,9
RS	253.264	Viamão	20.647,0	20.907,1	24.456,3	25.489,7	28.770,4	12,9	20,5	113,6
RS	253.067	Novo Hamburgo	20.177,8	20.776,8	24.930,1	24.656,2	27.956,5	13,4	9,1	110,5
SC	396.723	Florianópolis	37.051,0	37.938,6	44.640,7	46.062,1	55.312,1	20,1	9,2	139,4
SC	487.003	Joinville	20.303,8	20.411,8	23.772,0	25.100,8	27.904,1	11,2	3,8	57,3
SC	292.972	Blumenau	20.311,5	20.302,4	23.786,2	25.129,8	27.931,6	11,2	5,8	95,3
	73.054.455	Cidades selecionadas	4.512.763,9	4.756.931,5	5.461.686,1	5.829.272,5	6.525.184,4	11,9	6,9	89,3
	33.479.343	Até 20 mil hab.	11.735.832,0	12.226.225,8	14.085.697,3	14.959.671,2	17.001.845,6	13,7	42,3	507,8
	41.708.810	Capitais	2.731.586,8	2.877.983,4	3.315.978,7	3.540.174,6	3.971.527,7	12,2	6,6	95,2
	181.430.137	Brasil*	27.825.716,1	29.250.962,5	33.793.284,0	36.016.638,5	40.973.095,5	13,8	18,9	225,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

FPM

Posição	UF	Município	FPM em reais	População 2007
1°	CE	Fortaleza	423.056.210,9	2.431.415
2°	BA	Salvador	275.186.103,9	2.892.625
3°	PA	Belém	237.408.666,0	1.408.847
4°	RR	Boa Vista	212.724.000,0	247.762
5°	PI	Teresina	212.054.401,6	778.341
6°	AL	Maceió	212.037.308,0	874.014
7°	MG	Belo Horizonte	203.888.558,9	2.412.937
8°	MA	São Luís	202.611.031,1	957.899
9°	PE	Recife	189.337.375,0	1.533.580
10°	TO	Palmas	174.250.081,9	179.707
11°	PB	João Pessoa	173.613.814,8	674.971
12°	PR	Curitiba	138.401.470,2	1.797.408
13°	AC	Rio Branco	122.337.424,0	288.614
14°	RN	Natal	122.133.489,5	774.205
15°	AM	Manaus	122.073.812,8	1.612.475
16°	SP	São Paulo	118.934.992,7	10.886.518
17°	GO	Goiânia	115.990.387,9	1.244.645
18°	RJ	Rio de Janeiro	112.504.734,1	6.093.472
19°	RO	Porto Velho	108.627.677,8	371.791
20°	AP	Macapá	91.672.350,6	344.194
21°	RS	Porto Alegre	80.019.067,3	1.420.667
22°	SE	Aracaju	79.311.516,4	520.207
23°	MT	Cuiabá	65.733.836,3	527.113
24°	MS	Campo Grande	64.650.063,5	724.638
25°	ES	Vitória	57.657.306,4	314.042
26°	SC	Florianópolis	55.312.050,7	396.723
27°	AL	Arapiraca	48.604.230,0	202.147
28°	CE	Sobral	48.288.003,6	176.895
29°	CE	Caucaia	48.288.003,0	316.906
30°	CE	Juazeiro do Norte	48.288.002,9	242.139
31°	CE	Maracanaú	48.288.002,9	197.301
32°	PB	Campina Grande	47.961.465,2	371.060
33°	MA	Imperatriz	45.601.646,6	229.629
34°	MA	Timon	44.565.911,7	145.168
35°	MA	São José de Ribamar	42.658.899,0	129.745
36°	MA	Caxias	42.286.502,5	143.311
37°	PI	Parnaíba	42.188.674,4	140.737
38°	BA	Ilhéus	41.970.031,1	220.144
39°	BA	Vitória da Conquista	41.092.547,0	308.204
40°	BA	Camaçari	40.926.867,7	220.495
41°	BA	Juazeiro	40.926.867,7	230.538
42°	BA	Itabuna	40.926.867,7	210.604
43°	BA	Feira de Santana	40.926.867,7	571.997
44°	RN	Parnamirim	40.893.024,9	172.723
45°	RN	Mossoró	40.869.787,1	234.392
46°	PE	Cabo de Santo Agostinho	40.719.132,0	162.476
47°	BA	Jequié	40.415.690,1	145.897
48°	BA	Lauro de Freitas	39.609.105,9	142.307
49°	PE	Caruaru	39.595.658,3	289.086
50°	PE	Paulista	39.595.657,4	307.284
51°	PE	Jaboatão dos Guararapes	39.595.657,0	665.387
52°	PE	Petrolina	39.595.656,4	268.339

Posição	UF	Município	FPM em reais	População 2007
53°	PE	Camaragibe	39.406.606,2	133.554
54°	PA	Santarém	39.220.474,2	274.285
55°	PA	Ananindeua	39.220.474,2	484.278
56°	PA	Castanhal	39.220.125,0	152.144
57°	PA	Marabá	39.218.478,3	196.468
58°	BA	Porto Seguro	38.440.785,7	114.344
59°	PE	Olinda	37.663.188,3	391.433
60°	MG	Santa Luzia	37.140.325,1	222.507
61°	SE	Nossa Senhora do Socorro	36.487.394,0	148.325
62°	MG	Ibirité	36.256.392,0	148.075
63°	MG	Divinópolis	35.667.272,5	209.921
64°	PR	Colombo	35.444.337,3	233.916
65°	MG	Betim	35.431.879,6	415.098
66°	MG	Governador Valadares	35.396.699,0	260.396
67°	MG	Sete Lagoas	35.396.698,5	217.506
68°	MG	Contagem	35.396.698,5	608.650
69°	MG	Ipatinga	35.396.698,5	238.397
70°	MG	Ribeirão das Neves	35.396.698,5	329.112
71°	MG	Uberaba	35.396.698,5	287.760
72°	MG	Juiz de Fora	35.396.697,7	513.348
73°	MG	Montes Claros	35.260.675,1	352.384
74°	RJ	Nova Iguaçu	34.941.388,6	830.672
75°	BA	Teixeira de Freitas	34.815.212,4	118.678
76°	PR	Maringá	34.745.738,3	325.968
77°	PR	Foz do Iguaçu	34.715.107,4	311.336
78°	MS	Dourados	34.592.762,1	182.747
79°	PR	Guarapuava	34.550.824,7	164.534
80°	GO	Aparecida de Goiânia	34.420.591,8	475.303
81°	PR	Londrina	34.376.911,1	497.833
82°	PR	Ponta Grossa	34.376.745,2	306.351
83°	PR	Cascavel	34.346.077,0	285.784
84°	MG	Poços de Caldas	34.169.424,7	144.420
85°	GO	Águas Lindas de Goiás	33.879.966,4	132.203
86°	PR	Paranaguá	33.602.660,8	133.756
87°	MG	Uberlândia	33.215.713,0	608.369
88°	PR	São José dos Pinhais	33.207.528,7	263.622
89°	GO	Luziânia	32.955.957,8	196.046
90°	GO	Anápolis	32.955.956,7	325.544
91°	SP	Guarulhos	32.645.306,1	1.236.192
92°	ES	Vila Velha	32.509.053,1	398.068
93°	ES	Cariacica	32.509.053,1	356.536
94°	ES	Cachoeiro de Itapemirim	32.168.678,3	195.288
95°	ES	Serra	31.797.916,0	385.370
96°	SP	São Bernardo do Campo	31.108.481,9	781.390
97°	SP	Campinas	30.290.692,2	1.039.297
98°	SP	Limeira	30.235.638,9	272.734
99°	SP	Bauru	30.195.132,4	347.601
100°	SP	Mogi das Cruzes	30.195.132,0	362.991

Total dos 100 maiores	6.751.585.439,2	64.764.255
Total dos demais*	34.221.510.032,0	116.665.882
Total Brasil*	40.973.095.471,2	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	FPM	População 2007
			per capita	Em reais	
1°	SP	Borá	4.319	3.472.342,0	804
2°	MG	Serra da Saudade	4.227	3.681.791,8	871
3°	GO	Anhanguera	3.576	3.454.272,0	966
4°	SP	Nova Castilho	3.369	3.561.176,9	1.057
5°	PB	Parari	3.055	3.803.151,0	1.245
6°	GO	Lagoa Santa	2.965	3.632.254,1	1.225
7°	MG	Cedro do Abaeté	2.945	3.527.826,7	1.198
8°	PR	Jardim Olinda	2.795	4.083.566,3	1.461
9°	RS	André da Rocha	2.734	3.297.498,2	1.206
10°	PB	Quixabá	2.654	3.802.616,3	1.433
11°	MG	Grupiara	2.608	3.681.791,8	1.412
12°	SP	Uru	2.550	3.472.547,0	1.362
13°	SP	Santa Salete	2.498	3.472.547,0	1.390
14°	PB	Riacho de Santo Antônio	2.496	3.803.151,0	1.524
15°	MG	Doresópolis	2.464	3.681.791,8	1.494
16°	PR	Nova Aliança do Ivaí	2.447	3.369.153,5	1.377
17°	SP	União Paulista	2.411	3.472.341,5	1.440
18°	SP	Trabiju	2.408	3.469.767,8	1.441
19°	MT	Serra Nova Dourada	2.400	3.238.019,2	1.349
20°	PB	São José do Brejo do Cruz	2.306	3.793.057,3	1.645
21°	TO	Chapada de Areia	2.269	2.810.742,7	1.239
22°	MG	Paiva	2.259	3.681.791,8	1.630
23°	PB	Coxixola	2.231	3.803.151,0	1.705
24°	RS	Linha Nova	2.216	3.297.498,2	1.488
25°	RS	Vista Alegre do Prata	2.210	3.297.498,2	1.492
26°	SC	Santiago do Sul	2.208	3.201.317,3	1.450
27°	SP	Dirce Reis	2.195	3.472.547,0	1.582
28°	SC	Lajeado Grande	2.191	3.201.317,3	1.461
29°	PR	Santa Inês	2.191	4.140.943,2	1.890
30°	MG	São Sebastião do Rio Preto	2.184	3.681.791,8	1.686
31°	MG	Consolação	2.172	3.681.791,8	1.695
32°	PR	Esperança Nova	2.159	4.073.188,5	1.887
33°	SP	Vitória Brasil	2.138	3.472.551,6	1.624
34°	RS	Engenho Velho	2.132	3.377.158,7	1.584
35°	PR	Miraselva	2.129	4.042.682,5	1.899
36°	TO	Crixás do Tocantins	2.125	2.685.599,5	1.264
37°	RS	Lagoa dos Três Cantos	2.124	3.377.158,7	1.590
38°	RS	Coqueiro Baixo	2.106	3.297.499,2	1.566
39°	SP	Santana da Ponte Pensa	2.100	3.472.929,3	1.654
40°	MG	Seritinga	2.090	3.681.791,8	1.762
41°	RS	Gentil	2.088	3.297.498,2	1.579
42°	RN	Viçosa	2.085	3.688.898,7	1.769
43°	RS	Montauri	2.078	3.288.770,6	1.583
44°	MG	Pedro Teixeira	2.067	3.681.791,8	1.781
45°	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	2.057	3.681.791,9	1.790
46°	MG	Douradoquara	2.050	3.681.791,9	1.796
47°	SP	Santa Cruz da Esperança	2.037	3.477.299,9	1.707
48°	MG	Passabém	2.033	3.681.791,8	1.811
49°	GO	São João da Paraúna	2.031	3.451.097,4	1.699
50°	MG	Queluzito	2.016	3.681.791,8	1.826
51°	SP	São João de Iracema	2.005	3.472.547,0	1.732
52°	TO	Tupirama	2.000	2.810.590,0	1.405

Posição	UF	Município	FPM	FPM	População 2007
			per capita	Em reais	
53°	RS	Coronel Pilar	1.989	3.297.522,0	1.658
54°	MG	Tapirai	1.989	3.612.314,0	1.816
55°	MG	Aracitaba	1.981	3.681.791,7	1.859
56°	RS	União da Serra	1.979	3.297.498,2	1.666
57°	RS	Guabiju	1.976	3.297.498,2	1.669
58°	SP	Mesópolis	1.962	3.468.887,6	1.768
59°	PR	São Manoel do Paraná	1.952	4.086.147,0	2.093
60°	SC	Flor do Sertão	1.952	3.201.317,2	1.640
61°	SP	Aspásia	1.940	3.472.546,9	1.790
62°	TO	Rio da Conceição	1.933	2.810.804,9	1.454
63°	TO	São Félix do Tocantins	1.919	2.704.207,0	1.409
64°	RS	Carlos Gomes	1.918	3.297.498,2	1.719
65°	RS	Santa Cecília do Sul	1.915	3.286.505,3	1.716
66°	RS	Tupanci do Sul	1.914	3.297.498,2	1.723
67°	MG	Oliveira Fortes	1.904	3.681.791,8	1.934
68°	PR	Rancho Alegre D'Oeste	1.904	5.575.771,4	2.928
69°	MG	Senador José Bento	1.904	3.668.514,6	1.927
70°	RS	Quatro Irmãos	1.901	3.297.498,2	1.735
71°	PB	Amparo	1.895	3.803.151,0	2.007
72°	PB	Zabelê	1.879	3.803.154,2	2.024
73°	RS	Nicolau Vergueiro	1.875	3.297.498,2	1.759
74°	MG	Antônio Prado de Minas	1.873	3.681.791,8	1.966
75°	GO	Moiporá	1.861	3.453.879,3	1.856
76°	RS	São Vendelino	1.848	3.315.136,0	1.794
77°	SP	Fernão	1.846	2.689.840,7	1.457
78°	PR	Guaporema	1.845	4.040.226,4	2.190
79°	SC	Macieira	1.842	3.201.317,3	1.738
80°	SC	Tigrinhos	1.839	3.201.317,3	1.741
81°	RS	Muliterno	1.832	3.297.498,2	1.800
82°	SP	Turiúba	1.829	3.560.764,9	1.947
83°	MG	Senador Cortes	1.827	3.681.791,8	2.015
84°	PB	Passagem	1.827	3.803.151,0	2.082
85°	SC	Presidente Castelo Branco	1.822	3.201.317,3	1.757
86°	SC	Paial	1.819	3.311.823,0	1.821
87°	RS	Santa Tereza	1.817	3.297.498,2	1.815
88°	MG	Rochedo de Minas	1.809	3.681.791,8	2.035
89°	GO	Nova Aurora	1.805	3.632.254,5	2.012
90°	SP	Lourdes	1.804	3.561.176,9	1.974
91°	RN	Ipueira	1.800	3.673.002,2	2.041
92°	RS	Ponte Preta	1.797	3.297.498,0	1.835
93°	MG	Serranos	1.782	3.681.791,8	2.066
94°	RS	Novo Xingu	1.775	3.297.498,2	1.858
95°	RS	Faxinalzinho	1.771	4.627.339,8	2.613
96°	TO	Lavandeira	1.768	2.810.760,7	1.590
97°	RS	Mato Queimado	1.768	3.297.498,2	1.865
98°	MG	Passa-Vinte	1.768	3.681.791,8	2.082
99°	PR	Iguatu	1.768	4.042.695,8	2.286
100°	SP	Guarani d'Oeste	1.763	3.461.430,0	1.963

Total dos 100 maiores	2.082	351.840.573,6	169.019
Total dos demais	224	40.621.254.897,6	181.261.118
Total Brasil*	226	40.973.095.471,2	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Ótimo desempenho segue performance da economia

Concretização de novos projetos e maior demanda por serviços implicou no aumento de 66% na arrecadação no último quadriênio.

Desempenho

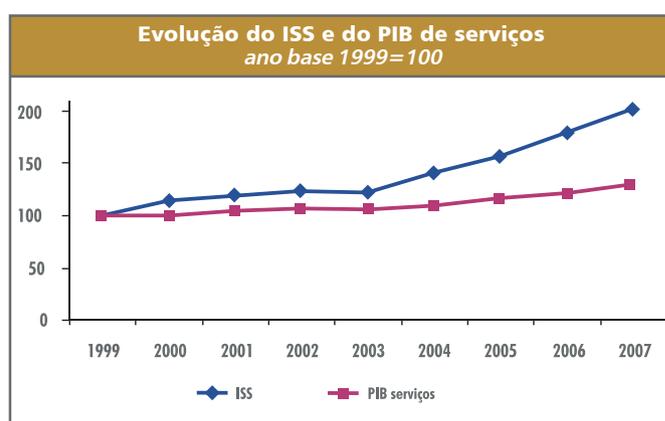
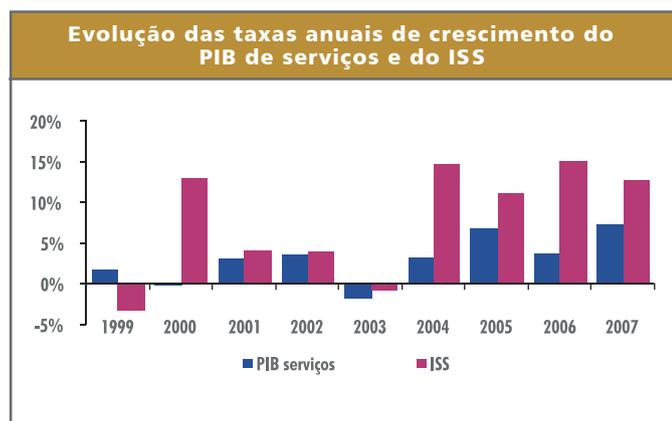
Mais uma vez, desde 2002, a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para o conjunto dos municípios brasileiros apresentou um desempenho muito bom. Embora com taxa de crescimento real inferior à de 2006, o volume arrecadado em 2007 cresceu quase 13% acima da inflação oficial, totalizando R\$ 19,09 bilhões, o que representa uma participação de 0,7% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O ISS aumentou na grande maioria das cidades selecionadas por **Multi Cidades**, sendo que em

apenas 15 houve queda real no valor arrecadado.

O excelente ritmo de expansão da receita do ISS decorre, certamente, do bom desempenho da economia brasileira ao longo dos últimos anos. Pesa ainda o aprimoramento da legislação que regula o imposto, que reduziu as práticas de "guerra fiscal" entre os municípios. A Emenda Constitucional nº 37, de 2002, fixou a alíquota mínima de 2%. Logo, no ano seguinte, somaram-se os efeitos da Lei Complementar nº 116, que estendeu para cerca de 30 setores de atividade a cobrança no local onde o serviço é prestado, regra que era aplicada apenas na construção civil. Além disso, ao transferir a responsabilidade de recolhimento para o tomador dos serviços, a sonegação foi reduzida de maneira significativa. A prática da substituição tributária tornou-se comum, induzida pela definição mais

clara das atividades tributadas no local da efetiva prestação dos serviços.

Além dos fatores relacionados, deve-se considerar ainda a melhora nas máquinas fazendárias de arrecadação de muitas prefeituras, que se tornaram mais modernas e eficientes. Nesse ponto, destaca-se a ampliação da utilização mais disseminada dos recursos da tecnologia de informação, que permite melhor controle e fiscalização e reduz custos das operações envolvidas no processo de arrecadação. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) "Perfil dos Municípios Brasileiros", referente a 2006, nada menos que 68% dos municípios tinham organizado o cadastro informatizado para cobrança do ISS. Mesmo nas cidades menores, com menos de 5 mil habitantes, a participação chegava a 58% e atingia 100% para as cidades com população acima de 500 mil habitantes.



Nota: dados do PIB consideram a revisão no Sistema de Contas Nacionais do IBGE.



Prefeitura e contribuintes em Recife já utilizam a nota fiscal eletrônica

Nota Fiscal Eletrônica

Grandes cidades como São Paulo, Recife, Manaus e Vitória já utilizam a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Em face das vantagens para o fisco e o contribuinte é possível antever que em breve a experiência se estenda pelos principais centros do Brasil.

Atuante no mercado capixaba desde 1983, o Escritec, escritório especializado em Contabilidade e Consultoria, foi o primeiro a utilizar a NF-e em Vitória (ES), segundo conta o proprietário Moacyr Edson de Ângelo. “Logo no início da implantação do sistema, a Prefeitura de Vitória nos convidou para testar e aprovamos”, conta.

Além de trazer benefícios diretos para a administração municipal, na visão do usuário o mecanismo traz praticidade, por reduzir a quantidade de arquivos e a utilização de papel. “É praticidade para a empresa e menos so-

negação para a prefeitura”, disse Moacyr, que conta hoje com 30 empregados e uma cartela de 200 clientes.

Na cidade de São Paulo a introdução da NF-e veio acompanhada do incentivo ao tomador de serviços para exigir a emissão da nota fiscal. Toda vez que recebe a NF-e, com o ISS devidamente pago, o consumidor acumula créditos para o abatimento de parte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que podem ser distribuídos entre mais de um imóvel, guardados para os próximos anos – eles têm validade de cinco anos – ou até mesmo negociados no mercado. Só podem ser indicados para o abatimento do IPTU os imóveis com os dados cadastrais atualizados e sem dívidas com a prefeitura. Os créditos são gerados pela emissão da NF-e por empresas prestadoras de serviços, como estabelecimentos de ensino, estacionamentos, academias de ginástica, clínicas de estética, organiza-

ção de festas e recepções, paisagismo, decoração, oficinas mecânicas, entre outros.

Com 1,7 milhão de contribuintes de ISS, a Prefeitura de São Paulo apostou na NF-e como uma das cinco ações estratégicas para aumentar a arrecadação municipal. Segundo o diretor do Departamento de Arrecadação e Cobrança da Secretaria Municipal de Finanças, Ronilson Bezerra Rodrigues, a estratégia deu certo e já representou um crescimento nominal de 80%.

“A implantação foi um sucesso. O sistema desburocratiza todo o processo de emissão de nota fiscal. Cabe à prefeitura alimentar e monitorar as informações e, assim, o contribuinte se sente mais confiante. Quanto ao crédito para abater do IPTU, foi uma forma de incentivar o uso da NF-e”, destacou o diretor, ao ressaltar que os maiores arrecadadores são os setores de consultoria e assessoria e instituições financeiras.

Concentração e participação na receita

A arrecadação do ISS tende a ser fortemente concentrada nos centros mais dinâmicos da economia. A região Sudeste responde por pouco mais de 2/3 do total arrecadado pelos municípios brasileiros e o ranking das maiores receitas entre as cidades revela que as 15 maiores arrecadações respondem por 54% no volume do imposto recolhido no país. Entre esses municípios apenas Campinas, Barueri e Santos, todos no Estado de São Paulo, não são capitais, mas são, tradicionalmente, grandes arrecadadores de ISS.

O conjunto das capitais concentrou, em 2007, 55% do volume arrecadado pelos municípios brasileiros, tendo esse valor correspondido a 17,5% da receita total desses centros administrativos estaduais. Atingiu níveis mais elevados em São Paulo (23,2%), Vitória (21,4%) e no Rio de Janeiro (20,8%).

Por outro lado, as cidades pequenas, portanto com menor diversificação de atividades econômicas, têm nesse imposto uma fonte bastante reduzida

de receitas. As cidades com até 10 mil habitantes responderam por 1,9% da arrecadação do conjunto nacional, e a participação do ISS na sua receita total situou-se, também, em 1,9%. Nos municípios desse porte localizados nas regiões Nordeste e Sul, o imposto representou, em média, 1,5% das suas receitas totais. Nas cidades entre 200 mil

e 500 mil habitantes, o volume de recolhimento atingiu a proporção de 8,7%. No outro extremo, o grupo dos municípios com população acima de 500 mil habitantes arrecadou mais de 60% do volume recolhido no território nacional, e a importância do tributo pode ser avaliada pela taxa de participação de 16% na receita total.

As 15 maiores receitas de ISS no Brasil em 2007

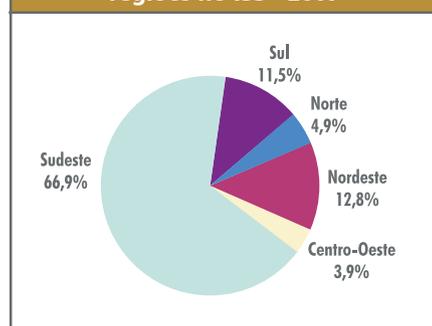
Posição	UF	Município	ISS em reais	População 2007
1º	SP	São Paulo	4.777.610.802,0	10.886.518
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.978.303.422,0	6.093.472
3º	MG	Belo Horizonte	421.776.970,9	2.412.937
4º	PR	Curitiba	416.208.792,6	1.797.408
5º	BA	Salvador	343.930.519,9	2.892.625
6º	RS	Porto Alegre	329.619.276,5	1.420.667
7º	PE	Recife	286.035.742,5	1.533.580
8º	SP	Campinas	273.609.574,3	1.039.297
9º	AM	Manaus	264.992.647,8	1.612.475
10º	SP	Barueri	235.342.865,0	252.748
11º	CE	Fortaleza	227.945.763,6	2.431.415
12º	GO	Goiânia	206.007.123,5	1.244.645
13º	ES	Vitória	201.964.219,6	314.042
14º	SP	Santos	172.728.054,3	418.288
15º	MA	São Luís	168.542.098,0	957.899
Total dos municípios			19.090.844.206,9	181.430.137

Desempenho regional

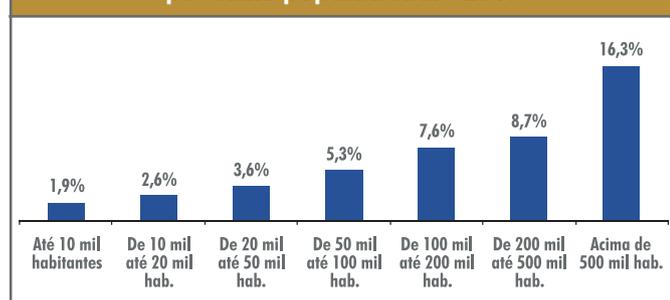
O Sudeste, conforme já mencionado, concentra o maior volume da arrecadação do ISS. Em 2007, praticamente 67% do imposto do país foi originado na região, tendo somente a cidade de São Paulo participado com 25% desse total, um montante que equivaleu a 1/4 da arrecadação em todo o território nacional. O Nordeste vem em seguida com 12,8% e o Sul com 11,5%,

embora essas duas últimas regiões tenham perdido 0,5 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, na divisão regional da arrecadação. Em termos de taxa de crescimento, entretanto, a região Norte, a exemplo do ano anterior, voltou a exibir um valor bem acima da média nacional: aumento de 19,7% sobre o resultado de 2006. Além dessa região, apenas o Sudeste registrou taxa de acréscimo acima da média nacional, com 13,8% de variação no ano.

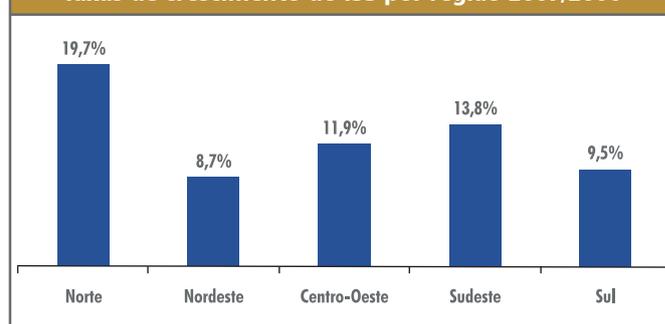
Participação das regiões no ISS - 2007



Participação do ISS na receita total por faixa populacional - 2007



Taxas de crescimento do ISS por região 2007/2006



Norte

Com uma arrecadação da ordem de R\$ 932 milhões, a região respondeu por 4,9% do total dos municípios brasileiros, tendo ampliado sua participação ante 2006, quando definha 4,6%.

Os 15 municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Norte responderam por 58,3% da arrecadação regional, com Manaus sendo a cidade que mais contribuiu para a composição da taxa de crescimento, com 4,2 pontos percentuais no total de 19,7% da expansão do ISS na região, seguida por Belém com 1,4 %

Nordeste

Com um crescimento de 8,7% na arrecadação do ISS, a região Nordeste perdeu participação no total, passando de 13,3% em 2006 para 12,8% em 2007. O conjunto dos municípios da região gerou R\$ 2,45 bilhões do total da tributação do ISS brasileiro, com concentração de 57% desse valor nas capitais.

A taxa de crescimento ficou muito inferior à verificada em 2006 (15%) e muito abaixo da média nacional. Entre as capitais, apenas São Luís obteve crescimento relativo acima do verificado entre 2006 e 2005 (26,2% ante 9,1%). Em Maceió, houve retração de 2,5% no volume arrecadado, contrastando com a expansão de quase 15% no ano anterior. A piora relativa do desempenho do ISS no Nordeste é, em grande medida, explicada pelos resultados exibidos por importantes cidades como Ilhéus-BA (-28,5%), Petrolina-PE (-27,6%) e Caruaru-PE (-15,3%). Por outro lado, cidades como Imperatriz-MA, Mossoró-RN, Vitória da Conquista-BA e Feira de Santana-BA tiveram expressivos aumentos na arrecadação do imposto, com taxas de variação de 62,9%, 32,1%, 18,8% e 13,5%, respectivamente.

Centro-Oeste

Com arrecadação de R\$ 746,8 milhões, a região participou com 3,9% da

arrecadação nacional do ISS. A evolução em relação a 2006 situou-se pouco abaixo da média dos municípios, tendo atingido 11,9%, já descontados os efeitos inflacionários.

No Centro-Oeste, os destaques ficam por conta do desempenho de Várzea Grande-MT, que registrou alta de 20,1% ante 2006, e Anápolis-GO, com taxa de variação de 19,3% no mesmo período.

Entre as capitais, o crescimento foi discreto em Goiânia e Campo Grande (variação de 3,2% e 0,7% acima da inflação, respectivamente). A primeira, repetindo o baixo desempenho de 2006, e a segunda contrastando com a boa evolução dos dois anos anteriores. Em Cuiabá, entretanto, a arrecadação do ISS mostrou expansão próxima da média do total dos municípios brasileiros.

Sudeste

O Sudeste exibiu um crescimento da arrecadação de 13,8% entre 2006 e 2007, superando a média nacional em um ponto percentual. Entre as capitais, Belo Horizonte apresentou a mais elevada taxa de crescimento, de 17,3%, seguida por Vitória, com 13,2%. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro obtiveram aumento de arrecadação de 12,9% e 12,1%, respectivamente. Na capital paulistana foram recursos adicionais de R\$ 546,5 milhões, e na carioca, de R\$ 213,5 milhões.

Com valores arrecadados de ISS de R\$ 12,77 bilhões, a região Sudeste respondeu por 66,9% da arrecadação total do país, percentual que vem se mantendo ao longo dos últimos anos. A grande concentração do montante arrecadado, entretanto, ficou com São Paulo e Rio de Janeiro que, juntas, responderam por 52,9% da receita do imposto na região. A capital paulistana vem mantendo sua participação na região Sudeste, oscilando entre 35% e 38% desde 2000. No mesmo período a cidade do Rio de Janeiro assistiu sua participação regional despencar de 20% para 15%.

Nas cidades do interior, chamam atenção os excelentes desempenhos de Petrópolis-RJ, com taxa de variação de 67,1%, assim como Campos dos Goytacazes, no mesmo Estado, com expansão de 45,5%. Observa-se ainda entre os municípios selecionados um conjunto de mais nove cidades com crescimento acima de 20% na arrecadação em 2007, entre as quais destacamos os municípios paulistas de Mauá (28,4%) e São José dos Campos (24,8%). A seguir, vem Cariacica-ES, com robustos 27,2%, ampliando a taxa do ano anterior (22,5%). Em Minas Gerais, os municípios de Betim e Ribeirão das Neves tiveram a arrecadação do ISS aumentada em 26,9% e 23,6%, respectivamente.

Sul

Com participação de 11,5% na arrecadação nacional, o Sul ampliou em 9,5% o valor recolhido em 2006, taxa inferior à média nacional e praticamente a mesma registrada no ano anterior. Esse crescimento mais discreto foi determinado pelo desempenho das capitais, que, juntas, responderam por 38,2% da arrecadação dos municípios sulistas e tiveram taxa média de acréscimo de 6,7%. Curitiba registrou crescimento de 9,7%; Florianópolis, 6,9%; e Porto Alegre, 3%. No caso da capital gaúcha, as taxas anuais de crescimento estão declinando desde 2004.

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Sul, os destaques positivos foram as taxas de crescimento em São José dos Pinhais-PR, da ordem de 31%, e Gravataí-RS, com 19,6%. Em contraste, dois municípios apresentaram queda real na arrecadação. A maior perda foi de Canoas-RS, com retração de 14,6%, lembrando que a cidade já havia registrado variação negativa de 19,4% em 2006. A outra com taxa negativa foi Foz do Iguaçu-PR, que viu a receita de ISS encolher 8,2%, percentual que se acumulou ao resultado também negativo de 2006 (-3,6%).

Ranking per capita

Nas capitais, em geral, a estrutura de serviços é mais diversificada, portanto, é maior a importância do ISS na arrecadação. Entretanto, quando relacionado à população residente, o valor per capita tende a ser menos expressivo nessas cidades quando comparadas aos municípios menores, sendo Vitória uma exceção, já que aparece na 11ª colocação (8ª em 2006), com um valor por habitante de R\$ 643. A próxima capital nesse ranking é São Paulo, na 29ª posição, com valor de R\$ 439 per capita.

Os destaques nessa relação são, em geral, municípios onde se desenvolvem grandes projetos de investimentos, que por sua vez demandam uma gama importante de serviços.

É o caso da campeã de 2007, Anchieta-ES, que arrecadou R\$ 25,2 milhões, o equivalente a R\$1.297 por cada um de seus 19.450 habitantes. A explicação, certamente, está na construção da terceira usina de pelotização da Samarco Mineração, que é indiretamente responsável pela maior parte da arrecadação do imposto no município, através das empresas por ela terceirizadas. Em abril de 2008, a terceira usina foi inaugurada na unidade industrial de Ponta de Ubu. A nova estrutura aumenta a capacidade de processamento da empresa em 54%, que atingirá 23,5



Atividades da Samarco Mineração contribui para que Anchieta-ES tenha o maior ISS per capita do Brasil

milhões de toneladas/ano. O total de investimentos foi de R\$ 3,1 bilhões.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Samarco Mineração - uma *joint venture* entre a Vale e a BHP Billiton - informou que a construção da terceira planta gerou receita adicional ao município, ao Estado do Espírito Santo e à União, além de gerar empregos e contratar fornecedores locais. Para Anchieta a receita adicional do ISS foi da ordem de R\$ 17 milhões, o que equivale a quase 20% do total da arrecadação da cidade.

Uma das principais preocupações da Samarco foi oferecer oportunidades aos fornecedores locais. Sem desconsiderar critérios de qualidade, custo, atendimento aos requisitos de saúde, segurança e meio ambiente, a empresa privilegiou fornecedores da região na compra de equipamentos e materiais e na

contratação de serviços para as obras. "A Samarco sempre se caracterizou por ter uma intensa relação com os municípios e as comunidades nas áreas onde atua. Isso porque a empresa tem como premissa desenvolver-se de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do seu entorno", disse o advogado responsável pelo projeto da Terceira Pelotização, Leonardo Gandara.

O prefeito reeleito de Anchieta, Edival Petri, explicou que a construção da terceira planta industrial ainda traz outros benefícios, visto que a prefeitura e a empresa estão desenvolvendo uma série de projetos por conta das condicionantes para a construção da usina. Logo após a conclusão do projeto de expansão, a Samarco anunciou a construção de uma quarta planta in-

ISS - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	353,3	1,9	26,1	38,4	3,2	40,5	56,0	1,4	15,1
De 10 mil até 20 mil hab.	543,4	2,6	27,3	36,0	2,3	21,8	138,3	1,9	16,5
De 20 mil até 50 mil hab.	1.088,2	3,6	36,3	95,5	3,4	28,5	262,5	2,6	21,3
De 50 mil até 100 mil hab.	1.228,3	5,3	56,3	123,0	6,1	57,5	197,0	3,7	28,3
De 100 mil até 200 mil hab.	1.656,5	7,6	94,8	135,7	9,5	93,6	128,7	4,3	38,5
De 200 mil até 500 mil hab.	2.683,8	8,7	98,2	105,0	6,2	52,2	215,2	6,8	53,2
Acima de 500 mil hab.	11.537,4	16,3	224,9	397,9	14,2	131,7	1.453,9	12,4	114,7
Total dos municípios	19.090,8	8,8	105,2	931,6	6,9	63,9	2.451,7	5,5	47,6

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.



As 10 maiores receitas de ISS per capita no Brasil em 2007

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2007
			Em reais		
1°	ES	Anchieta	1.297	25.223.799,9	19.450
2°	TO	Tupirama	967	1.359.175,5	1.405
3°	SP	Barueri	931	235.342.865,0	252.748
4°	RJ	Macaé	926	156.684.714,8	169.229
5°	GO	Rio Quente	819	2.435.703,3	2.974
6°	AP	Pedra Branca do Amapari	793	5.818.398,5	7.337
7°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	793	7.326.752,6	9.238
8°	TO	São Salvador do Tocantins	769	2.314.739,4	3.012
9°	SP	São Caetano do Sul	681	98.706.649,0	144.857
10°	SP	Santana de Parnaíba	650	65.162.273,0	100.209

dustrial, na mesma região de Ubu, fazendo com que a mineradora se consolide como a principal exportadora transoceânica de *pellets* do país.

Além disso, a criação do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta trará a implantação de uma nova siderúrgica (Companhia Siderúrgica Vitória, uma parceria da Vale e Baosteel), além de novos terminais portuários no município. "A prefeitura aguarda a chegada dos investimentos com responsabilidade. Estamos planejando para que a cidade contabilize os impactos positivos e minimize os negativos. Não temos ainda números, mas sabemos que a chegada das novas empresas vai aumentar a arrecadação municipal", disse o prefeito Petri.



Edival Petri, prefeito do Município de Anchieta

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Até 1965, existiam o Imposto sobre Indústrias e Profissões e o Imposto sobre Diversões Públicas, que, com a Emenda Constitucional nº 18 daquele ano, foram unificados e chamados de ISS. O Imposto sobre Indústrias e Profissões chegou a ser de competência dos estados.

O fato gerador do ISS são os serviços listados na Lei Complementar (LC) nº 116, de 31 de junho de 2003, e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que presta esses serviços. A evolução do ISS está diretamente relacionada ao desempenho do setor de serviços e à política fiscal municipal, no que tange à fiscalização, à cobrança e à definição de alíquotas.

A Emenda Constitucional nº 37, de junho de 2002, e o artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceram a alíquota mínima de 2% para o ISS, exceto para os serviços da construção civil, não podendo ser concedidas isenções, incentivos ou benefícios fiscais que resultem em sua redução. A alíquota máxima de 5% foi estabelecida pela LC nº 116.

A arrecadação do ISS está relacionada ao dinamismo do setor de serviços dos municípios. As cidades onde essa atividade vem crescendo obtêm arrecadações crescentes. Além disso, o emprego de inovações relacionadas à tecnologia da informação, com sistemas inteligentes de controle de cadastros e facilidades para o pagamento do tributo, tem contribuído para o aumento do volume arrecadado, principalmente nas cidades de maior porte.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ISS per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	41,9	2,0	32,0	130,9	2,1	31,4	86,1	1,6	25,3
De 10 mil até 20 mil hab.	57,4	2,9	37,4	202,8	3,2	39,5	108,8	3,0	34,0
De 20 mil até 50 mil hab.	88,6	3,9	44,8	429,4	4,2	52,1	212,1	4,5	51,9
De 50 mil até 100 mil hab.	69,2	4,5	50,9	635,2	6,2	85,8	204,0	4,8	51,4
De 100 mil até 200 mil hab.	61,3	5,6	58,2	1.066,7	8,5	122,7	264,1	7,3	89,9
De 200 mil até 500 mil hab.	40,6	5,5	39,4	1.756,8	9,5	122,5	566,2	8,3	95,8
Acima de 500 mil hab.	387,8	12,1	155,4	8.551,9	18,1	286,2	745,8	12,4	231,8
Total dos municípios	746,8	5,8	69,4	12.773,7	11,5	164,1	2.187,1	6,4	81,8

ISS - 2003- 2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/ 2006	Particip. receita tributária 2007	Particip. receita total 2007	ISS per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
	14.573.815	Norte	460.339,2	560.695,3	659.445,7	778.293,0	931.582,9	19,7	63,1	6,9	63,9
AC	288.614	Rio Branco	10.460,9	9.559,7	12.352,0	15.747,1	17.346,5	10,2	51,3	5,4	60,1
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	616,5	658,8	872,3	887,7	1.976,4	122,7	56,2	4,0	26,7
AM	1.612.475	Manaus	146.271,5	177.407,0	208.314,0	232.558,5	264.992,6	14,0	64,8	16,8	164,3
AM	102.044	Parintins	1.098,7	972,4	1.104,7	1.385,2	1.012,5	-26,9	29,1	1,3	9,9
AP	344.194	Macapá	11.880,3	15.231,2	12.492,0	16.958,6	15.249,1	-10,1	57,0	5,5	44,3
AP	91.615	Santana	1.160,7	1.154,8	1.823,5	2.310,9	2.847,4	23,2	56,3	4,2	31,1
PA	1.408.847	Belém	79.553,4	97.483,4	107.810,9	122.236,9	132.925,4	8,7	59,0	10,9	94,4
PA	484.278	Ananindeua	6.203,5	7.376,0	10.834,9	15.063,1	16.252,8	7,9	66,3	7,7	33,6
PA	274.285	Santarém	4.084,5	4.503,5	4.889,1	7.347,2	8.132,7	10,7	60,8	4,4	29,7
RO	371.791	Porto Velho	17.221,4	18.635,1	21.327,7	28.074,4	31.494,6	12,2	56,5	9,0	84,7
RO	107.638	Ji-Paraná	2.639,1	2.966,9	3.527,7	4.728,4	5.885,7	24,5	51,1	6,3	54,7
RR	247.762	Boa Vista	11.461,6	12.111,9	12.669,0	13.528,3	16.501,0	22,0	44,1	4,6	66,6
RR	24.511	Rorainópolis	146,8	158,2	334,8	688,1	1.141,1	65,8	89,5	3,9	46,6
TO	179.707	Palmas	14.887,8	17.536,8	17.078,5	21.553,3	20.716,8	-3,9	54,2	6,1	115,3
TO	117.059	Araguaína	3.354,3	5.254,0	4.978,5	5.642,7	6.471,5	14,7	50,4	6,9	55,3
	51.504.744	Nordeste	1.468.668,1	1.679.163,0	1.962.404,0	2.256.497,3	2.451.672,6	8,7	53,2	5,5	47,6
AL	874.014	Maceió	45.345,1	52.836,3	63.753,3	73.234,3	71.411,4	-2,5	45,9	8,9	81,7
AL	202.147	Arapiraca	3.501,6	2.394,8	3.187,3	5.596,0	6.272,2	12,1	79,8	3,3	31,0
BA	2.892.625	Salvador	258.455,6	262.877,3	283.549,5	332.916,9	343.930,5	3,3	49,8	15,3	118,9
BA	571.997	Feira de Santana	19.283,7	21.274,0	24.713,3	27.130,5	30.787,1	13,5	58,1	8,6	53,8
BA	308.204	Vitória da Conquista	8.618,0	10.457,2	10.994,7	11.805,9	14.028,4	18,8	55,4	6,3	45,5
BA	220.144	Ilhéus	4.533,5	6.481,8	7.444,7	8.713,5	6.228,3	-28,5	43,3	4,8	28,3
CE	2.431.415	Fortaleza	138.021,0	166.146,0	189.661,6	210.055,5	227.945,8	8,5	54,9	10,3	93,8
CE	316.906	Caucaia	7.218,6	4.466,5	4.541,0	5.362,8	5.556,2	3,6	37,2	2,7	17,5
MA	957.899	São Luís	86.374,1	99.730,4	122.461,7	133.558,1	168.542,1	26,2	76,6	16,4	176,0
MA	229.629	Imperatriz	5.917,4	5.913,1	5.957,2	7.010,8	11.419,7	62,9	65,4	6,2	49,7
PB	674.971	João Pessoa	47.325,9	53.659,4	52.302,3	59.882,9	71.622,2	19,6	51,8	10,6	106,1
PB	371.060	Campina Grande	9.056,7	8.780,3	11.720,9	14.207,3	15.813,0	11,3	57,1	5,6	42,6
PE	1.533.580	Recife	204.829,0	232.996,3	252.620,7	269.578,4	286.035,7	6,1	50,6	15,6	186,5
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	11.799,8	12.511,8	17.227,6	19.966,6	20.305,0	1,7	38,1	5,8	30,5
PE	391.433	Olinda	16.027,5	14.196,2	15.750,4	18.028,7	19.403,4	7,6	49,3	9,2	49,6
PE	307.284	Paulista	4.576,5	4.566,2	4.876,6	6.073,8	7.200,9	18,6	43,4	4,6	23,4
PE	289.086	Caruaru	6.748,2	6.522,2	6.772,7	11.468,5	9.718,1	-15,3	41,0	4,9	33,6
PE	268.339	Petrolina	7.266,0	9.459,4	8.429,0	11.779,2	8.525,0	-27,6	54,7	4,7	31,8
PI	778.341	Teresina	32.107,4	35.098,6	39.668,1	50.348,9	53.994,3	7,2	61,7	6,7	69,4
PI	140.737	Parnaíba	1.479,3	1.994,9	1.999,0	2.484,9	3.198,2	28,7	62,1	3,2	22,7
RN	774.205	Natal	62.255,6	74.054,5	85.111,2	97.748,7	106.461,4	8,9	56,4	12,8	137,5
RN	234.392	Mossoró	10.193,2	15.334,5	18.026,3	19.947,5	26.355,5	32,1	75,7	11,1	112,4
SE	520.207	Aracaju	45.709,8	52.575,8	59.123,4	69.220,4	72.891,0	5,3	48,9	12,5	140,1
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	2.755,0	3.901,7	4.120,5	4.815,3	4.600,4	-4,5	67,0	4,9	31,0
	10.763.937	Centro-Oeste*	458.575,5	521.516,3	610.033,7	667.195,3	746.790,4	11,9	41,4	5,8	69,4
GO	1.244.645	Goiânia	135.271,3	159.178,7	195.994,6	199.577,7	206.007,1	3,2	41,1	13,5	165,5
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	9.138,2	8.366,9	8.674,9	10.831,4	10.131,4	-6,5	24,8	4,0	21,3
GO	325.544	Anápolis	5.077,3	5.835,8	8.725,1	12.396,7	14.784,4	19,3	31,3	5,2	45,4
MS	724.638	Campo Grande	71.600,3	75.325,3	84.568,7	95.806,2	96.495,2	0,7	42,9	9,0	133,2
MS	182.747	Dourados	12.257,2	12.677,4	12.546,9	13.689,0	15.187,5	11,0	37,7	6,2	83,1
MT	527.113	Cuiabá	59.530,5	65.058,9	72.078,1	75.502,9	85.343,4	13,0	63,9	14,1	161,9
MT	230.466	Várzea Grande	11.774,6	12.962,8	13.322,1	13.058,9	15.680,3	20,1	61,0	7,7	68,0
	77.857.758	Sudeste	7.649.104,3	8.770.082,6	9.652.664,5	11.228.501,1	12.773.700,5	13,8	46,2	11,5	164,1
ES	314.042	Vitória	109.727,6	129.346,1	154.483,5	178.429,2	201.964,2	13,2	68,9	21,4	643,1
ES	398.068	Vila Velha	33.701,2	32.182,0	38.344,4	49.994,2	54.382,3	8,8	57,3	16,0	136,6
ES	385.370	Serra	31.494,4	34.996,9	52.590,6	74.591,8	74.493,4	-0,1	71,8	14,5	193,3
ES	356.536	Cariacica	10.906,0	12.157,7	16.174,1	19.817,5	25.210,8	27,2	67,3	11,0	70,7
MG	2.412.937	Belo Horizonte	269.263,2	306.042,3	325.546,9	359.562,1	421.777,0	17,3	37,4	11,6	174,8
MG	608.650	Contagem	36.510,2	39.248,3	37.266,3	42.418,3	48.414,2	14,1	45,9	7,6	79,5
MG	608.369	Uberlândia	45.404,1	46.091,1	50.702,5	55.926,5	60.909,5	8,9	53,7	9,1	100,1
MG	513.348	Juiz de Fora	38.856,7	40.555,7	44.707,3	57.756,9	59.324,9	2,7	40,9	9,9	115,6

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. receita tributária 2007	Particip. receita total 2007	ISS per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
MG	415.098	Betim	21.756,7	25.779,0	27.489,0	29.870,2	37.892,2	26,9	46,5	5,2	91,3
MG	352.384	Montes Claros	8.511,6	11.491,7	13.012,3	13.320,7	15.671,2	17,7	47,7	4,6	44,5
MG	329.112	Ribeirão das Neves	849,2	1.108,0	1.982,8	2.055,0	2.539,3	23,6	27,5	1,9	7,7
MG	287.760	Uberaba	12.709,5	14.570,9	17.584,7	17.559,0	18.910,0	7,7	37,9	5,3	65,7
MG	260.396	Governador Valadares	9.398,0	10.611,9	11.326,7	14.794,2	16.818,3	13,7	47,3	5,4	64,6
MG	238.397	Ipatinga	15.166,4	16.692,9	19.203,3	23.416,7	28.054,2	19,8	46,3	8,1	117,7
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	1.440.059,0	1.528.069,1	1.623.693,5	1.764.767,1	1.978.303,4	12,1	51,4	20,8	324,7
RJ	960.631	São Gonçalo	15.847,6	19.152,6	20.519,4	25.856,9	25.490,4	-1,4	33,6	6,6	26,5
RJ	842.686	Duque de Caxias	61.427,9	73.767,7	79.635,0	87.050,3	104.602,1	20,2	58,3	12,0	124,1
RJ	830.672	Nova Iguaçu	18.009,1	22.886,5	23.441,8	27.504,7	31.489,1	14,5	43,6	5,5	37,9
RJ	480.555	Belford Roxo	5.363,4	5.718,6	9.187,2	10.396,3	10.776,1	3,7	43,0	4,1	22,4
RJ	474.002	Niterói	64.427,7	78.800,2	77.443,6	77.480,8	89.450,2	15,5	29,9	10,9	188,7
RJ	464.282	São João de Meriti	6.850,9	5.558,3	7.657,0	7.882,2	8.082,6	2,5	27,6	3,2	17,4
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	20.890,6	19.982,6	27.068,1	39.387,6	45,5	53,9	3,2	92,4
RJ	306.645	Petrópolis	27.880,9	35.148,5	31.555,1	26.385,2	44.096,8	67,1	43,5	11,0	143,8
RJ	255.653	Volta Redonda	28.834,8	26.673,8	28.557,5	36.608,4	35.931,4	-1,9	58,4	9,1	140,6
SP	10.886.518	São Paulo	2.641.024,3	2.991.663,8	3.394.690,4	4.231.158,0	4.777.610,8	12,9	52,4	23,2	438,9
SP	1.236.192	Guarulhos	67.355,4	85.041,7	98.138,4	104.232,4	109.574,4	5,1	30,7	7,0	88,6
SP	1.039.297	Campinas	161.488,7	200.294,3	219.081,0	251.233,8	273.609,6	8,9	41,1	14,2	263,3
SP	781.390	São Bernardo do Campo	152.528,8	161.683,5	144.947,3	149.086,6	159.938,1	7,3	35,9	9,3	204,7
SP	701.012	Osasco	63.385,4	73.333,3	75.572,0	97.547,3	118.771,5	21,8	47,6	14,7	169,4
SP	667.891	Santo André	77.542,3	80.658,1	89.144,8	94.527,5	105.698,6	11,8	32,7	9,4	158,3
SP	594.948	São José dos Campos	57.737,6	96.384,8	101.574,8	99.504,4	124.178,4	24,8	49,7	11,8	208,7
SP	559.157	Sorocaba	39.694,5	53.639,8	62.311,8	68.629,5	79.433,1	15,7	40,7	12,0	142,1
SP	547.417	Ribeirão Preto	57.015,9	58.874,4	60.762,3	65.145,6	72.741,4	11,7	36,9	8,1	132,9
SP	418.288	Santos	111.713,5	133.703,8	147.390,6	154.976,6	172.728,1	11,5	41,5	20,0	412,9
SP	402.770	São José do Rio Preto	27.388,4	26.647,8	33.294,9	37.571,4	45.307,7	20,6	36,4	8,0	112,5
SP	402.643	Mauá	15.207,0	16.329,2	19.569,6	20.470,6	26.274,7	28,4	35,6	7,6	65,3
SP	386.779	Diadema	20.408,2	29.777,3	31.767,8	32.308,0	36.120,5	11,8	31,0	8,3	93,4
SP	379.566	Carapicuíba	10.262,2	10.778,4	7.947,3	8.178,2	7.580,1	-7,3	22,9	4,4	20,0
SP	362.991	Mogi das Cruzes	20.270,0	21.546,3	24.089,9	25.130,6	30.829,3	22,7	28,6	7,2	84,9
SP	358.108	Piracicaba	29.303,9	38.389,6	41.595,1	47.143,8	52.151,2	10,6	45,6	10,3	145,6
SP	347.601	Bauru	20.096,0	20.258,5	23.846,4	24.498,8	27.706,8	13,1	35,9	6,9	79,7
SP	342.983	Jundiaí	45.955,2	60.539,4	68.400,9	74.452,1	82.453,2	10,8	45,7	11,2	240,4
	26.729.883	Sul	1.472.099,3	1.681.471,7	1.814.104,2	1.996.858,0	2.187.097,8	9,5	39,1	6,4	81,8
PR	1.797.408	Curitiba	312.368,9	331.347,8	353.420,8	379.358,3	416.208,8	9,7	47,5	12,2	231,6
PR	497.833	Londrina	38.808,9	43.084,0	50.473,2	49.602,0	51.455,0	3,7	34,1	8,5	103,4
PR	325.968	Maringá	24.979,1	26.481,3	27.495,1	36.225,7	38.240,5	5,6	35,9	9,4	117,3
PR	311.336	Foz de Iguaçu	13.742,5	16.553,1	19.514,9	18.807,9	17.263,3	-8,2	33,8	5,7	55,5
PR	306.351	Ponta Grossa	12.427,8	15.269,5	15.569,5	16.906,0	18.908,4	11,8	33,2	6,8	61,7
PR	285.784	Cascavel	17.282,7	17.963,5	20.347,2	20.472,2	23.314,2	13,9	43,1	9,9	81,6
PR	263.622	São José dos Pinhais	14.843,9	16.091,4	19.316,0	22.821,5	29.836,5	30,7	46,5	10,5	113,2
RS	1.420.667	Porto Alegre	251.260,7	278.073,9	301.118,2	319.990,8	329.619,3	3,0	40,7	12,6	232,0
RS	399.038	Caxias do Sul	42.386,2	48.144,1	50.007,1	62.875,5	63.649,1	1,2	45,3	9,2	159,5
RS	339.934	Pelotas	9.471,5	11.551,1	399,8	11.742,5	13.042,1	11,1	35,0	4,0	38,4
RS	326.458	Canoas	24.370,1	49.354,8	58.033,4	46.765,7	39.942,0	-14,6	51,6	9,1	122,4
RS	263.403	Santa Maria	12.585,1	14.417,4	15.616,0	16.553,6	17.745,7	7,2	40,5	8,8	67,4
RS	261.150	Gravataí	7.306,4	8.641,8	9.367,2	9.805,7	11.731,5	19,6	34,9	5,1	44,9
RS	253.264	Viamão	2.546,5	2.697,4	2.994,6	3.499,7	3.953,8	13,0	32,1	2,8	15,6
RS	253.067	Novo Hamburgo	21.450,1	24.400,6	23.741,3	22.485,4	24.354,3	8,3	38,5	8,0	96,2
SC	396.723	Florianópolis	63.974,7	68.383,8	75.625,8	83.575,1	89.311,2	6,9	36,2	14,9	225,1
SC	487.003	Joinville	35.385,4	42.880,4	47.804,7	52.918,9	58.460,8	10,5	42,8	8,0	120,0
SC	292.972	Blumenau	32.639,3	34.766,5	33.256,8	38.912,4	41.782,6	7,4	42,0	8,6	142,6
	73.054.455	Cidades selecionadas	8.524.251,9	9.615.831,9	10.610.647,1	12.210.134,9	13.604.319,4	11,4	48,5	14,3	186,2
	33.479.343	Até 20 mil hab.	437.872,4	535.507,5	634.303,2	800.499,0	896.625,6	12,0	39,9	2,2	26,8
	41.708.810	Capitais	6.566.240,9	7.310.429,5	8.121.516,6	9.434.928,5	10.504.700,8	11,3	50,9	17,5	251,9
	181.430.137	Brasil*	11.508.786,4	13.212.928,9	14.698.652,1	16.927.344,6	19.090.844,2	12,8	46,4	8,8	105,2

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

ISS

Posição	UF	Município	ISS em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	4.777.610.802,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	1.978.303.422,0	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	421.776.970,9	2.412.937
4°	PR	Curitiba	416.208.792,6	1.797.408
5°	BA	Salvador	343.930.519,9	2.892.625
6°	RS	Porto Alegre	329.619.276,5	1.420.667
7°	PE	Recife	286.035.742,5	1.533.580
8°	SP	Campinas	273.609.574,3	1.039.297
9°	AM	Manaus	264.992.647,8	1.612.475
10°	SP	Barueri	235.342.865,0	252.748
11°	CE	Fortaleza	227.945.763,6	2.431.415
12°	GO	Goiânia	206.007.123,5	1.244.645
13°	ES	Vitória	201.964.219,6	314.042
14°	SP	Santos	172.728.054,3	418.288
15°	MA	São Luís	168.542.098,0	957.899
16°	SP	São Bernardo do Campo	159.938.096,9	781.390
17°	RJ	Macaé	156.684.714,8	169.229
18°	PA	Belém	132.925.419,0	1.408.847
19°	SP	São José dos Campos	124.178.441,7	594.948
20°	SP	Osasco	118.771.515,0	701.012
21°	SP	Guarulhos	109.574.437,3	1.236.192
22°	RN	Natal	106.461.361,7	774.205
23°	SP	Santo André	105.698.613,2	667.891
24°	RJ	Duque de Caxias	104.602.123,9	842.686
25°	SP	São Caetano do Sul	98.706.649,0	144.857
26°	MS	Campo Grande	96.495.152,6	724.638
27°	RJ	Niterói	89.450.246,1	474.002
28°	SC	Florianópolis	89.311.172,5	396.723
29°	MT	Cuiabá	85.343.389,3	527.113
30°	SP	Jundiaí	82.453.219,8	342.983
31°	SP	Sorocaba	79.433.148,3	559.157
32°	PA	Parauapebas	76.216.466,9	133.261
33°	ES	Serra	74.493.413,4	385.370
34°	SE	Aracaju	72.890.987,3	520.207
35°	SP	Ribeirão Preto	72.741.410,3	547.417
36°	PB	João Pessoa	71.622.187,6	674.971
37°	AL	Maceió	71.411.438,4	874.014
38°	BA	Camaçari	65.893.695,0	220.495
39°	SP	Santana de Parnaíba	65.162.273,0	100.209
40°	RS	Caxias do Sul	63.649.105,3	399.038
41°	MG	Uberlândia	60.909.513,0	608.369
42°	MG	Juiz de Fora	59.324.924,1	513.348
43°	SC	Joinville	58.460.777,4	487.003
44°	ES	Vila Velha	54.382.259,7	398.068
45°	PI	Teresina	53.994.305,4	778.341
46°	SP	Cubatão	53.709.656,0	119.794
47°	SP	Hortolândia	52.947.066,0	190.781
48°	SP	Guarujá	52.368.078,3	296.150
49°	SP	Piracicaba	52.151.197,7	358.108
50°	PR	Londrina	51.454.963,8	497.833
51°	MG	Contagem	48.414.214,5	608.650
52°	RJ	Itaguaí	48.412.134,9	95.468

Posição	UF	Município	ISS em reais	População 2007
53°	SP	São José do Rio Preto	45.307.711,8	402.770
54°	SP	Paulínia	44.508.234,0	73.118
55°	RJ	Petrópolis	44.096.795,0	306.645
56°	RJ	Angra dos Reis	42.922.794,0	149.395
57°	SC	Blumenau	41.782.576,8	292.972
58°	RS	Canoas	39.941.976,5	326.458
59°	SP	Cotia	39.592.009,4	172.823
60°	RJ	Campos dos Goytacazes	39.387.594,1	426.154
61°	PR	Maringá	38.240.530,3	325.968
62°	MG	Betim	37.892.162,9	415.098
63°	SP	Diadema	36.120.500,4	386.779
64°	PR	Paranaguá	35.958.207,5	133.756
65°	RJ	Volta Redonda	35.931.400,0	255.653
66°	SP	Poá	33.560.943,6	105.285
67°	SC	Itajaí	32.517.705,1	163.298
68°	RO	Porto Velho	31.494.626,1	371.791
69°	RJ	Nova Iguaçu	31.489.087,6	830.672
70°	SP	Limeira	31.312.039,7	272.734
71°	SP	Taubaté	30.861.090,3	265.514
72°	SP	Mogi das Cruzes	30.829.328,0	362.991
73°	ES	Linhares	30.810.699,8	124.581
74°	BA	Feira de Santana	30.787.086,2	571.997
75°	MG	Nova Lima	30.206.459,0	72.207
76°	PR	São José dos Pinhais	29.836.544,7	263.622
77°	PA	Barcarena	29.295.020,9	84.566
78°	ES	Aracruz	29.212.849,0	73.348
79°	MG	Ipatinga	28.054.194,4	238.397
80°	SP	Bauru	27.706.832,1	347.601
81°	RS	Rio Grande	26.810.226,4	194.351
82°	SP	Americana	26.628.676,6	199.094
83°	RN	Mossoró	26.355.484,1	234.392
84°	SP	Mauá	26.274.731,8	402.643
85°	BA	Lauro de Freitas	26.212.385,2	142.307
86°	RJ	São Gonçalo	25.490.384,3	960.631
87°	PE	Ipojuca	25.403.224,6	69.781
88°	ES	Anchieta	25.223.799,9	19.450
89°	ES	Cariacica	25.210.750,8	356.536
90°	RS	Novo Hamburgo	24.354.349,4	253.067
91°	SP	São Sebastião	23.978.709,2	67.099
92°	PR	Cascavel	23.314.177,9	285.784
93°	BA	Candeias	22.305.068,2	78.655
94°	SP	Taboão da Serra	21.369.180,0	219.200
95°	AM	Coari	21.233.759,6	61.069
96°	MG	Congonhas	21.111.792,4	45.987
97°	TO	Palmas	20.716.778,4	179.707
98°	SP	Franca	20.586.464,2	319.094
99°	PE	Jaboatão dos Guararapes	20.304.959,7	665.387
100°	SP	Cajamar	19.934.992,6	58.615

Total dos 100 maiores	14.777.732.535,6	67.089.826
Total dos demais*	4.313.111.671,4	114.340.311
Total Brasil*	19.090.844.206,9	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

ISS per capita - 2007

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2007
			Em reais		
1°	ES	Anchieta	1.297	25.223.799,9	19.450
2°	TO	Tupirama	967	1.359.175,5	1.405
3°	SP	Barueri	931	235.342.865,0	252.748
4°	RJ	Macaé	926	156.684.714,8	169.229
5°	GO	Rio Quente	819	2.435.703,3	2.974
6°	AP	Pedra Branca do Amapari	793	5.818.398,5	7.337
7°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	793	7.326.752,6	9.238
8°	TO	São Salvador do Tocantins	769	2.314.739,4	3.012
9°	SP	São Caetano do Sul	681	98.706.649,0	144.857
10°	SP	Santana de Parnaíba	650	65.162.273,0	100.209
11°	ES	Vitória	643	201.964.219,6	314.042
12°	SE	Carmópolis	619	7.365.257,1	11.899
13°	PA	Ourilândia do Norte	615	12.559.971,2	20.417
14°	SP	Paulínia	609	44.508.234,0	73.118
15°	BA	São Francisco do Conde	576	17.166.811,6	29.822
16°	PA	Parauapebas	572	76.216.466,9	133.261
17°	BA	Madre de Deus	568	8.762.246,9	15.432
18°	GO	Davinópolis	530	1.089.995,9	2.055
19°	PA	Canaã dos Carajás	523	12.387.913,2	23.707
20°	MG	Tapira	508	1.816.695,0	3.575
21°	RJ	Itaguaí	507	48.412.134,9	95.468
22°	RS	Triunfo	496	11.922.598,0	24.016
23°	MG	Ouro Branco	489	16.400.038,2	33.530
24°	MG	Simão Pereira	475	1.189.968,9	2.503
25°	RJ	Mangaratiba	474	13.880.515,6	29.255
26°	TO	Tupiratins	468	939.167,5	2.007
27°	MG	Congonhas	459	21.111.792,4	45.987
28°	SP	Cubatão	448	53.709.656,0	119.794
29°	SP	São Paulo	439	4.777.610.802,0	10.886.518
30°	TO	Palmeirante	420	1.968.121,3	4.689
31°	PA	Juruti	420	14.420.685,0	34.338
32°	SE	Rosário do Catete	419	3.567.701,0	8.518
33°	MG	Nova Lima	418	30.206.459,0	72.207
34°	SP	Santos	413	172.728.054,3	418.288
35°	ES	Aracruz	398	29.212.849,0	73.348
36°	GO	Alto Horizonte	389	1.226.454,7	3.155
37°	SP	Alumínio	389	6.093.201,3	15.678
38°	AM	Anamá	369	3.018.298,7	8.182
39°	SP	Planalto	369	1.479.916,5	4.010
40°	GO	Aporé	364	1.286.845,9	3.540
41°	PE	Ipojuca	364	25.403.224,6	69.781
42°	RS	Itati	358	959.124,3	2.677
43°	SP	São Sebastião	357	23.978.709,2	67.099
44°	AM	Coari	348	21.233.759,6	61.069
45°	PA	Barcarena	346	29.295.020,9	84.566
46°	SP	Cajamar	340	19.934.992,6	58.615
47°	SC	São Francisco do Sul	337	12.854.779,6	38.096
48°	RJ	Comendador Levy Gasparian	336	2.798.095,1	8.322
49°	SE	Laranjeiras	335	8.016.538,0	23.923
50°	BA	Mata de São João	333	12.388.361,2	37.175
51°	RN	Alto do Rodrigues	325	3.722.256,8	11.443
52°	RJ	Rio de Janeiro	325	1.978.303.422,0	6.093.472

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2007
			Em reais		
53°	MG	Rio Acima	324	2.681.021,8	8.267
54°	SP	Poá	319	33.560.943,6	105.285
55°	SP	Borá	318	255.851,0	804
56°	SP	Louveira	309	9.272.284,1	30.038
57°	SP	Araçariçuama	307	3.771.531,3	12.291
58°	BA	Camaçari	299	65.893.695,0	220.495
59°	RS	Alpestre	299	2.679.265,0	8.972
60°	BA	Pojuca	298	9.021.401,3	30.253
61°	RJ	Angra dos Reis	287	42.922.794,0	149.395
62°	MG	Dores de Guanhães	284	1.567.245,1	5.528
63°	TO	Peixe	284	2.480.958,3	8.750
64°	BA	Candeias	284	22.305.068,2	78.655
65°	AM	Codajás	282	4.428.907,6	15.723
66°	SP	Hortolândia	278	52.947.066,0	190.781
67°	RS	Candiota	277	2.284.564,1	8.236
68°	GO	Ouvidor	273	1.290.403,2	4.722
69°	PR	Paranaguá	269	35.958.207,5	133.756
70°	SP	Campinas	263	273.609.574,3	1.039.297
71°	SP	Corumbataí	260	1.023.977,0	3.935
72°	SP	Jaguariúna	259	9.538.996,8	36.801
73°	MG	Chiadador	249	722.099,9	2.895
74°	ES	Linhares	247	30.810.699,8	124.581
75°	MG	Mariana	246	12.838.842,7	52.235
76°	MS	Rio Brilhante	245	6.500.584,0	26.560
77°	SP	Gavião Peixoto	244	1.000.985,8	4.103
78°	SE	Japaratuba	241	3.725.880,0	15.473
79°	SP	Jundiá	240	82.453.219,8	342.983
80°	SP	Santo Antônio de Posse	238	4.722.099,0	19.824
81°	BA	São Sebastião do Passé	238	9.592.901,2	40.320
82°	SP	Canas	233	1.007.617,8	4.318
83°	PR	Curitiba	232	416.208.792,6	1.797.408
84°	RS	Porto Alegre	232	329.619.276,5	1.420.667
85°	AM	Caapiranga	229	2.419.350,6	10.547
86°	SP	Cotia	229	39.592.009,4	172.823
87°	SP	São Lourenço da Serra	226	3.636.103,1	16.112
88°	SC	Águas de Chapecó	225	1.368.971,0	6.086
89°	SC	Florianópolis	225	89.311.172,5	396.723
90°	SP	Quadra	225	605.654,0	2.688
91°	ES	Fundão	225	3.421.258,0	15.228
92°	GO	Barro Alto	220	1.418.111,4	6.444
93°	SP	Santa Cruz da Conceição	218	842.653,2	3.872
94°	SP	Águas de Santa Bárbara	217	1.164.754,5	5.360
95°	MG	Bom Jesus da Penha	215	814.269,0	3.796
96°	MG	Fortaleza de Minas	215	825.060,0	3.834
97°	MG	Rio Doce	214	538.531,1	2.516
98°	SP	Cordeirópolis	213	4.116.100,0	19.310
99°	SP	Iaras	212	1.012.964,4	4.777
100°	SP	Monções	211	433.460,7	2.054

Total dos 100 maiores	377	9.961.703.603,2	26.394.577
Total dos demais*	59	9.129.140.603,7	155.035.560
Total Brasil*	105	19.090.844.206,9	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Imposto importante nas cidades turísticas

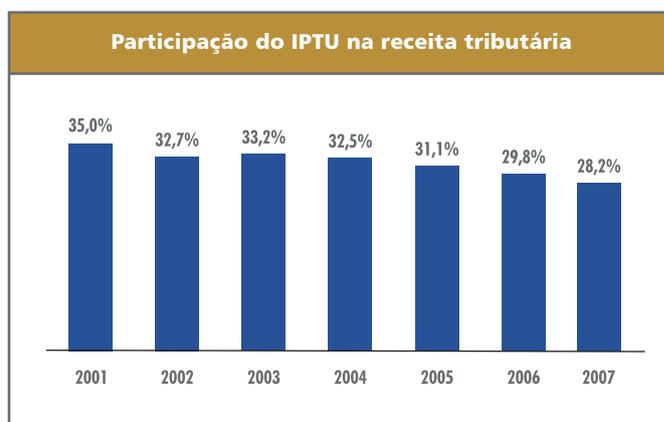
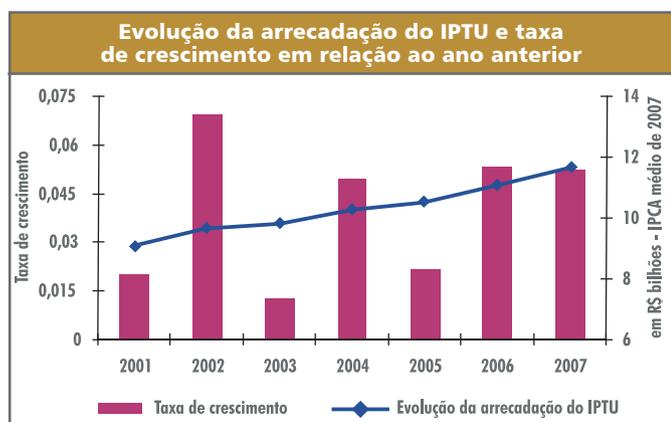
O IPTU tem como forte característica as disparidades regionais e entre as cidades de diferentes portes populacionais, tanto no que se refere à arrecadação per capita quanto à participação do imposto na receita total. Destacam-se, com os maiores indicadores, a região Sudeste, as maiores cidades e as cidades turísticas.

Em 2007, o conjunto dos municípios brasileiros obteve R\$ 11,61 bilhões com a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esse montante representou um acréscimo de 5,2% em relação a 2006, e recursos adicionais de R\$ 575,7 milhões. Apesar desse crescimento, que mantém a trajetória observada nos últimos

anos, o IPTU continua apresentando perda de importância relativa na receita tributária. Entre 2001 e 2007, a participação do imposto passou de 35% para 28,2% da receita tributária. Mesmo assim, ele permanece como o segundo maior tributo municipal do país, sendo superado pela arrecadação do Imposto sobre Serviço de Qual-

quer Natureza (ISS).

Duas características do IPTU devem ser destacadas. Primeiro, a arrecadação concentrada na região Sudeste do Brasil. Segundo, o aumento da importância relativa do imposto nos orçamentos dos municípios de acordo com o porte populacional, padrão esse que se repete em todas as regiões do país.

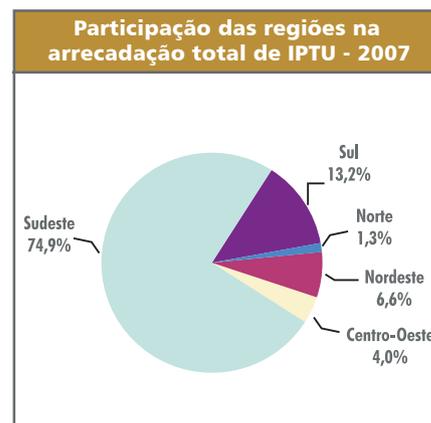


Concentração

O IPTU apresenta uma forte concentração regional, com o Sudeste sendo responsável, em 2007, por 74,9% do total da receita do tributo. Entre as 16 cidades com arrecadação acima de R\$ 100 milhões, e que responderam por 56% do recolhimento do imposto, 11 estão localizadas nessa área do país. As regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste participaram com 13,2%, 6,6% e 4%, respectivamente, enquanto o Norte con-

tribuiu com apenas 1,3% do valor total.

Além das disparidades regionais, o IPTU também é mais concentrado nas maiores cidades. Essa característica é evidente ao se observar que o conjunto das cidades com mais de 500 mil habitantes arrecadou 59% do total do país. Somando-se a esse grupo os municípios com população de 100 mil a 500 mil habitantes, a receita do imposto chega a representar 84% do total. Essas cidades possuem 53% da população do Brasil.



As diferenças regionais e por porte populacional também podem ser vistas na análise da receita per capita do IPTU. Em 2007, a região Sudeste arrecadou com o imposto R\$ 111,60 por habitante, enquanto na região Norte o valor foi de R\$ 10,70, e no Nordeste, de R\$ 14,80. No Brasil, a arrecadação do IPTU por habitante é sempre maior quanto maior o porte populacional do município (veja tabela IPTU 2007 na página 56). O menor valor per capita pertence ao conjunto das cidades com até 10 mil habitantes, com R\$ 10,20. Esse número vai subindo progressivamente até atingir R\$ 133,50 para o grupo com população acima de 500 mil habitantes.

É interessante notar ainda que, entre as regiões do país, mesmo ao se comparar municípios de mesmo porte populacional, as disparidades regionais permanecem. Para as pequenas cidades, com até 10 mil habitantes, o IPTU per capita no Norte e Nordeste foi, respectivamente, de R\$ 1,50 e R\$ 1,20, enquanto no Sudeste esse valor foi de R\$ 16,20. Nessas áreas, os municípios de grande porte, com população acima de 500 mil habitantes, apresentaram arrecadações per capita de R\$ 31 e R\$ 44,70, na devida ordem, enquanto as cidades do Sudeste registraram a quantia de R\$ 182,40. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, o montante obtido por morador, segundo o tamanho dos municípios, se aproximou do observado no Sudeste, embora tenha sido menor.

As 16 maiores receitas de IPTU em 2007

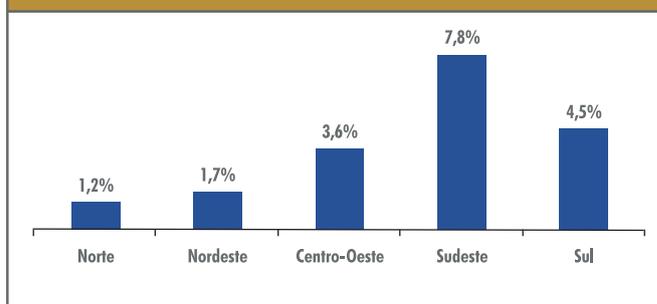
Posição	UF	Município	IPTU em reais	Participação acumulada
1º	SP	São Paulo	2.862.007.305,0	24,7%
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.086.204.200,0	34,0%
3º	MG	Belo Horizonte	371.345.584,6	37,2%
4º	PR	Curitiba	253.392.750,0	39,4%
5º	SP	Campinas	234.615.736,0	41,4%
6º	RS	Porto Alegre	204.514.861,3	43,2%
7º	GO	Goiânia	189.609.772,7	44,8%
8º	SP	São Bernardo do Campo	171.048.935,4	46,3%
9º	SP	Guarulhos	168.991.811,1	47,7%
10º	SP	Santos	153.586.382,8	49,1%
11º	SP	Guarujá	149.679.710,3	50,4%
12º	PE	Recife	145.385.713,3	51,6%
13º	BA	Salvador	141.519.111,8	52,8%
14º	RJ	Niterói	130.475.108,8	54,0%
15º	SP	Santo André	125.370.446,2	55,0%
16º	SP	Praia Grande	115.415.524,3	56,0%
Total dos municípios			11.607.717.157,3	100,0%

Peso nos orçamentos

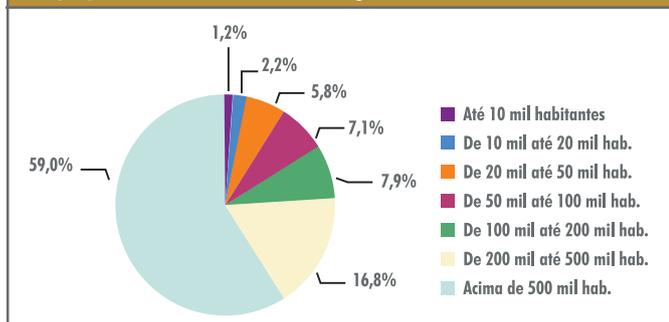
As desigualdades entre as regiões também foram significativas quando se observa a participação do IPTU na receita total. O imposto é relativamente mais importante para as cidades do Sudeste, para as quais o IPTU representou 7,8% da receita municipal, em 2007. No Sul, a contribuição do tributo foi de 4,5% do

orçamento, ao passo que no Centro-Oeste foi de 3,6%. Já nas regiões Norte e Nordeste, a importância é bem pequena, representando apenas 1,2% e 1,7% da receita total, respectivamente.

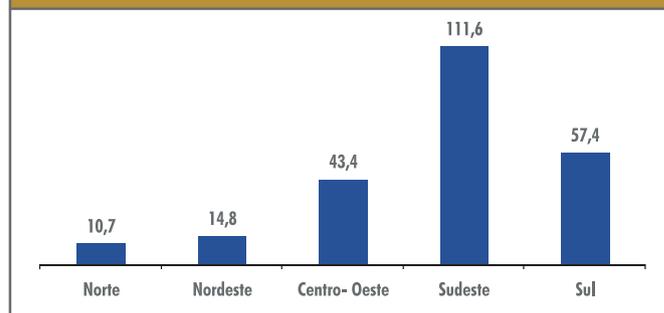
Participação do IPTU na receita total da região - 2007



Participação dos municípios agrupados em faixas populacionais na arrecadação total de IPTU - 2007



IPTU per capita por região - 2007 em reais



Novamente o porte populacional das cidades traz diferenças para esse resultado: naquelas com até 10 mil habitantes, o imposto contribuiu com apenas 0,7% da receita total; nas com mais de 500 mil habitantes, a participação foi de 9,7%.

Esse padrão repete-se entre municípios de mesmo porte populacional, mas situados em distintas regiões (ver tabela IPTU 2007, na página 56). Para exemplificar, nos menores municípios do Norte e Nordeste a arrecadação de IPTU representou apenas 0,1% da receita total, em média. Já no Sudeste e no Sul, nesses mesmos grupos, essa participação foi de 1,1% e 1%, respectivamente. No Centro-Oeste, esse valor foi de 0,5%, configurando uma posição intermediária. Percebe-se que para os grupos de municípios com população acima de 100 mil habitantes, do Centro-Oeste e do Sul, a cobrança desse tributo tem praticamente a mesma importância em seus orçamentos.

Maior base de arrecadação

O fato de a arrecadação de IPTU ser maior à medida que se eleva o

porte populacional do município, e de estar concentrada na região Sudeste, explica-se pela existência de uma maior base de arrecadação nesses locais. Neles a economia é mais dinâmica e o nível de renda é maior em comparação às localidades menores, o que permite ao governo municipal instituir a cobrança. Deve ser levado em conta o custo que uma prefeitura tem para realizar a arrecadação. É necessário manter o cadastro imobiliário atualizado, o que envolve o trabalho de alguns servidores ou de empresa contratada, além de recursos de informática. Os investimentos em sistemas modernos que realizam o gerenciamento desse cadastro, o controle da arrecadação e até a impressão de carnês implicam em custos muitas vezes proibitivos para cidades pequenas e com baixo potencial de arrecadação. As administrações dessas localidades sentem-se desestimuladas a empreender um grande esforço de arrecadação quando as possibilidades de obter um recolhimento razoável não são promissoras.

Essa não é a situação das cidades maiores, especialmente as do Sudeste, que possuem melhores condições para realizar uma arrecada-

ção produtiva do IPTU, investindo nas técnicas necessárias e contando com uma ampla base de arrecadação.

A Pesquisa de Informações Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e já divulgada na edição anterior de **Multi Cidades**, reflete, em grande parte, os fatos apontados acima quando mostra que 368 municípios (6,6% do total) não cobravam o IPTU em 2006. A pesquisa revela ainda que 17% das cidades brasileiras não possuíam cadastros imobiliários informatizados, e que esse percentual sobe para 21% quando relacionado àquelas com até 5 mil habitantes.

Ranking da receita de IPTU per capita

Assim como nos anos anteriores, em 2007, as 20 cidades que mais arrecadaram IPTU por habitante foram aquelas predominantemente turísticas, que contam com infra-estrutura de hotéis, pousadas e restaurantes, permitindo uma importante base de tributação. Além disso, possuem um número considerável de imóveis pertencentes a não-residentes, utilizados apenas no período de férias. Com isso, esses municípios recolhem o imposto de proprietários que não fazem parte da população da cidade, aumentando a receita per capita.

Ilha Comprida-SP se manteve no topo do *ranking*, com uma arrecadação de R\$ 1.208 por habitante, seguida por Bertioga-SP, com R\$ 970, e Xangri-lá-RS, com R\$ 783. Outras 12 cidades paulistas estão entre as que possuem as maiores arrecadações per capita de IPTU, como Águas de São Pedro, com R\$ 754, e Mongaguá, com R\$ 532.

O secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Bertioga, Ênio Xavier, explicou que o aumento na arrecadação do IPTU é observado desde 2001, quando iniciou-se um trabalho de atualização cadastral, re-



Bertioga, em São Paulo, registou a segunda maior arrecadação de IPTU por habitante em 2007

gularizando os lançamentos imobiliários e identificando as edificações clandestinas. Com um peso de 40% da receita própria do município, o recolhimento do tributo cresce cerca de 8% ao ano. "Trata-se de um crescimento real verificado em função dos novos lançamentos, principalmente, os pluri-habitacionais. Por conseguinte, o crescimento real do IPTU é a razão direta do incremento da construção civil", afirmou o secretário, que estima para o ano de 2008 uma arrecadação de R\$ 38 milhões.



Parintins, no Amazonas, busca alternativas para aumentar a arrecadação do IPTU

As 20 maiores arrecadações de IPTU per capita - 2007

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2007
			Em reais		
1º	SP	Ilha Comprida	1.208	10.786.164,1	8.931
2º	SP	Bertioga	970	37.909.212,7	39.091
3º	RS	Xangri-lá	783	8.296.918,3	10.602
4º	SP	Águas de São Pedro	754	1.830.606,3	2.428
5º	SP	Mongaguá	532	21.363.554,8	40.171
6º	SP	Guarujá	505	149.679.710,3	296.150
7º	SP	Praia Grande	494	115.415.524,3	233.806
8º	SP	São Sebastião	457	30.636.582,9	67.099
9º	SC	Bombinhas	447	5.561.212,3	12.451
10º	RS	Arroio do Sal	427	2.837.344,8	6.646
11º	SP	Santana de Parnaíba	418	41.862.329,6	100.209
12º	SC	Balneário Camboriú	410	38.778.572,5	94.579
13º	SP	Ubatuba	391	29.319.445,6	75.008
14º	SP	Peruibe	387	21.101.084,8	54.457
15º	SP	Águas de Lindóia	375	5.954.758,0	15.876
16º	SP	Águas de Santa Bárbara	374	2.005.603,3	5.360
17º	SP	Santos	367	153.586.382,8	418.288
18º	PR	Pontal do Paraná	366	6.077.628,6	16.628
19º	RS	Imbé	361	5.389.590,9	14.940
20º	SP	Campos do Jordão	360	16.073.880,7	44.703

Nordeste

O Nordeste arrecadou R\$ 760,8 milhões com IPTU, o que correspondeu a uma variação positiva de 7%, entre 2006 e 2007. Também dentro dessa região a receita do imposto é concentrada: juntas, Salvador-BA, Fortaleza-CE e Recife-PE responderam por cerca de 50% desse valor.

Entre as localidades selecionadas por **Multi Cidades**, as maiores taxas de crescimento foram observadas nos municípios de Nossa Senhora do So-

corro-SE, com aumento de 71,5% no valor auferido; Imperatriz-MA, com acréscimo de 69%; Ilhéus-BA, com elevação de 54,2%; e Caruaru-PE, com aumento de 50,8%. Com taxas de expansão menores, mas, ainda sim, relevantes, destacaram-se as cidades baianas de Vitória da Conquista (26,9%) e Feira de Santana (19,1%).

Do outro lado, as maiores quedas foram registradas em Mossoró-RN, com retração de 25,7%, Jaboatão dos Guararapes-PE, com redução de 21,8%, e em Petrolina-PE, que contabilizou a

maior queda absoluta entre as cidades brasileiras selecionadas por **Multi Cidades**, de R\$ 5,3 milhões, o que significou uma perda de 11,6% de receita do IPTU. A cidade de Paulista-PE perdeu 10,7% do recolhimento do tributo.

Norte

O recolhimento de IPTU na região Norte foi de R\$ 156,2 milhões. Embora tenha participado com apenas 1,3% do total arrecadado no país, a região foi a que apresentou a maior taxa de crescimento do tributo, de 35,8%. Grande parte do resultado foi capitaneada pelo forte acréscimo contabilizado por Manaus-AM, de 81,8%, que contribuiu com R\$ 27 milhões dos R\$ 41,2 milhões de recursos adicionais obtidos na região em 2007. Em termos percentuais, destacaram-se, ainda, Macapá-AP e Rio Branco-AC, com crescimento de 128,5% e de 42,5%, respectivamente. Essas três capitais nordestinas apresentaram as maiores taxas de aumento do país.

O secretário de Finanças de Rio Branco, Geraldo Pereira Maia Filho, explicou que o aumento na arrecadação ocorreu devido à gestão da administração municipal. Ele ressaltou que houve uma grande queda dos números de inadimplentes, que passou de 80% para menos de 60%. "Há uma consciência da população quanto à importância



Geraldo Pereira Maia Filho, secretário de Finanças de Rio Branco

para a manutenção do município. Os moradores perceberam que o imposto está sendo devolvido através de benefícios em seus bairros”, disse. Atualmente, a cidade conta com 130 mil contribuintes.

Entre os municípios dessa região selecionados por **Multi Cidades**, apenas Parintins-AM e Santana-AP registraram queda no recolhimento de IPTU, de 13,6% e de 10,2%, respectivamente, ambos pelo segundo ano consecutivo.

Com uma taxa de inadimplência superior a 50% e falta de cadastro atualizado, a Prefeitura de Parintins busca alternativas para tentar aumentar a arrecadação do IPTU. O secretário municipal de Terras, Cadastro e Arrecadação, Sérgio Cardoso, contou que, no final de 2008, os inadimplentes serão colocados em dívida ativa e será feito um novo cadastramento imobiliário.

“Vamos cobrar o imposto judicialmente. Infelizmente tem que ser assim.

Os contribuintes só pagam o IPTU quando querem transferir o imóvel ou na hora de solicitar financiamento”, disse. O cadastro, que hoje conta com cerca de 12.000 imóveis, deveria registrar mais de 20.000, estima o secretário. Ele lembrou ainda que campanhas, com sorteios de brindes, estão sendo realizadas para motivar a população a pagar o tributo. “Com isso, teremos mais recursos para investir na cidade”.

Centro-Oeste

Com o segundo melhor desempenho entre as regiões brasileiras, os municípios do Centro-Oeste arrecadaram R\$ 467,2 milhões em 2007, o que representou um aumento de 12,1% em relação ao ano anterior. Ressalta-se que a cidade de Goiânia-GO, com crescimento de 13,6% no período, contribuiu com R\$ 22,6 milhões dos R\$ 50,3 milhões adicionais recolhidos. Aparecida de Goiânia-GO destacou-se com o aumento de 39,2%, seguida por Dourados-MS, com 16,8%, e Cuiabá-MT, com 12,8%.

Os municípios

de Várzea Grande-MT e Anápolis-GO, após apresentarem crescimento de 13,4% e 11%, respectivamente, em 2006, tiveram queda na arrecadação de IPTU, em 2007, de 10,6% e de 4,8%.

Sudeste

Responsável por praticamente três quartos da arrecadação de IPTU, o Sudeste contribuiu com R\$ 8,69 bilhões para o montante nacional em 2007. Entretanto, essa variação representou um aumento de apenas 4,2% em relação ao ano anterior, a menor observada entre as regiões.

As maiores taxas de crescimento, dentre os 42 municípios selecionados por **Multi Cidades**, foram registradas em Vitória-ES, que registrou um acréscimo de 41,7%; Ribeirão das

TOM-AGB Photo Library



Rio Branco, capital do Acre, elevou em 42,5% o recolhimento do IPTU em 2007

IPTU - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	137,9	0,7	10,2	1,4	0,1	1,5	4,4	0,1	1,2
De 10 mil até 20 mil hab.	251,2	1,2	12,6	2,6	0,2	1,6	13,0	0,2	1,6
De 20 mil até 50 mil hab.	673,5	2,2	22,4	8,4	0,3	2,5	38,2	0,4	3,1
De 50 mil até 100 mil hab.	827,2	3,6	37,9	13,5	0,7	6,3	37,8	0,7	5,4
De 100 mil até 200 mil hab.	920,0	4,2	52,6	10,9	0,8	7,5	35,2	1,2	10,5
De 200 mil até 500 mil hab.	1.949,7	6,3	71,3	25,7	1,5	12,8	65,9	2,1	16,3
Acima de 500 mil hab.	6.848,2	9,7	133,5	93,7	3,4	31,0	566,4	4,8	44,7
Total dos municípios	11.607,7	5,3	64,0	156,2	1,2	10,7	760,8	1,7	14,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Neves-MG, com variação de 29,6%; e Vila Velha-ES, com expansão de 23,6%. Também merecem destaque os municípios de Uberaba-MG e Sorocaba-SP, com taxas de 22,9% e de 22,1%, respectivamente. Em termos absolutos, a cidade de São Paulo registrou o maior aumento da região e do País, com uma arrecadação adicional de R\$ 119,71 milhões em relação a 2006.

Pelo segundo ano consecutivo, Volta Redonda-RJ apresentou a maior queda no valor recolhido, de 7,4%, entre os municípios selecionados do Sudeste. Também apresentaram desempenho negativo considerável as cidades de Petrópolis-RJ, Montes Claros-MG e Mauá-SP, com taxas de -5%, de -4,1% e de -2,2%, respectivamente.

O subsecretário de Receita da Prefeitura de Vitória, Ângelo Segatto, explicou que o aumento da arrecadação de IPTU teve como principal fator a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), que não passava por revisão desde 1997, tendo apenas sofrido correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial (IPCA-E).

Tal medida, segundo o secretário, significou um impacto de R\$ 11,2 milhões a mais aos cofres municipais e a participação do IPTU subiu para 3,7% da receita total de Vitória. “Não há previsão de revisão geral da PGV, pelo

menos para os próximos dois anos. O mercado imobiliário do município experimentou um crescimento acima da média nos últimos anos e, pelo que parece, afetado pela atual crise financeira, deve se manter estável nos próximos anos”, afirmou, ao lembrar que a prefeitura conta com cerca de 150 mil contribuintes.

Sul

Os municípios do Sul do país arrecadaram R\$ 1,53 bilhão, em 2007,

o que correspondeu a uma elevação de 5,6% em relação ao ano anterior. Os maiores acréscimos, dentre os 18 municípios selecionados da região, foram registrados em São José dos Pinhais (44,5%) e em Foz do Iguaçu (35,8%), ambas no Paraná. Na sequência vêm as cidades de Canoas (33,5%), Pelotas (16,6%) e Gravataí (15,3%), no Rio Grande do Sul. As únicas reduções apresentadas nesse grupo foram as de Santa Maria e Viamão, também no Rio Grande do Sul, com 10,9% e 1,9%, respectivamente.

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é uma tributação de longa tradição municipal. Desde a Carta Constitucional de 1934, sua administração, fiscalização e arrecadação passaram para a competência dos municípios. Anteriormente, a arrecadação sobre a propriedade de imóveis pertencia aos estados.

O fato gerador, segundo o Código Tributário Nacional, “a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel”, sendo o contribuinte “o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título”. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal.

A cobrança do IPTU é realizada por meio de uma alíquota aplicada sobre o valor do imóvel considerando-se o terreno e a edificação. O percentual é definido pela administração municipal, através de uma lei aprovada pela Câmara dos Vereadores.

Para realizar a tributação do IPTU, o município deve possuir uma base cadastral com informações físico-territoriais como as quadras, lotes, setores e com dados sobre cada imóvel, como área, testada e características físicas. Também faz parte da base cadastral a Planta Genérica de Valores (PGV), que contém os valores básicos dos terrenos e edificações por metro quadrado de área, de acordo com as características dos mesmos. Todas essas informações devem estar referenciadas a uma base cartográfica do município.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	IPTU per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	11,1	0,5	8,5	67,4	1,1	16,2	53,7	1,0	15,8
De 10 mil até 20 mil hab.	18,8	1,0	12,2	110,6	1,7	21,5	106,1	2,9	33,2
De 20 mil até 50 mil hab.	41,7	1,8	21,1	400,1	3,9	48,6	185,2	3,9	45,3
De 50 mil até 100 mil hab.	33,9	2,2	25,0	550,0	5,4	74,3	192,0	4,6	48,4
De 100 mil até 200 mil hab.	42,4	3,9	40,3	695,0	5,5	79,9	136,4	3,8	46,4
De 200 mil até 500 mil hab.	40,4	5,5	39,2	1.415,8	7,6	98,8	402,0	5,9	68,0
Acima de 500 mil hab.	278,8	8,7	111,7	5.451,4	11,5	182,4	457,9	7,6	142,3
Total dos municípios	467,2	3,6	43,4	8.690,2	7,8	111,6	1.533,3	4,5	57,4

IPTU - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/ 2006	Particip. receita tributária 2007	Particip. receita total 2007	IPTU per capita 2007
Em mil reais médios de 2007 - IPCA							Em %				
	14.573.815	Norte	94.555,0	99.998,6	105.614,3	114.986,9	156.181,6	35,8	10,6	1,2	10,7
AC	288.614	Rio Branco	3.449,6	3.845,9	3.698,3	4.044,8	5.765,7	42,5	17,0	1,8	20,0
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	203,7	198,7	185,1	227,8	341,3	49,8	9,7	0,7	4,6
AM	1.612.475	Manaus	20.023,7	23.080,2	28.398,6	33.058,6	60.104,9	81,8	14,7	3,8	37,3
AM	102.044	Parintins	185,5	183,6	204,3	171,4	148,0	-13,6	4,3	0,2	1,5
AP	344.194	Macapá	2.075,0	2.278,6	865,1	2.062,1	4.712,0	128,5	17,6	1,7	13,7
AP	91.615	Santana	1.390,1	603,2	801,2	1.242,0	1.115,1	-10,2	22,1	1,6	12,2
PA	1.408.847	Belém	30.819,5	31.821,3	32.701,0	31.894,0	33.605,6	5,4	14,9	2,8	23,9
PA	484.278	Ananindeua	1.048,3	1.637,9	2.653,5	3.072,5	3.572,8	16,3	14,6	1,7	7,4
PA	274.285	Santarém	517,0	958,4	1.167,2	1.171,2	1.447,3	23,6	10,8	0,8	5,3
RO	371.791	Porto Velho	2.885,0	4.294,0	3.925,7	4.001,5	4.915,0	22,8	8,8	1,4	13,2
RO	107.638	Ji-Paraná	1.035,7	877,6	952,5	1.140,8	1.378,3	20,8	12,0	1,5	12,8
RR	247.762	Boa Vista	4.765,1	5.140,6	5.544,9	4.667,0	5.263,0	12,8	14,1	1,5	21,2
RR	24.511	Rorainópolis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
TO	179.707	Palmas	4.132,3	3.886,1	3.613,7	3.595,8	3.974,5	10,5	10,4	1,2	22,1
TO	117.059	Araguaína	2.283,7	2.380,5	2.220,0	2.227,2	2.577,6	15,7	20,1	2,7	22,0
	51.504.744	Nordeste	608.494,2	650.756,9	672.642,0	710.831,5	760.848,4	7,0	16,5	1,7	14,8
AL	874.014	Maceió	24.273,3	29.965,3	32.641,0	31.950,5	35.063,7	9,7	22,5	4,4	40,1
AL	202.147	Arapiraca	663,4	659,5	651,5	404,7	390,2	-3,6	5,0	0,2	1,9
BA	2.892.625	Salvador	127.086,3	128.988,6	124.173,7	129.019,3	141.519,1	9,7	20,5	6,3	48,9
BA	571.997	Feira de Santana	9.431,9	8.059,0	8.269,9	8.770,8	10.449,1	19,1	19,7	2,9	18,3
BA	308.204	Vitória da Conquista	3.601,0	3.429,5	3.339,8	4.088,3	5.186,1	26,9	20,5	2,3	16,8
BA	220.144	Ilhéus	1.335,3	1.813,5	1.729,3	2.030,0	3.130,6	54,2	21,8	2,4	14,2
CE	2.431.415	Fortaleza	76.908,7	88.106,5	90.607,4	94.755,0	91.960,8	-3,0	22,1	4,1	37,8
CE	316.906	Caucaia	2.005,4	3.417,5	2.195,8	3.185,5	3.440,0	8,0	23,0	1,7	10,9
MA	957.899	São Luís	23.590,7	23.045,0	23.313,6	24.603,2	24.150,9	-1,8	11,0	2,4	25,2
MA	229.629	Imperatriz	2.076,1	2.007,8	1.669,5	1.080,2	1.825,3	69,0	10,5	1,0	8,0
PB	674.971	João Pessoa	15.388,4	19.978,8	18.209,3	20.477,3	21.683,3	5,9	15,7	3,2	32,1
PB	371.060	Campina Grande	2.700,1	2.986,8	2.811,1	3.727,2	3.676,0	-1,4	13,3	1,3	9,9
PE	1.533.580	Recife	114.036,2	122.762,8	128.954,7	136.065,5	145.385,7	6,9	25,7	7,9	94,8
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	18.971,5	21.985,2	20.090,1	24.361,4	19.047,8	-21,8	35,8	5,5	28,6
PE	391.433	Olinda	11.187,0	11.366,6	9.606,0	8.279,1	8.005,9	-3,3	20,3	3,8	20,5
PE	307.284	Paulista	3.278,2	3.121,4	3.270,2	4.101,4	3.661,9	-10,7	22,1	2,3	11,9
PE	289.086	Caruaru	3.810,3	4.798,0	7.993,7	6.731,1	10.150,9	50,8	42,8	5,1	35,1
PE	268.339	Petrolina	2.388,6	2.281,2	1.862,6	2.453,8	2.168,5	-11,6	13,9	1,2	8,1
PI	778.341	Teresina	12.799,5	13.934,3	13.149,1	13.410,3	14.292,8	6,6	16,3	1,8	18,4
PI	140.737	Parnaíba	397,3	302,6	542,4	448,4	511,5	14,1	9,9	0,5	3,6
RN	774.205	Natal	22.143,8	23.519,5	24.683,9	26.468,6	28.203,4	6,6	14,9	3,4	36,4
RN	234.392	Mossoró	724,9	978,0	1.250,2	1.735,5	1.289,5	-25,7	3,7	0,5	5,5
SE	520.207	Aracaju	27.446,5	29.899,8	30.564,5	32.188,7	34.682,3	7,8	23,3	6,0	66,7
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	394,2	397,7	422,6	247,1	423,7	71,5	6,2	0,5	2,9
	10.763.937	Centro-Oeste*	315.794,6	335.655,3	365.229,5	416.847,0	467.150,4	12,1	25,9	3,6	43,4
GO	1.244.645	Goiânia	110.334,9	120.482,2	130.445,1	166.989,1	189.609,8	13,6	37,8	12,4	152,3
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	13.276,3	11.312,0	12.951,1	15.422,7	21.469,5	39,2	52,5	8,5	45,2
GO	325.544	Anápolis	14.825,8	16.693,9	15.541,4	17.254,5	16.429,6	-4,8	34,8	5,8	50,5
MS	724.638	Campo Grande	54.812,2	59.614,9	65.175,4	66.320,9	70.994,7	7,1	31,5	6,6	98,0
MS	182.747	Dourados	8.288,2	8.782,6	10.190,1	12.297,8	14.358,7	16,8	35,7	5,9	78,6
MT	527.113	Cuiabá	10.805,9	11.575,0	14.695,8	16.096,7	18.152,5	12,8	13,6	3,0	34,4
MT	230.466	Várzea Grande	2.065,8	2.807,7	2.469,1	2.800,4	2.505,0	-10,6	9,8	1,2	10,9
	77.857.758	Sudeste	7.427.411,0	7.813.040,5	7.992.310,2	8.336.669,3	8.690.248,5	4,2	31,4	7,8	111,6
ES	314.042	Vitória	19.175,1	20.353,0	21.135,4	24.856,5	35.215,2	41,7	12,0	3,7	112,1
ES	398.068	Vila Velha	8.432,6	8.137,5	11.087,6	10.643,9	13.152,6	23,6	13,9	3,9	33,0
ES	385.370	Serra	6.684,4	7.101,7	7.686,2	8.594,3	9.383,1	9,2	9,0	1,8	24,4
ES	356.536	Cariacica	2.076,9	2.688,8	2.633,1	3.015,1	3.556,4	18,0	9,5	1,6	10,0
MG	2.412.937	Belo Horizonte	303.114,6	325.788,6	337.754,6	356.500,4	371.345,6	4,2	32,9	10,2	153,9
MG	608.650	Contagem	16.914,4	15.292,8	15.387,7	16.561,2	19.766,5	19,4	18,7	3,1	32,5
MG	608.369	Uberlândia	16.641,5	18.392,1	17.319,0	17.690,5	19.403,1	9,7	17,1	2,9	31,9
MG	513.348	Juiz de Fora	42.510,9	41.446,7	38.378,4	37.355,0	44.754,0	19,8	30,9	7,5	87,2

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/ 2006	Particip. receita tributária 2007	Particip. receita total 2007	IPTU per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		em reais
MG	415.098	Betim	8.460,4	9.894,2	11.337,3	13.347,7	13.542,5	1,5	16,6	1,9	32,6
MG	352.384	Montes Claros	6.239,2	7.254,5	6.549,1	7.612,8	7.299,0	-4,1	22,2	2,1	20,7
MG	329.112	Ribeirão das Neves	1.499,3	1.809,2	1.923,1	1.958,3	2.538,4	29,6	27,5	1,9	7,7
MG	287.760	Uberaba	8.241,3	8.087,6	7.638,0	8.228,4	10.112,7	22,9	20,3	2,8	35,1
MG	260.396	Governador Valadares	7.535,4	7.988,7	8.778,9	9.042,9	9.035,0	-0,1	25,4	2,9	34,7
MG	238.397	Ipatinga	17.575,9	16.824,7	19.260,1	18.143,7	17.893,8	-1,4	29,6	5,2	75,1
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	1.008.852,1	1.085.403,9	1.095.938,0	1.085.681,0	1.086.204,2	0,1	28,2	11,4	178,3
RJ	960.631	São Gonçalo	25.354,7	24.242,9	22.826,8	23.252,2	24.859,7	6,9	32,8	6,4	25,9
RJ	842.686	Duque de Caxias	23.076,1	24.048,9	25.124,9	26.350,5	28.723,7	9,0	16,0	3,3	34,1
RJ	830.672	Nova Iguaçu	19.667,7	19.534,6	21.653,6	19.098,9	22.000,9	15,2	30,5	3,8	26,5
RJ	480.555	Belford Roxo	7.286,5	5.361,7	5.988,3	5.041,3	5.491,0	8,9	21,9	2,1	11,4
RJ	474.002	Niterói	101.955,7	115.850,1	119.764,2	125.758,2	130.475,1	3,8	43,6	15,9	275,3
RJ	464.282	São João de Meriti	10.989,6	9.258,0	10.415,1	9.846,6	11.055,3	12,3	37,8	4,4	23,8
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	10.739,7	11.924,7	12.166,0	11.963,8	-1,7	16,4	1,0	28,1
RJ	306.645	Petrópolis	28.998,8	38.505,5	23.289,5	34.700,8	32.958,4	-5,0	32,5	8,2	107,5
RJ	255.653	Volta Redonda	32.618,8	33.103,7	34.004,1	18.009,1	16.676,1	-7,4	27,1	4,2	65,2
SP	10.886.518	São Paulo	2.394.847,6	2.448.315,4	2.539.189,8	2.742.292,9	2.862.007,3	4,4	31,4	13,9	262,9
SP	1.236.192	Guarulhos	152.323,3	152.601,4	159.524,9	172.320,7	168.991,8	-1,9	47,3	10,8	136,7
SP	1.039.297	Campinas	173.906,9	214.669,6	218.077,8	224.214,2	234.615,7	4,6	35,2	12,2	225,7
SP	781.390	São Bernardo do Campo	135.497,3	189.984,5	173.998,2	168.260,1	171.048,9	1,7	38,4	9,9	218,9
SP	701.012	Osasco	77.496,9	82.630,7	84.502,3	86.598,0	90.679,8	4,7	36,3	11,2	129,4
SP	667.891	Santo André	99.573,2	113.925,9	121.987,1	125.642,3	125.370,4	-0,2	38,8	11,1	187,7
SP	594.948	São José dos Campos	52.396,9	51.286,7	54.734,2	56.344,0	57.655,4	2,3	23,1	5,5	96,9
SP	559.157	Sorocaba	36.061,7	38.669,2	41.363,6	43.957,5	53.658,4	22,1	27,5	8,1	96,0
SP	547.417	Ribeirão Preto	68.439,0	63.944,2	67.021,8	68.000,0	70.281,8	3,4	35,7	7,8	128,4
SP	418.288	Santos	160.773,5	152.844,6	157.613,3	147.548,1	153.586,4	4,1	36,9	17,8	367,2
SP	402.770	São José do Rio Preto	40.561,3	41.432,4	43.753,4	49.489,3	51.708,9	4,5	41,6	9,1	128,4
SP	402.643	Mauá	32.533,5	37.302,2	43.936,0	36.758,7	35.962,8	-2,2	48,7	10,4	89,3
SP	386.779	Diadema	47.760,3	51.046,4	53.247,1	55.851,4	58.290,4	4,4	50,1	13,4	150,7
SP	379.566	Carapicuíba	10.292,1	11.458,0	12.949,1	13.325,9	14.029,2	5,3	42,4	8,1	37,0
SP	362.991	Mogi das Cruzes	50.959,5	48.650,0	48.964,5	52.078,2	54.109,2	3,9	50,3	12,6	149,1
SP	358.108	Piracicaba	30.376,8	31.361,9	32.155,7	32.120,8	32.082,1	-0,1	28,1	6,3	89,6
SP	347.601	Bauru	23.989,1	25.420,7	24.652,4	30.507,3	32.973,7	8,1	42,8	8,2	94,9
SP	342.983	Jundiaí	42.137,2	45.426,8	45.872,9	46.980,8	47.624,6	1,4	26,4	6,5	138,9
26.729.883	Sul		1.328.512,1	1.358.102,2	1.342.720,6	1.452.718,0	1.533.288,4	5,6	27,4	4,5	57,4
PR	1.797.408	Curitiba	226.883,1	263.743,4	202.135,5	246.943,5	253.392,8	2,6	28,9	7,5	141,0
PR	497.833	Londrina	56.349,9	50.183,2	55.450,1	56.732,0	60.956,6	7,5	40,4	10,1	122,4
PR	325.968	Maringá	33.565,2	34.901,3	31.804,0	34.779,7	35.520,4	2,1	33,3	8,7	109,0
PR	311.336	Foz do Iguaçu	5.263,2	7.378,5	5.986,8	7.232,3	9.818,9	35,8	19,3	3,2	31,5
PR	306.351	Ponta Grossa	14.544,3	15.547,8	14.081,2	14.257,5	15.180,3	6,5	26,6	5,5	49,6
PR	285.784	Cascavel	7.690,1	8.496,1	8.269,8	8.928,4	9.628,8	7,8	17,8	4,1	33,7
PR	263.622	São José dos Pinhais	8.249,4	8.963,0	7.730,2	7.581,8	10.953,1	44,5	17,1	3,9	41,6
RS	1.420.667	Porto Alegre	215.297,5	160.035,9	185.945,3	190.136,1	204.514,9	7,6	25,2	7,8	144,0
RS	399.038	Caxias do Sul	20.982,0	21.548,1	22.507,2	24.163,4	24.986,8	3,4	17,8	3,6	62,6
RS	339.934	Pelotas	15.880,6	15.092,7	2.015,6	14.401,1	16.790,7	16,6	45,0	5,1	49,4
RS	326.458	Canoas	6.782,4	6.811,6	13.603,9	7.193,7	9.603,5	33,5	12,4	2,2	29,4
RS	263.403	Santa Maria	11.992,1	12.332,9	12.868,7	12.894,2	11.493,9	-10,9	26,2	5,7	43,6
RS	261.150	Gravataí	3.159,2	4.504,1	4.182,0	5.340,8	6.159,4	15,3	18,3	2,7	23,6
RS	253.264	Viamão	2.184,4	2.608,3	2.262,9	2.290,0	2.245,5	-1,9	18,2	1,6	8,9
RS	253.067	Novo Hamburgo	15.599,9	16.346,0	16.706,3	16.311,5	16.455,8	0,9	26,0	5,4	65,0
SC	396.723	Florianópolis	59.046,9	69.038,4	71.694,3	76.689,6	80.408,8	4,9	32,6	13,4	202,7
SC	487.003	Joinville	28.076,3	30.811,3	38.942,4	42.028,2	44.143,5	5,0	32,3	6,1	90,6
SC	292.972	Blumenau	19.296,8	20.918,5	21.585,0	24.225,1	24.776,0	2,3	24,9	5,1	84,6
73.054.455	Cidades selecionadas		6.900.533,0	7.267.600,5	7.409.513,4	7.808.215,8	8.171.852,5	4,7	29,1	8,6	111,9
33.479.343	Até 20 mil hab.		327.779,3	336.617,8	351.872,6	371.202,3	389.075,5	4,8	17,3	1,0	11,6
41.708.810	Capitais		4.914.993,3	5.118.897,9	5.229.153,5	5.564.768,8	5.827.128,3	4,7	28,3	9,7	139,7
181.430.137	Brasil*		9.774.766,9	10.257.553,5	10.478.516,5	11.032.052,7	11.607.717,2	5,2	28,2	5,3	64,0

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

IPTU

Posição	UF	Município	IPTU em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	2.862.007.305,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	1.086.204.200,0	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	371.345.584,6	2.412.937
4°	PR	Curitiba	253.392.750,0	1.797.408
5°	SP	Campinas	234.615.736,0	1.039.297
6°	RS	Porto Alegre	204.514.861,3	1.420.667
7°	GO	Goiânia	189.609.772,7	1.244.645
8°	SP	São Bernardo do Campo	171.048.935,4	781.390
9°	SP	Guarulhos	168.991.811,1	1.236.192
10°	SP	Santos	153.586.382,8	418.288
11°	SP	Guarujá	149.679.710,3	296.150
12°	PE	Recife	145.385.713,3	1.533.580
13°	BA	Salvador	141.519.111,8	2.892.625
14°	RJ	Niterói	130.475.108,8	474.002
15°	SP	Santo André	125.370.446,2	667.891
16°	SP	Praia Grande	115.415.524,3	233.806
17°	CE	Fortaleza	91.960.752,0	2.431.415
18°	SP	Osasco	90.679.805,5	701.012
19°	SC	Florianópolis	80.408.803,8	396.723
20°	MS	Campo Grande	70.994.660,7	724.638
21°	SP	Ribeirão Preto	70.281.837,0	547.417
22°	PR	Londrina	60.956.610,2	497.833
23°	AM	Manaus	60.104.886,6	1.612.475
24°	SP	Diadema	58.290.434,0	386.779
25°	SP	São José dos Campos	57.655.438,9	594.948
26°	SP	Mogi das Cruzes	54.109.194,0	362.991
27°	SP	Sorocaba	53.658.357,5	559.157
28°	SP	São José do Rio Preto	51.708.856,6	402.770
29°	SP	Jundiaí	47.624.607,5	342.983
30°	SP	São Vicente	45.502.101,6	323.599
31°	MG	Juiz de Fora	44.754.027,8	513.348
32°	SC	Joinville	44.143.482,9	487.003
33°	SP	Santana de Parnaíba	41.862.329,6	100.209
34°	SC	Balneário Camboriú	38.778.572,5	94.579
35°	SP	São Caetano do Sul	37.993.747,2	144.857
36°	SP	Bertioga	37.909.212,7	39.091
37°	SP	Rio Claro	36.762.375,9	185.421
38°	SP	Mauá	35.962.812,3	402.643
39°	PR	Maringá	35.520.384,4	325.968
40°	ES	Vitória	35.215.214,7	314.042
41°	AL	Maceió	35.063.664,7	874.014
42°	SE	Aracaju	34.682.331,1	520.207
43°	PA	Belém	33.605.643,0	1.408.847
44°	SP	Bauru	32.973.712,3	347.601
45°	SP	São Carlos	32.961.652,6	212.956
46°	RJ	Petrópolis	32.958.395,0	306.645
47°	SP	Indaiatuba	32.758.254,9	173.508
48°	SP	Piracicaba	32.082.054,7	358.108
49°	SP	Taubaté	31.392.470,4	265.514
50°	SP	São Sebastião	30.636.582,9	67.099
51°	SP	Franca	29.828.060,8	319.094
52°	SP	Limeira	29.576.590,0	272.734

Posição	UF	Município	IPTU em reais	População 2007
53°	SP	Ubatuba	29.319.445,6	75.008
54°	SP	Caraguatatuba	28.806.194,2	88.815
55°	RJ	Duque de Caxias	28.723.712,3	842.686
56°	RN	Natal	28.203.358,3	774.205
57°	SP	Atibaia	27.329.068,7	119.029
58°	SP	Suzano	25.638.651,1	268.777
59°	SP	Cubatão	25.109.202,0	119.794
60°	SP	Bragança Paulista	25.085.163,8	136.264
61°	RS	Caxias do Sul	24.986.830,4	399.038
62°	RJ	São Gonçalo	24.859.744,4	960.631
63°	SC	Blumenau	24.776.030,2	292.972
64°	SP	Itanhaém	24.237.406,6	80.787
65°	MA	São Luís	24.150.876,2	957.899
66°	SP	Araraquara	23.250.488,7	195.815
67°	SP	Cotia	23.030.847,6	172.823
68°	RJ	Nova Iguaçu	22.000.884,1	830.672
69°	SP	Americana	21.744.895,9	199.094
70°	PB	João Pessoa	21.683.255,5	674.971
71°	SP	Valinhos	21.568.341,4	99.040
72°	GO	Aparecida de Goiânia	21.469.461,0	475.303
73°	SP	Mongaguá	21.363.554,8	40.171
74°	SP	Peruíbe	21.101.084,8	54.457
75°	MG	Contagem	19.766.536,6	608.650
76°	MG	Uberlândia	19.403.140,0	608.369
77°	BA	Camaçari	19.208.161,1	220.495
78°	PE	Jaboatão dos Guararapes	19.047.756,2	665.387
79°	SP	Presidente Prudente	18.799.429,3	202.789
80°	MT	Cuiabá	18.152.510,7	527.113
81°	MG	Ipatinga	17.893.789,8	238.397
82°	SP	Jacareí	17.570.854,9	207.028
83°	RJ	Angra dos Reis	17.298.530,9	149.395
84°	RJ	Cabo Frio	16.837.392,4	162.191
85°	SP	Araçatuba	16.826.416,8	178.839
86°	RS	Pelotas	16.790.725,0	339.934
87°	RJ	Volta Redonda	16.676.100,0	255.653
88°	SP	Itu	16.619.834,9	147.260
89°	RS	Novo Hamburgo	16.455.822,7	253.067
90°	GO	Anápolis	16.429.601,5	325.544
91°	SP	Campos do Jordão	16.073.880,7	44.703
92°	MG	Nova Lima	15.950.326,0	72.207
93°	SP	Sumaré	15.501.851,6	228.696
94°	PR	Ponta Grossa	15.180.348,5	306.351
95°	SP	Itaquaquecetuba	15.070.609,1	334.914
96°	SP	Marília	15.004.659,0	218.113
97°	SC	São José	14.753.548,5	196.887
98°	MS	Dourados	14.358.677,2	182.747
99°	PI	Teresina	14.292.843,2	778.341
100°	SP	Catanduva	14.029.348,1	109.362

Total dos 100 maiores	9.146.952.063,8	66.467.779
Total dos demais*	2.460.765.093,4	114.962.358
Total Brasil*	11.607.717.157,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

IPTU per capita

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2007
			Em reais		
1°	SP	Ilha Comprida	1.208	10.786.164,1	8.931
2°	SP	Bertioga	970	37.909.212,7	39.091
3°	RS	Xangri-lá	783	8.296.918,3	10.602
4°	SP	Águas de São Pedro	754	1.830.606,3	2.428
5°	SP	Mongaguá	532	21.363.554,8	40.171
6°	SP	Guarujá	505	149.679.710,3	296.150
7°	SP	Praia Grande	494	115.415.524,3	233.806
8°	SP	São Sebastião	457	30.636.582,9	67.099
9°	SC	Bombinhas	447	5.561.212,3	12.451
10°	RS	Arroio do Sal	427	2.837.344,8	6.646
11°	SP	Santana de Parnaíba	418	41.862.329,6	100.209
12°	SC	Balneário Camboriú	410	38.778.572,5	94.579
13°	SP	Ubatuba	391	29.319.445,6	75.008
14°	SP	Peruibe	387	21.101.084,8	54.457
15°	SP	Águas de Lindóia	375	5.954.758,0	15.876
16°	SP	Águas de Santa Bárbara	374	2.005.603,3	5.360
17°	SP	Santos	367	153.586.382,8	418.288
18°	PR	Pontal do Paraná	366	6.077.628,6	16.628
19°	RS	Imbé	361	5.389.590,9	14.940
20°	SP	Campos do Jordão	360	16.073.880,7	44.703
21°	SC	Itapema	353	11.930.663,2	33.766
22°	SP	Ilhabela	348	8.314.005,4	23.902
23°	SP	Serra Negra	333	8.231.217,2	24.712
24°	SP	Caraguatatuba	324	28.806.194,2	88.815
25°	PR	Matinhos	313	7.312.690,6	23.357
26°	RS	Capão da Canoa	307	11.355.268,6	36.929
27°	SP	Itanhaém	300	24.237.406,6	80.787
28°	RJ	Niterói	275	130.475.108,8	474.002
29°	SP	Pardinho	264	1.328.145,2	5.030
30°	SP	São Paulo	263	2.862.007.305,0	10.886.518
31°	SP	São Caetano do Sul	262	37.993.747,2	144.857
32°	SC	Itapoá	262	2.805.378,2	10.719
33°	SP	Jarinu	245	5.044.654,7	20.612
34°	RJ	Mangaratiba	243	7.113.947,4	29.255
35°	PR	Guaratuba	243	7.425.782,5	30.565
36°	SC	Balneário Piçarras	237	3.256.479,3	13.732
37°	SP	Atibaia	230	27.329.068,7	119.029
38°	BA	Mata de São João	228	8.461.128,0	37.175
39°	RS	Gramado	228	7.230.944,7	31.654
40°	SP	Campinas	226	234.615.736,0	1.039.297
41°	RJ	Armação dos Búzios	225	5.538.147,6	24.560
42°	MG	Nova Lima	221	15.950.326,0	72.207
43°	SP	São Bernardo do Campo	219	171.048.935,4	781.390
44°	SP	Valinhos	218	21.568.341,4	99.040
45°	SP	Cubatão	210	25.109.202,0	119.794
46°	SP	Itupeva	207	7.618.009,9	36.802
47°	SC	Florianópolis	203	80.408.803,8	396.723
48°	GO	Rio Quente	203	603.541,8	2.974
49°	SP	Rio Claro	198	36.762.375,9	185.421
50°	RS	Balneário Pinhal	191	2.005.687,4	10.517
51°	SP	Holambra	189	1.724.533,9	9.111
52°	SP	Indaiatuba	189	32.758.254,9	173.508

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2007
			Em reais		
53°	SP	Lindóia	188	1.061.196,0	5.657
54°	SP	Santo André	188	125.370.446,2	667.891
55°	GO	São Miguel do Araguaia	188	4.241.043,4	22.500
56°	SP	Bragança Paulista	184	25.085.163,8	136.264
57°	RS	Torres	179	5.800.743,4	32.358
58°	RS	Tramandaí	179	7.136.519,0	39.950
59°	RJ	Rio de Janeiro	178	1.086.204.200,0	6.093.472
60°	SC	Balneário Barra do Sul	172	1.250.302,8	7.278
61°	SP	Louveira	167	5.021.100,2	30.038
62°	SC	Porto Belo	163	2.171.675,7	13.312
63°	MG	Timóteo	158	12.024.577,9	76.122
64°	SP	São Carlos	155	32.961.652,6	212.956
65°	MG	Belo Horizonte	154	371.345.584,6	2.412.937
66°	SP	Mairiporã	154	11.078.438,2	71.868
67°	RS	Cidreira	153	1.674.698,9	10.919
68°	GO	Goianía	152	189.609.772,7	1.244.645
69°	SP	Diadema	151	58.290.434,0	386.779
70°	SP	Mogi das Cruzes	149	54.109.194,0	362.991
71°	SP	Itapira	148	10.080.678,0	68.131
72°	SP	Amparo	145	9.083.854,5	62.852
73°	RS	Porto Alegre	144	204.514.861,3	1.420.667
74°	SP	Arujá	141	10.307.558,0	73.091
75°	SP	Pedreira	141	5.398.041,0	38.152
76°	PR	Curitiba	141	253.392.750,0	1.797.408
77°	SP	São Vicente	141	45.502.101,6	323.599
78°	SP	Araçoiaba da Serra	139	3.332.066,0	24.022
79°	SP	Jundiaí	139	47.624.607,5	342.983
80°	SC	Barra Velha	139	2.586.861,9	18.575
81°	SP	Monte Alegre do Sul	138	962.911,4	6.954
82°	SP	Socorro	138	4.618.631,5	33.407
83°	SC	Governador Celso Ramos	137	1.664.164,1	12.175
84°	SP	Guarulhos	137	168.991.811,1	1.236.192
85°	SP	Itatiba	135	12.302.720,6	91.382
86°	SP	Cotia	133	23.030.847,6	172.823
87°	SP	Piracaia	131	2.921.747,6	22.335
88°	AL	Barra de São Miguel	129	935.255,9	7.247
89°	SP	Osasco	129	90.679.805,5	701.012
90°	SP	Catanduva	128	14.029.348,1	109.362
91°	SP	São José do Rio Preto	128	51.708.856,6	402.770
92°	SP	Ribeirão Preto	128	70.281.837,0	547.417
93°	SP	Jaboticabal	127	8.809.076,0	69.624
94°	SP	Orlândia	126	4.552.879,8	36.162
95°	RJ	Saquarema	126	7.838.226,8	62.169
96°	SP	Monte Alto	125	5.503.258,0	44.085
97°	SP	São Pedro	125	3.714.210,1	29.826
98°	RJ	Iguaba Grande	123	2.428.578,1	19.704
99°	SP	Cajamar	123	7.194.720,0	58.615
100°	PR	Londrina	122	60.956.610,2	497.833

Total dos 100 maiores	209	7.670.222.758,4	36.782.694
Total dos demais*	27	3.937.494.398,9	144.647.443
Total Brasil*	64	11.607.717.157,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Termômetro do mercado imobiliário

Crescimento econômico e novos financiamentos aquecem o mercado imobiliário e garantem boa arrecadação aos municípios.

Em 2007, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) entrou no terceiro ano consecutivo de forte expansão na arrecadação. Após crescer 9%, em 2005, e 15,3%, em 2006, a receita do imposto chegou a R\$ 3,09 bilhões, o que significou um aumento de 25,7% no último ano.

Esse desempenho deve ser atribuído ao crescimento econômico do país, que em 2007 foi de 5,42%, e à expansão do crédito imobiliário, com a concessão de R\$ 17,62 bilhões em novos financiamentos habitacionais, o que representou um aumento de 92%, entre 2006 e 2007, de acordo com dados do Banco Central. Esse resultado con-

firma também a tendência de crescimento na arrecadação de ITBI, apontada na edição anterior de **Multi Cidades** pelo vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (Ademi-RJ), Rodrigo Conde Caldas.

Para o presidente do Conselho Regional de Corretores de São Paulo (Creci-SP), José Augusto Viana Neto, o ITBI funciona como um termômetro do mercado imobiliário em todo o país.

"Os prefeitos dos municípios deveriam divulgar mais a arrecadação deles com o ITBI, para que possam atrair mais investidores para suas cidades. Sem dúvida alguma a arrecadação desse imposto é um demonstrativo da economia local", frisou o presidente do Creci-SP.

Quanto à crise econômica mundial, Neto não acredita que o setor imobiliário será afetado. Pelo contrário, para ele esse é um mercado em ascen-

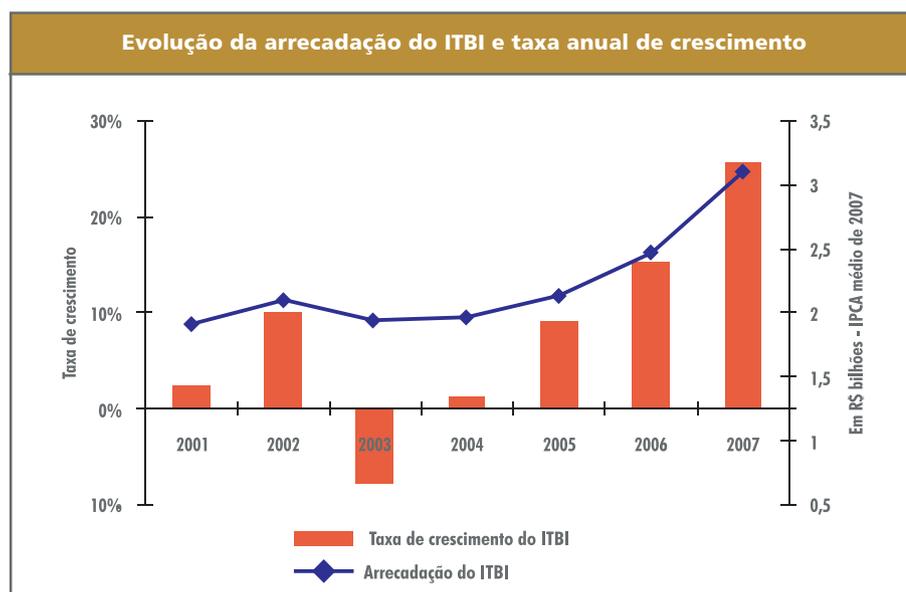
são e que vai continuar crescendo.

"O setor está bem aquecido em todo o Brasil. Para se ter uma idéia, apenas três bancos privados aumentaram suas taxas durante a crise. Já as instituições que têm taxas fixas continuaram como estavam. As pessoas não deixaram de comprar imóveis por conta disso, é claro que ficam mais cautelosas, mas sabem que imóvel é um investimento seguro".

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Simão, concorda com Neto e afirma que o impacto da crise financeira internacional para o consumidor que pretende comprar sua casa própria será mesmo mínimo. No entanto, ele acredita que o setor imobiliário não ficará isento dos reflexos da crise.

"A crise afeta a todos indiscriminadamente. Se não por falta de crédito, pela alta dos juros e pela desaceleração da economia como um todo. No caso específico da construção civil devemos fechar o ano dentro das nossas expectativas, cerca de 8%. Claro que o cenário para 2009 mudou, mas ainda não fechamos nossas previsões. O que podemos dizer é que será menor do que foi em 2008, de maneira generalizada em todo o país", ponderou.

Todas as cinco regiões do Brasil foram beneficiadas com a expansão do imposto. A maior taxa de crescimento foi observada na região Norte, com uma elevação de 36,2%, totalizando R\$ 53,8 milhões recolhidos. O Nordeste aparece em segundo lugar, com aumento de 29,1% e arrecadação de R\$ 325,4 milhões, seguido pelo Sudeste, com acréscimo de 26% e recolhimento total de R\$ 1,91 bilhão. As regiões Cen-





José Augusto Viana Neto, presidente do Conselho Regional de Corretores de São Paulo (Creci-SP)

tro-Oeste e Sul ampliaram suas receitas de ITBI em 24,3% e 22,5%, o que elevou suas arrecadações para R\$ 221,3 milhões e R\$ 582,3 milhões, respectivamente.

O crescimento também foi significativo e de certa maneira uniforme entre os grandes grupos de municípios: as capitais e os municípios selecionados por **Multi Cidades** registraram expansão um pouco acima da média nacional, de 26,9% cada, enquanto que as cidades com até 20 mil habitantes elevaram a sua arrecadação em 21,4%, em média.

Em alguns municípios brasileiros o recolhimento do tributo mais que dobrou entre 2006 e 2007. Esse foi o caso de Ilhéus-BA, com uma ampliação de 210,7%, Nossa Senhora do Socorro-SE, com expansão de 197,5% e Nova Iguaçu-RJ, com aumento de 109,2%. Ainda com crescimento bastante expressivo destacaram-se Imperatriz-MA, com acréscimo de 95,6% na receita de ITBI, e Cariacica-ES, Mossoró-RN, São José dos Pinhais-PR e Mogi das Cruzes-SP, todas com expansão entre 80% e 90%. Ao todo 22 cidades, das 106 selecionadas pelo anuário e todas com população acima de 100 mil habitantes,

contabilizaram uma expansão superior a 50%.

O diretor de tributos da Secretaria de Fazenda de Nossa Senhora do Socorro-SE, Jozivaldo de Oliveira Santos, atribuiu esse aumento da arrecadação do ITBI ao bom momento econômico que a cidade vive e ao aquecimento do mercado imobiliário.

"A prefeitura não fez nenhuma ação especial, o mercado imobiliário na cidade é que está mais aquecido e o poder de compra da população também melhorou. Este ano (2008) vamos ter uma arrecadação ainda melhor do ITBI e as nossas expectativas são ainda mais positivas para 2009", afirmou Santos.

Em termos absolutos, 21 municípios brasileiros obtiveram uma arrecadação adicional superior a R\$ 4 milhões, sendo que sete capitais computaram o topo da lista. São Paulo permaneceu em primeiro lugar, com R\$ 138,9 milhões de recursos a mais, seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 48,7 milhões), Belo Horizonte (R\$ 24 milhões), Curitiba (R\$ 22,6 milhões), Salvador (R\$ 18 milhões), Porto Alegre- (R\$ 16,2 milhões) e Goiânia (R\$ 7,7 milhões).

Apenas 12 municípios, dentre os selecionados por **Multi Cidades**, apresentaram queda na receita de ITBI. Destacaram-se as cidades de Santana-AP, com retração de 90% em 2007, após forte expansão em 2006; Parnaíba-PI, com diminuição de 38%; São João de Meriti-RJ e Arapiraca-AL, com redução de 25,4% e de 24%, respectivamente, pelo segundo ano consecutivo; e Diadema-SP, com queda de 18,1%.

A arrecadação do ITBI na cidade de São João do Meriti, em 2006, foi de R\$ 570 mil, já em 2007 esse valor caiu para R\$ 460 mil. Mas, de acordo com o secretário de Fazenda e Desenvolvimento Econômico da cidade, Oswaldir Pacheco da Rocha, essa redução foi causada por uma retração normal do mercado imobiliário.

"Não tem nenhum motivo aparente

para essa retração, foi mesmo um recuo natural do mercado imobiliário. Tanto que este ano (2008) a situação já vem sendo normalizada. Para se ter idéia, até o início de novembro já arrecadamos R\$ 600 mil com o ITBI", informou Rocha.

Sobre os riscos de uma nova retração por conta da crise econômica mundial, o secretário diz estar confiante com o aquecimento do mercado imobiliário da cidade.

"A baixada fluminense é apontada como um dos melhores mercados do país para se investir. E a nossa cidade tem uma economia bem atuante e com muita rotatividade de compra e venda de imóvel. Não acredito que possamos ter reflexos da crise nesse setor. Mas, se isso acontecer, não vai ser sentido agora", ponderou.

Peso no orçamento

Apesar do forte crescimento apresentado nos últimos três anos, o ITBI ainda é um tributo com pouca expressão na receita total dos municípios brasileiros, o que impede que essas variações influenciem de modo significativo as finanças municipais. Em 2007, os R\$ 3,09 bilhões arrecadados representaram apenas 1,4% da receita total. Essa participação é maior nas grandes cidades,



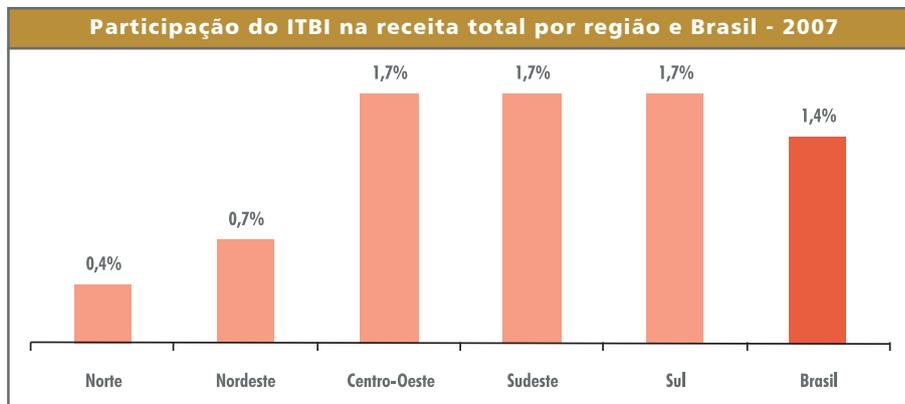
Oswaldir Pacheco da Rocha, secretário de Fazenda e Desenvolvimento Econômico da cidade de São João do Meriti-RJ

com população acima de 500 mil habitantes, cujo percentual foi de 2,4%. Considerando apenas as capitais, o ITBI contribuiu com 2,6%. Somente em duas cidades essa participação chegou a 4%: Porto Alegre-RS, com 4%, e Florianópolis-SC, com 4,7%. Em contraste, nos pequenos municípios, com até 20 mil habitantes, o ITBI representou apenas 0,7% da receita total.

Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, o ITBI respondeu por 1,7% do orçamento, média um pouco acima da nacional. Já no Norte e Nordeste a importância desse tributo é ainda menor, contribuindo, respectivamente, com 0,4% e 0,7% da receita municipal.

ITBI per capita

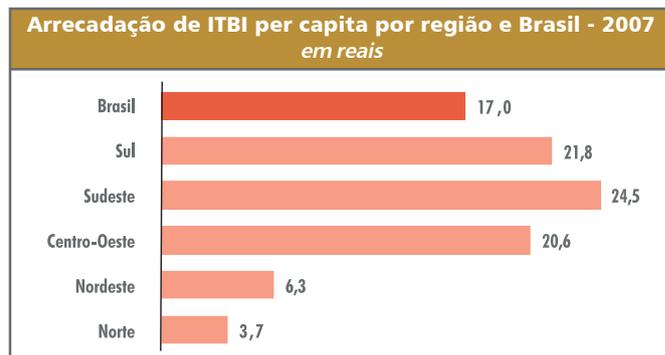
A baixa importância desse imposto no orçamento dos municípios brasileiros também pode ser sentida na pequena arrecadação per capita, relativamente às demais fontes de receita. Em 2007, a receita média de ITBI por



habitante foi de R\$ 17. A maior arrecadação por morador foi obtida pela região Sudeste, com R\$ 24,50, seguida pelo Sul e Centro-Oeste do país com receitas de R\$ 21,80 e R\$ 20,60 per capita, respectivamente. A diferença entre os valores obtidos pelo Sudeste, Norte e Nordeste se mantiveram entre 2006 e 2007: a receita do Sudeste foi quase quatro vezes maior que a do Nordeste (R\$ 6,30) e quase sete vezes maior que a do Norte (R\$ 3,70).

Quanto aos municípios agrupados

por faixas populacionais, a receita por habitante tende a acompanhar o tamanho da cidade. Naqueles com população entre 10 mil e 20 mil residentes, o valor obtido foi de R\$ 7, elevando-se gradativamente até os R\$ 33,30 per capita arrecadados pelas cidades com mais de 500 mil habitantes. A exceção foram os pequenos municípios com até 10 mil habitantes, que obtiveram uma receita de R\$ 9,40 de cada um de seus moradores, valor acima do obtido pelas cidades da faixa po-



ITBI - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	127,0	0,7	9,4	5,5	0,5	5,8	3,9	0,1	1,1
De 10 mil até 20 mil hab.	138,9	0,7	7,0	2,2	0,1	1,3	14,6	0,2	1,7
De 20 mil até 50 mil hab.	238,2	0,8	7,9	4,8	0,2	1,4	32,0	0,3	2,6
De 50 mil até 100 mil hab.	210,1	0,9	9,6	4,8	0,2	2,2	19,8	0,4	2,8
De 100 mil até 200 mil hab.	219,1	1,0	12,5	5,1	0,4	3,5	23,8	0,8	7,1
De 200 mil até 500 mil hab.	450,7	1,5	16,5	6,7	0,4	3,3	24,9	0,8	6,2
Acima de 500 mil hab.	1.708,0	2,4	33,3	24,7	0,9	8,2	206,4	1,8	16,3
Total dos municípios	3.091,9	1,4	17,0	53,8	0,4	3,7	325,4	0,7	6,3

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

pulacional seguinte.

Entre as cidades selecionadas por **Multi Cidades**, as maiores arrecadações per capita em 2007 foram observadas em Florianópolis-SC e Porto Alegre-RS, com R\$ 70,70 e R\$ 74,20, respectivamente, cidades nas quais o ITBI possui maior peso no orçamento.

Concentração

As diferentes participações no pagamento municipal e na receita per capita de ITBI, encontradas entre as regiões e entre os municípios de diferentes faixas populacionais, revelam a desigualdade e a concentração existente na arrecadação do imposto. Essa concentração fica mais evidente na análise da distribuição por região. Em 2007, o Sudeste foi responsável por 61,7% do montante arrecadado e a capital paulista respondeu, sozinha, por 18,8% do total obtido pelo conjunto de municípios brasileiros. A inclusão das cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte,

segunda e terceira colocadas no ranking da arrecadação, eleva esse percentual para 31,9%. Como o fato gerador do ITBI encontra-se nas transações imobiliárias, é esperado que a região do Brasil com maior dinamismo econômico seja responsável pela maior parte da receita do imposto.

A região Sul apresentou a segunda maior participação no total arrecadado, com contribuição de 18,8%, seguida pelo Nordeste, com 10,5%. As regiões Centro-Oeste e Norte participaram com 7,2% e 1,7%, respectivamente.



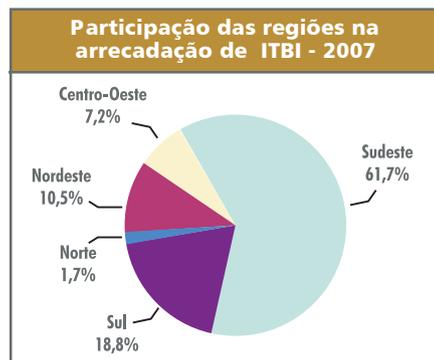
São João de Meriti-RJ reduziu pelo segundo ano seguido o recolhimento do ITBI

Breve histórico

Na primeira Constituição do período republicano no Brasil, em 1891, aparece o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), com sua competência atribuída aos estados. A Constituição de 1934 estabeleceu a repartição entre ITBI causa mortis (herança ou sucessão) e inter vivos (transações imobiliárias), ambos de competência ainda dos estados.

A Emenda Constitucional nº 5, de 1961, destinou a competência do ITBI causa mortis aos estados e a do ITBI inter vivos aos municípios. Esses dois impostos foram novamente unificados e sua competência voltou para os estados, com a Constituição de 1965. A conformação atual do imposto, ou seja, o ITBI causa mortis estadual e o inter vivos municipal, foi definida pela Constituição de 1988.

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis ou de direitos reais sobre imóveis, e a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. A definição da alíquota que incide sobre essa base é de competência municipal.



Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	ITBI per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	32,9	1,6	25,1	42,6	0,7	10,2	42,0	0,8	12,3
De 10 mil até 20 mil hab.	34,5	1,8	22,5	43,3	0,7	8,4	44,2	1,2	13,8
De 20 mil até 50 mil hab.	36,7	1,6	18,6	99,6	1,0	12,1	65,0	1,4	15,9
De 50 mil até 100 mil hab.	17,7	1,2	13,0	108,7	1,1	14,7	59,1	1,4	14,9
De 100 mil até 200 mil hab.	14,3	1,3	13,6	131,7	1,1	15,2	44,2	1,2	15,0
De 200 mil até 500 mil hab.	11,2	1,5	10,9	274,9	1,5	19,2	133,1	2,0	22,5
Acima de 500 mil hab.	74,0	2,3	29,6	1.208,2	2,6	40,4	194,6	3,2	60,5
Total dos municípios	221,3	1,7	20,6	1.909,1	1,7	24,5	582,3	1,7	21,8

ITBI - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. rec. tributária 2007	Particip. receita total 2007	ITBI per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
	14.573.815	Norte	31.282,0	36.004,6	36.766,6	39.485,3	53.767,4	36,2	3,6	0,4	3,7
AC	288.614	Rio Branco	577,0	547,0	585,6	699,5	999,8	42,9	3,0	0,3	3,5
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	39,5	41,1	47,6	41,2	37,4	-9,1	1,1	0,1	0,5
AM	1.612.475	Manaus	6.586,5	7.659,8	9.792,2	11.639,5	14.758,9	26,8	3,6	0,9	9,2
AM	102.044	Parintins	44,7	38,3	87,9	61,6	69,2	12,4	2,0	0,1	0,7
AP	344.194	Macapá	241,6	291,8	216,0	304,2	454,7	49,5	1,7	0,2	1,3
AP	91.615	Santana	29,3	13,0	60,8	1.084,0	108,3	-90,0	2,1	0,2	1,2
PA	1.408.847	Belém	4.151,4	6.002,0	5.719,3	6.171,6	9.961,5	61,4	4,4	0,8	7,1
PA	484.278	Ananindeua	301,9	569,7	733,2	1.047,9	951,4	-9,2	3,9	0,5	2,0
PA	274.285	Santarém	277,5	346,6	257,8	345,7	477,8	38,2	3,6	0,3	1,7
RO	371.791	Porto Velho	1.374,5	1.410,1	1.380,1	1.697,8	2.791,6	64,4	5,0	0,8	7,5
RO	107.638	Ji-Paraná	265,9	264,8	369,4	346,4	562,8	62,5	4,9	0,6	5,2
RR	247.762	Boa Vista	749,8	888,5	909,9	825,0	1.017,0	23,3	2,7	0,3	4,1
RR	24.511	Rorainópolis	1,6	0,9	0,0	0,7	0,8	28,4	0,1	0,0	0,0
TO	179.707	Palmas	1.534,7	1.192,7	1.543,5	1.912,3	2.427,9	27,0	6,4	0,7	13,5
TO	117.059	Araguaína	544,2	407,4	413,7	444,0	560,6	26,3	4,4	0,6	4,8
	51.504.744	Nordeste	166.162,9	177.181,8	206.496,9	252.171,9	325.429,7	29,1	7,1	0,7	6,3
AL	874.014	Maceió	7.041,0	7.124,7	7.501,6	9.111,5	13.415,0	47,2	8,6	1,7	15,4
AL	202.147	Arapiraca	279,6	264,4	341,8	94,7	71,9	-24,0	0,9	0,0	0,4
BA	2.892.625	Salvador	32.789,8	34.697,3	39.269,3	49.249,2	67.280,3	36,6	9,7	3,0	23,3
BA	571.997	Feira de Santana	1.125,8	1.162,5	1.351,4	1.800,1	2.779,5	54,4	5,2	0,8	4,9
BA	308.204	Vitória da Conquista	673,1	724,7	963,5	1.043,9	1.300,0	24,5	5,1	0,6	4,2
BA	220.144	Ilhéus	842,6	580,4	591,9	1.042,2	3.238,5	210,7	22,5	2,5	14,7
CE	2.431.415	Fortaleza	20.857,7	20.559,8	22.343,5	27.136,7	33.644,6	24,0	8,1	1,5	13,8
CE	316.906	Caucaia	520,7	515,7	976,2	1.353,8	1.591,3	17,6	10,6	0,8	5,0
MA	957.899	São Luís	3.175,9	3.906,4	4.235,7	4.552,8	6.934,0	52,3	3,2	0,7	7,2
MA	229.629	Imperatriz	262,9	282,1	247,6	346,7	678,3	95,6	3,9	0,4	3,0
PB	674.971	João Pessoa	8.173,6	9.974,7	11.737,4	10.266,2	16.452,6	60,3	11,9	2,4	24,4
PB	371.060	Campina Grande	986,4	874,0	1.411,7	1.727,1	1.960,7	13,5	7,1	0,7	5,3
PE	1.533.580	Recife	20.784,7	19.595,3	23.138,3	23.387,9	26.534,1	13,5	4,7	1,4	17,3
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	3.047,2	2.902,2	2.728,5	3.742,6	3.403,4	-9,1	6,4	1,0	5,1
PE	391.433	Olinda	1.496,6	1.216,4	1.282,1	1.628,1	1.836,9	12,8	4,7	0,9	4,7
PE	307.284	Paulista	848,4	773,6	738,8	935,8	1.197,2	27,9	7,2	0,8	3,9
PE	289.086	Caruaru	155,2	50,3	51,2	355,9	505,8	42,1	2,1	0,3	1,8
PE	268.339	Petrolina	922,7	521,3	689,3	1.298,9	2.076,8	59,9	13,3	1,2	7,7
PI	778.341	Teresina	2.392,5	3.180,1	3.659,4	4.246,1	4.219,4	-0,6	4,8	0,5	5,4
PI	140.737	Parnaíba	114,5	141,1	154,1	186,8	115,8	-38,0	2,3	0,1	0,8
RN	774.205	Natal	7.529,5	10.026,9	12.482,3	20.623,7	18.987,2	-7,9	10,1	2,3	24,5
RN	234.392	Mossoró	384,8	371,3	458,4	493,1	905,8	83,7	2,6	0,4	3,9
SE	520.207	Aracaju	5.556,1	6.305,2	8.571,1	9.470,3	12.753,8	34,7	8,6	2,2	24,5
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	104,8	115,4	140,3	105,5	313,9	197,5	4,6	0,3	2,1
	10.763.937	Centro-Oeste*	178.892,0	158.781,6	154.993,7	178.008,0	221.331,3	24,3	12,3	1,7	20,6
GO	1.244.645	Goiânia	33.090,2	35.006,7	36.719,0	44.649,8	52.385,0	17,3	10,4	3,4	42,1
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	3.225,3	3.386,6	3.341,3	3.484,9	5.282,0	51,6	12,9	2,1	11,1
GO	325.544	Anápolis	1.729,6	2.285,2	3.592,9	4.180,7	4.614,7	10,4	9,8	1,6	14,2
MS	724.638	Campo Grande	9.978,7	9.892,9	10.516,0	10.904,1	14.285,6	31,0	6,4	1,3	19,7
MS	182.747	Dourados	2.696,0	2.570,3	3.037,9	2.666,1	3.166,6	18,8	7,9	1,3	17,3
MT	527.113	Cuiabá	4.504,5	4.938,7	5.409,2	5.420,6	7.325,2	35,1	5,5	1,2	13,9
MT	230.466	Várzea Grande	871,7	814,4	943,4	927,6	1.307,1	40,9	5,1	0,6	5,7
	77.857.758	Sudeste	1.177.372,5	1.170.679,3	1.295.763,4	1.514.790,9	1.909.074,1	26,0	6,9	1,7	24,5
ES	314.042	Vitória	8.873,3	9.949,3	9.737,3	11.717,7	14.385,1	22,8	4,9	1,5	45,8
ES	398.068	Vila Velha	6.274,8	6.603,8	7.686,6	8.014,3	9.689,1	20,9	10,2	2,9	24,3
ES	385.370	Serra	2.478,9	3.063,2	3.102,6	4.110,3	5.871,7	42,9	5,7	1,1	15,2
ES	356.536	Cariacica	815,0	559,9	583,4	946,1	1.776,2	87,7	4,7	0,8	5,0
MG	2.412.937	Belo Horizonte	71.733,0	72.897,8	76.385,0	88.559,3	112.520,5	27,1	10,0	3,1	46,6
MG	608.650	Contagem	6.238,9	5.750,2	7.188,0	7.852,2	13.005,5	65,6	12,3	2,0	21,4
MG	608.369	Uberlândia	8.058,3	8.330,1	8.190,7	9.704,2	12.417,5	28,0	11,0	1,9	20,4
MG	513.348	Juiz de Fora	8.241,9	7.715,8	7.830,1	8.604,0	8.753,9	1,7	6,0	1,5	17,1

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. rec tributária 2007	Particip. receita total 2007	ITBI per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
MG	415.098	Betim	1.371,8	1.735,6	1.731,6	2.183,4	3.329,5	52,5	4,1	0,5	8,0
MG	352.384	Montes Claros	1.449,9	1.823,2	1.947,6	2.278,2	2.435,6	6,9	7,4	0,7	6,9
MG	329.112	Ribeirão das Neves	459,6	490,8	536,5	557,8	810,1	45,2	8,8	0,6	2,5
MG	287.760	Uberaba	3.852,7	3.311,3	3.314,2	4.480,0	5.919,2	32,1	11,9	1,7	20,6
MG	260.396	Governador Valadares	3.488,7	2.615,5	2.403,2	2.791,1	3.014,7	8,0	8,5	1,0	11,6
MG	238.397	Ipatinga	2.217,9	2.379,6	2.739,7	3.403,5	4.335,3	27,4	7,2	1,3	18,2
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	212.750,7	211.931,1	231.041,6	244.989,7	293.659,0	19,9	7,6	3,1	48,2
RJ	960.631	São Gonçalo	2.329,2	2.472,0	3.059,6	3.353,7	4.532,7	35,2	6,0	1,2	4,7
RJ	842.686	Duque de Caxias	1.559,2	1.691,5	1.434,1	1.845,0	2.570,6	39,3	1,4	0,3	3,1
RJ	830.672	Nova Iguaçu	1.942,6	1.579,2	1.589,6	2.436,9	5.097,9	109,2	7,1	0,9	6,1
RJ	480.555	Belford Roxo	263,4	198,1	286,7	294,0	477,6	62,4	1,9	0,2	1,0
RJ	474.002	Niterói	20.968,4	21.123,5	23.364,5	24.837,4	28.893,4	16,3	9,7	3,5	61,0
RJ	464.282	São João de Meriti	471,8	571,3	798,2	587,5	438,3	-25,4	1,5	0,2	0,9
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	2.198,7	2.281,9	3.356,5	4.658,5	38,8	6,4	0,4	10,9
RJ	306.645	Petrópolis	5.282,8	4.731,6	4.746,3	4.139,3	5.442,7	31,5	5,4	1,4	17,8
RJ	255.653	Volta Redonda	1.256,6	1.608,9	1.634,5	2.035,7	2.410,1	18,4	3,9	0,6	9,4
SP	10.886.518	São Paulo	281.589,4	298.009,1	333.994,5	441.153,6	580.062,7	31,5	6,4	2,8	53,3
SP	1.236.192	Guarulhos	10.213,8	10.070,6	11.395,7	15.512,0	19.571,2	26,2	5,5	1,2	15,8
SP	1.039.297	Campinas	19.167,9	20.261,7	19.970,3	29.384,4	34.764,4	18,3	5,2	1,8	33,5
SP	781.390	São Bernardo do Campo	15.314,3	16.540,3	21.289,8	24.879,5	26.058,1	4,7	5,9	1,5	33,4
SP	701.012	Osasco	6.038,1	6.008,5	9.857,5	8.930,8	10.172,7	13,9	4,1	1,3	14,5
SP	667.891	Santo André	17.134,2	17.167,7	21.198,2	20.573,9	24.510,8	19,1	7,6	2,2	36,7
SP	594.948	São José dos Campos	12.275,1	12.465,0	14.205,4	16.778,2	23.309,2	38,9	9,3	2,2	39,2
SP	559.157	Sorocaba	7.889,8	8.338,5	9.894,3	10.896,4	15.476,4	42,0	7,9	2,3	27,7
SP	547.417	Ribeirão Preto	11.234,2	11.330,0	13.080,6	14.261,0	21.733,3	52,4	11,0	2,4	39,7
SP	418.288	Santos	15.003,1	14.353,8	16.171,7	17.054,8	21.711,8	27,3	5,2	2,5	51,9
SP	402.770	São José do Rio Preto	5.602,5	5.713,2	6.894,3	7.931,7	9.605,9	21,1	7,7	1,7	23,9
SP	402.643	Mauá	2.069,7	2.376,9	2.090,7	1.479,5	1.840,2	24,4	2,5	0,5	4,6
SP	386.779	Diadema	3.301,7	2.826,5	2.545,1	2.981,2	2.442,9	-18,1	2,1	0,6	6,3
SP	379.566	Carapicuíba	1.127,9	1.031,9	1.083,4	1.848,2	1.920,2	3,9	5,8	1,1	5,1
SP	362.991	Mogi das Cruzes	6.208,9	6.115,9	4.390,1	4.830,2	8.716,3	80,5	8,1	2,0	24,0
SP	358.108	Piracicaba	2.112,8	3.043,8	4.220,0	5.546,3	6.715,7	21,1	5,9	1,3	18,8
SP	347.601	Bauru	4.973,4	5.165,5	5.989,6	6.053,2	6.689,2	10,5	8,7	1,7	19,2
SP	342.983	Jundiaí	6.787,3	5.871,2	6.701,6	8.513,4	13.642,2	60,2	7,6	1,9	39,8
	26.729.883	Sul	378.122,3	413.066,6	438.632,4	475.215,8	582.251,6	22,5	10,4	1,7	21,8
PR	1.797.408	Curitiba	45.435,4	51.912,3	59.162,9	66.606,7	89.250,5	34,0	10,2	2,6	49,7
PR	497.833	Londrina	8.205,1	9.231,2	8.522,4	9.479,8	11.929,5	25,8	7,9	2,0	24,0
PR	325.968	Maringá	7.045,4	8.074,1	8.027,0	9.661,5	11.988,2	24,1	11,2	2,9	36,8
PR	311.336	Foz do Iguaçu	1.870,4	2.131,9	3.072,8	3.086,1	3.016,9	-2,2	5,9	1,0	9,7
PR	306.351	Ponta Grossa	2.855,8	2.999,1	3.277,0	3.990,3	4.340,5	8,8	7,6	1,6	14,2
PR	285.784	Cascavel	3.489,5	3.836,9	3.795,0	4.093,9	6.575,8	60,6	12,1	2,8	23,0
PR	263.622	São José dos Pinhais	2.190,9	2.178,3	2.568,9	2.619,3	4.768,4	82,1	7,4	1,7	18,1
RS	1.420.667	Porto Alegre	67.810,2	74.760,7	77.936,6	89.159,3	105.399,0	18,2	13,0	4,0	74,2
RS	399.038	Caxias do Sul	9.740,7	9.878,2	12.554,9	12.917,3	18.318,1	41,8	13,0	2,6	45,9
RS	339.934	Pelotas	3.046,2	3.044,5	11.799,6	3.148,6	3.827,8	21,6	10,3	1,2	11,3
RS	326.458	Canoas	2.621,6	3.589,3	5.506,1	4.789,7	6.728,2	40,5	8,7	1,5	20,6
RS	263.403	Santa Maria	3.220,2	3.060,7	3.446,9	3.985,4	4.636,2	16,3	10,6	2,3	17,6
RS	261.150	Gravataí	1.789,6	1.677,2	2.069,0	2.008,9	2.565,9	27,7	7,6	1,1	9,8
RS	253.264	Viamão	1.046,0	1.276,2	1.102,5	1.348,4	1.447,3	7,3	11,7	1,0	5,7
RS	253.067	Novo Hamburgo	4.031,4	4.363,1	4.892,0	4.723,9	4.340,5	-8,1	6,9	1,4	17,2
SC	396.723	Florianópolis	17.331,4	16.146,7	16.803,6	21.074,9	28.034,8	33,0	11,4	4,7	70,7
SC	487.003	Joinville	5.155,1	5.359,8	6.198,8	7.365,9	8.570,3	16,4	6,3	1,2	17,6
SC	292.972	Blumenau	3.685,0	3.824,3	4.491,7	5.619,8	6.605,4	17,5	6,6	1,4	22,6
	73.054.455	Cidades selecionadas	1.183.875,6	1.233.800,8	1.374.556,3	1.610.420,6	2.043.473,4	26,9	7,3	2,2	28,0
	33.479.343	Até 20 mil hab.	221.993,8	204.844,0	201.681,9	219.085,3	265.871,6	21,4	11,8	0,7	7,9
	41.708.810	Capitais	876.613,2	918.807,5	1.010.790,9	1.205.529,8	1.529.939,7	26,9	7,4	2,6	36,7
	181.430.137	Brasil*	1.931.831,8	1.955.713,7	2.132.652,9	2.459.671,9	3.091.854,1	25,7	7,5	1,4	17,0

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

ITBI

Posição	UF	Município	ITBI em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	580.062.710,4	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	293.659.009,8	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	112.520.477,1	2.412.937
4°	RS	Porto Alegre	105.398.971,6	1.420.667
5°	PR	Curitiba	89.250.459,4	1.797.408
6°	BA	Salvador	67.280.342,0	2.892.625
7°	GO	Goiânia	52.384.995,7	1.244.645
8°	SP	Campinas	34.764.433,5	1.039.297
9°	CE	Fortaleza	33.644.645,4	2.431.415
10°	SP	Barueri	29.165.706,5	252.748
11°	RJ	Niterói	28.893.375,5	474.002
12°	SC	Florianópolis	28.034.815,3	396.723
13°	PE	Recife	26.534.081,7	1.533.580
14°	SP	São Bernardo do Campo	26.058.070,9	781.390
15°	SP	Santo André	24.510.796,1	667.891
16°	SP	São José dos Campos	23.309.201,6	594.948
17°	SP	Ribeirão Preto	21.733.251,9	547.417
18°	SP	Santos	21.711.754,6	418.288
19°	SP	Guarulhos	19.571.206,0	1.236.192
20°	RN	Natal	18.987.171,3	774.205
21°	RS	Caxias do Sul	18.318.118,4	399.038
22°	PB	João Pessoa	16.452.603,9	674.971
23°	SP	Sorocaba	15.476.415,8	559.157
24°	SP	Guarujá	15.166.954,1	296.150
25°	AM	Manaus	14.758.905,2	1.612.475
26°	ES	Vitória	14.385.102,3	314.042
27°	MS	Campo Grande	14.285.621,9	724.638
28°	SP	Jundiaí	13.642.186,3	342.983
29°	AL	Maceió	13.414.992,1	874.014
30°	MG	Contagem	13.005.487,6	608.650
31°	SE	Aracaju	12.753.790,4	520.207
32°	MG	Uberlândia	12.417.531,0	608.369
33°	SP	Praia Grande	12.368.537,6	233.806
34°	PR	Maringá	11.988.150,3	325.968
35°	PR	Londrina	11.929.502,5	497.833
36°	SC	Balneário Camboriú	11.023.180,6	94.579
37°	SP	Osasco	10.172.709,5	701.012
38°	PA	Belém	9.961.461,0	1.408.847
39°	ES	Vila Velha	9.689.058,7	398.068
40°	SP	São José do Rio Preto	9.605.878,7	402.770
41°	SP	Bertioga	9.013.507,9	39.091
42°	MG	Juiz de Fora	8.753.942,8	513.348
43°	SP	Mogi das Cruzes	8.716.333,0	362.991
44°	SC	Joinville	8.570.277,8	487.003
45°	MG	Nova Lima	8.451.361,0	72.207
46°	SP	Cotia	7.907.198,1	172.823
47°	SP	Santana de Parnaíba	7.849.395,4	100.209
48°	SP	São Caetano do Sul	7.714.847,4	144.857
49°	RN	Parnamirim	7.591.259,8	172.723
50°	BA	Camaçari	7.589.789,5	220.495
51°	MT	Cuiabá	7.325.157,6	527.113
52°	SP	Indaiatuba	7.046.527,2	173.508

Posição	UF	Município	ITBI em reais	População 2007
53°	MA	São Luís	6.933.962,5	957.899
54°	RS	Canoas	6.728.162,1	326.458
55°	SP	Piracicaba	6.715.683,6	358.108
56°	SP	Bauru	6.689.199,6	347.601
57°	SC	Blumenau	6.605.399,6	292.972
58°	PR	Cascavel	6.575.758,4	285.784
59°	SP	São Sebastião	6.071.990,1	67.099
60°	MG	Uberaba	5.919.167,5	287.760
61°	ES	Serra	5.871.716,7	385.370
62°	RJ	Cabo Frio	5.465.801,1	162.191
63°	RJ	Petrópolis	5.442.686,9	306.645
64°	GO	Aparecida de Goiânia	5.281.993,3	475.303
65°	RJ	Macaé	5.158.697,6	169.229
66°	SC	Itapema	5.124.818,9	33.766
67°	RJ	Nova Iguaçu	5.097.866,4	830.672
68°	SP	Marília	5.037.948,0	218.113
69°	SP	Taubaté	4.926.504,0	265.514
70°	BA	Porto Seguro	4.879.182,1	114.344
71°	PR	São José dos Pinhais	4.768.370,1	263.622
72°	RJ	Campos dos Goytacazes	4.658.453,0	426.154
73°	RS	Santa Maria	4.636.201,0	263.403
74°	GO	Anápolis	4.614.666,1	325.544
75°	BA	Mata de São João	4.546.680,4	37.175
76°	RJ	São Gonçalo	4.532.670,6	960.631
77°	RJ	Angra dos Reis	4.483.579,1	149.395
78°	SP	Caraguatatuba	4.396.462,2	88.815
79°	PR	Ponta Grossa	4.340.542,1	306.351
80°	RS	Novo Hamburgo	4.340.498,6	253.067
81°	MG	Ipatinga	4.335.264,0	238.397
82°	PI	Terresina	4.219.427,1	778.341
83°	SP	Atibaia	4.218.501,3	119.029
84°	ES	Guarapari	4.212.610,2	97.977
85°	RJ	Terresópolis	4.058.405,1	150.268
86°	SC	São José	4.026.640,5	196.887
87°	SP	São Vicente	3.910.096,9	323.599
88°	RS	Pelotas	3.827.753,7	339.934
89°	RJ	Armação dos Búzios	3.819.478,3	24.560
90°	RS	Passo Fundo	3.791.007,6	183.300
91°	GO	Rio Verde	3.779.942,4	149.113
92°	SP	Presidente Prudente	3.740.291,7	202.789
93°	SP	São Carlos	3.617.705,1	212.956
94°	SC	Itajaí	3.595.876,9	163.298
95°	BA	Lauro de Freitas	3.588.440,3	142.307
96°	SP	Limeira	3.541.618,6	272.734
97°	SP	Franca	3.537.082,5	319.094
98°	SP	Araraquara	3.500.267,3	195.815
99°	RS	Capão da Canoa	3.432.650,6	36.929
100°	PE	Jaboatão dos Guararapes	3.403.444,0	665.387

Total dos 100 maiores	2.220.822.426,8	66.252.012
Total dos demais*	871.031.695,8	115.178.125
Total Brasil*	3.091.854.122,6	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

ITBI per capita

Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2007
			Em reais		
1°	GO	Aporé	256	907.521,6	3.540
2°	SP	Bertioga	231	9.013.507,9	39.091
3°	MT	Santa Rita do Trivelato	190	475.961,4	2.504
4°	RS	Xangri-lá	189	2.005.352,4	10.602
5°	MS	Brasilândia	167	2.032.539,1	12.154
6°	RS	Santa Margarida do Sul	165	359.074,1	2.172
7°	MS	Novo Horizonte do Sul	164	812.858,8	4.967
8°	MS	Bandeirantes	158	925.943,1	5.843
9°	RJ	Armação dos Búzios	156	3.819.478,3	24.560
10°	RN	Tibau do Sul	153	1.675.781,8	10.956
11°	SC	Itapema	152	5.124.818,9	33.766
12°	MG	Comendador Gomes	150	461.677,8	3.087
13°	GO	Aparecida do Rio Doce	134	361.964,5	2.702
14°	GO	Perolândia	133	365.382,2	2.748
15°	MG	Limeira do Oeste	130	845.374,6	6.492
16°	SP	Arandu	129	778.010,9	6.013
17°	MS	Água Clara	124	1.632.180,1	13.181
18°	BA	Mata de São João	122	4.546.680,4	37.175
19°	RS	Pedras Altas	121	307.866,1	2.546
20°	MS	Dois Irmãos do Buriti	119	1.114.100,0	9.336
21°	MG	Nova Lima	117	8.451.361,0	72.207
22°	SC	Bombinhas	117	1.459.398,8	12.451
23°	SC	Balneário Camboriú	117	11.023.180,6	94.579
24°	MS	Corguinho	115	479.464,4	4.176
25°	SP	Barueri	115	29.165.706,5	252.748
26°	MG	União de Minas	113	520.950,7	4.593
27°	SP	Onda Verde	106	395.173,5	3.736
28°	MS	Inocência	106	778.255,9	7.339
29°	GO	Bonópolis	104	329.543,1	3.171
30°	MS	Ribas do Rio Pardo	100	1.902.960,3	19.101
31°	GO	Gouvelândia	98	439.671,2	4.496
32°	MG	Gurinhata	97	600.531,4	6.195
33°	RS	São José dos Ausentes	95	302.697,7	3.180
34°	MS	Caracol	94	479.500,2	5.095
35°	RS	Capão da Canoa	93	3.432.650,6	36.929
36°	SP	Anhembi	90	476.369,2	5.271
37°	SP	São Sebastião	90	6.071.990,1	67.099
38°	RS	Gramado	89	2.828.093,5	31.654
39°	MS	Selvíria	88	561.026,6	6.343
40°	GO	Rio Quente	88	261.852,7	2.974
41°	GO	Serranópolis	87	639.508,0	7.364
42°	RS	Capão Bonito do Sul	85	155.663,4	1.837
43°	SP	Júlio Mesquita	84	362.151,1	4.318
44°	GO	São Luiz do Norte	84	358.914,7	4.280
45°	MS	Bonito	83	1.438.815,8	17.275
46°	RJ	Mangaratiba	81	2.367.043,0	29.255
47°	MT	Querência	81	860.723,8	10.682
48°	RS	Imbé	80	1.194.744,1	14.940
49°	AL	Passo de Camaragibe	80	1.148.889,4	14.302
50°	SP	Bento de Abreu	80	217.843,0	2.740
51°	GO	Inaciolândia	78	439.722,1	5.627
52°	MG	São Francisco de Sales	78	400.457,8	5.167

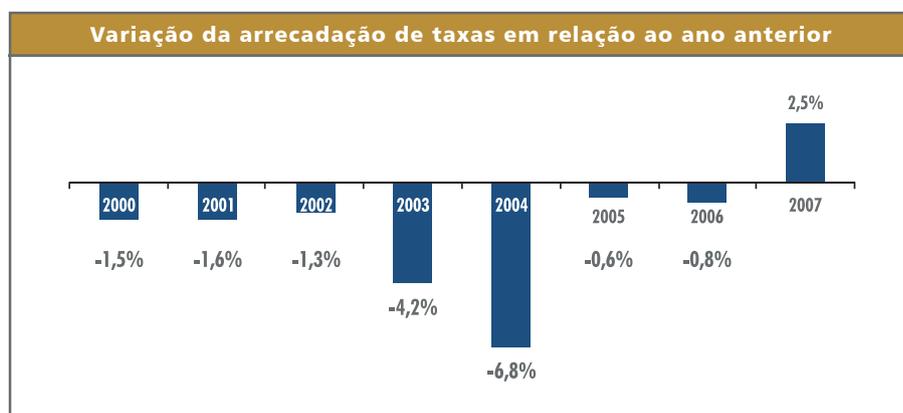
Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2007
			Em reais		
53°	MT	Nova Marilândia	78	179.069,0	2.303
54°	SP	Santana de Parnaíba	78	7.849.395,4	100.209
55°	RS	Lavras do Sul	77	625.622,2	8.116
56°	SP	Castilho	76	1.166.079,6	15.331
57°	SC	Balneário Piçarras	76	1.036.806,3	13.732
58°	TO	Cariri do Tocantins	76	271.376,0	3.562
59°	RS	Caseiros	75	223.344,2	2.989
60°	SC	Capão Alto	75	240.912,7	3.210
61°	SP	Águas de São Pedro	75	181.046,4	2.428
62°	MS	Nova Alvorada do Sul	74	892.648,2	12.121
63°	BA	Ibicuí	74	1.176.238,7	15.802
64°	RS	Porto Alegre	74	105.398.971,6	1.420.667
65°	GO	Mundo Novo	73	506.084,2	6.901
66°	MG	Vargem Bonita	72	152.078,1	2.098
67°	MT	Pontal do Araguaia	71	350.833,2	4.966
68°	SC	Florianópolis	71	28.034.815,3	396.723
69°	RS	Erebango	71	204.397,0	2.881
70°	MS	Porto Murtinho	69	1.023.357,8	14.828
71°	GO	Montividiu	69	636.019,4	9.243
72°	RS	Aceguá	69	286.651,7	4.130
73°	SP	Boa Esperança do Sul	69	911.134,7	13.238
74°	SP	Pedranópolis	67	183.186,5	2.734
75°	SP	Lucianópolis	66	151.603,6	2.299
76°	RS	Itacurubi	66	234.648,8	3.568
77°	MS	Figueirão	66	214.905,1	3.280
78°	RS	Gentil	66	104.928,1	1.579
79°	PR	Santo Antônio do Caiuá	66	178.156,0	2.692
80°	SC	Porto Belo	66	878.871,4	13.312
81°	SP	Santa Cruz da Esperança	65	111.806,8	1.707
82°	SC	Governador Celso Ramos	65	787.167,0	12.175
83°	PR	Matinhos	64	1.493.792,5	23.357
84°	MS	Jaraguari	63	357.428,2	5.657
85°	MT	Santo Antônio do Leste	62	198.927,0	3.219
86°	MS	Itaquiraí	62	1.044.831,7	16.919
87°	RJ	Niterói	61	28.893.375,5	474.002
88°	BA	Correntina	61	1.929.210,9	31.722
89°	SP	Santa Salete	60	83.055,5	1.390
90°	SP	Santana da Ponte Pensa	60	98.715,1	1.654
91°	GO	Quirinópolis	59	2.185.461,4	37.263
92°	MG	Campo Florido	59	387.282,0	6.564
93°	GO	Itarumá	59	314.885,7	5.338
94°	GO	Estrela do Norte	59	188.896,1	3.177
95°	MS	Alcinópolis	58	247.910,1	4.299
96°	CE	Paraipaba	58	1.639.442,8	28.225
97°	SP	Gália	58	395.142,5	6.870
98°	PR	Luiziana	58	418.650,6	7.204
99°	MG	Carlos Chagas	57	1.183.123,6	20.678
100°	RS	Boa Vista das Missões	57	118.553,2	2.066

Total dos 100 maiores	83	312.481.767,5	3.772.987
Total dos demais*	16	2.779.372.355,1	177.657.150
Total Brasil*	17	3.091.854.122,6	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Após muitos anos de queda, receita volta a crescer

Com exceção da região Nordeste, onde o tributo manteve-se estável, e do Sudeste, que registrou pequena queda de 0,5%, as taxas cresceram nas demais regiões. Na cidade de São Paulo, a retração continuou.



As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se subdividem em dois grupos. O primeiro é o das taxas de prestação de serviço cuja receita destina-se ao custeio de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. O segundo é composto das taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para financiar as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção e licença.

Após muitos anos consecutivos de queda, a arrecadação de taxas dos municípios brasileiros voltou a crescer, mesmo que moderadamente. Em 2007, elas totalizaram R\$ 3,2 bilhões, o que significou um aumento de 2,5% em relação a 2006. Para o conjunto dos municípios selecionados por **Multi Cidades**, essa receita cresceu

3,1%, enquanto nas capitais o incremento foi de 2,3%, praticamente o mesmo do total do Brasil. As localidades menores, com até 20 mil habitantes, apresentaram um crescimento de 6,7%, bastante acima da média nacional.

A arrecadação per capita também aumentou em 2007, sendo que a média de todas as cidades brasileiras foi de R\$ 17,60, a maior quantia desde a primeira publicação do anuário, em 2005. Destaca-se que esse indicador é mais significativo para as localidades de maior porte populacional e, principalmente, para as capitais. Em 2007, os municípios selecionados pelo anuário recolheram R\$ 24,30 por habitante, as capitais, R\$ 26,10, e os municípios com população de até 20 mil habitantes, apenas R\$ 6,90 per capita.

Outra forma de analisar a melhora na arrecadação das taxas refere-se ao número de cidades que acusaram aumento nessa receita em re-

lação ao ano imediatamente anterior. Em 2006, 57% dos municípios elevaram o recolhimento das taxas; em 2007 esse percentual saltou para 64%.

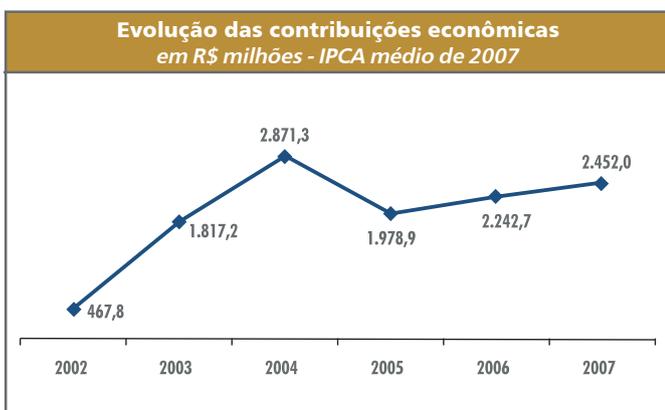
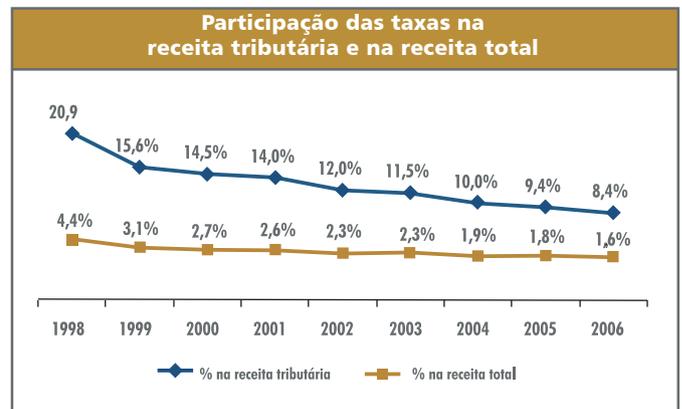
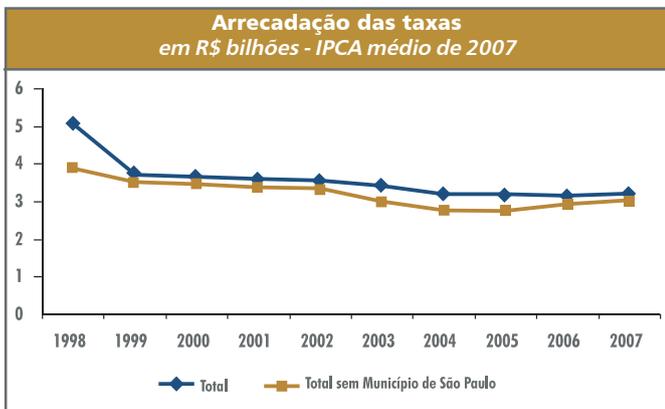
Embora tenha crescido o recolhimento desse tributo, a sua importância no orçamento municipal continuou em declínio. Em 2007, as taxas responderam por 7,8% da receita tributária e por 1,5% da receita total. Em 2006, esses números foram de 8,4% e de 1,6%, na devida ordem.

Conforme já comentado nas edições anteriores de **Multi Cidades**, em 1999, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência contra a cobrança da Taxa de Iluminação Pública (TIP), o que causou, em grande medida, a queda da receita originada desse tributo a partir daquele ano, principalmente na cidade de São Paulo. Com o objetivo de minorar os efeitos causados pela extinção da TIP, a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, criou a Con-



Robervaldo Rocha - Semcom

Manaus, capital do Amazonas, reduziu em 34,1% a cobrança de taxas em 2007



tribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip).

Por ser uma contribuição, a Cosip não é contabilizada como taxa: seu registro contábil se dá como um subitem das contribuições econômicas. É possível fazer uma comparação da evolução da arrecadação das taxas com a das contribuições econômicas, cujo principal item é a Cosip¹. Nessa comparação, fica evidente que a queda das taxas, até 2004, foi acompanhada de um aumento vertiginoso das contribuições econômicas, que, provavelmente, compensou a perda da TIP. Após 2004, parece ter havido uma acomodação da evolução tanto da receita de taxas quanto das contribuições econômicas.

¹ A base de dados são as informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que apresenta o total das contribuições econômicas, mas não apresenta seus subitens.

Norte

A região Norte arrecadou R\$ 129,1 milhões com as taxas em 2007, quase o mesmo valor do ano anterior, já que o crescimento foi de apenas 0,8%. Esse desempenho moderado foi consequência da queda de R\$ 14,3 milhões no recolhimento do tributo em Manaus-AM. Excluindo esse município da análise, a região Norte apresentaria um crescimento de 17,8%.

Em 2006, Manaus respondia por 33% do total das taxas do Norte e ocupava a primeira colocação no *ranking* da região. Após registrar a maior variação absoluta, que resultou numa diminuição de 34,1%, o município, com uma arrecadação de R\$ 27,7 milhões, passou para segunda posição na classificação de 2007. Em contrapartida, a cidade de Belém-PA elevou em 13,2% a receita do tributo, colocando-se no topo.

Segundo o subsecretário da Receita Municipal de Manaus, Miguel Brandão Câmara, o principal motivo da queda na arrecadação foi a suspensão da cobrança da Taxa de Coleta do Lixo (TCL). Para compensar a perda, de acordo com ele, a Prefeitura aumentou a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Dessa forma, o incremento do IPTU foi de 88,52%, passando de R\$ 31,9 milhões, em 2006,



Miguel Brandão Câmara,
subsecretário da Receita
Municipal de Manaus



João Pessoa, na Paraíba, diminuiu
em 50% o recolhimento das taxas em 2007

para R\$ 60,1 milhões, em 2007.

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, Rorainópolis, em Roraima (77,9%), Macapá (68,5%) e Santana (54,5%), ambos no Amapá, apresentaram as maiores variações relativas positivas do Norte, em 2007, na comparação com 2006. Do outro lado, Cruzeiro do Sul (-42,4%), no Acre, Manaus (-34,1%) e Parintins (-14,1%), no Amazonas, foram aqueles com as maiores variações negativas da região, no mesmo período.

Com apenas R\$ 8,90 por habitante, a arrecadação das taxas per capita na região Norte foi a segunda menor, superando somente a do Nordeste. As capitais Boa Vista e Porto Velho tiveram as maiores taxas per capita dentre os municípios selecionados, de R\$ 29,5 e de R\$ 28,3, respectivamente. Em relação à importância das taxas no orçamento municipal, de modo geral ela não é expressiva, exceto para Porto Velho, Belém e Boa Vista. Em 2007, o tributo contribuiu com apenas 1% na receita total e 8,7% na receita tributária da região.

As dez maiores receitas de taxas no Norte em 2007

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1°	PA	Belém	28.340.200,0	1.408.847
2°	AM	Manaus	27.695.749,2	1.612.475
3°	RO	Porto Velho	10.518.091,0	371.791
4°	RR	Boa Vista	7.303.000,0	247.762
5°	TO	Palmas	3.619.203,3	179.707
6°	AC	Rio Branco	3.419.339,3	288.614
7°	AP	Macapá	3.149.291,2	344.194
8°	PA	Ananindeua	1.948.915,1	484.278
9°	PA	Marabá	1.804.610,5	196.468
10°	TO	Araguaína	1.650.851,2	117.059
Total dos 10 maiores			89.449.250,7	5.251.195
Total dos demais			39.656.966,4	9.322.620
Total da região			129.106.217,1	14.573.815

Nordeste

A região Nordeste arrecadou R\$ 394,7 milhões com taxas em 2007, o que resultou num crescimento de 8,8% em relação a 2006, o maior dentre as regiões do país. Esse montante representou menos de 1% da receita total dos municípios nordestinos e 8,6% da sua receita tributária. Dividindo o total do tributo pela população da região, tem-se R\$ 7,70 por habitante, o menor valor dentre todas as regiões do Brasil.

A cidade de João Pessoa-PB reduziu em quase 50% a cobrança de taxas, passando de R\$ 10 milhões em 2006, para pouco mais de R\$ 5 milhões em 2007. Com isso, a capital, que ocupava a quinta posição no *ranking* dos dez maiores arrecadadores de taxas na região, deixou de integrá-lo. Por outro lado, Camaçari-BA com uma receita de R\$ 6,6 milhões, passou a fazer parte da lista.

Em termos relativos, os maiores aumentos foram verificados em Parnaíba-PI (261,8%), Caucaia-BA (157,6%), Nossa Senhora do Socorro-SE (132,7%) e Feira de Santana-BA (104,6%). Já as maiores variações absolutas foram observadas em Salvador-BA, Maceió-AL e Recife-PE, com acréscimos de R\$ 8,5 milhões, R\$ 4,7 milhões e R\$ 3,9 milhões, respectivamente. Destaca-se que as três últimas cidades foram responsáveis por 53,8% do total das taxas arrecadadas na região em 2007.

O secretário da Receita Municipal de João Pessoa, Nailton Ramalho, explica que a arrecadação das taxas municipais apresentou queda devido à suspensão da cobrança da Taxa de Coleta de Resíduos (TCR), também conhecida como taxa do lixo. A medida foi necessária porque a cobrança era inconstitucional. No entanto, de acordo com Ramalho, a legislação municipal foi adequada e a taxa passará a ser cobrada novamente. "O que aconteceu foi um fato atípico. Já arrecadamos quase R\$ 8 milhões em taxas este ano (2008) e acreditamos que tudo já está voltando ao normal", afirma.

As dez maiores receitas de taxas no Nordeste em 2007

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1º	BA	Salvador	94.511.621,5	2.892.625
2º	PE	Recife	72.040.136,0	1.533.580
3º	RN	Natal	24.792.969,6	774.205
4º	AL	Maceió	23.852.456,8	874.014
5º	SE	Aracaju	9.030.048,6	520.207
6º	PE	Olinda	8.629.589,7	391.433
7º	BA	Camaçari	6.574.482,1	220.495
8º	CE	Fortaleza	6.543.558,7	2.431.415
9º	PE	Jaboatão dos Guararapes	6.354.662,6	665.387
10º	MA	São Luís	6.243.520,3	957.899
Total dos 10 maiores			258.573.045,8	11.261.260
Total dos demais			136.099.672,3	40.243.484
Total da região			394.672.718,1	51.504.744

Centro-Oeste

Em 2007, os municípios do Centro-Oeste arrecadaram R\$ 148,3 milhões com as taxas, representando um crescimento de 7% em relação ao ano anterior, o segundo maior percentual entre as regiões do Brasil. Praticamente em todos os municípios da região, selecionados pelo anuário houve acréscimo da receita do tributo, à exceção de Cuiabá-MT, que apresentou uma redução de 0,7% após sucessivos aumentos desde 2003. A cidade de Goiânia-GO contribui com R\$ 7,6 milhões a mais, a maior variação absoluta. Em seguida, destacam-se Anápolis-GO e Campo Grande-MS, com aumentos de R\$ 2,3 milhões e R\$ 1,6 milhão, respectivamente.

A cidade de Anápolis apresentou os melhores indica-

dores em 2007, dentre os municípios selecionados da região, com o maior crescimento percentual do tributo, de 42,2%, uma participação da receita de taxas na receita tributária no nível de 16,4%, e na receita total, de 2,7%. O município alcançou ainda a cifra de R\$ 23,90 de receita por habitante, a maior da região, que contabilizou uma média de R\$ 13,80.

No ranking das dez maiores arrecadações de taxas no Centro-Oeste, o Município de Caldas Novas-GO, que em 2006 tinha a terceira maior receita de taxas, reduziu em 77% a cobrança do tributo, ocupando a sétima posição em 2007. A cidade de Itumbiara, no mesmo Estado, saiu da lista de classificação, ao passo que Corumbá-MS passou a integrá-la.

O bom desempenho das taxas, em Anápolis, segundo o diretor de Recuperação de Crédito do município, Sérgio de Souza Lima, deve-se às várias alterações na legislação municipal e nos controles gerenciais da cidade. "Nossa legislação tributária era de 1973", lembra.

Outro fator que contribuiu para os bons resultados dos últimos anos foi a criação da Taxa de Serviços Urbanos (TSU), em 2004. Prova disso é que, antes mesmo de acabar o ano, em novembro de 2008, a TSU já era responsável pela arrecadação de R\$ 3,9 milhões.

Uma modificação na Taxa de Localização e Funcionamento também foi apontada pelo diretor como um dos motivos do bom desempenho de Anápolis. A taxa já havia arrecadado R\$ 1,3 milhão até novembro de 2008.

Medidas administrativas como a não-emissão de certidão negativa de débitos, aprimoramento na gestão do atendimento e implementação de tecnologia da informação também foram fundamentais para destacar os resultados da cidade, segundo Lima. Além disso, a integração da Secretaria Municipal da Fazenda com a Procuradoria Geral do Município fortaleceu o trabalho. "Com isso, temos subsídios para defender juridicamente todas as ações propostas contra as taxas criadas ou modificadas recentemente", destaca.

As dez maiores receitas de taxas no Centro-Oeste em 2007

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1º	GO	Goiânia	26.333.107,0	1.244.645
2º	MS	Campo Grande	15.713.742,7	724.638
3º	MT	Cuiabá	10.799.956,9	527.113
4º	GO	Anápolis	7.767.851,4	325.544
5º	GO	Aparecida de Goiânia	3.322.399,0	475.303
6º	MT	Várzea Grande	3.285.004,8	230.466
7º	GO	Caldas Novas	2.756.852,5	62.389
8º	GO	Catalão	2.599.745,2	75.566
9º	GO	Rio Verde	2.539.808,4	149.113
10º	MS	Corumbá	1.972.210,4	96.343
Total dos 10 maiores			77.090.678,3	3.911.120
Total dos demais			71.181.348,9	6.852.817
Total da região			148.272.027,2	10.763.937

Sudeste

Com uma arrecadação de R\$ 1,8 bilhão, o Sudeste respondeu por mais de 57% do total das taxas municipais em 2007. O recolhimento do tributo na região ficou praticamente estável em relação a 2006, com uma leve queda de 0,5%, impulsionada principalmente pelo desempenho de Piracicaba-SP, da capital paulista e de Juiz de Fora-MG. A cidade de Piracicaba teve sua cobrança de taxas reduzida em 63,2%, o que representou menos R\$ 17,3 milhões aos cofres públicos. A queda de 4,3% na capital paulista, apesar de ter sido a terceira retração anual consecutiva, foi muito menos intensa que a ocorrida em 2006, quando as taxas caíram 47,2%. Em Juiz de Fora, a variação negativa de 18,8% se traduziu em R\$ 4,2 milhões a menos.

Em São Bernardo do Campo-SP, as taxas totalizaram R\$ 44,3 milhões, o maior crescimento absoluto da região, de R\$ 8,7 milhões. A capital mineira também elevou o tributo e arrecadou R\$ 7,1 milhões a mais em 2007. Em valores relativos, merece destaque Guarulhos-SP que aumentou em 47,8% a receita de taxas. O município, que em 2006 arrecadava pouco mais de R\$ 10 milhões, passou para R\$ 14,8 milhões em apenas um ano.

Mantiveram-se no topo das dez maiores receitas de taxas no Sudeste as três principais capitais da região, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A cidade de Praia Grande-SP caiu da quarta para a sétima posição, enquanto São Bernardo do Campo-SP subiu da nona para a quinta colocação. O único município que saiu do *ranking* foi Piracicaba-SP e, em seu lugar, entrou Niterói-RJ.

As taxas não são muito significativas para os municípios da região, representando somente 1,7% da receita total e 6,6% da tributária, sendo esse último indicador o menor dentre todas as regiões do Brasil. O baixo peso das taxas entre os tributos municipais reflete o fato de ser o Sudeste a região mais desenvolvida do país, fator que lhe abre maio-

res fronteiras para explorar o IPTU, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

As dez maiores receitas de taxas no Sudeste em 2007

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1º	RJ	Rio de Janeiro	225.078.841,2	6.093.472
2º	SP	São Paulo	197.510.573,8	10.886.518
3º	MG	Belo Horizonte	111.040.321,2	2.412.937
4º	SP	Campinas	54.326.195,7	1.039.297
5º	SP	São Bernardo do Campo	44.346.354,7	781.390
6º	SP	Santos	39.497.476,4	418.288
7º	SP	Praia Grande	39.249.808,4	233.806
8º	SP	Santo André	39.070.968,6	667.891
9º	SP	São Caetano do Sul	32.313.586,2	144.857
10º	RJ	Niterói	30.729.793,0	474.002
Total dos 10 maiores			813.163.919,2	23.152.458
Total dos demais			1.020.698.165,5	54.705.300
Total da região			1.833.862.084,7	77.857.758

Sul

A arrecadação de taxas na região Sul somou R\$ 694,8 milhões em 2007, quantia 6,8% maior que a registrada em 2006. Apenas dois municípios, dos 18 selecionados, apresentaram queda significativa no recolhimento do tributo: São José dos Pinhais (-20,4%), no Paraná, e Viamão (-13,9%), no Rio Grande do Sul. As capitais da região tiveram um desempenho moderado, com o aumento variando entre 1,9% (Curitiba) e 4,4% (Florianópolis). Em termos absolutos, Blumenau, em Santa Catarina, foi a cidade que mais aumentou a receita de taxas, agregando aos cofres públicos R\$ 3,7 milhões. Em valores relativos, Pelotas, no Rio Grande do Sul, apresentou a maior variação positiva, de 77%.

O Sul é a região em que as taxas têm uma maior importância para o orçamento. Em relação a 2006, sua participação na receita total praticamente não se alterou, man-

Taxas - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	82,6	0,4	6,1	2,4	0,2	2,5	4,6	0,1	1,2
De 10 mil até 20 mil hab.	147,7	0,7	7,4	4,3	0,3	2,6	16,1	0,2	1,9
De 20 mil até 50 mil hab.	310,9	1,0	10,4	14,2	0,5	4,3	31,8	0,3	2,6
De 50 mil até 100 mil hab.	336,3	1,4	15,4	13,6	0,7	6,4	30,9	0,6	4,4
De 100 mil até 200 mil hab.	355,4	1,6	20,3	10,7	0,8	7,4	23,0	0,8	6,9
De 200 mil até 500 mil hab.	659,2	2,1	24,1	27,8	1,6	13,8	32,2	1,0	8,0
Acima de 500 mil hab.	1.308,7	1,8	25,5	56,0	2,0	18,6	256,1	2,2	20,2
Total dos municípios	3.200,7	1,5	17,6	129,1	1,0	8,9	394,7	0,9	7,7

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.



Blumenau, em Santa Catarina, foi a cidade que mais aumentou a receita de taxas

tendo-se no patamar de 2%. Já em relação à receita tributária, houve uma pequena queda de 0,3 pontos percentuais, de modo que as taxas contribuíram com 12,4%. Também é nessa região que se encontra o maior valor médio da taxa per capita, de R\$ 26.

De acordo com o secretário municipal de Fazenda de Blumenau, Horácio Rebelo, o aumento expressivo do valor arrecadado, em 2007, deve-se a um repasse de R\$ 4 milhões que a prefeitura recebeu do governo do Estado, por meio do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). A quantia foi contabilizada como taxa.

Portanto, o valor real arrecadado com taxas municipais, em 2007, foi de R\$ 7,2 milhões, o que representa, inclusive, uma queda no recolhimento já que, em 2006, a prefeitura recebeu R\$ 8 milhões com as taxas municipais. “Na verdade, estamos registrando decréscimos consecutivos nos últimos anos”, afirma Rebelo.

Horácio Rebelo, secretário municipal de Fazenda de Blumenau



As dez maiores receitas de taxas no Sul em 2007

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1º	RS	Porto Alegre	68.385.705,2	1.420.667
2º	PR	Curitiba	58.112.556,5	1.797.408
3º	SC	Florianópolis	30.325.563,4	396.723
4º	SC	Blumenau	18.309.135,3	292.972
5º	RS	Caxias do Sul	15.661.840,9	399.038
6º	PR	Maringá	13.641.325,2	325.968
7º	PR	Ponta Grossa	12.949.704,3	306.351
8º	RS	Bagé	12.422.093,2	112.678
9º	PR	Londrina	12.044.127,3	497.833
10º	SC	Joinville	10.734.455,2	487.003
Total dos 10 maiores			252.586.506,5	6.036.641
Total dos demais			442.196.922,2	20.693.242
Total da região			694.783.428,7	26.729.883

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Taxas per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	9,1	0,4	7,0	31,6	0,5	7,6	34,9	0,6	10,2
De 10 mil até 20 mil hab.	15,9	0,8	10,4	55,2	0,9	10,7	56,2	1,5	17,6
De 20 mil até 50 mil hab.	25,0	1,1	12,6	150,0	1,5	18,2	89,9	1,9	22,0
De 50 mil até 100 mil hab.	19,1	1,2	14,1	169,1	1,7	22,9	103,5	2,5	26,1
De 100 mil até 200 mil hab.	11,9	1,1	11,3	212,1	1,7	24,4	97,6	2,7	33,2
De 200 mil até 500 mil hab.	14,4	1,9	13,9	398,6	2,2	27,8	186,2	2,7	31,5
Acima de 500 mil hab.	52,8	1,7	21,2	817,2	1,7	27,4	126,5	2,1	39,3
Total dos municípios	148,3	1,2	13,8	1.833,9	1,7	23,6	694,8	2,0	26,0

Taxas - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/ 2006	Particip. rec. tributária 2007	Particip. receita total 2007	Taxas per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
	14.573.815	Norte	150.772,9	106.148,6	112.432,6	128.093,9	129.106,2	0,8	8,7	1,0	8,9
AC	288.614	Rio Branco	5.600,5	2.828,9	3.149,3	3.002,6	3.419,3	13,9	10,1	1,1	11,9
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	208,8	247,0	149,8	1.314,6	756,6	-42,4	21,5	1,5	10,2
AM	1.612.475	Manaus	73.863,1	32.493,5	35.941,6	42.029,4	27.695,7	-34,1	6,8	1,8	17,2
AM	102.044	Parintins	235,2	236,3	336,3	594,6	511,0	-14,1	14,7	0,7	5,0
AP	344.194	Macapá	1.484,1	924,4	1.238,2	1.869,4	3.149,3	68,5	11,8	1,1	9,2
AP	91.615	Santana	200,6	197,9	356,3	296,2	457,5	54,5	9,1	0,7	5,0
PA	1.408.847	Belém	22.768,7	23.141,9	24.033,8	25.042,8	28.340,2	13,2	12,6	2,3	20,1
PA	484.278	Ananindeua	1.012,3	974,6	1.286,8	1.552,0	1.948,9	25,6	8,0	0,9	4,0
PA	274.285	Santarém	1.667,7	2.546,5	798,4	1.007,3	1.434,9	42,5	10,7	0,8	5,2
RO	371.791	Porto Velho	7.531,5	8.099,8	8.118,7	9.721,4	10.518,1	8,2	18,9	3,0	28,3
RO	107.638	Ji-Paraná	1.168,5	1.104,9	1.109,8	1.397,9	1.578,9	12,9	13,7	1,7	14,7
RR	247.762	Boa Vista	1.713,8	1.687,1	5.160,2	5.838,1	7.303,0	25,1	19,5	2,0	29,5
RR	24.511	Rorainópolis	21,8	21,5	28,5	22,6	40,2	77,9	3,2	0,1	1,6
TO	179.707	Palmas	2.785,6	3.172,3	3.276,1	3.724,6	3.619,2	-2,8	9,5	1,1	20,1
TO	117.059	Araguaína	1.036,7	960,6	1.010,5	1.176,5	1.650,9	40,3	12,9	1,8	14,1
	51.504.744	Nordeste	363.286,2	351.983,8	337.979,0	362.895,7	394.672,7	8,8	8,6	0,9	7,7
AL	874.014	Maceió	12.991,4	13.937,1	17.387,8	19.154,2	23.852,5	24,5	15,3	3,0	27,3
AL	202.147	Arapiraca	566,3	560,0	472,4	613,6	684,1	11,5	8,7	0,4	3,4
BA	2.892.625	Salvador	76.841,7	78.409,3	75.135,7	85.979,8	94.511,6	9,9	13,7	4,2	32,7
BA	571.997	Feira de Santana	1.754,5	2.403,4	3.515,7	2.340,8	4.789,2	104,6	9,0	1,3	8,4
BA	308.204	Vitória da Conquista	1.533,7	1.521,0	1.610,5	1.801,9	2.273,2	26,2	9,0	1,0	7,4
BA	220.144	Ilhéus	3.807,5	4.967,1	1.649,9	1.591,4	59,5	-96,3	0,4	0,1	0,3
CE	2.431.415	Fortaleza	6.903,2	7.922,2	4.521,7	5.910,6	6.543,6	10,7	1,6	0,3	2,7
CE	316.906	Caucaia	438,8	383,5	506,1	426,7	1.099,4	157,6	7,4	0,5	3,5
MA	957.899	São Luís	19.224,1	8.419,4	9.862,2	5.414,2	6.243,5	15,3	2,8	0,6	6,5
MA	229.629	Imperatriz	872,6	957,5	796,2	1.221,8	1.480,0	21,1	8,5	0,8	6,5
PB	674.971	João Pessoa	7.178,3	8.475,8	8.160,8	9.997,6	5.319,5	-46,8	3,9	0,8	7,9
PB	371.060	Campina Grande	3.937,8	3.826,1	2.102,6	2.655,5	2.649,1	-0,2	9,6	0,9	7,1
PE	1.533.580	Recife	75.426,4	63.559,6	64.996,4	68.180,4	72.040,1	5,7	12,8	3,9	47,0
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	7.408,9	6.864,0	6.043,7	6.647,8	6.354,7	-4,4	11,9	1,8	9,6
PE	391.433	Olinda	6.910,6	7.282,7	7.423,6	7.694,1	8.629,6	12,2	21,9	4,1	22,1
PE	307.284	Paulista	3.726,3	5.606,4	2.268,5	2.083,0	2.884,6	38,5	17,4	1,8	9,4
PE	289.086	Caruaru	8.294,8	5.127,8	1.410,6	1.259,4	923,2	-26,7	3,9	0,5	3,2
PE	268.339	Petrolina	1.092,1	7.946,9	2.278,4	1.179,0	1.232,0	4,5	7,9	0,7	4,6
PI	778.341	Teresina	2.208,0	2.359,1	2.089,4	2.106,8	2.596,3	23,2	3,0	0,3	3,3
PI	140.737	Parnaíba	173,7	272,6	303,3	193,1	698,5	261,8	13,6	0,7	5,0
RN	774.205	Natal	20.932,5	21.932,1	21.039,4	22.689,2	24.793,0	9,3	13,1	3,0	32,0
RN	234.392	Mossoró	983,2	1.256,7	1.577,3	1.734,3	1.729,7	-0,3	5,0	0,7	7,4
SE	520.207	Aracaju	8.125,7	9.927,9	8.924,3	8.397,8	9.030,0	7,5	6,1	1,6	17,4
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	221,2	155,3	182,0	105,6	245,8	132,7	3,6	0,3	1,7
	10.763.937	Centro-Oeste*	125.232,9	118.244,1	128.446,6	138.591,7	148.272,0	7,0	8,2	1,2	13,8
GO	1.244.645	Goiânia	24.592,3	16.424,4	17.516,7	18.728,2	26.333,1	40,6	5,3	1,7	21,2
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	1.862,2	5.130,6	2.012,1	2.860,6	3.322,4	16,1	8,1	1,3	7,0
GO	325.544	Anápolis	3.138,8	3.282,2	5.128,1	5.462,1	7.767,9	42,2	16,4	2,7	23,9
MS	724.638	Campo Grande	12.294,1	12.804,3	13.160,2	14.064,5	15.713,7	11,7	7,0	1,5	21,7
MS	182.747	Dourados	866,6	1.248,8	1.501,4	1.619,3	1.883,1	16,3	4,7	0,8	10,3
MT	527.113	Cuiabá	7.726,2	8.872,4	9.247,5	10.875,1	10.800,0	-0,7	8,1	1,8	20,5
MT	230.466	Várzea Grande	2.617,9	2.374,1	2.571,1	2.580,4	3.285,0	27,3	12,8	1,6	14,3
	77.857.758	Sudeste	2.021.806,2	1.938.013,7	1.941.889,8	1.843.524,6	1.833.862,1	-0,5	6,6	1,7	23,6
ES	314.042	Vitória	11.411,1	12.968,2	14.291,4	14.864,0	14.946,9	0,6	5,1	1,6	47,6
ES	398.068	Vila Velha	6.000,9	9.363,3	10.119,2	12.032,0	13.151,4	9,3	13,9	3,9	33,0
ES	385.370	Serra	16.357,4	3.795,1	4.427,1	4.965,5	6.077,1	22,4	5,9	1,2	15,8
ES	356.536	Cariacica	7.726,8	1.880,9	2.061,4	2.403,4	3.145,2	30,9	8,4	1,4	8,8
MG	2.412.937	Belo Horizonte	87.832,8	103.786,2	100.811,5	103.957,0	111.040,3	6,8	9,8	3,1	46,0
MG	608.650	Contagem	27.836,9	8.798,7	8.516,1	9.588,4	11.083,7	15,6	10,5	1,7	18,2
MG	608.369	Uberlândia	12.335,4	13.664,7	15.009,2	16.024,6	14.634,6	-8,7	12,9	2,2	24,1
MG	513.348	Juiz de Fora	18.707,0	21.210,1	21.148,2	22.354,2	18.161,7	-18,8	12,5	3,0	35,4

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. rec. tributária 2007	Particip. receita total 2007	Taxas per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
MG	415.098	Betim	7.456,4	2.131,2	2.271,5	2.713,9	3.169,0	16,8	3,9	0,4	7,6
MG	352.384	Montes Claros	8.473,2	2.203,4	2.467,2	3.058,6	3.699,9	21,0	11,3	1,1	10,5
MG	329.112	Ribeirão das Neves	7.031,7	1.080,4	1.265,1	1.322,5	1.748,5	32,2	18,9	1,3	5,3
MG	287.760	Uberaba	5.451,8	5.360,3	5.429,6	7.092,9	9.139,6	28,9	18,3	2,6	31,8
MG	260.396	Governador Valadares	5.077,9	1.575,2	1.478,8	1.033,0	1.067,9	3,4	3,0	0,3	4,1
MG	238.397	Ipatinga	1.994,3	1.984,0	2.039,9	2.140,6	2.360,5	10,3	3,9	0,7	9,9
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	203.791,3	222.972,7	223.555,2	222.793,4	225.078,8	1,0	5,9	2,4	36,9
RJ	960.631	São Gonçalo	11.151,5	12.084,7	12.177,7	13.652,9	16.094,4	17,9	21,2	4,2	16,8
RJ	842.686	Duque de Caxias	4.000,2	3.011,4	4.337,0	4.268,5	3.950,2	-7,5	2,2	0,5	4,7
RJ	830.672	Nova Iguaçu	11.261,1	10.769,9	8.276,0	10.483,2	7.735,9	-26,2	10,7	1,3	9,3
RJ	480.555	Belford Roxo	1.701,3	2.341,0	3.670,0	4.142,9	4.229,0	2,1	16,9	1,6	8,8
RJ	474.002	Niterói	34.190,7	35.883,4	27.313,5	27.180,5	30.729,8	13,1	10,3	3,7	64,8
RJ	464.282	São João de Meriti	2.500,6	5.122,7	4.602,4	4.410,8	5.777,8	31,0	19,7	2,3	12,4
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	367,0	1.043,7	4.034,4	3.709,1	-8,1	5,1	0,3	8,7
RJ	306.645	Petrópolis	11.181,6	14.278,2	9.439,8	13.102,8	12.311,6	-6,0	12,1	3,1	40,2
RJ	255.653	Volta Redonda	1.061,8	1.001,0	1.028,2	1.140,9	1.162,9	1,9	1,9	0,3	4,6
SP	10.886.518	São Paulo	411.457,6	422.117,1	391.213,4	206.409,1	197.510,6	-4,3	2,2	1,0	18,1
SP	1.236.192	Guarulhos	12.342,2	9.099,6	10.368,2	10.040,9	14.838,2	47,8	4,2	0,9	12,0
SP	1.039.297	Campinas	42.152,5	47.882,8	47.553,8	50.763,0	54.326,2	7,0	8,2	2,8	52,3
SP	781.390	São Bernardo do Campo	28.427,9	31.337,1	34.347,7	35.652,2	44.346,4	24,4	10,0	2,6	56,8
SP	701.012	Osasco	16.356,1	20.486,5	19.951,3	15.795,7	18.739,0	18,6	7,5	2,3	26,7
SP	667.891	Santo André	2.947,2	3.380,6	5.296,2	39.413,6	39.071,0	-0,9	12,1	3,5	58,5
SP	594.948	São José dos Campos	13.111,0	3.892,8	7.165,3	8.328,9	7.937,5	-4,7	3,2	0,8	13,3
SP	559.157	Sorocaba	20.342,7	23.153,9	25.295,3	26.692,2	27.294,5	2,3	14,0	4,1	48,8
SP	547.417	Ribeirão Preto	5.045,2	4.531,7	4.267,6	4.301,4	5.360,5	24,6	2,7	0,6	9,8
SP	418.288	Santos	39.172,8	38.232,7	38.768,0	41.324,9	39.497,5	-4,4	9,5	4,6	94,4
SP	402.770	São José do Rio Preto	4.444,8	5.198,9	5.654,8	5.344,9	4.555,7	-14,8	3,7	0,8	11,3
SP	402.643	Mauá	2.564,6	1.194,2	2.628,9	5.261,7	3.968,7	-24,6	5,4	1,1	9,9
SP	386.779	Diadema	5.694,1	6.068,0	6.831,7	7.659,2	7.781,6	1,6	6,7	1,8	20,1
SP	379.566	Carapicuíba	2.733,5	3.678,1	7.121,2	6.344,3	6.583,3	3,8	19,9	3,8	17,3
SP	362.991	Mogi das Cruzes	3.459,5	3.332,6	3.631,2	3.429,0	4.057,4	18,3	3,8	1,0	11,2
SP	358.108	Piracicaba	5.228,7	6.436,1	24.335,6	27.334,1	10.050,1	-63,2	8,8	2,0	28,1
SP	347.601	Bauru	10.505,7	3.571,5	3.203,6	3.483,2	4.034,7	15,8	5,2	1,0	11,6
SP	342.983	Jundiaí	13.058,0	14.786,9	14.467,2	14.648,3	18.251,0	24,6	10,1	2,5	53,2
	26.729.883	Sul	739.969,6	653.860,2	628.629,3	650.509,8	694.783,4	6,8	12,4	2,0	26,0
PR	1.797.408	Curitiba	54.460,8	62.311,9	46.041,7	57.042,7	58.112,6	1,9	6,6	1,7	32,3
PR	497.833	Londrina	13.034,6	22.332,1	11.505,7	11.659,0	12.044,1	3,3	8,0	2,0	24,2
PR	325.968	Maringá	21.638,7	12.583,0	12.434,2	12.663,4	13.641,3	7,7	12,8	3,3	41,9
PR	311.336	Foz de Iguaçu	15.326,8	15.637,1	10.909,6	9.627,4	9.820,4	2,0	19,3	3,2	31,5
PR	306.351	Ponta Grossa	12.116,9	6.834,0	9.118,9	11.443,0	12.949,7	13,2	22,7	4,7	42,3
PR	285.784	Cascavel	9.655,5	8.818,3	8.509,8	9.933,5	10.329,5	4,0	19,1	4,4	36,1
PR	263.622	São José dos Pinhais	10.857,2	12.033,0	11.927,8	13.077,0	10.404,3	-20,4	16,2	3,7	39,5
RS	1.420.667	Porto Alegre	78.066,6	57.335,0	64.354,9	65.586,3	68.385,7	4,3	8,4	2,6	48,1
RS	399.038	Caxias do Sul	14.093,8	14.756,9	15.417,7	14.568,3	15.661,8	7,5	11,1	2,3	39,3
RS	339.934	Pelotas	306,3	641,5	0,3	385,8	683,6	77,2	1,8	0,2	2,0
RS	326.458	Canoas	5.600,1	6.634,5	10.630,8	6.709,6	7.960,3	18,6	10,3	1,8	24,4
RS	263.403	Santa Maria	9.186,3	9.891,8	5.858,0	6.111,6	6.082,5	-0,5	13,9	3,0	23,1
RS	261.150	Gravataí	4.002,3	3.524,1	3.783,2	4.961,3	6.083,2	22,6	18,1	2,7	23,3
RS	253.264	Viamão	1.971,2	2.616,5	2.436,9	2.778,9	2.393,6	-13,9	19,4	1,7	9,5
RS	253.067	Novo Hamburgo	7.306,0	8.459,0	8.118,0	8.092,3	8.511,3	5,2	13,5	2,8	33,6
SC	396.723	Florianópolis	47.897,0	25.738,9	26.131,2	29.050,0	30.325,6	4,4	12,3	5,1	76,4
SC	487.003	Joinville	29.854,7	12.526,1	7.886,0	9.735,9	10.734,5	10,3	7,9	1,5	22,0
SC	292.972	Blumenau	17.115,3	15.062,3	12.999,3	14.643,4	18.309,1	25,0	18,4	3,8	62,5
	73.054.455	Cidades selecionadas	1.942.018,4	1.836.599,0	1.788.334,7	1.723.215,5	1.777.034,4	3,1	6,3	1,9	24,3
	33.479.343	Até 20 mil hab.	242.827,3	195.567,4	204.609,7	215.884,8	230.353,6	6,7	10,3	0,6	6,9
	41.708.810	Capitais	1.285.108,5	1.232.621,7	1.199.359,4	1.062.429,1	1.087.222,2	2,3	5,3	1,8	26,1
	181.430.137	Brasil*	3.401.067,9	3.168.250,3	3.149.377,4	3.123.615,7	3.200.696,5	2,5	7,8	1,5	17,6

Fonte: elaborado por Aequi Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Taxas

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
1°	RJ	Rio de Janeiro	225.078.841,2	6.093.472
2°	SP	São Paulo	197.510.573,8	10.886.518
3°	MG	Belo Horizonte	111.040.321,2	2.412.937
4°	BA	Salvador	94.511.621,5	2.892.625
5°	PE	Recife	72.040.136,0	1.533.580
6°	RS	Porto Alegre	68.385.705,2	1.420.667
7°	PR	Curitiba	58.112.556,5	1.797.408
8°	SP	Campinas	54.326.195,7	1.039.297
9°	SP	São Bernardo do Campo	44.346.354,7	781.390
10°	SP	Santos	39.497.476,4	418.288
11°	SP	Praia Grande	39.249.808,4	233.806
12°	SP	Santo André	39.070.968,6	667.891
13°	SP	São Caetano do Sul	32.313.586,2	144.857
14°	RJ	Niterói	30.729.793,0	474.002
15°	SC	Florianópolis	30.325.563,4	396.723
16°	PA	Belém	28.340.200,0	1.408.847
17°	AM	Manaus	27.695.749,2	1.612.475
18°	SP	Sorocaba	27.294.535,6	559.157
19°	GO	Goiânia	26.333.107,0	1.244.645
20°	RN	Natal	24.792.969,6	774.205
21°	AL	Maceió	23.852.456,8	874.014
22°	SP	Guarujá	23.435.081,9	296.150
23°	SP	São Vicente	22.702.203,8	323.599
24°	SP	Osasco	18.739.017,5	701.012
25°	SC	Blumenau	18.309.135,3	292.972
26°	SP	Jundiaí	18.251.045,3	342.983
27°	MG	Juiz de Fora	18.161.711,4	513.348
28°	SP	Presidente Prudente	17.138.007,0	202.789
29°	RJ	São Gonçalo	16.094.385,0	960.631
30°	MS	Campo Grande	15.713.742,7	724.638
31°	RS	Caxias do Sul	15.661.840,9	399.038
32°	ES	Vitória	14.946.944,7	314.042
33°	SP	Guarulhos	14.838.228,9	1.236.192
34°	MG	Uberlândia	14.634.605,0	608.369
35°	PR	Maringá	13.641.325,2	325.968
36°	ES	Vila Velha	13.151.373,8	398.068
37°	PR	Ponta Grossa	12.949.704,3	306.351
38°	RS	Bagé	12.422.093,2	112.678
39°	RJ	Petrópolis	12.311.576,5	306.645
40°	PR	Londrina	12.044.127,3	497.833
41°	SP	Atibaia	11.312.155,4	119.029
42°	MG	Contagem	11.083.703,1	608.650
43°	MT	Cuiabá	10.799.956,9	527.113
44°	RJ	Teresópolis	10.746.309,6	150.268
45°	SC	Joinville	10.734.455,2	487.003
46°	SC	Criciúma	10.726.897,2	185.506
47°	MG	Sete Lagoas	10.519.817,0	217.506
48°	RO	Porto Velho	10.518.091,0	371.791
49°	SP	Itanhaém	10.433.006,6	80.787
50°	PR	São José dos Pinhais	10.404.344,3	263.622
51°	PR	Cascavel	10.329.529,6	285.784
52°	SP	Piracicaba	10.050.066,8	358.108

Posição	UF	Município	Taxas em reais	População 2007
53°	MG	Santa Luzia	10.017.335,1	222.507
54°	PR	Foz do Iguaçu	9.820.354,6	311.336
55°	MG	Uberaba	9.139.560,3	287.760
56°	SP	Taboão da Serra	9.032.262,0	219.200
57°	SE	Aracaju	9.030.048,6	520.207
58°	PE	Olinda	8.629.589,7	391.433
59°	RS	Novo Hamburgo	8.511.267,8	253.067
60°	SP	Indaiatuba	8.197.686,9	173.508
61°	RS	Bento Gonçalves	8.132.453,8	100.643
62°	SP	Marília	8.012.392,0	218.113
63°	RS	Canoas	7.960.329,5	326.458
64°	SP	São José dos Campos	7.937.526,0	594.948
65°	SP	Araçatuba	7.878.800,0	178.839
66°	SP	Peruíbe	7.815.463,3	54.457
67°	SP	Jaú	7.813.250,0	125.469
68°	SP	Diadema	7.781.626,0	386.779
69°	GO	Anápolis	7.767.851,4	325.544
70°	RJ	Nova Iguaçu	7.735.873,1	830.672
71°	SC	Chapécó	7.713.980,1	164.992
72°	SP	São Sebastião	7.566.025,2	67.099
73°	SP	Ubatuba	7.529.899,0	75.008
74°	RR	Boa Vista	7.303.000,0	247.762
75°	SC	Balneário Camboriú	7.230.406,5	94.579
76°	SP	Santana de Parnaíba	7.097.298,3	100.209
77°	SP	Barueri	7.043.813,3	252.748
78°	SC	Itajaí	6.696.021,6	163.298
79°	SP	Limeira	6.684.545,5	272.734
80°	SP	Carapicuíba	6.583.252,0	379.566
81°	BA	Camaçari	6.574.482,1	220.495
82°	CE	Fortaleza	6.543.558,7	2.431.415
83°	MG	Divinópolis	6.465.316,2	209.921
84°	PE	Jaboatão dos Guararapes	6.354.662,6	665.387
85°	RS	São Leopoldo	6.306.380,2	207.721
86°	MA	São Luis	6.243.520,3	957.899
87°	SC	São José	6.206.864,5	196.887
88°	RS	Gravataí	6.083.244,1	261.150
89°	RS	Santa Maria	6.082.495,8	263.403
90°	ES	Serra	6.077.103,6	385.370
91°	RJ	São João de Meriti	5.777.800,0	464.282
92°	SP	Botucatu	5.425.904,5	121.255
93°	SP	Ribeirão Preto	5.360.493,9	547.417
94°	PB	João Pessoa	5.319.461,3	674.971
95°	RJ	Nova Friburgo	5.246.641,7	177.376
96°	SC	Palhoça	5.044.038,4	122.471
97°	RJ	Macaé	5.035.277,3	169.229
98°	RS	Sapucaia do Sul	5.028.377,4	122.099
99°	MG	Barbacena	4.858.519,3	118.720
100°	SC	Jaraguá do Sul	4.804.697,7	130.060

Total dos 100 maiores	2.065.153.753,2	65.971.740
Total dos demais*	1.135.542.722,6	115.458.397
Total Brasil*	3.200.696.475,8	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Taxas per capita - 2007

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2007
			Em reais		
1°	SP	São Caetano do Sul	223	32.313.586,2	144.857
2°	SC	Bombinhas	196	2.442.291,9	12.451
3°	SP	Praia Grande	168	39.249.808,4	233.806
4°	GO	Rio Quente	163	485.717,6	2.974
5°	SP	Peruibe	144	7.815.463,3	54.457
6°	RS	Monte Belo do Sul	129	359.791,9	2.784
7°	SP	Itanhaém	129	10.433.006,6	80.787
8°	PR	Pontal do Paraná	124	2.062.897,3	16.628
9°	SC	Itapema	120	4.053.039,6	33.766
10°	SP	Bertioga	115	4.492.100,6	39.091
11°	RS	Imbé	115	1.710.831,9	14.940
12°	SP	São Sebastião	113	7.566.025,2	67.099
13°	RS	Bagé	110	12.422.093,2	112.678
14°	RJ	Armação dos Búzios	109	2.688.723,6	24.560
15°	RS	Arroio do Sal	107	714.020,6	6.646
16°	SP	Ubatuba	100	7.529.899,0	75.008
17°	PR	Guaratuba	97	2.978.179,7	30.565
18°	MG	Conselheiro Pena	96	2.081.289,7	21.793
19°	SP	Atibaia	95	11.312.155,4	119.029
20°	MG	Monte Sião	94	1.813.907,5	19.232
21°	SP	Santos	94	39.497.476,4	418.288
22°	RS	Torres	91	2.936.363,3	32.358
23°	RS	Picada Café	88	425.141,2	4.824
24°	RN	Extremoz	88	1.910.780,2	21.821
25°	SP	Ilhabela	87	2.067.813,8	23.902
26°	RS	Gramado	86	2.717.953,8	31.654
27°	SP	Presidente Prudente	85	17.138.007,0	202.789
28°	SP	Boituva	81	3.286.613,3	40.787
29°	RS	Bento Gonçalves	81	8.132.453,8	100.643
30°	MS	Bonito	80	1.379.231,9	17.275
31°	MG	São Lourenço	79	3.208.154,6	40.453
32°	SP	Guarujá	79	23.435.081,9	296.150
33°	SC	Balneário Camboriú	76	7.230.406,5	94.579
34°	SC	Florianópolis	76	30.325.563,4	396.723
35°	RS	Cidreira	75	823.632,2	10.919
36°	SP	Tupã	74	4.606.451,1	62.256
37°	SC	Penha	74	1.551.774,0	20.983
38°	RJ	Mangaratiba	73	2.137.934,1	29.255
39°	SP	Aparecida	72	2.576.253,0	35.944
40°	RJ	Teresópolis	72	10.746.309,6	150.268
41°	SP	Santana de Parnaíba	71	7.097.298,3	100.209
42°	SP	São Vicente	70	22.702.203,8	323.599
43°	RN	Maxaranguape	68	612.854,5	8.962
44°	MS	Cassilândia	66	1.375.225,0	20.934
45°	RJ	Niterói	65	30.729.793,0	474.002
46°	RS	Balneário Pinhal	65	684.498,2	10.517
47°	SC	Passo de Torres	65	344.430,9	5.313
48°	SP	Orlândia	64	2.298.432,1	36.162
49°	SP	Serra Negra	64	1.590.517,7	24.712
50°	SC	Timbó	64	2.132.286,5	33.360
51°	SP	Mongaguá	64	2.578.076,8	40.171
52°	SP	Jaú	62	7.813.250,0	125.469
53°	SC	Blumenau	62	18.309.135,3	292.972
54°	SP	Analândia	62	258.382,0	4.166
55°	MG	Guaxupé	59	2.810.544,8	47.917
56°	SC	Itapoá	59	630.579,0	10.719
57°	SC	São João do Oeste	59	356.891,9	6.020
58°	SP	Santo André	58	39.070.968,6	667.891
59°	SC	Criciúma	58	10.726.897,2	185.506
60°	SP	São Bernardo do Campo	57	44.346.354,7	781.390
61°	MG	Oliveira	56	2.125.542,4	37.848
62°	MG	Cruzeiro da Fortaleza	56	208.880,0	3.740
63°	SC	Joaçaba	55	1.343.444,8	24.210
64°	SP	Laranjal Paulista	55	1.349.462,4	24.454
65°	MG	Nova Lima	54	3.890.018,0	72.207
66°	MG	Visconde do Rio Branco	53	1.884.009,5	35.323
67°	SC	Lajeado Grande	53	77.655,2	1.461
68°	SP	Jundiá	53	18.251.045,3	342.983
69°	SC	Porto Belo	53	710.901,8	13.312
70°	SP	Campinas	52	54.326.195,7	1.039.297
71°	SC	Balneário Piçarras	52	711.687,7	13.732
72°	RS	Ivoti	52	964.043,7	18.549
73°	SP	Águas de Lindóia	52	818.782,0	15.876
74°	SC	Gaspar	52	2.716.930,3	52.437
75°	RS	Lajeado	51	3.427.089,4	67.513
76°	MG	São Roque de Minas	51	312.392,7	6.141
77°	SP	Igaratá	50	426.442,4	8.537
78°	SP	Motuca	50	217.276,0	4.340
79°	GO	Alto Paraíso de Goiás	50	333.655,5	6.637
80°	SP	Sorocaba	49	27.294.535,6	559.157
81°	SP	Lins	49	3.414.795,3	69.240
82°	ES	Vitória	48	14.946.944,7	314.042
83°	SP	José Bonifácio	48	1.474.146,9	30.639
84°	RS	Porto Alegre	48	68.385.705,2	1.420.667
85°	MG	Sete Lagoas	48	10.519.817,0	217.506
86°	SP	Socorro	48	1.600.492,5	33.407
87°	SC	Garopaba	48	782.257,3	16.399
88°	RS	Garibaldi	48	1.405.716,6	29.077
89°	PE	Recife	47	72.040.136,0	1.533.580
90°	ES	Fundão	47	720.211,6	15.228
91°	SP	Indaiatuba	47	8.197.686,9	173.508
92°	SC	Chapecó	47	7.713.980,1	164.992
93°	SC	Rio do Sul	47	2.702.953,3	56.919
94°	GO	Matrinchã	47	204.308,1	4.336
95°	SP	Tatuí	46	4.651.606,7	101.841
96°	SC	Brusque	46	4.355.043,8	94.962
97°	MS	Chapadão do Sul	46	744.574,2	16.194
98°	MG	Belo Horizonte	46	111.040.321,2	2.412.937
99°	SP	Valinhos	46	4.527.623,6	99.040
100°	GO	Chapadão do Céu	45	236.363,0	5.289

Total dos 100 maiores	62	958.181.518,6	15.502.570
Total dos demais*	14	2.242.514.957,2	165.927.567
Total Brasil*	18	3.200.696.475,8	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Dois anos consecutivos de forte expansão

A análise comparativa dos gastos com pessoal dos municípios em 2007 em relação aos anos anteriores deve levar em consideração algumas observações.

Observações importantes

Em primeiro lugar, os dados de pessoal apresentados em todas as edições desta publicação incluem aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais e contribuições para entidades fechadas de previdência. A partir de 2007, passa a incluir também um novo elemento chamado "aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social", que se refere também a gastos com pessoal. O objetivo dessa agregação é obter um valor o mais próximo possível do total efetivamente gasto com pessoal pelas administrações municipais, incluindo seus diversos órgãos, fundos e entidades da administração indireta.

Esse novo elemento foi legalmente incluído nos balanços municipais a partir de 2006, através da Portaria Interministerial STN/SOF nº 688/2005. Mas é em 2007 que ele aparece no banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pois, provavelmente, em 2006 os municípios não o haviam adotado ainda. A inclusão



Ericsson Marcel Salazar Pinto, gerente de contabilidade da Prefeitura Municipal de Vitória

desse elemento causou uma elevação no valor do gasto com pessoal total em relação a 2006, pois eram valores que, anteriormente, em muitos casos, constavam como transferências financeiras e, a partir de 2007, passaram a compor o balanço orçamentário.

Além disso, é sabido que ainda não existe uma completa padronização da contabilidade pública em todo o país. Modificações, como a citada acima, podem ser introduzidas através de portarias da STN e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), com a finalidade de se aprimorar o sistema de contas, mas acaba por afetar a comparação das séries históricas. Outros pontos a serem considerados são a falta de consolidação dos dados apresentados à STN por

parte de alguns municípios e o fato de outros passarem a apresentar o balanço anual consolidado a partir de um determinado ano.

Segundo o gerente de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, Ericsson Marcel Salazar Pinto, "até o exercício de 2005 existiam vários casos de dupla contagem de gastos com pessoal, devido à forma de contabilização dos repasses aos institutos de previdência municipais. No exercício de 2006, a edição da Portaria Interministerial nº 688/2005 tinha como objetivo eliminar essa dupla contagem. No entanto, essa mesma portaria facultou a estados, municípios e Distrito Federal que realizassem a eliminação da dupla contagem, utilizando outro procedimento contábil já explicitado em portaria anterior, a de nº 504/2003. Diante disso, alguns municípios utilizaram, e outros não, os procedimentos da portaria nº 688, o que acarreta distorções na análise dos dados".

Desse modo, variações acentuadas no desempenho do gasto de pessoal de algumas cidades podem estar relacionadas aos diferentes procedimentos contábeis adotados entre os anos de 2006 e 2007 e à forma como os municípios enviam seus dados à STN (consolidados ou não).

Para citar alguns exemplos, os municípios de São Paulo, Campinas e Osasco apresentaram fortes variações no gasto com pessoal em função de terem incluído os valores de seus institutos de previdência nos

seus dados orçamentários enviados à STN. No caso de São Paulo, houve a inclusão de R\$ 1,65 bilhão, o que contribuiu fortemente para o aumento de 35,7% da despesa com pessoal, quando passou de R\$ 5,53 bilhões, em 2006, para R\$ 7,51 bilhões, em 2007, conforme a agregação adotada por esta publicação. Em Campinas houve a inclusão de cerca de R\$ 123 milhões e em Osasco, de R\$ 52,8 milhões.

Para a análise apresentada nesta edição, julgou-se mais apropriado abordar resumidamente o comportamento do gasto com pessoal total e dedicar mais atenção à evolução dos gastos com "vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil", ou seja, a despesa com pessoal excluídas as aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais, contribuições para entidades fechadas de previdência e aplicações diretas entre órgão. Enfocar o valor dos vencimentos elimina as distorções causadas pelos diferentes procedimentos contábeis adotados pelos municípios, presentes numa categoria mais abrangente do gasto com pessoal. Não obstante, foram publicadas as tabelas para as duas condições do gasto com pessoal, a abrangente (gasto com pessoal total) e a aquela que mostra apenas os vencimentos.

Gasto ainda em trajetória ascendente

A trajetória de crescimento dos gastos com pessoal nos municípios brasileiros em 2007 mantém-se acelerado. O maior dinamismo da economia, com reflexos no aumento de receitas e na demanda por serviços, parece agora impulsionar uma expansão dessas despesas na maioria das cidades.

Os gastos com pessoal no conjunto das cidades brasileiras atingiram em 2007 o patamar de R\$ 94,71 bilhões, quando se inclui todos os custos relativos a aposentadorias, pensões, obrigações patronais e repasses aos institutos de previdência. O valor representou crescimento de 13,8% sobre 2006. Como explicado, parte desse crescimento deveu-se à inclusão de valores anteriormente não-contabilizados pelos municípios em seus balanços orçamentários. No entanto, considerando-se apenas os vencimentos pagos ao pessoal da administração direta, o crescimento recua para 8,8%, quando o montante passou de R\$ 59,05 bilhões, em 2006, para R\$ 64,25 bilhões, em 2007.

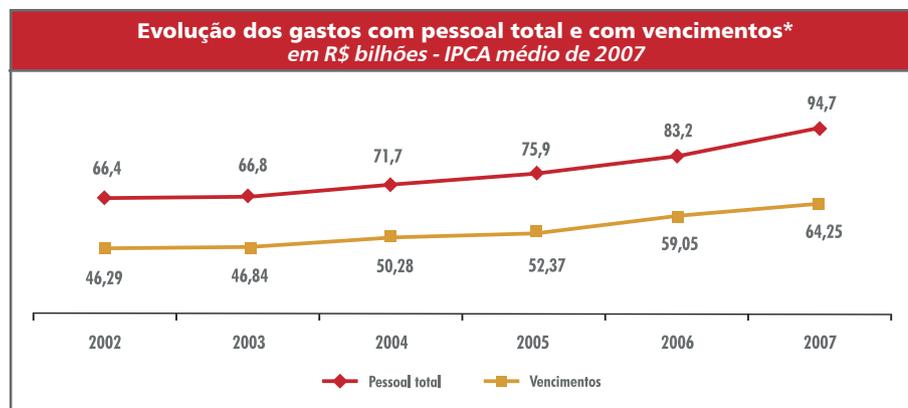
Observando-se as taxas anuais de crescimento, tanto as do gasto com pessoal total quanto as dos vencimentos são maiores em 2006 e 2007,

comparadas às de 2004 e 2005. Portanto, são dois anos consecutivos de aceleração no crescimento dessas despesas (veja gráfico na página seguinte). Repare que, em 2006, o aumento dessas despesas até superou o bom desempenho de 9% obtido pelos municípios na receita corrente. Em 2007, o incremento do pessoal total foi acima dos 10% de crescimento da receita corrente, e o dos vencimentos ficou abaixo, porém próximo.

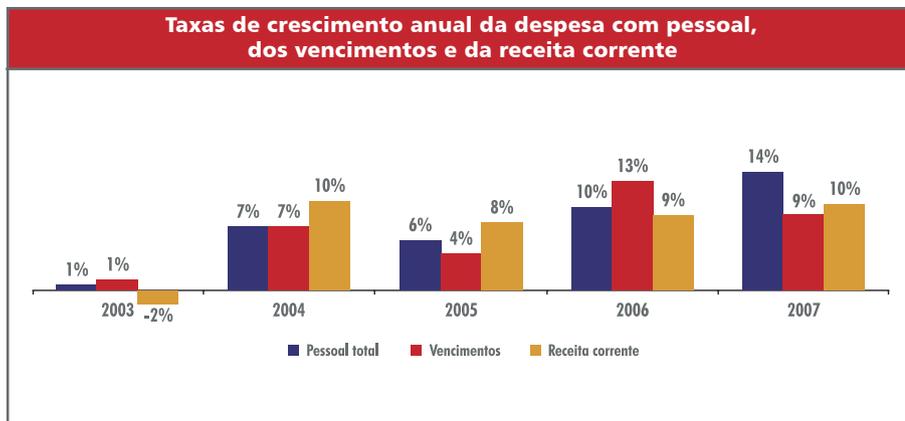
A evolução da relação dos gastos com pessoal sobre a receita corrente demonstra, desde 2006, uma ligeira inversão da tendência de queda observada há quase uma década (exceto no ano atípico de contração de receitas que foi 2003). Em 2007 o indicador da relação subiu para 45,9%, após a pequena oscilação de patamar entre 43,9% e 44,3%, nos anos de 2005 e 2006, respectivamente. Considerando-se somente os vencimentos pagos, a relação com a receita corrente manteve-se praticamente estável, com oscilações em torno de um ponto percentual para mais ou para menos, entre um ano e outro.

Até 2005, apesar do gasto com pessoal ser sempre crescente, a aplicação de parâmetros e comandos orientadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do regramento anterior, da então denominada Lei Rita Camata, fez diminuir ano a ano, desde 1998, o peso relativo das despesas de pessoal nos orçamentos municipais.

Todavia, a queda gradativa do comprometimento de receitas sugere que, como um comportamento geral, essa expansão seguirá com alguma defasagem a evolução das receitas. Esse movimento guardou relação certamente com o período de adaptação das gestões municipais à LRF, com situações diversas de exposição às restrições orçamentárias (em particular,



*Pessoal total refere-se a todas as despesas com pessoal, inclusive aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais e aplicação direta entre órgãos. Vencimentos referem-se ao pagamento de salários do pessoal civil da administração direta.



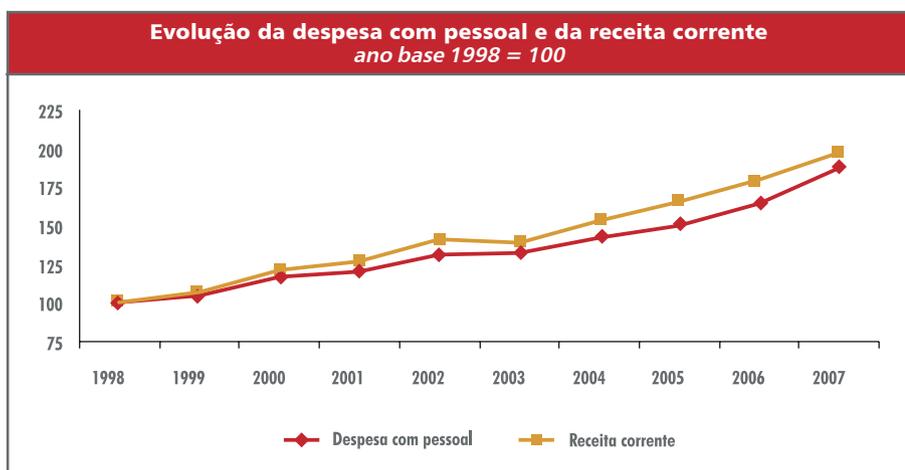
por parte de grandes municípios comprometidos com o ajuste nos serviços da dívida) ou, ainda, com oscilações da atividade econômica que nos primeiros anos da década vinham afetando tanto os níveis esperados como os realizados de receita, exigindo dessa forma maior prudência na gestão

da folha de pessoal. Mesmo em 2003, o ano atípico da série, a relação com as receitas correntes na média dos municípios brasileiros inverteu-se ainda que com uma contida e quase nula expansão dessas despesas.

Essa tônica prevalecente até 2005 vem sendo revertida com taxas

de crescimento mais expressivas dos gastos de pessoal. É um fato que certamente receberá no futuro maior investigação, mas é possível notar dois aspectos que se associam a essa trajetória, ambos impulsionados por um contexto de melhor desempenho da economia nacional. Em primeiro lugar, para boa parte das finanças locais o melhor equacionamento orçamentário e financeiro adquirido ao longo dos anos criou, com a elevação recente mais acentuada das receitas, a possibilidade de uma recomposição dessas despesas dentro de uma margem talvez um pouco mais "confortável" do que anteriormente, no que se refere ao cumprimento de limites normativos e restrições orçamentárias. Em segundo lugar, as administrações municipais, premidas talvez pela maior demanda de serviços por parte dos seus munícipes e procurando ampliar a oferta de bens públicos, incorporam agora novos quadros ao serviço público.

A despeito da não-disponibilidade de informações para o exercício de 2007, mas como demonstramos na edição anterior, o número de servidores municipais ampliava-se ainda à taxa de 8,4% em 2006, o que possivelmente repercute agora nas despesas de 2007. Evidentemente que ao lado desses fatores pode estar atuando um crescimento das folhas de

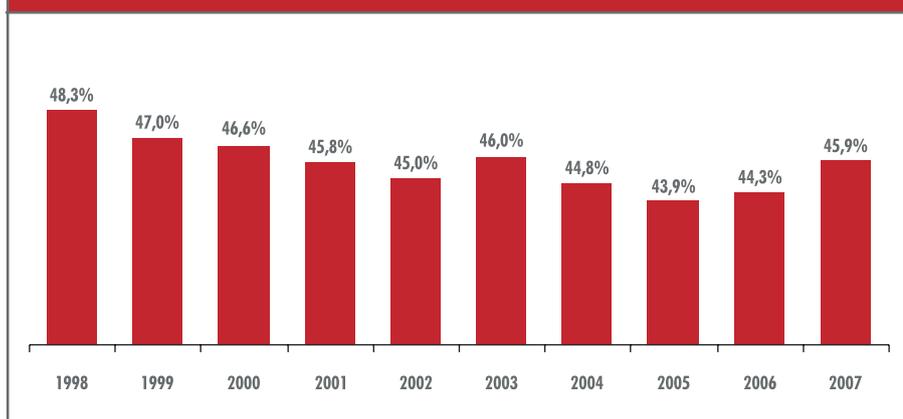


Pessoal total - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	8.139,4	43,6	600,8	456,6	39,0	481,6	1.832,4	44,7	492,9
De 10 mil até 20 mil hab.	9.325,6	45,3	467,9	679,0	44,2	410,6	3.396,2	45,9	403,9
De 20 mil até 50 mil hab.	13.552,5	46,0	451,6	1.278,2	45,8	381,8	4.731,7	46,8	383,0
De 50 mil até 100 mil hab.	10.303,7	45,3	472,1	937,6	45,8	437,9	2.512,7	47,9	361,0
De 100 mil até 200 mil hab.	9.550,6	45,5	546,3	648,3	44,2	446,9	1.310,6	44,9	391,7
De 200 mil até 500 mil hab.	13.506,5	44,3	494,1	790,7	46,3	393,2	1.423,1	44,7	352,0
Acima de 500 mil hab.	30.330,5	42,8	591,3	1.316,5	47,6	435,7	5.095,8	43,0	402,1
Total dos municípios	94.708,8	44,3	522,0	6.106,8	45,3	419,0	20.302,5	45,3	394,2

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Evolução da participação da despesa com pessoal na receita corrente



pagamento de pessoal pela reposição de defasagens salariais, por aumentos reais mais significativos ou talvez por uma expansão ainda determinada por municípios com baixo comprometimento de receitas na contratação de pessoal, fato observado por analistas como um efeito indireto da introdução de parâmetros da LRF no primeiro lustro da década.

Desempenho regional dos vencimentos e vantagens fixas

Excluídos os valores de aposentadorias, pensões, salário-família, obrigações patronais e aplicação direta entre órgãos, ou seja, utilizando-se apenas os vencimentos, o Norte e o Nordeste registraram os maiores cresci-

mentos, de 14% e 13%, respectivamente. Na seqüência vêm o Centro-Oeste, com taxa de 8,3%; o Sudeste, com 7,3%; e o Sul, com 6,1%.

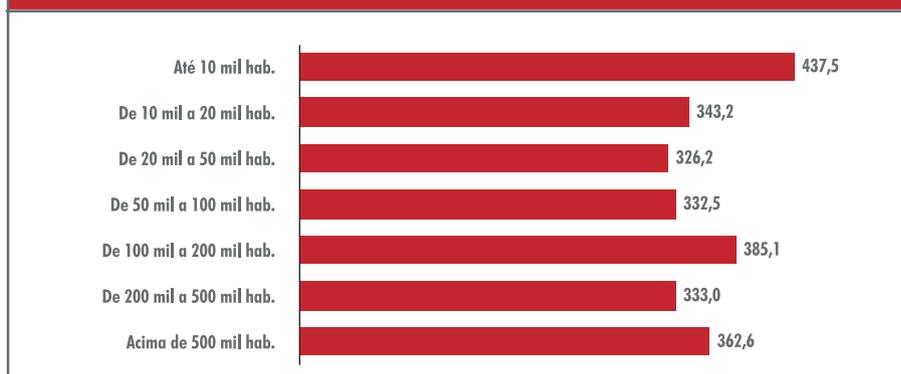
Entre as capitais, destacam-se pela maior expansão nos gastos com vencimentos as cidades de Vitória e

São Luís, com aumentos de 27,6% e 23,1%, respectivamente. Também entre as capitais destacam-se aumentos expressivos como os de Campo Grande (16%), Salvador (14,5%), Fortaleza (14,5%) e São Paulo (13,9%).

Norte

A região Norte apresentou, em 2007, o maior crescimento dos vencimentos e vantagens fixas pagos aos servidores, de 14%, em comparação às demais regiões do país. O resultado foi influenciado pelos acréscimos ocorridos nas despesas de Belém, Manaus, Porto Velho, Ananindeua, Boa Vista e Macapá. A capital amazonense, pelo seu próprio porte econômico e populacional detém a maior folha de pagamentos de pessoal entre as cidades da região, de

Despesa com vencimentos de pessoal per capita por faixa populacional em reais



Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com pessoal total per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	865,3	42,5	660,2	2.777,2	44,9	666,8	2.207,9	42,8	648,2
De 10 mil até 20 mil hab.	807,6	42,8	525,9	2.839,4	45,3	552,9	1.603,4	45,8	501,3
De 20 mil até 50 mil hab.	948,8	43,6	479,7	4.516,5	45,2	548,2	2.077,3	47,3	507,7
De 50 mil até 100 mil hab.	642,1	44,4	472,7	4.400,5	43,8	594,5	1.810,8	45,9	456,7
De 100 mil até 200 mil hab.	477,9	45,8	453,7	5.527,2	45,5	635,7	1.586,6	46,2	540,1
De 200 mil até 500 mil hab.	340,9	46,2	330,6	7.889,0	42,8	550,2	3.062,9	47,7	518,0
Acima de 500 mil hab.	1.331,2	41,6	533,3	20.115,1	42,7	673,1	2.471,8	41,2	768,1
Total dos municípios	5.413,9	43,2	503,0	48.064,9	43,6	617,3	14.820,6	45,1	554,5



Campinas, uma das cidades que consolidou os valores do instituto de previdência própria em seu balanço orçamentário

R\$ 565,2 milhões, em 2007, à frente de Belém com R\$ 360 milhões.

A despesa com vencimentos per capita foi de R\$ 289,6 na região Norte. É a segunda menor entre as regiões brasileiras e encontra-se abaixo da média nacional, de R\$ 354,1 por habitante. Dentre as capitais, duas delas, Palmas e Boa Vista, estão bem acima do valor da média regional, com respectivamente R\$ 587,3 e R\$ 459,5 per capita. Apenas Belém, com R\$ 255,5, e Macapá, com R\$ 269,9, estão aquém do patamar médio da região, fato que se observa também em quase todas as cidades de maior expressão, além das capitais.

Nordeste

As despesas com vencimentos da região Nordeste apresentaram a segunda maior expansão entre todas as regiões, com uma evolução de 13% sobre o ano anterior.

Dentre as capitais a maior varia-

ção foi observada em São Luís, com o incremento de 23,1%. No conjunto dos municípios selecionados por **Multi Cidades**, houve aumentos acentuados em Ilhéus-BA, com 31,4%; Imperatriz-MA, com 24,8%; e Petrolina, com 20%. O aumento de 100% registrado em Nossa Senhora do Socorro-SE pode ser decorrente de alguma alteração ou erro contábil, pois é pouco provável que uma administração tenha dobrado esse item do gasto em apenas um ano. As cidades de maior peso na definição do incremento geral da região são Fortaleza, Salvador, São Luís e Recife, uma vez que detêm as maiores folhas de pagamento com seus quadros de servidores.

A média dos gastos com vencimentos por habitante nas cidades nordestinas foi de R\$ 277,1, a mais baixa entre as regiões brasileiras. Dentre as cidades selecionadas por **Multi Cidades** como as de maior população além das capitais, quase todas têm essa despesa abaixo da média regional, à exceção de Mossoró-RN

(R\$ 308,9) e Ilhéus (R\$ 284,2). Já entre as capitais, Aracaju tem a maior despesa com vencimentos por habitante em toda região (R\$ 383,1), seguida de Natal (R\$ 333,5) e Teresina (R\$ 309,7). Salvador tem o menor valor per capita, de R\$ 141,4.

Centro-Oeste

O crescimento de 8,3% da região Centro-Oeste situa-se praticamente no mesmo nível da taxa média nacional, de 8,8%. As cidades de Dourados e Campo Grande, ambas no Mato Grosso do Sul, tiveram as maiores elevações entre os municípios selecionados por **Multi Cidades** na região, com 17% e 16% de aumento sobre o ano anterior, respectivamente. Várzea Grande (MT) foi a única cidade selecionada que reduziu seu gasto, acusando uma queda de 2,4% em relação a 2006. Localizadas no Estado de Goiás, a capital Goiânia, com 1,7%, e Anápolis, com 1,8%, registraram os menores aumentos.

**UMA EMPRESA
QUE LEVA O BRASIL
NO NOME TEM
A OBRIGAÇÃO DE
CUIDAR BEM DELE.**

Quando uma empresa está na vida de milhões de pessoas, torna-se responsável pelo seu desenvolvimento. Sua participação vai além dos serviços que oferece. É por isso que a Brasil Telecom investe em projetos culturais e sociais e trabalha para que todo mundo cresça com a gente.



Brasil Telecom
Você ganha mais e sua vida também.

A despesa per capita média dos municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Centro-Oeste foi de R\$ 371,9, em 2007. As magnitudes mais elevadas nesse indicador ocorreram em Dourados e Campo Grande, locais que alcançaram valores de, respectivamente, R\$ 424,6 e 429,5 por habitante. Aparecida de Goiânia, município limítrofe de Goiânia, tem a menor despesa per capita da região: R\$ 156,1. Em contraste, a cidade de Goiânia apresenta um gasto com vencimentos por habitante de R\$ 376, sendo o município que detém a maior folha de pessoal da região, com um dispêndio de R\$ 468 milhões.

Sul

No Sul, os gastos com vencimentos tiveram expansão de 6,1%, em 2007, apresentando-se como a região de menor incremento no país. Apesar de cidades como Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Gravataí-RS terem aumentado o dispêndio em mais de R\$ 10 milhões cada uma, outros municípios, como Londrina-PA, Foz de Iguaçu-PA, Santa Maria-RS e Novo Hamburgo-RS, reduziram-no, influenciando o desempenho regional. Em termos percentuais e dentre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, a maior taxa de crescimento foi de 13,4% em Gravataí, e a menor foi

a queda de 10,2% de Londrina.

A maior folha de pagamentos pertence a Porto Alegre, no valor de R\$ 732,2 milhões, em 2007. A capital gaúcha tem também a maior despesa com pessoal per capita dentre as cidades selecionadas na região, registrando R\$ 515,4, enquanto que a média regional foi de R\$ 380,6. O menor valor per capita pertence a Viamão-RS, com R\$ 211,5, dentre os selecionados.

Sudeste

Os gastos com vencimentos de pessoal das cidades do Sudeste tiveram crescimento de 7,3% sobre o ano anterior, o segundo menor entre as regiões. Observe-se que esse dispêndio nos municípios da região, totalizando R\$ 31,58 bilhões, representou quase a metade, ou seja, 49,2%, do total do país, que chegou a R\$ 64,25 bilhões, em 2007.

As quatro capitais da região somaram um total de despesas com vencimentos de R\$ 8,5 bilhões, em 2007, 27% do total da região. A maior folha de pagamentos, sem dúvidas, é a de São Paulo, de R\$ 4,53 bilhões, seguida pela do Rio de Janeiro, de R\$ 2,69 bilhões. Mas, em termos per capita, a capital do Espírito Santo, Vitória, registrou o valor de R\$ 813,2, que é o mais elevado dentre os 106 municípios selecionados por **Multi Ci-**

dades e o dobro da média da região, de R\$ 405,6, que, por sua vez, é a média regional mais alta. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte ficaram um pouco acima do valor médio, com R\$ 416,4, R\$ 441,6 e R\$ 432,1 per capita, respectivamente. Outros municípios com altos gastos com vencimentos de pessoal per capita são Betim (R\$ 631,7), Campinas (R\$ 589,4), Jundiá (R\$ 535,7) e Santos (R\$ 535,3).

Vitória acusou também a maior taxa de crescimento desse gasto, de 27,6%, entre as quatro capitais. Dentre os municípios selecionados na região, apenas Cariacica-ES expandiu os vencimentos com pessoal mais que Vitória: 30,4%, no mesmo ano de 2007. Mesmo com essa expansão, Cariacica detém um dos mais baixos valores per capita, de R\$ 149,7. Abaixo dessa cifra, no conjunto dos municípios selecionados na região, estão São João do Meriti-RJ, com R\$ 114,6, e Ribeirão das Neves-MG, com R\$ 51,3.

Ocorreram quedas no valor dos vencimentos em Ribeirão das Neves-MG (-14,9%), Ipatinga (-10%), São João do Meriti-RJ (-40,4%), São Bernardo do Campo-SP (-1,8%), São José dos Campos-SP (-2,3%) e Mauá-SP (-8,4%). Convém lembrar que reduções acentuadas podem ter acontecido por alterações contábeis.

Vencimentos de pessoal - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	5.927,5	31,8	437,5	351,3	30,0	370,4	1.412,9	34,5	380,0
De 10 mil até 20 mil hab.	6.839,6	33,2	343,2	473,3	30,8	286,2	2.601,2	35,2	309,4
De 20 mil até 50 mil hab.	9.789,9	33,2	326,2	884,9	31,7	264,3	3.551,9	35,2	287,5
De 50 mil até 100 mil hab.	7.256,2	31,9	332,5	643,9	31,5	300,8	1.767,4	33,7	253,9
De 100 mil até 200 mil hab.	6.733,3	32,1	385,1	424,9	29,0	292,9	873,2	29,9	260,9
De 200 mil até 500 mil hab.	9.103,3	29,9	333,0	517,6	30,3	257,4	891,7	28,0	220,6
Acima de 500 mil hab.	18.597,5	26,2	362,6	925,2	33,5	306,2	3.174,6	26,8	250,5
Total dos municípios	64.247,4	30,0	354,1	4.221,1	31,3	289,6	14.272,9	31,9	277,1

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Gastos per capita

Os gastos com vencimentos e vantagens fixas de pessoal por habitante é um indicador de destaque deste anuário. Ele aponta desde contrastes específicos (como quando é observada uma excepcionalidade ou até mesmo a curiosa inserção de algumas cidades), como também revela indicativos das diversidades administrativa, econômica e regional no quadro geral das municipalidades brasileiras.

Observa-se que a média das despesas com vencimentos per capita, em 2007, foi de R\$ 354,1. De um total de 5.207 municípios com dados, 2.769 apresentaram gastos acima da média, o que significa aproximadamente 53,2%. No entanto, apenas 411 tiveram gastos com vencimentos per capita duas vezes acima daquele valor. E, ainda, apenas 73 cidades superaram o triplo do valor médio per capita. Situações extremas, ultrapassando quatro vezes o gasto médio, ocorreram apenas em 19 municípios, sendo nesse caso facilmente detectável a importante presença de instalações produtivas, que propiciam recursos na forma de repasses estaduais ou federais às municipalidades. É o caso notório de Paulínia-SP, São Francisco do Conde-BA, Quissamã-RJ e Triunfo-RS, to-



Servidores públicos municipais na área da saúde em Olinda - PE

dos contando com a influência das atividades petrolífera ou petroquímica. Mas é o caso também de excepcionalidades como Serra da Saudade-MG, identificado como o segundo município menos populoso do país, mas que também detém o segundo maior FPM per capita.

A disparidade econômica regional também se evidencia pelo maior gasto per capita com pessoal nas regiões Sudeste e Sul (respectivamente de R\$ 405,6 e R\$ 380,6) frente às regiões Norte (R\$ 289,6) e Nordeste (R\$ 277,1), situando-se a região Centro-Oeste numa posição intermediária (R\$ 371,9).

Os municípios de porte maior, acima de 500 mil habitantes, em geral capitais dos estados ou centros eco-

nômicos regionais, têm um gasto com vencimentos de pessoal por habitante acima da média nacional, assim como, em outro extremo, os municípios com até 10 mil habitantes. Esse perfil revela, à parte a manifestação do maior peso e relevância relativa de quadros administrativos em cidades pequenas, o custo salarial unitário mais elevado nas grandes cidades, reflexo talvez de uma mão-de-obra disputada para funções mais qualificadas entre setores público e privado. Deve ser considerado também, nos grandes municípios, a ocorrência de gastos com pessoal refletindo a maior maturidade de sua estrutura administrativa, no que diz respeito à rigidez e à diversidade de cargos e salários que adquire ao longo do tempo.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com vencimentos de pessoal per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	627,6	30,8	478,8	1.901,4	30,7	456,5	1.634,4	31,7	479,8
De 10 mil até 20 mil hab.	611,8	32,4	398,4	1.969,8	31,4	383,6	1.183,5	33,8	370,0
De 20 mil até 50 mil hab.	718,9	33,0	363,5	3.155,4	31,5	383,0	1.478,7	33,7	361,4
De 50 mil até 100 mil hab.	455,8	31,5	335,5	3.125,0	31,1	422,2	1.264,1	32,1	318,8
De 100 mil até 200 mil hab.	379,3	36,4	360,1	3.938,0	32,4	452,9	1.117,9	32,6	380,5
De 200 mil até 500 mil hab.	228,0	30,9	221,1	5.369,0	29,1	374,5	2.097,0	32,6	354,7
Acima de 500 mil hab.	981,8	30,7	393,3	12.119,1	25,7	405,5	1.396,7	23,3	434,0
Total dos municípios	4.003,2	32,0	371,9	31.577,8	28,7	405,6	10.172,4	31,0	380,6

Pessoal total - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. na despesa total	Particip. na receita corrente	Desp. com pessoal total per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %	em reais	
	14.573.815	Norte	3.795.445,1	4.129.191,9	4.758.420,6	5.548.609,9	6.106.839,3	10,1	45,3	47,7	419,0
AC	288.614	Rio Branco	95.844,3	103.411,8	101.956,8	120.839,9	128.035,4	6,0	43,3	46,5	443,6
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	16.253,8	17.720,0	19.949,2	19.373,6	23.414,0	20,9	48,9	53,3	316,0
AM	1.612.475	Manaus	531.938,1	583.565,7	666.438,4	822.782,9	745.574,5	-9,4	47,3	47,7	462,4
AM	102.044	Parintins	18.223,5	21.645,9	25.475,5	30.850,7	33.702,7	9,2	45,7	52,1	330,3
AP	344.194	Macapá	72.764,3	81.037,8	102.921,8	121.730,0	137.850,8	13,2	55,1	54,5	400,5
AP	91.615	Santana	17.145,2	16.890,6	23.856,6	29.027,9	29.440,5	1,4	40,1	43,2	321,4
PA	1.408.847	Belém	366.888,6	393.617,8	407.829,7	503.134,5	570.882,6	13,5	48,2	49,9	405,2
PA	484.278	Ananindeua	42.021,5	44.973,7	62.478,3	69.339,7	86.033,7	24,1	41,3	44,5	177,7
PA	274.285	Santarém	59.821,0	60.920,4	64.816,7	82.609,7	91.368,0	10,6	48,4	53,5	333,1
RO	371.791	Porto Velho	105.952,5	123.320,1	128.731,0	150.988,7	175.871,8	16,5	47,7	52,8	473,0
RO	107.638	Ji-Paraná	31.124,4	34.828,1	34.160,6	37.822,5	41.281,9	9,2	45,7	47,1	383,5
RR	247.762	Boa Vista	108.677,4	102.835,8	109.063,2	139.511,2	171.510,0	22,9	43,3	48,5	692,2
RR	24.511	Rorainópolis	3.229,4	2.772,4	3.309,9	4.334,1	5.332,4	23,0	21,9	18,2	217,6
TO	179.707	Palmas	94.025,1	103.059,7	106.451,7	126.592,6	147.327,7	16,4	45,3	46,6	819,8
TO	117.059	Araguaína	30.665,8	36.913,6	41.497,8	49.959,7	45.708,6	-8,5	47,6	54,3	390,5
	51.504.744	Nordeste	12.724.335,6	13.651.951,0	15.589.426,7	17.767.611,5	20.302.456,5	14,3	45,3	47,1	394,2
AL	874.014	Maceió	231.662,2	250.565,3	268.297,4	290.675,4	340.750,8	17,2	41,8	44,8	389,9
AL	202.147	Arapiraca	49.106,4	46.654,1	54.625,3	59.716,8	81.288,7	36,1	39,2	50,7	402,1
BA	2.892.625	Salvador	531.517,6	531.651,0	540.959,7	638.324,7	699.823,5	9,6	32,4	32,0	241,9
BA	571.997	Feira de Santana	98.422,5	102.152,0	110.344,8	125.405,2	137.719,4	9,8	37,3	38,5	240,8
BA	308.204	Vitória da Conquista	66.721,8	81.365,1	84.477,2	88.402,4	97.046,5	9,8	42,9	45,9	314,9
BA	220.144	Ilhéus	56.165,7	58.958,6	59.961,4	69.991,2	74.522,5	6,5	51,9	54,6	338,5
CE	2.431.415	Fortaleza	651.544,0	707.064,1	833.178,0	968.009,3	1.099.839,6	13,6	47,9	53,8	452,4
CE	316.906	Caucaia	55.256,3	49.440,7	51.793,8	61.943,4	73.171,2	18,1	37,2	36,9	230,9
MA	957.899	São Luís	285.712,7	295.321,1	333.466,4	390.234,3	486.506,2	24,7	47,2	48,8	507,9
MA	229.629	Imperatriz	50.234,3	45.931,2	55.565,9	66.886,0	76.808,7	14,8	42,0	42,7	334,5
PB	674.971	João Pessoa	246.914,9	261.220,3	267.220,1	313.374,6	323.958,0	3,4	47,9	50,4	480,0
PB	371.060	Campina Grande	85.897,3	96.881,6	97.970,3	128.878,0	148.805,0	15,5	49,3	55,8	401,0
PE	1.533.580	Recife	584.635,9	626.640,9	647.081,8	722.405,0	795.008,7	10,1	42,7	45,6	518,4
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	88.062,4	110.240,5	150.464,5	180.015,6	197.542,9	9,7	56,5	56,7	296,9
PE	391.433	Olinda	56.696,5	49.422,1	79.086,2	94.900,0	104.392,2	10,0	49,9	50,5	266,7
PE	307.284	Paulista	64.795,0	64.624,9	67.246,4	74.834,2	78.871,8	5,4	54,1	53,1	256,7
PE	289.086	Caruaru	59.285,8	69.446,9	70.657,3	86.747,0	101.416,6	16,9	48,5	52,6	350,8
PE	268.339	Petrolina	61.105,5	70.978,8	78.259,2	85.395,9	93.421,4	9,4	48,4	54,1	348,2
PI	778.341	Teresina	207.083,9	230.632,8	237.401,9	265.201,6	310.945,2	17,3	39,4	41,4	399,5
PI	140.737	Parnaíba	27.047,7	31.717,8	35.435,9	40.841,8	47.129,1	15,4	43,6	51,1	334,9
RN	774.205	Natal	257.928,5	275.185,1	298.426,7	343.055,6	400.763,1	16,8	45,1	50,7	517,6
RN	234.392	Mossoró	68.038,5	78.052,7	92.805,9	105.136,8	114.693,6	9,1	50,4	48,2	489,3
SE	520.207	Aracaju	203.206,7	229.149,7	240.529,9	261.280,7	302.961,1	16,0	50,0	57,5	582,4
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	19.869,6	22.344,0	29.640,6	27.279,1	44.808,7	64,3	48,6	49,6	302,1
	10.763.937	Centro-Oeste*	3.711.060,5	4.057.562,4	4.371.575,8	4.835.622,2	5.413.899,7	12,0	43,2	44,5	503,0
GO	1.244.645	Goiânia	480.311,1	514.714,2	535.472,3	595.740,4	641.046,0	7,6	42,7	42,9	515,0
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	55.623,6	65.966,8	76.915,8	93.350,3	103.769,2	11,2	39,5	43,9	218,3
GO	325.544	Anápolis	89.180,6	113.097,1	116.493,3	129.872,3	141.568,0	9,0	52,2	49,5	434,9
MS	724.638	Campo Grande	246.920,7	274.975,0	297.074,4	336.803,1	415.431,3	23,4	38,1	41,5	573,3
MS	182.747	Dourados	66.618,2	82.477,2	88.367,0	93.623,7	106.988,6	14,3	44,4	46,1	585,5
MT	527.113	Cuiabá	205.518,3	255.250,7	252.486,4	239.757,2	274.739,4	14,6	45,0	49,3	521,2
MT	230.466	Várzea Grande	70.445,5	75.790,6	83.760,5	93.986,1	95.562,0	1,7	47,0	52,2	414,7
	77.857.758	Sudeste	35.460.881,3	38.088.848,5	39.299.677,7	42.133.064,0	48.064.928,9	14,1	43,6	45,2	617,3
ES	314.042	Vitória	242.635,9	257.429,7	293.899,7	330.369,8	445.679,8	34,9	42,9	50,0	1.419,2
ES	398.068	Vila Velha	80.610,6	92.518,3	109.046,3	122.358,3	137.166,4	12,1	40,5	41,6	344,6
ES	385.370	Serra	114.331,8	118.915,2	147.773,0	149.351,6	173.579,5	16,2	33,3	35,3	450,4
ES	356.536	Cariacica	53.865,4	59.126,7	74.509,7	97.000,1	113.826,8	17,4	46,8	52,3	319,3
MG	2.412.937	Belo Horizonte	1.189.877,9	1.300.060,3	1.376.989,1	1.324.395,0	1.612.931,9	21,8	42,5	48,4	668,5
MG	608.650	Contagem	208.310,6	234.558,0	245.911,2	286.997,9	315.015,9	9,8	46,6	53,2	517,6
MG	608.369	Uberlândia	205.861,2	230.666,0	225.710,4	242.010,4	307.694,2	27,1	48,2	47,7	505,8
MG	513.348	Juiz de Fora	226.995,6	236.276,5	249.245,5	271.603,1	305.912,3	12,6	50,3	54,0	595,9

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. na despesa total	Particip. na receita corrente	Desp. com pessoal total per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %	Em %	em reais
MG	415.098	Betim	244.287,5	268.243,6	281.558,2	337.085,9	361.697,1	7,3	48,5	53,8	871,4
MG	352.384	Montes Claros	72.948,5	85.855,1	88.610,9	103.178,0	124.946,1	21,1	37,0	43,1	354,6
MG	329.112	Ribeirão das Neves	40.436,6	42.342,1	49.752,0	55.353,3	57.712,0	4,3	39,1	49,6	175,4
MG	287.760	Uberaba	113.145,9	122.976,7	101.215,8	124.942,2	137.065,5	9,7	39,2	40,2	476,3
MG	260.396	Governador Valadares	97.041,3	105.389,2	105.426,7	116.076,1	131.905,9	13,6	48,3	46,7	506,6
MG	238.397	Ipatinga	105.967,5	112.790,6	118.970,0	142.823,8	154.232,9	8,0	44,0	45,1	647,0
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	4.375.034,4	4.517.847,1	4.614.800,6	4.793.898,2	4.958.112,5	3,4	51,4	52,8	813,7
RJ	960.631	São Gonçalo	188.143,0	174.413,1	191.764,9	181.719,4	203.449,4	12,0	49,4	56,0	211,8
RJ	842.686	Duque de Caxias	336.844,6	349.384,4	410.315,0	419.200,4	524.471,9	25,1	55,1	61,9	622,4
RJ	830.672	Nova Iguaçu	167.328,1	197.717,1	149.002,3	213.332,4	219.819,5	3,0	36,9	42,8	264,6
RJ	480.555	Belford Roxo	73.459,8	79.364,7	86.469,7	110.006,3	130.992,5	19,1	52,1	52,0	272,6
RJ	474.002	Niterói	287.473,7	302.508,0	304.377,6	344.762,5	397.162,9	15,2	49,3	49,3	837,9
RJ	464.282	São João de Meriti	97.525,2	81.238,2	105.418,6	94.226,3	119.658,3	27,0	52,6	48,6	257,7
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes		396.204,3	346.929,6	500.188,7	379.839,7	-24,1	27,4	30,6	891,3
RJ	306.645	Petrópolis	173.153,2	163.856,5	159.747,0	167.000,5	194.269,8	16,3	48,7	48,6	633,5
RJ	255.653	Volta Redonda	194.912,6	189.849,7	185.809,5	185.502,6	186.734,0	0,7	43,8	47,3	730,4
SP	10.886.518	São Paulo	5.357.634,3	5.678.115,8	5.491.187,6	5.531.655,9	7.506.373,1	35,7	37,1	38,7	689,5
SP	1.236.192	Guarulhos	564.264,4	578.467,8	588.214,2	616.662,4	664.048,1	7,7	42,8	43,4	537,2
SP	1.039.297	Campinas	721.021,1	755.116,7	863.085,5	821.286,8	959.676,1	16,9	49,5	54,0	923,4
SP	781.390	São Bernardo do Campo	469.641,8	566.719,3	546.021,1	530.298,0	618.932,0	16,7	40,6	37,2	792,1
SP	701.012	Osasco	254.978,4	281.920,1	302.976,7	285.223,2	390.425,7	36,9	44,0	50,2	557,0
SP	667.891	Santo André	301.778,3	288.408,3	313.918,6	353.430,6	441.238,5	24,8	38,4	42,9	660,6
SP	594.948	São José dos Campos	369.010,6	378.037,0	442.491,1	406.375,7	391.901,1	-3,6	39,1	37,3	658,7
SP	559.157	Sorocaba	235.781,2	251.400,5	255.124,7	203.199,4	254.402,0	25,2	39,9	39,0	455,0
SP	547.417	Ribeirão Preto	313.005,6	354.531,2	329.254,1	353.411,7	440.734,7	24,7	51,8	53,2	805,1
SP	418.288	Santos	319.537,7	324.954,5	363.973,6	379.060,4	448.168,3	18,2	50,7	51,9	1.071,4
SP	402.770	São José do Rio Preto	150.444,2	164.295,7	156.863,7	165.741,0	194.079,8	17,1	35,4	39,0	481,9
SP	402.643	Mauá	111.619,0	119.816,6	131.382,7	143.372,6	132.545,0	-7,6	37,2	38,4	329,2
SP	386.779	Diadema	154.006,9	175.257,8	185.403,0	194.495,0	191.032,7	-1,8	42,3	45,1	493,9
SP	379.566	Carapicuíba	60.348,5	69.230,7	68.605,8	78.909,7	87.304,1	10,6	47,9	53,7	230,0
SP	362.991	Mogi das Cruzes	131.175,3	141.656,7	151.672,5	150.712,8	160.576,3	6,5	37,5	39,9	442,4
SP	358.108	Piracicaba	159.171,4	177.834,8	169.019,1	179.606,1	188.567,8	5,0	37,7	37,8	526,6
SP	347.601	Bauru	143.481,8	154.508,3	137.525,1	150.709,9	183.175,8	21,5	52,1	50,8	527,0
SP	342.983	Jundiaí	226.559,1	250.556,3	253.568,7	260.428,1	294.919,6	13,2	46,0	42,1	859,9
	26.729.883	Sul	11.092.138,2	11.786.621,4	11.848.083,4	12.935.211,8	14.820.639,1	14,6	45,1	46,2	554,5
PR	1.797.408	Curitiba	676.126,3	677.662,4	726.460,3	843.432,0	1.138.913,1	35,0	33,3	37,0	633,6
PR	497.833	Londrina	222.005,6	221.909,1	188.280,2	227.075,0	231.813,6	2,1	44,1	41,8	465,7
PR	325.968	Maringá	135.574,3	135.414,1	137.107,9	143.266,5	170.144,0	18,8	43,3	45,7	522,0
PR	311.336	Foz de Iguaçu	128.735,9	139.174,1	139.044,3	153.513,3	155.295,0	1,2	49,9	52,3	498,8
PR	306.351	Ponta Grossa	96.883,4	110.392,2	115.822,9	116.638,6	120.807,2	3,6	44,5	45,7	394,3
PR	285.784	Cascavel	69.375,4	72.758,3	79.983,7	101.282,0	111.867,6	10,5	49,6	50,9	391,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	86.611,3	97.446,4	102.957,0	106.578,4	123.809,0	16,2	50,4	44,4	469,7
RS	1.420.667	Porto Alegre	1.204.186,5	1.208.536,4	1.089.118,2	1.125.633,2	1.332.919,4	18,4	51,7	55,8	938,2
RS	399.038	Caxias do Sul	246.418,7	256.322,3	211.446,7	227.300,6	296.701,1	30,5	45,9	47,8	743,5
RS	339.934	Pelotas	120.947,2	126.463,3	121.386,9	125.869,1	148.103,8	17,7	50,2	48,3	435,7
RS	326.458	Canoas	197.477,3	186.936,2	171.995,7	178.955,5	212.441,7	18,7	45,1	51,7	650,8
RS	263.403	Santa Maria	92.271,1	92.167,1	88.308,5	98.542,1	119.073,9	20,8	59,9	64,7	452,1
RS	261.150	Gravataí	67.029,5	77.801,6	88.859,2	105.508,0	128.266,6	21,6	49,8	57,5	491,2
RS	253.264	Viamão	51.457,8	58.689,1	59.797,2	62.190,0	71.060,3	14,3	53,6	50,8	280,6
RS	253.067	Novo Hamburgo	115.357,2	115.020,1	111.576,5	120.909,9	135.098,5	11,7	49,9	47,9	533,8
SC	396.723	Florianópolis	196.964,4	215.527,7	241.987,5	263.304,4	301.661,9	14,6	51,0	54,3	760,4
SC	487.003	Joinville	219.875,1	259.179,6	258.692,9	263.911,7	305.818,4	15,9	46,8	48,8	628,0
SC	292.972	Blumenau	175.444,8	168.112,0	164.478,3	181.303,3	199.892,1	10,3	44,3	45,2	682,3
	73.054.455	Cidades selecionadas	29.952.497,0	32.145.297,6	33.005.248,3	35.344.140,9	40.990.298,4	16,0	43,2	45,5	561,1
	33.479.343	Até 20 mil hab.	11.916.342,6	12.725.159,2	14.086.834,4	15.731.962,9	17.465.009,0	11,0	44,5	45,9	521,7
	41.708.810	Capitais	18.751.506,1	19.798.398,1	20.209.430,7	21.563.130,3	25.465.417,4	18,1	42,4	44,9	610,6
	181.430.137	Brasil*	66.783.860,7	71.714.175,3	75.867.184,3	83.220.119,3	94.708.763,5	13,8	44,3	45,8	522,0

Fonte: elaborado por Aequs Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

Pessoal

Posição	UF	Município	Despesa com pessoal total em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	7.506.373.086,5	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	4.958.112.520,8	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	1.612.931.923,5	2.412.937
4°	RS	Porto Alegre	1.332.919.427,3	1.420.667
5°	PR	Curitiba	1.138.913.098,7	1.797.408
6°	CE	Fortaleza	1.099.839.611,2	2.431.415
7°	SP	Campinas	959.676.083,3	1.039.297
8°	PE	Recife	795.008.665,2	1.533.580
9°	AM	Manaus	745.574.470,1	1.612.475
10°	BA	Salvador	699.823.514,1	2.892.625
11°	SP	Guarulhos	664.048.134,5	1.236.192
12°	GO	Goiânia	641.045.953,7	1.244.645
13°	SP	São Bernardo do Campo	618.931.976,3	781.390
14°	PA	Belém	570.882.627,0	1.408.847
15°	RJ	Duque de Caxias	524.471.905,3	842.686
16°	MA	São Luís	486.506.187,2	957.899
17°	SP	Santos	448.168.315,8	418.288
18°	ES	Vitória	445.679.802,3	314.042
19°	SP	Santo André	441.238.496,3	667.891
20°	SP	Ribeirão Preto	440.734.675,6	547.417
21°	MS	Campo Grande	415.431.343,8	724.638
22°	RN	Natal	400.763.125,4	774.205
23°	RJ	Niterói	397.162.878,7	474.002
24°	SP	São José dos Campos	391.901.086,8	594.948
25°	SP	Osasco	390.425.686,4	701.012
26°	RJ	Macaé	388.462.561,8	169.229
27°	RJ	Campos dos Goytacazes	379.839.685,0	426.154
28°	MG	Betim	361.697.079,8	415.098
29°	AL	Maceió	340.750.786,8	874.014
30°	PB	João Pessoa	323.957.974,1	674.971
31°	MG	Contagem	315.015.932,1	608.650
32°	PI	Teresina	310.945.165,8	778.341
33°	MG	Uberlândia	307.694.179,0	608.369
34°	MG	Juiz de Fora	305.912.288,7	513.348
35°	SC	Joinville	305.818.424,2	487.003
36°	SE	Aracaju	302.961.102,2	520.207
37°	SC	Florianópolis	301.661.871,7	396.723
38°	SP	Paulínia	298.035.982,0	73.118
39°	RS	Caxias do Sul	296.701.095,8	399.038
40°	SP	Jundiaí	294.919.564,3	342.983
41°	SP	Barueri	283.116.384,9	252.748
42°	SP	Cubatão	281.805.495,0	119.794
43°	MT	Cuiabá	274.739.378,3	527.113
44°	SP	Sorocaba	254.401.984,6	559.157
45°	SP	São Caetano do Sul	249.796.128,0	144.857
46°	PR	Londrina	231.813.598,8	497.833
47°	RJ	Nova Iguaçu	219.819.537,5	830.672
48°	RS	Canoas	212.441.740,6	326.458
49°	SP	Guarujá	206.643.468,1	296.150
50°	RJ	São Gonçalo	203.449.381,3	960.631
51°	SC	Blumenau	199.892.064,1	292.972
52°	PE	Jaboatão dos Guararapes	197.542.943,9	665.387

Posição	UF	Município	Despesa com pessoal total em reais	População 2007
53°	RJ	Petrópolis	194.269.806,0	306.645
54°	SP	São José do Rio Preto	194.079.826,7	402.770
55°	SP	Diadema	191.032.672,5	386.779
56°	SP	Piracicaba	188.567.784,7	358.108
57°	SP	Praia Grande	187.258.432,4	233.806
58°	RJ	Volta Redonda	186.734.000,0	255.653
59°	SP	Taubaté	186.402.390,1	265.514
60°	SP	Bauru	183.175.752,0	347.601
61°	RJ	Angra dos Reis	180.852.041,2	149.395
62°	RO	Porto Velho	175.871.809,8	371.791
63°	RJ	Cabo Frio	174.857.912,7	162.191
64°	ES	Serra	173.579.547,8	385.370
65°	BA	Camaçari	171.934.362,5	220.495
66°	RR	Boa Vista	171.510.000,0	247.762
67°	PR	Maringá	170.143.992,5	325.968
68°	SP	Mogi das Cruzes	160.576.318,0	362.991
69°	PR	Foz do Iguaçu	155.294.958,6	311.336
70°	PR	Araucária	155.294.732,5	111.952
71°	SP	Americana	154.811.572,1	199.094
72°	MG	Ipatinga	154.232.905,6	238.397
73°	PB	Campina Grande	148.804.967,6	371.060
74°	RS	Pelotas	148.103.798,3	339.934
75°	SP	Marília	147.571.220,0	218.113
76°	TO	Palmas	147.327.730,3	179.707
77°	SC	Itajaí	146.397.455,9	163.298
78°	SP	Cotia	141.675.030,0	172.823
79°	GO	Anápolis	141.567.995,5	325.544
80°	SP	Sumaré	141.360.714,4	228.696
81°	SP	São Vicente	140.744.418,7	323.599
82°	AP	Macapá	137.850.779,0	344.194
83°	BA	Feira de Santana	137.719.429,7	571.997
84°	ES	Vila Velha	137.166.392,4	398.068
85°	MG	Uberaba	137.065.547,4	287.760
86°	RS	Novo Hamburgo	135.098.510,6	253.067
87°	SP	Rio Claro	134.054.864,0	185.421
88°	SP	Mauá	132.544.974,5	402.643
89°	MG	Governador Valadares	131.905.922,0	260.396
90°	SP	Indaiatuba	131.366.379,7	173.508
91°	SP	Araraquara	131.231.442,6	195.815
92°	RJ	Belford Roxo	130.992.456,6	480.555
93°	SP	Jacarei	129.060.024,8	207.028
94°	RS	Gravataí	128.266.600,0	261.150
95°	AC	Rio Branco	128.035.442,2	288.614
96°	SP	São Carlos	127.179.734,5	212.956
97°	SP	Santana de Parnaíba	126.273.453,0	100.209
98°	MG	Montes Claros	124.946.050,9	352.384
99°	SP	Limeira	124.864.290,9	272.734
100°	SP	Franca	124.098.549,3	319.094

Total dos 100 maiores	43.080.155.386,1	70.103.499
Total dos demais*	51.628.608.153,3	111.326.638
Total Brasil*	94.708.763.539,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

Pessoal per capita - 2007

Posição	UF	Município	Desp. com pess. total per capita	Despesa com pessoal total	População 2007
			Em reais		
1°	SP	Paulínia	4.076	298.035.982,0	73.118
2°	BA	São Francisco do Conde	3.299	98.389.584,0	29.822
3°	RJ	Quissamã	3.213	55.822.003,8	17.376
4°	SP	Nova Castilho	2.534	2.678.797,6	1.057
5°	RS	Triunfo	2.529	60.739.416,0	24.016
6°	MG	Serra da Saudade	2.473	2.154.396,2	871
7°	RJ	Carapebus	2.435	25.996.590,2	10.677
8°	BA	Madre de Deus	2.433	37.538.969,0	15.432
9°	GO	Anhanguera	2.363	2.282.829,0	966
10°	SP	Cubatão	2.352	281.805.495,0	119.794
11°	MG	Cachoeira Dourada	2.350	5.803.780,4	2.470
12°	RJ	Macaé	2.295	388.462.561,8	169.229
13°	RJ	Armação dos Búzios	2.246	55.167.784,8	24.560
14°	SP	Borá	2.120	1.704.208,0	804
15°	MG	Grupiara	2.084	2.942.619,9	1.412
16°	MG	Água Comprida	2.013	4.212.756,4	2.093
17°	MG	Tapira	1.928	6.891.644,7	3.575
18°	SP	Águas de São Pedro	1.925	4.674.755,2	2.428
19°	SP	Ilha Comprida	1.905	17.013.459,1	8.931
20°	RJ	Porto Real	1.879	27.266.351,2	14.512
21°	RJ	Mangaratiba	1.872	54.754.161,9	29.255
22°	MG	Araporã	1.849	11.296.752,0	6.110
23°	RJ	Pirai	1.801	43.620.719,0	24.217
24°	ES	Anchieta	1.781	34.638.706,2	19.450
25°	SP	Sandovalina	1.781	5.732.777,5	3.219
26°	SP	Mesópolis	1.764	3.118.113,7	1.768
27°	SP	Rubinéia	1.754	4.465.047,7	2.546
28°	SP	São Caetano do Sul	1.724	249.796.128,0	144.857
29°	RJ	Casimiro de Abreu	1.711	46.340.319,1	27.086
30°	SP	Uru	1.710	2.329.465,6	1.362
31°	SP	Zacarias	1.631	3.634.386,2	2.229
32°	MG	Cedro do Abaeté	1.630	1.953.193,3	1.198
33°	PB	Parari	1.626	2.024.190,9	1.245
34°	PB	Quixabá	1.626	2.330.029,1	1.433
35°	SP	Bento de Abreu	1.618	4.433.517,7	2.740
36°	MG	Doresópolis	1.608	2.401.606,8	1.494
37°	MS	Jateí	1.599	6.088.203,4	3.808
38°	GO	Chapadão do Céu	1.596	8.440.330,0	5.289
39°	SP	São Sebastião	1.566	105.090.118,9	67.099
40°	MG	Fortaleza de Minas	1.563	5.992.404,4	3.834
41°	SP	Luis Antônio	1.532	15.741.547,0	10.272
42°	SP	Alumínio	1.511	23.687.063,1	15.678
43°	RS	André da Rocha	1.511	1.821.935,3	1.206
44°	MS	Taquarussu	1.508	4.693.843,8	3.112
45°	MG	Carvalhópolis	1.505	4.862.325,8	3.230
46°	SP	Monções	1.497	3.074.056,0	2.054
47°	SP	Trabiju	1.496	2.155.928,2	1.441
48°	PR	São Manoel do Paraná	1.488	3.115.043,7	2.093
49°	GO	Rio Quente	1.467	4.361.711,9	2.974
50°	GO	Lagoa Santa	1.465	1.794.979,9	1.225
51°	SP	Turmalina	1.461	2.957.913,9	2.024
52°	SP	Santo Antônio do Aracanguá	1.457	10.252.552,9	7.036

Posição	UF	Município	Desp. com pess. total per capita	Despesa com pessoal total	População 2007
			Em reais		
53°	SE	Canindé de São Francisco	1.452	31.661.800,7	21.813
54°	RS	Santo Antônio do Planalto	1.444	2.929.968,2	2.029
55°	MG	Douradoquara	1.436	2.579.503,4	1.796
56°	SP	Dirce Reis	1.433	2.267.410,9	1.582
57°	SC	Macieira	1.428	2.481.927,8	1.738
58°	SC	Lajeado Grande	1.426	2.083.993,7	1.461
59°	ES	Vitória	1.419	445.679.802,3	314.042
60°	SP	Nova Independência	1.407	3.489.688,9	2.480
61°	RS	São Vendelino	1.407	2.524.046,0	1.794
62°	SP	Itapura	1.406	5.367.380,0	3.817
63°	SP	Turiúba	1.405	2.736.428,0	1.947
64°	SP	Orindiúva	1.400	6.883.007,6	4.916
65°	MG	Carneirinho	1.397	12.373.349,6	8.859
66°	PB	Riacho de Santo Antônio	1.397	2.128.877,4	1.524
67°	SP	Santana da Ponte Pensa	1.395	2.307.888,5	1.654
68°	ES	Apiacá	1.394	10.623.771,3	7.622
69°	SE	Rosário do Catete	1.388	11.819.030,0	8.518
70°	PR	Araucária	1.387	155.294.732,5	111.952
71°	MT	Alto Taquari	1.384	8.464.724,3	6.118
72°	SP	Parisi	1.373	2.791.951,7	2.034
73°	SP	Ouroeste	1.372	9.654.664,7	7.035
74°	SE	Amparo de São Francisco	1.372	3.014.543,0	2.197
75°	MG	Paiva	1.370	2.232.872,2	1.630
76°	SP	Santa Rita d'Oeste	1.367	3.406.495,3	2.492
77°	SP	União Paulista	1.363	1.962.041,3	1.440
78°	SP	Borebi	1.362	2.967.326,0	2.178
79°	SP	Quadra	1.354	3.638.240,1	2.688
80°	RS	Xangri-lá	1.353	14.343.503,7	10.602
81°	SP	Icém	1.352	8.722.190,7	6.451
82°	RJ	Macuco	1.349	7.075.213,0	5.246
83°	RS	Vista Alegre do Prata	1.344	2.004.871,3	1.492
84°	SP	Analândia	1.341	5.588.409,0	4.166
85°	MG	Oliveira Fortes	1.340	2.591.707,7	1.934
86°	SP	Vitória Brasil	1.334	2.165.891,1	1.624
87°	MG	Pedrinópolis	1.333	4.597.119,8	3.448
88°	SP	Estrela do Norte	1.333	3.260.066,9	2.445
89°	PE	Ipojuca	1.332	92.943.075,0	69.781
90°	PR	Jardim Olinda	1.330	1.943.496,9	1.461
91°	SP	São João de Itacema	1.325	2.294.938,9	1.732
92°	RJ	Santa Maria Madalena	1.323	13.798.533,2	10.428
93°	GO	Perolândia	1.321	3.629.906,3	2.748
94°	MG	Aracitaba	1.318	2.450.461,5	1.859
95°	SP	Florínia	1.315	3.760.260,7	2.860
96°	SP	Pontes Gestal	1.313	3.265.190,6	2.487
97°	SP	Pedranópolis	1.312	3.587.713,4	2.734
98°	SP	Araçariçuama	1.311	16.114.917,3	12.291
99°	AM	Presidente Figueiredo	1.303	31.737.015,6	24.360
100°	MS	Alcinópolis	1.303	5.599.602,9	4.299

Total dos 100 maiores	1.863	3.031.422.607,5	1.627.531
Total dos demais	510	91.677.340.931,9	179.802.606
Total Brasil*	522	94.708.763.539,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

Vencimentos de pessoal - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/ 2006	Particip. na despesa total	Particip. na receita corrente	Desp. com venc. de pess. per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
	14.573.815	Norte	2.782.018,0	2.912.434,2	2.924.068,6	3.704.104,4	4.221.128,9	14,0	31,3	33,0	289,6
AC	288.614	Rio Branco	57.738,0	61.041,4	69.842,0	84.141,2	89.947,4	6,9	30,4	32,7	311,7
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	11.379,6	11.855,6	13.699,0	13.716,8	16.483,7	20,2	34,4	37,5	222,5
AM	1.612.475	Manaus	473.984,2	384.276,9	414.555,6	548.479,6	565.236,5	3,1	35,8	36,1	350,5
AM	102.044	Parintins	15.833,7	16.886,8	19.562,4	23.165,0	24.792,0	7,0	33,6	38,3	243,0
AP	344.194	Macapá	49.985,5	56.554,9	68.570,6	83.107,7	92.901,0	11,8	37,1	36,7	269,9
AP	91.615	Santana	10.547,4	12.795,6	17.758,5	24.448,1	24.453,1	0,0	33,3	35,9	266,9
PA	1.408.847	Belém	271.157,3	289.567,5	291.930,9	332.033,7	359.985,2	8,4	30,4	31,5	255,5
PA	484.278	Ananindeua	25.251,7	29.698,7	34.191,1	40.324,7	52.400,6	30,0	25,2	27,1	108,2
PA	274.285	Santarém	28.082,1	27.915,8	28.250,9	30.302,9	32.427,3	7,0	17,2	19,0	118,2
RO	371.791	Porto Velho	82.935,4	96.307,8	107.274,6	120.731,8	136.055,3	12,7	36,9	40,8	366,0
RO	107.638	Ji-Paraná	22.847,8	25.228,1	29.526,4	34.035,3	37.525,3	10,3	41,5	42,8	348,6
RR	247.762	Boa Vista	85.188,7	81.852,2	80.451,6	103.349,8	113.845,0	10,2	28,7	32,2	459,5
RR	24.511	Rorainópolis	2.632,0	2.447,0	3.005,6	3.756,0	4.510,0	20,1	18,5	15,4	184,0
TO	179.707	Palmas	53.649,7	65.490,9	73.863,4	97.650,2	105.532,6	8,1	32,4	33,4	587,3
TO	117.059	Araguaína	25.126,6	30.179,3	34.005,8	42.061,5	37.136,8	-11,7	38,7	44,2	317,3
	51.504.744	Nordeste	9.395.612,0	10.014.451,9	10.571.159,0	12.631.054,5	14.272.936,7	13,0	31,9	33,1	277,1
AL	874.014	Maceió	167.668,8	195.360,2	207.983,5	225.380,3	251.797,2	11,7	30,9	33,1	288,1
AL	202.147	Arapiraca	34.396,8	37.590,6	40.880,0	45.533,5	52.776,3	15,9	25,4	32,9	261,1
BA	2.892.625	Salvador	279.130,3	276.926,1	305.747,9	357.081,0	408.914,4	14,5	18,9	18,7	141,4
BA	571.997	Feira de Santana	65.519,5	65.861,2	66.820,6	69.596,0	76.894,4	10,5	20,8	21,5	134,4
BA	308.204	Vitória da Conquista	40.292,2	40.448,8	45.798,7	48.223,0	49.715,3	3,1	22,0	23,5	161,3
BA	220.144	Ilhéus	36.284,6	37.217,7	40.239,5	47.639,6	62.573,5	31,4	43,6	45,9	284,2
CE	2.431.415	Fortaleza	401.609,4	440.134,2	527.702,3	617.391,1	706.990,2	14,5	30,8	34,6	290,8
CE	316.906	Caucaia	41.808,7	42.555,8	44.104,7	51.968,5	51.794,5	-0,3	26,4	26,1	163,4
MA	957.899	São Luís	176.050,2	177.555,1	184.347,4	205.263,2	252.672,2	23,1	24,5	25,4	263,8
MA	229.629	Imperatriz	44.827,9	42.540,9	46.630,2	49.875,7	62.238,8	24,8	34,0	34,6	271,0
PB	674.971	João Pessoa	184.547,6	181.896,9	178.117,4	190.398,3	190.319,8	0,0	28,2	29,6	282,0
PB	371.060	Campina Grande	66.772,7	72.736,3	66.376,6	73.779,7	78.485,6	6,4	26,0	29,4	211,5
PE	1.533.580	Recife	342.434,9	364.970,8	377.519,9	411.878,4	453.857,8	10,2	24,4	26,0	296,0
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	77.675,4	88.822,9	111.411,6	127.734,0	134.664,6	5,4	38,5	38,6	202,4
PE	391.433	Olinda	44.683,0	39.135,0	48.981,4	53.048,0	59.185,0	11,6	28,3	28,6	151,2
PE	307.284	Paulista	31.908,9	33.017,3	29.672,0	34.344,5	40.301,5	17,3	27,7	27,1	131,2
PE	289.086	Caruaru	44.472,0	50.085,3	57.459,2	65.299,5	74.243,9	13,7	35,5	38,5	256,8
PE	268.339	Petrolina	50.978,8	54.072,6	50.618,3	54.412,1	65.287,8	20,0	33,8	37,8	243,3
PI	778.341	Teresina	168.879,7	188.160,1	193.458,2	214.584,6	241.070,8	12,3	30,6	32,1	309,7
PI	140.737	Parnaíba	19.735,0	22.421,8	29.559,2	32.729,0	34.547,8	5,6	32,0	37,5	245,5
RN	774.205	Natal	175.811,6	187.274,9	206.866,5	235.980,1	258.191,8	9,4	29,1	32,7	333,5
RN	234.392	Mossoró	43.387,6	49.004,0	54.810,2	62.393,2	72.402,2	16,0	31,8	30,4	308,9
SE	520.207	Aracaju	138.390,9	139.354,4	155.523,0	190.932,9	199.270,4	4,4	32,9	37,8	383,1
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	12.983,4	14.740,9	17.565,2	18.568,4	37.071,5	99,7	40,2	41,0	249,9
	10.763.937	Centro-Oeste*	2.800.943,9	3.112.036,2	3.314.528,0	3.697.740,5	4.003.175,3	8,3	32,0	32,9	371,9
GO	1.244.645	Goiânia	353.122,9	382.642,5	429.670,0	460.299,3	468.021,5	1,7	31,2	31,3	376,0
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	43.567,6	51.466,8	56.530,9	68.140,0	74.170,3	8,9	28,2	31,4	156,1
GO	325.544	Anápolis	64.094,4	79.683,6	81.549,5	90.819,5	92.428,4	1,8	34,1	32,4	283,9
MS	724.638	Campo Grande	189.723,7	209.998,2	237.377,5	268.403,8	311.255,4	16,0	28,5	31,1	429,5
MS	182.747	Dourados	48.680,2	60.694,2	63.995,3	66.340,8	77.591,9	17,0	32,2	33,4	424,6
MT	527.113	Cuiabá	177.976,2	213.872,2	198.012,5	195.381,3	202.494,8	3,6	33,1	36,4	384,2
MT	230.466	Várzea Grande	50.862,0	56.182,2	59.454,6	62.867,3	61.374,4	-2,4	30,2	33,5	266,3
	77.857.758	Sudeste	24.078.715,3	25.852.334,0	26.825.109,3	29.435.358,0	31.577.756,6	7,3	28,7	29,7	405,6
ES	314.042	Vitória	148.590,3	158.876,0	169.456,8	200.227,8	255.382,6	27,6	24,6	28,7	813,2
ES	398.068	Vila Velha	40.045,6	52.692,3	52.302,8	64.021,1	75.366,9	17,7	22,3	22,8	189,3
ES	385.370	Serra	86.810,8	97.089,2	118.477,7	127.650,3	150.799,3	18,1	28,9	30,6	391,3
ES	356.536	Cariacica	28.263,5	26.132,9	29.226,1	40.920,9	53.364,3	30,4	22,0	24,5	149,7
MG	2.412.937	Belo Horizonte	762.607,5	828.708,8	893.606,9	962.873,1	1.042.600,1	8,3	27,5	31,3	432,1
MG	608.650	Contagem	103.783,9	106.841,9	140.369,3	180.112,0	207.343,0	15,1	30,7	35,0	340,7
MG	608.369	Uberlândia	122.777,7	128.627,1	124.201,2	146.530,8	161.982,9	10,6	25,4	25,1	266,3
MG	513.348	Juiz de Fora	151.403,3	153.648,4	166.448,8	180.278,7	191.509,0	6,2	31,5	33,8	373,1

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/ 2006	Particip. na despesa total	Particip. na receita corrente	Desp. com venc. de pess. per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
MG	415.098	Betim	167.497,5	182.751,7	195.537,4	226.226,3	262.228,8	15,9	35,1	39,0	631,7
MG	352.384	Montes Claros	43.130,9	44.623,8	44.787,7	49.949,5	60.977,9	22,1	18,1	21,0	173,0
MG	329.112	Ribeirão das Neves	26.787,5	24.489,0	25.959,7	19.816,4	16.868,9	-14,9	11,4	14,5	51,3
MG	287.760	Uberaba	80.539,3	81.969,3	69.267,0	76.712,6	79.616,0	3,8	22,8	23,4	276,7
MG	260.396	Governador Valadares	61.441,0	66.362,9	68.412,1	73.424,1	73.622,8	0,3	26,9	26,1	282,7
MG	238.397	Ipatinga	78.836,5	84.201,2	88.479,1	88.300,0	79.452,0	-10,0	22,7	23,2	333,3
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	2.259.617,3	2.421.152,9	2.422.945,6	2.615.060,5	2.690.652,4	2,9	27,9	28,7	441,6
RJ	960.631	São Gonçalo	149.698,0	145.595,9	161.522,7	145.692,8	146.678,3	0,7	35,6	40,4	152,7
RJ	842.686	Duque de Caxias	235.182,2	248.373,9	402.756,6	307.246,5	366.799,5	19,4	38,5	43,3	435,3
RJ	830.672	Nova Iguaçu	87.553,8	103.401,4	96.618,9	125.199,4	140.295,8	12,1	23,6	27,3	168,9
RJ	480.555	Belford Roxo	73.459,8	73.343,7	76.826,4	81.984,5	88.719,1	8,2	35,3	35,2	184,6
RJ	474.002	Niterói	179.222,6	194.809,8	203.015,8	227.586,3	244.691,6	7,5	30,4	30,4	516,2
RJ	464.282	São João de Meriti	74.105,5	75.311,8	83.395,0	89.298,5	53.220,1	-40,4	23,4	21,6	114,6
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes		223.297,6	214.143,3	266.206,8					
RJ	306.645	Petrópolis	107.243,5	110.666,7	116.308,3	121.286,0	124.482,0	2,6	31,2	31,1	406,0
RJ	255.653	Volta Redonda	139.911,2	134.059,8	131.661,0	131.039,9	132.041,5	0,8	31,0	33,5	516,5
SP	10.886.518	São Paulo	3.508.575,3	3.726.501,4	3.748.749,5	3.981.321,8	4.532.711,4	13,9	22,4	23,4	416,4
SP	1.236.192	Guarulhos	380.120,4	360.757,6	369.601,1	384.861,2	412.086,3	7,1	26,5	26,9	333,4
SP	1.039.297	Campinas	534.932,5	565.061,0	657.181,7	606.425,4	612.576,9	1,0	31,6	34,5	589,4
SP	781.390	São Bernardo do Campo	354.960,5	371.058,2	367.749,4	360.331,9	353.963,3	-1,8	23,2	21,3	453,0
SP	701.012	Osasco	198.613,4	224.030,6	239.864,6	258.154,9	288.058,8	11,6	32,5	37,0	410,9
SP	667.891	Santo André	194.216,1	195.717,0	200.833,3	235.595,7	246.139,5	4,5	21,4	24,0	368,5
SP	594.948	São José dos Campos	269.506,9	279.110,0	280.857,9	279.534,4	273.078,1	-2,3	27,2	26,0	459,0
SP	559.157	Sorocaba	175.640,5	191.287,0	203.972,6	175.972,9	191.888,6	9,0	30,1	29,4	343,2
SP	547.417	Ribeirão Preto	202.496,4	223.597,8	228.762,6	244.816,6	260.758,7	6,5	30,7	31,5	476,3
SP	418.288	Santos	178.122,6	177.800,9	194.771,2	203.944,4	223.921,1	9,8	25,4	25,9	535,3
SP	402.770	São José do Rio Preto	107.241,3	120.172,6	125.345,4	132.251,7	139.103,6	5,2	25,4	28,0	345,4
SP	402.643	Mauá	89.127,8	98.013,8	111.566,9	111.404,1	102.060,7	-8,4	28,6	29,6	253,5
SP	386.779	Diadema	133.703,8	129.062,7	134.964,6	139.791,2	147.036,4	5,2	32,6	34,7	380,2
SP	379.566	Carapicuíba	47.530,2	54.204,9	53.915,9	62.484,7	69.314,5	10,9	38,0	42,7	182,6
SP	362.991	Mogi das Cruzes	99.115,9	107.126,4	110.380,6	108.581,2	121.281,2	11,7	28,3	30,1	334,1
SP	358.108	Piracicaba	117.464,2	131.949,6	125.448,5	131.991,3	137.836,9	4,4	27,5	27,6	384,9
SP	347.601	Bauru	104.674,8	106.085,5	110.840,2	120.291,5	125.080,5	4,0	35,5	34,7	359,8
SP	342.983	Jundiaí	137.363,8	148.030,6	145.195,8	157.396,9	183.725,2	16,7	28,6	26,2	535,7
	26.729.883	Sul	7.781.461,2	8.392.631,0	8.739.725,7	9.583.685,4	10.172.381,8	6,1	31,0	31,7	380,6
PR	1.797.408	Curitiba	434.967,4	468.617,9	505.432,1	620.383,2	664.502,5	7,1	19,5	21,6	369,7
PR	497.833	Londrina	131.614,2	155.382,4	147.349,3	155.637,1	139.811,2	-10,2	26,6	25,2	280,8
PR	325.968	Maringá	135.574,3	99.795,9	100.240,3	108.951,7	118.259,8	8,5	30,1	31,8	362,8
PR	311.336	Foz de Iguaçu	114.307,0	126.172,0	121.782,4	130.458,7	129.138,8	-1,0	41,5	43,5	414,8
PR	306.351	Ponta Grossa	17.125,3	70.315,3	78.924,5	81.942,7	84.235,9	2,8	31,0	31,9	275,0
PR	285.784	Cascavel	57.202,1	63.284,6	67.657,9	79.114,9	80.741,5	2,1	35,8	36,7	282,5
PR	263.622	São José dos Pinhais	70.246,1	82.865,2	83.833,5	94.529,0	97.914,3	3,6	39,8	35,1	371,4
RS	1.420.667	Porto Alegre	725.378,1	700.143,0	682.021,9	705.018,0	732.216,3	3,9	28,4	30,7	515,4
RS	399.038	Caxias do Sul	136.958,2	144.565,7	146.221,3	157.986,2	168.002,2	6,3	26,0	27,1	421,0
RS	339.934	Pelotas	81.793,7	82.478,1	79.379,1	89.524,4	94.303,4	5,3	32,0	30,8	277,4
RS	326.458	Canoas	112.865,8	123.455,1	129.394,7	136.901,1	141.198,1	3,1	30,0	34,4	432,5
RS	263.403	Santa Maria	58.346,0	63.227,9	64.427,7	73.875,9	70.374,4	-4,7	35,4	38,2	267,2
RS	261.150	Gravataí	52.181,8	61.556,2	73.879,8	85.893,4	97.360,1	13,4	37,8	43,7	372,8
RS	253.264	Viamão	36.992,1	43.329,0	48.229,6	51.460,4	53.552,6	4,1	40,4	38,3	211,5
RS	253.067	Novo Hamburgo	80.050,4	88.168,9	92.694,9	99.726,4	97.749,7	-2,0	36,1	34,7	386,3
SC	396.723	Florianópolis	133.679,8	140.595,2	159.754,4	183.585,4	195.261,2	6,4	33,0	35,1	492,2
SC	487.003	Joinville	165.743,7	190.604,9	210.372,7	221.521,2	230.046,2	3,9	35,2	36,7	472,4
SC	292.972	Blumenau	106.831,3	106.383,5	103.369,9	111.993,2	114.310,1	2,1	25,4	25,8	390,2
	73.054.455	Cidades selecionadas	19.528.388,8	20.876.058,0	21.901.966,5	23.708.890,8	25.324.130,3	6,8	26,7	28,1	346,7
	33.479.343	Até 20 mil hab.	8.978.981,5	9.595.329,0	9.951.795,5	11.692.065,9	12.767.159,0	9,2	32,5	33,5	381,3
	41.708.810	Capitais	11.803.400,4	12.437.832,3	12.890.782,0	14.210.938,2	15.521.685,7	9,2	25,9	27,4	372,1
	181.430.137	Brasil*	46.838.750,3	50.283.887,4	52.374.590,6	59.051.942,8	64.247.379,3	8,8	30,0	31,1	354,1

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

Vencimentos de pessoal

Posição	UF	Município	Despesa com vencimentos de pessoal em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	4.532.711.361,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	2.690.652.369,0	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	1.042.600.140,0	2.412.937
4°	RS	Porto Alegre	732.216.309,7	1.420.667
5°	CE	Fortaleza	706.990.203,6	2.431.415
6°	PR	Curitiba	664.502.548,7	1.797.408
7°	SP	Campinas	612.576.909,9	1.039.297
8°	AM	Manaus	565.236.515,8	1.612.475
9°	GO	Goiânia	468.021.493,6	1.244.645
10°	PE	Recife	453.857.788,0	1.533.580
11°	SP	Guarulhos	412.086.261,9	1.236.192
12°	BA	Salvador	408.914.380,9	2.892.625
13°	RJ	Duque de Caxias	366.799.515,6	842.686
14°	PA	Belém	359.985.162,0	1.408.847
15°	SP	São Bernardo do Campo	353.963.262,9	781.390
16°	RJ	Macaé	344.298.427,4	169.229
17°	MS	Campo Grande	311.255.357,7	724.638
18°	SP	Osasco	288.058.800,7	701.012
19°	SP	São José dos Campos	273.078.086,0	594.948
20°	MG	Betim	262.228.756,1	415.098
21°	SP	Ribeirão Preto	260.758.704,5	547.417
22°	RN	Natal	258.191.813,5	774.205
23°	ES	Vitória	255.382.561,6	314.042
24°	MA	São Luís	252.672.224,5	957.899
25°	AL	Maceió	251.797.234,5	874.014
26°	SP	Santo André	246.139.509,4	667.891
27°	RJ	Niterói	244.691.554,0	474.002
28°	PI	Teresina	241.070.817,9	778.341
29°	SP	Paulínia	234.424.496,0	73.118
30°	SC	Joinville	230.046.151,2	487.003
31°	SP	Barueri	224.195.232,8	252.748
32°	SP	Santos	223.921.095,0	418.288
33°	MG	Contagem	207.342.963,7	608.650
34°	MT	Cuiabá	202.494.788,7	527.113
35°	SE	Aracaju	199.270.420,4	520.207
36°	SC	Florianópolis	195.261.159,2	396.723
37°	SP	Sorocaba	191.888.557,1	559.157
38°	MG	Juiz de Fora	191.509.012,9	513.348
39°	SP	Cubatão	190.532.945,0	119.794
40°	PB	João Pessoa	190.319.768,4	674.971
41°	SP	Jundiaí	183.725.153,6	342.983
42°	RS	Caxias do Sul	168.002.214,8	399.038
43°	SP	São Caetano do Sul	165.304.457,3	144.857
44°	MG	Uberlândia	161.982.912,0	608.369
45°	SP	Praia Grande	153.001.917,4	233.806
46°	SP	Guarujá	152.861.028,0	296.150
47°	ES	Serra	150.799.301,3	385.370
48°	SP	Diadema	147.036.432,3	386.779
49°	RJ	São Gonçalo	146.678.331,0	960.631
50°	RS	Canoas	141.198.121,0	326.458
51°	RJ	Nova Iguaçu	140.295.846,0	830.672
52°	PR	Londrina	139.811.150,8	497.833

Posição	UF	Município	Despesa com vencimentos de pessoal em reais	População 2007
53°	SP	São José do Rio Preto	139.103.626,0	402.770
54°	SP	Piracicaba	137.836.935,5	358.108
55°	RO	Porto Velho	136.055.344,9	371.791
56°	PE	Jaboatão dos Guararapes	134.664.563,7	665.387
57°	SP	Rio Claro	134.054.864,0	185.421
58°	RJ	Volta Redonda	132.041.500,0	255.653
59°	PR	Foz do Iguaçu	129.138.826,8	311.336
60°	RJ	Angra dos Reis	127.039.309,0	149.395
61°	SP	Bauru	125.080.490,8	347.601
62°	PR	Araucária	124.745.118,0	111.952
63°	RJ	Petrópolis	124.482.046,5	306.645
64°	SP	Mogi das Cruzes	121.281.246,0	362.991
65°	PR	Maringá	118.259.795,2	325.968
66°	SP	Marília	117.392.989,0	218.113
67°	SP	Taubaté	116.962.637,3	265.514
68°	SC	Blumenau	114.310.147,4	292.972
69°	RR	Boa Vista	113.845.000,0	247.762
70°	SP	Americana	113.689.953,6	199.094
71°	SP	São Vicente	111.964.210,5	323.599
72°	SP	Santana de Parnaíba	106.897.618,7	100.209
73°	TO	Palmas	105.532.552,6	179.707
74°	SP	Mauá	102.060.693,3	402.643
75°	SP	Jacareí	100.222.296,7	207.028
76°	SP	Sumaré	98.300.941,4	228.696
77°	PR	São José dos Pinhais	97.914.317,5	263.622
78°	RS	Novo Hamburgo	97.749.653,4	253.067
79°	SP	Limeira	97.638.981,6	272.734
80°	RS	Gravataí	97.360.085,9	261.150
81°	SP	São Carlos	95.825.301,5	212.956
82°	RJ	Cabo Frio	95.379.015,5	162.191
83°	SC	Itajaí	94.647.083,4	163.298
84°	RS	Pelotas	94.303.411,6	339.934
85°	SP	Taboão da Serra	93.971.073,0	219.200
86°	AP	Macapá	92.900.956,2	344.194
87°	RS	São Leopoldo	92.832.404,4	207.721
88°	SP	Indaiatuba	92.604.569,4	173.508
89°	GO	Anápolis	92.428.377,1	325.544
90°	MG	Poços de Caldas	90.341.441,1	144.420
91°	SP	Hortolândia	90.109.198,0	190.781
92°	AC	Rio Branco	89.947.420,9	288.614
93°	BA	São Francisco do Conde	89.587.577,2	29.822
94°	BA	Camaçari	88.848.147,4	220.495
95°	RJ	Belford Roxo	88.719.115,9	480.555
96°	SP	São Sebastião	87.987.985,1	67.099
97°	GO	Rio Verde	86.855.293,0	149.113
98°	SP	Suzano	85.147.160,9	268.777
99°	SP	Franca	84.295.732,1	319.094
100°	PR	Ponta Grossa	84.235.918,3	306.351

Total dos 100 maiores	27.279.234.453,8	68.675.551
Total dos demais*	36.968.144.826,3	112.754.586
Total Brasil*	64.247.379.280,1	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Vencimentos de pessoal per capita - 2007

Posição	UF	Município	Desp. com venc. de pessoal	Despesa com vencimentos de pessoal	População 2007
			Em reais		
1°	SP	Paulínia	3.206	234.424.496,0	73.118
2°	BA	São Francisco do Conde	3.004	89.587.577,2	29.822
3°	RJ	Quissamã	2.261	39.289.531,9	17.376
4°	SP	Nova Castilho	2.177	2.300.661,3	1.057
5°	MG	Serra da Saudade	2.149	1.872.196,3	871
6°	RJ	Macaé	2.035	344.298.427,4	169.229
7°	MG	Cachoeira Dourada	1.977	4.882.186,9	2.470
8°	RJ	Carapebus	1.878	20.046.470,6	10.677
9°	RS	Triunfo	1.822	43.758.691,0	24.016
10°	GO	Anhanguera	1.794	1.733.037,0	966
11°	SP	Borá	1.634	1.314.057,0	804
12°	SP	Cubatão	1.591	190.532.945,0	119.794
13°	RJ	Mangaratiba	1.585	46.373.164,2	29.255
14°	SP	Águas de São Pedro	1.537	3.730.868,0	2.428
15°	RJ	Armação dos Búzios	1.534	37.667.919,1	24.560
16°	SP	Rubinéia	1.517	3.862.018,7	2.546
17°	MG	Água Comprida	1.484	3.105.856,5	2.093
18°	MG	Fortaleza de Minas	1.481	5.677.342,2	3.834
19°	SP	Ilha Comprida	1.480	13.221.221,8	8.931
20°	MG	Doresópolis	1.413	2.110.751,2	1.494
21°	SP	Mesópolis	1.394	2.463.953,1	1.768
22°	SP	Sandovalina	1.349	4.343.933,7	3.219
23°	PB	Parari	1.343	1.672.040,6	1.245
24°	GO	Chapadão do Céu	1.334	7.057.329,0	5.289
25°	SP	Araçariçuama	1.311	16.114.917,3	12.291
26°	SP	São Sebastião	1.311	87.987.985,1	67.099
27°	SP	Zacarias	1.303	2.904.382,5	2.229
28°	RJ	Pirai	1.293	31.313.182,7	24.217
29°	GO	Lagoa Santa	1.290	1.579.652,7	1.225
30°	MS	Taquarussu	1.280	3.983.138,6	3.112
31°	MG	Grupiara	1.267	1.788.652,1	1.412
32°	GO	Rio Quente	1.255	3.731.866,6	2.974
33°	SP	Uru	1.254	1.707.831,6	1.362
34°	PB	Quixabá	1.249	1.790.190,5	1.433
35°	MG	Cedro do Abaeté	1.243	1.489.529,9	1.198
36°	BA	Madre de Deus	1.238	19.104.077,0	15.432
37°	MG	Tapira	1.228	4.389.926,5	3.575
38°	SP	Bento de Abreu	1.228	3.365.095,3	2.740
39°	PR	São Manoel do Paraná	1.218	2.550.288,5	2.093
40°	SP	Santo Antônio do Aracanguá	1.214	8.543.026,8	7.036
41°	SC	Macieira	1.212	2.107.267,1	1.738
42°	MS	Jateí	1.208	4.599.247,2	3.808
43°	SP	Fernão	1.186	1.728.703,7	1.457
44°	SP	Turmalina	1.184	2.397.312,2	2.024
45°	SP	Parisi	1.176	2.392.460,6	2.034
46°	SP	Trabiju	1.165	1.679.124,1	1.441
47°	SP	Alumínio	1.165	18.269.981,6	15.678
48°	SP	Dirce Reis	1.161	1.836.203,3	1.582
49°	SP	Ouroeste	1.155	8.128.652,5	7.035
50°	RJ	Porto Real	1.150	16.684.183,3	14.512
51°	RS	André da Rocha	1.149	1.385.426,4	1.206
52°	SP	São Caetano do Sul	1.141	165.304.457,3	144.857
53°	SP	São João de Iracema	1.140	1.973.818,2	1.732
54°	SP	Santana da Ponte Pensa	1.140	1.885.126,0	1.654
55°	SP	Monções	1.140	2.342.009,7	2.054
56°	SP	Santa Rita d'Oeste	1.139	2.838.883,9	2.492
57°	SE	Rosário do Catete	1.129	9.615.541,0	8.518
58°	RJ	Casimiro de Abreu	1.127	30.529.710,1	27.086
59°	PR	Araucária	1.114	124.745.118,0	111.952
60°	PR	Jardim Olinda	1.108	1.618.826,6	1.461
61°	SP	Quadra	1.098	2.950.177,4	2.688
62°	SP	Luis Antônio	1.091	11.206.576,0	10.272
63°	SC	Palmeira	1.086	2.535.075,4	2.334
64°	MT	Santo Antônio do Leste	1.085	3.492.594,5	3.219
65°	SP	Estrela do Norte	1.084	2.650.242,1	2.445
66°	RS	Xangri-lá	1.077	11.418.326,1	10.602
67°	SC	Lajeado Grande	1.074	1.569.037,1	1.461
68°	SP	Borebi	1.070	2.331.370,6	2.178
69°	SP	Santana de Parnaíba	1.067	106.897.618,7	100.209
70°	RJ	Trajano de Moraes	1.066	10.328.842,4	9.687
71°	SP	Santa Salete	1.065	1.480.042,9	1.390
72°	SP	Jumirim	1.064	2.431.660,2	2.285
73°	SP	Nova Independência	1.063	2.636.745,2	2.480
74°	RJ	Santa Maria Madalena	1.057	11.025.079,3	10.428
75°	SP	Santa Clara d'Oeste	1.051	2.186.529,7	2.081
76°	SP	Turiúba	1.051	2.046.173,3	1.947
77°	SP	Analândia	1.041	4.335.322,0	4.166
78°	SP	Icém	1.040	6.709.271,4	6.451
79°	SP	Holambra	1.039	9.464.812,9	9.111
80°	SP	Ilha Solteira	1.033	24.968.880,1	24.176
81°	RS	Boa Vista do Sul	1.032	2.747.196,8	2.663
82°	SP	Vitória Brasil	1.031	1.674.162,7	1.624
83°	SE	Canindé de São Francisco	1.030	22.460.239,2	21.813
84°	SP	Pedranópolis	1.030	2.816.225,0	2.734
85°	RS	Ipiranga do Sul	1.029	2.041.254,2	1.983
86°	RJ	Macuco	1.028	5.392.873,6	5.246
87°	SP	Marinópolis	1.026	2.169.526,9	2.114
88°	RN	Ipueira	1.019	2.080.302,5	2.041
89°	SP	Pontes Gestal	1.019	2.533.864,9	2.487
90°	SP	União Paulista	1.019	1.467.911,9	1.440
91°	RS	Vista Alegre do Prata	1.019	1.520.028,9	1.492
92°	TO	Tupirama	1.013	1.423.237,8	1.405
93°	SP	Orindiúva	1.010	4.964.870,8	4.916
94°	RJ	Comendador Levy Gasparian	999	8.309.861,9	8.322
95°	MT	Rondolândia	993	3.375.130,9	3.399
96°	PR	Esperança Nova	991	1.870.033,3	1.887
97°	SP	Itapura	990	3.779.993,2	3.817
98°	PR	Santo Antônio do Paraíso	989	2.340.952,4	2.366
99°	RS	São Vendelino	986	1.769.588,0	1.794
100°	RS	Engenho Velho	985	1.559.635,6	1.584
Total dos 100 maiores			1.508	1.998.693.739,7	1.325.348
Total dos demais			346	62.248.685.540,4	180.104.789
Total Brasil*			354	64.247.379.280,1	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Aumentos das receitas e dos investimentos impulsionam os custeios

A elevação dos investimentos e as melhorias na manutenção e expansão dos equipamentos urbanos aumentaram os gastos de custeio na maioria das cidades brasileiras. O crescimento da receita dos municípios, especialmente em 2006 e 2007, deu folga aos orçamentos e permitiu alargar a fatia destinada aos gastos com serviços de terceiros e material de consumo.

A evolução positiva da receita tributária e das transferências constitucionais dos municípios brasileiros nos últimos anos deu respaldo ao aumento dos gastos das prefeituras. As demandas sociais e de infra-estrutura urbana, que no passado recente não puderam ser atendidas pelas municí-

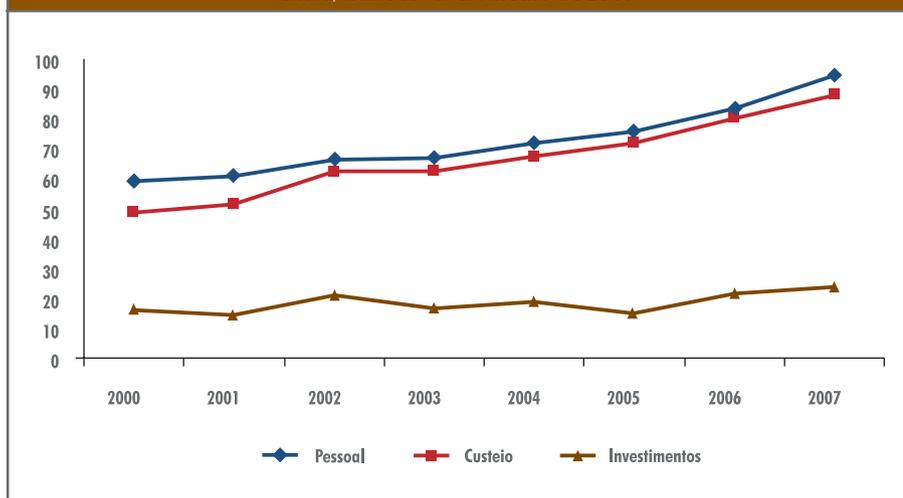
palidades, encontraram ambiente favorável nos orçamentos de 2006 e 2007.

Face à elevação de seus investimentos, as prefeituras necessitaram ampliar o quadro de pessoal e aumentar as despesas que custeiam a máquina pública municipal. Cabe

destacar que nesta publicação são consideradas despesas com custeio os gastos correntes, menos pessoal, transferências a pessoas e encargos da dívida. Compreendem, assim, os dispêndios com serviços de terceiros, material de consumo e diversas transferências correntes.

$$\text{Despesa com custeio} = \text{Despesa corrente} - \text{Despesa com pessoal} - \text{Transferências a pessoas} - \text{Encargos da dívida}$$

Evolução das despesas com custeio, pessoal e investimentos em R\$ bilhões - IPCA médio de 2007



Desempenho

De um patamar de R\$ 62,31 bilhões, em 2003, o dispêndio com custeio das prefeituras cresceu ininterruptamente ao longo do período e alcançou R\$ 87,98 bilhões, em 2007, o que significou um comprometimento médio de 42,6% da receita corrente, praticamente o mesmo de 2006. Em 2004 e 2005, as taxas de expansão real dos custeios, a preços corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram de 8% e 7%, respectivamente. Observa-se que, na esteira do aumento dos investimentos e

dos gastos com saúde e educação, o custeio cresceu mais intensamente nos anos de 2006 e 2007, atingindo taxas de, respectivamente, 11,5% e 9,6%.

Entre 2006 e 2007, as variações nos gastos de custeio superiores a R\$ 100 milhões foram registradas nos municípios do Rio de Janeiro (R\$ 640 milhões), São Paulo (R\$ 399,6 milhões), Campos dos Goytacazes (R\$ 236,9 milhões), Manaus (R\$ 195,3 milhões), Fortaleza (R\$ 161,2 milhões), Campinas (R\$ 154,7 milhões), Curitiba (R\$ 122,2 milhões), Porto Alegre (R\$ 119,5 milhões) e Osasco (R\$ 112,6 milhões). Cabe destacar que todos esses apresentaram acentuados incrementos nos investimentos em termos de valor, em 2007. Nos casos de Manaus e Osasco, o crescimento de seus investimentos foi mais forte em 2006 (ver seção sobre investimentos na página 106).

O aumento dos custeios foi impulsionado em 2007 principalmente pelas capitais. Nessas cidades, as prefeituras gastaram 10% a mais nesse item, em relação a 2006. Já nas localidades com população de até 20 mil habitantes, a taxa foi menor: 6,4%. Dentre os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, em 2007, oito deles apresentaram taxas de crescimento acima de 40%: a campeã foi a cidade de Parnaíba-PI, com expansão de 86,9%, seguida de Campos dos Goytacazes-RJ (56,2%), Ribeirão das Neves-MG (48,1%), Osasco-SP (42,5%), Nossa Senhora do Socorro-SE (42,1%), Mogi das Cruzes-SP (41,1%), Nova Iguaçu-RJ (40,5%) e Manaus (40,3%). Desse conjunto, apenas dois municípios, Mogi das Cruzes e Nossa Senhora do Socorro, haviam apresentado queda nos gastos com custeio em 2006.

Nota-se que não ocorreram reduções significativas nos dispêndi-



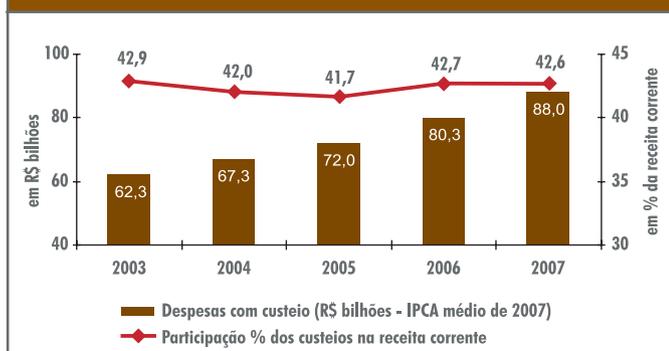
Na capital carioca os custeios aumentaram quase 30% em 2007

os de custeios em 2007. Na seleção de **Multi Cidades**, 17 prefeituras apresentaram queda e em 11 delas a diminuição foi inferior a 5%. Somente nos municípios de Cruzeiro do Sul, no Acre, e Ilhéus, na Bahia, houve retração mais intensa de, respectivamente, 11,2% e 9,1%.

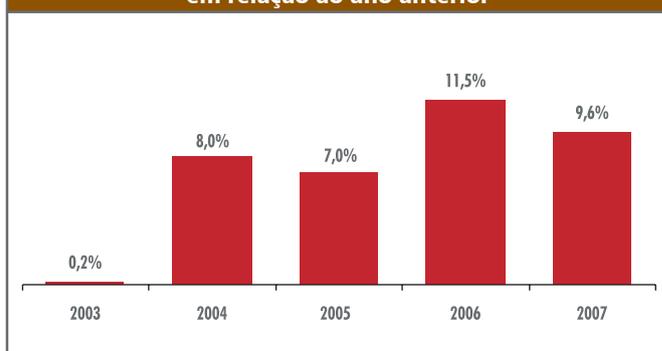
No conjunto das cidades selecionadas, 12 prefeituras gastaram uma proporção acima de 50% da receita corrente em despesas

com custeio: em primeiro lugar está Curitiba, único município que comprometeu pouco mais de 60% da receita corrente: 61,2%. Na sequência estão Canoas-RS (58,3%), Nova Iguaçu-RJ (57,7%), Feira de Santana-BA (55,8%), Salvador (55,8%), Mauá (55,8%), Campos dos Goytacazes-RJ (53,1%), Imperatriz-MA (52%), Santo André-SP (51,1%), Recife (50,6%), Uberaba-MG (50,5%) e São José do Rio Preto-SP (50,2%).

Evolução dos custeios e participação na receita corrente



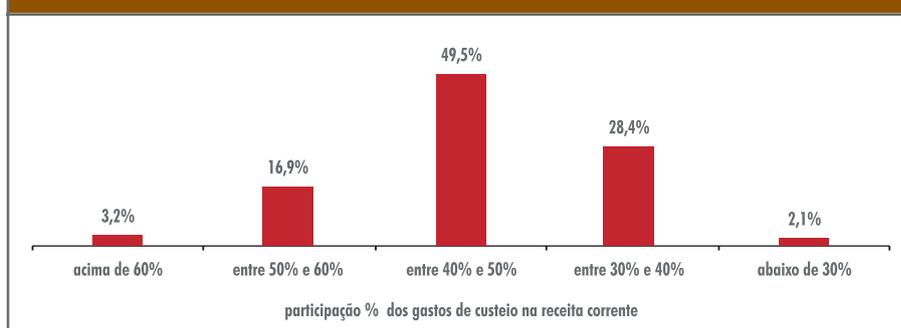
Taxa de crescimento das despesas com custeio em relação ao ano anterior



Considerando-se o conjunto dos 5.562 municípios, percebe-se que a participação dos custeios na receita corrente apresenta o seguinte padrão de distribuição das cidades entre as faixas de comprometimento: em 2007, 49,5% dos municípios comprometeram entre 40% e 50% da receita corrente em gastos de custeio; na faixa inferior, entre 30% e 40%, encontram-se 28,4% das cidades. Somente 2,1% das prefeituras utilizam menos de 30% das receitas correntes para saldarem essas despesas. Nessa faixa, o município de Parnamirim-RN comprometeu 28,8% da receita corrente e apresentou a maior população, com 172.723 habitantes. A menor relação é a do Município de Cariri-SE, que utilizou apenas 20,3% da receita corrente para realizar os seus gastos.

No outro extremo, aproximadamente 20% dos municípios estão nas faixas superiores: 16,9% utilizam entre 50% e 60% da receita corrente e 3,2% (166) compromete-

Distribuição percentual dos municípios - 2007



teram acima de 60%. Dessas, cerca de 85% são pequenas cidades com até 20 mil habitantes. Destacam-se alguns municípios com elevada participação na receita corrente: Amajari-RR (93,8%), Nova São Joaquim-MT (82,7%) e Itaguaçu da Bahia-BA (81,7%).

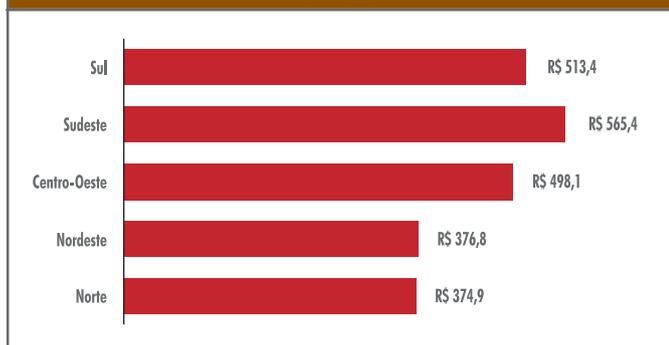
Gasto per capita

Em 2007, o gasto médio dos municípios brasileiros com custeio per capita foi de R\$ 484,9. O Sudeste obteve o maior valor, com

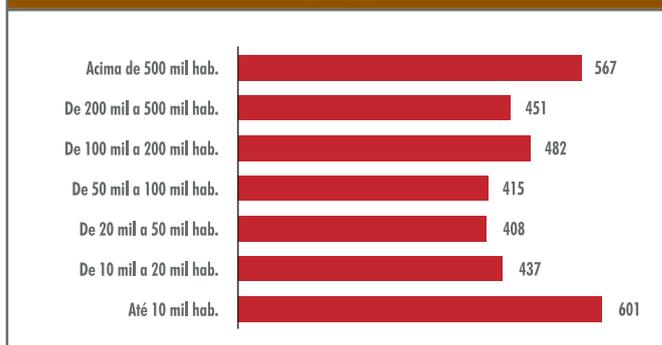
R\$ 565,4, e as regiões Nordeste e Norte praticamente apresentaram os menores patamares de despesas com custeio por habitante de, respectivamente, R\$ 376,8 e R\$ 374,9.

Vale dizer que, dentre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, o campeão foi Campos de Goytacazes-RJ, com um gasto per capita da ordem de R\$ 1.546,1. Em segundo lugar, aparece a cidade de Vitória, com R\$ 1.103,1. A capital do Paraná, Curitiba, apresentou o terceiro maior gasto per capita com custeio, de R\$ 1.047,8.

Gastos com custeios per capita por região - 2007 em reais



Gastos com custeio per capita por faixa populacional - 2007 em reais



Dos municípios brasileiros que apresentaram dados, cinco foram superiores a R\$ 3 mil: Quissamã-RJ (R\$ 5.796), São Francisco do Conde-BA (R\$ 3.398), Grupiara-MG (R\$ 3.072), Madre de Deus-BA (R\$ 3.042) e Itaipulândia-PR (R\$ 3.004). São cidades de baixa população, que possuem a capacidade de realizar maiores gastos com a manutenção de serviços públicos, por obterem elevadas receitas dos setores de petróleo, energia elétrica e agronegócio.

Os gastos por faixa populacional mostram que as grandes e pequenas cidades apresentam valores superiores de desembolso para custear as suas ações de governo. Municípios com população acima de 500 mil habitantes gastaram em média R\$ 567 per capita e, as cidades com até 10 mil habitantes, R\$ 601.

Nos pequenos municípios existe um gasto mínimo necessário para o funcionamento das prefeituras. Tal fato, combinado com o sistema de transferências constitucionais, que fornece receitas às cidades de baixa população via Fundo de Participação de Municípios (FPM), faz com que o dispêndio com custeio seja maior nessas localidades, até porque existem vinculações legais entre receitas e essas despesas. Já nos municípios de grande porte, cujas administrações precisam arcar com investimentos vultosos e gastos sociais crescentes, a contratação de serviços mais sofisticados, e cujas receitas são beneficiadas pelas transferências de ICMS e por uma maior base de arrecadação própria, a tendência do gasto per capita com custeio é ser maior em relação aos municípios de médio porte.

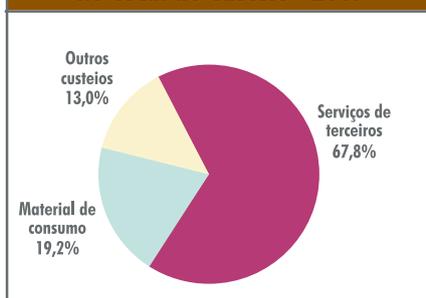
Serviços de terceiros e pessoal

Os serviços de terceiros são os principais itens das despesas de custeio dos municípios brasileiros. Em 2007, representaram, em termos médios, 67,8% do total desses gas-

tos. Os dispêndios com material de consumo aparecem em segundo lugar, com participação média de 19,2%. E, os demais itens de custeio, participaram em média com 13% do total.

As prefeituras podem optar entre realizar, em determinadas situações, as suas funções de governo através de pessoal próprio ou contratar serviços de terceiros. Ao longo do período, nota-se que a contratação de serviços de terceiros vem aumentando em importância. Entre 2002 e 2007, essa despesa cresceu a uma taxa anual média real de 8,4%, chegando a R\$ 59,7 bilhões, enquanto que o gasto com pessoal aumentou 7,3% no mesmo período. Os dispêndios com material de consumo atingiram a cifra de R\$ 16,88 bilhões, enquanto que os demais custeios chegaram a R\$ 11,40 bilhões para o total de municípios do Brasil, em 2007.

Participação dos serviços de terceiros no total do custeio - 2007



Norte

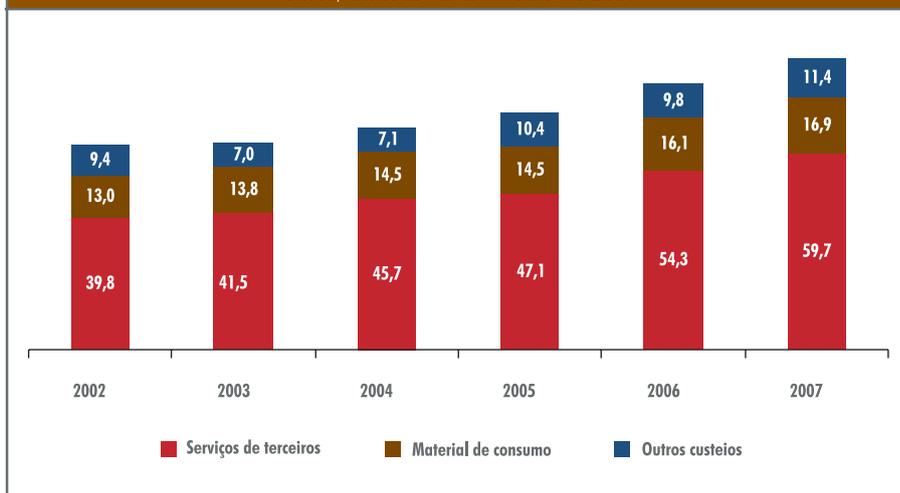
O Norte obteve a maior taxa de expansão da despesa de custeio entre as regiões do país. Em 2007, nota-se um aumento de 15,9% em relação a 2006, o que significou um dispêndio da ordem de R\$ 5,5 bilhões. Isso fez com que a participação das cidades nortistas no total crescesse ligeiramente, de 5,9%, em 2006, para 6,2% em 2007, ultrapassando com pequena margem o percentual observado no Centro-Oeste.

Na comparação entre as capitais da região Norte, Manaus, Palmas e Boa Vista apresentaram as maiores taxas de crescimento em 2007. A única com retração nesse período foi Rio Branco, com queda de 3,4%. Em relação aos municípios selecionados por **Multi Cidades** na região, três obtiveram expressivo crescimento: Araguaína-TO (31,6%), Santana-AP (31,3%) e Rorainópolis-RR (29,2%). Cruzeiro do Sul-AC e Ji-Paraná-RO foram os que retraíram esse gasto, em 9,1% e 2,1%, respectivamente.

Nordeste

A dinâmica dos gastos em custeio no Nordeste foi branda. A região apresentou a segunda menor taxa de expansão (7,1%) do país, só ficando na frente da região Sul. Em 2007, a despesa de custeio dos municípios

Evolução dos principais itens do gasto com custeio em R\$ bilhões - IPCA médio de 2007





O custeio em Curitiba representou mais da metade de toda a despesa da capital paranaense em 2007

nordestinos chegou a R\$ 19,4 bilhões e representou 22,1% do total desse gasto dos municípios brasileiros. Das nove capitais da região, somente João Pessoa-PB reduziu (-2,4%) os gastos com custeio. Destacaram-se, com elevações de dois dígitos, as seguintes capitais: Fortaleza-CE (19,6%), Teresina (13,4%) e Recife (10,1%).

Centro-Oeste

O agregado da região Centro-Oeste cresceu 9,1%, entre 2006 e 2007, e atingiu, no ano passado, o valor de R\$ 5,4 bilhões. Esse resultado foi superior ao obtido em 2006, mas não suficiente para a região

ampliar a sua participação no total de gastos com custeio, que permaneceu em 6,1% nos últimos dois anos. Campo Grande e Dourados-MS, municípios selecionados por **Multi Cidades** no Estado de Mato Grosso do Sul, apresentaram as maiores taxas de crescimento em 2007, de 9,7% e 16,6%, respectivamente. Em seguida, estão os aumentos nos custeios nas capitais Cuiabá, de 8,3%, e Goiânia, de 7,3%.

Sudeste

A região Sudeste foi responsável por 50% do total de gastos com custeios dos municípios brasileiros em

2007. Em relação a 2006, nota-se um incremento de 11%, o segundo maior dentre as regiões, o que proporcionou um valor de custeio da ordem de R\$ 44 bilhões no ano passado.

O desempenho das capitais foi positivo, mas verificaram-se diferenças significativas: enquanto o Rio de Janeiro apresentou o maior crescimento (28,9%) dentre as capitais do Sudeste, os custeios em São Paulo aumentaram apenas 5,1%. Belo Horizonte também cresceu abaixo da média nacional (6,9%) e Vitória, ao contrário, apresentou um expressivo resultado de dois dígitos (21,5%).

Na seleção de municípios de **Multi Cidades** para a região Sudeste

Custeio - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	8.141,0	43,7	600,9	554,8	47,3	585,1	1.810,8	44,2	487,0
De 10 mil até 20 mil hab.	8.700,2	42,3	436,5	628,2	40,9	379,9	3.206,7	43,4	381,4
De 20 mil até 50 mil hab.	12.255,5	41,6	408,4	1.139,6	40,8	340,4	4.318,5	42,7	349,5
De 50 mil até 100 mil hab.	9.051,2	39,8	414,7	809,9	39,6	378,3	2.141,0	40,8	307,6
De 100 mil até 200 mil hab.	8.433,8	40,2	482,4	546,5	37,3	376,7	1.174,5	40,3	351,0
De 200 mil até 500 mil hab.	12.332,2	40,4	451,2	634,8	37,2	315,7	1.335,8	42,0	330,5
Acima de 500 mil hab.	29.063,5	41,0	566,6	1.150,5	41,6	380,8	5.421,2	45,8	427,7
Total dos municípios	87.977,4	41,1	484,9	5.464,3	40,5	374,9	19.408,5	43,3	376,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.



Pablo Dario Contreras / AGB Photo

te, nota-se que em cinco deles os custos aumentaram a taxas superiores a 40% entre 2006 e 2007: Campos de Goytacazes-RJ (56,2%), Ribeirão das Neves-MG (48,1%), Osasco-SP (42,6%), Mogi das Cruzes-SP (R\$ 41,1%) e Nova Iguaçu-RJ (40,5%). Somente em dois ocorreu retração: em Mauá-SP e Diadema-SP os dispêndios com custeio caíram 7,1% e 3%, respectivamente.

Sul

Os gastos com custeio no Sul do Brasil aumentaram de R\$ 12,86 bilhões, em 2006, para R\$ 13,72 bilhões, em 2007. Essa variação signi-

ficou a menor taxa de expansão, de 6,7%, entre as regiões. Nesse contexto, a região Sul diminuiu a sua participação, de 16%, em 2006, para 15,6%, em 2007, no total das despesas dos municípios brasileiros. As capitais que mais ampliaram os dispêndios foram Curitiba, com variação de R\$ 122,2 milhões, entre 2006 e 2007, e Porto Alegre, com aumento de R\$ 119,5 milhões. Florianópolis registrou um acréscimo de apenas R\$ 11 milhões e obteve a menor taxa de crescimento no período (5,7%) entre as capitais. Poucas cidades apresentaram recuo, sendo que em três a queda foi pequena: Maringá-PR (-1,7%), São José dos Pinhás-PR

(-1,7%) e Cascavel-PR (-1,1%). Em duas prefeituras os custos permaneceram praticamente estáveis: Viamão-RS (-0,1%) e Santa Maria-RS (-0,3%).

Dos municípios do Sul selecionados por **Multi Cidades**, a prefeitura que apresentou o maior comprometimento da receita corrente com os gastos em custeio, depois de Curitiba-PR, foi Canoas-RS, com 58,3%, em 2007. Nota-se que essa cidade já tinha, em 2006, uma elevada relação receita corrente/gasto em custeio (50,2%). O menor índice de utilização das receitas foi o de Santa Maria-RS: em 2006 apresentou um comprometimento de 31,6%, que foi reduzido para 30% em 2007.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Desp. custeio per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	951,9	46,8	726,2	2.593,9	41,9	622,8	2.229,6	43,2	654,5
De 10 mil até 20 mil hab.	815,1	43,2	530,7	2.607,1	41,6	507,7	1.443,0	41,2	451,1
De 20 mil até 50 mil hab.	926,0	42,6	468,2	4.158,1	41,6	504,7	1.713,3	39,0	418,8
De 50 mil até 100 mil hab.	573,5	39,7	422,2	3.966,7	39,5	535,9	1.560,2	39,6	393,5
De 100 mil até 200 mil hab.	440,3	42,2	418,0	4.925,5	40,6	566,5	1.347,0	39,2	458,5
De 200 mil até 500 mil hab.	269,6	36,6	261,5	7.512,8	40,7	524,0	2.579,1	40,1	436,2
Acima de 500 mil hab.	1.385,4	43,3	555,0	18.255,7	38,8	610,9	2.850,6	47,5	885,8
Total dos municípios	5.361,8	42,8	498,1	44.019,9	39,9	565,4	13.722,9	41,8	513,4

Custeio

Posição	UF	Município	Despesa com custeio em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	8.245.848.780,5	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	2.909.409.542,8	6.093.472
3°	PR	Curitiba	1.883.323.780,0	1.797.408
4°	MG	Belo Horizonte	1.555.804.221,3	2.412.937
5°	BA	Salvador	1.221.787.273,8	2.892.625
6°	CE	Fortaleza	984.554.951,5	2.431.415
7°	RS	Porto Alegre	967.316.658,3	1.420.667
8°	PE	Recife	882.479.791,2	1.533.580
9°	SP	Campinas	764.147.853,5	1.039.297
10°	AM	Manaus	680.454.096,0	1.612.475
11°	GO	Goiânia	669.568.580,9	1.244.645
12°	RJ	Campos dos Goytacazes	658.892.881,0	426.154
13°	SP	Guarulhos	646.108.211,8	1.236.192
14°	SP	São Bernardo do Campo	618.516.882,8	781.390
15°	SP	Santo André	525.285.259,3	667.891
16°	PA	Belém	470.087.213,0	1.408.847
17°	MA	São Luís	465.416.770,1	957.899
18°	MS	Campo Grande	462.694.095,7	724.638
19°	SP	São José dos Campos	457.027.793,8	594.948
20°	SP	Santos	384.314.990,4	418.288
21°	SP	Osasco	377.203.027,7	701.012
22°	RJ	Niterói	363.687.393,4	474.002
23°	SP	Ribeirão Preto	355.180.737,3	547.417
24°	PI	Teresina	353.855.023,1	778.341
25°	RJ	Macaé	350.908.160,7	169.229
26°	AL	Maceió	347.927.847,8	874.014
27°	ES	Vitória	346.425.798,9	314.042
28°	RN	Natal	337.305.547,4	774.205
29°	RJ	Duque de Caxias	312.032.257,4	842.686
30°	RJ	Nova Iguaçu	296.683.100,7	830.672
31°	SP	Sorocaba	274.149.013,0	559.157
32°	SP	São Caetano do Sul	269.956.631,7	144.857
33°	RS	Caxias do Sul	267.243.667,5	399.038
34°	PB	João Pessoa	266.527.890,5	674.971
35°	SP	Barueri	265.656.251,8	252.748
36°	MG	Juiz de Fora	262.001.713,0	513.348
37°	PR	Londrina	258.797.712,7	497.833
38°	SC	Joinville	253.444.462,6	487.003
39°	MT	Cuiabá	253.121.506,9	527.113
40°	MG	Uberlândia	251.047.056,0	608.369
41°	SP	São José do Rio Preto	249.375.289,8	402.770
42°	MG	Contagem	245.409.945,1	608.650
43°	SP	Jundiaí	239.823.345,9	342.983
44°	RS	Canoas	239.709.110,8	326.458
45°	SE	Aracaju	235.924.658,2	520.207
46°	SP	Piracicaba	234.331.282,3	358.108
47°	MG	Betim	230.033.749,8	415.098
48°	SP	Guarujá	222.546.815,4	296.150
49°	BA	Camaçari	205.907.464,1	220.495
50°	SC	Blumenau	204.540.604,4	292.972
51°	SC	Florianópolis	204.412.173,8	396.723
52°	MG	Poços de Caldas	200.053.508,9	144.420

Posição	UF	Município	Despesa com custeio em reais	População 2007
53°	BA	Feira de Santana	199.276.293,7	571.997
54°	ES	Serra	195.818.400,7	385.370
55°	SP	Diadema	193.331.578,8	386.779
56°	SP	Mauá	192.751.442,6	402.643
57°	SP	Cubatão	190.370.126,0	119.794
58°	RJ	Volta Redonda	190.116.100,0	255.653
59°	RJ	Petrópolis	180.767.096,7	306.645
60°	MG	Uberaba	171.935.217,3	287.760
61°	SP	Limeira	170.121.439,6	272.734
62°	SC	Itajaí	169.658.618,0	163.298
63°	SP	Mogi das Cruzes	165.484.384,0	362.991
64°	SP	Paulínia	161.952.718,0	73.118
65°	RJ	São Gonçalo	159.841.138,4	960.631
66°	SP	Praia Grande	154.670.727,6	233.806
67°	RJ	Cabo Frio	151.193.714,3	162.191
68°	MG	Ipatinga	149.026.419,0	238.397
69°	PR	Maringá	148.996.044,4	325.968
70°	SP	São Vicente	143.423.623,2	323.599
71°	ES	Vila Velha	141.665.980,2	398.068
72°	MG	Montes Claros	139.384.476,2	352.384
73°	RJ	Angra dos Reis	138.683.922,4	149.395
74°	SP	Indaiatuba	137.539.120,3	173.508
75°	RO	Porto Velho	135.434.019,7	371.791
76°	RR	Boa Vista	131.826.000,0	247.762
77°	SP	Taboão da Serra	131.762.382,0	219.200
78°	SP	Marília	130.868.867,0	218.113
79°	SP	Taubaté	130.167.931,9	265.514
80°	TO	Palmas	128.999.236,1	179.707
81°	PE	Jaboatão dos Guararapes	126.185.892,6	665.387
82°	SP	Bauru	123.737.707,3	347.601
83°	SP	Araraquara	120.629.992,6	195.815
84°	RS	Pelotas	119.289.492,4	339.934
85°	SP	Americana	119.106.978,8	199.094
86°	PB	Campina Grande	118.850.707,4	371.060
87°	SP	São Carlos	118.848.500,7	212.956
88°	SP	Jacareí	114.625.671,7	207.028
89°	PR	Foz do Iguaçu	114.261.209,4	311.336
90°	SP	Franca	112.095.916,7	319.094
91°	PA	Parauapebas	109.752.462,3	133.261
92°	AC	Rio Branco	108.765.634,2	288.614
93°	CE	Sobral	107.563.400,4	176.895
94°	SP	Araçatuba	106.957.729,4	178.839
95°	MG	Itabira	106.654.813,5	105.199
96°	RS	Gravataí	105.665.126,3	261.150
97°	GO	Anápolis	105.325.348,6	325.544
98°	RS	Novo Hamburgo	105.098.921,9	253.067
99°	SP	Suzano	104.455.312,9	268.777
100°	MS	Dourados	104.282.610,3	182.747

Total dos 100 maiores	40.915.482.822,9	69.628.591
Total dos demais*	47.061.904.927,1	111.801.546
Total Brasil*	87.977.387.750,1	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

Custeio per capita - 2007

Posição	UF	Município	Desp. com custeio per capita	Despesa com custeio	População 2007
			Em reais		
1°	RJ	Quissamã	5.796	100.710.059,6	17.376
2°	BA	São Francisco do Conde	3.398	101.342.659,5	29.822
3°	MG	Grupiara	3.072	4.338.270,8	1.412
4°	BA	Madre de Deus	3.042	46.937.844,3	15.432
5°	PR	Itaipulândia	3.004	25.775.571,7	8.581
6°	RJ	Casimiro de Abreu	2.727	73.871.587,0	27.086
7°	RJ	Carapebus	2.645	28.238.827,9	10.677
8°	PE	Itacuruba	2.425	9.934.926,1	4.097
9°	MG	Cachoeira Dourada	2.414	5.961.884,7	2.470
10°	GO	Alto Horizonte	2.370	7.477.510,2	3.155
11°	GO	Lagoa Santa	2.369	2.902.472,4	1.225
12°	SP	Borá	2.324	1.868.894,0	804
13°	MG	Serra da Saudade	2.318	2.019.340,7	871
14°	GO	Anhanguera	2.281	2.203.198,0	966
15°	RJ	Porto Real	2.275	33.013.286,2	14.512
16°	SP	Paulínia	2.215	161.952.718,0	73.118
17°	MG	Tapira	2.183	7.805.033,2	3.575
18°	RJ	São João da Barra	2.161	62.419.114,7	28.889
19°	MG	Araporã	2.128	13.000.653,2	6.110
20°	SP	Nova Castilho	2.122	2.242.804,7	1.057
21°	RJ	Macaé	2.074	350.908.160,7	169.229
22°	RS	Lagoa dos Três Cantos	2.027	3.222.312,2	1.590
23°	PR	Jardim Olinda	2.017	2.946.139,8	1.461
24°	SP	Jaguariúna	2.004	73.745.744,4	36.801
25°	RS	Engenho Velho	1.961	3.105.564,8	1.584
26°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	1.935	17.879.262,5	9.238
27°	GO	Chapadão do Céu	1.924	10.176.348,0	5.289
28°	RS	Gentil	1.906	3.008.957,5	1.579
29°	MG	Douradoquara	1.904	3.419.518,9	1.796
30°	RS	Vista Alegre do Prata	1.899	2.832.864,9	1.492
31°	SP	Trabiju	1.887	2.718.826,8	1.441
32°	RS	São Vendelino	1.882	3.376.471,0	1.794
33°	TO	Crixás do Tocantins	1.877	2.372.602,3	1.264
34°	PR	Entre Rios do Oeste	1.867	7.172.199,0	3.842
35°	ES	Anchieta	1.865	36.265.113,5	19.450
36°	MT	Santa Rita do Trivelato	1.864	4.666.642,8	2.504
37°	SP	São Caetano do Sul	1.864	269.956.631,7	144.857
38°	GO	Três Ranchos	1.862	5.327.744,5	2.862
39°	RS	André da Rocha	1.832	2.208.821,7	1.206
40°	MS	Taquarussu	1.814	5.643.905,0	3.112
41°	RS	Coqueiro Baixo	1.810	2.834.474,9	1.566
42°	RJ	Armação dos Búzios	1.799	44.181.383,5	24.560
43°	SE	Rosário do Catete	1.779	15.156.053,0	8.518
44°	RJ	Mangaratiba	1.777	51.992.410,7	29.255
45°	RS	Triunfo	1.777	42.679.671,0	24.016
46°	SP	Nantes	1.765	4.380.031,1	2.482
47°	PR	Nova Aliança do Ivaí	1.753	2.413.498,8	1.377
48°	RS	Aratiba	1.743	11.531.318,0	6.616
49°	MS	Jateí	1.724	6.565.264,9	3.808
50°	SP	Fernão	1.720	2.506.387,6	1.457
51°	RS	Guabiju	1.666	2.779.827,4	1.669
52°	TO	Ipueiras	1.648	2.797.627,1	1.698

Posição	UF	Município	Desp. com custeio per capita	Despesa com custeio	População 2007
			Em reais		
53°	MT	Serra Nova Dourada	1.648	2.223.179,2	1.349
54°	RS	Nicolau Vergueiro	1.644	2.891.397,0	1.759
55°	RS	Quatro Irmãos	1.641	2.847.982,0	1.735
56°	GO	Rio Quente	1.640	4.876.877,1	2.974
57°	RN	Viçosa	1.632	2.887.119,4	1.769
58°	RS	Capão Bonito do Sul	1.610	2.957.541,9	1.837
59°	TO	Tupirama	1.607	2.257.649,5	1.405
60°	PB	Parari	1.607	2.001.326,4	1.245
61°	SP	Santa Salete	1.600	2.223.959,4	1.390
62°	RS	São Valentim do Sul	1.596	3.624.749,4	2.271
63°	SP	União Paulista	1.595	2.296.344,9	1.440
64°	SP	Bertioga	1.593	62.285.517,3	39.091
65°	SP	Cubatão	1.589	190.370.126,0	119.794
66°	SC	Itá	1.582	10.152.225,1	6.417
67°	SP	Rosana	1.576	31.431.943,0	19.948
68°	SP	Zacarias	1.566	3.490.933,0	2.229
69°	SP	Uru	1.561	2.126.756,2	1.362
70°	MT	Santa Cruz do Xingu	1.560	3.300.765,9	2.116
71°	RJ	Macuco	1.555	8.156.519,7	5.246
72°	RJ	Campos dos Goytacazes	1.546	658.892.881,0	426.154
73°	SP	Santa Clara d'Oeste	1.543	3.211.963,8	2.081
74°	PR	Santa Helena	1.543	35.160.809,4	22.794
75°	MG	Doresópolis	1.542	2.303.961,0	1.494
76°	RS	Vanini	1.539	3.009.622,8	1.956
77°	ES	Presidente Kennedy	1.536	15.896.502,1	10.350
78°	RS	Camargo	1.529	3.777.787,3	2.471
79°	MG	Cedro do Abaeté	1.516	1.816.599,8	1.198
80°	SP	Luis Antônio	1.516	15.570.401,0	10.272
81°	PR	Pato Bragado	1.515	7.014.413,6	4.631
82°	PB	Riacho de Santo Antônio	1.514	2.308.046,0	1.524
83°	RS	Relvado	1.508	3.310.796,1	2.196
84°	RS	Doutor Ricardo	1.505	3.089.434,9	2.053
85°	RS	Santa Tereza	1.501	2.724.756,7	1.815
86°	RJ	Rio das Flores	1.498	12.239.040,6	8.168
87°	RS	União da Serra	1.495	2.491.159,9	1.666
88°	SP	Arco-Íris	1.493	2.988.328,3	2.002
89°	RS	Capitão	1.484	3.851.314,5	2.595
90°	SC	Santiago do Sul	1.484	2.151.636,7	1.450
91°	MG	Carneirinho	1.483	13.138.622,8	8.859
92°	PA	Canaã dos Carajás	1.477	35.007.426,9	23.707
93°	RS	Montauri	1.473	2.331.287,3	1.583
94°	RS	São José do Sul	1.472	2.794.996,8	1.899
95°	SC	Presidente Castelo Branco	1.470	2.582.113,1	1.757
96°	SC	Piratuba	1.459	6.668.346,7	4.570
97°	RS	Westfalia	1.456	3.953.929,6	2.716
98°	SC	Flor do Sertão	1.449	2.375.907,5	1.640
99°	RS	Vespasiano Correa	1.449	2.859.332,8	1.973
100°	GO	Água Limpa	1.446	2.998.772,0	2.074

Total dos 100 maiores	1.875	2.893.711.540,0	1.543.673
Total dos demais	473	85.083.676.210,1	179.886.464
Total Brasil*	485	87.977.387.750,1	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: * não inclui Brasília.

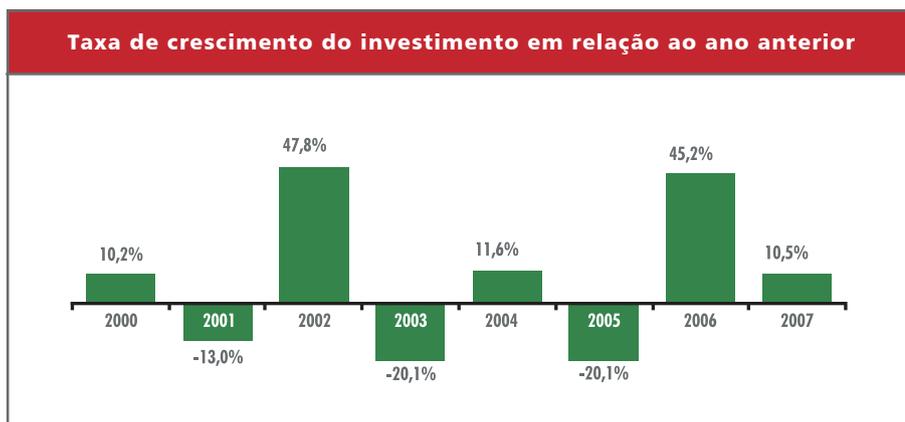
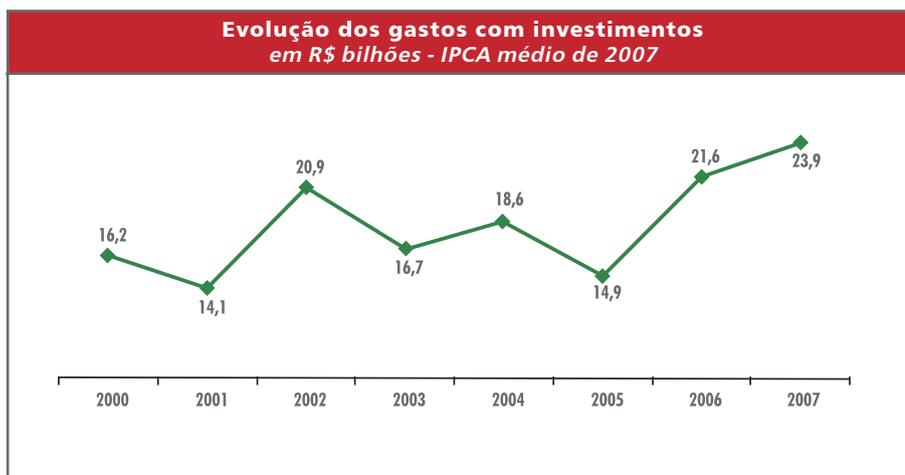
Investimentos crescem mais nas grandes cidades do Sul e Sudeste

O avanço de 11,6%, da receita municipal em 2007 impactou positivamente os investimentos que se elevaram pela segunda vez consecutiva. Todavia, esse crescimento foi desigual. Em nível regional, foi mais acentuado no Sudeste e no Sul, as regiões mais desenvolvidas. Em nível intermunicipal, os aumentos ocorreram com maior intensidade nas grandes cidades, sobretudo, nas capitais.

Desempenho

Estimulado pelo bom desempenho da receita, o investimento municipal apresentou um elevado crescimento pelo segundo ano consecutivo. Após crescer 45% em 2006, o montante aplicado pelos municípios atingiu seu maior patamar em 2007, quando alcançou R\$ 23,9 bilhões, valor 10,5% maior que o gasto realizado no ano anterior.

A expansão dos investimentos foi puxada pelas grandes cidades, sobre-



Walter Aluisio Morais Rodrigues, secretário municipal de Finanças de São Paulo



Elisa Limbeck

São Paulo pôde investir mais devido à melhora da arrecadação

tudo pelas capitais, onde o crescimento médio foi de 28,2%. Os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades** tiveram um aumento médio de 23,8%, sendo que 37 apresentaram contenção nesse item de despesa e 55 tiveram crescimento acima da média dos municípios brasileiros.

Os maiores aumentos em termos de valores foram registrados pelas cidades de São Paulo-SP, com expansão de R\$ 581,2 milhões; Rio de Janeiro-RJ, com aumento de R\$ 197,3 milhões; Curitiba-PR, com acréscimo de R\$ 109,6 milhões; Vitória-ES e Santo André-SP, com incremento de aproximadamente R\$ 100 milhões, cada; e Campos dos Goytacazes-RJ, cuja ampliação foi de R\$ 87,3 milhões. Outros oito municípios elevaram seus investimentos em montantes que variam entre R\$ 43 milhões e R\$ 61,9 milhões: Fortaleza-CE, Porto Alegre-RS, Natal-RN, Campinas-SP, Boa Vista-RR, Contagem-MG, São José do Rio Preto-SP e Recife-PE.

"Aumentamos os investimentos porque melhoramos a arrecadação, sem subir impostos. Ampliamos a base", disse o secretário municipal de Finanças de São Paulo, Walter Aluisio Morais Rodrigues, comemorando a

alta nos investimentos na cidade de 33,3% em 2007 em relação ao ano anterior, já descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em sua opinião, os investimentos foram elevados na capital paulista devido às dimensões da cidade, o maior centro urbano, comercial e populacional do país. O secretário cita investimentos em habitação e urbanismo (regularização de loteamentos, obras, pavimentação de ruas, conclusão do sistema viário e da ponte Estaiada), educação (construção de Centros Educacionais Unificados-CEUs), transporte (criação do corredor Expresso Tiradentes) e saúde (construção de dois hospitais e 110 postos de assistência médica-ambulatorial).

Apesar de expressivos, os investimentos não supriram totalmente as necessidades do município, segundo Rodrigues. "Sempre achamos os investimentos insuficientes, porque a cidade é grande e os problemas são proporcionalmente altos", disse o secretário de São Paulo.

Em Santo André, o secretário municipal de Finanças, Walter Faria, comemora os dividendos dos investimen-

tos na área social, educacional e viária: a construção e inauguração do Hospital da Mulher, do Complexo Viário Casaquera (viaduto que sobrepõe a linha férrea), do Parque Sabina (um parque interativo de ciências) e de Centros Integrados de Estudos, com complexos esportivos. O secretário avalia que os investimentos, mesmo elevados, podem sempre melhorar. E ressalta a importância de se "fazer investimento com responsabilidade", por causa do custeio de manutenção.

Destaque deve ser dado a Santa Maria-RS e Santana-AP, cujas taxas de crescimento dos investimentos excederam os 200%, em relação ao ano anterior. Contagem-MG, Cariacica-ES, Araguaína-TO, Santo André-SP, Parnaíba-PI, Santarém-PA e Montes Claros-MG apresentaram taxas de crescimento acima de 100%. Além da elevada expansão, esses municípios têm em comum o fato de terem realizado investimentos recordes em 2007.

Os maiores recuos ficaram por



Júlio Bastos

Walter Aparecido de Faria,
secretário municipal de Finanças
de Santo André-SP



Tiago Morgan

Ribeirão Preto-SP reduziu em R\$ 19 milhões os investimentos em 2007, em valores corrigidas da inflação

conta de Mossoró-RN (R\$ 27 milhões), Mauá-SP (R\$ 20,6 milhões), Petrolina-PE (R\$ 20 milhões) e Ribeirão Preto-SP (R\$ 19 milhões). Entre as capitais, somente Cuiabá-MT (28,8%), Salvador-BA (20,6%), Rio Branco-AC (9,5%), Florianópolis-SC (4,8%) e Manaus-AM (2,4%) acusaram queda nos investimentos em 2007 comparativamente a 2006. No caso de Cuiabá, Rio Branco e Florianópolis deve ser levado em consideração o fato de, em 2006, o investimento ter atingido níveis muito elevados.

De acordo com o secretário de Fazenda de Ribeirão Preto, Afonso Reis Duarte, o recuo em 2007 foi um ajuste em relação ao ano anterior, quando a cidade recebeu fortes investimentos. Ele cita o repasse da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) à Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto (Cohab-RP) para a construção de casas. "A diferença aconteceu porque, em 2006, o repasse da CDHU à Cohab foi de R\$ 6 milhões e, em 2007, foi de R\$ 1 milhão", disse o secretário.

Houve também, em 2006, inves-

timento de R\$ 3,133 milhões para o término do Distrito Empresarial, que não teve em 2007, além de mais de R\$ 1,056 milhão de desapropriação amigável. Os maiores investimentos em 2006 foram o término das construções e reformas de escolas e creches.

Concentração e peso nos orçamentos

A cidade de São Paulo prosseguiu na liderança do ranking em 2007, com 9,7% do total dos investimentos realizados pelos municípios brasileiros. Entre as dez cidades do país que mais investiram naquele ano, responsáveis por 23,1% do total, três delas não são capitais: Campos dos Goytacazes-RJ, São Bernardo do Campo-SP e Barueri-SP. No Brasil, metade dos investimentos municipais foi realizada por cerca de 110 cidades. Em anos anteriores essa participação havia sido de, aproximadamente, 52% no biênio 2003-2004 e, em média, 46,5% no biênio 2005-2006.

A receita para o destaque de São Bernardo do Campo em investimen-

tos foi: aumento de arrecadação e diminuição de custeio, segundo o assessor da Secretaria Municipal de Fazenda, José Luiz Gavinelli. "Em 2007, o município fez um esforço grande para reduzir o custeio da máquina administrativa, para que se pudesse investir mais. Houve várias medidas de contenção, todas associadas a medidas de aumento de arrecadação. Essa combinação permitiu incrementar os investimentos", disse Gavinelli, citando o sistema viário, a educação, a cultura, o esporte e a habitação (incluindo assentamentos urbanos) como as áreas prioritárias. "Houve uma recuperação importante de assentamentos precários. Isso, na verdade, significa dar infraestrutura para favelas", explicou. Entre as parcerias que contribuíram para os investimentos, em 2007, citou uma com o BID (Banco Mundial).

Ele destaca a importância da prefeitura investir em preservação do meio ambiente, uma área relacionada a tantas outras, inclusive à saúde. "A prefeitura investe, mas, para melhorar, precisaria de uma parceria com o governo federal para o meio ambiente e o sistema viário. Há áreas



José Luiz Gavinelli, assessor do secretário municipal de Fazenda de São Bernardo do Campo - SP

as grandes de mananciais sujeitas à invasão", disse o assessor. Para os próximos anos, Gavinelli alerta: "É complicado o município manter esse nível de investimento. É um percentual bastante elevado, mas a idéia é sempre investir mais", afirmou.

O relevante aumento do montante investido pelas capitais ampliou a concentração dos investimentos nessas cidades. Elas foram responsáveis por 26,6% do total, em 2007, contra 22,9%, em 2006. No período compreendido entre 2003 e 2007, a maior participação das capitais ocorreu em 2003, quando foi de 29,4%, enquanto a menor foi verificada em 2005, apenas 19,8%.

O investimento dos municípios brasileiros equivaleu a 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e a 11,2% da despesa municipal total. Os municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes apresentaram a maior participação desse gasto na despesa total, em média, 12,7%, enquanto a menor foi observada nas localidades com mais de 500 mil habitantes, 10,4%.

De acordo com os dados informados à Secretaria do Tesouro Nacional, em 65 cidades o investimento respondeu por mais de 30% da despesa total. Barueri é um exemplo de município que prioriza os investimentos. Entre 2000 e 2005, a participação dessa despesa no gasto municipal da cidade flutuou entre 20% e 23%, passando para 28%, em 2006, e 31%, em 2007.



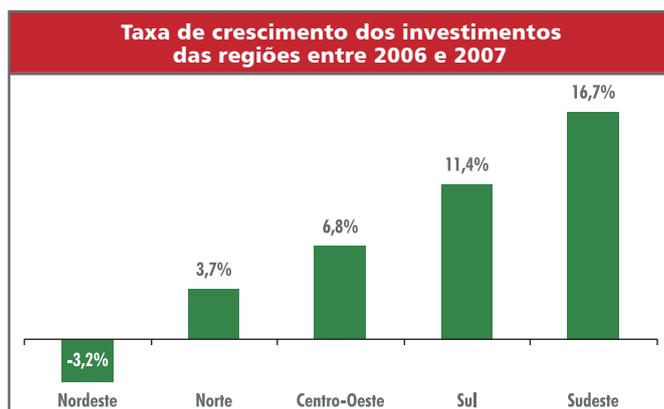
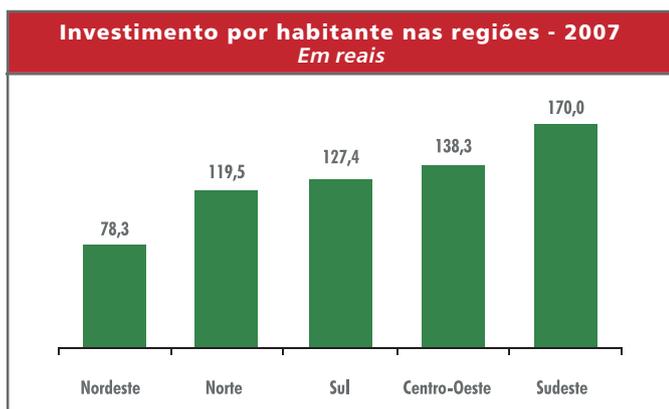
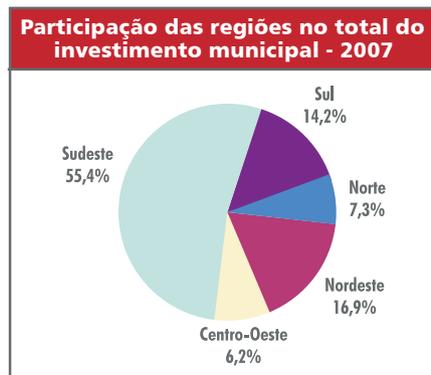
Prefeitura de São Bernardo do Campo entrega o Parque Città di Marostica, para prática de esportes radicais

Desempenho regional

À exceção do Nordeste, onde o investimento recuou 3,2%, as demais regiões tiveram crescimento. As maiores taxas de crescimento foram verificadas no Sudeste (16,7%) e no Sul (11,4%), concentrando ainda mais os investimentos nessas regiões. O Centro-Oeste apresentou uma boa taxa de crescimento, de 6,8%, enquanto a expansão do Norte foi mais modesta, 3,7%.

Acompanhando as fortes disparidades regionais no Brasil, o valor investido por habitante pelos municípios do Sudeste, em 2007, foi de R\$ 170, mais do que o dobro do registrado pelas cidades do Nordeste, de R\$ 78,3. Nas capitais nordestinas, o investimento médio per capita foi de R\$ 77,9, ao passo que, nas do Sudeste, esse valor alcançou R\$ 202,6.

No Centro-Oeste, com R\$ 138,3, e no Sul, com R\$ 127,4, os valores estão próximos da quantia média aplicada pelos municípios do Brasil, de R\$ 131,8. No Norte, o investimento per capita do conjunto dos municípios da região foi de R\$ 119,5 em 2007.



Norte

Os investimentos nessa região foram influenciados pelo desempenho de quatro cidades: Boa Vista-RO, com gastos adicionais de R\$ 49,7 milhões; Belém-PA, com acréscimo de R\$ 21,3 milhões; Palmas-TO e Santarém-PA, que investiram recursos adicionais da ordem de R\$ 15,4 milhões, cada. Destacam-se ainda as elevadas taxas de crescimento de Santana-AP (235,3%) e Araguaína-TO (133%).

Entre as capitais do Norte, somente Manaus-AM e Rio Branco-AC contiveram os investimentos, em 2007. Em Manaus a queda de apenas 2,4% custou-lhe a liderança do ranking da região, ocupada por Belém. Já em Rio Branco, a retração foi de 9,5%, porém a aplicação efetivada, em 2007, foi a segunda melhor marca do município.

Os municípios do Norte foram os que comprometeram, em média, a maior parcela da receita corrente com os investimentos (13,6%). Destaque para as cidades de Rorainópolis-RR (37%), Boa Vista (24,3%) e Santana (20,2%).

As dez cidades da região Norte que mais investiram em 2007

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1º	PA	Belém	124.414.285,0	1.408.847
2º	AM	Manaus	124.411.203,7	1.612.475
3º	PA	Parauapebas	85.954.635,5	133.261
4º	RR	Boa Vista	85.782.000,0	247.762
5º	AC	Rio Branco	52.712.125,4	288.614
6º	RO	Porto Velho	47.655.408,9	371.791
7º	PA	Marabá	45.721.455,1	196.468
8º	TO	Palmas	44.583.909,3	179.707
9º	AM	Coari	30.986.051,6	61.069
10º	PA	Santarém	28.469.655,1	274.285
Total dos 10 maiores			670.690.729,5	4.774.279
Total dos demais			1.070.234.303,4	9.799.536
Total da região			1.740.925.032,9	14.573.815

Nordeste

Depois de apresentar a maior taxa de crescimento (51,8%) em 2006, o investimento realizado pelo conjunto dos municípios do Nordeste recuou 3,2% em 2007, o que significou, em termos absolutos, R\$ 131,6 milhões a menos. O recuo foi puxado pelos municípios com menos de 100 mil habitantes e por aqueles com população entre 200 mil e 500 mil habitantes. Destacam-se ainda as contribuições negativas de Mossoró, Petrolina, Salvador, Caucaia-CE e Campina Grande-PB, que em conjunto reduziram seus investimentos em R\$ 83,4 milhões.

A maioria dos municípios do Nordeste selecionados por **Multi Cidades** elevou seus investimentos, o que contrabalançou o movimento de queda. Nesse sentido, foram importantes os aumentos das capitais Fortaleza, Natal, Recife, Aracaju-SE, Teresina-PI e São Luís-MA, que juntas elevaram seus investimentos em R\$ 225,6 milhões. Maceió-AL apresentou uma boa taxa de crescimento (9,7%) e João Pessoa-PB ficou praticamente estável, com aumento de 1,9%.

As dez cidades da região Nordeste que mais investiram em 2007

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1º	CE	Fortaleza	170.369.593,8	2.431.415
2º	PE	Recife	147.532.787,5	1.533.580
3º	RN	Natal	139.602.337,8	774.205
4º	PI	Teresina	110.409.177,4	778.341
5º	AL	Maceió	82.587.437,0	874.014
6º	MA	São Luís	65.498.014,9	957.899
7º	BA	Camaçari	63.196.765,5	220.495
8º	PB	João Pessoa	60.678.062,4	674.971
9º	SE	Aracaju	57.651.666,0	520.207
10º	BA	Salvador	56.145.974,6	2.892.625
Total dos 10 maiores			953.671.816,9	11.657.752
Total dos demais			3.077.855.709,2	39.846.992
Total da região			4.031.527.526,1	51.504.744

Investimentos - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	2.079,7	11,2	153,5	149,8	12,8	158,0	393,0	9,6	105,7
De 10 mil até 20 mil hab.	2.183,0	10,6	109,5	218,2	14,2	131,9	659,2	8,9	78,4
De 20 mil até 50 mil hab.	3.083,8	10,5	102,8	349,6	12,5	104,4	869,4	8,6	70,4
De 50 mil até 100 mil hab.	2.895,3	12,7	132,7	268,8	13,1	125,6	494,1	9,4	71,0
De 100 mil até 200 mil hab.	2.480,4	11,8	141,9	249,8	17,0	172,2	365,2	12,5	109,2
De 200 mil até 500 mil hab.	3.843,6	12,6	140,6	255,9	15,0	127,3	316,6	10,0	78,3
Acima de 500 mil hab.	7.339,3	10,4	143,1	248,8	9,0	82,4	934,0	7,9	73,7
Total dos municípios	23.905,0	11,2	131,8	1.740,9	12,9	119,5	4.031,5	9,0	78,3

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Nesse mesmo grupo de cidades, Ilhéus (R\$ 12,9) e Salvador (R\$ 19,4), ambas na Bahia, apresentaram o menor investimento por habitante. No outro extremo, Arapiraca-AL (R\$ 248,6), Natal (R\$ 180,3), Teresina (R\$ 141,9) e Aracaju (R\$ 110,8) registraram os maiores investimento per capita.

Centro-Oeste

O investimento cresceu 6,8% no Centro-Oeste, e atingiu seu maior patamar. Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, o maior acréscimo foi o de Campo Grande-MS (R\$ 39 milhões). Em seguida, aparecem Aparecida de Goiânia-GO, com aumento de R\$ 22,1 milhões, e Goiânia, com R\$ 20,8 milhões. Em sentido contrário, Cuiabá experimentou uma retração de 28,8% e Anápolis, de 19,9%. Do total de R\$ 1,49 bilhão investido na região, Campo Grande, com R\$ 188,7 milhões, e Goiânia, com R\$ 165,6 milhões, responderam por 23,8%. Em Cuiabá, essa despesa declinou 28,8%, mas, apesar da forte retração, o montante investido pela cidade foi o terceiro maior dos últimos dez anos.

As dez cidades da região Centro-Oeste que mais investiram em 2007

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1º	MS	Campo Grande	188.695.322,9	724.638
2º	GO	Goiânia	165.574.685,3	1.244.645
3º	GO	Aparecida de Goiânia	54.166.127,9	475.303
4º	MT	Cuiabá	45.458.099,4	527.113
5º	MT	Várzea Grande	37.088.148,8	230.466
6º	MS	Três Lagoas	32.710.295,1	85.376
7º	MT	Rondonópolis	28.632.679,4	172.471
8º	GO	Itumbiara	26.139.531,8	88.122
9º	GO	Senador Canedo	22.071.613,4	70.820
10º	MS	Corumbá	22.040.479,4	96.343
Total dos 10 maiores			622.576.983,3	3.715.297
Total dos demais			865.911.439,5	7.048.640
Total da região			1.488.488.422,8	10.763.937



Escola em Cariacica-ES onde os investimentos representaram mais de 20% do total de suas despesas em 2007

Sudeste

Com a maior taxa de crescimento entre as regiões brasileiras, o Sudeste passou a responder por 55,4% dos investimentos. O aumento foi fortemente influenciado pelo comportamento da capital paulistana, que apresentou um crescimento de 33,3%. Assim, o montante aplicado pelo município se elevou em R\$ 581,2 milhões, em 2007.

Além de São Paulo, Rio de Janeiro, com dispêndio adicional de R\$ 197,3 milhões; Vitória, com R\$ 99,9 milhões; Santo André, com acréscimo de R\$ 97,3 milhões; e Campos dos Goytacazes, com R\$ 87,3 milhões, contribuíram significativamente para o resultado. Destacam-se ainda as expressivas taxas de crescimento de São João de Meriti-RJ (231,4%), Contagem (197,4%), Cariacica (160,7%), Montes Claros (106%), São José do Rio Preto (88,4%), Campinas (85,4%), Volta Redonda-RJ (66,3%), Nova Iguaçu-RJ (62,6%) e Mogi das Cruzes-SP (58,2%).

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, Serra-ES foi o que mais priorizou os investimentos, que corresponderam a 26,4% de toda despesa efetuada pela localidade em 2007. Campos dos Goytacazes, Cariacica, Vitória e Ribeirão das Neves também merecem destaque,

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Investimento per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	196,5	9,7	149,9	711,3	11,5	170,8	629,1	12,2	184,7
De 10 mil até 20 mil hab.	233,2	12,4	151,9	706,0	11,3	137,5	366,3	10,5	114,5
De 20 mil até 50 mil hab.	259,1	11,9	131,0	1.123,1	11,2	136,3	482,7	11,0	118,0
De 50 mil até 100 mil hab.	199,2	13,8	146,6	1.468,1	14,6	198,3	465,2	11,8	117,3
De 100 mil até 200 mil hab.	96,2	9,2	91,3	1.396,5	11,5	160,6	372,7	10,9	126,9
De 200 mil até 500 mil hab.	104,6	14,2	101,4	2.595,0	14,1	181,0	571,5	8,9	96,7
Acima de 500 mil hab.	399,7	12,5	160,1	5.238,3	11,1	175,3	518,4	8,7	161,1
Total dos municípios	1.488,5	11,9	138,3	13.238,2	12,0	170,0	3.405,9	10,4	127,4

com investimentos que responderam por mais de 20% da despesa municipal.

As parcerias com os governos federal e estadual contribuíram para a alta expressiva dos investimentos em Caricica, segundo a secretária municipal de Finanças, Dalva Guterra. Mas não somente. Houve um significativo aumento da arrecadação tributária, que dobrou nos últimos três anos em termos reais, fruto da implantação do Programa de Modernização da Administração Tributária, a partir de uma operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Trabalhamos para ampliar a base tributária, sem aumentar alíquota de imposto, reduzir as despesas e estamos com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)", disse.

"Nosso município é muito carente, vítima de má administração. Então, focamos em investimentos grandes nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura", disse Dalva Guterra.

As dez cidades da região Sudeste que mais investiram em 2007

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1º	SP	São Paulo	2.325.464.817,2	10.886.518
2º	RJ	Rio de Janeiro	927.699.359,8	6.093.472
3º	MG	Belo Horizonte	512.239.334,6	2.412.937
4º	RJ	Campos dos Goytacazes	328.227.767,7	426.154
5º	SP	São Bernardo do Campo	250.231.746,4	781.390
6º	SP	Barueri	243.977.896,6	252.748
7º	ES	Vitória	227.309.190,0	314.042
8º	SP	Guarulhos	181.528.727,1	1.236.192
9º	SP	Santo André	179.362.181,8	667.891
10º	SP	São José dos Campos	145.155.089,3	594.948
Total dos 10 maiores			5.321.196.110,3	23.666.292
Total dos demais			7.917.023.074,9	54.191.466
Total da região			13.238.219.185,2	77.857.758

Sul

O investimento no Sul cresceu 11,4%, alcançando a cifra de R\$ 3,41 bilhões. Dos 18 municípios selecionados por **Multi Cidades** dez elevaram seus dispêndios enquanto oito reduziram. Os maiores aumentos foram realizados por Curitiba e Porto Alegre, que apresentaram taxas de crescimento em torno de 49%. Curitiba investiu R\$ 331,3 milhões, valor R\$ 109,6 milhões maior do que o verificado no ano anterior. Já em Porto Alegre, o gasto foi de R\$ 187,1 milhões, superando o montante aplicado em 2006, de R\$ 61,4 milhões.

Entre os que contiveram os investimentos, as maiores retrações foram realizadas por Foz do Iguaçu-PR, Blumenau-SC e Gravataí-RS, cujas reduções variaram entre R\$ 10,3 milhões e R\$ 11,9 milhões. Em Canoas o recuo foi de 31,1%.

As dez cidades da região Sul que mais investiram em 2007

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1º	PR	Curitiba	331.260.257,6	1.797.408
2º	RS	Porto Alegre	187.149.725,2	1.420.667
3º	RS	Caxias do Sul	73.207.898,6	399.038
4º	SC	Itajaí	70.765.992,9	163.298
5º	SC	Florianópolis	68.275.188,0	396.723
6º	SC	Joinville	66.680.146,0	487.003
7º	SC	Balneário Camboriú	64.539.422,8	94.579
8º	PR	Maringá	53.297.221,4	325.968
9º	PR	Ponta Grossa	47.660.095,7	306.351
10º	PR	Araucária	34.748.227,4	111.952
Total dos 10 maiores			997.584.175,5	5.502.987
Total dos demais			2.408.287.159,7	21.226.896
Total da região			3.405.871.335,2	26.729.883



Hospital Cidade Tiradentes, na capital paulista, entregue em 2007

OBRIGADO POR SUA CONTRIBUIÇÃO ANUAL DE R\$ 68 BILHÕES

Hoje, quando a ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais completa 25 anos, é dia de agradecer a você e aos 44 milhões de brasileiros que honram seus compromissos com os tributos municipais. O papel da ABRASF é cuidar para que o dinheiro que você paga através do ISS, IPTU, ITBI, taxas e contribuições, seja gerido de forma eficiente nas 26 capitais e no Distrito Federal.

Pquem paga seus tributos em dia, além de cumprir com o seu dever, está amando sua cidade e acreditando que com a cooperação de todos é possível construir uma vida melhor. É nesse compromisso que a ABRASF acredita.

II Congresso Nacional da Associação Brasileira das
Secretarias de Finanças das Capitais
10 e 11 de dezembro de 2008
Recife Palace Hotel - Recife - PE



CONABRAS

<http://www.abrasf.org.br/>



ABRASF

Associação Brasileira das Secretarias
de Finanças das Capitais
Fundada em 11 de Novembro de 1983



UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Participação na despesa total	Investimento per capita 2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %	
MG	415.098	Betim	78.983,7	89.024,0	96.303,8	145.136,7	139.945,2	-3,6	18,8	337,1
MG	352.384	Montes Claros	20.122,6	30.362,9	14.798,4	31.283,8	64.450,8	106,0	19,1	182,9
MG	329.112	Ribeirão das Neves	12.110,0	23.091,2	32.524,1	29.782,5	30.126,3	1,2	20,4	91,5
MG	287.760	Uberaba	22.974,7	37.783,4	22.268,9	42.848,5	31.663,9	-26,1	9,1	110,0
MG	260.396	Governador Valadares	30.411,6	38.403,3	28.438,6	32.753,0	27.476,1	-16,1	10,1	105,5
MG	238.397	Ipatinga	35.308,4	52.077,8	19.833,3	36.867,9	28.593,5	-22,4	8,2	119,9
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	1.218.974,3	876.632,7	695.487,0	730.446,9	927.699,4	27,0	9,6	152,2
RJ	960.631	São Gonçalo	26.073,9	18.079,7	12.643,5	31.938,2	43.308,1	35,6	10,5	45,1
RJ	842.686	Duque de Caxias	31.748,4	63.143,8	33.061,3	112.005,3	104.487,7	-6,7	11,0	124,0
RJ	830.672	Nova Iguaçu	25.080,8	82.368,3	24.437,0	44.621,1	72.566,4	62,6	12,2	87,4
RJ	480.555	Belford Roxo	7.732,9	8.395,7	10.898,3	27.337,5	17.771,9	-35,0	7,1	37,0
RJ	474.002	Niterói	26.721,2	44.587,6	39.416,3	37.574,3	36.661,0	-2,4	4,6	77,3
RJ	464.282	São João de Meriti	11.356,2	7.659,4	9.555,2	4.067,2	13.478,9	231,4	5,9	29,0
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	139.439,5	103.044,4	240.914,9	328.227,8	36,2	23,7	770,2
RJ	306.645	Petrópolis	24.007,9	23.219,3	16.456,9	24.864,0	16.565,9	-33,4	4,2	54,0
RJ	255.653	Volta Redonda	44.125,6	26.736,2	22.966,5	21.010,9	34.947,3	66,3	8,2	136,7
SP	10.886.518	São Paulo	1.768.725,7	1.995.490,9	739.209,7	1.744.303,7	2.325.464,8	33,3	11,5	213,6
SP	1.236.192	Guarulhos	101.959,3	118.722,8	96.025,8	152.373,5	181.528,7	19,1	11,7	146,9
SP	1.039.297	Campinas	43.836,9	63.556,0	56.669,7	64.088,0	118.810,6	85,4	6,1	114,3
SP	781.390	São Bernardo do Campo	233.127,7	343.049,5	167.091,7	236.609,0	250.231,7	5,8	16,4	320,2
SP	701.012	Osasco	52.302,1	92.613,8	60.200,9	81.951,9	87.192,3	6,4	9,8	124,4
SP	667.891	Santo André	60.470,8	50.491,9	89.008,5	82.068,4	179.362,2	118,6	15,6	268,6
SP	594.948	São José dos Campos	68.917,8	81.876,8	88.760,4	109.639,8	145.155,1	32,4	14,5	244,0
SP	559.157	Sorocaba	68.723,8	87.330,7	58.225,2	62.618,0	90.401,9	44,4	14,2	161,7
SP	547.417	Ribeirão Preto	48.142,1	27.010,1	47.203,5	55.218,3	36.254,6	-34,3	4,3	66,2
SP	418.288	Santos	42.355,7	51.084,5	40.889,3	33.761,0	39.149,5	16,0	4,4	93,6
SP	402.770	São José do Rio Preto	34.173,1	32.479,1	25.925,4	50.259,4	94.702,9	88,4	17,3	235,1
SP	402.643	Mauá	26.851,5	36.807,8	29.189,0	41.572,5	20.970,4	-49,6	5,9	52,1
SP	386.779	Diadema	20.877,7	27.575,3	27.249,9	43.843,6	47.673,8	8,7	10,6	123,3
SP	379.566	Carapicuíba	21.923,5	17.230,3	20.941,1	35.751,7	21.403,8	-40,1	11,8	56,4
SP	362.991	Mogi das Cruzes	42.678,9	36.707,0	43.060,3	48.877,5	77.321,6	58,2	18,1	213,0
SP	358.108	Piracicaba	36.400,0	29.159,9	36.950,0	67.012,8	70.347,6	5,0	14,1	196,4
SP	347.601	Bauru	17.458,5	17.344,7	23.733,6	29.048,5	30.242,4	4,1	8,6	87,0
SP	342.983	Jundiaí	53.061,3	67.246,3	49.259,3	72.726,7	72.828,7	0,1	11,4	212,3
PR	26.729.883	Sul	2.470.265,5	2.850.265,3	2.274.861,5	3.056.887,7	3.405.871,3	11,4	10,4	127,4
PR	1.797.408	Curitiba	121.030,1	136.185,6	109.904,3	221.679,3	331.260,3	49,4	9,7	184,3
PR	497.833	Londrina	41.424,3	45.944,3	22.437,6	25.646,5	21.961,6	-14,4	4,2	44,1
PR	325.968	Maringá	9.777,1	23.714,4	13.954,3	50.537,9	53.297,2	5,5	13,6	163,5
PR	311.336	Foz do Iguaçu	23.806,4	29.599,4	39.997,4	37.287,8	25.365,3	-32,0	8,1	81,5
PR	306.351	Ponta Grossa	21.394,4	32.823,9	24.392,5	33.878,6	47.660,1	40,7	17,6	155,6
PR	285.784	Cascavel	14.258,7	31.197,0	19.791,2	19.310,6	25.550,8	32,3	11,3	89,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	33.385,7	54.252,3	39.202,5	25.886,7	26.792,5	3,5	10,9	101,6
RS	1.420.667	Porto Alegre	142.252,9	180.557,7	120.498,8	125.763,0	187.149,7	48,8	7,3	131,7
RS	399.038	Caxias do Sul	32.721,8	52.897,3	29.381,7	47.517,6	73.207,9	54,1	11,3	183,5
RS	339.934	Pelotas	15.962,9	16.519,3	8.966,0	7.327,6	7.157,8	-2,3	2,4	21,1
RS	326.458	Canoas	73.573,1	42.770,6	45.322,8	22.747,9	15.671,1	-31,1	3,3	48,0
RS	263.403	Santa Maria	11.038,6	16.074,1	6.197,3	5.053,3	19.907,0	293,9	10,0	75,6
RS	261.150	Gravataí	14.900,2	19.816,8	18.812,5	22.790,0	12.460,3	-45,3	4,8	47,7
RS	253.264	Viamão	10.255,1	12.312,5	10.922,6	6.397,1	5.191,2	-18,9	3,9	20,5
RS	253.067	Novo Hamburgo	32.703,4	24.258,9	8.648,9	10.750,9	19.367,1	80,1	7,2	76,5
SC	396.723	Florianópolis	29.764,2	41.485,9	39.691,1	71.726,0	68.275,2	-4,8	11,5	172,1
SC	487.003	Joinville	45.659,8	96.193,7	67.041,1	64.611,5	66.680,1	3,2	10,2	136,9
SC	292.972	Blumenau	40.523,0	35.747,5	31.721,8	42.128,9	30.825,6	-26,8	6,8	105,2
	73.054.455	Cidades selecionadas	7.231.027,4	8.125.644,9	5.390.841,7	8.334.479,3	10.317.430,4	23,8	10,9	141,2
	33.479.343	Até 20 mil habitantes	2.911.098,2	3.254.943,7	2.937.949,0	4.400.740,9	4.262.680,0	-3,1	10,9	127,3
	41.708.810	Capitais	4.902.902,8	5.080.007,7	2.957.263,5	4.962.296,4	6.362.512,3	28,2	10,6	152,6
	181.430.137	Brasil*	16.692.516,6	18.636.771,9	14.899.863,3	21.639.398,9	23.905.031,5	10,5	11,2	131,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Investimentos

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	2.325.464.817,2	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	927.699.359,8	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	512.239.334,6	2.412.937
4°	PR	Curitiba	331.260.257,6	1.797.408
5°	RJ	Campos dos Goytacazes	328.227.767,7	426.154
6°	SP	São Bernardo do Campo	250.231.746,4	781.390
7°	SP	Barueri	243.977.896,6	252.748
8°	ES	Vitória	227.309.190,0	314.042
9°	MS	Campo Grande	188.695.322,9	724.638
10°	RS	Porto Alegre	187.149.725,2	1.420.667
11°	SP	Guarulhos	181.528.727,1	1.236.192
12°	SP	Santo André	179.362.181,8	667.891
13°	CE	Fortaleza	170.369.593,8	2.431.415
14°	GO	Goiânia	165.574.685,3	1.244.645
15°	PE	Recife	147.532.787,5	1.533.580
16°	SP	São José dos Campos	145.155.089,3	594.948
17°	MG	Betim	139.945.230,9	415.098
18°	RN	Natal	139.602.337,8	774.205
19°	ES	Serra	137.386.318,2	385.370
20°	PA	Belém	124.414.285,0	1.408.847
21°	AM	Manaus	124.411.203,7	1.612.475
22°	SP	Paulínia	123.504.798,0	73.118
23°	SP	Campinas	118.810.570,2	1.039.297
24°	PI	Teresina	110.409.177,4	778.341
25°	RJ	Duque de Caxias	104.487.652,7	842.686
26°	SP	São Caetano do Sul	102.437.834,3	144.857
27°	SP	São José do Rio Preto	94.702.899,1	402.770
28°	RJ	Macaé	93.375.356,7	169.229
29°	SP	Sorocaba	90.401.898,5	559.157
30°	SP	Osasco	87.192.283,1	701.012
31°	PA	Parauapebas	85.954.635,5	133.261
32°	RR	Boa Vista	85.782.000,0	247.762
33°	AL	Maceió	82.587.437,0	874.014
34°	SP	Mogi das Cruzes	77.321.617,0	362.991
35°	MG	Poços de Caldas	73.438.492,0	144.420
36°	RS	Caxias do Sul	73.207.898,6	399.038
37°	SP	Jundiaí	72.828.722,0	342.983
38°	RJ	Nova Iguaçu	72.566.412,6	830.672
39°	SC	Itajaí	70.765.992,9	163.298
40°	SP	Piracicaba	70.347.550,5	358.108
41°	MG	Contagem	70.201.256,4	608.650
42°	MG	Uberlândia	70.169.725,0	608.369
43°	SP	Praia Grande	68.675.614,7	233.806
44°	SC	Florianópolis	68.275.188,0	396.723
45°	SC	Joinville	66.680.146,0	487.003
46°	MA	São Luís	65.498.014,9	957.899
47°	SC	Balneário Camboriú	64.539.422,8	94.579
48°	MG	Montes Claros	64.450.799,4	352.384
49°	RJ	Cabo Frio	63.421.897,2	162.191
50°	BA	Camaçari	63.196.765,5	220.495
51°	RJ	Itaguaí	62.743.734,4	95.468
52°	PB	João Pessoa	60.678.062,4	674.971

Posição	UF	Município	Investimentos em reais	População 2007
53°	SP	Suzano	60.625.224,7	268.777
54°	SE	Aracaju	57.651.666,0	520.207
55°	BA	Salvador	56.145.974,6	2.892.625
56°	SP	Guarujá	55.566.262,9	296.150
57°	GO	Aparecida de Goiânia	54.166.127,9	475.303
58°	ES	Cariacica	53.961.388,7	356.536
59°	PR	Maringá	53.297.221,4	325.968
60°	AC	Rio Branco	52.712.125,4	288.614
61°	SP	São Carlos	52.039.497,7	212.956
62°	ES	Vila Velha	51.907.885,8	398.068
63°	AL	Arapiraca	50.261.483,9	202.147
64°	SP	Taubaté	48.593.314,9	265.514
65°	PE	Ipójuca	47.695.698,6	69.781
66°	SP	Diadema	47.673.788,3	386.779
67°	PR	Ponta Grossa	47.660.095,7	306.351
68°	RO	Porto Velho	47.655.408,9	371.791
69°	SP	Indaiatuba	47.628.004,3	173.508
70°	PE	Cabo de Santo Agostinho	46.039.551,6	162.476
71°	PA	Marabá	45.721.455,1	196.468
72°	SP	Limeira	45.661.696,1	272.734
73°	MT	Cuiabá	45.458.099,4	527.113
74°	TO	Palmas	44.583.909,3	179.707
75°	RJ	São Gonçalo	43.308.117,1	960.631
76°	SP	São Sebastião	41.327.333,7	67.099
77°	RN	Parnamirim	41.231.567,0	172.723
78°	SP	Santos	39.149.468,7	418.288
79°	SP	Santa Bárbara d'Oeste	38.889.007,3	184.318
80°	SP	Santana de Parnaíba	38.552.662,3	100.209
81°	RJ	Angra dos Reis	37.583.071,1	149.395
82°	ES	Aracruz	37.554.746,0	73.348
83°	MG	Sete Lagoas	37.232.059,9	217.506
84°	MT	Várzea Grande	37.088.148,8	230.466
85°	RJ	Niterói	36.660.964,2	474.002
86°	RJ	Magé	36.260.865,0	232.171
87°	SP	Ribeirão Preto	36.254.630,5	547.417
88°	MG	Nova Lima	36.250.389,0	72.207
89°	SP	Hortolândia	35.257.016,0	190.781
90°	RJ	Volta Redonda	34.947.300,0	255.653
91°	MG	Itabira	34.885.973,5	105.199
92°	PR	Araucária	34.748.227,4	111.952
93°	RS	São Leopoldo	34.739.086,0	207.721
94°	MS	Três Lagoas	32.710.295,1	85.376
95°	SP	Rio Claro	32.613.692,8	185.421
96°	MG	Uberaba	31.663.949,4	287.760
97°	CE	Maracanaú	31.638.540,4	197.301
98°	AM	Coari	30.986.051,6	61.069
99°	SC	Blumenau	30.825.585,5	292.972
100°	CE	Caucaia	30.811.062,0	316.906

Total dos 100 maiores	11.702.067.403,7	66.221.656
Total dos demais*	12.202.964.098,6	115.208.481
Total Brasil*	23.905.031.502,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Investimento per capita

Posição	UF	Município	Investi- mento per capita	Investimentos	População 2007
			Em reais		
1°	SP	Paulínia	1.689	123.504.798,0	73.118
2°	GO	Mimoso de Goiás	1.662	4.713.575,6	2.836
3°	SC	Jardinópolis	1.620	2.997.991,1	1.851
4°	RS	Montauri	1.548	2.451.020,1	1.583
5°	SC	Irati	1.502	3.042.280,8	2.025
6°	MT	Vale de São Domingos	1.451	4.191.219,2	2.889
7°	SP	Altair	1.355	4.433.467,2	3.272
8°	RJ	Quissamã	1.348	23.429.235,9	17.376
9°	SP	Fernando Prestes	1.317	6.862.017,5	5.212
10°	GO	Alto Horizonte	1.311	4.137.764,1	3.155
11°	SE	Carmópolis	1.273	15.146.045,8	11.899
12°	GO	Morro Agudo de Goiás	1.240	2.901.320,8	2.340
13°	SC	Piratuba	1.219	5.570.337,5	4.570
14°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	1.190	10.990.801,9	9.238
15°	MG	Pedra Dourada	1.180	2.477.093,1	2.100
16°	RS	Linha Nova	1.150	1.710.471,2	1.488
17°	SP	Borá	1.124	903.736,0	804
18°	RS	Triunfo	1.115	26.781.042,0	24.016
19°	SP	Nova Castilho	1.078	1.139.903,8	1.057
20°	PR	Itaipulândia	1.062	9.110.432,2	8.581
21°	BA	Madre de Deus	1.060	16.363.560,3	15.432
22°	RS	Coqueiro Baixo	1.052	1.647.806,8	1.566
23°	SP	Alumínio	1.035	16.225.776,9	15.678
24°	RS	Canudos do Vale	1.028	1.994.524,9	1.941
25°	SC	Paial	1.020	1.857.770,9	1.821
26°	SC	Rancho Queimado	1.015	2.813.910,0	2.772
27°	RS	Mato Queimado	1.010	1.884.530,1	1.865
28°	SC	Bandeirante	1.000	3.028.606,1	3.028
29°	RS	Tio Hugo	997	2.584.311,8	2.593
30°	RS	Poço das Antas	987	1.950.285,0	1.976
31°	SP	Barueri	965	243.977.896,6	252.748
32°	RS	Travesseiro	952	2.263.772,4	2.379
33°	RR	São João da Baliza	893	5.114.001,6	5.727
34°	RS	Camargo	851	2.103.117,0	2.471
35°	ES	Anchieta	830	16.152.646,6	19.450
36°	SP	Louveira	829	24.899.000,9	30.038
37°	TO	Fortaleza do Tabocão	812	1.705.935,2	2.101
38°	RJ	Macuco	797	4.180.805,4	5.246
39°	RR	Cantá	789	8.772.300,8	11.119
40°	RS	Tupandi	789	2.844.485,1	3.604
41°	SP	São João de Iracema	784	1.357.083,5	1.732
42°	RR	Caracará	781	14.048.939,7	17.981
43°	SP	Sandovalina	778	2.505.068,4	3.219
44°	RS	Gentil	776	1.225.361,1	1.579
45°	RS	André da Rocha	771	930.406,6	1.206
46°	RJ	Porto Real	771	11.194.175,1	14.512
47°	RS	Santa Cecília do Sul	770	1.321.716,9	1.716
48°	RJ	Campos dos Goytacazes	770	328.227.767,7	426.154
49°	SC	Alto Bela Vista	767	1.550.935,0	2.021
50°	TO	Ananás	765	7.163.603,0	9.359
51°	SC	Ouro Verde	765	1.645.731,3	2.152
52°	AL	Ibateguara	764	11.727.226,1	15.359

Posição	UF	Município	Investi- mento per capita	Investimentos	População 2007
			Em reais		
53°	RR	São Luiz	763	4.366.485,7	5.720
54°	SP	Mira Estrela	757	1.951.234,0	2.576
55°	RN	João Dias	744	2.036.800,4	2.739
56°	RS	Boa Vista do Sul	734	1.954.242,1	2.663
57°	ES	Vitória	724	227.309.190,0	314.042
58°	MS	Figueirão	723	2.371.600,6	3.280
59°	RS	Barra Funda	721	1.685.058,0	2.338
60°	MS	Jateí	711	2.708.723,9	3.808
61°	SP	Analândia	709	2.953.723,0	4.166
62°	SP	São Caetano do Sul	707	102.437.834,3	144.857
63°	RR	Iracema	706	4.138.186,2	5.859
64°	RJ	Rio das Flores	703	5.738.872,1	8.168
65°	GO	Rio Quente	701	2.084.507,3	2.974
66°	SP	Santa Salete	700	973.116,3	1.390
67°	RS	Vanini	689	1.348.218,5	1.956
68°	PB	Quixabá	686	982.470,3	1.433
69°	PE	Ípojuca	684	47.695.698,6	69.781
70°	SP	Orindiúva	684	3.364.915,4	4.916
71°	SC	Balneário Camboriú	682	64.539.422,8	94.579
72°	SC	Arvoredo	675	1.480.963,0	2.193
73°	RS	Santo Antônio do Palma	675	1.494.977,7	2.216
74°	SC	Chapadão do Lageado	675	1.855.722,2	2.749
75°	RJ	Itaguaí	657	62.743.734,4	95.468
76°	RS	Nova Roma do Sul	654	2.282.038,5	3.490
77°	SP	Guaraci	651	5.892.429,7	9.045
78°	PR	Rancho Alegre D'Oeste	650	1.903.080,3	2.928
79°	PA	Parauapebas	645	85.954.635,5	133.261
80°	GO	Buritópolis	643	2.216.576,9	3.446
81°	PB	Bom Jesus	643	1.470.081,7	2.286
82°	PI	Antônio Almeida	642	2.016.682,6	3.140
83°	RS	Vista Gaúcha	634	1.719.316,2	2.713
84°	RS	Alto Alegre	630	1.222.595,9	1.940
85°	MT	Matupá	626	8.092.140,1	12.928
86°	RS	Alto Feliz	622	1.826.357,7	2.934
87°	RS	Nova Alvorada	622	1.902.471,0	3.058
88°	SC	Santiago do Sul	619	897.846,3	1.450
89°	PR	Saudade do Iguaçu	618	3.048.415,9	4.931
90°	SP	São Sebastião	616	41.327.333,7	67.099
91°	ES	Vila Pavão	615	5.350.581,9	8.702
92°	RS	Nicolau Vergueiro	611	1.074.062,4	1.759
93°	RS	Boa Vista do Cadeado	607	1.484.326,3	2.447
94°	SC	Anitópolis	605	1.921.387,3	3.175
95°	SP	Guarani d'Oeste	604	1.186.342,0	1.963
96°	SC	Lajeado Grande	603	881.472,7	1.461
97°	RR	Uiramutã	602	4.455.171,1	7.403
98°	SP	Lourdes	598	1.180.666,0	1.974
99°	SP	Jaguariúna	596	21.949.477,7	36.801
100°	MT	Campos de Júlio	595	2.835.947,9	4.770

Total dos 100 maiores	810	1.754.064.746,1	2.164.930
Total dos demais*	124	22.150.966.756,1	179.265.207
Total Brasil*	132	23.905.031.502,3	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Melhora a situação de endividamento dos municípios brasileiros

O endividamento de curto prazo dos municípios brasileiros foi o mais satisfatório dos últimos anos, com uma suficiência de caixa de R\$ 16,34 bilhões. Embora a despesa com encargos e amortização da dívida tenha mantido a trajetória ascendente, comprometeu apenas 3,5% da receita corrente, o menor percentual desde 2001.

I - Dívida de curto prazo

A dívida de curto prazo é aquela que tem um período máximo de um ano para o seu vencimento. É constituída, na sua maior parte, dos restos a pagar, despesas empenhadas e não-pagas até o dia 31 de dezembro. Também chamada de dívida flutuante, é avaliada pelo conceito de (in)suficiência financeira: diferença entre o ativo financeiro (disponibilidades) e o passivo financeiro (obrigações). Quando o município apresenta as obrigações maiores que as disponibilidades, significa que ele não conseguiria cobrir a sua dívida flutuante mesmo se usasse todos os seus

ativos financeiros, evidenciando um quadro de insuficiência financeira. A magnitude dessa insuficiência financeira é obtida confrontando-a com a receita corrente, para se ter uma idéia do comprometimento do município com esse endividamento.

Endividamento de curto prazo

O endividamento de curto prazo dos municípios brasileiros, medido pela diferença entre os ativos e os passivos financeiros, foi positivo em R\$ 16,34 bilhões em 2007, quantia 31,8% superior a de 2006. Isso significa que, se os municípios utilizassem seus ativos financeiros para liquidarem toda a dívida de curto prazo, ainda sobriam R\$ 16,34 bilhões, o que é uma situação bastante confortável. Em relação à receita corrente, essa suficiência financeira representou 7,9%, o resultado mais satisfatório dos últimos anos.

A partir de 2000, com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o comportamento financeiro dos municípios brasileiro começou a mudar. Houve um aumento significativo do ativo frente ao passivo, que resultou numa suficiência de caixa superavitária a partir de 2004. No período de 2004 a 2007, ajudado

pela forte expansão das receitas, o ativo financeiro teve um crescimento real de 139,5%, enquanto que o do passivo foi de apenas 69,2%.

(In)suficiência financeira regional

Em 2007, as regiões brasileiras apresentaram condições razoáveis de endividamento municipal de curto prazo. Por mais um ano, as cidades do Sul e do Sudeste registraram os melhores indicadores de suficiência financeira, contabilizando superávits que atingiram 15,3% e 10,5% de suas receitas correntes, respectivamente. (veja tabela da página 124)

Os municípios do Sudeste somaram R\$ 11,15 bilhões de superávit financeiro em 2007, crescimento de 34,3% em relação a 2006. Esse montante representou 68,3% do total da suficiência de caixa de todas as cidades brasileiras. A cidade do Rio de Janeiro, embora tenha registrado uma queda de 2,3% do saldo em relação a 2006, obteve a maior suficiência financeira da região, de R\$ 2,62 bilhões. A seguir aparece a capital paulistana, que, com R\$ 1,75 bilhão, elevou esse saldo pela terceira vez consecutiva. Em termos relativos, a melhor condição de endividamento em



São José dos Campos-SP registrou a melhor condição de endividamento em 2007

relação à receita corrente foi contabilizada por São José dos Campos-SP, de 105,5%.

De acordo com o secretário de Fazenda de São José dos Campos, José Liberato Júnior, o superávit é resultado, em primeiro lugar, da elaboração de um orçamento realista. "A gente é cuidadoso com o comportamento de receitas e despesas. Fazemos o planejamento para o ano, verificando as possibilidades reais tanto de receita quanto de despesa, o que de fato pode atingir o custeio e o que sobra verdadeiramente para os investimentos", disse.

Em segundo lugar, foi adotado um sistema de controle orçamentário, pelo qual, em cada secretaria, há uma pessoa incumbida de acompanhar diariamente as despesas orçamentárias e manter o secretário de Fazenda informado, afirmou o próprio. "Sabemos imediatamente das pendências e urgências das secretarias e conseguimos realizar uma ação ou outra com rapidez", disse Liberato, ressaltando a importância de se reservar parte do superávit para despesas de custeio. "O custeio sobe, por mais que

você tenha um controle rigoroso. Então, reservamos parte do superávit para permitir a decompressão das despesas de custeio".

O secretário ressalta que, em 2007, o superávit também foi favorecido por um aumento de receitas, decorrente do crescimento econômico do país, pelas facilidades criadas para o pagamento dos impostos e taxas e seleção, e pela licitação da instituição financeira para receber a folha de pagamento dos funcionários e as demais movimentações financeiras da prefeitura. "A exemplo do Estado, criamos um programa exitoso para facilitar o pagamento de taxas e impostos, que resultou em mais de R\$ 50 milhões. E recebemos R\$ 31 milhões da instituição financeira escolhida para ficar com a conta da prefeitura. Houve um acréscimo de receita superior ao que esperávamos, de R\$ 100 milhões", disse.

Em contrapartida, Belo Horizonte, com R\$ 628,8 milhões, e Campinas, com R\$ 178,4 milhões, registraram os maiores saldos negativos da região. Destaca-se que a capital apresentou resultados negativos em todos

os anos disponíveis na série histórica. Por outro lado, caiu o peso desse endividamento em relação a sua receita corrente, que chegou a ser de 32%, em 2003, o maior valor em dez anos, e desceu para 19% em 2007, devido à contenção do endividamento desde 2004.

A parte elevada da dívida da capital mineira, para o secretário de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, são os restos a pagar, de curto prazo. 80% dos restos de 2007, de acordo com o secretário, foram pagos em janeiro de 2008, com a expressiva receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Sua preocupação é cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e terminar o mandato, em 2008, sem restos a pagar, para não deixar pendências ao prefeito eleito, quando esse assumir, em janeiro de 2009.

"Trabalhamos para ter nível zero de restos a pagar para o sucessor, isso é o que determina a lei: nenhum governo pode passar dívida de curto prazo para seu sucessor. Tem quatro anos para acertar. Começamos mui-



Isabel Baldoni

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário municipal de Finanças de Belo Horizonte

tas obras em 2007, investimentos elevados, de 20% do nosso orçamento. Em 2008, vendemos R\$ 280 milhões em ações da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), para deixar o mínimo possível de dívida para a outra administração. Talvez, com a crise (econômica global), reste algo, porque diminuíram os repasses dos governos federal e estadual. A princípio, pretendemos deixar a receita de IPTU de 2009 livre para o próximo prefeito", disse José Afonso Bicalho.

Com relação à dívida fundada (de longo prazo), na avaliação do secretário, ela não é um problema para o município. "Primeiro: essa dívida é baixa. Há folga", disse. Segundo ele, para um orçamento de R\$ 5 bilhões, o município poderia, por lei (LRF), ter uma dívida de até R\$ 6,2 bilhões. "E nossa dívida fundada é de R\$ 1 bi, 20% do orça-

mento. É muito baixa", explicou.

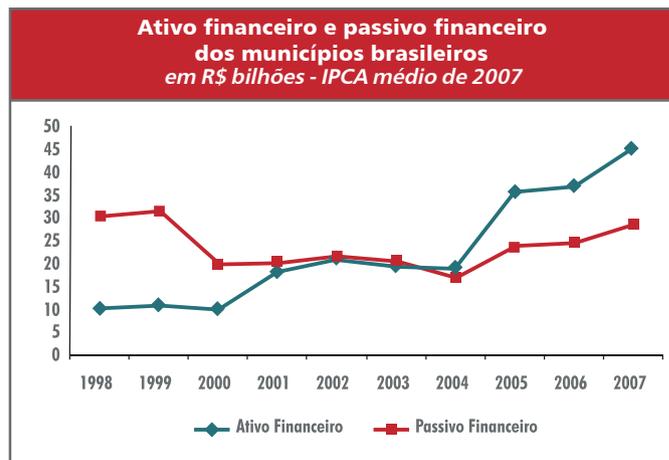
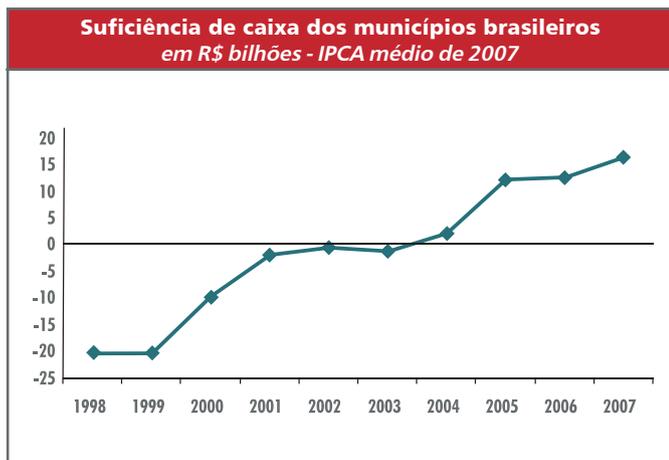
Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Sul, apenas Gravataí-RS e Foz do Iguaçu-PR contabilizaram insuficiência financeira de R\$ 74 milhões e R\$ 14,2 milhões, cada um, na devida ordem. Por outro lado, Joinville-SC (R\$ 379,8 milhões), Caxias do Sul-RS (R\$ 282,7 milhões) e Porto Alegre-RS (R\$ 162,2 milhões) registraram os maiores saldos positivos, e essas duas primeiras cidades tiveram as maiores suficiências financeiras da região em relação as suas receitas correntes, de 60,6% e 45,5%, respectivamente. O Sul registrou o segundo maior superávit, de R\$ 4,90 bilhões.

Comparando 2007 com 2006, o Centro-Oeste aumentou em 130,7% o saldo positivo resultante da diferença entre o ativo e o passivo financeiros, somando R\$ 693,9 milhões. Esse valor representou 5,7% da receita

corrente, pouco mais de duas vezes o percentual do ano anterior, de 2,7%.

Já na região Norte as obrigações cresceram 30,3%, ao passo que as disponibilidades, apenas 14,6%. Com isso, a situação de endividamento de curto prazo da região, apesar de positiva em R\$ 286,9 milhões, não foi tão boa quanto à de 2006, de R\$ 456,5 milhões. Em termos de participação na receita corrente, a suficiência de caixa passou de 4% para apenas 2,2%.

Apenas o Nordeste contabilizou uma disponibilidade de caixa negativa, com o seu passivo financeiro superando em R\$ 690,7 milhões o seu ativo. A maior parte desse déficit foi responsabilidade de Salvador, que registrou um resultado negativo de R\$ 510,9 milhões. Em relação à receita corrente do município, a insuficiência financeira representou 23,3%, o maior percentual dentre todas as capitais do país.



Belo Horizonte apresentou a maior insuficiência de caixa em 2007

II – Encargos e amortizações da dívida

Encargos e amortizações da dívida referem-se às despesas que os municípios têm com suas dívidas de longo prazo (dívida fundada ou consolidada), com vencimentos superiores a um ano. Esses gastos incluem todos os serviços da dívida (juros, multas e correções) e as amortizações do valor principal.

Em 2007, a despesa com encargos e amortizações da dívida dos municípios brasileiros somou R\$ 7,28 bilhões, crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Esse montante representou 3,5% da receita corrente, o menor percentual dos últimos sete anos. Segundo a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, “o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da receita corrente líquida” (inciso II do parágrafo 7º). Portanto, o percentual dos municípios ainda encontra-se bem abaixo do estipulado pela resolução.

De modo geral, as cidades não apresentaram problemas em relação às despesas com a dívida, à exceção de poucos municípios como São Paulo, Petrolina-PE, Salvador, Pelotas-RS e Ilhéus-BA. Em São Paulo e Petrolina a participação das amortizações e dos encargos da dívida foi de 11,1% da receita corrente. O Município de São Paulo diminuiu essa relação em 1,2 ponto percentual nos últimos três anos, contudo, em Petrolina ocorreu um movimento contrário e os serviços da dívida aumentaram significativamente. No ano de 2004, correspondiam a 5,8% de sua receita corrente. Após um ano esse percentual foi de 7,5% e, em 2006, passou para 8,8%. Em 2007, Petrolina despendeu 31,6% a mais com a dívida em relação a 2006 e o total dessa despesa, de R\$ 19,1 milhões, superou o valor destinado aos inves-



Em Petrolina-PE a despesa com encargos e amortizações da dívida é preocupante

timentos, de R\$ 12,7 milhões.

A secretária de Planejamento, Gestão e Controle Interno da Prefeitura de Petrolina, Lucivane Lima de Freitas, explica que a forte elevação dos gastos com dívida é decorrente de amortizações. “Até 2006, fazíamos pagamentos trimestrais, compensatórios. Em 2007, começaram as amortizações do principal, a cada mês”, disse.

O elevado gasto com pagamento de dívida inibe os investimentos e a contratação de novas dívidas, explicou. “Ficou difícil investir com recursos próprios depois que começaram as amortizações. Não contratamos novas dívidas, fizemos compensações, reduzimos o custeio e estabelecemos convênios com os governos estadual e municipal. São os nossos parceiros, responsáveis por 80% dos investimentos”.

Em Salvador, Pelotas e Ilhéus a despesa com encargos e amortizações chegou a ser aproximadamente três vezes maior que o valor investido em cada um deles. Salvador pagou R\$ 183,5 milhões relativos a sua dívida e investiu R\$ 56,1 milhões. Em Pelotas esses valores foram de R\$ 20,6 milhões e de R\$ 7,2 milhões,

e em Ilhéus de R\$ 9,2 milhões e R\$ 2,8 milhões.

Em termos relativos, os maiores aumentos no gasto com a dívida, no ano de 2007, ocorreram em Rorainópolis-RR (920,2%), Belford Roxo-RJ (246,7%) e Mogi das Cruzes-SP (185,7%). Do outro lado, os municípios de Mauá-SP, Parintins-AM e Santa Maria-RS foram os que mais reduziram as suas despesas nessa função em, respectivamente, 64%, 49,5% e 45,1%.

De acordo com o secretário de Finanças de Santa Maria, Genil Pavan, o município tem receita baixa e, em 2007, finalizou o pagamento de uma dívida parcelada em 2005. “Tínhamos um compromisso pesado com o instituto de previdência próprio (do município). Em 2005, foi paga a maior parte de R\$ 12 milhões; em 2006, em torno de R\$ 8,6 milhões; em 2007, a menor parte, de R\$ 4,7 milhões; e zeramos a dívida. Foi amortizado, não-renovado. Não tem mais custo”, disse.

O secretário explica que, para um município com receita baixa e carente de infra-estrutura como o de Santa Maria, as operações de crédito de longo prazo são importantes para



Genil Pavan, secretário municipal de Finanças de Santa Maria - RS

trazer melhorias, progresso e crescimento econômico. O pagamento integral da dívida em 2007, segundo ele, favoreceu novas contratações de crédito em 2008, que resultaram em mais investimentos para a cidade.

“Graças à amortização da dívida em 2007 conseguimos, em 2008, um empréstimo de R\$ 62 milhões, com desembolso em quatro anos,

dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Deu condições ao município para contrair novos empréstimos e aliviou o caixa para que pudéssemos fazer mais coisas com recursos próprios”, disse Genil Pavan.

Na média, os municípios do Sudeste foram os que contabilizaram os gastos mais elevados com os serviços e as amortizações da dívida. Em 2007, a região despendeu R\$ 4,88 bilhões, o que correspondeu a 4,4%

da sua despesa total e a 67,1% da soma da despesa com encargos e amortização da dívida das cidades brasileiras. Os encargos da dívida no Norte, por sua vez, representam apenas 1,3% da despesa total e 1,4% da receita corrente da região.

Entre todos os municípios brasileiros, apenas seis comprometeram mais de 10% de suas receitas correntes com as despesas relativas à dívida, em 2007 (veja tabela abaixo). Dentre eles, Mirador-PR foi o que destinou o maior percentual: 17%.

As 15 maiores despesas com encargos e amortizações da dívida em relação à receita corrente no Brasil - 2007

Posição	UF	Município	Enc. e amort. da dívida (A)	Receita corrente (B)	A/B
1°	PR	Mirador	873.872,8	5.143.057,6	17,0%
2°	PR	Araucária	36.828.272,5	321.774.158,3	11,4%
3°	SP	São Paulo	2.156.547.444,8	19.374.507.956,6	11,1%
4°	PE	Petrolina	19.111.854,1	172.843.216,7	11,1%
5°	SC	Morro Grande	562.799,5	5.357.422,5	10,5%
6°	PB	Aroeiras	1.430.085,0	14.035.125,0	10,2%
7°	PA	Breves	6.300.000,0	65.155.760,0	9,7%
8°	MS	Rio Verde de Mato Grosso	1.842.585,4	19.530.787,7	9,4%
9°	PR	Santa Cecília do Pavão	500.393,6	5.318.000,0	9,4%
10°	RS	Colorado	751.597,0	8.000.951,8	9,4%
11°	RJ	Aperibé	1.459.755,3	15.704.748,7	9,3%
12°	AL	Coqueiro Seco	593.695,8	6.399.204,0	9,3%
13°	PR	Mandaguari	2.575.286,9	27.763.023,5	9,3%
14°	SP	Pontal	3.174.304,2	34.737.019,1	9,1%
15°	BA	Camacan	1.862.148,1	20.509.574,2	9,1%

Participação dos gastos com encargos e amortização da dívida na receita corrente - 1998 - 2007

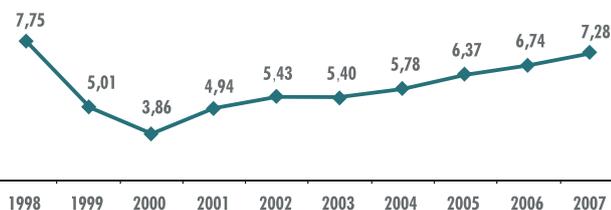
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Gasto com a dívida/Receita corrente	7,4%	4,5%	3,0%	3,7%	3,7%	3,7%	3,6%	3,7%	3,6%	3,5%

Encargos e amortizações da dívida - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	289,6	1,6	21,4	10,9	0,9	11,5	59,3	1,5	15,9
De 10 mil até 20 mil hab.	377,3	1,8	18,9	12,5	0,8	7,6	129,7	1,8	15,4
De 20 mil até 50 mil hab.	585,4	2,0	19,5	31,4	1,1	9,4	185,7	1,8	15,0
De 50 mil até 100 mil hab.	484,1	2,1	22,2	30,9	1,5	14,4	99,7	1,9	14,3
De 100 mil até 200 mil hab.	542,7	2,6	31,0	21,1	1,4	14,6	67,7	2,3	20,2
De 200 mil até 500 mil hab.	819,3	2,7	30,0	26,8	1,6	13,3	106,4	3,3	26,3
Acima de 500 mil hab.	4.177,4	5,9	81,4	47,3	1,7	15,7	394,0	3,3	31,1
Total dos municípios	7.275,8	3,4	40,1	181,0	1,3	12,4	1.042,4	2,3	20,2

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Evolução da despesa com encargos e amortizações da dívida em R\$ bilhões - IPCA médio de 2007



Santa Maria-RS conseguiu um empréstimo dentro do PAC de R\$ 62 milhões

Legislação sobre o endividamento municipal

- a) Dívida consolidada líquida não pode exceder a 1,2 vez (120%) a receita corrente líquida (Resolução nº 40, artigo 3º, inciso II, de 20/12/2001, do Senado Federal);
- b) Desembolso anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não pode exceder a 11,5% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal); e
- c) Montante das operações realizadas em um exercício financeiro não pode ser superior a 16% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal).

Prazos para enquadramento da dívida consolidada

A Resolução nº 40 do Senado estabeleceu um prazo de 15 anos, contados a partir de 2001, para que os municípios possam enquadrar suas dívidas consolidadas líquidas no limite de 120% da receita corrente líquida. Durante esse período, o montante que excedê-lo deverá ser reduzido na proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada ano. Para os municípios que já estiverem abaixo do valor máximo ou que alcançarem o enquadramento antes dos 15 anos previstos, vale o disposto no artigo 31 da LRF, que determina que, caso ultrapassem os limites da dívida, ela deve ser reconduzida ao nível permitido até o término do terceiro quadrimestre subsequente, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.

Penalidades

O município que não cumprir as regras para o enquadramento de suas dívidas consolidadas ficará impedido, enquanto perdurar a irregularidade, de contratar operações de crédito e de receber transferências voluntárias (LRF – LC nº 101/2000, artigo 31).

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Enc. e amort. da dívida per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	22,5	1,1	17,2	105,0	1,7	25,2	92,0	1,8	27,0
De 10 mil até 20 mil hab.	30,4	1,6	19,8	115,9	1,9	22,6	88,8	2,5	27,8
De 20 mil até 50 mil hab.	42,3	1,9	21,4	205,6	2,1	25,0	120,5	2,7	29,5
De 50 mil até 100 mil hab.	30,9	2,1	22,7	214,5	2,1	29,0	108,2	2,7	27,3
De 100 mil até 200 mil hab.	28,6	2,8	27,2	297,0	2,4	34,2	128,3	3,7	43,7
De 200 mil até 500 mil hab.	22,2	3,0	21,5	450,1	2,4	31,4	213,8	3,3	36,2
Acima de 500 mil hab.	86,7	2,7	34,7	3.494,2	7,4	116,9	155,3	2,6	48,3
Total dos municípios	263,6	2,1	24,5	4.882,2	4,4	62,7	906,7	2,8	33,9

UF	População	Região e município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA							
MG	415.098	Betim	-4.064,9	12.009,4	200,7	-9.158,3	9.388,7	27.624,3	31.290,9	36.797,2
MG	352.384	Montes Claros	-11.436,2	71,1	-17.288,0	-14.463,3	-8.658,1	-6.941,4	-17.012,4	-7.567,9
MG	329.112	Ribeirão das Neves	-28.458,7	-17.787,9	-20.097,9	-17.248,9	-53.481,2	-1.209,9	-5.502,3	-17.302,4
MG	287.760	Uberaba	-3.541,7	-1.748,5	12.281,7	7.748,9	7.672,0	45.543,3	62.343,9	55.136,9
MG	260.396	Governador Valadares	-12.475,0	-341,7	26.265,3	37.359,9	32.706,2	58.510,4	64.847,9	92.719,1
MG	238.397	Ipatinga	6.430,8	-1.226,1	-234,5	463,6	-14.783,5	7.690,1	3.004,4	-1.994,4
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	1.143.827,1	2.784.949,8	2.062.905,6	2.063.776,4	2.162.489,1	2.436.136,7	2.684.541,1	2.623.736,8
RJ	960.631	São Gonçalo	-36.079,9	-31.934,2	-8.011,1	-35.613,4	-22.860,2	4.801,4	-22.786,6	-16.767,8
RJ	842.686	Duque de Caxias	1.548,3	-5.268,9	3.253,7	-10.962,7	-11.121,6	78.162,6	56.153,0	22.573,5
RJ	830.672	Nova Iguaçu	-4.734,8	9.015,3	-4.671,3	27.433,9	-32.663,0	105.374,4	83.846,6	67.435,6
RJ	480.555	Belford Roxo	-16.532,1	-25.119,4	-7.173,0	-15.369,5	22.550,2	40.591,2	47.126,9	52.974,0
RJ	474.002	Niterói	22.292,9	60.768,9	-21.748,8	1.036,6	23.307,3	21.816,7	8.374,6	22.121,6
RJ	464.282	São João de Meriti	4.781,2	3.254,9	198,9	35.867,6	4.864,8	-6.762,9	-27.451,3	-28.198,9
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	13.150,7	-	161.703,9	-	296.704,3	183.877,0	449.060,4	-
RJ	306.645	Petrópolis	-12.610,2	14.597,2	-23.940,0	-31.046,6	-40.320,8	-58.462,6	-88.339,3	-109.874,4
RJ	255.653	Volta Redonda	6.091,8	22.688,9	3.639,8	-31.681,4	5.446,7	-68.804,4	-97.376,8	-114.587,8
SP	10.886.518	São Paulo	-1.295.266,7	244.963,5	-113.455,4	-821.845,6	-1.120.701,5	93.633,5	619.343,8	1.756.851,6
SP	1.236.192	Guarulhos	-442.401,0	-385.189,5	-316.839,8	-123.217,6	-78.802,4	-1.144,9	24.694,9	42.981,1
SP	1.039.297	Campinas	-227.377,2	-89.277,1	123.522,1	77.170,4	-159.658,6	-278.169,0	-313.314,1	-178.437,5
SP	781.390	São Bernardo do Campo	58.809,0	55.192,6	78.785,9	96.074,9	65.545,8	201.087,3	366.633,6	462.174,5
SP	701.012	Osasco	-86.245,5	-105.274,5	-61.766,7	-51.782,0	-7.663,7	52.845,4	62.711,6	-12.907,2
SP	667.891	Santo André	-26.200,0	-29.790,1	-30.737,7	-28.767,6	10.669,2	44.194,9	115.060,1	93.211,2
SP	594.948	São José dos Campos	300.767,8	401.039,3	510.668,2	624.056,6	782.906,8	861.841,6	967.906,3	1.107.680,4
SP	559.157	Sorocaba	-68.000,5	-16.827,6	23.903,3	33.211,7	35.587,3	54.678,5	8.757,9	20.792,3
SP	547.417	Ribeirão Preto	78.186,7	60.879,8	8.152,1	20.162,0	2.430,3	-4.122,4	3.915,3	54.450,7
SP	418.288	Santos	-93.323,2	2.545,8	7.717,6	-2.402,0	-10.359,9	20.241,0	48.165,5	5.431,6
SP	402.770	São José do Rio Preto	-34.261,8	-8.925,9	12.081,0	15.706,7	27.053,5	35.353,6	49.934,7	76.620,7
SP	402.643	Mauá	-625,3	3.738,5	14.121,5	13.365,5	-17.527,0	-17.073,8	-67.651,8	-115.897,2
SP	386.779	Diadema	-50.019,0	-53.320,6	-35.507,2	-26.297,4	100.800,0	76.676,9	-7.394,8	-48.226,3
SP	379.566	Carapicuíba	-120.874,1	-106.407,1	-16.958,9	-103.735,6	-87.969,8	-30.212,1	-20.373,6	-36.823,4
SP	362.991	Mogi das Cruzes	6.543,9	19.605,1	19.052,0	11.666,5	12.525,6	5.867,8	37.363,2	29.663,4
SP	358.108	Piracicaba	-9.770,4	12.714,7	-8.533,3	-21.561,2	-12.084,1	14.075,9	24.971,0	31.799,8
SP	347.601	Bauru	-90.070,3	-75.005,1	-61.919,9	-38.437,0	-67.920,1	12.958,8	39.390,2	89.203,2
SP	342.983	Jundiaí	25.197,6	83.878,3	138.155,7	130.799,7	151.506,1	196.945,5	231.687,1	335.605,2
	26.729.883	Sul	-964.815,5	348.491,8	817.980,3	1.024.669,2	1.783.404,0	3.599.557,9	3.988.603,0	4.896.534,0
PR	1.797.408	Curitiba	-100.533,3	-100.684,4	-74.596,3	-32.800,0	35.439,0	102.378,0	90.160,3	76.818,9
PR	497.833	Londrina	-57.041,1	-35.403,6	-142.573,5	-131.043,7	-15.786,5	43.820,1	12.798,8	56.768,2
PR	325.968	Maringá	-70.364,4	-41.571,9	-49.420,6	-40.441,5	-40.729,9	-17.734,7	-6.529,7	20.214,2
PR	311.336	Foz do Iguaçu	-51.548,2	-50.062,5	-28.161,2	-22.261,2	1.632,1	10.295,0	17.987,9	-14.158,7
PR	306.351	Ponta Grossa	-18.986,6	-17.367,9	-24.749,8	-29.106,5	-30.664,0	-5.733,4	4.135,7	2.544,2
PR	285.784	Cascavel	-10.128,8	-492,7	3.142,3	7.573,1	5.974,6	15.356,7	7.914,0	19.435,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	-18.094,7	-11.778,5	11.895,6	25.745,1	7.813,8	129.477,3	10.515,6	37.557,0
RS	1.420.667	Porto Alegre	87.852,4	161.187,5	84.229,8	-29.488,5	-11.873,4	34.216,4	106.355,6	162.211,9
RS	399.038	Caxias do Sul	34.074,7	94.768,9	106.275,5	132.541,6	145.498,6	198.688,8	230.055,3	282.657,2
RS	339.934	Pelotas	-32.498,3	-14.912,1	-5.243,4	9.991,4	-2.504,9	-6.480,5	-14.708,6	12.451,5
RS	326.458	Canoas	3.963,6	62.878,4	97.099,9	42.426,6	50.298,6	72.954,8	74.996,4	36.489,5
RS	263.403	Santa Maria	-47.526,1	-17.994,1	-13.324,6	845,1	10.756,8	23.470,1	28.852,8	22.143,9
RS	261.150	Gravataí	-42.640,7	-39.333,3	-38.249,7	-37.559,1	-24.717,0	-32.881,9	-45.324,4	-73.961,8
RS	253.264	Viamão	-24.299,0	-18.652,9	-15.282,4	-15.447,5	-10.544,8	-5.300,7	-885,8	17.514,5
RS	253.067	Novo Hamburgo	-19.920,7	-26.640,0	-12.826,1	14.580,2	24.825,7	7.369,2	-9.594,2	14.917,4
SC	396.723	Florianópolis	23.417,2	13.579,8	-20.396,3	-44.575,4	-20.346,8	-5.463,0	-10.438,6	9.748,1
SC	487.003	Joinville	83.989,3	109.375,1	143.661,7	188.023,4	220.753,6	269.933,1	318.128,2	379.776,4
SC	292.972	Blumenau	9.969,6	16.007,2	23.626,5	21.059,7	43.447,6	70.813,6	69.129,5	96.689,6
	73.054.455	Cidades selecionadas	-3.826.309,6	371.401,0	418.762,3	7.234,8	836.499,1	5.487.655,0	6.905.848,6	7.951.195,2
	33.479.343	Até 20 mil habitantes	-1.942.460,3	-992.449,0	-622.890,5	-720.785,0	-46.316,9	1.069.246,6	1.225.134,8	1.802.339,5
	41.708.810	Capitais	-2.178.365,2	939.312,4	566.130,9	-288.395,1	-200.083,4	2.928.600,8	3.982.670,0	4.927.672,3
	181.430.137	Brasil**	-10.081.882,3	-2.072.097,7	-697.271,0	-1.441.515,8	1.892.611,1	12.050.678,8	12.397.977,0	16.336.131,7

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Notas: * Suficiência de caixa equivale à diferença entre ativo e passivo financeiros. ** Não inclui Brasília.

Encargos e amortizações da dívida - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006	Participação em %		Enc. e amort. da dívida per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						na despesa total	na receita corrente	
	14.573.815	Norte	106.939,6	136.527,5	130.023,0	159.554,5	181.011,2	13,5	1,3	1,4	12,4
AC	288.614	Rio Branco	1.870,4	1.745,0	1.964,8	8.299,8	6.507,2	-21,6	2,2	2,4	22,6
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	307,0	242,8	259,2	362,6	383,1	5,7	0,8	0,9	5,2
AM	1.612.475	Manaus	30.150,6	26.700,9	23.692,8	22.560,9	26.964,6	19,5	1,7	1,7	16,7
AM	102.044	Parintins	0,0	0,0	0,0	313,7	158,4	-49,5	0,2	0,2	1,6
AP	344.194	Macapá	0,0	0,0	0,0	0,0	84,9	-	0,0	0,0	0,3
AP	91.615	Santana	556,8	686,4	391,6	1.464,1	1.882,1	28,6	2,6	2,8	20,5
PA	1.408.847	Belém	16.227,8	15.112,6	21.343,7	21.337,3	20.364,8	-4,6	1,7	1,8	14,5
PA	484.278	Ananindeua	1.565,9	1.915,5	1.279,6	1.032,0	1.160,8	12,5	0,6	0,6	2,4
PA	274.285	Santarém	1.863,7	1.168,9	1.883,1	2.484,5	2.128,0	-14,4	1,1	1,3	7,8
RO	371.791	Porto Velho	6.116,5	6.623,6	9.187,1	9.719,3	9.735,9	0,2	2,6	2,9	26,2
RO	107.638	Ji-Paraná	917,0	1.063,6	1.122,2	1.674,5	1.763,2	5,3	2,0	2,0	16,4
RR	247.762	Boa Vista	5.831,4	6.833,4	8.874,2	6.750,1	7.205,0	6,7	1,8	2,0	29,1
RR	24.511	Rorainópolis	68,2	58,9	0,0	6,0	61,3	920,2	0,3	0,2	2,5
TO	179.707	Palmas	2.449,0	2.506,7	2.904,2	3.971,8	4.432,9	11,6	1,4	1,4	24,7
TO	117.059	Araguaína	866,1	893,8	957,7	932,6	1.772,1	90,0	1,9	2,1	15,1
	51.504.744	Nordeste	677.907,0	740.886,4	820.356,6	902.420,3	1.042.365,0	15,5	2,3	2,4	20,2
AL	874.014	Maceió	26.137,3	22.939,5	23.569,0	40.578,1	44.094,1	8,7	5,4	5,8	50,5
AL	202.147	Arapiraca	1.627,8	3.542,1	1.218,4	1.377,0	1.816,1	31,9	0,9	1,1	9,0
BA	2.892.625	Salvador	137.553,6	137.510,0	138.807,2	152.483,3	183.521,4	20,4	8,5	8,4	63,4
BA	571.997	Feira de Santana	3.491,1	3.430,8	2.921,6	3.423,1	5.262,8	53,7	1,4	1,5	9,2
BA	308.204	Vitória da Conquista	4.669,5	4.699,7	5.235,7	7.695,9	6.215,9	-19,2	2,8	2,9	20,2
BA	220.144	Ilhéus	3.063,4	4.693,2	6.667,3	7.350,6	9.212,6	25,3	6,4	6,8	41,9
CE	2.431.415	Fortaleza	38.326,9	35.918,8	50.023,3	45.509,7	43.981,7	-3,4	1,9	2,2	18,1
CE	316.906	Caucaia	944,7	933,1	976,1	1.711,5	1.001,1	-41,5	0,5	0,5	3,2
MA	957.899	São Luís	15.461,1	16.782,7	15.482,7	16.284,6	12.944,4	-20,5	1,3	1,3	13,5
MA	229.629	Imperatriz	1.928,3	2.510,8	2.584,4	2.763,5	2.637,3	-4,6	1,4	1,5	11,5
PB	674.971	João Pessoa	7.678,5	8.134,7	9.846,0	23.282,9	24.920,2	7,0	3,7	3,9	36,9
PB	371.060	Campina Grande	7.150,9	7.313,3	7.025,8	9.640,6	7.654,0	-20,6	2,5	2,9	20,6
PE	1.533.580	Recife	30.063,4	26.513,2	29.451,6	32.317,7	35.840,3	10,9	1,9	2,1	23,4
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	3.253,7	3.065,9	2.917,0	9.857,3	9.340,9	-5,2	2,7	2,7	14,0
PE	391.433	Olinda	3.246,5	4.769,3	5.399,7	5.975,7	5.031,9	-15,8	2,4	2,4	12,9
PE	307.284	Paulista	3.854,5	2.823,8	3.281,1	3.276,8	3.135,4	-4,3	2,2	2,1	10,2
PE	289.086	Caruaru	645,3	1.140,3	1.583,4	949,6	949,9	0,0	0,5	0,5	3,3
PE	268.339	Petrolina	9.102,3	7.690,7	10.669,6	14.519,3	19.111,9	31,6	9,9	11,1	71,2
PI	778.341	Teresina	14.497,8	13.736,6	13.258,8	21.316,9	13.817,6	-35,2	1,8	1,8	17,8
PI	140.737	Parnaíba	1.580,2	1.491,3	499,5	911,5	1.491,8	63,7	1,4	1,6	10,6
RN	774.205	Natal	9.727,1	9.378,7	8.964,3	8.675,5	10.205,3	17,6	1,2	1,3	13,2
RN	234.392	Mossoró	3.545,4	3.410,0	4.769,7	4.664,2	4.671,6	0,2	2,1	2,0	19,9
SE	520.207	Aracaju	6.454,1	6.251,1	5.934,7	5.866,1	10.049,0	71,3	1,7	1,9	19,3
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	0,0	0,0	0,0	0,0	2.094,2	-	2,3	2,3	14,1
	10.763.937	Centro - Oeste*	192.247,1	208.623,8	222.458,6	242.560,1	263.554,1	8,7	2,1	2,2	24,5
GO	1.244.645	Goiânia	23.939,7	25.154,8	23.023,2	27.448,6	25.082,2	-8,6	1,7	1,7	20,2
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	771,3	698,7	697,0	680,0	692,6	1,9	0,3	0,3	1,5
GO	325.544	Anápolis	7.889,2	12.069,3	6.841,9	4.598,8	10.868,6	136,3	4,0	3,8	33,4
MS	724.638	Campo Grande	16.565,3	22.443,6	24.121,3	24.258,7	23.951,8	-1,3	2,2	2,4	33,1
MS	182.747	Dourados	4.717,5	5.476,7	6.108,8	7.095,9	7.880,8	11,1	3,3	3,4	43,1
MT	527.113	Cuiabá	41.510,0	31.592,0	39.208,0	37.342,0	37.656,1	0,8	6,2	6,8	71,4
MT	230.466	Várzea Grande	5.387,5	5.732,7	7.281,0	8.198,9	10.631,2	29,7	5,2	5,8	46,1
	77.857.758	Sudeste	3.587.561,3	3.887.428,3	4.374.933,5	4.533.297,6	4.882.155,1	7,7	4,4	4,6	62,7
ES	314.042	Vitória	16.259,7	18.235,9	20.211,5	19.976,8	19.890,3	-0,4	1,9	2,2	63,3
ES	398.068	Vila Velha	3.368,8	3.587,3	5.102,2	6.987,8	7.639,5	9,3	2,3	2,3	19,2
ES	385.370	Serra	6.973,0	8.211,0	9.970,5	14.568,1	14.694,3	0,9	2,8	3,0	38,1
ES	356.536	Cariacica	2.890,2	3.487,3	3.975,2	4.439,6	6.528,2	47,1	2,7	3,0	18,3
MG	2.412.937	Belo Horizonte	93.028,0	97.646,7	93.674,3	100.210,5	114.886,3	14,6	3,0	3,5	47,6
MG	608.650	Contagem	40.892,4	39.730,0	46.525,1	49.144,1	45.063,0	-8,3	6,7	7,6	74,0
MG	608.369	Uberlândia	10.080,7	9.341,9	10.467,4	10.161,6	9.939,5	-2,2	1,6	1,5	16,3
MG	513.348	Juiz de Fora	9.764,2	9.442,0	11.795,0	14.303,6	16.755,6	17,1	2,8	3,0	32,6

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Variação 2007/2006	Participação em %		Enc. e amort. da dívida per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						na despesa total	na receita corrente	
MG	415.098	Betim	15.875,1	13.183,6	11.419,7	17.051,5	14.876,7	-12,8	2,0	2,2	35,8
MG	352.384	Montes Claros	6.627,3	7.617,1	8.307,2	8.600,8	8.915,7	3,7	2,6	3,1	25,3
MG	329.112	Ribeirão das Neves	1.964,1	2.206,1	2.341,5	2.733,1	2.893,8	5,9	2,0	2,5	8,8
MG	287.760	Uberaba	4.075,3	4.364,3	4.766,7	5.377,2	8.596,1	59,9	2,5	2,5	29,9
MG	260.396	Governador Valadares	4.465,0	6.557,2	8.338,5	11.116,4	11.839,0	6,5	4,3	4,2	45,5
MG	238.397	Ipatinga	11.729,8	15.431,3	18.758,7	20.826,5	18.430,7	-11,5	5,3	5,4	77,3
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	783.296,4	761.282,4	789.692,7	842.206,2	851.875,5	1,2	8,8	9,1	139,8
RJ	960.631	São Gonçalo	4.259,3	4.018,0	4.811,5	4.263,9	4.910,4	15,2	1,2	1,4	5,1
RJ	842.686	Duque de Caxias	2.871,9	2.537,5	2.143,1	7.658,6	11.134,0	45,4	1,2	1,3	13,2
RJ	830.672	Nova Iguaçu	3.309,3	6.144,0	4.090,7	6.125,5	6.285,7	2,6	1,1	1,2	7,6
RJ	480.555	Belford Roxo	1.370,6	854,8	1.540,5	1.544,7	5.354,9	246,7	2,1	2,1	11,1
RJ	474.002	Niterói	12.549,4	14.956,9	11.677,3	11.707,5	7.837,7	-33,1	1,0	1,0	16,5
RJ	464.282	São João de Meriti	2.484,1	2.461,6	3.674,4	2.543,0	5.224,7	105,5	2,3	2,1	11,3
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	0,0	15.455,7	10.751,8	17.107,6	59,1	1,2	1,4	40,1
RJ	306.645	Petrópolis	2.787,4	5.710,7	6.630,0	7.177,0	7.068,7	-1,5	1,8	1,8	23,1
RJ	255.653	Volta Redonda	3.611,7	5.765,4	12.685,7	11.927,8	14.219,1	19,2	3,3	3,6	55,6
SP	10.886.518	São Paulo	1.406.046,1	1.626.815,8	1.900.856,5	1.946.600,2	2.156.547,4	10,8	10,7	11,1	198,1
SP	1.236.192	Guarulhos	22.202,2	25.304,5	56.358,8	78.223,3	61.767,6	-21,0	4,0	4,0	50,0
SP	1.039.297	Campinas	101.513,3	117.156,7	111.853,0	87.773,9	96.945,5	10,5	5,0	5,5	93,3
SP	781.390	São Bernardo do Campo	13.972,6	14.616,0	14.369,5	16.034,3	37.033,2	131,0	2,4	2,2	47,4
SP	701.012	Osasco	25.116,0	18.671,8	21.263,2	35.754,1	31.808,5	-11,0	3,6	4,1	45,4
SP	667.891	Santo André	2.288,6	2.777,8	3.577,4	3.350,2	2.774,9	-17,2	0,2	0,3	4,2
SP	594.948	São José dos Campos	35.922,6	59.270,5	17.886,0	8.921,4	9.497,6	6,5	1,0	0,9	16,0
SP	559.157	Sorocaba	19.866,6	22.601,1	42.812,0	22.393,0	18.361,7	-18,0	2,9	2,8	32,8
SP	547.417	Ribeirão Preto	9.524,0	11.031,1	14.913,6	12.740,9	18.582,5	45,9	2,2	2,2	34,0
SP	418.288	Santos	11.374,6	11.199,5	19.093,4	13.913,6	11.858,5	-14,8	1,3	1,4	28,4
SP	402.770	São José do Rio Preto	6.220,0	8.015,1	17.310,6	8.874,8	10.472,1	18,0	1,9	2,1	26,0
SP	402.643	Mauá	24.979,6	17.892,5	31.807,0	28.153,7	10.142,5	-64,0	2,9	2,9	25,2
SP	386.779	Diadema	16.733,1	17.809,3	17.858,6	23.639,2	19.223,6	-18,7	4,3	4,5	49,7
SP	379.566	Carapicuíba	1.317,9	1.677,0	0,0	3.127,7	3.772,9	20,6	2,1	2,3	9,9
SP	362.991	Mogi das Cruzes	10.062,4	6.997,3	7.166,2	8.728,8	24.940,7	185,7	5,8	6,2	68,7
SP	358.108	Piracicaba	7.145,7	5.126,1	5.766,3	7.285,3	7.360,6	1,0	1,5	1,5	20,6
SP	347.601	Bauru	4.801,1	7.300,4	9.592,4	9.488,9	14.779,9	55,8	4,2	4,1	42,5
SP	342.983	Jundiaí	29.706,7	28.552,8	34.479,6	32.942,7	34.097,6	3,5	5,3	4,9	99,4
26.729.883	Sul		836.313,4	809.702,5	827.164,9	899.023,6	906.701,0	0,9	2,8	2,8	33,9
PR	1.797.408	Curitiba	99.319,9	84.301,3	68.316,3	58.706,3	63.222,4	7,7	1,9	2,1	35,2
PR	497.833	Londrina	7.270,0	5.641,0	10.955,8	13.385,3	12.888,0	-3,7	2,5	2,3	25,9
PR	325.968	Maringá	16.096,8	18.248,6	16.931,5	17.568,8	20.712,0	17,9	5,3	5,6	63,5
PR	311.336	Foz do Iguaçu	18.900,4	14.666,2	14.002,1	15.912,6	16.517,3	3,8	5,3	5,6	53,1
PR	306.351	Ponta Grossa	8.983,0	7.856,8	10.055,9	10.071,6	14.814,1	47,1	5,5	5,6	48,4
PR	285.784	Cascavel	7.958,5	6.557,7	7.256,1	9.009,0	8.402,5	-6,7	3,7	3,8	29,4
PR	263.622	São José dos Pinhais	10.370,1	2.792,5	2.683,5	2.064,1	1.874,7	-9,2	0,8	0,7	7,1
RS	1.420.667	Porto Alegre	94.777,8	104.269,4	113.757,3	87.423,9	92.039,2	5,3	3,6	3,9	64,8
RS	399.038	Caxias do Sul	8.512,6	9.126,7	10.575,5	8.581,1	8.650,2	0,8	1,3	1,4	21,7
RS	339.934	Pelotas	17.180,7	19.490,1	21.903,5	20.083,5	20.610,5	2,6	7,0	6,7	60,6
RS	326.458	Canoas	2.297,8	5.286,0	2.049,2	1.879,2	3.578,1	90,4	0,8	0,9	11,0
RS	263.403	Santa Maria	5.710,2	9.977,9	12.076,6	8.563,9	4.699,7	-45,1	2,4	2,6	17,8
RS	261.150	Gravataí	6.854,2	4.084,5	4.041,4	4.802,2	11.217,7	133,6	4,4	5,0	43,0
RS	253.264	Viamão	4.589,6	4.031,2	4.120,7	4.479,0	4.746,9	6,0	3,6	3,4	18,7
RS	253.067	Novo Hamburgo	14.508,5	10.955,0	6.095,8	6.953,5	11.413,3	64,1	4,2	4,1	45,1
SC	396.723	Florianópolis	11.785,3	13.610,2	13.537,7	13.708,7	17.676,0	28,9	3,0	3,2	44,6
SC	487.003	Joinville	8.774,1	11.468,3	20.711,4	22.611,0	27.814,3	23,0	4,3	4,4	57,1
SC	292.972	Blumenau	10.485,4	13.999,6	14.377,9	18.226,4	15.670,4	-14,0	3,5	3,5	53,5
73.054.455	Cidades selecionadas		3.651.275,8	3.889.350,5	4.320.696,0	4.474.342,7	4.818.850,8	7,7	5,1	5,3	66,0
33.479.343	Até 20 mil habitantes		479.861,2	517.516,3	559.643,9	612.286,0	666.893,8	8,9	1,7	1,8	19,9
41.708.810	Capitais		2.935.073,6	3.122.039,7	3.449.703,3	3.576.835,6	3.857.496,5	7,9	6,4	6,8	92,5
181.430.137	Brasil*		5.400.968,4	5.783.168,5	6.374.936,5	6.736.856,1	7.275.786,4	8,0	3,4	3,5	40,1

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Encargos e amortizações de dívida - 2007

Posição	UF	Município	Enc. e amort. da dívida em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	2.156.547.444,8	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	851.875.511,7	6.093.472
3°	BA	Salvador	183.521.353,0	2.892.625
4°	MG	Belo Horizonte	114.886.291,5	2.412.937
5°	SP	Campinas	96.945.498,2	1.039.297
6°	RS	Porto Alegre	92.039.152,8	1.420.667
7°	PR	Curitiba	63.222.389,1	1.797.408
8°	SP	Guarulhos	61.767.598,6	1.236.192
9°	MG	Contagem	45.063.002,7	608.650
10°	AL	Maceió	44.094.117,3	874.014
11°	CE	Fortaleza	43.981.717,0	2.431.415
12°	MT	Cuiabá	37.656.054,1	527.113
13°	SP	São Bernardo do Campo	37.033.197,2	781.390
14°	PR	Araucária	36.828.272,5	111.952
15°	PE	Recife	35.840.309,6	1.533.580
16°	SP	Jundiá	34.097.556,9	342.983
17°	SP	Osasco	31.808.537,1	701.012
18°	SC	Joinville	27.814.283,8	487.003
19°	AM	Manaus	26.964.636,1	1.612.475
20°	GO	Goiânia	25.082.201,6	1.244.645
21°	SP	Mogi das Cruzes	24.940.666,0	362.991
22°	PB	João Pessoa	24.920.213,3	674.971
23°	SP	Cubatão	24.265.012,0	119.794
24°	MS	Campo Grande	23.951.844,5	724.638
25°	PR	Maringá	20.712.007,1	325.968
26°	RS	Pelotas	20.610.493,5	339.934
27°	PA	Belém	20.364.809,0	1.408.847
28°	BA	Camaçari	20.088.136,5	220.495
29°	ES	Vitória	19.890.297,6	314.042
30°	SP	Sumaré	19.836.139,9	228.696
31°	SP	Diadema	19.223.647,6	386.779
32°	PE	Petrolina	19.111.854,1	268.339
33°	SP	Ribeirão Preto	18.582.538,4	547.417
34°	MG	Ipatinga	18.430.710,3	238.397
35°	SP	Sorocaba	18.361.698,4	559.157
36°	SC	Florianópolis	17.675.978,9	396.723
37°	RJ	Campos dos Goytacazes	17.107.582,4	426.154
38°	MG	Juiz de Fora	16.755.618,6	513.348
39°	PR	Foz do Iguaçu	16.517.316,4	311.336
40°	SC	Blumenau	15.670.423,3	292.972
41°	MG	Betim	14.876.657,4	415.098
42°	PR	Ponta Grossa	14.814.058,9	306.351
43°	SP	Bauru	14.779.868,8	347.601
44°	ES	Serra	14.694.343,1	385.370
45°	RJ	Volta Redonda	14.219.100,0	255.653
46°	PI	Teresina	13.817.590,8	778.341
47°	SP	Praia Grande	13.616.454,8	233.806
48°	MT	Rondonópolis	13.478.878,9	172.471
49°	MA	São Luís	12.944.402,0	957.899
50°	PR	Londrina	12.887.958,7	497.833
51°	SP	Americana	12.056.713,1	199.094
52°	SP	Santos	11.858.540,9	418.288

Posição	UF	Município	Enc. e amort. da dívida em reais	População 2007
53°	MG	Governador Valadares	11.838.978,0	260.396
54°	MG	Sete Lagoas	11.798.741,0	217.506
55°	BA	Juazeiro	11.494.423,4	230.538
56°	RS	Novo Hamburgo	11.413.273,0	253.067
57°	RS	Gravataí	11.217.667,1	261.150
58°	RJ	Duque de Caxias	11.134.020,3	842.686
59°	RJ	Teresópolis	11.116.486,8	150.268
60°	SC	Jaraguá do Sul	10.913.875,9	130.060
61°	GO	Anápolis	10.868.605,9	325.544
62°	MT	Várzea Grande	10.631.214,3	230.466
63°	SP	São Carlos	10.576.697,5	212.956
64°	SP	São José do Rio Preto	10.472.078,7	402.770
65°	SP	Limeira	10.449.362,3	272.734
66°	SP	Araçatuba	10.449.202,7	178.839
67°	SP	Jacarei	10.289.008,4	207.028
68°	SP	Presidente Prudente	10.277.840,6	202.789
69°	RN	Natal	10.205.257,1	774.205
70°	SP	Mauá	10.142.479,8	402.643
71°	RJ	Barra Mansa	10.133.570,2	175.315
72°	SE	Aracaju	10.049.022,5	520.207
73°	MG	Uberlândia	9.939.514,0	608.369
74°	RO	Porto Velho	9.735.857,0	371.791
75°	SP	São José dos Campos	9.497.643,4	594.948
76°	SP	Guarujá	9.351.913,6	296.150
77°	PE	Jaboatão dos Guararapes	9.340.910,5	665.387
78°	BA	Ilhéus	9.212.625,8	220.144
79°	MG	Itabira	9.181.740,1	105.199
80°	RJ	Resende	8.964.745,0	118.529
81°	MG	Montes Claros	8.915.675,5	352.384
82°	BA	Itabuna	8.893.096,3	210.604
83°	SP	Santa Bárbara d'Oeste	8.858.415,4	184.318
84°	SP	Hortolândia	8.653.014,0	190.781
85°	RS	Caxias do Sul	8.650.240,0	399.038
86°	MG	Uberaba	8.596.110,8	287.760
87°	PR	Cascavel	8.402.454,3	285.784
88°	MG	Poços de Caldas	8.069.944,6	144.420
89°	SP	Mogi Guaçu	7.913.788,5	131.879
90°	MS	Dourados	7.880.825,1	182.747
91°	SP	Rio Claro	7.872.042,7	185.421
92°	RJ	Niterói	7.837.685,3	474.002
93°	SP	Itanhaém	7.736.758,0	80.787
94°	PB	Campina Grande	7.653.963,9	371.060
95°	ES	Vila Velha	7.639.458,0	398.068
96°	SP	Franca	7.623.111,3	319.094
97°	SP	Piracicaba	7.360.552,0	358.108
98°	BA	Barreiras	7.266.407,8	129.449
99°	RR	Boa Vista	7.205.000,0	247.762
100°	SC	Chapecó	7.173.181,5	164.992

Total dos 100 maiores	5.059.029.160,3	66.994.293
Total dos demais*	2.216.757.246,3	114.435.844
Total Brasil*	7.275.786.406,5	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Encargos e amortizações de dívida per capita - 2007

Posição	UF	Município	Enc. e amort. da dívida per capita	Enc. e amort. da dívida	População 2007
			Em reais		
1°	PR	Mirador	374	873.872,8	2.336
2°	PR	Araucária	329	36.828.272,5	111.952
3°	SP	Águas de São Pedro	282	683.799,9	2.428
4°	RS	Triunfo	224	5.380.126,0	24.016
5°	SC	Morro Grande	206	562.799,5	2.727
6°	SP	Cubatão	203	24.265.012,0	119.794
7°	RS	Colorado	201	751.597,0	3.744
8°	SP	São Paulo	198	2.156.547.444,8	10.886.518
9°	RN	Timbaúba dos Batistas	190	430.983,2	2.270
10°	PR	Miraselva	173	328.100,1	1.899
11°	RJ	Aperibé	166	1.459.755,3	8.820
12°	MS	Bandeirantes	146	851.133,2	5.843
13°	MG	Carneirinho	142	1.261.934,6	8.859
14°	RJ	Rio de Janeiro	140	851.875.511,7	6.093.472
15°	PR	Santa Cecília do Pavão	136	500.393,6	3.678
16°	RS	Lagoa dos Três Cantos	126	199.728,7	1.590
17°	SP	Rubinéia	123	313.540,4	2.546
18°	SC	Flor do Sertão	123	201.342,0	1.640
19°	PR	Ivatuba	121	327.806,8	2.715
20°	MG	Vargem Bonita	121	252.971,7	2.098
21°	MG	Três Marias	120	3.177.933,8	26.431
22°	SP	Campos Novos Paulista	120	562.387,7	4.676
23°	PR	Santo Antônio do Paraíso	112	264.724,3	2.366
24°	MG	Belo Oriente	111	2.377.275,0	21.369
25°	AL	Coqueiro Seco	111	593.695,8	5.336
26°	MG	Rio Acima	110	912.422,2	8.267
27°	SP	Cananéia	109	1.306.850,9	12.039
28°	MG	Santa Vitória	109	1.684.799,8	15.496
29°	PR	Piên	105	1.170.593,3	11.113
30°	SC	Lajeado Grande	105	153.408,6	1.461
31°	RS	Vista Alegre do Prata	104	154.428,1	1.492
32°	PR	Iguaraçu	103	385.292,1	3.741
33°	PR	Santo Antônio do Caiuá	103	277.042,3	2.692
34°	SC	Ibiam	102	202.571,5	1.987
35°	SP	Borá	102	81.611,0	804
36°	SC	Cordilheira Alta	101	340.028,8	3.361
37°	SP	Balbinos	101	365.265,6	3.619
38°	RJ	São João da Barra	101	2.904.497,7	28.889
39°	GO	São João da Paraúna	100	169.264,2	1.699
40°	SC	Presidente Castelo Branco	100	176.260,0	1.757
41°	SP	Jundiá	99	34.097.556,9	342.983
42°	SC	Balneário Piçarras	99	1.358.159,5	13.732
43°	MS	Rio Verde de Mato Grosso	99	1.842.585,4	18.586
44°	PB	Frei Martinho	98	285.161,2	2.923
45°	MG	Jequitibá	98	538.058,4	5.496
46°	PR	Nova Aliança do Ivaí	97	133.700,0	1.377
47°	PR	Nova América da Colina	97	319.533,5	3.298
48°	MS	Maracaju	97	2.993.910,7	30.924
49°	RS	Ivorá	97	230.565,0	2.378
50°	SP	Itanhaém	96	7.736.758,0	80.787
51°	SP	Turmalina	96	193.959,3	2.024
52°	MG	Água Comprida	95	199.515,6	2.093

Posição	UF	Município	Enc. e amort. da dívida per capita	Enc. e amort. da dívida	População 2007
			Em reais		
53°	BA	Caravelas	94	1.978.117,7	20.984
54°	SP	Tapiraí	94	750.476,7	7.954
55°	PR	Lunardelli	93	475.077,7	5.082
56°	SP	Campinas	93	96.945.498,2	1.039.297
57°	SC	Tigrinhos	92	159.739,4	1.741
58°	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	92	163.887,1	1.790
59°	SP	Sandovalina	92	297.646,4	3.219
60°	BA	Camaçari	91	20.088.136,5	220.495
61°	SE	São Miguel do Aleixo	90	328.646,5	3.658
62°	RJ	Armação dos Búzios	90	2.200.000,6	24.560
63°	SP	Pontal	89	3.174.304,2	35.527
64°	RS	Santa Maria do Herval	89	546.950,8	6.174
65°	ES	Aracruz	88	6.426.782,0	73.348
66°	SP	Anhumas	88	323.534,9	3.692
67°	SP	Iporanga	88	398.683,9	4.507
68°	SP	Ribeira	88	301.663,6	3.444
69°	PR	Três Barras do Paraná	88	1.038.922,0	11.772
70°	GO	Rio Quente	88	261.191,7	2.974
71°	PB	Serra da Raiz	87	242.428,4	2.800
72°	MG	Veríssimo	87	320.564,8	3.667
73°	SP	Sumaré	87	19.836.139,9	228.696
74°	PR	Porto Vitória	87	329.936,6	3.779
75°	MG	Itabira	87	9.181.740,1	105.199
76°	MG	Umburatiba	87	240.381,1	2.770
77°	MG	Nova Lima	86	6.198.854,0	72.207
78°	MG	Pedro Teixeira	86	153.240,5	1.781
79°	SP	São João das Duas Pontes	86	221.019,4	2.571
80°	PR	Cafeara	86	231.955,8	2.700
81°	RS	Serafina Corrêa	86	1.151.117,2	13.463
82°	SP	Brodowski	85	1.612.535,0	19.018
83°	PR	Guaporema	85	187.117,9	2.190
84°	RS	Ajuricaba	85	614.153,8	7.261
85°	RS	Júlio de Castilhos	84	1.640.495,3	19.532
86°	SC	Nova Itaberaba	84	344.655,0	4.117
87°	SC	Jaraguá do Sul	84	10.913.875,9	130.060
88°	RS	Feliz	84	977.313,9	11.679
89°	RS	Itaquí	84	3.030.083,3	36.191
90°	SE	Telha	83	237.226,6	2.859
91°	SP	Serra Negra	83	2.040.258,7	24.712
92°	SP	Meridiano	83	320.029,7	3.857
93°	PR	Entre Rios do Oeste	82	316.380,6	3.842
94°	SC	Cunhataí	82	154.573,8	1.874
95°	MG	Araçaí	82	197.998,3	2.401
96°	SP	Bofete	82	699.535,0	8.554
97°	SP	Nova Independência	82	203.253,4	2.480
98°	PR	Mandaguari	81	2.575.286,9	31.900
99°	RS	Santa Bárbara do Sul	81	739.840,8	9.157
100°	GO	Diorama	81	185.226,7	2.296

Total dos 100 maiores	166	3.352.042.420,1	20.187.972
Total dos demais*	24	3.923.743.986,5	161.242.165
Total Brasil*	40	7.275.786.406,5	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

A despesa com o legislativo tende a acompanhar o crescimento das receitas

Como as receitas cresceram bastante, especialmente a partir de 2004, o gasto com o legislativo também aumentou, embora numa intensidade menor.

A despesa global com o legislativo do conjunto dos municípios brasileiros tem apresentado uma trajetória de crescimento, especialmente a partir de 2005. Em 2007, os gastos com a função cresceram 6% e alcançaram a cifra de R\$ 5,88 bilhões, sendo tal elevação maior nas capitais (9,1%). Como o repasse realizado pelas prefeituras às

câmaras municipais está vinculado a um percentual máximo da receita, a tendência é que esse dispêndio acompanhe o crescimento das receitas, independente do tamanho ou das necessidades objetivas da casa legislativa.

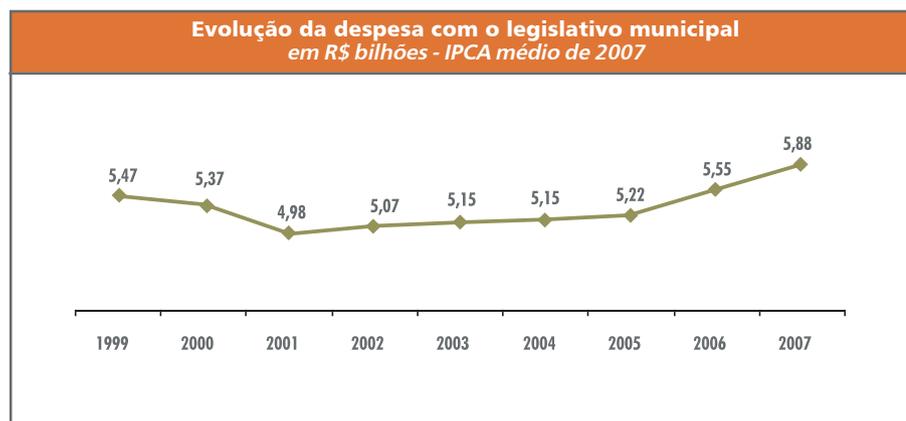
A capital paulista, que vinha num processo de retração de gastos desde 1999, puxou fortemente os mesmos em 2007, expandindo-os a taxa de 9,4%, com aporte adicional de recursos da ordem de R\$ 27,6 milhões. As cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, que têm aumentado seus gastos nos últimos anos, elevaram essa despesa em mais de R\$ 12 milhões cada.

Comportamento dos gastos com o legislativo

A Emenda Constitucional nº 25, de fevereiro de 2000, foi de grande utilidade para enquadrar os gastos com os legislativos municipais. Antes de entrar em vigor, a despesa global com as câmaras consumia, em média, cerca de 5% da receita corrente. A partir de 2000, esse percentual começou a declinar até estabilizar-se em torno de 3%, no biênio 2005-2006. Em 2007, houve uma leve redução dessa participação, que atingiu 2,8%.

A Emenda 25/2000 tem funcionado, desde 2005, como uma barreira para a queda desses gastos. A lei atua sinalizando para os agentes políticos uma referência em termos de repasses, resultando, na prática, numa certa tendência à vinculação de recursos à receita municipal. Assim, quando a receita dos municípios aumenta, os vereadores pressionam para que os repasses às câmaras também se elevem, o que está dentro das regras legais. Quanto maior esse poder de pres-

Evolução da despesa com o legislativo municipal
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2007





A despesa da Câmara de São Paulo é a segunda maior do país depois da do Rio de Janeiro

são, mais a despesa com o legislativo tende a acompanhar o comportamento da receita.

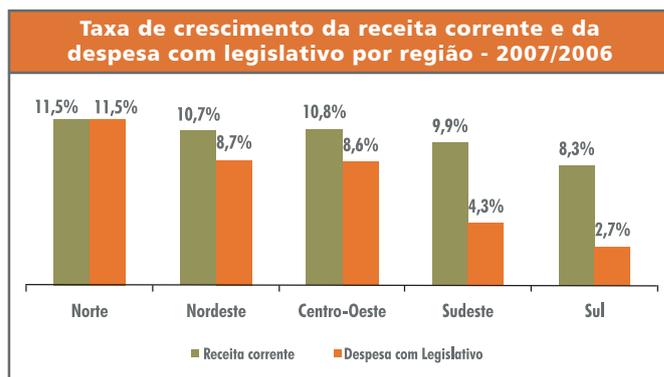
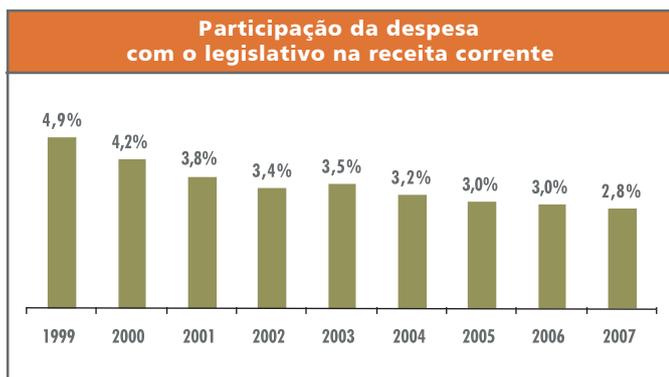
Entretanto, a intensidade da correspondência entre a expansão de gastos com a câmara e o aumento da receita é variável segundo a região. No Norte do Brasil o ritmo de crescimento dessas despesas, em 2007, equivaleu ao da receita corrente. Nas demais regiões a expan-

são dos gastos tendeu a ser menor do que a das receitas, notadamente nas regiões Sul e Sudeste.

Não obstante, percebe-se no triênio 2005/2007 uma estabilidade da relação dos gastos com a receita corrente nas regiões Norte (3,3%), Nordeste (3,3%) e Sul (2,5%). Ela só cai sistematicamente, nesse período, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, situando-se, em média, num patamar de

3,8% e 2,8%, respectivamente.

A Emenda Constitucional nº 25, de fevereiro de 2000, que entrou em vigor em janeiro de 2001, foi inicialmente um fator importante para limitar os gastos dos legislativos municipais em todo Brasil. A Emenda fixou um teto de gastos com câmaras com base no "somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 (im-



posto sobre o ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial) e nos artigos 158 (IR-Fonte, ITR, IPVA, ICMS) e 159 (FPM, IPI-Exportação), efetivamente realizado no exercício anterior". Esses limites foram fixados de acordo com o tamanho da população municipal, da seguinte forma:

Limites do gasto das Câmaras Municipais EC nº 25

Faixa populacional	Limites máximos EC nº 25
Até 100 mil habitantes	8%
De 100 a 300 mil habitantes	7%
De 300 a 500 mil habitantes	6%
Acima de 50000 mil habitantes	5%

Gasto por habitante

O custo das câmaras tende a ser comparativamente maior nas pequenas cidades brasileiras. Em média, os municípios com até 10 mil habitantes gastaram, em 2007, R\$ 51 per capita. Nas pequenas cidades do Centro-Oeste o valor atingiu uma média mais elevada, de R\$ 77,80 por habitante. Nas cidades agrupadas nas faixas populacionais com mais de 20 mil habitantes, os gastos tenderam a flutuar entre R\$ 26,60 e R\$ 34 por habitante. Nas capitais brasileiras a média de gasto por habitante foi de R\$ 36,90.

O maior custo relativo das pequenas municipalidades está associ-

ado ao tamanho mínimo das câmaras. Segundo a legislação em vigor, o número de vereadores para municípios com até 47.619 habitantes equivale a nove.

No Nordeste, os municípios gastaram, em média, R\$ 27,50 por habitante, o mais baixo valor frente às demais regiões. No outro extremo, no Centro-Oeste, esses gastos alcançaram R\$ 41,7, valor 52% maior do que no Nordeste.

Entretanto, a cidade com o maior gasto per capita na câmara municipal em 2007 situa-se no Nordeste. São Francisco do Conde-BA, cidade com quase 30 mil habitantes, gastou o equivalente a R\$ 446 por habitante. Esse município auferiu, também, R\$ 7.414 de receita por habitante, ficando na terceira posição no ranking de receita total per capita do país.

Dos dez maiores gastos com câmara por habitante no Brasil, seis estão entre as dez cidades com maiores receitas per capita. A associação desse gasto à receita fica novamente explicitada.

O Rio de Janeiro manteve-se, em 2007, no topo do ranking do gasto com o legislativo. Com exceção de Campinas-SP, as dez cidades que mais gastaram com o legislativo são capitais e apresentam quantitativos populacionais acima de um milhão de habitantes.

Desempenho regional

A região que mais aumentou os gastos com a função legislativa, em 2007, foi a Norte (11,5%), reafirmando a relevante expansão dessa despesa já manifestada em 2006. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste, com aumento de 8,7%; Centro-Oeste, com 8,6%; Sudeste, com 4,3%; e Sul, com a menor variação positiva, de 2,7%. O Sudeste foi a que mais elevou esse dispêndio em valores absolutos, em 2007, ao realizar um gasto de R\$ 116,3 milhões maior que o do ano anterior.

Norte

Na região Norte do país, as despesas com o legislativo apresentaram considerável crescimento, passando de R\$ 384,9 milhões, em 2006, para R\$ 429,3 milhões, em 2007.

Todos os municípios selecionados por **Multi Cidades** para a região Norte, com dados nos anos de 2006 e 2007, elevaram os gastos com a câmara municipal. A única exceção foi o de Santana-AP, que praticamente manteve seu dispêndio em torno de R\$ 2,3 milhões.

Em termos absolutos, o maior crescimento ocorreu em Manaus-AM, cujas despesas saltaram de R\$ 55,4 milhões, em 2006, para R\$ 64,1 milhões em 2007, um adicional de

Os dez maiores gastos com legislativo em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com legislativo em reais	População 2007
1º	RJ	Rio de Janeiro	351.430.321,4	6.093.472
2º	SP	São Paulo	321.701.094,2	10.886.518
3º	RS	Porto Alegre	77.735.604,4	1.420.667
4º	MG	Belo Horizonte	77.637.686,0	2.412.937
5º	PR	Curitiba	69.699.122,8	1.797.408
6º	CE	Fortaleza	67.065.886,9	2.431.415
7º	AM	Manaus	64.112.533,4	1.612.475
8º	PE	Recife	62.188.465,2	1.533.580
9º	SP	Campinas	60.959.511,7	1.039.297
10º	BA	Salvador	60.738.163,2	2.892.625

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dez maiores gastos com legislativo por habitante em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com legislativo per capita	Despesa com legislativo	População 2007
			Em reais		
1º	BA	São Francisco do Conde	446	13.313.358,9	29.822
2º	BA	Madre de Deus	320	4.944.878,7	15.432
3º	GO	Anhangüera	301	291.012,0	966
4º	MG	Serra da Saudade	286	249.051,9	871
5º	SP	Borá	286	229.979,0	804
6º	RS	André da Rocha	280	337.245,5	1.206
7º	MG	Araporá	262	1.601.067,1	6.110
8º	GO	Lagoa Santa	256	313.816,3	1.225
9º	MG	Cachoeira Dourada	248	613.063,2	2.470
10º	RS	Triunfo	242	5.810.951,0	24.016

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

R\$ 8,7 milhões. Ananindeua-PA, com população em torno de 484 mil habitantes, foi o município que apresentou o maior aumento percentual, de 24,7%. Em seguida, aparecem Palmas-TO (20,2%), Rio Branco-AC (19,5%), Santarém-PA (19,2%) e Macapá-AM (18,5%).

Nordeste

Na Região Nordeste as despesas com o legislativo saltaram de R\$ 1,30 bilhão apurados em 2006, para R\$ 1,42 bilhão, em 2007, com variação positiva de 8,7%.

À exceção de Aracaju-SE, cujo dispêndio declinou 9,5%, todas as demais capitais nordestinas elevaram seus gastos com o legislativo. Os maiores aumentos em termos de valores foram apresentados por Maceió-AL, com acréscimo de R\$ 5,1 milhões, e Fortaleza-CE, com R\$ 7,8 milhões a mais.

O prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, ressaltou que a forma como é gasta a verba no legislativo é de responsabilidade da câmara, no entanto, ele afirmou que houve uma redução no repasse da prefeitura para a câmara no último ano. “Conforme a pesquisa populacional do IBGE de

2006, Aracaju saltou de 480 mil para 520 mil habitantes, entrando numa nova categoria de municípios no que diz respeito à legislação que trata do repasse do duodécimo para a câmara. Com isso, diminuímos o nosso repasse. Daí o motivo da redução”, explicou o prefeito.

Entre os municípios que não são capitais selecionados por **Multi Cidades** para o Nordeste, cabe destacar as taxas de crescimento verificadas em Vitória da Conquista-BA (33,8%), Mossoró-RN (27,8%) e Caruaru-PE (23,9%).

O presidente da Câmara de Vitória da Conquista, Alexandre Pereira de Souza, explicou que o aumento nos gastos da casa deveu-se ao pagamento de uma dívida que começou a ser quitada em 2007. “Como nosso orçamento era sempre abaixo do percentual que tínhamos direito, em 2007 solicitamos um repasse maior à prefeitura para que pudéssemos começar a pagar uma dívida que a câmara contraiu no decorrer dos últimos anos junto ao INSS. Por conta disso, a casa recebeu no ano passado R\$ 1 milhão a mais que nos outros anos. Mesmo assim devolvemos no final do ano passado R\$ 400 mil. E temos traba-



Alexandre Pereira de Souza,
presidente da Câmara de Vitória
da Conquista

lhado para diminuir ainda mais nossos gastos”, explicou Souza.

Em termos per capita, os três municípios que lideraram o *ranking* na região, dentre os selecionados por **Multi Cidades**, foram Recife, Natal e Maceió, com gastos por habitante de R\$ 40,60, R\$ 40 e R\$ 37,70, respectivamente. Entre os que apresentaram as menores despesas com câmaras por habitante estão Feira de Santana-BA, com R\$ 12,30, e Caucaia-CE, com R\$ 13,10.

Centro-Oeste

Em 2007, a região Centro-Oeste ampliou seus gastos com o legislativo municipal em 8,6%, ocorrendo crescimento relevante nas cidades de Dourados-MS (11,6%) e Aparecida de Goiânia-GO (9,0%).

Apesar da baixa expansão verificada nas capitais, elas responderam por 21,4% dos R\$ 448,4 milhões desembolsados na região. Goiânia despendeu R\$ 51,4 milhões, o equivalente a 11,5% do total do Centro-Oeste. Ela é seguida por Campo Grande, com despesas que totalizaram R\$ 25,2 milhões, ou 5,6% do apresentado pela região. Por fim, aparece Cuiabá, cuja cifra de R\$ 19,3 milhões representou



Aracaju, única capital do Nordeste que reduziu o gasto com a câmara

4,3% do montante regional.

Nos extremos do gasto por habitante têm-se, de um lado, Dourados-MS, Goiânia-GO e Cuiabá-MT, que despenderam R\$ 47,1, R\$ 41,3 e R\$ 36,7 per capita, respectivamente, e de outro, Aparecida de Goiânia-GO, com gasto por habitante de R\$ 12,9.

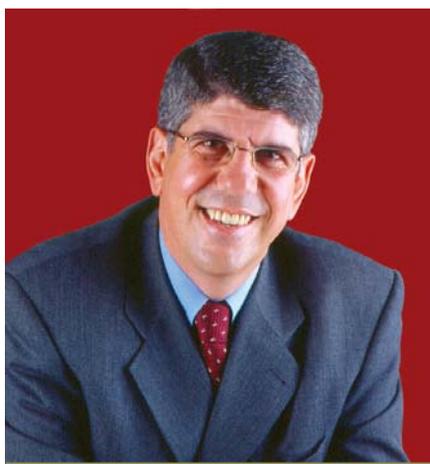
Sudeste

As duas principais cidades da região Sudeste e do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, lideram o ranking nacional de gastos com câmara no país. É importante registrar que os valores para essas duas capitais incluem os dados dos seus tribunais de contas. Esses municípios são os únicos no Brasil a contar com instituição dessa natureza.

Com um avanço de 9,4%, a despesa da cidade de São Paulo alcançou R\$ 321,7 milhões. Com isso o município reverteu, em 2007, uma continuada redução de gastos verificada desde 1999. No Rio de Janeiro, o aumento foi menor, de 3,8%, a despeito de se manter no topo do gasto com o legislativo do país, com dispêndios da ordem de R\$ 351,43 milhões. Nas demais capitais do Sudeste, o crescimento foi de 7% em Vitória, e de 2,3%, em Belo Horizonte.

O vereador Antônio Donato Mадormo, primeiro secretário da Mesa Diretora da Câmara de São Paulo e que

responde pelo setor financeiro da casa, explicou que o aumento nos gastos da câmara é reflexo do concurso público realizado em 2007, para preenchimento de 197 vagas e também em função de uma lei, aprovada no mesmo ano, que promoveu uma reestruturação nas carreiras dos funcionários. "A contratação dos concursados demandou uma reestruturação nas dependências da câmara, com aquisição de mobiliário e equipamentos de informática. Cabe ressaltar que o custo por habitante da Câmara Municipal de São Paulo é um dos menores do Brasil. Em 2007 foi menos de R\$ 20 por habitante", enfatizou o vereador, cujos números citados não incluem o Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Considerando as des-



Antônio Donato Mадormo, vereador e primeiro secretário da Mesa Diretora da Câmara de São Paulo

pesas dessa instituição, o valor salta para R\$ 29,60 por habitante.

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades** para o Sudeste, as maiores taxas de crescimento foram observadas em Ribeirão das Neves-MG (62%), Serra-ES (36,6%), Santo André-SP (30%) e Campos dos Goytacazes-RJ (24,8%). Depois das capitais paulista e carioca, Campinas-SP e Serra-ES foram as localidades que mais ampliaram seus gastos em termos de valores, com aumentos de R\$ 8,6 milhões e R\$ 5,38 milhões, respectivamente. Entre os que reduziram mais significativamente os repasses ao legislativo, aparecem Santos-SP (-11,0%), Contagem-MG (-5,5%) e Bauru-SP (-5,2%).

Nesse mesmo grupo, Vila Velha e Serra, ambos no Espírito Santo, foram os que comprometeram as maiores parcelas de suas receitas correntes para financiar o legislativo municipal, com 4,4% e 4,1%, respectivamente. Esse percentual atingiu seu nível mais baixo em Campos dos Goytacazes-RJ, com 1,2%; Bauru-SP e São José do Rio Preto-SP, com 1,5%, cada um.

Ainda entre as cidades selecionadas por **Multi Cidades**, no que diz respeito aos gastos per capita, Santos-SP ocupou o primeiro lugar, com R\$ 63,10 por habitante, para a manutenção da sua câmara de vereadores. Em seguida aparecem Betim-MG, com R\$ 61,70, e Volta Redonda-RJ, com

Despesa com o legislativo - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	691,5	3,7	51,0	45,6	3,9	48,1	158,3	3,9	42,6
De 10 mil até 20 mil hab.	656,2	3,2	32,9	51,5	3,4	31,2	244,7	3,3	29,1
De 20 mil até 50 mil hab.	865,7	2,9	28,9	75,3	2,7	22,5	322,7	3,2	26,1
De 50 mil até 100 mil hab.	617,2	2,7	28,3	55,8	2,7	26,1	156,7	3,0	22,5
De 100 mil até 200 mil hab.	574,0	2,7	32,8	47,1	3,2	32,5	78,5	2,7	23,5
De 200 mil até 500 mil hab.	729,8	2,4	26,7	58,8	3,4	29,3	90,4	2,8	22,4
Acima de 500 mil hab.	1.746,1	2,5	34,0	95,0	3,4	31,5	364,4	3,1	28,8
Total dos municípios	5.880,3	2,8	32,4	429,3	3,2	29,5	1.415,6	3,2	27,5

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

R\$ 60,50. Na outra ponta, registrando os menores gastos per capita, estão São Gonçalo-RJ, com R\$ 10,90, Ribeirão das Neves-MG, com R\$ 11, e Nova Iguaçu-RJ, com R\$ 12.

Sul

Os desembolsos com as câmaras municipais no Sul atingiram a cifra de R\$ 789,9 milhões, em 2007, o que significou um aumento de R\$ 21 milhões em relação ao ano anterior. Desse aumento, mais de 97% se deve à expansão das despesas de Curitiba e Porto Alegre, as duas capitais de maior peso na região Sul, que registraram crescimento de 21,1% e 12,1%, respectivamente.

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades** nessa região, Viamão-RS e Gravataí-RS acusaram uma considerável expansão de 23,9% e 21,4%, nessa ordem. No mesmo grupo, Joinville-SC, com queda de 15,1%, realizou a maior contenção dos gastos com legislativo.

Florianópolis-SC reduziu sua despesa em 12%. Não obstante, em 2007 foi a segunda capital do país com maior nível de comprometimento da receita corrente com o legislativo, de 4,3%. A capital catarinense e Porto Alegre-RS despenderam, por habitante, valores bem acima da média da região e do país, R\$ 60,50 e R\$ 54,70, respectivamente.



Florianópolis reduziu em 12% sua despesa com o legislativo municipal

O diretor administrativo da Câmara de Florianópolis, Amarildo Marçal Nunes, afirmou que a casa vem se empenhando para diminuir os gastos e sair do *ranking* das cidades que mais gastam com o legislativo.

“Assim que a nova administração assumiu foram feitas várias reestruturações com o intuito de reduzir ao máximo as despesas de custeio. Fizemos muitos cortes, passamos a controlar mais os gastos com os gabinetes e até mesmo com as ligações interurbanas. Hoje, para ligar para fora do Estado, tem que passar por uma telefonista e justificar. Com isso reduzimos em 40% essa despesa”, ressaltou Nunes. “Este ano (2008) só não vamos devolver dinheiro para a prefeitura porque ainda temos o financiamento da nossa sede. Um exemplo de como estamos redu-

zindo nossos gastos é a nossa proposta de orçamento. Podemos solicitar até 6% da receita tributária da prefeitura, mas para 2009 pedimos apenas 5,1% e com o objetivo de diminuir ainda mais”, afirmou.

A redução com os gastos da Câmara de Florianópolis vem sendo observada pela prefeitura do município. A afirmação é do contador da Secretaria de Planejamento da cidade, Aderlito Antônio Pasetto. “Não temos como negar esse esforço para reduzir os gastos na câmara e acreditamos mesmo que os custos vão cair ainda mais em 2009, que é quando a casa termina de pagar o prédio da sede. Com isso, quem mais ganha são os municípios, que vão ter esse dinheiro revertido em outras ações de melhorias para a cidade”, concluiu Pasetto.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na rec. total do intervalo em %	Desp. com legislativo per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	102,0	5,0	77,8	234,2	3,8	56,2	151,4	2,9	44,5
De 10 mil até 20 mil hab.	75,1	4,0	48,9	203,7	3,3	39,7	81,1	2,3	25,4
De 20 mil até 50 mil hab.	80,2	3,7	40,6	282,9	2,8	34,3	104,6	2,4	25,6
De 50 mil até 100 mil hab.	46,1	3,2	33,9	276,5	2,8	37,4	82,1	2,1	20,7
De 100 mil até 200 mil hab.	36,2	3,5	34,4	322,7	2,7	37,1	89,4	2,6	30,5
De 200 mil até 500 mil hab.	12,9	1,8	12,5	433,8	2,4	30,3	133,8	2,1	22,6
Acima de 500 mil hab.	95,9	3,0	38,4	1.043,3	2,2	34,9	147,4	2,5	45,8
Total dos municípios	448,4	3,6	41,7	2.797,1	2,5	35,9	789,9	2,4	29,6

Despesa com legislativo municipal - 2003-2007

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. na desp. total 2007	Particip. na rec. corrente 2007	Despesa legislativo per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
	14.573.815	Norte	308.017,2	312.547,7	334.070,4	384.929,3	429.286,3	11,5	3,2	3,4	29,5
AC	288.614	Rio Branco	9.887,2	10.365,9	9.924,9	8.901,7	10.638,2	19,5	3,6	3,9	36,9
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	1.057,3	-	1.321,4	1.567,9	1.666,2	6,3	3,5	3,8	22,5
AM	1.612.475	Manaus	38.563,8	42.107,2	44.012,4	55.453,2	64.112,5	15,6	4,1	4,1	39,8
AM	102.044	Parintins	1.785,3	1.760,3	1.680,1	1.975,3	2.153,2	9,0	2,9	3,3	21,1
AP	344.194	Macapá	9.253,7	9.284,7	9.492,9	10.462,4	12.398,3	18,5	5,0	4,9	36,0
AP	91.615	Santana	1.897,8	1.785,0	1.725,2	2.340,5	2.357,9	0,7	3,2	3,5	25,7
PA	1.408.847	Belém	24.573,6	24.424,1	26.375,8	28.381,1	30.906,5	8,9	2,6	2,7	21,9
PA	484.278	Ananindeua	-	4.548,4	4.493,3	4.490,7	5.599,2	24,7	2,7	2,9	11,6
PA	274.285	Santarém	3.852,5	4.073,4	4.158,1	4.093,3	4.880,2	19,2	2,6	2,9	17,8
RO	371.791	Porto Velho	9.748,2	9.137,1	9.753,5	11.014,3	12.571,3	14,1	3,4	3,8	33,8
RO	107.638	Ji-Paraná	2.288,4	2.780,4	2.904,7	3.374,3	3.649,0	8,1	4,0	4,2	33,9
RR	247.762	Boa Vista	10.801,5	10.181,3	9.656,4	11.573,6	12.738,0	10,1	3,2	3,6	51,4
RR	24.511	Rorainópolis	260,8	-	277,4	-	370,7	-	1,5	1,3	15,1
TO	179.707	Palmas	10.837,8	11.186,7	11.892,0	11.250,7	13.525,7	20,2	4,2	4,3	75,3
TO	117.059	Araguaína	2.574,0	-	3.525,8	3.654,7	3.708,2	1,5	3,9	4,4	31,7
	51.504.744	Nordeste	1.035.912,6	1.030.010,5	1.185.165,7	1.302.219,6	1.415.627,4	8,7	3,2	3,3	27,5
AL	874.014	Maceió	22.189,1	23.359,1	24.606,2	27.914,5	32.971,1	18,1	4,0	4,3	37,7
AL	202.147	Arapiraca	3.489,1	3.507,9	3.244,6	3.813,7	4.552,2	19,4	2,2	2,8	22,5
BA	2.892.625	Salvador	46.954,6	43.964,8	49.533,3	56.243,3	60.738,2	8,0	2,8	2,8	21,0
BA	571.997	Feira de Santana	7.624,7	6.500,1	6.304,6	6.678,1	7.034,7	5,3	1,9	2,0	12,3
BA	308.204	Vitória da Conquista	3.418,1	3.667,5	3.602,9	3.647,0	4.880,0	33,8	2,2	2,3	15,8
BA	220.144	Ilhéus	5.002,6	4.494,6	4.990,1	5.470,8	5.913,5	8,1	4,1	4,3	26,9
CE	2.431.415	Fortaleza	-	-	52.176,3	59.238,7	67.065,9	13,2	2,9	3,3	27,6
CE	316.906	Caucaia	4.273,2	4.672,2	3.938,8	3.608,8	4.148,6	15,0	2,1	2,1	13,1
MA	957.899	São Luís	22.150,6	22.323,5	25.085,6	32.064,6	34.522,5	7,7	3,4	3,5	36,0
MA	229.629	Imperatriz	3.058,5	3.723,3	3.742,7	4.338,9	4.792,7	10,5	2,6	2,7	20,9
PB	674.971	João Pessoa	12.317,7	12.721,8	13.291,9	16.182,6	18.558,8	14,7	2,8	2,9	27,5
PB	371.060	Campina Grande	6.283,1	6.372,8	6.066,1	6.411,6	6.755,4	5,4	2,2	2,5	18,2
PE	1.533.580	Recife	56.578,5	55.823,2	59.338,8	58.745,4	62.188,5	5,9	3,3	3,6	40,6
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	-	-	9.587,1	9.659,8	10.882,4	12,7	3,1	3,1	16,4
PE	391.433	Olinda	5.570,6	5.798,8	5.551,9	6.225,2	6.435,9	3,4	3,1	3,1	16,4
PE	307.284	Paulista	5.485,4	5.098,0	5.503,8	-	-	-	-	-	-
PE	289.086	Caruaru	5.345,0	5.364,7	5.014,9	5.850,0	7.247,4	23,9	3,5	3,8	25,1
PE	268.339	Petrolina	4.917,5	4.894,6	5.004,6	-	5.892,1	-	3,1	3,4	22,0
PI	778.341	Teresina	16.409,6	16.084,8	17.842,0	19.455,2	21.018,6	8,0	2,7	2,8	27,0
PI	140.737	Parnaíba	1.914,6	1.930,2	1.926,4	2.095,4	2.419,8	15,5	2,2	2,6	17,2
RN	774.205	Natal	21.938,1	23.306,0	25.576,8	28.289,1	31.002,5	9,6	3,5	3,9	40,0
RN	234.392	Mossoró	-	7.511,9	7.108,9	7.209,1	9.216,0	27,8	4,1	3,9	39,3
SE	520.207	Aracaju	18.813,6	17.955,0	19.930,5	20.348,4	18.406,5	-9,5	3,0	3,5	35,4
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	-	-	2.729,8	-	3.689,9	-	4,0	4,1	24,9
	10.763.937	Centro-Oeste*	383.065,8	394.047,7	407.558,3	412.807,5	448.446,1	8,6	3,6	3,7	41,7
GO	1.244.645	Goiânia	44.086,7	46.752,7	46.255,9	50.553,8	51.409,7	1,7	3,4	3,4	41,3
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	5.356,2	6.492,8	5.196,6	5.624,7	6.128,5	9,0	2,3	2,6	12,9
GO	325.544	Anápolis	8.426,2	8.227,0	7.358,2	123,4	123,0	-0,3	0,1	-	0,4
MS	724.638	Campo Grande	16.476,9	19.679,4	21.869,4	24.927,0	25.215,2	1,2	2,3	2,5	34,8
MS	182.747	Dourados	5.898,1	6.511,8	6.365,2	7.708,2	8.603,8	11,6	3,6	3,7	47,1
MT	527.113	Cuiabá	18.475,4	20.452,9	17.425,3	-	19.320,9	-	3,2	3,5	36,7
MT	230.466	Várzea Grande	5.370,5	5.556,5	6.270,0	6.608,7	6.644,5	0,5	3,3	3,6	28,8
	77.857.758	Sudeste	2.608.684,7	2.602.133,7	2.583.066,0	2.677.070,9	2.797.133,8	4,5	2,5	2,6	35,9
ES	314.042	Vitória	23.354,2	22.175,6	11.312,5	14.303,1	15.301,1	7,0	1,5	1,7	48,7
ES	398.068	Vila Velha	9.746,3	11.167,3	13.190,9	15.331,8	14.482,8	-5,5	4,3	4,4	36,4
ES	385.370	Serra	11.415,7	12.889,6	12.499,9	14.719,9	20.100,0	36,6	3,9	4,1	52,2
ES	356.536	Cariacica	5.070,4	5.050,4	5.616,8	6.687,4	7.347,1	9,9	3,0	3,4	20,6
MG	2.412.937	Belo Horizonte	64.055,0	66.851,3	80.849,8	75.911,3	77.637,7	2,3	2,1	2,3	32,2
MG	608.650	Contagem	12.947,4	14.024,8	15.710,1	16.197,8	15.305,3	-5,5	2,3	2,6	25,2
MG	608.369	Uberlândia	13.307,3	13.429,6	12.936,6	13.065,6	15.122,7	15,7	2,4	2,3	24,9
MG	513.348	Juiz de Fora	11.474,6	10.382,8	10.822,1	11.558,2	12.463,0	7,8	2,1	2,2	24,3

UF	População	Região e município	2003	2004	2005	2006	2007	Varição 2007/2006	Particip. na desp. total 2007	Particip. na rec. corrente 2007	Despesa legislativo per capita 2007 em reais
			Em mil reais médios de 2007 - IPCA						Em %		
MG	415.098	Betim	21.655,0	23.830,1	22.803,2	25.070,0	25.593,0	2,1	3,4	3,8	61,7
MG	352.384	Montes Claros	5.551,7	6.138,2	6.110,6	6.177,1	6.559,7	6,2	1,9	2,3	18,6
MG	329.112	Ribeirão das Neves	3.524,6	3.520,9	3.380,8	2.227,2	3.609,1	62,0	2,5	3,1	11,0
MG	287.760	Uberaba	9.537,8	9.369,3	9.753,4	12.107,5	12.663,3	4,6	3,6	3,7	44,0
MG	260.396	Governador Valadares	5.153,2	4.970,8	5.272,2	5.112,7	5.322,0	4,1	2,0	1,9	20,4
MG	238.397	Ipatinga	9.551,8	10.654,9	8.626,3	10.301,1	11.643,6	13,0	3,3	3,4	48,8
RJ	6.093.472	Rio de Janeiro	352.018,9	290.943,2	319.806,9	338.626,7	351.430,3	3,8	3,6	3,7	57,7
RJ	960.631	São Gonçalo	6.512,5	6.310,0	7.169,1	9.175,7	10.429,1	13,7	2,5	2,9	10,9
RJ	842.686	Duque de Caxias	23.587,6	24.469,0	22.040,6	-	27.228,4	-	2,9	3,2	32,3
RJ	830.672	Nova Iguaçu	9.977,1	9.805,5	-	9.274,3	9.985,2	7,7	1,7	1,9	12,0
RJ	480.555	Belford Roxo	-	-	6.278,1	-	7.383,7	-	2,9	2,9	15,4
RJ	474.002	Niterói	18.299,1	20.215,6	20.048,9	22.810,2	27.598,7	21,0	3,4	3,4	58,2
RJ	464.282	São João de Meriti	5.781,4	5.805,5	5.628,9	-	6.888,9	-	3,0	2,8	14,8
RJ	426.154	Campos dos Goytacazes	-	-	-	12.337,1	15.389,9	24,8	1,1	1,2	36,1
RJ	306.645	Petrópolis	9.648,6	9.005,1	8.411,0	9.324,5	9.582,9	2,8	2,4	2,4	31,3
RJ	255.653	Volta Redonda	14.209,7	13.468,3	12.515,1	14.965,2	15.463,0	3,3	3,6	3,9	60,5
SP	10.886.518	São Paulo	391.419,4	363.793,1	349.223,9	294.113,0	321.701,1	9,4	1,6	1,7	29,6
SP	1.236.192	Guarulhos	33.688,0	37.758,4	40.767,1	41.817,0	46.702,3	11,7	3,0	3,1	37,8
SP	1.039.297	Campinas	45.067,3	55.169,5	49.007,6	52.372,2	60.959,5	16,4	3,1	3,4	58,7
SP	781.390	São Bernardo do Campo	28.095,0	29.391,1	23.441,0	22.908,9	-	-	-	-	-
SP	701.012	Osasco	20.100,6	21.588,4	22.460,7	21.435,8	22.641,5	5,6	2,6	2,9	32,3
SP	667.891	Santo André	19.687,1	19.698,5	18.665,9	18.338,0	23.833,0	30,0	2,1	2,3	35,7
SP	594.948	São José dos Campos	25.259,2	25.008,1	24.454,4	24.693,9	24.395,7	-1,2	2,4	2,3	41,0
SP	559.157	Sorocaba	11.355,7	13.527,0	-	-	-	-	-	-	-
SP	547.417	Ribeirão Preto	21.864,4	20.440,9	18.959,9	21.738,0	23.502,9	8,1	2,8	2,8	42,9
SP	418.288	Santos	30.431,5	27.949,8	28.996,4	29.681,1	26.407,3	-11,0	3,0	3,1	63,1
SP	402.770	São José do Rio Preto	7.610,0	7.587,9	6.343,5	7.406,8	7.483,7	1,0	1,4	1,5	18,6
SP	402.643	Mauá	11.636,6	13.570,5	14.420,3	16.090,3	-	-	-	-	-
SP	386.779	Diadema	14.605,0	14.968,1	14.611,1	13.188,9	14.000,0	6,2	3,1	3,3	36,2
SP	379.566	Carapicuíba	6.511,2	5.929,4	5.802,6	6.056,6	6.405,7	5,8	3,5	3,9	16,9
SP	362.991	Mogi das Cruzes	11.624,8	12.358,9	12.319,6	12.905,3	15.851,4	22,8	3,7	3,9	43,7
SP	358.108	Piracicaba	8.504,6	10.198,6	8.478,2	10.164,7	11.317,3	11,3	2,3	2,3	31,6
SP	347.601	Bauru	7.508,5	7.754,8	5.943,6	5.675,9	5.380,7	-5,2	1,5	1,5	15,5
SP	342.983	Jundiaí	11.243,2	16.587,9	10.300,3	12.505,2	13.509,1	8,0	2,1	1,9	39,4
PR	26.729.883	Sul	809.332,0	810.434,4	708.599,1	768.830,3	789.902,8	2,7	2,4	2,5	29,6
PR	1.797.408	Curitiba	48.867,5	49.765,5	53.610,5	57.542,8	69.699,1	21,1	2,0	2,3	38,8
PR	497.833	Londrina	10.328,1	10.623,8	10.518,6	12.675,6	12.691,7	0,1	2,4	2,3	25,5
PR	325.968	Maringá	9.817,3	11.257,3	11.007,2	10.009,3	10.287,7	2,8	2,6	2,8	31,6
PR	311.336	Foz do Iguaçu	9.424,4	10.143,5	-	-	-	-	-	-	-
PR	306.351	Ponta Grossa	4.780,5	5.340,4	-	6.620,7	-	-	-	-	-
PR	285.784	Cascavel	5.888,0	-	-	6.427,4	6.798,1	5,8	3,0	3,1	23,8
PR	263.622	São José dos Pinhais	7.100,0	7.769,9	-	-	-	-	-	-	-
RS	1.420.667	Porto Alegre	63.751,4	51.698,8	66.487,5	69.368,8	77.735,6	12,1	3,0	3,3	54,7
RS	399.038	Caxias do Sul	11.054,2	10.348,1	9.571,5	9.109,2	10.617,0	16,6	1,6	1,7	26,6
RS	339.934	Pelotas	5.387,5	5.974,7	6.379,5	6.334,0	7.161,0	13,1	2,4	2,3	21,1
RS	326.458	Canoas	10.104,5	12.914,4	10.973,2	11.028,2	11.081,7	0,5	2,4	2,7	34,0
RS	263.403	Santa Maria	6.171,0	6.534,8	6.204,0	6.136,6	6.969,3	13,6	3,5	3,8	26,5
RS	261.150	Gravataí	5.679,8	7.003,8	6.580,5	6.968,5	8.461,6	21,4	3,3	3,8	32,4
RS	253.264	Viamão	3.918,8	4.175,8	4.300,5	3.808,5	4.717,5	23,9	3,6	3,4	18,6
RS	253.067	Novo Hamburgo	6.410,5	7.722,1	5.645,6	5.321,2	-	-	-	-	-
SC	396.723	Florianópolis	17.291,4	17.375,8	22.785,0	27.270,3	24.010,3	-12,0	4,1	4,3	60,5
SC	487.003	Joinville	15.674,8	17.966,2	17.687,1	18.467,8	15.688,7	-15,1	2,4	2,5	32,2
SC	292.972	Blumenau	9.426,6	10.181,3	7.778,2	7.630,0	8.132,3	6,6	1,8	1,8	27,8
	73.054.455	Cidades selecionadas	2.108.874,6	2.068.937,6	2.128.142,0	2.158.664,9	2.347.958,9	8,8	2,5	2,6	32,1
	33.479.343	Até 20 mil hab.	1.153.199,6	1.130.838,7	1.189.427,9	1.288.361,4	1.347.644,2	4,6	3,4	3,5	40,3
	41.708.810	Capitais	1.370.814,7	1.281.713,6	1.398.116,2	1.408.135,6	1.536.824,0	9,1	2,6	2,7	36,9
	181.430.137	Brasil*	5.145.012,3	5.149.173,9	5.218.459,5	5.545.857,5	5.880.306,4	6,0	2,8	2,8	32,4

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal

Posição	UF	Município	Despesa com legislativo em reais	População 2007
1°	RJ	Rio de Janeiro	351.430.321,4	6.093.472
2°	SP	São Paulo	321.701.094,2	10.886.518
3°	RS	Porto Alegre	77.735.604,4	1.420.667
4°	MG	Belo Horizonte	77.637.686,0	2.412.937
5°	PR	Curitiba	69.699.122,8	1.797.408
6°	CE	Fortaleza	67.065.886,9	2.431.415
7°	AM	Manaus	64.112.533,4	1.612.475
8°	PE	Recife	62.188.465,2	1.533.580
9°	SP	Campinas	60.959.511,7	1.039.297
10°	BA	Salvador	60.738.163,2	2.892.625
11°	GO	Goiânia	51.409.672,1	1.244.645
12°	SP	Guarulhos	46.702.303,5	1.236.192
13°	MA	São Luís	34.522.532,3	957.899
14°	AL	Maceió	32.971.079,1	874.014
15°	RN	Natal	31.002.460,8	774.205
16°	PA	Belém	30.906.523,0	1.408.847
17°	RJ	Niterói	27.598.741,8	474.002
18°	RJ	Duque de Caxias	27.228.368,8	842.686
19°	SP	Santos	26.407.340,8	418.288
20°	MG	Betim	25.593.000,0	415.098
21°	MS	Campo Grande	25.215.204,6	724.638
22°	SP	Cubatão	24.513.238,0	119.794
23°	SP	São José dos Campos	24.395.720,4	594.948
24°	SC	Florianópolis	24.010.257,7	396.723
25°	SP	Santo André	23.832.995,6	667.891
26°	SP	Ribeirão Preto	23.502.928,6	547.417
27°	SP	Osasco	22.641.464,4	701.012
28°	PI	Teresina	21.018.578,9	778.341
29°	ES	Serra	20.100.000,0	385.370
30°	SP	São Caetano do Sul	19.846.283,8	144.857
31°	RJ	Macaé	19.711.891,7	169.229
32°	MT	Cuiabá	19.320.938,5	527.113
33°	PB	João Pessoa	18.558.778,9	674.971
34°	SE	Aracaju	18.406.500,6	520.207
35°	BA	Camaçari	18.004.145,4	220.495
36°	SP	Guarujá	17.553.001,9	296.150
37°	SP	Paulínia	17.479.135,0	73.118
38°	SP	Barueri	16.954.089,7	252.748
39°	RJ	Angra dos Reis	16.182.896,1	149.395
40°	SP	Mogi das Cruzes	15.851.423,0	362.991
41°	SC	Joinville	15.688.666,8	487.003
42°	RJ	Volta Redonda	15.463.000,0	255.653
43°	RJ	Campos dos Goytacazes	15.389.925,8	426.154
44°	MG	Contagem	15.305.277,9	608.650
45°	ES	Vitória	15.301.067,8	314.042
46°	MG	Uberlândia	15.122.651,0	608.369
47°	ES	Vila Velha	14.482.808,1	398.068
48°	SP	Diadema	14.000.000,0	386.779
49°	TO	Palmas	13.525.653,3	179.707
50°	SP	Jundiá	13.509.056,1	342.983
51°	BA	São Francisco do Conde	13.313.358,9	29.822
52°	SP	Cotia	12.974.954,2	172.823

Posição	UF	Município	Despesa com legislativo em reais	População 2007
53°	RR	Boa Vista	12.738.000,0	247.762
54°	PR	Londrina	12.691.710,7	497.833
55°	MG	Uberaba	12.663.304,1	287.760
56°	RO	Porto Velho	12.571.333,4	371.791
57°	MG	Juiz de Fora	12.463.012,4	513.348
58°	AP	Macapá	12.398.319,3	344.194
59°	PE	Ipojuca	12.250.107,0	69.781
60°	MG	Ipatinga	11.643.609,3	238.397
61°	SP	Piracicaba	11.317.275,4	358.108
62°	RS	Canoas	11.081.658,3	326.458
63°	SP	Rio Claro	11.012.822,4	185.421
64°	PE	Jaboatão dos Guararapes	10.882.384,1	665.387
65°	PR	Araucária	10.697.531,5	111.952
66°	SP	Taboão da Serra	10.652.233,0	219.200
67°	AC	Rio Branco	10.638.206,2	288.614
68°	RS	Caxias do Sul	10.617.003,6	399.038
69°	RJ	São Gonçalo	10.429.078,6	960.631
70°	PR	Maringá	10.287.685,7	325.968
71°	SP	Jacareí	10.020.687,6	207.028
72°	RJ	Nova Iguaçu	9.985.164,8	830.672
73°	SP	São Sebastião	9.942.678,2	67.099
74°	RJ	Petrópolis	9.582.932,0	306.645
75°	SP	Araçatuba	9.223.428,3	178.839
76°	RN	Mossoró	9.216.006,9	234.392
77°	SP	Praia Grande	9.040.891,5	233.806
78°	PA	Parauapebas	8.653.486,1	133.261
79°	MS	Dourados	8.603.767,1	182.747
80°	MG	Sete Lagoas	8.521.801,8	217.506
81°	RS	Gravataí	8.461.586,4	261.150
82°	SP	Hortolândia	8.239.387,0	190.781
83°	SC	Blumenau	8.132.287,5	292.972
84°	SP	Santana de Parnaíba	8.124.713,9	100.209
85°	SC	São José	7.805.941,8	196.887
86°	RJ	Cabo Frio	7.671.721,8	162.191
87°	GO	Rio Verde	7.550.433,6	149.113
88°	CE	Maracanaú	7.521.807,1	197.301
89°	SP	São José do Rio Preto	7.483.734,6	402.770
90°	CE	Sobral	7.474.062,7	176.895
91°	BA	Candeias	7.416.754,8	78.655
92°	RJ	Belford Roxo	7.383.709,3	480.555
93°	ES	Cariacica	7.347.060,8	356.536
94°	MT	Rondonópolis	7.332.999,5	172.471
95°	PE	Caruaru	7.247.447,7	289.086
96°	RS	Pelotas	7.161.039,1	339.934
97°	SP	Americana	7.157.952,8	199.094
98°	RS	Rio Grande	7.156.818,8	194.351
99°	RN	Parnamirim	7.099.062,8	172.723
100°	SP	São Carlos	7.048.401,1	212.956

Total dos 100 maiores	2.579.429.345,9	66.913.999
Total dos demais*	3.300.967.025,0	114.516.138
Total Brasil*	5.880.396.370,8	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal per capita

Posição	UF	Município	Desp. com legislativo per capita	Despesa com legislativo	População 2007
			Em reais		
1°	BA	São Francisco do Conde	446	13.313.358,9	29.822
2°	BA	Madre de Deus	320	4.944.878,7	15.432
3°	GO	Anhangüera	301	291.012,0	966
4°	MG	Serra da Saudade	286	249.051,9	871
5°	SP	Borá	286	229.979,0	804
6°	RS	André da Rocha	280	337.245,5	1.206
7°	MG	Araporã	262	1.601.067,1	6.110
8°	GO	Lagoa Santa	256	313.816,3	1.225
9°	MG	Cachoeira Dourada	248	613.063,2	2.470
10°	RS	Triunfo	242	5.810.951,0	24.016
11°	GO	Chapadão do Céu	241	1.272.254,0	5.289
12°	SP	Paulínia	239	17.479.135,0	73.118
13°	PB	Parari	237	295.426,2	1.245
14°	MG	Grupiara	229	323.900,8	1.412
15°	MG	Água Comprida	227	474.404,0	2.093
16°	SP	Nova Castilho	221	233.332,3	1.057
17°	MT	Serra Nova Dourada	218	294.408,5	1.349
18°	MG	Tapira	213	763.012,9	3.575
19°	RS	Capão Bonito do Sul	211	388.363,1	1.837
20°	GO	Perolândia	205	564.386,7	2.748
21°	SP	Cubatão	205	24.513.238,0	119.794
22°	RJ	Quissamã	202	3.501.524,5	17.376
23°	MG	Cedro do Abaeté	201	240.591,0	1.198
24°	SP	Fernão	198	288.982,6	1.457
25°	MT	Santo Antônio do Leste	192	618.038,8	3.219
26°	PB	Riacho de Santo Antônio	192	291.940,1	1.524
27°	TO	Tupirama	191	268.950,4	1.405
28°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	190	1.756.251,3	9.238
29°	RS	Santa Margarida do Sul	188	409.286,7	2.172
30°	PE	Itacuruba	188	769.176,3	4.097
31°	TO	Crixás do Tocantins	186	235.344,2	1.264
32°	MT	Santa Rita do Trivelato	186	465.344,8	2.504
33°	MT	Santa Cruz do Xingu	182	384.392,5	2.116
34°	MG	Carneirinho	182	1.610.623,7	8.859
35°	RS	Quatro Irmãos	181	313.602,6	1.735
36°	MG	Doresópolis	181	269.954,1	1.494
37°	MS	Alcinópolis	180	775.066,5	4.299
38°	SP	União Paulista	180	258.858,5	1.440
39°	PB	São José do Brejo do Cruz	180	295.322,1	1.645
40°	PE	Ipojuca	176	12.250.107,0	69.781
41°	SP	Ilha Comprida	175	1.558.470,5	8.931
42°	MT	Ribeirãozinho	174	367.609,4	2.107
43°	MS	Rio Negro	174	864.900,9	4.957
44°	SC	Macieira	173	300.138,2	1.738
45°	PB	Coxixola	172	292.610,9	1.705
46°	SP	Águas de São Pedro	172	417.970,0	2.428
47°	SC	Ouro Verde	172	369.244,6	2.152
48°	PB	Quixabá	170	242.973,8	1.433
49°	ES	Anchieta	169	3.292.931,8	19.450
50°	PR	Santo Antônio do Paraíso	169	399.350,6	2.366
51°	GO	São João da Paraúna	169	286.437,0	1.699
52°	MS	Taquarussu	168	521.795,3	3.112

Posição	UF	Município	Desp. com legislativo per capita	Despesa com legislativo	População 2007
			Em reais		
53°	GO	Rio Quente	167	497.349,2	2.974
54°	PR	Jardim Olinda	166	243.090,9	1.461
55°	GO	Moiporá	166	308.992,5	1.856
56°	GO	São Patricio	166	345.639,7	2.081
57°	SP	Florínia	166	473.621,9	2.860
58°	MS	Figueirão	165	539.837,3	3.280
59°	RS	Boa Vista das Missões	165	340.216,0	2.066
60°	RS	Tupanci do Sul	164	283.040,1	1.723
61°	RJ	Macuco	162	847.320,9	5.246
62°	MT	Ponte Branca	161	288.000,0	1.787
63°	SP	Zacarias	157	350.000,0	2.229
64°	RS	Pedras Altas	156	397.539,8	2.546
65°	SP	São João de Itacema	156	271.000,0	1.732
66°	SP	Sandovalina	156	502.757,1	3.219
67°	GO	Água Limpa	156	324.369,7	2.074
68°	TO	São Félix do Tocantins	156	220.147,9	1.409
69°	AM	Presidente Figueiredo	156	3.794.551,9	24.360
70°	RJ	Porto Real	155	2.243.989,4	14.512
71°	RS	Engenho Velho	155	244.836,2	1.584
72°	SP	Bertioga	154	6.031.436,7	39.091
73°	TO	Sucupira	154	256.284,3	1.667
74°	SP	Nantes	154	381.076,0	2.482
75°	SC	Lajeado Grande	154	225.271,1	1.461
76°	GO	Ouvidor	154	726.154,1	4.722
77°	TO	Rio da Conceição	153	222.475,3	1.454
78°	SP	Dirce Reis	153	241.271,0	1.582
79°	SC	Ibiam	152	302.372,6	1.987
80°	MG	São Sebastião do Rio Preto	152	256.341,5	1.686
81°	GO	Porteirão	152	456.288,9	3.008
82°	MG	Consolação	151	255.118,1	1.695
83°	MG	Douradoquara	151	270.485,0	1.796
84°	GO	Aporé	151	534.445,0	3.540
85°	GO	Aparecida do Rio Doce	151	409.112,0	2.702
86°	MS	Jaraguari	151	851.429,5	5.657
87°	GO	Aloândia	151	311.773,4	2.065
88°	GO	Alto Horizonte	150	474.371,3	3.155
89°	SP	Arco-Íris	150	299.587,9	2.002
90°	SE	Amparo de São Francisco	150	329.322,1	2.197
91°	SP	Altair	150	489.875,9	3.272
92°	MT	Alto Taquari	149	912.927,7	6.118
93°	SP	Pedrinhas Paulista	148	418.953,0	2.834
94°	SP	São Sebastião	148	9.942.678,2	67.099
95°	TO	Mateiros	147	255.342,3	1.737
96°	SC	Bom Jesus	147	338.000,0	2.296
97°	MG	Fortaleza de Minas	147	563.691,1	3.834
98°	PB	Amparo	147	294.107,3	2.007
99°	PB	Zabelê	146	294.498,5	2.024
100°	MG	Paiva	146	238.291,9	1.630

Total dos 100 maiores	199	147.323.358,0	741.139
Total dos demais*	32	5.733.073.012,8	180.688.998
Total Brasil*	32	5.880.396.370,8	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Educação: área de maior aporte dos recursos municipais

Após ampliarem em aproximadamente 15% os gastos com a educação em 2006, os municípios brasileiros investiram 13% a mais em 2007. No acumulado desses dois anos, isso significou R\$ 12,37 bilhões de recursos adicionais para a educação municipal. Dentre as regiões, o Norte foi aquela que mais se destacou em termos percentuais.

A educação manteve sua posição em 2007 como segmento que mais absorve recursos na esfera municipal, respondendo por 25,1% do total do dispêndio, seguido pela saúde, com 21,9%. Ganha destaque a participação da educação nos gastos das cidades com menos de 20 mil habitantes nas quais a relação atingiu, em média, 29%. O volume total de recursos aportado pelos municípios brasileiros à função, nesse ano, equivaleu a R\$ 53,70 bilhões.

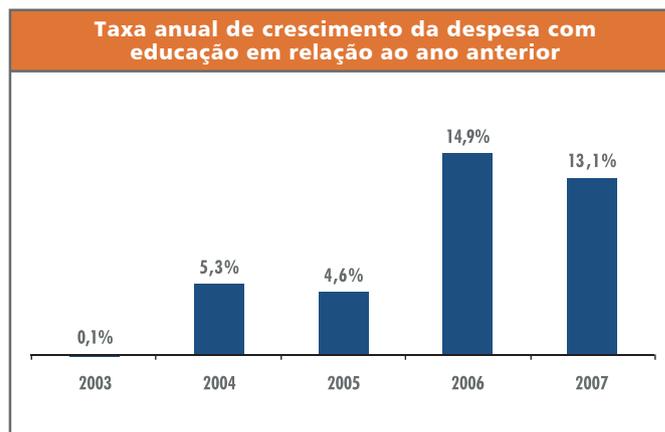
A elevada aplicação de recursos da esfera municipal na educação deve-se ao cumprimento da obrigação constitucional de destinar ao setor um mínimo de 25% do total da receita proveniente de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos (artigo 212 da Constituição Federal).

Desempenho regional

Os municípios brasileiros ampliaram seus gastos com educação de maneira significativa nos últimos anos. Em 2007, identificou-se um crescimento médio do dispêndio de 13,1%, envolvendo recursos adicionais da ordem de R\$ 6,23 bilhões.



Horta em escola de Goiânia



A ampliação da despesa com a educação, em 2007, estendeu-se a todas as regiões do país, notadamente ao Norte (16,6%), Sudeste (13,9%) e Nordeste (13,1%), que apresentaram taxas acima ou igual à média brasileira. Nas regiões Sul (10,7%) e Centro-Oeste (9,2%) o desempenho ficou um pouco abaixo dessa média.

A intensidade do crescimento foi maior nos grandes municípios. Assim como nas capitais, a expansão média dos 106 municípios selecionados por **Multi Cidades** foi de 15%. Nesse último grupo, somente em dez localidades as despesas com educação retrocederam.

Norte

Como no ano anterior, o Norte apresentou, em 2007, a maior taxa de crescimento dos gastos em educação. Os recursos aplicados passaram de R\$ 3,38 bilhões, em 2006, para R\$ 3,94 bilhões, em 2007. A região respondeu por 7,3% do montante total despendido na área pelos municípios brasileiros, sendo que sua rede abrigava 10,9% dos alunos da rede pública municipal de ensino básico.

Dentre os municípios selecionados por **Multi Cidades** para a região, destacou-se, em termos de volume de gastos, a capital amazo-

nense, que aplicou R\$ 402,3 milhões, o que significou um aumento de recursos da ordem de R\$ 30,5 milhões em relação ao ano anterior. Em termos relativos observou-se um crescimento significativo em Porto Velho (192,9%) e Boa Vista (40,3%), bem como na cidade de Ananindeua-PA (36,1%). Porto Velho, com essa relevante ampliação de gastos, mais do que compensou a retração sofrida em 2006.

As dez maiores despesas com educação na região Norte em 2007

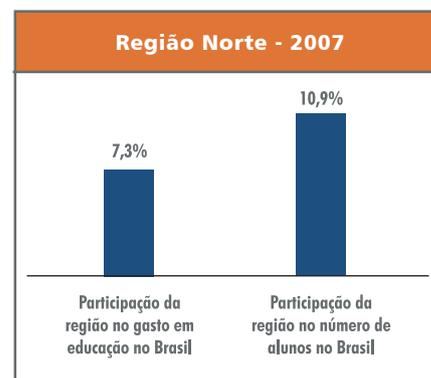
Posição	UF	Município	Despesa com educação	Despesa com educação por aluno	Número de alunos
			Em reais		
1°	AM	Manaus	402.259.305	1.624	247.630
2°	PA	Belém	165.513.576	2.243	73.776
3°	RO	Porto Velho	86.748.535	2.300	37.712
4°	TO	Palmas	73.493.107	2.964	24.792
5°	PA	Marabá	68.836.648	1.278	53.875
6°	PA	Parauapebas	67.785.217	1.971	34.395
7°	PA	Santarém	65.484.627	1.090	60.053
8°	AP	Macapá	59.478.432	2.726	21.815
9°	RR	Boa Vista	57.774.000	4.455	12.967
10°	AC	Rio Branco	51.807.105	2.762	18.756

Nordeste

O Nordeste manteve sua participação de 24,4% no gasto total com educação dos municípios brasileiros. O volume de recursos despendido na região tem avançado desde 2004, alcançando a cifra de R\$ 13,10 bilhões, em 2007. Nesse ano, sua rede de ensino abrigava 40,2% dos alunos da rede pública municipal de ensino básico do país.

As dez maiores despesas com educação na região Nordeste em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Despesa com educação por aluno	Número de alunos
			Em reais		
1°	CE	Fortaleza	454.175.088	1.847	245.857
2°	PE	Recife	401.615.678	3.329	120.633
3°	BA	Salvador	299.687.105	1.697	176.616
4°	MA	São Luís	196.333.896	1.964	99.975
5°	RN	Natal	166.361.790	2.800	59.416
6°	PI	Teresina	148.877.760	1.669	89.219
7°	PB	João Pessoa	141.498.484	2.197	64.408
8°	AL	Maceió	136.921.711	1.974	69.362
9°	BA	Camaçari	111.046.632	2.305	48.180
10°	SE	Aracaju	101.546.124	2.982	34.052



Entre as capitais, Fortaleza e Recife apresentaram taxas significativas de crescimento dos gastos em educação, especialmente nos últimos períodos. Entre 2005 e 2007, essas cidades ampliaram seus dispendios em R\$ 154,8 milhões e R\$ 82,8 milhões, respectivamente. As demais capitais nordestinas apresentaram taxas de crescimento que variaram entre 1,1%, em Sal-

vador, e 17,8%, em São Luís.

Analisando as cidades selecionadas por **Multi Cidades** na região, destaca-se o desempenho dos municípios de Petrolina-PE (31,6%), Imperatriz-MA (30,4%), Campina Grande-PB (28,7%) e Mossoró-RN (27,8%). Os municípios de Olinda-PE e Ilhéus-BA retraíram seus gastos na educação em 5%, caso da primeira, e 3,2%, da segunda.

Em Fortaleza, a Secretaria Municipal de Educação tem buscado o avanço na qualidade de ensino e na melhoria da infra-estrutura. O município possui a terceira maior rede de ensino do país, com mais de 238 mil alunos distribuídos em educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos. No que se refere à infra-estrutura, são 423 unidades escolares, sendo que 262 são escolas patrimoniais, 61 anexos, oito escolas especiais e 92 creches. Nos últimos dois anos, a prefeitura de Fortaleza garantiu 561 novas salas de aulas, em escolas reformadas ou construídas. Em creches, foram mais 130 novas salas de aula. Desde o ano de 2006, todos os alunos da rede municipal de ensino recebem fardamento completo e gratuito.

De 2005 a 2007, a prefeitura de Fortaleza investiu mais de R\$ 7 milhões na aquisição de livros para as bibliotecas e salas de leituras das escolas da rede municipal. Atualmente, 10.743 alunos usam o transporte escolar ofertado pela prefeitura, que obteve um investimento de R\$ 6,5 milhões em 2007.

Centro-Oeste

Mais uma vez a região Centro-Oeste exibiu a menor participação (5,8%) nos gastos municipais totais com educação, porém esse percentual corresponde ao seu peso na rede pública municipal de ensino básico do país, que foi de 5,1%, em 2007. Nesse ano a região ampliou



seus gastos em educação a uma taxa de 9,2%, abaixo da média do país. Essa ampliação agregou R\$ 259,7 milhões à função, que atingiu o valor de R\$ 3,09 bilhões.

As capitais Goiânia e Campo Grande agregaram os maiores valores absolutos à área e mantiveram as duas primeiras posições no ranking regional. Elas aportaram, em 2007, recursos adicionais da ordem de R\$ 34,9 milhões e R\$ 32,9 milhões, respectivamente.

Aparecida de Goiânia-GO, cidade que mais expandiu seus gastos com educação no ano anterior, os manteve praticamente estáveis entre 2006 e 2007. Várzea Grande-MT, por outro lado, reduziu seus gastos em -3,1% no mesmo período.

Dentre os municípios selecionados por Multi Cidades, Dourados-MS foi o que mais expandiu seus gastos em educação, em 20,6%. Essa expansão implicou em recursos adicionais da ordem de R\$ 10,7 milhões, em 2007. "Em Dourados, a meta da Secretaria Municipal de

Educação é a implantação de políticas públicas inclusivas, que contribuam para a elevação da qualidade do ensino", diz o superintendente da Secretaria Municipal de Educação de Dourados, Enio Ribeiro de Oliveira. Em 2007, o município contava com 24.906 matrículas no ensino básico.

Segundo Oliveira, em 2008, com um orçamento de R\$ 72,9 milhões, a prefeitura municipal vem dando continuidade ao trabalho de reforma, ampliação e construção de salas de aula e quadras, bem como de formação para todos os profissionais da educação. Dentre os programas destacam-se a Educação



Goiânia e Campo Grande destinaram os maiores valores para a educação no Centro-Oeste

As dez maiores despesas com educação na região Centro-Oeste em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Despesa com educação por aluno	Número de alunos
			Em reais		
1º	GO	Goiânia	312.002.166	3.379	1.244.645
2º	MS	Campo Grande	238.353.640	2.647	724.638
3º	MT	Cuiabá	118.248.804	2.449	527.113
4º	GO	Rio Verde	74.250.716	4.128	149.113
5º	MS	Dourados	62.664.613	2.516	182.747
6º	GO	Anápolis	60.902.465	2.020	325.544
7º	GO	Aparecida de Goiânia	59.861.555	2.175	475.303
8º	MT	Várzea Grande	47.318.253	2.020	230.466
9º	GO	Luziânia	37.174.646	1.681	196.046
10º	MT	Rondonópolis	37.067.903	2.384	172.471

Especial e a Educação do Campo, que têm como princípios o respeito à diversidade sociocultural, étnica e de gênero, e ao conhecimento produzido pela população local. Também ganha papel relevante o projeto Mova, em parceria com o Ministério da Educação, que objetiva reduzir o analfabetismo. Reiniciado em 2008, conta com 45 salas de aula e um total de 700 novos alunos. A prefeitura destinou ainda R\$ 3,6 milhões para a construção dos Pólos de Educação Municipal (Polems), edificações de forma arredondada, que poderão ser utilizadas para múltiplas finalidades (culturais, esportivas etc).

Sudeste

Os recursos direcionados para educação pelos municípios do Su-

deste elevaram-se de R\$ 22,64 bilhões, em 2006, para R\$ 25,78 bilhões, em 2007. Apesar de responder por quase metade dos gastos globais realizados pelas cidades brasileiras, a região abriga apenas um terço dos alunos da rede pública municipal de ensino básico. A concentração dessa despesa na região é um dos reflexos da maior disponibilidade de recursos financeiros à disposição dos municípios do Sudeste.

A capital paulista manteve a trajetória de crescimento verificada desde 2003 e elevou sua despesa em 17,7%, agregando R\$ 677,7 milhões. Belo Horizonte foi a segunda capital do Sudeste que mais acrescentou recursos à área (R\$ 133,7 milhões), seguida pela capital carioca, cujos aportes adicionais alcançaram R\$ 91,9 milhões, em 2007.



A prefeitura de Belo Horizonte tem por meta, desde 1991, investir 30% das receitas vinculadas. "As prioridades passam desde a recomposição salarial e cursos de formação profissional até a adaptação das estruturas físicas, com a montagem de laboratórios de informática em todas as escolas", explica a secretária adjunta de Educação, Macaé Maria Evaristo. Um dos pro-



Belo Horizonte foi a segunda capital do Sudeste que mais acrescentou recursos a educação

As dez maiores despesas com educação na região Sudeste em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Despesa com educação por aluno	Número de alunos
			Em reais		
1º	SP	São Paulo	4.517.692.520	4.828,7	935.588
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.764.969.757	2.408,4	732.825
3º	MG	Belo Horizonte	697.099.866	3.856,5	180.760
4º	SP	Campinas	375.493.921	6.195,3	60.609
5º	SP	São Bernardo do Campo	324.860.918	4.019,1	80.830
6º	SP	São José dos Campos	283.611.320	5.401,4	52.507
7º	SP	Guarulhos	282.669.334	3.362,9	84.054
8º	RJ	Duque de Caxias	273.248.009	2.939,9	92.944
9º	SP	Barueri	252.789.433	3.954,8	63.919
10º	SP	Osasco	232.615.941	3.507,5	66.320



Maria José Favarão, secretária de Educação de Osasco

gramas destaques da prefeitura é o Escola Integrada. Está implantado em 50 escolas da rede pública municipal e atende a 15 mil crianças e adolescentes do ensino fundamental. O turno dura nove horas. O projeto é multidisciplinar e pretende integrar os diferentes programas públicos e sociais. Também são desenvolvidos os programas Escola Aberta, ProJovem, BH Sem Analfabetos e Alô Educação.

Considerando a amostra de **Multi Cidades**, os municípios que mais ampliaram seus gastos em educação no Sudeste foram as cidades de Contagem-MG (79,8%), Sorocaba-SP (39,8%), Vitória-ES (39,3%), Osasco-SP (35,9%), Santo

André-SP (34,4%) e Cariacica-ES (34,2%). Contagem-MG, que alegou, na edição anterior de **Multi Cidades**, problemas com o Tribunal de Contas Estadual (TCE) para justificar a retração ocorrida, assinalou, em 2007, a maior expansão relativa, despendendo R\$ 89,1 milhões adicionais. O município de Vitória-ES e as cidades paulistas citadas apresentaram, por dois períodos consecutivos, crescimentos expressivos de seus dispêndios em educação. Destacou-se também Cariacica-ES, que, no período de 2003-2007, quase triplicou o dispêndio na função.

O aumento dos gastos com educação em Osasco está relacionado à maior arrecadação. "O desenvolvimento econômico global permitiu um crescimento na arrecadação e, como conseqüência, um investimento maior", explica a secretária de Educação, Maria José Favarão. A busca é pela educação inclusiva, com o conceito de "escola cidadã".

"Queremos a inclusão das crianças e mostrar que a escola é da comunidade. Um dos desafios é reduzir a distância entre a instituição escolar e a sociedade civil", afirma.

Campos dos Goytacazes-RJ conteve sensivelmente os gastos com educação, em 2007 (-29,4%), a despeito de uma taxa elevada no período anterior. É seguida à distância por Ribeirão das Neves-MG, que reduziu o dispêndio em 3,4%, tendo apresentado destacada ampliação no período anterior.

Sul

O gasto com educação tem crescido consistentemente na região Sul, saltando de R\$ 5,61 bilhões, em 2002, para R\$ 7,79 bilhões, em 2007. Nesse ano a região respondeu por 14,5% da despesa municipal em educação e congregou 10,7% dos alunos da rede pública municipal de ensino básico do país.

Observando a amostra de **Multi Cidades**, os municípios que mais



As dez maiores despesas com educação na região Sul em 2007

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Despesa com educação por aluno	Número de alunos
			Em reais		
1º	PR	Curitiba	514.694.766	3.914	131.505
2º	RS	Porto Alegre	437.730.703	7.690	56.919
3º	SC	Joinville	153.823.608	2.507	61.363
4º	SC	Florianópolis	128.581.396	4.912	26.175
5º	RS	Caxias do Sul	126.968.575	3.616	35.109
6º	PR	Londrina	103.815.118	3.057	33.963
7º	RS	Canoas	96.761.017	3.208	30.161
8º	SC	Blumenau	92.459.229	2.869	32.230
9º	RS	Gravataí	83.099.208	2.937	28.290
10º	PR	São José dos Pinhais	79.448.136	2.903	27.363

cresceram em termos relativos foram Novo Hamburgo (27,2%), Caxias do Sul (23,4%), Gravataí (21,1%) e Pelotas (20,9%), todos no Rio Grande do Sul. Novo Hamburgo liderou o aumento, após quatro períodos de baixas taxas de expansão e declínio. Pelotas foi a cidade sulina que mais ampliou em 2006, e Gravataí tem crescido desde 2003.

Todas as capitais da região Sul apresentaram expansão superior à média da região. Destacou-se Curitiba, que, num movimento ascendente desde 2003, ampliou seus dispêndios em 18% e agregou R\$ 78,5 milhões à área. A capital gaúcha aumentou os gastos em 14,9%, adicionando R\$ 56,7 milhões. Já em Florianópolis o crescimento foi de 12,8%.

Com cerca de 250 mil habitantes, Gravataí tem a segunda maior rede de ensino municipal, com 32 mil alunos. "Nossa rede municipal supera a estadual, que conta com 28,5 mil estudantes. Não temos problema de greve e investimos na formação profissional", ressalta o secretário de Educação, Márcio Souza. Ele explica que um dos focos é o investimento na educação integrada. Das 66 escolas da rede municipal, até o final de 2009, 18 serão do tipo integrada. Outros programas da prefeitura são o Material Escolar para Todos, a Merenda Escolar, e o combate ao analfabetismo funcional. "Temos uma visão sistêmica sobre a educação", diz.

Acusaram ligeira queda nos gastos com educação os municípios paranaenses de Ponta Grossa (-1,5%) e Foz do Iguaçu (-1,4%), cujos gastos entre 2002 e 2007 flutuaram em torno de R\$ 60 milhões, com uma leve tendência à elevação.

O Fundeb

Além de aplicar na educação os 25% de suas receitas de impostos e

transferências provenientes de impostos, os municípios devem destinar, também para essa área, os recursos que recebem a título de Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O Fundeb é de âmbito estadual, formado pela contribuição do Estado e de seus municípios. O somatório dos recursos que compõem esse fundo é distribuído aos municípios de acordo com o número de matrículas que cada um possui nos ensinos infantil e fundamental, e o Estado recebe com base no número de matrículas de sua rede de ensinos fundamental e médio. Já o Distrito Federal recebe na proporção das matrículas das três modalidades do ensino básico.

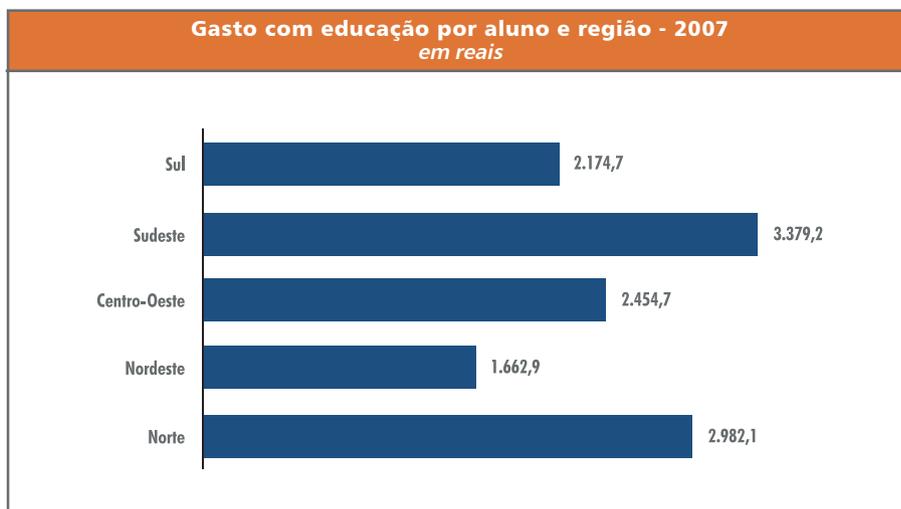
Ocorre, então, que quanto maior o número de alunos em suas respectivas redes de ensino consideradas pelo Fundeb, maior o volume de recursos que receberão. Dessa forma, um município pode receber mais do que havia enviado ao Fundeb. Nesse caso ele terá um ganho (saldo positivo em relação ao Fundo). Caso contrário, ou seja, se ele receber menos do que havia contribuído, por ter um total de matrícula relativamente menor que os demais municípios de seu Estado, ele terá uma perda (saldo negativo).

Dessa forma, o Fundeb acaba por funcionar como um mecanismo redistribuidor de recursos entre municípios de um mesmo Estado e entre eles e o governo do Estado. No caso de cidades que possuem um baixo número de alunos, sua contribuição ao Fundeb é, em grande parte, compartilhada com outros municípios e com o governo estadual, uma vez que esses possuam um volume maior de matrículas. O Fundeb, portanto, minimiza, em parte, as discrepâncias de gastos por aluno existentes no âmbito de cada Estado.

As aplicações dos recursos recebidos do Fundeb não eximem os municípios de destinarem os 25% de suas receitas de impostos e transferências à educação. No final das contas, as cidades que conseguem um saldo positivo no Fundo acabam aplicando na educação os 25%, mais esse ganho. Para aquelas que têm saldo negativo com o Fundeb, ou seja, as que mais enviam do que recebem, essa sua perda já fica computada nos 25%. Isso ocorre porque algumas das fontes do Fundeb são as mesmas sobre as quais incide os 25%.

Gasto em educação por aluno

No ano de 2007, o gasto por aluno nos municípios brasileiros foi,



Quantidade de municípios por faixa de gasto por aluno 2005 e 2007

Gasto por aluno	2005	Partic. no total de municípios em 2005	2007	Partic. no total de municípios em 2007
Acima de R\$ 10 mil	51	1,0%	83	1,6%
Entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil	120	2,3%	156	3,0%
Entre R\$ 5 mil e R\$ 6 mil	82	1,6%	100	1,9%
Entre R\$ 4 mil e R\$ 5 mil	184	3,5%	263	5,0%
Entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil	471	9,0%	791	15,1%
Entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil	1.608	30,7%	1.749	33,5%
Entre R\$ 1 mil e R\$ 3 mil	1.986	37,9%	1.947	37,3%
Abaixo de R\$ 1 mil	734	14,0%	137	2,6%
Total	5.236	100,0%	5.226	100,0%

Posição	UF	Município	IDEB anos iniciais		Despesa com educação por aluno em reais	Despesa com educação por aluno em reais	Matrículas 2007
			2005	2007	2005	2007	
1º	SP	Adolfo	4,7	7,7	3.516	3.836	563
2º	SP	Santa Fé do Sul	4,7	7,6	4.795	5.124	3.932
3º	SP	Cosmorama	5,3	7,5	3.199	3.246	681
4º	SP	Taquarivaí		7,2	2.260	2.534	1.275
5º	SP	Santa Rita d'Oeste	5,8	7,2	4.919	6.116	234
6º	SP	Dois Córregos	6,3	7,1	3.196	5.288	1.152
7º	SP	Cajuru	5,2	7	2.035	2.631	3.076
8º	SP	Turmalina	5,5	7	5.163	5.346	207
9º	SP	Terra Roxa	4,8	6,9	1.865	2.095	1.763
10º	SP	Valparaíso	5,1	6,9	3.462	2.959	2.503
11º	SP	Valentim Gentil	5,8	6,9	2.156	3.226	960
12º	SP	Barra do Chapéu	6,8	6,9	3.302	3.406	673
13º	SP	Estrela d'Oeste	5,8	6,8	3.312	3.258	843
14º	SP	Lucianópolis	4,3	6,7	3.915	4.762	252
15º	SP	Guaíçara	4,9	6,7	2.207	3.011	793
16º	MG	São João Batista do Glória	5,8	6,7	2.715	2.994	910
17º	SP	Barrinha		6,6	1.870	2.187	5.639
18º	SP	Américo de Campos	5	6,6	3.002	2.972	758
19º	SP	Guaraci	5,5	6,6	2.926	2.817	1.771
20º	SC	Iporã do Oeste	4,7	6,5	2.228	2.428	1.100
21º	SP	Rubinéia	5,7	6,5	5.413	7.437	288
22º	RS	Imigrante		6,4	6.910	8.697	274
23º	SP	Buritama	4,5	6,4	2.649	3.417	1.270
24º	SP	Marapoama	4,5	6,4	4.488	5.402	274
25º	SP	Brodowski	4,9	6,4	2.410	2.591	3.111
26º	SP	Pedrinhas Paulista	5,1	6,4	4.761	5.103	344
27º	SP	Ouro Verde	5,7	6,4	2.179	2.432	1.678

em média, de R\$ 2.189,2. As capitais apresentaram valor superior, correspondendo a R\$ 3.181,2, assim como os municípios com mais de 100 mil habitantes e os com menos de 10 mil habitantes. Naqueles com população entre 10 mil e 100 mil habitantes os gastos por aluno ficaram abaixo da média nacional.

A região Nordeste é a que apresentou o maior contingente de alunos na rede municipal (9,9 milhões) e o menor gasto per capita, de R\$ 1.328,8, seguida da região Norte, com um valor de R\$ 1.475,6. O maior gasto médio por aluno, de R\$ 3.177, ocorreu na região Sudeste, que tem o segundo contingente de alunos no ensino municipalizado do país (8,1 milhões). Seguem-se as regiões Sul e Centro-Oeste, com gastos por aluno de R\$ 2.966,9 e R\$ 2.454,6, respectivamente.

Estratificando-se os 5.226 municípios dos quais se dispõem de informações por faixa de gasto por aluno, em 2007, 70,7% aplicaram entre R\$ 1.000 e R\$ 3.000 por aluno ao ano. Numa comparação com 2005 percebe-se que o percentual de municípios que gastou menos de R\$ 1.000 por aluno no ano reduziu-se de 14%, em 2005, para 2,6%, em 2007.

Os municípios de menor porte, que não chegaram a atingir 6 mil ha-

Despesa com educação - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$
Até 10 mil habitantes	5.043,1	2.249.551	2.241,8	351,2	176.861	1.985,7	1.345,8	988.288	1.361,7
De 10 mil até 20 mil hab.	6.327,9	3.737.168	1.693,2	514,1	348.647	1.474,6	2.684,1	2.195.183	1.222,7
De 20 mil até 50 mil hab.	9.187,2	5.629.945	1.631,8	1.041,1	835.744	1.245,7	3.669,2	3.105.182	1.181,6
De 50 mil até 100 mil hab.	6.364,4	3.371.400	1.887,8	681,8	515.781	1.321,9	1.675,8	1.369.199	1.223,9
De 100 mil até 200 mil hab.	5.320,5	2.300.959	2.312,3	418,9	286.682	1.461,2	781,3	608.596	1.283,8
De 200 mil até 500 mil hab.	7.091,8	2.738.133	2.590,0	367,2	186.452	1.969,4	746,3	534.432	1.396,4
Acima de 500 mil hab.	14.367,7	4.503.855	3.190,1	567,8	321.406	1.766,6	2.202,2	1.060.911	2.075,8
Total dos municípios	53.702,6	24.531.011	2.189,2	3.942,1	2.671.573	1.475,6	13.104,8	9.861.791	1.328,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: * não inclui Brasília.

bitantes, realizaram as dez maiores despesas com educação por aluno, indicando forte discrepância na distribuição de recursos. Cidades como Santa Salete-SP, Grupiara-MG, São Valentim do Sul-RS e Nova Pádua-RS, com um número de matriculados no ensino municipal que não alcança 70, apresentaram elevados gastos por aluno, em 2007, R\$ 46.379, R\$ 44.834, R\$ 36.255 e R\$ 35.444, respectivamente.

Por outro lado, podem-se encontrar cidades no país, tais como Lagoa Nova-RN, São Francisco do Pará-PA, Vera Cruz-BA e Jati-CE, cujos gastos por aluno ao ano equivalem a R\$ 51, R\$ 337, R\$ 555 e R\$ 637, respectivamente.

Percebe-se, portanto, que existe uma correspondência entre receita per capita e despesa por estudante, bem como uma forte discrepância existente entre os municípios brasileiros na relação gasto por aluno. Como exemplo, pode-se citar as cidades de Grupiara-MG e Lagoa Nova-RN. Grupiara, segunda no ranking de gasto por aluno no país, ocupou a nona posição na classificação das maiores receitas correntes por habitante, em 2007, equivalente a R\$ 5.325. Lagoa Nova-RN, no outro extremo, nesse mesmo ano foi o município que apresentou o menor gasto por aluno do

As dez maiores despesas com educação por aluno - 2007

Posição	UF	Município	Despesa com educação por aluno em reais	Matrículas 2007	População 2007
1º	SP	Santa Salete	46.379	20	1.390
2º	MG	Grupiara	44.834	27	1.412
3º	RS	São Valentim do Sul	36.255	46	2.271
4º	RS	Nova Pádua	35.444	53	2.484
5º	MG	Douradoquara	34.220	42	1.796
6º	RS	Quatro Irmãos	30.160	48	1.735
7º	RS	Porto Vera Cruz	26.706	44	2.084
8º	RS	São Domingos do Sul	23.498	63	2.854
9º	SP	Monções	22.522	34	2.054
10º	RS	Linha Nova	21.837	61	1.488

Posição	UF	Município	IDEB anos iniciais		Despesa com educação por aluno em reais	Despesa com educação por aluno em reais	Matrículas 2007
			2005	2007	2005	2007	
1º	BA	Barra do Rocha	1,8	1,6	845	1.233	2.691
2º	AM	Japurá	-	1,7	1.674	1.749	1.913
3º	RN	João Dias	2,1	1,7	1.365	2.016	695
4º	AL	Campo Grande	1,8	1,8	479	1.090	4.818
5º	AM	Pauini	1,8	1,8	1.686	-	3.254
6º	PI	Bonfim do Piauí	2	1,8	1.303	1.421	1.441
7º	PA	Cachoeira do Pirá	2,1	1,8	-	-	6.027
8º	BA	Piraiá do Norte	2,2	1,8	784	1.240	2.994
9º	AL	Paripueira	1,8	1,9	979	-	1.800
10º	BA	Ipecaetá	2,2	1,9	1.055	1.049	5.129
11º	PI	Porto	2,2	1,9	823	1.253	4.013
12º	AM	Alvarães	-	2	1.364	1.263	4.507
13º	AL	Porto de Pedras	1,5	2	647	1.090	2.846
14º	RN	Fernando Pedroza	1,5	2	1.771	1.953	544
15º	BA	Araci	1,6	2	764	978	18.282
16º	PA	Portel	2,1	2	-	1.021	19.195
17º	PA	Anajás	2,2	2	912	-	9.110
18º	PA	Chaves	2,7	2	732	1.169	6.298
19º	AM	Jutaí	3,1	2	1.152	-	5.278

país, auferindo uma receita per capita de apenas R\$ 919.

Desse modo, tendo em vista a exigência constitucional de vincula-

ção de receita à educação, os municípios que possuem elevado nível de receita por habitante tendem a possuir um maior gasto por aluno.

Intervalo populacional	Centro-Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$	Em R\$ milhões	Número de alunos	Gasto com educação por aluno em R\$
Até 10 mil habitantes	507,9	175.787	2.889,3	1.557,1	546.767	2.847,8	1.281,1	361.848	3.540,4
De 10 mil até 20 mil hab.	495,8	205.342	2.414,5	1.689,9	626.569	2.697,1	944,0	361.427	2.611,9
De 20 mil até 50 mil hab.	565,7	249.136	2.270,6	2.721,3	994.923	2.735,2	1.189,8	444.960	2.673,9
De 50 mil até 100 mil hab.	383,5	186.832	2.052,6	2.586,3	893.726	2.893,8	1.037,0	405.862	2.555,1
De 100 mil até 200 mil hab.	300,5	130.022	2.311,1	2.937,4	958.611	3.064,2	882,4	317.048	2.783,2
De 200 mil até 500 mil hab.	168,1	81.102	2.072,7	4.309,1	1.390.811	3.098,3	1.501,1	545.336	2.752,6
Acima de 500 mil hab.	668,6	230.661	2.898,6	9.976,7	2.702.453	3.691,7	952,4	188.424	5.054,6
Total dos municípios	3.090,1	1.258.882	2.454,6	25.777,9	8.113.860	3.177,0	7.787,8	2.624.905	2.966,9

Despesa com educação - 2003-2007

UF	População	Região e município	Em mil reais médios de 2007 - IPCA					2007	Variação 2007/2006	Em %		Número de matrículas na rede municipal 2007	IDEB - rede municipal anos iniciais EF	IDEB - rede municipal anos finais EF
			2003	2004	2005	2006	2007			Participação na despesa total 2007	Participação na receita corrente 2007			
AC	14.573.815	Norte	2.485.508,9	2.695.317,6	2.661.163,4	3.381.105,2	3.942.128,0	16,6	17,5	30,8	1.475,6	2.671.573	-	-
AC	288.614	Rio Branco	35.703,5	36.747,8	41.991,4	49.222,3	51.807,1	5,3	18,8	18,8	2.762,2	18.756	4,1	4,4
AC	74.101	Cruzeiro do Sul	11.241,3	-	13.008,8	15.154,2	15.576,1	2,8	32,5	35,5	2.040,1	7.635	3,5	3,7
AM	1.612.475	Manaós	298.366,5	298.366,5	265.630,8	371.796,6	402.259,3	8,2	25,5	25,7	1.624,4	247.630	3,5	3,5
AM	102.044	Parintins	16.225,2	16.236,1	19.710,0	21.120,0	24.961,7	18,2	21,1	38,8	1.275,8	19.566	3,0	3,7
AP	344.194	Macapá	38.353,9	40.226,8	43.751,9	54.350,3	59.478,4	9,4	23,8	23,5	2.726,5	21.815	3,4	3,5
AP	91.615	Santana	8.635,1	7.503,4	11.067,7	12.335,2	15.755,4	27,7	21,5	23,1	2.141,0	7.359	3,1	3,8
PA	1.408.847	Belém	131.200,2	128.160,1	124.549,9	148.927,5	165.513,6	11,1	14,5	14,5	2.243,5	73.776	3,0	3,4
PA	484.278	Ananindeua	31.771,0	30.703,0	33.424,3	33.736,4	45.906,8	36,1	22,0	23,7	1.306,1	35.149	3,3	3,4
PA	274.285	Santarém	42.007,3	40.926,0	40.844,9	53.584,9	65.484,6	22,2	34,7	38,4	1.090,4	60.053	3,5	3,9
RO	371.791	Porto Velho	46.737,7	53.723,3	60.656,3	29.615,8	86.748,5	192,9	23,5	26,0	2.300,3	37.712	3,5	3,8
RO	107.638	Ji-Paraná	12.128,9	13.713,2	13.790,2	16.078,7	16.634,5	3,5	18,4	19,0	2.541,2	6.546	4,1	4,2
RR	247.762	Boa Vista	34.942,8	33.261,5	30.834,6	41.176,6	57.774,0	40,3	14,6	16,3	4.455,5	12.967	3,9	4,4
RR	24.511	Rorainópolis	1.483,5	1.698,3	2.029,8	3.854,9	4.829,3	25,3	19,8	16,5	2.197,1	2.198	2,4	3,6
TO	179.707	Palmas	45.933,4	49.886,2	54.727,0	55.692,9	73.493,1	32,0	22,6	23,3	2.964,4	24.792	3,8	4,4
TO	117.059	Araguaína	18.249,5	-	20.133,8	24.219,7	24.840,1	2,6	25,9	29,5	2.294,3	10.827	4,2	4,4
AL	51.504.744	Nordeste	8.514.839,9	9.052.710,4	9.442.455,5	11.587.900,9	13.104.750,1	13,1	29,3	30,4	1.328,8	9.861.791	-	-
AL	874.014	Marcelí	95.449,0	103.975,3	107.306,4	124.824,2	136.921,7	9,7	16,8	18,0	1.374,0	69.362	3,1	3,6
AL	202.147	Arapiraca	28.385,4	30.310,4	31.958,6	35.658,1	44.732,1	25,5	21,6	27,9	1.329,5	33.646	3,0	3,7
BA	2.892.625	Salvador	130.503,3	185.795,5	230.833,1	296.325,1	299.687,1	1,1	13,9	13,7	1.696,8	176.616	2,8	2,2
BA	571.997	Feira de Santana	52.008,9	52.893,1	49.961,9	62.201,6	69.828,0	12,3	18,9	19,5	1.236,3	56.483	2,8	3,3
BA	308.204	Vitória da Conquista	34.347,0	36.275,4	39.153,7	42.486,0	50.845,8	19,7	42,2	22,5	1.250,8	40.652	3,2	3,8
BA	220.144	Ilhéus	20.833,4	22.013,4	28.118,6	31.919,9	30.901,7	-3,2	21,5	22,6	1.236,6	24.989	2,9	3,3
CE	2.431.415	Fortaleza	281.985,1	300.962,1	299.352,9	383.009,1	484.175,1	18,6	19,8	22,2	1.847,3	245.857	3,2	3,4
CE	316.906	Caucaia	46.337,9	45.881,7	60.649,3	64.047,3	74.337,3	16,1	17,1	17,5	1.042,4	71.315	3,3	3,9
MA	957.899	São Luís	117.208,1	151.529,0	151.539,1	166.648,2	196.333,9	17,8	19,1	37,8	1.963,8	99.975	3,6	4,0
MA	229.629	Imperatriz	26.432,3	29.547,6	35.175,5	38.595,5	50.342,8	30,4	27,5	28,0	1.270,0	39.641	3,7	3,9
PB	674.971	João Pessoa	91.819,7	96.245,9	98.475,8	128.389,3	141.498,5	10,2	20,9	22,0	2.196,9	64.408	2,9	3,5
PB	371.060	Campina Grande	36.706,2	37.449,1	43.764,4	44.045,3	56.674,6	28,7	18,8	21,2	1.667,5	33.988	3,1	3,3
PE	1.533.580	Recife	276.094,7	308.190,1	318.776,9	365.685,2	401.615,7	9,8	21,6	23,0	3.329,2	120.633	3,2	3,8
PE	665.387	Jaboatão dos Guararapes	61.010,6	60.282,8	74.172,1	84.052,5	85.381,4	1,6	24,4	24,5	1.902,0	44.890	2,8	3,1
PE	391.433	Ondina	29.959,4	24.926,4	38.260,9	44.480,4	42.247,4	-5,0	20,2	20,4	1.505,3	28.065	3,1	2,4
PE	307.284	Paulista	29.583,1	24.659,0	28.187,9	30.516,2	31.839,8	4,3	21,8	21,4	1.303,9	24.419	3,3	3,2
PE	289.086	Caruaru	26.566,3	28.749,7	27.284,8	36.284,6	42.278,1	16,5	20,2	21,9	1.294,7	32.655	3,4	3,7
PE	268.339	Petrolina	32.185,6	27.702,4	38.286,4	37.593,4	49.454,4	31,6	25,6	28,6	1.431,2	34.555	3,3	3,6
PI	778.341	Teresina	96.138,6	90.505,6	104.769,9	129.141,7	148.877,8	15,3	18,9	19,8	1.668,7	89.219	4,2	4,4
PI	140.737	Paraíba	18.946,4	20.513,6	23.804,2	21.982,2	26.000,3	18,3	24,1	28,2	1.218,9	21.331	2,9	3,6
RN	774.205	Natal	100.070,6	93.874,4	109.759,2	155.341,4	166.361,8	7,1	18,7	21,1	2.799,9	59.416	3,3	3,7
RN	234.392	Mossoró	28.896,3	30.830,7	32.957,2	34.345,4	43.901,6	27,8	19,3	18,5	2.032,3	21.602	3,2	3,1
SE	520.207	Aracaju	73.313,3	74.855,2	82.651,0	87.827,0	101.546,1	15,6	16,7	19,3	2.982,1	34.052	2,9	3,3
SE	148.325	Nossa Senhora do Socorro	13.045,8	14.302,6	15.140,7	17.534,2	19.441,0	10,9	21,1	21,5	1.662,9	11.691	3,1	3,3
GO	10.763.937	Centro-Oeste*	2.082.653,9	2.319.035,3	2.443.482,6	2.830.410,0	3.090.117,2	9,2	24,7	25,4	2.454,7	1.258.882	-	-
GO	1.244.645	Goiânia	217.870,1	215.134,5	251.929,4	277.030,6	312.002,2	12,6	20,8	20,9	3.379,2	92.331	3,9	4,2
GO	475.303	Aparecida de Goiânia	44.701,8	37.129,4	46.272,0	60.355,5	59.861,6	-0,8	22,8	25,3	2.174,7	27.526	4,0	4,1
GO	325.544	Anápolis	34.937,4	47.550,9	54.299,4	56.934,5	60.902,5	7,0	22,5	21,3	2.020,0	30.150	4,1	3,6
MS	724.638	Campo Grande	140.303,2	173.881,9	178.551,7	205.422,3	238.353,6	16,0	21,9	23,8	2.647,0	90.045	4,2	5,1
MS	182.747	Dourados	35.344,8	41.704,1	44.934,3	51.953,1	62.664,6	20,6	26,0	27,0	2.516,0	24.906	3,6	4,1
MT	527.113	Cuiabá	95.688,5	99.619,4	107.872,3	107.882,2	118.248,8	9,6	19,4	21,2	2.449,0	48.285	3,7	4,1
MT	230.466	Várzea Grande	36.661,1	34.801,9	41.742,7	48.837,9	47.318,3	-3,1	23,3	25,8	2.019,9	23.426	3,9	4,2
ES	77.857.758	Sudeste	18.544.116,7	19.288.506,4	20.378.698,5	22.641.177,4	25.777.861,2	13,9	23,4	24,2	3.177,0	8.113.860	-	-
ES	314.042	Vitória	125.167,0	139.629,8	134.989,1	165.793,9	230.950,6	39,3	22,2	25,9	4.560,8	50.638	4,1	4,2
ES	398.068	Vila Velha	48.894,5	60.461,9	75.698,8	96.088,9	108.986,4	13,4	32,2	33,0	2.490,1	43.768	4,3	4,5
ES	385.370	Serra	63.432,6	71.101,8	97.780,8	107.037,4	126.677,5	18,4	24,3	25,7	2.441,8	38.878	3,8	4,3
ES	356.536	Caracica	31.935,7	34.017,1	60.338,1	68.147,3	91.418,7	34,2	37,6	42,0	2.369,0	38.589	3,8	4,2
MG	2.412.937	Belo Horizonte	514.825,3	589.556,0	602.658,0	563.386,9	697.099,9	23,7	18,4	20,9	3.856,5	180.760	4,6	4,4
MG	608.650	Contagem	107.137,1	130.394,0	135.254,4	111.652,0	200.725,6	79,8	29,7	33,9	2.713,5	73.973	4,7	4,4

Despesa com educação

Posição	UF	Município	Despesa com educação em reais	Número de matrículas na rede municipal 2007
1°	SP	São Paulo	4.517.692.520,0	935.588
2°	RJ	Rio de Janeiro	1.764.969.757,0	732.825
3°	MG	Belo Horizonte	697.099.865,5	180.760
4°	PR	Curitiba	514.694.765,5	131.505
5°	CE	Fortaleza	454.175.088,2	245.857
6°	RS	Porto Alegre	437.730.702,7	56.919
7°	AM	Manaus	402.259.305,3	247.630
8°	PE	Recife	401.615.678,4	120.633
9°	SP	Campinas	375.493.921,2	60.609
10°	SP	São Bernardo do Campo	324.860.917,8	80.830
11°	GO	Goiânia	312.002.166,0	92.331
12°	BA	Salvador	299.687.104,7	176.616
13°	SP	São José dos Campos	283.611.319,8	52.507
14°	SP	Guarulhos	282.669.333,9	84.054
15°	RJ	Duque de Caxias	273.248.009,4	92.944
16°	SP	Barueri	252.789.433,3	63.919
17°	MS	Campo Grande	238.353.640,1	90.045
18°	SP	Osasco	232.615.940,5	66.320
19°	ES	Vitória	230.950.641,6	50.638
20°	MG	Contagem	200.725.557,0	73.973
21°	MA	São Luís	196.333.896,0	99.975
22°	SP	Santos	195.643.563,6	32.907
23°	SP	São Caetano do Sul	186.180.532,8	16.955
24°	SP	Sorocaba	179.756.961,0	45.326
25°	SP	Santo André	174.529.500,7	31.679
26°	MG	Betim	168.084.945,9	51.088
27°	RN	Natal	166.361.790,3	59.416
28°	SP	Paulínia	165.534.049,0	16.758
29°	PA	Belém	165.513.576,0	73.776
30°	SP	Ribeirão Preto	156.127.893,6	39.020
31°	SC	Joinville	153.823.607,5	61.363
32°	RJ	Macaé	150.772.418,1	37.338
33°	PI	Teresina	148.877.760,3	89.219
34°	SP	Jundiaí	147.856.122,5	36.625
35°	RJ	Niterói	147.255.947,1	22.070
36°	MG	Uberlândia	146.759.886,0	52.546
37°	PB	João Pessoa	141.498.484,2	64.408
38°	SP	Guarujá	138.080.011,5	33.571
39°	AL	Maceió	136.921.710,7	69.362
40°	RJ	Nova Iguaçu	134.755.701,7	64.266
41°	RJ	Campos dos Goytacazes	128.585.019,7	45.319
42°	SC	Florianópolis	128.581.395,9	26.175
43°	SP	Taubaté	127.182.569,3	42.856
44°	RS	Caxias do Sul	126.968.575,1	35.109
45°	ES	Serra	126.677.497,3	51.878
46°	SP	São José do Rio Preto	124.917.567,5	28.756
47°	MG	Juiz de Fora	121.826.174,7	56.884
48°	SP	Praia Grande	121.760.193,5	39.702
49°	SP	São Vicente	121.120.381,5	49.183
50°	MT	Cuiabá	118.248.803,5	48.285
51°	BA	Camaçari	111.046.631,8	48.180
52°	RJ	Petrópolis	111.026.655,9	49.447

Posição	UF	Município	Despesa com educação em reais	Número de matrículas na rede municipal 2007
53°	RJ	São Gonçalo	109.959.643,1	52.322
54°	ES	Vila Velha	108.986.395,0	43.768
55°	PR	Londrina	103.815.118,0	33.963
56°	SP	Piracicaba	103.316.951,2	23.006
57°	SP	Marília	102.447.726,0	19.385
58°	SE	Aracaju	101.546.124,3	34.052
59°	RJ	Volta Redonda	101.291.000,0	39.150
60°	SP	Diadema	98.350.948,0	22.139
61°	RS	Canoas	96.761.016,5	30.161
62°	SP	Mogi das Cruzes	93.230.497,0	26.534
63°	SC	Blumenau	92.459.229,4	32.230
64°	SP	Cotia	91.790.171,0	25.009
65°	ES	Cariacica	91.418.732,2	38.589
66°	SP	Limeira	89.156.211,0	24.821
67°	SP	Cubatão	89.006.162,0	20.578
68°	SP	Santana de Parnaíba	87.969.814,1	27.422
69°	RO	Porto Velho	86.748.534,9	37.712
70°	PE	Jaboatão dos Guararapes	85.381.374,2	44.890
71°	RJ	Belford Roxo	83.754.859,5	47.312
72°	RS	Gravataí	83.099.207,7	28.290
73°	RJ	Cabo Frio	82.436.293,5	31.486
74°	SP	Itaquaquecetuba	81.027.088,0	28.137
75°	SP	Indaiatuba	79.559.053,6	17.614
76°	PR	São José dos Pinhais	79.448.136,3	27.363
77°	SP	Suzano	79.340.034,9	21.442
78°	SP	Taboão da Serra	75.695.464,0	31.246
79°	SC	Itajaí	75.671.219,5	26.046
80°	CE	Caucaia	74.337.288,0	71.315
81°	GO	Rio Verde	74.250.716,1	17.987
82°	RS	Novo Hamburgo	73.828.677,6	25.890
83°	RJ	Angra dos Reis	73.716.401,6	21.879
84°	TO	Palmas	73.493.107,4	24.792
85°	PR	Maringá	71.824.338,5	23.308
86°	PR	Araucária	71.520.105,3	20.648
87°	SP	Franca	71.222.215,6	18.227
88°	MG	Ipatinga	70.170.923,7	21.409
89°	RS	Pelotas	69.946.072,5	27.752
90°	BA	Feira de Santana	69.828.021,6	56.483
91°	SP	Hortolândia	69.323.114,0	22.923
92°	PA	Marabá	68.836.648,0	53.875
93°	SP	Bauru	68.081.055,1	20.918
94°	PA	Parauapebas	67.785.217,4	34.395
95°	SP	São Sebastião	67.434.870,6	15.929
96°	MG	Uberaba	67.327.928,3	25.011
97°	RJ	Magé	66.200.990,4	41.482
98°	PA	Santarém	65.484.626,8	60.053
99°	PR	Ponta Grossa	64.728.641,0	25.759
100°	PR	Foz do Iguaçu	64.357.963,8	28.132

Total dos 100 maiores	21.083.221.420,4	6.648.779
Total dos demais*	32.619.408.757,5	17.882.232
Total Brasil*	53.702.630.177,9	24.531.011

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: * não inclui Brasília.

Despesa com educação por aluno

Posição	UF	Município	Despesa com educação por aluno	Despesa com educação	Número de matrículas na rede municipal 2007
			Em reais		
1°	SP	Santa Salete	46.379	927.574,6	20
2°	MG	Grupiara	44.834	1.210.512,8	27
3°	RS	São Valentim do Sul	36.255	1.667.738,2	46
4°	RS	Nova Pádua	35.444	1.878.531,8	53
5°	MG	Douradoquara	34.220	1.437.238,6	42
6°	RS	Quatro Irmãos	30.160	1.447.672,1	48
7°	RS	Porto Vera Cruz	26.706	1.175.067,3	44
8°	RS	São Domingos do Sul	23.498	1.480.378,4	63
9°	SP	Monções	22.522	765.735,5	34
10°	RS	Linha Nova	21.837	1.332.076,4	61
11°	RS	Lagoa dos Três Cantos	21.526	1.528.311,4	71
12°	RS	Nicolau Vergueiro	20.302	1.583.541,8	78
13°	RS	Novo Machado	20.110	1.146.260,7	57
14°	RS	Ponte Preta	19.427	1.282.163,0	66
15°	RS	Nova Brésia	19.359	2.632.794,4	136
16°	RS	Vespasiano Correa	19.345	1.721.717,1	89
17°	RS	Santo Antônio do Palma	19.193	1.708.184,3	89
18°	SP	Nova Canaã Paulista	19.132	956.624,6	50
19°	SP	Serra Negra	18.235	6.619.458,7	363
20°	SP	Uru	18.085	904.265,9	50
21°	SP	Balbinos	17.120	787.501,5	46
22°	RS	Sete de Setembro	16.942	1.372.339,8	81
23°	RS	Nova Roma do Sul	16.376	2.276.225,0	139
24°	RS	Novo Xingu	16.190	1.424.713,3	88
25°	RS	Muitos Capões	15.913	2.259.666,5	142
26°	RS	Camargo	15.574	2.086.850,8	134
27°	RS	Dois Lajeados	15.448	1.745.645,3	113
28°	RS	Mariano Moro	15.084	1.493.340,1	99
29°	RS	Aratiba	15.076	6.347.002,5	421
30°	RS	André da Rocha	14.884	1.369.296,1	92
31°	RS	São Vendelino	14.835	1.928.505,0	130
32°	RS	Relvado	14.620	1.535.091,4	105
33°	RS	Guabiju	14.599	1.284.752,8	88
34°	RS	Dom Pedro de Alcântara	14.474	1.346.121,2	93
35°	RS	Coqueiro Baixo	14.446	1.459.066,6	101
36°	SP	Pongai	14.344	1.276.579,5	89
37°	RS	Gentil	13.819	1.782.663,2	129
38°	RS	Ivorá	13.761	1.458.623,2	106
39°	RS	São João do Polêsine	13.598	1.781.276,8	131
40°	RS	Ubiretama	13.338	1.347.103,4	101
41°	RS	Bozano	13.123	1.600.977,5	122
42°	SP	Santana da Ponte Pensa	13.101	772.967,3	59
43°	RS	Barra do Rio Azul	13.058	1.318.859,7	101
44°	RS	Montauri	13.058	1.514.673,6	116
45°	SP	Guarani d'Oeste	12.842	975.965,0	76
46°	GO	Palmelo	12.777	728.311,2	57
47°	RS	Vista Alegre do Prata	12.775	1.673.578,0	131
48°	RS	Pinhal da Serra	12.648	1.618.902,2	128
49°	RS	Santa Tereza	12.515	1.263.971,8	101
50°	RS	Muliterno	12.489	1.386.247,3	111
51°	SP	Florínia	12.415	1.837.469,4	148
52°	RS	Itati	12.276	1.534.484,1	125

Posição	UF	Município	Despesa com educação por aluno	Despesa com educação	Número de matrículas na rede municipal 2007
			Em reais		
53°	RS	Vanini	11.979	1.509.328,5	126
54°	RS	Paulo Bento	11.829	674.265,0	57
55°	SP	Vitória Brasil	11.740	798.317,9	68
56°	SP	Arco-Íris	11.736	856.703,8	73
57°	RS	Doutor Ricardo	11.613	1.707.148,5	147
58°	RS	São Martinho da Serra	11.542	1.869.769,1	162
59°	RS	São Valério do Sul	11.278	1.285.709,2	114
60°	RS	Toropi	11.274	1.533.303,2	136
61°	RS	Nova Araçá	11.267	2.039.405,3	181
62°	MS	Figueirão	11.244	2.136.310,0	190
63°	SP	São João de Itacema	11.173	726.233,0	65
64°	SP	Alto Alegre	11.096	1.209.440,9	109
65°	GO	Aloândia	11.079	421.002,8	38
66°	SP	São Caetano do Sul	10.981	186.180.532,8	16.955
67°	SP	Itaóca	10.957	953.258,8	87
68°	RS	Alto Feliz	10.872	1.641.675,6	151
69°	RS	Barão de Cotegipe	10.833	1.928.333,0	178
70°	SP	Dirce Reis	10.783	916.570,6	85
71°	TO	Tupirama	10.782	1.078.222,7	100
72°	RS	Senador Salgado Filho	10.730	1.534.396,9	143
73°	RS	Fagundes Varela	10.597	1.769.661,0	167
74°	RS	Canudos do Vale	10.462	1.475.116,1	141
75°	SP	Nova Castilho	10.454	1.160.383,0	111
76°	RS	São José do Sul	10.442	1.660.275,1	159
77°	RS	Boa Vista do Sul	10.440	2.484.760,0	238
78°	GO	Ivolândia	10.301	824.042,5	80
79°	RS	São Jorge	10.273	1.540.983,5	150
80°	RS	Protásio Alves	10.237	1.545.783,9	151
81°	RS	Coronel Pilar	10.192	713.434,7	70
82°	SP	Adamantina	10.085	28.793.716,5	2.855
83°	RS	Salvador das Missões	10.054	1.689.154,7	168
84°	RS	Marcelino Ramos	9.956	1.881.702,1	189
85°	RS	Sério	9.924	1.349.726,0	136
86°	SP	Paulínia	9.878	165.534.049,0	16.758
87°	RS	Carlos Gomes	9.857	1.301.184,2	132
88°	RS	Monte Belo do Sul	9.666	1.904.148,1	197
89°	RS	Alto Alegre	9.589	1.323.257,5	138
90°	RS	Poço das Antas	9.564	1.606.755,6	168
91°	RS	Centenário	9.503	1.406.458,1	148
92°	RS	São Pedro do Butiá	9.487	1.536.880,1	162
93°	RS	Jacuzinho	9.476	2.369.107,0	250
94°	RS	Mato Castelhano	9.458	1.844.253,7	195
95°	RS	Nova Candelária	9.440	1.887.928,2	200
96°	SP	Mira Estrela	9.402	1.241.046,0	132
97°	RS	São José do Inhacorá	9.383	1.323.064,0	141
98°	RS	David Canabarro	9.353	2.048.370,2	219
99°	RS	Victor Graeff	9.225	3.118.214,6	338
100°	RS	Capão Bonito do Sul	9.107	1.794.136,2	197

Total dos 100 maiores	11.048	534.122.137,9	48.345
Total dos demais*	2.172	53.168.508.040,0	24.482.666
Total Brasil*	2.189	53.702.630.177,9	24.531.011

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: * não inclui Brasília.

Permaneceu forte o crescimento da despesa com saúde

As regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de crescimento nos gastos com saúde de 2003 a 2007. Comparadas às demais, nessas duas, é maior a participação dos recursos que os municípios recebem da União para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no total dos recursos destinados à função.

Os gastos com saúde realizados no Brasil seguem uma trajetória ascendente nos últimos anos. Em 2007, verificou-se um crescimento de 10,1% nessa despesa, o que fez com que, no acumulado entre 2003 e 2007, os gastos com saúde tenham aumentado 47,6%, passando de R\$ 31,75 bilhões para R\$ 46,90 bilhões.

Ao se comparar a evolução ano a ano da série analisada, tem-se que o aumento de 10,1% em 2007, comparado ao ano anterior, foi a segunda maior elevação na série,

atrás apenas da alta verificada entre 2005 e 2006, quando os gastos elevaram-se em 15%.

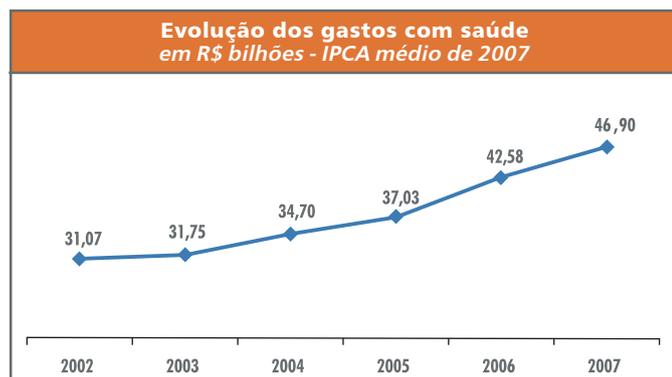
O crescimento da despesa dentre os municípios selecionados (12,9%) por **Multi Cidades** ficou acima da média nacional. Essa seleção inclui 106 cidades, inclusive as capitais, que representam cerca de 40% da população brasileira e são responsáveis por 46% de todos os gastos com saúde realizados no país.

Já entre as capitais, a elevação foi mais acentuada, de 13,4%. Ape-

sar da alta maior em 2007, no acumulado entre 2003 e 2007, o crescimento dos gastos das capitais, de 37,5%, foi menor do que o conjunto das cidades selecionadas, de 42,5%, e do que a média nacional, de 47,7%.

Com relação aos pequenos municípios, aqueles com população até 20 mil habitantes, o aumento no último ano foi inferior, de 6,5%, mas no acumulado chegou a 56,6%, taxa maior que a apresentada pelas capitais, pelos municípios selecionados e pela média nacional.

Dentre as regiões do país, o Nordeste e o Norte apresentaram as maiores elevações ao longo da série - aumentos de 64,3% e 56,6% dos gastos com saúde, respectivamente. Em 2007, no entanto, a região que registrou o maior crescimento nesse gasto, em relação ao



ano anterior, foi o Sudeste, com 11,2%. O Nordeste e o Sul tiveram elevações próximas a 10%, e o Norte e Centro-Oeste, 8,4% e 8,3%, respectivamente.

Norte

A região Norte registrou aumento de 8,4% dos gastos com saúde em 2007, elevação inferior à registrada em 2006, quando os gastos subiram 28,6%. Dentre as capitais, as que apresentaram as maiores elevações nesse dispêndio, no último ano, foram Boa Vista (34,6%) e Palmas (19,9%). Destaca-se o caso de Macapá, cidade na qual os gastos direcionados à saúde mantiveram-se praticamente estáveis (-0,8%) entre 2006 e 2007. Assim, sua despesa com saúde como participação da despesa total foi de 17,9%, um recuo frente ao ano anterior, quando representaram 20,1%.

Em Ji-Paraná-RO, os gastos com saúde representaram 30,8% da despesa total do município, em 2007. De acordo com o secretário municipal de Fazenda, Washington Roberto Nascimento, no início da atual gestão a saúde na cidade estava em um estado "pior do que caótico". "Quando assumimos, a saúde de Ji-Paraná estava na UTI, e bem ruinzinha. Havia carência de saúde e de estrada. O prefeito montou o gabinete dentro do hospital e de lá traçou uma série de metas. Foi feito um investimento maciço. Hoje Ji-Paraná é um pólo. São 12 cidades vizinhas atendidas pelo nosso hospital", disse Nascimento.

Com relação às demais cidades selecionadas da região, as que apresentaram maior crescimento nos dispêndios com saúde foram Santana-AP, Parintins-AM e Ananin-



Washington Roberto Nascimento,
secretário municipal de Fazenda de
Ji-Paraná - RO

deua-PA, com altas de 24,4%, 17,8% e 15%, respectivamente.

No aumento verificado desde 2003, desponta Porto Velho (60%) e Rio Branco (65,5%). Nessa última os gastos passaram de R\$ 27,9 milhões para R\$ 46,2 milhões. Parintins também chama a atenção, com elevação de 204,2% nos gastos com saúde,

de, além de Cruzeiro do Sul-AC, cidade na qual tais despesas mais que dobraram, elevando-se em 102,9%.

Nordeste

No Nordeste, o aumento foi de 9,3%, em 2007. A maior elevação, dentre os municípios selecionados da região, ocorreu em Teresina, capital onde a despesa cresceu 54,4%, porém, em grande medida, devido à queda nos gastos verificada no ano anterior, quando retraíram-se em 18,7%. Dentre as capitais, destaca-se ainda João Pessoa, com contração nos gastos de 5,4%, sendo que em 2006 registrou uma alta de 19,2%.

Segundo o secretário de Finanças de Teresina, Felipe Mendes de Oliveira, a prefeitura aumentou os investimentos em saúde e em diversos setores da administração pública, em 2007, favorecida por três razões principais: "contenção de despesas em outras áreas, aumento da arrecadação própria e vários casos de convênio e de parcerias,



Atendimento na área de saúde em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia

principalmente com o governo federal", disse.

"A saúde estava um caos. Por falta de leitos, as pessoas dormiam no jardim. O gasto mínimo exigido com saúde é de 15% do orçamento, mas nós gastamos mais do que 25%. Hoje Teresina é um pólo de saúde. 54% das pessoas atendidas nas redes de saúde privada e pública são de fora, não são residentes, vêm de outras cidades e estados, como Maranhão, Ceará e Tocantins. O Ministério da Saúde entendeu isso e permitiu o aumento dos repasses", disse Felipe Mendes.

Com a construção de dois hospitais - o Hospital de Santa Maria da Codipi e o Hospital de Urgências de Teresina -, o município teve que tomar novas medidas de redução de custos para garantir o aumento das despesas com custeio, segundo o secretário de Finanças. "É o tal do cobertor curto. Puxa aqui, tira ali", concluiu. Ele também de-



João Alberto Costa, secretário municipal de Fazenda e Administração de Olinda-PE

monstrou preocupação com a queda do crescimento econômico do país, com a crise econômica global.

Dentre os demais municípios selecionados do Nordeste, os que apresentaram maior crescimento no total despendido com saúde foram Parnaíba-PI (37,1%), Arapiraca-AL

(23,8%) e Feira de Santana-BA (23,4%). Esse último apresenta também um dos maiores crescimentos acumulados nos anos de análise (2003-2007), de 269%. Jaboatão dos Guararapes e Olinda, ambos em Pernambuco, destacaram-se com as maiores altas nos últimos cinco anos, de 487,5% e 328,2%, respectivamente. Dentre as capitais, Salvador tem o maior crescimento acumulado do período, de 179,3%.

Nos dados de Olinda registrados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), não constam valores no item da receita referente ao recebimento de transferências para o SUS. No entanto, o secretário municipal de Fazenda e Administração, João Alberto Costa, explicou que, do total aplicado na saúde pelo município, "a grosso modo, 3/4 dos recursos vêm da União, e 1/4, são próprios". Ele acrescenta que o aumento dos recursos para a saúde em Olinda deveu-se a uma mudança na



Atendimento na área de saúde em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia

relação de parceria com o governo federal. Segundo o secretário, entre 1998 e 2000, a prefeitura tinha um convênio com o governo federal de R\$ 307 mil. De 2005 a 2008, são 19 convênios no total de R\$ 5,57 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões já foram repassados. "Olinda depende fortemente de repasses do governo federal", disse. Apesar do aumento dos gastos em saúde, João Alberto afirma que os volumes são insuficientes para atender às necessidades. "O Nordeste ainda tem demanda grande", disse.

Centro-Oeste

O Centro-Oeste teve aumento de 8,3% nos gastos com saúde em 2007: foi a menor elevação dentre as regiões do país. Dentre as capitais, Campo Grande apresentou a maior alta, de 18,9%, e Goiânia a menor, com apenas 2,3%. Cuiabá registrou aumento de 9,1%, valor próximo da média nacional de 10,1%.

Com relação aos demais municípios, destaca-se Anápolis-GO, no qual houve uma queda nos gastos com saúde de 1,1% em 2007, apesar de ser uma das cidades, dentre as selecionadas no Centro-Oeste, com alto crescimento acumulado entre 2003 e 2007, de 64,9%. As cidades de Dourados-MS e Várzea Grande-MT também registraram excelentes desempenhos no período, de 69,6% e 85,6%, respectivamente.

Sudeste

A região Sudeste registrou a maior taxa de crescimento dos gastos com saúde no país, em 2007: 11,2%. O crescimento de 41% no período 2003-2007 foi o menor dentre as regiões; no entanto, em valores absolutos, o aumento em 2007 equivaleu a R\$ 2,3 bilhões a mais aplicados, valor muito superior ao de qualquer outra região, e cerca de R\$ 6,7 bilhões a mais entre 2003 e 2007.



Jacob Kligerman, secretário de Saúde do Rio de Janeiro

No Sudeste estão grandes cidades como São Paulo, cujo gasto com saúde supera os R\$ 3 bilhões, e Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com mais de R\$ 1 bilhão cada uma.

Dentre as capitais, a maior alta no ano ficou por conta do Rio de Janeiro, com 36,2%. Essa elevação compensou, em parte, as retrações nos gastos com saúde acumuladas entre 2004 e 2006. Apesar da recuperação do gasto com a saúde fluminense em 2007, o acumulado do período ainda registrou queda de 5,3%. São Paulo teve a menor elevação, de 7,6%, entre as quatro

capitais do Sudeste, em 2007.

"Em 2005, houve uma queda no gasto com saúde. Essa redução explica-se pelo fato do município do Rio de Janeiro ter perdido a Gestão Plena e, em 2007, com a retomada da Gestão Plena, o gasto elevou-se novamente", disse o secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Jacob Kligerman.

Dentre os demais municípios selecionados, destaca-se Contagem-MG, com alta de 161,7%, o que se explica pela grande retração ocorrida no período anterior, de 55,6%. Apenas duas das cidades selecionadas apresentaram quedas nos gastos com saúde: Governador Valadares-MG, com 4,2%, e Campos dos Goytacazes-RJ, com 24,4%.

Sul

Os gastos com saúde na região Sul cresceram 9,7%, em 2007. As três capitais da região tiveram elevação maior do que a média nacional: Curitiba, com 12%, Porto Alegre, 14,8% e Florianópolis, 15,9%. Dentre os municípios selecionados, Foz do Iguaçu-PR teve o maior crescimento dos gastos, com 40,5%, passando de um patamar de R\$ 60 milhões, entre 2003 e 2006, para mais de R\$ 90 milhões, em 2007.



Em Florianópolis, para aumentar a despesa com saúde e melhorar os serviços, outros gastos foram reduzidos

De acordo com o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, de Foz do Iguaçu, esse aumento expressivo dos gastos decorre da ampliação dos serviços de saúde prestados à população. Os recursos vieram, em parte, de programas, parcerias e convênios com o governo federal - cerca de 46% do SUS - e, por outro lado, de recursos próprios, aproximadamente 54%.

"O serviço melhorou muito.

Construímos um hospital municipal, com sala de cirurgia, ampliamos o programa Saúde na Família, criamos o Samu e um centro de atendimento psicossocial que também atende a drogados. Mas outras áreas foram prejudicadas, porque tivemos que reduzir as despesas gerais para melhorar a saúde. Chegamos a gastar 32% do orçamento em saúde", disse o prefeito.

Por ser uma cidade turística, lo-

calizada na fronteira com Argentina e Paraguai, há uma enorme demanda pelos serviços de saúde de Foz do Iguaçu por não-residentes, segundo Paulo Mac Donald Ghisi. "Recebemos uma carga de 'brasiguaios' (emigrantes brasileiros residentes na região leste do Paraguai) e recentemente de paraguaios que lá não encontram tratamento. Não entram nas estatísticas, mas usam a rede de serviços", ressaltou.

O financiamento da saúde e a Emenda Constitucional nº 29/2000

As ações e os serviços públicos de saúde são financiados pelos três níveis de governo: municípios, estados e União por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição de 1988. A Emenda Constitucional nº 29, de setembro de 2000, estabeleceu as regras básicas para as aplicações anuais mínimas de cada esfera de governo.

A partir de 1993, os deputados Eduardo Jorge e Waldir Pires elaboraram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que, em resumo, definia a destinação de 30% do conjunto dos recursos da Seguridade Social à área da saúde. A partir dessa PEC, várias propostas de vinculação de recursos foram elaboradas e discutidas no Congresso Nacional, mas somente após sete anos, em 2000, logrou-se aprovar uma Emenda Constitucional (EC 29).

A EC 29 inovou ao vincular recursos para o financiamento da saúde, definindo o quanto das receitas resultantes de impostos e transferên-

cias constitucionais dos estados e municípios deve ser destinado à área. No caso dos estados, o mínimo é de 12% das receitas próprias e, para os municípios, o percentual deve ser ao menos de 15%.

No caso dos municípios, os 15% devem incidir sobre as receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRPF e sobre os valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-exportação. Além dos 15%, os municípios aplicam na saúde os valores que recebem de seu respectivo Estado e da União, a título de transferência para o SUS. Esses recursos advêm, em sua maioria, via Fundo Nacional de Saúde (FNS), que é repassado aos fundos estaduais e municipais.

Acredita-se que a EC 29, ao determinar uma efetiva maior participação das esferas subnacionais no financiamento do SUS, fortalece o arranjo federativo que apóia o sistema de saúde no país.

Informações do Siops mostram quem não cumpriu a EC nº 29

Considerando os municípios selecionados e utilizando o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), e dados sobre despesa liquidada, apenas Ilhéus-BA e Viamão-RS não cumpriram a EC nº 29 em 2007, registrando participações dos gastos em saúde de 10,96% e 14,25%, como proporção do total de recursos vinculados à saúde, respectivamente. Dentre as capitais, Rio Branco (15,01%), Palmas (15,44%) e Rio de Janeiro (15,08%) têm os menores percentuais de participação. Por sua vez, Fortaleza (23,67%), São Luís (24,04%) e Campo Grande (27,58%) tiveram forte presença da despesa nesses recursos vinculados.

O secretário de Fazenda de Viamão-RS, Jair Della Pace, explica que, para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o percentual aplicado na saúde foi de 15,8%, por isso não tiveram problemas na prestação de contas. Relatou ainda que, em Viamão, os gastos com saúde são majoritariamente (em torno de 65%) feitos com recursos municipais, com reduzida participação do governo federal e "rímida" contribuição do estadual, o que pesa para as con-

tas do município e prejudica o atendimento da população.

"Os 15% que aplicamos já é muito para Viamão. A contribuição do Estado para sanar problemas na área da saúde é ínfima. São mais de 250 mil habitantes e não temos um hospital público, apenas um conveniado", disse Jair Della Pace.

Ele aponta a precária situação financeira do Estado, com elevado endividamento, como uma das razões para a reduzida contribuição, e critica a legislação tributária. "O tema da tributação nacional, da partilha dos tributos, está em falta. A reforma tributária é essencial para corrigir as distorções e trazer equilíbrio para as contas dos estados e municípios. A regra atual, todo mundo sabe, não funciona. Tanto que a saúde está um caos em todo o país", disse o secretário de Fazenda.

"Não necessariamente investir 15% em saúde é o ideal. Nossos investimentos são baixos porque dependem exclusivamente dos esforços do município. 80% do nosso município não tem pavimentação, conseqüentemente não tem saneamento. Para melhorar, tem que mudar a regra do jogo", concluiu.

Recursos próprios X Transferências SUS

Nos municípios brasileiros, a maior parte dos gastos em saúde é realizada com o uso de recursos próprios, ou seja, com aquela parcela de 15%. Tal participação verifica-se em todos os anos da série analisada (2003-2007). No entanto, há uma tendência de queda nesse percentual: os recursos próprios, que financiavam 69,3% da saúde municipal em 2003, passaram para 61,8%, em 2007, e, em contrapartida, as transferências para o SUS subiram de 30,7% para 38,2%, no mesmo período. Em 2007 verificou-se uma estabilidade com relação ao ano anterior: o gasto com uso de recursos próprios aumentou minimamente de 61,6% para 61,8% do total.

Na região Norte, embora a maior parte dos gastos em saúde

seja realizada com recursos próprios (53,8%), o percentual fica bem abaixo da participação nacional. Já a região Nordeste destaca-se como sendo a única na qual a parcela dos gastos realizados com recursos do SUS (51,9%) é maior do que a dos com recursos próprios (48,1%). Nas capitais Aracajú, Teresina, João Pessoa, Salvador e Maceió, mais de 60% do gasto com saúde foram realizados com receitas do SUS.

Na região Centro-Oeste, verifica-se uma pequena predominância dos gastos realizados com recursos próprios (53%). Dentre os municípios selecionados na região, Várzea Grande-MT tem maior uso de recursos próprios (69,8%). Com relação às regiões Sul e Sudeste, essas são as que possuem as maiores participações de recursos próprios na composição de seus gastos com saúde: 65,2% e 69,4%, respectivamente.

Considerando as capitais, o uso de recursos próprios (56%), embora seja maior do que o da receita do SUS é inferior à média nacional, assim como dos municípios selecionados (58,8%). O maior uso de recursos próprios ocorre nas pequenas cidades, que possuem até 20 mil habitantes, e nas quais o percentual atinge 68,9% de todos os gastos com saúde.

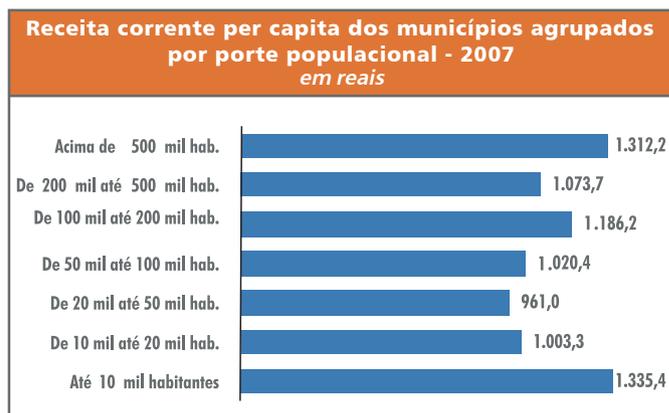
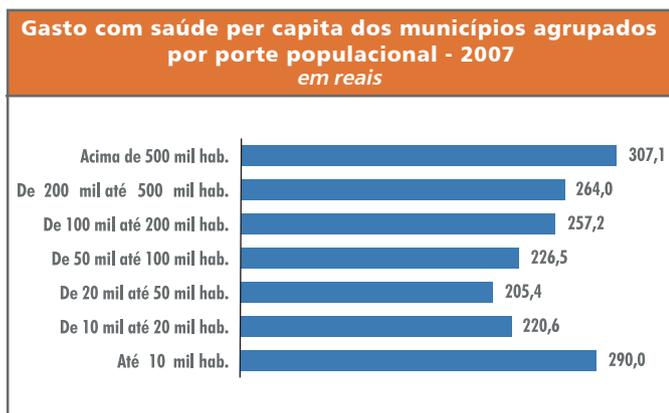
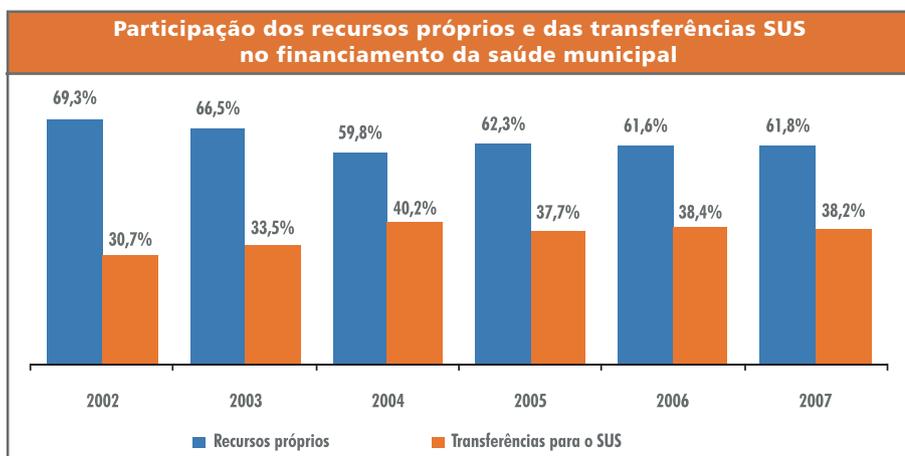
Participação na despesa total

Os R\$ 46,89 bilhões que os municípios brasileiros destinaram à saúde, considerando-se seus recursos próprios e as transferências do SUS, representaram 21,9% de toda a despesa municipal, em 2007. Esse percentual foi quase o mesmo do verificado em 2006, que havia sido de 22,2%.

Ressalte-se que a saúde é a segunda maior despesa dos municípios, sendo ultrapassada apenas pela educação, que consumiu 25,1% do gasto total em 2007.

Nas capitais os gastos com saúde representaram 21,4%, e nas cidades com menos de 20 mil habitantes, foram de 21,2%, percentuais um pouco abaixo da média nacional e das cidades selecionadas, que atingiram 22,7%.

Na região Norte, a participação foi de 21,3%, sendo que o menor percentual foi registrado em Rorainópolis-RR (10,1%). Com relação



ao Nordeste, esse ficou acima da média nacional, com gastos representando 24,6% do total despendido na região. Dentre as capitais, destaque para Teresina (36,7%), Aracajú (34%) e Fortaleza (33,5%), com elevados gastos como proporção da despesa total.

O Centro-Oeste atingiu 24%, sendo que suas capitais tiveram participação mais elevada do que a média da região: Goiânia (27,1%), Campo Grande (33,6%) e Cuiabá (30,7%). Na região Sudeste a participação foi de 20,8%, a menor den-

tre as regiões. Destacam-se as cidades de Diadema-SP (35,5%) e Montes Claros-MG (37,8%) com os maiores percentuais.

A relação entre despesas com saúde e gasto total foi de 21,5% na região Sul. Dentre as cidades com maior percentual, destaca-se Londrina-PR, com 38,9% em 2007. De acordo com o Relatório de Gestão e o Plano Municipal de Saúde, que é formulado pela Autarquia Municipal de Saúde de Londrina, a cidade tem alcançado uma participação grande por meio da elaboração

minuciosa de áreas prioritárias para a despesa, atingindo em 2007 23,08% de recursos próprios aplicados em saúde.

"O município aplica bem acima do exigido pela legislação federal. É o suficiente? Não. Não é suficiente, mas é o limite que o gestor municipal pode aplicar. A saúde precisa de novos recursos, principalmente estaduais", disse a secretária de Saúde de Londrina, Marlene Zucoli.

As áreas definidas como prioritárias são aquelas em que "há ris-



Londrina destaca-se pelo alto percentual da despesa destinado à saúde

Despesa com saúde - 2007

Intervalo populacional	Brasil*			Norte			Nordeste		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	3.929,4	21,1	290,0	245,2	20,9	258,6	873,0	21,3	234,8
De 10 mil até 20 mil hab.	4.396,3	21,4	220,6	294,8	19,2	178,3	1.622,5	22,0	193,0
De 20 mil até 50 mil hab.	6.164,6	20,9	205,4	558,2	20,0	166,7	2.205,2	21,8	178,5
De 50 mil até 100 mil hab.	4.942,9	21,7	226,5	419,4	20,5	195,9	1.274,9	24,3	183,2
De 100 mil até 200 mil hab.	4.497,0	21,4	257,2	298,2	20,3	205,5	737,8	25,3	220,5
De 200 mil até 500 mil hab.	7.215,2	23,7	264,0	354,6	20,8	176,4	918,4	28,9	227,2
Acima de 500 mil hab.	15.754,6	22,2	307,1	698,9	25,3	231,3	3.378,1	28,5	266,5
Total dos municípios	46.899,9	21,9	258,5	2.869,2	21,3	196,9	11.010,0	24,6	213,8

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.



Marlene Zucoli, secretária de Saúde de Londrina-PR

co de morrer", define a secretária. Os principais investimentos na área de saúde de Londrina, segundo ela, foram o Samu, o pronto-atendimento municipal, a maternidade, o atendimento ambulatorial, a ampliação do Programa Saúde da Família, entre outros. "É o conjunto dos investimentos municipais (inclui saneamento e habitação) que faz a diferença; a aplicação de 24% da receita em saúde, quando o mínimo exigido é 15%".

Despesa per capita

Em 2007, registrou-se no conjunto dos municípios brasileiros uma despesa per capita de R\$ 258,50. Em relação a 2006, quando o valor foi de R\$ 222,10, houve uma elevação de 16,4%.

Na região Norte, os gastos per capita, na função saúde, foram de R\$ 196,90. Dentre as capitais nordestinas, as que se destacaram com maior gasto per capita foram Boa Vista (R\$ 320,90) e Palmas (R\$ 389,20). No Nordeste foi de R\$ 213,80 e, com exceção de Salvador (R\$ 204,40), todas as capitais nordestinas tiveram gastos per capita maiores do que a média da região.

A despesa per capita na região Centro-Oeste foi de R\$ 279 e no Sudeste, de R\$ 294,90, maior valor dentre as regiões do país. No grupo das capitais, Vitória e Belo Horizonte destacaram-se, com gasto per capita de R\$ 471,50 e R\$ 457,70, respectivamente. Já na região Sul, esse indicador foi de R\$ 264, com destaque para Porto Alegre, pelo maior dispêndio per capita dentre as capitais sulistas (R\$ 468,90), e para Viamão-RS, pelo menor gasto dentre os municípios selecionados na região (R\$ 78,60).

Considerando o tamanho das cidades, verifica-se um fenômeno

interessante: os municípios pequenos, com até 10 mil habitantes (R\$ 290), os que estão no intervalo populacional de 200 mil a 500 mil habitantes (R\$ 264) e aqueles com mais de 500 mil habitantes (R\$ 307,10) possuem despesas per capita acima da média nacional. Apenas os com contingentes populacionais nas faixas intermediárias, ou seja, de 10 mil a 200 mil habitantes, registraram gasto per capita abaixo da média brasileira.

Essa observação é condizente com o fato de que os municípios que possuem maior receita per capita tendem a ser também os que realizam maiores gastos per capita em saúde - assim como em educação. Isso porque, em ambos os casos, parte das receitas já são constitucionalmente vinculadas a esses gastos. Enquanto a média nacional da receita corrente per capita foi de R\$ 1.138,70, as cidades com mais de 500 mil habitantes (R\$ 1.312,12) e com até 10 mil (R\$ 1.335,40) tiveram as maiores receitas correntes per capita. Os municípios das demais faixas populacionais tiveram uma receita corrente per capita abaixo da média brasileira - com exceção dos que têm entre 100 mil e 200 mil habitantes, cujo valor de R\$ 1.186,20 situa-se um pouco acima da média.

Intervalo populacional	Centro -Oeste*			Sudeste			Sul		
	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$	Em R\$ milhões	Partic. na desp. total do intervalo em %	Despesa com saúde per capita em R\$
Até 10 mil habitantes	423,4	20,8	323,0	1.353,7	21,9	325,0	1.034,2	20,1	303,6
De 10 mil até 20 mil hab.	410,1	21,7	267,0	1.348,5	21,5	262,6	720,3	20,6	225,2
De 20 mil até 50 mil hab.	470,7	21,6	238,0	2.130,2	21,3	258,6	800,2	18,2	195,6
De 50 mil até 100 mil hab.	296,1	20,5	218,0	2.127,2	21,2	287,4	825,4	20,9	208,2
De 100 mil até 200 mil hab.	243,6	23,4	231,3	2.503,8	20,6	288,0	713,6	20,8	242,9
De 200 mil até 500 mil hab.	199,1	27,0	193,1	4.075,9	22,1	284,3	1.667,1	25,9	282,0
Acima de 500 mil hab.	960,3	30,0	384,7	9.421,9	20,0	315,3	1.295,3	21,6	402,5
Total dos municípios	3.003,3	24,0	279,0	22.961,2	20,8	294,9	7.056,2	21,5	264,0

Despesa com saúde

Posição	UF	Município	Despesa com saúde em reais	População 2007
1°	SP	São Paulo	3.332.268.011,0	10.886.518
2°	RJ	Rio de Janeiro	1.723.256.775,0	6.093.472
3°	MG	Belo Horizonte	1.104.341.080,0	2.412.937
4°	CE	Fortaleza	770.041.068,2	2.431.415
5°	RS	Porto Alegre	666.177.765,3	1.420.667
6°	PR	Curitiba	629.160.449,0	1.797.408
7°	BA	Salvador	591.371.228,2	2.892.625
8°	SP	Campinas	479.401.920,8	1.039.297
9°	GO	Goiânia	406.537.519,7	1.244.645
10°	PA	Belém	396.867.502,0	1.408.847
11°	MS	Campo Grande	366.428.223,9	724.638
12°	PE	Recife	355.179.147,7	1.533.580
13°	SP	São Bernardo do Campo	347.832.192,8	781.390
14°	SP	Guarulhos	321.965.774,2	1.236.192
15°	MA	São Luís	321.764.214,2	957.899
16°	AM	Manaus	302.042.799,5	1.612.475
17°	PI	Teresina	289.377.967,4	778.341
18°	SP	São José dos Campos	278.927.621,9	594.948
19°	RJ	Campos dos Goytacazes	250.918.542,4	426.154
20°	SP	Ribeirão Preto	233.244.428,8	547.417
21°	SP	Santo André	231.352.528,1	667.891
22°	RJ	Duque de Caxias	218.856.208,9	842.686
23°	SC	Joinville	212.525.384,9	487.003
24°	PB	João Pessoa	207.617.451,7	674.971
25°	AL	Maceió	207.513.863,1	874.014
26°	SE	Aracaju	206.271.675,0	520.207
27°	RN	Natal	205.282.909,5	774.205
28°	MG	Juiz de Fora	204.464.520,6	513.348
29°	PR	Londrina	204.364.385,5	497.833
30°	RJ	Niterói	203.496.723,5	474.002
31°	SP	Santos	190.369.416,9	418.288
32°	SP	Sorocaba	189.896.101,3	559.157
33°	MT	Cuiabá	187.322.171,0	527.113
34°	MG	Betim	185.623.378,6	415.098
35°	RJ	Macaé	183.887.194,2	169.229
36°	MG	Contagem	177.881.253,6	608.650
37°	RJ	Nova Iguaçu	176.954.615,4	830.672
38°	SP	Barueri	163.016.346,2	252.748
39°	SP	Diadema	160.255.761,5	386.779
40°	SP	Jundiaí	158.988.183,7	342.983
41°	RS	Caxias do Sul	158.302.171,0	399.038
42°	MG	Uberlândia	157.971.356,0	608.369
43°	SP	Osasco	153.596.122,9	701.012
44°	ES	Vitória	148.078.404,6	314.042
45°	BA	Feira de Santana	138.873.938,4	571.997
46°	SP	Mauá	129.630.214,1	402.643
47°	MG	Montes Claros	127.620.619,7	352.384
48°	RS	Canoas	125.499.790,1	326.458
49°	PR	Maringá	125.069.855,3	325.968
50°	RJ	Petrópolis	112.320.045,8	306.645
51°	SC	Blumenau	110.526.659,3	292.972
52°	SP	Piracicaba	110.478.700,2	358.108

Posição	UF	Município	Despesa com educação em reais	População 2007
53°	SP	São José do Rio Preto	109.972.156,0	402.770
54°	RJ	Volta Redonda	103.979.400,0	255.653
55°	SP	Paulínia	103.237.892,0	73.118
56°	MG	Ipatinga	101.660.337,2	238.397
57°	PB	Campina Grande	99.668.967,5	371.060
58°	SP	São Caetano do Sul	98.344.144,4	144.857
59°	PR	Foz do Iguaçu	92.840.201,0	311.336
60°	SP	Guarujá	92.495.378,4	296.150
61°	SC	Florianópolis	91.916.809,2	396.723
62°	SP	Cubatão	91.278.087,0	119.794
63°	RJ	Angra dos Reis	90.228.228,5	149.395
64°	RJ	São Gonçalo	89.693.532,1	960.631
65°	MG	Uberaba	89.161.580,0	287.760
66°	BA	Camaçari	87.241.444,1	220.495
67°	BA	Vitória da Conquista	85.500.942,0	308.204
68°	PE	Jaboatão dos Guararapes	84.817.477,6	665.387
69°	SP	Franca	84.143.009,5	319.094
70°	GO	Aparecida de Goiânia	80.778.532,9	475.303
71°	RS	Pelotas	80.258.002,2	339.934
72°	BA	Itabuna	80.213.530,9	210.604
73°	RR	Boa Vista	79.506.000,0	247.762
74°	CE	Sobral	77.346.606,0	176.895
75°	RO	Porto Velho	77.020.449,8	371.791
76°	SP	Limeira	76.756.663,1	272.734
77°	RJ	São João de Meriti	76.725.200,0	464.282
78°	ES	Serra	73.549.546,3	385.370
79°	GO	Anápolis	73.522.089,0	325.544
80°	SP	Praia Grande	73.029.701,6	233.806
81°	MS	Dourados	72.994.470,6	182.747
82°	RJ	Belford Roxo	72.336.532,3	480.555
83°	SP	Araraquara	71.039.400,0	195.815
84°	SP	Taubaté	70.882.886,7	265.514
85°	MG	Divinópolis	70.817.373,0	209.921
86°	TO	Palmas	69.935.853,8	179.707
87°	SP	São Carlos	69.128.978,6	212.956
88°	SC	Chapecó	68.165.078,4	164.992
89°	RN	Mossoró	67.659.323,4	234.392
90°	SP	Sumaré	65.397.722,0	228.696
91°	SP	Americana	65.377.015,5	199.094
92°	SC	Itajaí	65.011.404,0	163.298
93°	PA	Ananindeua	64.822.312,4	484.278
94°	SP	Jacarei	64.562.982,8	207.028
95°	RS	São Leopoldo	64.428.435,2	207.721
96°	AL	Arapiraca	64.373.379,9	202.147
97°	PR	Araucária	64.287.316,5	111.952
98°	SP	Indaiatuba	64.240.213,8	173.508
99°	SP	Bauru	64.125.638,4	347.601
100°	MG	Sete Lagoas	64.010.480,4	217.506

Total dos 100 maiores	22.429.494.888,5	70.311.655
Total dos demais*	24.470.430.868,2	111.118.482
Total Brasil*	46.899.925.756,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Despesa com saúde per capita

Posição	UF	Município	Despesa com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2007
			Em reais		
1°	RJ	Quissamã	2.038	35.410.856,9	17.376
2°	SP	Paulínia	1.412	103.237.892,0	73.118
3°	RJ	Carapebus	1.321	14.108.815,3	10.677
4°	SP	Nova Castilho	1.271	1.343.714,9	1.057
5°	RJ	Porto Real	1.241	18.013.219,6	14.512
6°	MT	Santa Rita do Trivelato	1.239	3.101.695,1	2.504
7°	BA	Madre de Deus	1.146	17.681.066,9	15.432
8°	MG	Cachoeira Dourada	1.132	2.796.829,1	2.470
9°	MG	Grupiara	1.128	1.592.588,7	1.412
10°	RJ	Macaé	1.087	183.887.194,2	169.229
11°	SP	Borá	1.035	832.174,0	804
12°	RJ	Armação dos Búzios	985	24.197.864,9	24.560
13°	MG	Serra da Saudade	978	851.591,0	871
14°	GO	Anhanguera	952	919.706,0	966
15°	MG	Araporã	904	5.523.246,2	6.110
16°	MG	Cedro do Abaeté	894	1.070.998,9	1.198
17°	PR	Miraselva	880	1.671.121,8	1.899
18°	ES	Anchieta	870	16.915.383,3	19.450
19°	SP	União Paulista	865	1.245.323,9	1.440
20°	PB	Quixabá	847	1.213.796,6	1.433
21°	TO	Crixás do Tocantins	839	1.060.824,0	1.264
22°	SP	Santa Cruz da Esperança	836	1.427.133,3	1.707
23°	GO	Chapadão do Céu	835	4.417.464,0	5.289
24°	SP	Zacarias	834	1.857.895,9	2.229
25°	PR	Itaipulândia	826	7.087.498,4	8.581
26°	SP	Uru	816	1.111.087,4	1.362
27°	MG	Água Comprida	811	1.698.159,1	2.093
28°	PB	Parari	808	1.006.038,7	1.245
29°	SC	Rancho Queimado	807	2.236.943,7	2.772
30°	SP	Jaguariúna	799	29.415.082,5	36.801
31°	PR	Nova Aliança do Ivaí	787	1.084.380,2	1.377
32°	RS	Engenho Velho	779	1.233.338,2	1.584
33°	SP	Luis Antônio	771	7.919.872,0	10.272
34°	SP	Lourdes	768	1.515.346,2	1.974
35°	RJ	Pirai	765	18.532.834,3	24.217
36°	SP	Cubatão	762	91.278.087,0	119.794
37°	RJ	Casimiro de Abreu	752	20.376.879,8	27.086
38°	RS	São José do Sul	751	1.425.613,4	1.899
39°	MT	Serra Nova Dourada	748	1.009.379,9	1.349
40°	MG	Doresópolis	747	1.116.157,5	1.494
41°	RJ	São João da Barra	745	21.530.080,6	28.889
42°	SP	Santa Salete	743	1.032.201,4	1.390
43°	MS	Taquarussu	742	2.307.991,1	3.112
44°	SP	Ouroeste	737	5.187.105,7	7.035
45°	SP	Colômbia	733	4.456.716,6	6.077
46°	MG	Carneirinho	732	6.488.478,3	8.859
47°	SP	Monções	730	1.499.157,3	2.054
48°	SP	Trabiju	729	1.050.504,2	1.441
49°	SP	Sandovalina	723	2.327.941,8	3.219
50°	SP	Mira Estrela	719	1.853.259,0	2.576
51°	SP	Orindiúva	709	3.484.695,4	4.916
52°	RS	Montauri	708	1.120.601,8	1.583

Posição	UF	Município	Despesa com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2007
			Em reais		
53°	SP	São Sebastião	706	47.341.895,5	67.099
54°	MT	Alto Taquari	705	4.315.793,3	6.118
55°	GO	Lagoa Santa	702	859.347,3	1.225
56°	RS	André da Rocha	701	845.630,0	1.206
57°	MG	Passabém	695	1.258.077,8	1.811
58°	SP	Vitória Brasil	693	1.126.065,9	1.624
59°	MG	Seritinga	693	1.221.701,8	1.762
60°	AC	Santa Rosa do Purus	693	2.747.245,9	3.963
61°	MS	Jateí	690	2.627.109,5	3.808
62°	RJ	São José de Ubá	688	4.699.489,3	6.829
63°	TO	Tupirama	686	963.693,4	1.405
64°	PR	Jardim Olinda	685	1.001.244,4	1.461
65°	MG	Senador José Bento	684	1.318.747,9	1.927
66°	RJ	Paracambi	684	29.221.103,6	42.696
67°	SP	Ilhabela	681	16.273.344,1	23.902
68°	SP	Ilha Comprida	680	6.070.400,6	8.931
69°	SP	São Caetano do Sul	679	98.344.144,4	144.857
70°	SP	Nantes	679	1.684.313,3	2.482
71°	MT	Ponte Branca	673	1.202.319,3	1.787
72°	SP	Bento de Abreu	672	1.840.503,5	2.740
73°	SP	Mesópolis	671	1.185.855,8	1.768
74°	RS	Gentil	671	1.060.016,7	1.579
75°	SP	Rubinéia	671	1.708.354,4	2.546
76°	RN	Viçosa	670	1.185.529,2	1.769
77°	SP	Dirce Reis	669	1.058.969,8	1.582
78°	SP	Cruzália	668	1.580.705,1	2.365
79°	MG	Fortaleza de Minas	662	2.539.281,5	3.834
80°	SC	Ermo	662	1.220.769,5	1.843
81°	SE	Amparo de São Francisco	662	1.454.427,4	2.197
82°	RJ	Macuco	661	3.469.019,0	5.246
83°	SC	Lajeado Grande	661	965.162,4	1.461
84°	SC	Iomerê	657	1.680.082,3	2.558
85°	RS	Barra Funda	656	1.533.003,0	2.338
86°	SP	Altair	656	2.147.948,2	3.272
87°	MT	Santa Cruz do Xingu	652	1.380.318,0	2.116
88°	SP	Cândido Rodrigues	649	1.721.824,3	2.655
89°	PB	Riacho de Santo Antônio	645	982.778,2	1.524
90°	SP	Barueri	645	163.016.346,2	252.748
91°	RS	Vista Alegre do Prata	645	962.243,1	1.492
92°	GO	Buriti de Goiás	644	1.440.194,1	2.238
93°	RS	Lagoa dos Três Cantos	642	1.020.475,9	1.590
94°	RS	Maratá	641	1.567.115,8	2.444
95°	MG	Tapira	640	2.287.400,0	3.575
96°	MG	Aracitaba	636	1.182.202,3	1.859
97°	MG	São José da Barra	635	4.256.497,0	6.707
98°	RS	Muliterno	634	1.141.102,3	1.800
99°	SP	Taquaral	633	1.789.191,0	2.827
100°	PE	Ipójuca	633	44.198.366,7	69.781

Total dos 100 maiores	824	1.159.461.177,8	1.407.405
Total dos demais*	254	45.740.464.578,9	180.022.732
Total Brasil*	259	46.899.925.756,7	181.430.137

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: * não inclui Brasília.

Minas Gerais inova na gestão: cerca de 300 mil servidores avaliados e premiados por desempenho

Renata Vilhena*

I - Introdução

Entregar melhores resultados ao cidadão sem onerar ainda mais a sociedade é um desafio cada vez mais eminente aos governos. Nesse sentido, o uso de instrumentos e ferramentas de gestão que confirmam uma maior eficiência e eficácia à máquina pública é fundamental para a gestão contemporânea.

No Estado de Minas Gerais, as iniciativas de reforma administrativa vieram a se consubstanciar no *Choque de Gestão*, implementado em 2003, como forma de modernizar a máquina pública estadual, que se en-

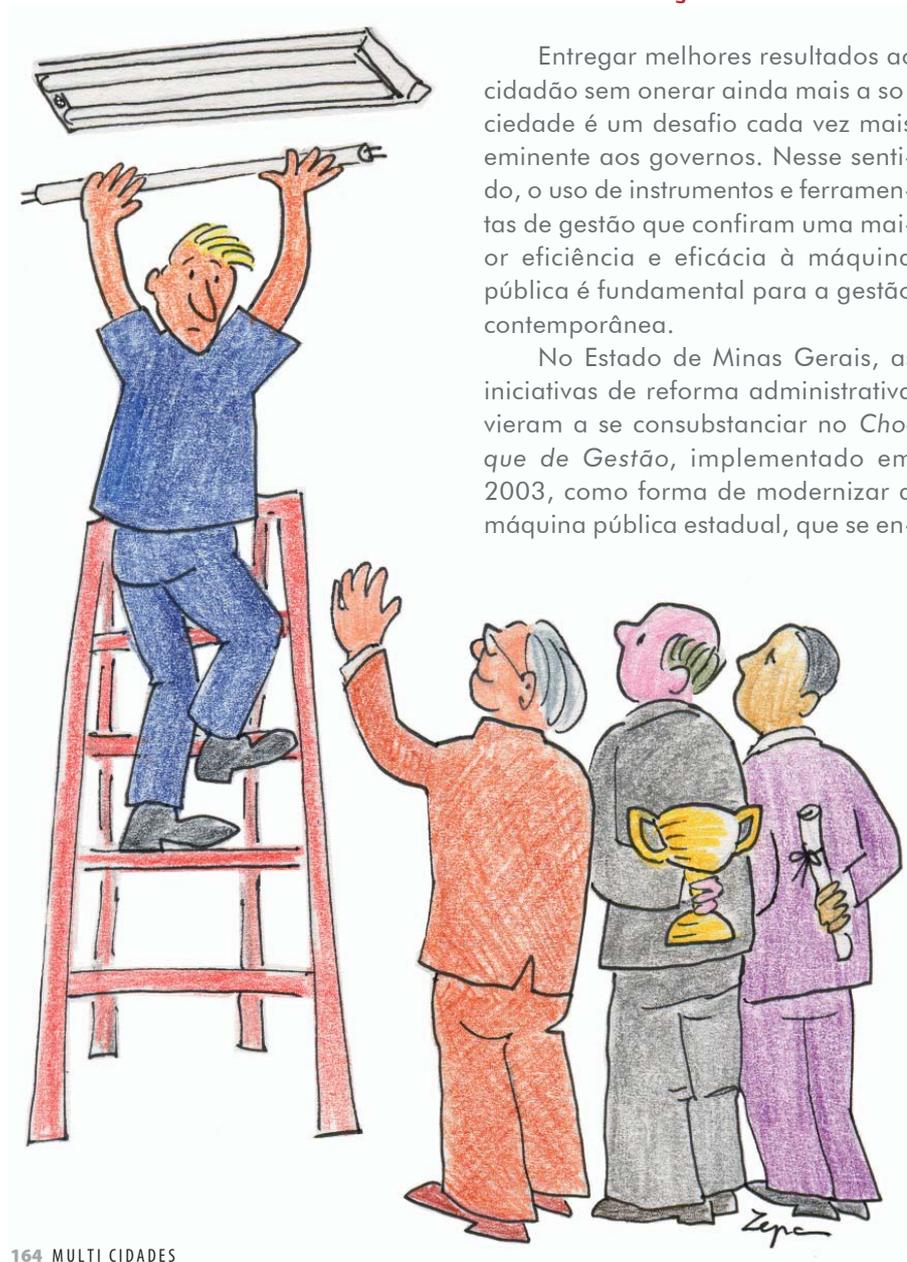
contrava totalmente obsoleta num cenário de grave crise fiscal.

Dentre os aspectos abordados pelo projeto encontram-se o desenvolvimento e a utilização de novas práticas administrativas, como a contratualização de resultados através do *Acordo de Resultados*, constituindo-se numa das principais medidas da reforma administrativa mineira na busca de um novo modelo gerencial.

A implementação de uma cultura voltada para resultados significa, em grande medida, a existência de mecanismos de incentivo que direcionam o comportamento de colaboradores e entidades à melhoria dos resultados diretos entregues ao cidadão. Ao estabelecer propostas claras e prioritárias, amplamente divulgadas dentro da organização, e sustentadas por mecanismos de valorização dos servidores que cumprem com as metas firmadas, tem-se um impacto bastante positivo na convergência de esforços da organização, possibilitando, com a mesma quantidade de recursos, respostas mais significativas.

Dessa maneira, desde 2004, cada área do governo de Minas Gerais vem pactuando com o governador do Estado o *Acordo de Resultados*, que consiste em um contrato de gestão que sintetiza o conjunto de metas e ações

* Secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais.



a serem entregues ao cidadão. Para sustentar essa política de contratualização, foi regulamentado o Prêmio por Produtividade, uma recompensa financeira, concedida aos servidores na entrega dos resultados.

A experiência já atinge cinco anos de implementação em Minas Gerais. Nesse período, houve um significativo aprendizado e amadurecimento tanto por parte do órgão gestor do modelo (Secretaria de Planejamento e Gestão) quanto dos diversos órgãos do executivo que pactuam metas presentes no contrato.

2 - A evolução do Acordo de Resultados

O primeiro passo para a consecução do modelo foi a formalização de um marco legal que o sustentasse. Dessa forma, em 2003, foi aprovada a Lei Estadual nº 14.694, regulamentada pelo Decreto nº 43.675, e alterações posteriores, que determinavam o funcionamento do modelo de contratualização mineiro. Conceitos, procedimentos de elaboração e formalização do contrato, sistemática e critérios de avaliação das metas e regras para distribuição do benefício aos servidores foram contemplados por esse arcabouço legal. Em 2004, foi firmado o primeiro *Acordo de Resultados* entre o governador do Estado e o Instituto Estadual de Florestas. Nele foram estabelecidos objetivos como a ampliação da área reflorestada e o aumento da área de vegetação monitorada.

O modelo foi, aos poucos, sendo assimilado pela máquina pública. Nesse sentido, os dois principais incentivos à sua adoção eram a concessão de medidas ampliativas de autonomias gerenciais - por exemplo, a dispensa de autorização prévia para a compra de bens específicos, como veículos, e a possibilidade de pagamento de Prêmio por Produtividade aos ser-

vidores, em caso de ampliação de receitas ou economia de despesas, pelos órgãos signatários do Acordo.

O primeiro ciclo da experiência em Minas Gerais ocorreu no período de 2004 a 2006, e teve como resultado a assinatura de 24 Acordos de Resultados, nos quais cerca de 340 indicadores de desempenho foram monitorados e avaliados sistematicamente pelas Comissões de Acompanhamento e Avaliação (CAA). Essas comissões, nomeadas por ato publicado no Diário Oficial, são formadas por servidores de três órgãos distintos e realizaram, nesse período, mais de 63 ciclos de avaliação, com a média de 86,91% das metas atingidas.

Como reconhecimento aos resultados alcançados, até 2006 foram distribuídos um total de R\$127 milhões, a título de Prêmio por Produtividade, a cerca de 10.400 servidores estaduais.

Além de abranger quase 40% dos cerca de 60 órgãos e entidades do executivo estadual, essa primeira experiência de contratualização de resultados em Minas Gerais trouxe enorme aprendizado e fundamentou as bases para a universalização da política, fato que viria a ocorrer no ano de 2007.

Dois pontos foram identificados como essenciais ao aprimoramento dessa política: promover um maior alinhamento entre a estratégia de governo e as metas pactuadas, e fortalecer, para o servidor, a vinculação entre a performance e a premiação percebida. Dessa forma, em 2007, o Acordo de Resultados passou por uma revisão em seus conceitos e metodologia. Os marcos legais dessa ação foram a Lei nº 17.600/2008 e o Decreto nº 44.873/2008.

A execução dos 51 projetos prioritários de governo, conhecidos como Projetos Estruturadores, seria pactuada com cada dirigente dos órgãos da Administração Estadual. Em Minas Gerais, esses projetos prioritá-

rios são intensivamente monitorados, através de uma consistente metodologia de gerenciamento, e seus resultados são sistematicamente acompanhados pelo governador e pelo vice-governador.

Além dessa alteração, que permitiu a convergência e o alinhamento entre os instrumentos de gestão (gerenciamento de projetos e contratualização de resultados), foi estabelecida outra mudança fundamental. A pactuação de metas seria feita em duas etapas: a primeira em nível macro, focada em resultados de impacto para a sociedade; e a segunda, em nível de equipes, dentro de cada órgão, elaborada a partir do desdobramento dos objetivos gerais e da identificação das responsabilidades internas de cada setor; no intuito de definir, com clareza e objetividade, a contribuição de cada servidor para o alcance dos resultados.

Dessa maneira, em 2007, todos os dirigentes do executivo estadual assinaram a primeira etapa do *Acordo de Resultados*, estabelecendo compromissos a serem entregues por cada sistema operacional¹ do Poder Executivo Estadual. Nesse sentido, na primeira etapa do projeto, cada sistema operacional se compromete com resultados que representam modificações concretas da realidade social. Ou seja, em vez de se restringir a metas processuais, como o número de atendimentos ambulatoriais, ou ainda o número de operações de melhoria nas vias públicas, o *Acordo de Resultados* passa a contar com metas como a redução da mortalidade infantil, o aumento das moradias com rede de esgoto e o aumento do percentual de estradas em boas condições.

Dessa forma, a primeira etapa do Acordo se consolidou, portanto, na síntese da estratégia de longo prazo da Gestão Pública Mineira, expressa no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), a seguir representado, na Figura 1.

¹ Um sistema operacional é o conjunto de órgãos e entidades que, articuladamente, são responsáveis pelas ações referentes a cada área de governo. Por exemplo, o sistema operacional de saúde é composto pela Secretaria de Estado de Saúde, além de quatro entidades vinculadas (Hemominas, Escola de Saúde Pública, Fundação Hospitalar de Minas Gerais e Fundação Ezequiel Dias).

Figura 1 - Mapa estratégico de Minas Gerais



Para cada área de resultados, acima apresentada, foi pactuado um conjunto de resultados finalísticos (de impacto para a sociedade) e a execução física e financeira dos Projetos Estruturadores (prioritários), para viabilizar a estratégia governamental definida pelo PMDI.

Além da consolidação da primeira etapa, era preciso, ainda, que cada meta pactuada nesse documento fosse traduzida para o espectro de contribuição e responsabilização do servidor. O estabelecimento de objetivos, por si só, não permite a compreensão clara, por parte de cada servidor, de sua contribuição para a estratégia. Para tanto, em 2007, iniciou-se um trabalho de desdobramento das metas por equipes de trabalho em cada setor da administração pública, de maneira a pactuar a chamada segunda etapa do *Acordo de Resultados*.

Foram, então, definidos objetivos para cada uma das quase quatro mil escolas estaduais, 23 hospitais estaduais, 86 unidades prisionais, cada gerência regional de ensino e de saúde, cada hemocentro

estadual, e mais de 550 outras unidades de 52 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Dessa maneira, cada setor da administração pública estadual passou a ter propósitos específicos e, portanto, a

responsabilização para a consecução dos mesmos.

A segunda etapa do *Acordo de Resultados* tornou-se um instrumento de gestão interna de cada órgão, já que permitiu ao dirigente máximo o estabelecimento de metas para cada uma de suas gerências, tendo como referencial o que foi estabelecido na primeira etapa do projeto.

O processo de desdobramento de metas, que culmina na pactuação da segunda etapa do *Acordo* é também um método de alinhamento estratégico, que tem a capacidade de direcionar o esforço e os recursos de cada servidor em direção ao atingimento da estratégia concebida. Resulta desse processo o estabelecimento de termos claros e alinhados que permitem, tanto aos gestores públicos quanto à sociedade, o controle e monitoramento da eficiência dos servidores e entidades públicas estaduais. Na Figura 2, abaixo, tem-se um exemplo da relação entre as duas etapas do processo vigente em Minas Gerais:

Figura 2 - Exemplos de metas pactuadas nas duas etapas do Acordo de Resultados

Meio Ambiente	Saúde	Transportes e Logística
<p>Metas de impacto direto para sociedade Primeira etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar o percentual do território mineiro com cobertura vegetal nativa Aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) nas principais bacias do Estado 	<p>Metas de impacto direto para sociedade Primeira etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzir o índice de mortalidade infantil Ampliar o percentual de moradias com acesso à rede de esgoto 	<p>Metas de impacto direto para sociedade Primeira etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar o percentual da malha rodoviária estadual em boas condições de conservação Aumentar o número de municípios com acesso por meio de vias asfaltadas
<p>Metas internas para os servidores Segunda Etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Área com cobertura vegetal nativa ampliada por regional do Instituto Estadual de Florestas (IEF) Taxa de prevenção e combate a incêndios florestais por unidade regional 	<p>Metas internas para os servidores Segunda etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Redução da taxa de infecção hospitalar aferida em cada unidade hospitalar Número de doações de múltiplos órgãos efetuados pela MG Transplantes Número de coletas de sangue realizadas por cada regional da Hemominas 	<p>Metas internas para os servidores Segunda etapa do Acordo de Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> Percentual da malha em boas condições por regional do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) Número de diagnósticos dos terminais de integração realizados pela Superintendência de Transporte Metropolitano Número de abordagens a veículos (fiscalização) por regional do DER-MG

3 - O Prêmio por Produtividade

É necessário enfatizar que o *Acordo de Resultados*, enquanto ferramenta de gestão, é um instrumento de avaliação institucional e de produtividade, sendo, assim, a principal referência para o pagamento do prêmio.

De 2004 a 2006, ao atingir um nível satisfatório, então definido como 70%, cada órgão estava autorizado a distribuir a bonificação, em valor proporcional ao salário, para todos os seus servidores. Com a revisão metodológica, cada equipe, mesmo dentro de um mesmo órgão, vai receber a premiação proporcional ao nível de metas cumpridas. Isso vai permitir uma competitividade saudável entre os hospitais, escolas e unidades prisionais, por exemplo; de forma que os servidores buscarão com afinco a utilização de melhores práticas, na busca por colocar sua unidade no melhor patamar de execução dos propósitos estabelecidos, a fim de receber a melhor recompensa.

Como dito anteriormente, a lógica de avaliação institucional e o pagamento da gratificação dependem de dois conjuntos de metas e resultados. O primeiro abrange resultados de impacto para a sociedade, estabelecidos na primeira etapa do Acordo. Já o segundo conjunto é relativo ao que foi pactuado pelas equipes de cada órgão na segunda etapa.

São pré-requisitos para o pagamento do prêmio: que o Estado apresente um resultado fiscal positivo no exercício anterior, que o órgão ou entidade seja signatário do Acordo de Resultados, que esse obtenha resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional e que realize a Avaliação de Desempenho Individual permanente de seus servidores.

Além disso, devem ser atendidas duas condições básicas: a obtenção de saldo satisfatório na pri-

meira etapa do Acordo e resultado satisfatório de cada equipe na segunda etapa. Assim, caso haja índice satisfatório de cumprimento das metas de impacto para a sociedade, aquele sistema operacional (por exemplo, sistema de saúde, ou de educação) é autorizado a pagar a bonificação a seus servidores. Entretanto, somente aquelas equipes que atingirem suas metas específicas receberão o benefício.

O índice mínimo para viabilizar o recebimento da premiação é de 60%. Ou seja, em um patamar de execução abaixo desse valor não há pagamento do prêmio. Dessa forma, se o sistema operacional atingir um resultado superior a 60%, o benefício pago a cada equipe será proporcional ao resultado obtido por ela na segunda etapa do *Acordo de Resultados*. Além disso, o cálculo individual será proporcional à remuneração percebida pelo servidor e aos dias trabalhados durante o exercício. Nesse sentido, o Prêmio por Produtividade pode representar um bônus de até uma remuneração anual a mais para os servidores estaduais que conseguirem atingir suas metas.

É fundamental que a premiação não seja entendida como política

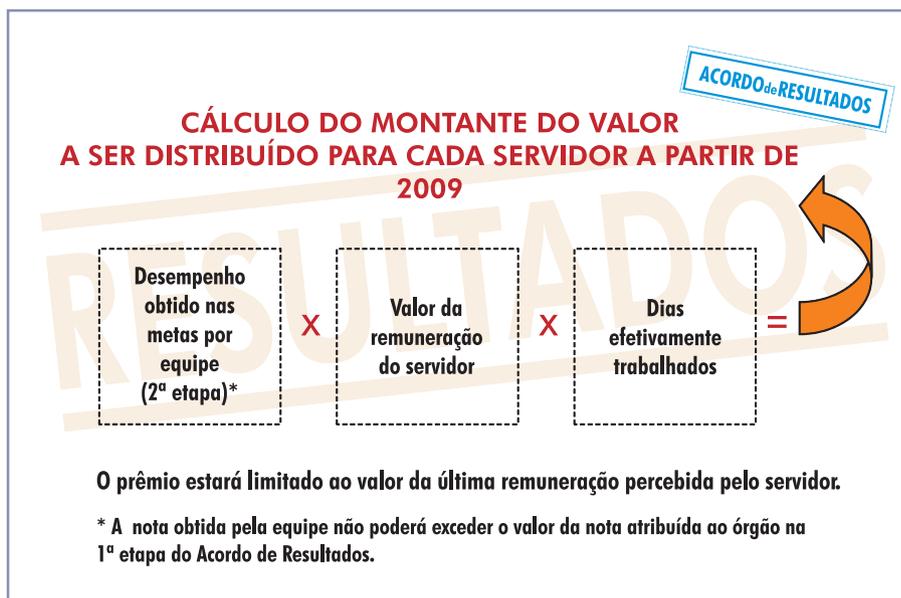
salarial. O prêmio percebido por cada servidor deve ser interpretado como uma bonificação pelos resultados apresentados, concedida em caso de desempenho satisfatório, e deve ser o reflexo dessa contribuição. Por isso o cálculo é proporcional ao resultado alcançado e aos dias efetivamente trabalhados.

Em 2008, como ainda não houve tempo suficiente para que cada equipe obtivesse a avaliação de suas metas específicas, o prêmio foi pago de acordo com regras de transição, com base na avaliação institucional de cada sistema operacional (nota da primeira etapa do *Acordo de Resultados*). Porém, a partir de 2009, o ciclo de avaliação se completa e o valor individual da premiação será calculado conforme a Figura 3, abaixo apresentada.

A maior e mais significativa alteração na lógica de pagamento do prêmio foi sua fonte de financiamento. Em 2008, com a aprovação da Lei Estadual nº 17.600/08, o Prêmio por Produtividade deixou de se restringir à redução de despesas e à ampliação de receitas, como previsto pela legislação anterior.

A nova legislação estabeleceu duas fontes de financiamento para a recompensa: a de ampliação de

Figura 3 - Cálculo do valor individual do prêmio





um percentual do valor arrecadado para viabilizar a premiação a todos os órgãos que cumprirem suas metas. Essa decisão permitiu universalizar a premiação por desempenho em Minas Gerais.

4 - Abrangência do modelo e processo de avaliação

Em 2007, já contemplando a nova metodologia, foram assinadas com o governador as primeiras etapas dos *Acordos de Resultados* de 20 sistemas operacionais, abrangendo 95% dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, de forma que, desde 2007, praticamente todos possuíam metas pactuadas.

Em seguida, iniciou-se o processo de desdobramento de metas por equipe, identificando a contribuição de cada setor nos órgãos estaduais. Dessa maneira, 52 dos cerca de 60 órgãos e entidades do executivo já participam da política de desempenho por equipe em Minas Gerais. Esse número representa um marco histórico, já que mais de 85% da administração pública do executivo mineiro estabeleceu metas agregadas e específicas, estendendo essa

prática a um patamar inédito na administração pública brasileira.

Como consequência da revisão metodológica e da aprovação do novo marco legal, tanto o volume de recursos, distribuídos a título de Prêmio por Produtividade, quanto o número de servidores beneficiados são recordes.

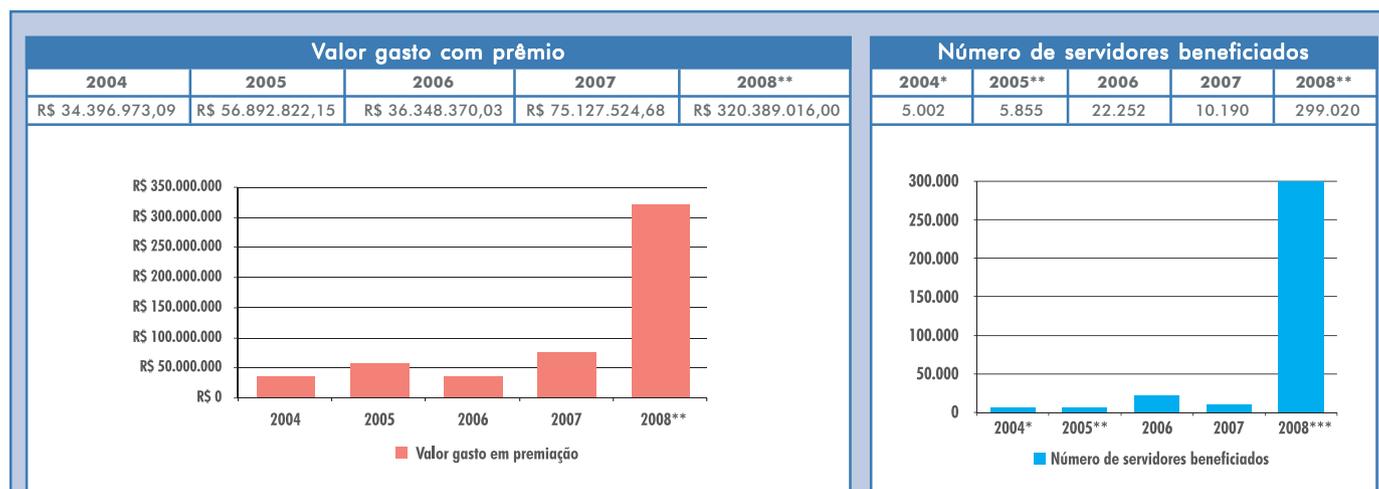
Em 2008, já foram distribuídos mais de R\$300 milhões. Receberam a premiação, até agora, um total de 300 mil servidores, levando a premiação por desempenho também a um patamar inédito na administração pública do país (veja gráfico na Figura 4).

Outro diferencial do modelo mineiro é a transparência do processo. Em primeiro lugar, além das metas em si, cada contrato de gestão explícita, define e detalha critérios de análise. A experiência nos mostra que tão importante quanto a definição de objetivos é estabelecer regras claras de avaliação. Essas normas constam no documento do *Acordo de Resultados*, que é disponibilizado para a sociedade pelo site www.planejamento.mg.gov.br/governo/choque/acordo_resultado/acordo_resultado.asp

receitas e a baseada no percentual da receita corrente líquida. Cada órgão, ao assinar seu *Acordo de Resultados*, escolhe uma modalidade de gratificação. O prêmio baseado na ampliação de receitas já era praticado desde 2004, e sua fonte e seu cálculo são baseados na capacidade de determinado órgão ampliar, em relação ao ano anterior, receitas diretamente arrecadadas, impostos e taxas.

A grande inovação na fonte de financiamento foi a criação da modalidade baseada na receita corrente líquida. O governo decidiu utilizar

Figura 4 - Abrangência do modelo



* Estimativa com base na média de série histórica de servidores premiados (2006 e 2007) na SEF (4210) e IEF (792).

** Estimativa com base na média de série histórica de servidores premiados (2006 e 2007) na SEF (4210), IEF (792) e Seplag (883).

*** Valor do prêmio baseado na receita corrente líquida adicionado ao valor do prêmio baseado na ampliação de receitas, pagos durante o ano de 2008.

Em segundo lugar, cada acordo (aquele que deve cumprir as metas) reporta ao acordante (aquele que as estabelece e cobra resultados) o seu desempenho. A partir dessa informação, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação analisa as informações e atribui nota. O desempenho de cada órgão, bem como as conclusões da avaliação feita pela comissão, inclusive a nota atribuída, é publicada na íntegra na internet, permitindo à sociedade exercer um controle sobre seus governantes e dirigentes, cobrando resultados em relação às metas pactuadas. A publicação da avaliação de cada órgão do governo é outro aspecto que leva o modelo de contratualização mineiro a um patamar de referência.

O quadro ao lado (Figura 5) mostra a nota de desempenho alcançada por cada sistema operacional na primeira etapa do Acordo de Resultados em 2007. Essa avaliação foi a base para o pagamento do Prêmio por Produtividade em 2008. Em 2009, será considerada também a nota conquistada pelas equipes (setores) dentro de cada órgão.

Essas notas materializaram resultados positivos em cada setor. Na área de saúde, por exemplo, estabeleceu-se reduzir a mortalidade infantil de 16,1 para 15,5, e atingiu-se um resultado de 15,3 por mil nascimentos. Na educação, o percentual de professores do ensino fundamental com formação superior saltou de 51% para 76%, diante de uma meta de 53%. Já na área de transportes, pactuamos o aumento do número de municípios conectados por estradas asfaltadas de 682 para 704, atingindo um resultado de 709 municípios.

A transparência do processo e a possibilidade de pagamento de bonificação têm gerado uma importante mudança no comportamento de todos os atores envolvidos. Os dirigentes, cientes do rigor e do critério técnico utilizado na avaliação, têm se preocupado e dedicado aten-

Figura 5 - Avaliação institucional/ Resultado 2007

Desempenho	
Área	Nota
Advocacia	8,59
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8,48
Auditoria	8,65
Ciência e Tecnologia	8,81
Cultura	7,70
Defesa Social	7,92
Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas	7,64
Desenvolvimento Econômico	7,30
Desenvolvimento Regional	7,94
Desenvolvimento Social	9,24
Educação	9,00
Esportes e Juventude	8,59
Fazenda	8,60
Governo	9,40
Meio Ambiente	7,82
Planejamento e Gestão	7,59
Reforma Agrária	7,19
Saúde	9,12
Transportes	8,03
Turismo	7,88

ção ao processo de pactuação de metas (a revisão de objetivos é feita anualmente). Por outro lado, os servidores têm demonstrado interesse em conhecer e atuar no sentido de viabilizar os resultados que devem ser entregues, por saberem que haverá uma premiação e reconhecimento pelo trabalho desempenhado. Esse tipo de comportamento é, em última análise, o objetivo da política de contratualização em Minas: entregar melhores resultados para o cidadão.

Além da transparência na divulgação das informações, que já é uma ação que busca induzir o controle e a participação social, a nova legislação estabeleceu uma inovação de fundamental importância: um membro da sociedade civil comporá formalmente cada Comissão de Acompanhamento e Avaliação, participando efetivamente do processo avaliatório e da atribuição de nota. Parte-se do pressuposto que, com a participação da sociedade, consegue-se uma mobilização ainda maior em torno das metas.

A premiação paga é inédita, pela quantidade de recursos envolvidos, e representa a firmeza de nossa convicção na importância dos ser-

vidores para conseguir entregar bons resultados aos cidadãos. Só conseguiremos tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver se cada servidor souber da importância de sua contribuição e estiver trabalhando nessa direção. E o governo do Estado está garantindo os meios para que isso ocorra.



Reforma tributária: mais avanços para os municípios

André Luiz Barreto de Paiva Filho*

A proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em fevereiro 2008 - a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 233/2008 - introduz várias mudanças no sistema tributário e de partilha de receitas do país, tornando-os mais racionais e justos.

Muitas dessas alterações terão impacto muito positivo para os municípios, valendo, dentre elas, destacar: a unificação da legislação e o fim da guerra fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); a ampliação da base de partilha dos tributos federais; o aprimoramento da política de desenvolvimento regional; a revisão do critério de partilha da parcela do ICMS pertencente aos municípios; e, talvez a mais importante, a melhoria geral do ambiente de negócios, que propiciará um aumento do potencial de crescimento econômico do país.

Antes de detalhar um pouco mais cada um desses elementos da reforma, vale a pena referir que os municípios já acumularam muitas e grandes conquistas nas alterações efetuadas no sistema tributário e de repartição das receitas nacional no decorrer do Governo Lula.

Uma delas foi aprovação da Lei Complementar nº 116, de 2004, que regulamentou o Imposto Sobre Serviços (ISS), trazendo evolução positiva na arrecadação desse imposto, com efeitos especialmente sensíveis para os municípios de médio e grande porte. De sorte que esse tributo arrecadou



quase 70% a mais em 2006 do que em 2003.

Houve também um significativo aumento da participação dos municípios nas receitas federais. Primeiro, pela instituição, em 2004, da partilha da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre combustíveis (CIDE-combustíveis). A mudança gerou uma nova disponibilidade de recursos aos municípios para investimentos em infra-estrutura de transporte. No triênio 2005 a 2007, foram transferidos cerca de R\$ 1,3 bilhão para as Prefeituras, via Cide-combustíveis.

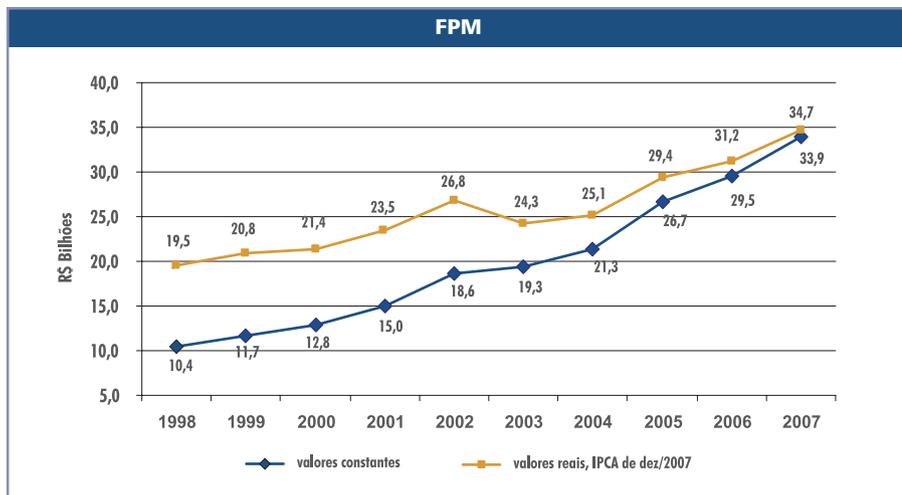
Segundo, pelo aumento de 22,5% para 23,5% da destinação da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) ao Fundo de Participação

de Municípios (FPM), que por si só já significou incremento de 4,4% nessas transferências.

Mas não foi só isso, a base da partilha também foi bastante incrementada. Em grande parte pelo impulso que o crescimento econômico tem significado para as receitas tributárias da União.

Em 2007, os repasses ao FPM foram, em valores reais, da ordem de R\$ 34,7 bilhões, apresentando crescimento em relação a 2006 foi de 15% em termos nominais e de 11% em termos reais, considerando a variação do IPCA. Comparando-se ao ano de 2002, houve crescimento nominal de 82%, significando expressivos R\$ 15 bilhões adicionais disponíveis aos municípios brasileiros para execução de suas políticas públicas. Em valores re-

* André Luiz Barreto de Paiva Filho, fiscal de tributos da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, é Secretário-Adjunto da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda e Presidente da Comissão Técnica Permanente do Confaz.



ais, esse aumento representou crescimento da ordem de 29%, equivalentes a quase R\$ 8 bilhões adicionais.

Entretanto, há conquistas que não se traduzem em números. Exemplo disso é o aprimoramento da interlocução dos municípios com a União, que ganhou fórum institucionalizado, com o Comitê de Articulação Federativa (CAF). Nesse órgão colegiado, têm assento representações nacionais dos municípios e diversos órgãos do governo federal. O órgão é coordenado pela Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais, órgão vinculado diretamente à Presidência da República. Trata-se de um espaço qualificado para o aperfeiçoamento das relações federativas, onde têm sido debatidos temas relevantes para os interesses das municipalidades brasileiras.

Na área tributária, foi formado um grupo especial de trabalho vinculado ao CAF, com objetivo de debater a proposta de reforma tributária que o Governo apresentaria a seguir ao Congresso Nacional. Houve um debate extremamente profícuo, no qual as entidades nacionais municipalistas tiveram oportunidade de discutir, com profundidade, seus principais pontos de interesse.

Assim, as representantes municipais tiveram participação direta e importante na elaboração da proposta de reforma tributária, que, conforme já referido, significará ainda mais avanços para as cidades, os quais são

detalhados a seguir.

Um ganho notável será a unificação, a simplificação e o fim da guerra fiscal do ICMS, do qual 25% do produto da arrecadação pertencem às prefeituras.

Primeiro, porque o ICMS se transformou num imposto bastante complexo, então, sua unificação e simplificação o tornarão muito menos suscetível à sonegação e ao planejamento tributário.

Segundo, porque, atualmente, os mecanismos de concessão de benefícios fiscais, não raras vezes, impõem sérias perdas de receita para a maioria dos municípios, com privilégio para uns poucos. Estima-se que os Estados deixem de arrecadar mais de R\$ 20 bilhões ao ano em benefícios, no âmbito da guerra fiscal, com alta concentração de renúncia em grandes empreendimentos.

Como se sabe, no âmbito da guerra fiscal, muitas vezes, grandes empreendimentos são concentrados em poucos municípios, que ficam com toda a vantagem do valor adicionado fiscal, aumentando significativamente suas participações no bolo do ICMS. A arrecadação do ICMS, todavia, não cresce na mesma proporção, justamente em função de benefícios fiscais concedidos a esses empreendimentos. Resultado: os demais municípios passam a ter menor participação no mesmo montante de ICMS, ou seja, o ganho fica concentrado em alguns poucos municípios, em detrimento dos demais.

Com o fim da guerra fiscal, parte relevante desses recursos - hoje renunciados - se transformará em aumento de arrecadação do ICMS, representando ampliação dos recursos desse imposto, que serão repassados ao conjunto dos municípios de cada Estado.

Embora as mudanças gerais no ICMS tendam a gerar aumentos de receita para a maioria dos Estados, para assegurar que a alteração de critério na partilha do imposto nas transações interestaduais não venha a gerar desequilíbrio na receita de nenhum deles, está previsto, na reforma, um Fundo de Equalização de Receitas. Com isso, ficará assegurado que nenhuma unidade federativa tenha receitas menores do que as obtidas antes da implementação das mudanças. Assim, ficará também garantido que o conjunto dos municípios de cada Estado não sofrerá qualquer redução dos recursos que lhe são transferidos da arrecadação desse imposto.

A proposta de reforma também prevê a adoção de mecanismos mais eficazes de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, eliminando a guerra fiscal e introduzindo aprimoramentos na Política de Desenvolvimento Regional do País.

O modelo proposto alia os atuais instrumentos (renúncia fiscal e crédito subvencionado) a alguns novos, que permitirão investimentos especialmente em infra-estrutura e capacitação das pessoas.

Essa nova sistemática de enfrentamento das desigualdades regionais permitirá, inclusive, avançar no sentido da descentralização na aplicação dos recursos da Política de Desenvolvimento Regional, seja através das transferências a fundos de desenvolvimento estaduais, seja na própria aplicação dos recursos geridos pela União.

A proposta é que as superintendências regionais (Sudene, Sudam, Sudeco) definam diretrizes gerais para a aplicação dos recursos, e que os projetos - cuja seleção deverá ser feita por critérios técnicos - sejam pro-

postos, executados e geridos de forma descentralizada pelos Estados, municípios, consórcios municipais ou outras entidades. Ou seja, os municípios poderão ser protagonistas na construção de soluções para o desenvolvimento regional.

Outra medida de extrema relevância para efeito de uma distribuição mais justa de recursos é a alteração do critério de partilha da parcela do ICMS pertencente aos municípios. Tal medida constou da proposta de reforma tributária do governo (PEC nº 233/08), em atendimento à solicitação das entidades representativas dos municípios, e previa que o critério de repartição, relativamente aos 75% determinados pelo valor adicionado, passasse a ser definido por lei complementar.

Essa proposta, além de atender à solicitação das entidades nacionais dos municípios, justifica-se pelo reconhecimento das enormes distorções existentes no atual sistema de partilha do ICMS. A definição do novo modelo permitiria um amplo debate dos critérios aplicáveis, com uma transição longa, que possibilitaria a adequação das prefeituras. Tal medida contribuiria enormemente para o aperfeiçoamento do nosso federalismo fiscal, equacionando de forma mais equilibrada as receitas das administrações locais, em consonância com as demandas sociais que devem atender.

Evoluções recentes no debate desse tema, com a participação das entidades municipais, no âmbito da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, têm apontado para um modelo que determina um teto para utilização do critério do valor adicionado. Conforme está consignado no texto do substitutivo apresentado pelo relator da reforma tributária, Deputado Sandro Mabel, apresentado no final de outubro de 2008, haverá a determinação de que a distribuição de recursos por esse critério não possa resultar em participação superior ao quádruplo da participação do município na popula-

ção do seu Estado. Tal medida representará um avanço na redução das distorções atualmente verificadas na aplicação do critério do valor adicionado.

Outro ponto que trará vantagens para os municípios é a ampliação da base das receitas federais partilhadas com os entes federados. Como se sabe, historicamente, houve uma concentração das receitas da União nas contribuições não compartilhadas com os demais entes federados. De fato, verifica-se que, em 1998, as contribuições (exceto previdenciárias) representavam cerca de 40% da arrecadação tributária federal (exceto contribuições previdenciárias), chegando a uma participação na casa dos 53% em 2007. Observa-se que as receitas dessas contribuições tiveram um crescimento cerca de 70% maior do que as demais receitas tributárias federais, o que causou acirramento das relações federativas e se constituiu em objeto de constantes reclamações por parte de Estados e municípios.

Pela proposta, as mais importantes fontes de receita da União - além do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda, o novo Imposto Federal sobre Valor Adicionado (IVA-F) - passarão a ser divididas com os municípios, através do FPM. De outro lado, são extintas contribuições federais que têm suas arrecadações vertidas exclusivamente para União, nomeadamente a contribuição para o PIS, a Cofins, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para suprir a fonte do conjunto de políticas públicas atualmente sustentadas por essas contribuições extintas, é proposta a adoção de vinculações, para cada finalidade específica, incidentes também sobre a ampla base de arrecadação federal (IPI, IR e IVA-F).

Todas essas mudanças no sistema de destinação e partilha de recursos federais foram propostas de forma a preservar os montantes verificados atualmente. Se, por um lado, essa medida não significa um aumento

imediatamente das transferências federais aos municípios, por outro, na dinâmica do novo modelo, todos os entes federados passarão a compartilhar uma base muito mais abrangente da arrecadação da União. Essa medida, além de atender à antiga reivindicação dos próprios Estados e municípios e aumentar a solidariedade federativa, propiciará uma formulação mais racional da política tributária, que poderá deixar de se conduzir pela destinação de cada tributo e passar a ser norteada essencialmente pelos efeitos econômicos e sociais das próprias incidências tributárias, proporcionando um espaço de maior realização da justiça fiscal na cobrança de impostos.

Por fim, a reformulação do sistema tributário brasileiro, com medidas de racionalização, simplificação e desoneração de tributos, melhorará as condições de crescimento econômico do país, consistindo numa das mais importantes razões para se fazer a reforma tributária. Em relação a algumas medidas da reforma em que foi possível se quantificar os efeitos, as estimativas apontam para um potencial de crescimento adicional de 10% a 12% do PIB. Isso significa que, implantando-se as medidas propostas pela reforma, o Brasil poderá observar, pelos próximos 10 ou 20 anos, um crescimento adicional anual da ordem de meio a um ponto percentual, o que seria de grande relevância para nossa economia.

Esse crescimento consiste em elemento que favorece não só aos municípios, mas a toda a sociedade brasileira. O Brasil tem experimentado, nos últimos anos, um ritmo de crescimento muito bom, entretanto, são sempre necessárias medidas que contribuam para a sustentabilidade e a aceleração desse crescimento, ainda mais em um cenário de maior instabilidade econômica mundial. O crescimento é bom para todos, trazendo competitividade para as empresas, melhoria de condições de vida da população e ganhos para as administrações públicas e suas finanças.

Uma nova agenda federalista para os novos prefeitos

Sérgio Gobetti¹

1 - Introdução

As finanças públicas, em geral, e as municipais, em particular, vivem um momento de incerteza devido à crise econômica nacional e internacional, que atingirá, em maior ou menor grau, as receitas tributárias. Nos últimos quatro anos, o setor público foi brindado com uma conjunção de fatores positivos que permitiram que ocorresse uma considerável ampliação da carga tributária sem aumento (na maior parte

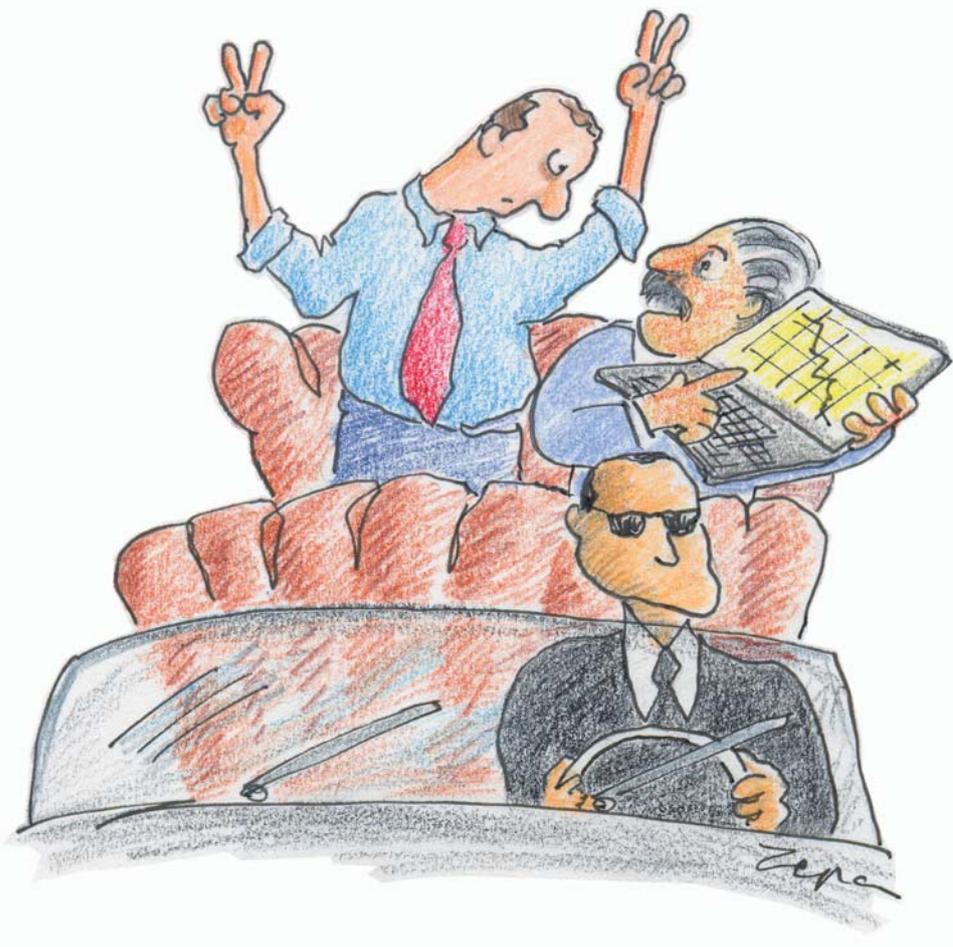
dos casos) das alíquotas legais cobradas dos contribuintes. Maior crescimento econômico, maior formalização, maior lucro das empresas e algumas inovações na legislação ajudam a explicar esse fenômeno.

Na esfera municipal, a arrecadação própria das prefeituras cresceu de R\$ 18 bilhões, em 2000, para R\$ 48,2 bilhões em 2007, segundo os dados de balanço orçamentário publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o

que representa um aumento real da ordem de 54%. No mesmo período, as receitas de transferências recebidas pelas cidades sofreram uma ampliação de R\$ 51 bilhões para R\$ 136,1 bilhões, o que, coincidentemente, também equivale ao aumento real de 54%. Somadas as duas fontes, chegamos a um valor total de R\$ 184,4 bilhões em 2007, ou seja, 19,5% da carga tributária nacional.

Esse desempenho sem precedentes é o que explica a melhora significativa verificada nos indicadores fiscais dos municípios nos últimos anos, como a redução do nível de endividamento e de restos a pagar descobertos, problemas bastante frequentes num passado bastante recente. Atualmente, pelo menos 2.216 cidades (42% de uma amostra de 5.235) são credoras, no sentido de acumularem mais ativos financeiros do que dívidas, sejam elas de curto ou longo prazos. Esse contingente era de 1.503 (28%) em 2002.

Em termos agregados, os ativos financeiros depositados nas contas bancárias das prefeituras somavam, no final de 2007, cerca de R\$ 40,9 bilhões, enquanto as obrigações financeiras (essencialmente restos a pagar) perfaziam a cifra de R\$ 27,1 bilhões - situação diametralmente oposta a de 2002, por exemplo, quando o volume de restos a pagar



¹ Economista e jornalista, mestre e doutor pela Universidade de Brasília (UnB).

superava o das disponibilidades. Ou seja, em apenas cinco anos, houve uma mudança profunda na situação financeira dos municípios, que reflete não apenas os avanços institucionais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas principalmente a conjuntura favorável das receitas.

Em 2008, os dados parciais indicam que tanto as receitas próprias quanto as transferências recebidas continuam crescendo a taxas reais elevadas (7% e 15%, respectivamente), o que proporcionará aos atuais prefeitos o melhor final de mandato, em termos fiscais, da história recente. O cenário que começa a se vislumbrar para eles, entretanto, pode ser bastante distinto, uma vez que:

- 1) Do ponto de vista das receitas, as condições favoráveis dos últimos anos não devem se repetir, havendo dúvida apenas sobre a intensidade negativa da crise econômica sobre o caixa das prefeituras, principalmente daquelas que mais dependem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que está atrelado ao comportamento do Imposto de Renda e, de forma indireta, à lucratividade das empresas - que, assim como cresceu meteoricamente nos últimos anos, pode cair abruptamente agora.
- 2) Do ponto de vista das despesas, tivemos nos últimos três anos uma aceleração concentrada especialmente nos gastos de pessoal (30,6% em valores reais), que, em geral, são permanentes e dificilmente poderão ser cortados em caso de estagnação da receita, obrigando os municípios a queimarem o estoque de ativos que eventualmente acumularam, ou mesmo a suspenderem projetos de investimento, entre outras "ginásticas" financeiras.

Estamos, portanto, numa fase de transição extremamente delicada

para as prefeituras. Comparando com outras conjunturas de crise, como a de 2003, quando a receita de FPM também caiu, hoje a situação fiscal dos municípios é relativamente melhor, mas a gravidade da situação econômica é significativamente maior. E nem todos dispõem de reservas financeiras suficientes para se manter durante o período de turbulências. No final de 2007, 1.920 municípios acumulavam restos a pagar (e outras obrigações financeiras) em excesso às suas disponibilidades de caixa. Essas localidades, se não aproveitarem as condições favoráveis de 2008 para fazer o ajuste em suas contas, poderão enfrentar sérias dificuldades em 2009.

Na prática, a situação fiscal das cidades é bastante desigual e, ao dizermos isso, chegamos ao ponto principal de discussão proposto por esse artigo: a divisão do bolo tributário na esfera municipal e o papel das transferências intergovernamentais. No atual contexto de enormes restrições fiscais, é cada vez menos plausível imaginar que seja possível - embora justo - que o governo federal vá oferecer uma ajuda financeira adicional. Por outro lado, há uma série de evidências de que a receita dos municípios é mal distribuída e, portanto, qualquer medida de redistribuição contribuirá para reduzir as prováveis dificuldades financeiras enfrentadas pelos novos prefeitos.

2 - A polêmica sobre a divisão da carga tributária

Nos últimos nove anos, especialmente, a pauta federalista dos governos subnacionais esteve quase exclusivamente voltada a criticar a concentração de recursos tributários nas mãos da União e a reivindicar uma maior fatia da carga de impostos. Nesse contexto se inseriram, desde 2003, as gestões dos

governadores em torno de mais recursos para o sistema de ressarcimento das perdas decorrentes da desoneração das exportações, as polêmicas em torno da divisão da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da insuficiente complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), assim como o movimento municipalista pela ampliação do percentual do FPM.

Passados cinco anos de governo Lula, não dá para se dizer que a tendência de centralização tributária tenha sido reduzida, na medida em que a fatia da União na carga tributária nacional permanece estabilizada em torno de 53% do total (Tabela 1). Contudo, um fato novo merece destaque: os municípios estão conquistando o espaço dos estados na partilha total. Isso fica bastante claro quando observamos que a participação dos municípios cresceu de 18,74%, em 2002, para 19,48% em 2007, enquanto a dos Estados decresceu de 27,65% para 26,97%.

No nosso cômputo da carga tributária, consideramos, inicialmente, a arrecadação própria de cada esfera de governo e depois incluímos o fluxo das transferências intergovernamentais. É nesse passo que a fatia dos municípios sobe da casa de 5% da arrecadação própria para quase 20% da receita disponível. Nesse cálculo, não consideramos apenas as transferências de caráter voluntário, ou seja, fruto de convênios - todas as demais transferências foram computadas, inclusive o Fundef/Fundeb e os repasses, fundo a fundo (Fundo Nacional de Assistência Social, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Fundo Nacional de Saúde).

Esse avanço dos municípios pode ser atribuído tanto ao esforço próprio de arrecadação quanto ao

Tabela 1 - Distribuição da carga tributária por nível de governo (% do total)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Arrecadação própria								
União	67,65	67,81	68,61	67,66	67,96	68,81	68,56	69,18
Estados	27,37	27,36	26,78	27,24	27,00	26,26	26,55	25,73
Municípios	4,98	4,82	4,61	5,09	5,04	4,93	4,88	5,09
Receita disponível								
União	53,19	53,19	53,61	53,12	53,38	53,62	53,13	53,55
FGTS/Sistema S	5,85	5,77	5,24	5,18	5,07	4,86	5,05	5,09
União*	47,35	47,43	48,37	47,94	48,31	48,76	48,08	48,46
Estados	27,76	27,85	27,65	27,86	27,66	27,47	27,73	26,97
Municípios	19,05	18,96	18,74	19,02	18,96	18,91	19,14	19,48

Fonte: Elaboração própria

(*) Receita disponível da União excluindo as receitas do FGTS e do Sistema S

aumento generalizado das transferências (veja Tabela 2). E o mais importante: ocorre em plena fase de alta da carga tributária, que passou de 30,75% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2000, para 37,05% em 2007. Ou seja, os municípios conquistaram uma fatia maior de um bolo também maior.

O problema central, do nosso ponto de vista, é avaliar como essa maior fatia dos municípios está sendo distribuída entre as 5.563 prefeituras do país. Como já assinalamos, muito se fala dos desequilíbrios ver-

tais (entre diferentes níveis de governo) na distribuição da carga tributária, mas pouca atenção é dada aos chamados desequilíbrios horizontais (numa mesma esfera de governo). No caso da esfera municipal brasileira, essas oscilações são expressivas (alguns municípios possuem mais do que precisam, outros muito menos) e decorrem não apenas das distintas capacidades de tributação, mas também das regras vigentes no sistema de transferências.

Atualmente, cerca de 74% da receita disponível das prefeituras

provém de transferências, e isso se deve à limitada competência constitucional que os municípios possuem para tributar - concentrada em propriedades urbanas e serviços. Por certo, as transferências não possuem apenas o papel de promover uma equalização entre necessidades de gasto e fontes de receita, mas essa é uma função essencial num sistema federativo, ainda mais em um país nas dimensões do Brasil, com enormes diferenças inter e intra-regionais. Na prática, entretanto, essa finalidade é mal cumprida pelo sistema, seja porque as transferências eminentemente redistributivas têm pouca capacidade redistributiva, seja porque as demais (como as devolutivas ou compensatórias - vide quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, e royalties) são extremamente concentradas.

3 - Desigualdade de renda na esfera municipal

O processo de descentralização no Brasil foi realizado de modo um tanto desordenado, sem nunca ter havido uma discussão prévia sobre o chamado "pacto federativo", provocando um ajustamento imperfeito entre a dita capacidade fiscal e as necessidades (e atribuições legais)

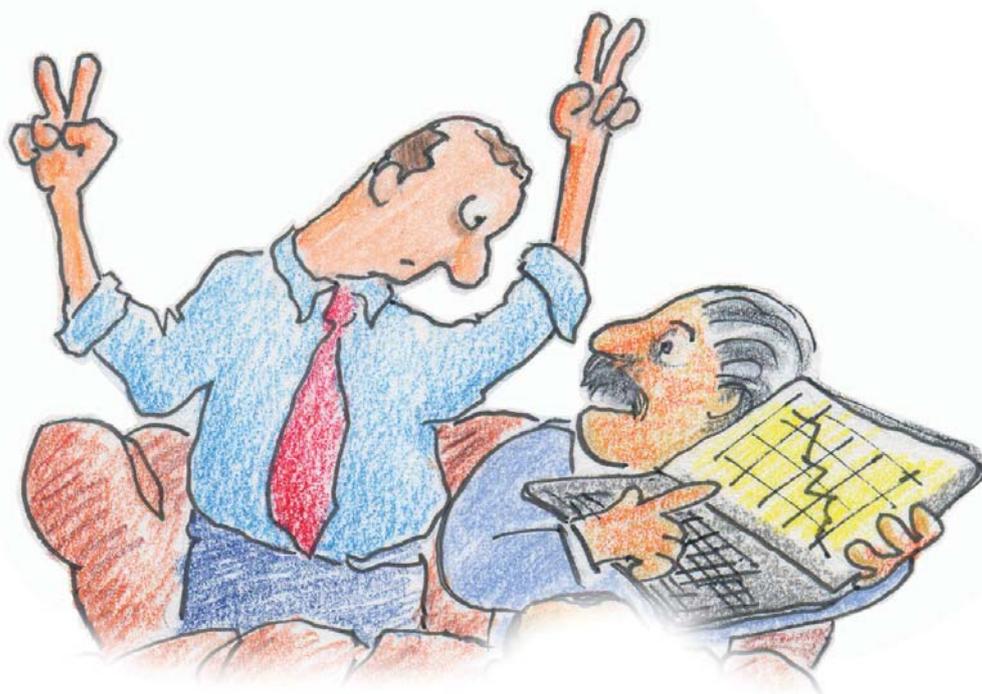


Tabela 2 - Receitas próprias e de transferência dos municípios (em R\$ milhões)

Receitas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Própria	18.064	20.115	22.616	28.335	32.855	37.286	40.653	48.225
ISS	6.556	7.302	7.928	9.407	11.353	13.889	15.889	19.145
IPTU	5.437	5.918	6.672	7.988	8.990	9.987	10.475	11.667
ITBI	1.146	1.249	1.386	1.581	1.716	2.038	2.340	3.097
IRRF	1.394	1.684	1.731	2.216	2.465	2.900	3.217	4.046
Taxas e outros	2.703	2.916	2.900	4.404	4.935	5.211	5.243	5.797
Prev Municipal	829	1.046	1.999	2.739	3.397	3.261	3.489	4.473
Transferências	51.015	58.938	69.362	77.434	90.711	105.597	118.756	136.184
Quota-parte ICMS	19.874	22.532	25.458	28.866	33.269	37.177	41.326	45.433
Quota-parte IPVA	2.597	3.080	3.430	3.784	4.347	5.116	6.053	7.158
IOF	1	1	2	4	5	2	2	3
ITR	112	93	121	133	141	134	152	168
Salário Educação	275	289	331	547	1.381	1.718	2.059	2.161
IPI-Exportação (FPEX)	441	475	470	451	538	611	688	800
Lei Kandir (LK)	954	890	982	1.017	845	844	489	484
FEX	-	-	-	-	224	340	599	483
Cide	-	-	-	-	273	438	439	456
Royalties	1.026	1.419	1.921	2.684	2.988	3.712	4.424	4.297
Fundo Especial Petróleo	105	130	187	258	295	329	470	461
FPM	15.042	17.634	21.823	22.708	25.034	31.314	34.636	40.562
Saldo Fundef(b)	2.443	3.059	3.893	4.826	6.146	7.226	8.361	10.248
Retenção ICMS	(2.981)	(3.380)	(3.819)	(4.330)	(4.990)	(5.576)	(6.199)	(7.514)
Retenção IPVA								(415)
Retenção ITR								(11)
Retenção IPI/LK	(209)	(205)	(218)	(220)	(207)	(218)	(177)	(214)
Retenção FPM	(2.256)	(2.645)	(3.274)	(3.406)	(3.755)	(4.697)	(5.195)	(6.696)
Retorno Fundef(b)	7.890	9.289	11.203	12.783	15.099	17.718	19.932	25.099
FNAS				695	727	1.064	911	1.112
FNDE	1.211	1.276	1.390	1.410	1.859	2.011	2.282	3.298
FNS	6.936	8.061	9.354	10.051	12.640	13.563	15.864	19.059
Receita disponível	69.079	79.053	91.979	105.769	123.566	142.883	159.409	184.409

Fonte: Elaboração própria

(*) Receita disponível da União excluindo as receitas do FGTS e do Sistema S

de cada nível de governo, no qual nem sempre critérios técnicos balizaram as decisões sobre o formato do sistema de transferência e os critérios de partilha adotados. Além disso, as tentativas de aperfeiçoar o sistema geralmente esbarram nos lobbies do Congresso, patrocinados por grupos de governadores e pelos municípios mais ricos, como os beneficiários dos royalties e do retorno de ICMS.

Dessa forma, consolidou-se um quadro de enormes desigualdades e injustiças fiscais, principalmente na esfera municipal. Para provar essa tese, vamos recorrer a um instrumento analítico bem conhecido (o índice de Gini), mas pouco aplicado em economia do setor público, para analisar o grau de equidade (ou de desuniformidade) na distribuição das receitas entre os municípios brasileiros. Esse índice -

comumente utilizado para dimensionar a desigualdade de renda na sociedade - consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Do ponto de vista matemático, o coeficiente é calculado como uma razão das áreas no diagrama da chama-

da curva de Lorenz. Essa curva é formada pela união dos pontos bidimensionais, sendo que representamos, no eixo y, a proporção acumulada da renda e, no eixo x, a proporção acumulada da população. Se a área entre a linha de perfeita igualdade (reta diagonal com 45° desde a origem) e a curva é α , e a área abaixo da curva é β , então o coeficiente de Gini é igual a $\alpha/(\alpha+\beta)$. Quando a curva fica acima da reta de 45°, temos um índice de

concentração negativo.

Ao classificarmos os municípios em ordem crescente do Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2005, chegamos a uma distribuição tal que 50% da população brasileira, residente nos 4.147 municípios mais "pobres" do Brasil, "detêm" 21,64% do PIB, enquanto os 22,74% da população dos 339 municípios mais "ricos" concentram cerca de 50% do PIB. Essa distribuição corresponde a um índice de Gini de 0,384.

Para estender essa análise de desigualdade para as rendas públicas dos municípios, dispusemos as cidades por ordem crescente do PIB per capita. No eixo x apresentamos sua população, e no eixo y, representamos de forma acumulada a variável de receita sobre a qual desejamos conhecer o grau de concentração. O Quadro 1 detalha todas as variáveis analisadas, e a Tabela 3, os resultados obtidos por Alencar e Gobetti (2008).

Quadro 1 - Glossário de variáveis utilizadas nas análise de concentração

APB	Arrecadação Própria Bruta =	Impostos e contribuições cobrados pelos municípios
TRA 1	Transf. Devolutivas/Compensatórias =	ICMS + IPVA + IOF + ITR + SalEdu + IPI + LK + FEX + Cide + ROY
TRA 2	Transferências Redistributivas =	FPM + Fundo Especial do Petróleo
TRA 3	Transferências Seletivas =	Fundef(b) + FNAS + FNDE + FNS/SUS
RD	Receita Disponível =	APB + TRA 1 + TRA 2 + TRA 3

Tabela 3 - Índice de concentração das rendas municipais

Indicador	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB	n.d	n.d	0,394	0,392	0,387	0,384	n.d	n.d
APB	0,461	0,465	0,457	0,445	0,427	0,402	0,393	0,424
TRA1	0,341	0,341	0,294	0,302	0,273	0,326	0,343	0,342
TRA2	-0,233	-0,231	-0,230	-0,214	-0,217	-0,246	-0,230	-0,227
TRA3	0,025	0,005	0,164	-0,006	0,008	-0,022	-0,034	-0,042
TRA1+2+3	0,175	0,172	0,203	0,199	0,218	0,168	0,172	0,168
RD	0,194	0,185	0,164	0,177	0,170	0,164	0,160	0,163

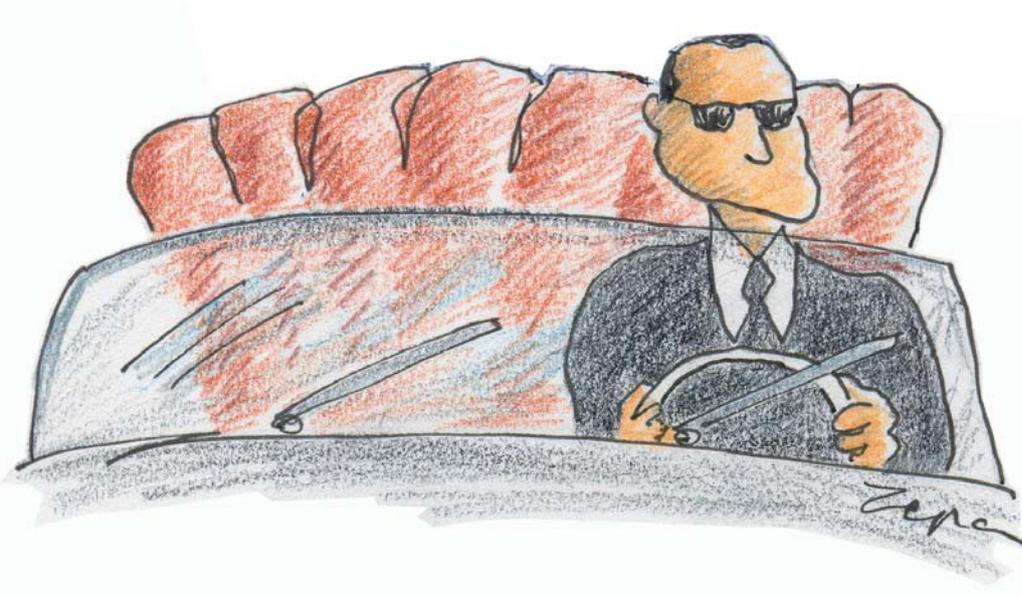
Fonte: Elaboração própria

No caso da arrecadação própria dos municípios, podemos verificar que o índice de concentração é superior ao do próprio PIB, situando-se em 0,434 na média de 2000 a 2007. Em 2005, por exemplo, verificamos que 197 dos 4.356 municípios da amostra (com 20% da população total) concentram 49,3% da arrecadação dos principais tributos (Imposto Sobre Serviços, Imposto Territorial e Predial Urbano e Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis). Isso é natural que ocorra, porque as bases de tributação dos municípios são muito distintas e tendem a ser mais amplas nas localidades

mais ricas, de maior PIB per capita.

Mas como se comportam as transferências? No agregado, elas (TRA1+2+3) também são mais concentradas entre os municípios mais ricos. Isso ocorre devido às transferências devolutivas ou compensatórias (do ICMS aos *royalties*), que apresentam índice de concentração de 0,320, em média, no período analisado. As redistributivas (TRA2 ou FPM e Fundo Especial do Petróleo), por outro lado, apresentam um índice de concentração médio de -0,229, onde o valor negativo significa que os mais pobres recebem, proporcionalmente, mais recursos do

que os mais ricos. Já as seletivas, entre as quais classificamos o Fundef/Fundeb e os fundos de assistência social, educação e saúde, são neutras do ponto de vista distributivo, apresentando índice em torno de zero. O resultado é que, embora menos concentrada que a arrecadação própria, a receita disponível (RD) após as transferências apresenta um índice de concentração médio ainda bastante elevado, em torno de 0,172 na média dos últimos oito anos. Ou seja, os municípios mais ricos permanecem relativamente melhor dotados em termos de receita do que os mais pobres.



4 - Considerações finais

A análise sobre a concentração das transferências parece corroborar, pelo menos parcialmente, a tese de "virtual falência dos mecanismos dedicados ao equilíbrio horizontal", sustentada por inúmeros estudiosos do federalismo, como Prado (2007). Contudo, a crítica à estrutura de equalização não pode ficar restrita às transferências que formalmente têm a finalidade de ser redistributivas, como o FPM. Os critérios de partilha desse fundo (assim como o do Fundo de Participação dos Estados - FPE) poderiam ser aprimorados com a incorporação de outros parâmetros que não somente a população, de modo a contribuir mais efetivamente para a redução dos hiatos fiscais na esfera municipal. Mas é importante assinalar que, entre todas as transferências, o FPM ainda é a que apresenta o melhor perfil distributivo.

As principais distorções do sistema estão nas chamadas transferências devolutivas ou compensatórias. É claro que se pode argumentar que a função primordial de uma transferência dessa natureza (como quota-parte do ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Au-

tomotores, *royalties*, etc) não é proporcionar equidade, mas viabilizar ganhos de eficiência no lado da arrecadação tributária, devolvendo ao governo local uma receita que ele foi impedido de arrecadar sobre sua base tributária.

Contudo, se analisarmos os critérios que atualmente balizam o retorno do ICMS, das compensações por desoneração das exportações e o recebimento de *royalties*, verificamos uma série de inconsistências econômicas. No caso desse imposto, por exemplo, a receita retorna aos municípios de acordo com o valor adicionado da produção e não para as localidades onde vivem os consumidores que pagaram o imposto. Essa situação gera distorções enormes, principalmente entre os municípios que sediam refinarias e hidrelétricas, e acabam tendo uma receita per capita muito maior do que necessitam. Algo semelhante ocorre com as cidades beneficiárias dos *royalties*. O critério principal de divisão dos valores pagos e participações especiais de petróleo é o da confrontação com os campos e poços localizados em mar, que não tem coerência socioeconômica nem ambiental e beneficia um número reduzido de prefeituras (Serra, 2005).

Essa situação aponta para a necessidade de uma agenda de reforma federativa e fiscal paralela e simultânea com a reforma tributária. O problema do federalismo, como bem apontam Prud'homme e Shah (2002), não está em discutir mais ou menos descentralização, mas em aprimorar o sistema de transferências.

Referências

ALENCAR, A.A.; GOBETTI, S.W. Justiça fiscal na federação brasileira: uma análise do sistema de transferências intergovernamentais entre 2000 e 2007. Brasília: mimeo, 2008.

PRADO, S.R.R. A questão fiscal na federação brasileira: diagnóstico e alternativas. Relatório apresentado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, em cumprimento ao contrato IMCO 9240. Campinas: Unicamp, março de 2007.

PRUD'HOMME, R.; SHAH, A. Centralization v. Decentralization: The Devil Is In The Details. Conferência do BID realizada em junho de 2002. Disponível em: http://www.iadb.org/int/trade/1_english/4_specialinfo/Conference/2002/f_Jun2602-FiscalFederalism-MERCOSUR/PrudhommeShah.pdf

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios (Finbra). Documentos Relacionados, 1998-2007. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios.

SERRA, R. Concentração Espacial das Rendas Petrolíferas e Sobrefinanciamento das Esferas de Governo Locais: evidências e sugestões para correção de rumo. Artigo Publicado no XXXIII Encontro Nacional da ANPEC (Anais). Natal: 2005.

Desde 1995, disseminando informações e contribuindo com o aprimoramento das gestões das cidades.



Distribuídas gratuitamente a prefeitos, secretários municipais, câmaras de vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, órgãos estaduais, universidades, instituições públicas federais, instituições financeiras, meios de comunicação e empresas privadas.



aequus
CONSULTORIA®

tel: (27)3235-7546 - telefax: (27)3235-7841

www.aequus.com.br

Notas metodológicas

Fonte dos dados municipais e estimativas

Dados populacionais referentes à contagem populacional para 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados sobre finanças fornecidos pelos municípios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O banco de dados da STN, de 2007, conta com informações de 5.236 municípios, de um total de 5.562 municípios (não-incluídos Brasília e Fernando de Noronha), ou seja, 94% dos municípios.

Para suprir a falta da informação de 6% dos municípios (326), foram utilizadas estimativas para os valores totais das regiões, das faixas populacionais e o total do Brasil. Esse procedimento foi adotado para tornar a série histórica comparável. A metodologia das estimativas está baseada no comportamento dos municípios que apresentaram dados nos anos considerados.

Tabelas e municípios selecionados

A publicação apresenta tabelas com dados da evolução dos principais itens da receita e da despesa, desde o ano 2003 até 2007, com a taxa de variação entre 2006 e 2007 e indicadores de participação na receita total, na receita corrente ou na despesa total.

Para a montagem dessas tabelas foram selecionados 106 municípios. A seleção incorpora os maiores municípios brasileiros, sendo ao menos dois de cada Estado, para que todas as unidades da federação estejam representadas. Desses dois municípios, um deles é a capital do Estado. Portanto, todas as capitais estão na publicação.

Essas tabelas contêm os seguintes totais:

- das regiões - inclui todos os municípios da região;
- das cidades selecionadas - inclui as 106 cidades selecionadas;
- dos municípios com até 20 mil habitantes;
- das capitais;

- do Brasil - são 5.562 municípios, inclusive os selecionados. Não inclui Brasília nem Fernando de Noronha.

Tabelas por intervalos populacionais

Em todas as seções do anuário foram incluídas tabelas com dados dos 5.562 municípios do Brasil, separados por intervalos populacionais, para o total do Brasil e para cada uma das cinco regiões do país. Os dados dessas tabelas são de 2007.

Conceitos utilizados

Despesa com pessoal: inclui as despesas com pessoal e encargos (exceto sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores), inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa de custeio: abrange toda a despesa corrente, exceto as de pessoal (conforme cálculo acima) e pagamentos de juros.

Investimentos: compreende toda despesa de capital, exceto as amortizações com a dívida.

Nota sobre a despesa com pessoal

A despesa com pessoal, conforme o cálculo utilizado por esta publicação, foi afetada por alterações na contabilidade pública estabelecidas pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Além disso, foi afetada também pela falta de padronização contábil dos dados encaminhados à STN por parte de alguns municípios, que não consolidaram seus dados e outros que passaram a consolidar a partir de um determinado ano. Por isso, nesta publicação, julgou-se mais apropriado abordar resumidamente o comportamento do gasto com pessoal total e dedicar mais atenção à evolução dos gastos com "vencimentos e vantagens fixas de pessoal".

Rankings 2007

Para cada item da receita e da despesa (exceto para a despesa total e para o re-

sultado orçamentário) são apresentados dois rankings: um para valores totais e outro para valores per capita. Cada um apresenta cem municípios com os maiores valores, no ano de 2007, do item a que se referem.

Atualização de valores

Os valores publicados neste anuário, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram corrigidos dos efeitos da inflação. O índice de preços utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As correções foram feitas pelo IPCA médio de 2007.

IPCA médio de 2007, utilizado como multiplicador para atualização dos valores dos respectivos anos

2003	2004	2005	2006	2007
1,2301	1,1539	1,0798	1,0364	1,0000

Deduções da conta Fundef e Fundeb

Nos dados de receita total, receita corrente, despesa total e despesa corrente, foram eliminados os efeitos contábeis de duplicidade da conta Fundef e Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), quando necessário.

Os dados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da quota-parte municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estão publicados sem os descontos do Fundef e do Fundeb referentes ao ano de 2007.

Outras

Municípios que aparecem sem dados na despesa com o legislativo municipal são aqueles cujo balanço apresentado à STN não está consolidado.

MAIOR QUE O CRESCIMENTO DO ESPÍRITO SANTO, SÓ O ORGULHO DE SER CAPIXABA.

O Espírito Santo a cada dia cresce mais. Nos últimos anos, diminuimos a taxa de pobreza e aumentamos a inclusão social. Ampliamos o número de empregos e reduzimos a desigualdade. Com o aumento da eficiência fiscal, combate à sonegação e controle dos gastos públicos, ampliamos os investimentos em infra-estrutura e preparamos o Estado para um crescimento ainda maior. Mas o índice mais importante é o da satisfação de quem vive aqui.

47,3%

foi a queda da taxa de pobreza no Espírito Santo, entre 2003 e 2007. No mesmo período, a queda no Brasil foi de 30,7%.

Fonte: IETS - PNAD/IBGE

34,6%

foi o crescimento do número de empregos formais no Espírito Santo, entre 2003 e 2007. No mesmo período, a média nacional foi de 25,7%.

Fonte: IJSN - PNAD/IBGE

3º lugar

no ranking dos Estados com menor índice de pobreza. Em 2003, o Espírito Santo ocupava o 9º lugar.

Fonte: IETS - PNAD/IBGE

7,7%

foi o crescimento real do PIB do Espírito Santo em 2006. No mesmo período, o PIB nacional cresceu 4%.

Fonte: IBGE/IJSN

100%

das escolas da Rede Estadual nas áreas urbanas têm laboratório de informática com Internet de alta velocidade.

Fonte: SEDU/ES

16,1%

foi a taxa de crescimento industrial no Espírito Santo, no 1º semestre de 2008. A média nacional foi de 6,3%.

Fonte: IBGE

20 vezes

foi quanto cresceu o investimento anual do Governo do Estado, nos últimos cinco anos. O valor investido hoje representa 16% da receita.

Fonte: SEFAZ/ES

97%

dos capixabas estão satisfeitos em viver no Espírito Santo.

Fonte: IBOPE/2008

Secretaria
de Desenvolvimento

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO

Governo do Estado

www.es.gov.br



FINANCIAL



O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Concebido para produzir informações gerenciais na área das finanças públicas, o **Financial** funciona como uma verdadeira ferramenta de inteligência fiscal. Permite a integração com outros sistemas e a utilização direta pelo usuário. Fornece informações ágeis e seguras no exato momento em que elas são importantes para a tomada de decisões. Solicite uma apresentação.



aequus
CONSULTORIA®

Tel: (27)3235-7546 - telefax: (27)3235-7841
www.financasdosmunicipios.com.br